As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, que ainda não se manifestou a seu respeito. Este Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.

PROSPECTO PRELIMINAR DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

CPFL Energias Renováveis S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50
Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1184, 7º andar
CEP 04548-004 – São Paulo – SP
71.942.446 Ações
Valor da Distribuição: R$899.999.999
Código ISIN das Ações: BRCPREACNOR5
Código de negociação na BM&FBOVESPA: **"CPRE3"**

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$12,51 e R$15,01, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor fora desta faixa indicativa.

A CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), os acionistas vendedores Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações, Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Secor, LLC, Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH, GMR Energia S.A. e o acionista vendedor pessoa física definido neste Prospecto, conforme identificado juntamente com os demais na página 57 deste Prospecto ("Acionistas Vendedores"), em conjunto com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch" ou "Coordenador Líder"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o Itaú BBA, os "Coordenadores Globais"), o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" e, em conjunto com os Coordenadores Globais, o Morgan Stanley e o Bradesco BBI, "Coordenadores da Oferta") estão realizando uma oferta pública de distribuição (i) primária de, inicialmente, 27.977.618 ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, 43.964.828 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames ("Ações"). A descrição individual da quantidade de Ações ofertadas por cada um dos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos obtidos com a referida alienação encontram-se nas páginas 61 e 62 deste Prospecto.

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), convidadas a participar da Oferta de Varejo (conforme definido neste Prospecto), com esforços de colocação das Ações, exclusivamente junto a Investidores da Oferta de Varejo (conforme definido neste Prospecto), bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), em conformidade com a Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

Simultaneamente serão realizados esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, o Itau BBA USA Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, o Morgan Stanley & Co. LLC., o Bradesco Securities, Inc. e o Banco do Brasil Securities LLC, (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), e determinadas instituições financeiras a serem contratadas exclusivamente para a colocação junto a investidores institucionais qualificados residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos da América (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144A"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC"), nos termos das isenções de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S* ("Regulamento S") no âmbito do *Securities Act*, editado pela SEC ("Investidores Institucionais Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131") ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689") e da Instrução nº 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 14.388.489 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Sem prejuízo das Ações Adicionais, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 10.791.367 ações ordinárias de emissão da Companhia, sem considerar as Ações Adicionais ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao BTG Pactual, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, destinadas exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto) e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de emissão por Ação estará situado entre R$12,51 e R$15,01, podendo, no entanto, ser fixado fora dessa faixa indicativa ("Preço por Ação"). O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva de Ações no Período de Reserva (conforme definidos neste Prospecto); e (ii) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conforme disposto neste Prospecto a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) no Brasil e pelos Agentes de Colocação Internacional no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas, conforme o caso, será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações.

	Preço (R$)[1]	Comissões[2][4]	Recursos Líquidos[2][3][4]
Por Ação Oferta Primária	12,51	0,84	11,67
Por Ação Oferta Secundária	12,51	0,23	12,28
Oferta Primária	350.000.001	23. 625.000	326.375.001
Oferta Secundária	549.999.998	10.125.000	539.874.998
Total	**899.999.999**	**33.750.000**	**866.249.999**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,51, que é o valor mínimo da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar a Comissão de Incentivo, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição", deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, bem como seus termos e condições, foram aprovados em nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2013, cuja ata foi protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e foi publicada no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 27 de junho de 2013. A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foram aprovados pelo Acionista Vendedor Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus por meio de ato realizado em 29 de maio de 2012. Os atos constitutivos dos Acionistas Vendedores Pátria Energia Fundo de Investimento em Participações, Pátria Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Secor, LLC, DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH e GMR Energia S.A. não requerem qualquer aprovação societária específica para a alienação das ações de sua titularidade ou a fixação do Preço por Ação na Oferta Secundária. O Acionista Vendedor pessoa física não necessita de aprovação societária para a realização da Oferta Secundária.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM e cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia útil subsequente. A fixação do Preço por Ação não dependerá de qualquer aprovação específica pelos Acionistas Vendedores.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data da republicação do Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição ou aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo investidor após o início do período de distribuição das Ações.

A OFERTA FOI REGISTRADA NA CVM EM [•] DE [•] DE 2013, SOB O Nº CVM/SRE/REM/2013/[•] E SOB O Nº CVM/SRE/SEC/2013/[•].

"O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."

Este Prospecto Preliminar não constitui uma oferta de venda ou subscrição de Ações nos Estados Unidos da América ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*. A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos da América e em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

OS INVESTIDORES DEVEM LER AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" NAS PÁGINAS 21 A 24 E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES", NAS PÁGINAS 92 A 96 DESTE PROSPECTO E TAMBÉM OS ITENS "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES.

"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

COORDENADORES DA OFERTA

Coordenadores Globais

Agente Estabilizador

Coordenador Líder

A data deste Prospecto Preliminar é 28 de junho de 2013.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

PARTE 1 – INTRODUÇÃO

DEFINIÇÕES 3
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO 10
SUMÁRIO DA COMPANHIA 12
Visão Geral 12
Oportunidades no Setor de Energias Renováveis 13
Principais Indicadores Financeiros e Operacionais 15
Informações *Pro Forma* 15
Nossos Pontos Fortes 16
Nossa Estratégia 18
Eventos Subsequentes 19
Estrutura Societária 20
Informações Adicionais 21
Principais Fatores de Risco da Companhia 21
Apresentação das Informações Contábeis 24
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA 27
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES 28
Companhia 28
Acionistas Vendedores 28
Coordenadores da Oferta 29
Consultores Jurídicos 30
Auditores Independentes 30
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA 31
Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. – Coordenador Líder e Coordenador Global 31
Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Global 31
Banco BTG Pactual S.A. – Coordenador Global 33
Banco Morgan Stanley S.A. 34
Banco Bradesco BBI S.A. 35
BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A. 36

PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

SUMÁRIO DA OFERTA 41
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA 55
Composição do Capital Social 55
Principais Acionistas e Acionistas Vendedores 56
Acionistas Vendedores 57
Características Gerais da Oferta 58
Aprovações Societárias 59
Preço por Ação 59
Custos de Distribuição 63
Instituições Participantes da Oferta 63
Público Alvo 64
Cronograma Estimado da Oferta 64
Procedimento da Oferta 65
Oferta de Varejo 65
Oferta Institucional 69
Prazos da Oferta e Data de Liquidação 70

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 70
Informações sobre a Garantia Firme de Colocação e de Liquidação da Oferta 71
Garantia Firme de Colocação 71
Garantia Firme de Liquidação 72
Contrato de Estabilização 73
Negociação na BM&FBOVESPA 73
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 74
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações 74
Restrições à Negociação das Ações (Lock-up) 74
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 76
Suspensão e Cancelamento da Oferta 77
Inadequação da Oferta 77
Informações Adicionais 77
Instituições Consorciadas 79

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 80

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 91

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES 92

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 97

CAPITALIZAÇÃO 98

DILUIÇÃO 99

ANEXOS

Estatuto Social consolidado da companhia 107

Ata da assembleia geral extraordinária da companhia, realizada em 26 de junho de 2013, que aprova a oferta primária 133

Minuta da Ata de reunião do conselho de administração da companhia, realizada em 17 de julho de 2013, que aprova o aumento do capital social da companhia no âmbito da oferta e fixa o preço por ação 141

Ata da reunião do comitê de investimento do Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus 145

Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 da companhia 149

Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 dos acionistas vendedores 153

Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 do coordenador líder 169

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de CPFL Energias Renováveis S.A. e controladas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013 e relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias..... 175

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 279

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ERSA – Energias Renováveis S.A. e controladas referentes ao período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 405

Informações contábeis intermediárias das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A. para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010 e relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias..... 467

Balanço patrimonial consolidado da Smita Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de julho de 2011 e demonstrações financeiras das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes..... 497

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jantus S.L. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 527

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da BVP S.A. referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e relatório sobre a revisão de informações intermediárias..... 579

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BVP S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 627

Informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas da CPFL Energias Renováveis S.A. referentes aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e relatório de asseguração limitada dos auditores independentes..... 691

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Formulário de Referência da companhia..... 711

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTE 1 – INTRODUÇÃO

- Definições
- Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro
- Sumário da Companhia
- Informações Cadastrais da Companhia
- Identificação da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores
- Apresentação dos Coordenadores da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos "nós" e "nossos" e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à CPFL Energias Renováveis S.A. e as suas controladas.

Os termos indicados abaixo, utilizados neste Prospecto, terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionista Controlador	CPFL Geração de Energia S.A.
Acionistas Vendedores	Acionista Vendedor Pessoa Física e Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas, considerados em conjunto.
Acionista Vendedor Pessoa Física	Roberto Sahade.
Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas	Pátria Energia Fundo de Investimento em Participações, Pátria Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Secor, LLC, Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus e DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH, GMR Energia S.A., considerados em conjunto.
Ações Adicionais	Quantidade de até 20% do total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, que, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, poderá ser acrescida à Oferta, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 14.388.489 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores.
Ações Suplementares	Lote Suplementar equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 10.791.367 ações ordinárias de emissão da Companhia, sem considerar as Ações Adicionais, que poderá ser distribuído pelo Agente Estabilizador, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Ações	Ações ordinárias de emissão da Companhia, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Administração	O nosso Conselho de Administração e a nossa Diretoria, em conjunto.
Administradores	Membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, em conjunto.
Agente Estabilizador	Banco BTG Pactual S.A.
Agentes de Colocação Internacional	O Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, o Itau BBA USA Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, o Morgan Stanley & Co. LLC., o Bradesco Securities, Inc. e o Banco do Brasil Securities LLC, considerados em conjunto.

AH	Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados e do balanço patrimonial entre os exercícios sociais ou entre os períodos indicados.
Ambiente de Contratação Livre ou ACL	Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização.
Ambiente de Contratação Regulada ou ACR	Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, a ser publicado no jornal "Valor Econômico".
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, a ser publicado no jornal "Valor Econômico".
Assembleia Geral	Nossa assembleia geral de acionistas.
AV	Análise vertical, que, quando relativa à conta do demonstrativo de resultado, consiste em percentual sobre o total de receita líquida no exercício ou período indicado, quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo no exercício ou período indicado, e quando relativa à conta do passivo, consiste em percentual sobre o total do passivo e do patrimônio líquido no exercício ou período indicado.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, publicado em 27 de junho de 2013 e a ser republicado em 8 de julho de 2013 no jornal "Valor Econômico".
Banco Central ou Bacen	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Bons Ventos	BVP S.A.
Bradesco FIP	Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.

Cláusula Compromissória	Cláusula de arbitragem mediante a qual a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida perante a Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação de Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Companhia ou Nós	CPFL Energias Renováveis S.A.
Conselho de Administração	O nosso conselho de administração.
Conselho Fiscal	O nosso conselho fiscal, se instalado.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato celebrado em 25 de junho de 2013, entre a BM&FBOVESPA, nós, nossos Administradores e nosso Acionista Controlador, por meio do qual concordamos em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a fim de se qualificar para listagem no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início da Oferta.
Coordenador Líder	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
COPOM	Comitê de Política Monetária do Banco Central.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CPFL Brasil	CPFL Comercialização Brasil S.A.
CPFL Energia	CPFL Energia S.A.
CPFL Geração	CPFL Geração de Energia S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DEG	DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH.

Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta, que está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação das Ações.
Data de Liquidação da Opção de Ações Suplementares	Data de liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que está prevista para ser realizada no 3º dia útil contado da data de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Diretoria	A nossa diretoria.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda corrente dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM n.º 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

EBITDA *Pro Forma*	O EBITDA *Pro Forma* segue as disposições da Instrução CVM n.º 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as informações financeiras *Pro Forma* não auditadas como segue: lucro líquido *Pro Forma* acrescido das despesas e receitas *Pro Forma* referentes ao imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA *Pro Forma* não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA *Pro Forma* de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA *Pro Forma* funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA *Pro Forma* funciona como uma ferramenta adequada para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA *Pro Forma* não considera certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, o EBITDA *Pro Forma* apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.
Empreendimentos SIIF	Os quatro Parques Eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados, detidos pela SIIF e pela SIIF Desenvolvimento.
ERSA	ERSA – Energias Renováveis S.A., nossa antiga denominação.
Estatuto Social	Nosso Estatuto Social.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
FGV	Fundação Getulio Vargas.
FIP Brasil Energia	Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia.
FIP Pátria	Pátria Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.
Formulário de Referência	Nosso Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
GMR Energia	GMR Energia S.A.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.

Grupo CPFL	CPFL Energia e suas controladas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado calculado pela FGV.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* ou Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores.
Instrução CVM 476	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.
Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos (qualified institutional buyers), conforme definidos na Regra 144A, junto aos quais serão realizados esforços de colocação das Ações em operações isentas de registro, previstas no Securities Act; e investidores residentes nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (non U.S. Persons), constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S, e em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos da Lei 4.131 ou da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Jantus	Jantus S.L., incorporada pela Companhia.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lacenas	Ativos de co-geração de energia a biomassa adquiridos da Usina Açucareira Ester pela Companhia.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 e alterações posteriores.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
Parques Eólicos	Plantas de geração de energia eólica.
Pátria Energia	Pátria Energia Fundo de Investimento em Participações.
PCH	Pequena central hidrelétrica.
PIB	Produto Interno Bruto.

PLD	Preço de Liquidação de Diferenças, divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e as normas, instruções e regulamentos da CVM.
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.
Proinfa	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
Prospecto Definitivo	O prospecto definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energias Renováveis S.A., incluindo seus anexos.
Prospecto Preliminar ou Prospecto	Este prospecto preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energias Renováveis S.A., incluindo seus anexos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto.
Real, reais ou R$	Moeda corrente do Brasil.
Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, e suas posteriores alterações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Contrato de Participação no Novo Mercado e no Estatuto Social e que consta dos termos de anuência dos Administradores e do Acionista Controlador, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas listadas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para estas companhias.
Resolução CMN 2.689	Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores.
SEC	*Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos.
Secor	Secor, LLC.
SIIF	SIIF Energies do Brasil Ltda.
SIIF Desenvolvimento	SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda.
SIN	Sistema Interligado Nacional.
Smita	Smita Empreendimentos e Participações S.A.
SPE	Sociedade de propósito específico.
Usina Termelétrica a Biomassa	Usina termelétrica movida a biomassa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, principalmente nas seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações" nas páginas 92 a 96 deste Prospecto e "Sumário da Companhia" na página 12 deste Prospecto, e nas seções "4. Fatores de Risco", "5. Riscos de Mercado", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Nossas estimativas e declarações futuras têm embasamento, em grande parte, nas expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar o nosso setor de atuação, a nossa participação de mercado, nossa reputação, os nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, nossas margens e/ou nosso fluxo de caixa. Embora acreditemos que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e premissas e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos. Outros fatores além daqueles discutidos neste Prospecto podem impactar adversamente nossos resultados.

Nossas estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- nossa capacidade de identificar novos projetos;
- alterações nos preços de energia elétrica;
- nossa capacidade de aproveitar todos os benefícios esperados das aquisições que realizamos;
- nossa capacidade de acompanhar as mudanças tecnológicas no setor de energia;
- nossa capacidade de adquirir equipamentos de geração de energia eólica, hidrelétrica ou termelétrica nos prazos e preços que viabilizem os projetos;
- inexistência de leilões onde se possa comercializar energia de fontes alternativas;
- nossa capacidade de obter novos contratos de compra e venda de energia, tanto no ACR quanto no ACL;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização de nossos projetos em desenvolvimento;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação de nossos projetos e outros problemas relacionados à construção;
- indisponibilidade de financiamento adequado às nossas necessidades, ou incapacidade de realizar o volume de investimento previsto no plano de negócios dentro do cronograma inicialmente previsto;
- indisponibilidade de combustível (biomassa) para a operação dos projetos termelétricos;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; (iii) contribuições, taxas e impostos; e (iv) tarifas de transporte de energia elétrica, de tal modo que venham a afetar nossas margens de lucro;
- dificuldades de acesso aos sistemas de transmissão de energia elétrica;
- nossa capacidade de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis, inclusive ambientais que viabilizem os projetos;

- nossa capacidade de obter ventos médios em linha com as medições e expectativas utilizadas para a decisão de investimento em projetos eólicos; aspectos ambientais não previstos que onerem em excesso os projetos e causem atrasos;

- alterações climáticas que causem secas prolongadas, interferência no regime de velocidade e frequência de ventos entre outros;

- fatores ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações;

- nosso nível de capitalização e endividamento e nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e

- outros fatores de risco apresentados na seção "Fatores de Risco" na página 92 deste Prospecto e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

O investidor deve estar ciente de que os fatores mencionados acima, além de outros discutidos neste Prospecto, poderão afetar nossos resultados futuros e poderão levar a resultados diferentes daqueles expressos nas declarações prospectivas que fazemos neste Prospecto e no Formulário de Referência. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nós e os Coordenadores da Oferta não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de qualquer outra forma.

As palavras "acreditamos", "podemos", "poderemos", "estimamos", "continuamos", "antecipamos", "pretendemos", "esperamos" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. A condição futura da nossa situação financeira e de nossos resultados operacionais, nossa participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da nossa capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Estimativas de Mercado e Outras Informações

Fazemos declarações neste Prospecto sobre estimativas de mercado, nossa situação em relação aos nossos concorrentes e nossa participação no mercado, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atuamos. Fazemos tais declarações com base em pesquisas internas e pesquisas de mercado e em informações obtidas de fontes que consideramos confiáveis, como ANEEL, Ministério de Minas e Energia, Proinfa, entre outros. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao Banco Central, IBGE e FGV. Não temos motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual não as verificamos de forma independente.

Todas as referências feitas neste Prospecto a "Real", "Reais" ou "R$" dizem respeito à moeda oficial do Brasil e todas as referências a "Dólar", "Dólares" ou "US$" dizem respeito à moeda corrente dos Estados Unidos. Alguns números constantes deste Prospecto e no Formulário de Referência podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados apresentados em algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem, ainda que a diferença seja mínima.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Esta seção é apenas um resumo das informações da Companhia. As informações completas sobre a Companhia estão no Formulário de Referência, leia-o antes de aceitar a Oferta.

Atestamos que as informações incluídas neste Sumário da Companhia são consistentes com o nosso Formulário de Referência, nos termos da alínea II, do §3° do artigo 40 da Instrução CVM 400.

Visão Geral

Somos a companhia líder no setor brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis provenientes de Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica, em termos de capacidade instalada em operação e construção, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").[1] Atualmente nosso portfólio de ativos totaliza 5.553 MW de capacidade instalada, sendo 1.153 MW[2] de projetos em operação, 582 MW de projetos em construção, além de 3.818 MW de projetos em desenvolvimento. Temos, atualmente, 1.735 MW de capacidade instalada contratada, com energia já vendida em contratos de longo prazo.

Estamos inseridos no mercado brasileiro, um dos mercados de maior crescimento e que acreditamos reunir boas condições para o desenvolvimento de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no mundo, notadamente: (i) crescimento esperado da capacidade instalada de fontes renováveis acima da média mundial, com expectativa de 127% para os próximos nove anos, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021[3]; (ii) significante potencial não desenvolvido a ser explorado nas fontes de energia as quais nos destacamos segundo dados fornecidos pela ANEEL[4]; (iii) processos céleres de licenciamento ambiental e regulatório; (iv) incentivos fiscais e regulatórios que refletem uma política pública para o desenvolvimento de projetos dessa natureza; e (v) substancial financiabilidade dos ativos, apoiada em políticas governamentais de longo prazo.

Possuímos experiência em aquisição, desenvolvimento, construção e operação de usinas e parques de geração de energia a partir de fontes renováveis, além de contarmos com um portfólio diversificado entre as quatro principais fontes, com empreendimentos localizados em oito estados brasileiros. A tabela a seguir apresenta a composição detalhada do nosso portfólio de ativos:

Status	Fonte	Capacidade Instalada	N° de projetos	Estados
Operação	PCH	327	35	SP / SC / RS / MG / MT
	Eólica[(1)]	555	15	CE / RN
	Biomassa	270	6	RN / SP
	Solar	1	1	SP
Subtotal		**1.153**	**57**	
Construção	Eólica	482	18	RN / RS
	Biomassa	100	2	MG / PR
Subtotal		**582**	**20**	
Desenvolvimento[(2)]	**PCH**	**626**		
	Altamente Provável	57	19	
	Provável	88		
	Possível	482		MG / SC / PR / RS / GO / SP
	Eólica	**3.192**		
	Altamente Provável	470	31	
	Provável	989		
	Possível	1.732		RN / CE / BA / MG / PE / RS / SC
Subtotal		**3.818**	**50**	
TOTAL		**5.553**	**127**	

(1) Considera a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW que já estão aptos a gerar energia e já recebem desde julho de 2012 a receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009 – Pendente ainda do término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada).

(2) Não inclui projetos de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa.

1 Dados fornecidos pelo Banco de Informações de Geração ("BIG") da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp).

2 Considera a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW que já estão aptos a gerar energia e já recebem desde julho de 2012 a receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009 – Pendente ainda do término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada).

3 Divulgado pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e pela Empresa de Pesquisa Energética ("EPE") (http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326_1.pdf).

4 Dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp).

Do nosso portfólio de projetos em desenvolvimento, classificamos 470 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 57 MW de capacidade instalada de PCHs como altamente prováveis por apresentarem, no caso dos Parques Eólicos, terras arrendadas com pelo menos 2 (dois) anos de medição de ventos e alguns projetos com licença ambiental prévia, e, no caso das PCHs, estudos técnicos concluídos, autorização da ANEEL e alguns projetos com licença ambiental prévia. Estes projetos encontram-se prontos para comercializar energia nos próximos 12 meses, sendo a venda de energia em contratos de longo prazo o principal elemento para viabilizar o início de suas construções.

Adicionalmente, classificamos 989 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 88 MW de capacidade instalada de PCHs como prováveis por apresentarem terras arrendadas com pelo menos 1 (um) ano de medição de ventos, no caso dos Parques Eólicos, e estudos técnicos avançados com aceite técnico da ANEEL, o que garante o aproveitamento do empreendimento pela Companhia, no caso das PCHs.

Somente consideramos como parte de nosso portfólio de projetos de Parques Eólicos em desenvolvimento aqueles que apresentam fator de capacidade média de pelo menos 47% (líquidos de perdas) nas medições de ventos realizadas.

Por fim, classificamos 1.732 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 482 MW de capacidade instalada de PCHs como possíveis por apresentarem terras arrendadas e torres de medição de vento instaladas, no caso dos Parques Eólicos, e estudos técnicos em andamento com aceite no inventário de rio pela ANEEL, no caso das PCHs.

Além do portfólio de PCHs e eólicas, possuímos 345 MWp de fonte solar em desenvolvimento.

Todos os nossos ativos e projetos em operação e em construção possuem contratos de venda de energia celebrados por longo prazo, o que nos assegura alta previsibilidade de geração de caixa. A tabela abaixo ilustra nossa capacidade instalada em termos de ativos em operação, os montantes de energia contratada em MW médios e o preço médio da energia, em R$ por MWh, vendida até 2017:

	Projetos Operação/Construção				
Total Projetos	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Potência Instalada (MW)	1.481	1.481	1.481	1.735	1.735
Energia Contratada (MW médio)	646	646	646	775	775
Energia Contratada (MWh)	5.006.604	5.567.976	5.593.818	6.372.985	6.793.280
R$/MWh médio[(1)]	213	209	208	200	196

(1) Preço médio obtido a partir da energia contratada em MWh.

Acreditamos estar posicionados para aproveitar as oportunidades de crescimento no setor de energias renováveis e que nossa capacidade em adquirir ativos e projetos de qualidade juntamente com nosso portfólio robusto de projetos em desenvolvimento deverão suportar nosso crescimento rentável.

Desde agosto de 2011, com a associação entre a ERSA, companhia independente no mercado de energia renovável brasileiro, e os ativos de energias renováveis da CPFL Energia, um dos maiores grupos privados do setor elétrico brasileiro segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL[5], reunimos a comprovada experiência de ambas as companhias no setor e nos tornamos o maior grupo de geração de energia renovável do Brasil em termos de capacidade instalada, em operação e construção, segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL[5].

Desde a nossa concepção, temos no desenvolvimento sustentável um princípio essencial para a estratégia do negócio que está claramente expresso na nossa visão – *"Energia é essencial ao bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento da sociedade. Nós acreditamos que produzir e utilizar energia de forma sustentável é vital para o futuro da humanidade"*, e na nossa missão *"Gerar energia a partir de fontes renováveis, em harmonia com o meio ambiente e a sociedade, promovendo o amadurecimento do mercado de energia limpa"*.

Oportunidades no Setor de Energias Renováveis

Mundialmente, o setor de energias renováveis tem aumentado sua relevância na matriz energética dos países. Dados da *United Nations Environment Programme* ("UNEP") de 2012 indicam que em 2011 aproximadamente 9,2% da capacidade instalada mundial era proveniente de tais fontes, sendo que em 2004 este percentual era de apenas 4,3%. O investimento global em energias renováveis alcançou volume recorde em 2011, atingindo US$257 bilhões, representando um crescimento de 17% em relação a 2010 e quase 7 vezes o valor investido em 2004. Adicionalmente, segundo o mesmo estudo, nos anos de 2010 e 2011, aproximadamente 37% da capacidade instalada adicionada no mundo foi proveniente de fontes renováveis, o que denota a importância que esta modalidade de geração vem adquirindo em âmbito global. Destaca-se que a maior parte dos novos investimentos em energia renovável foi realizada pelos países em desenvolvimento.

Acreditamos que o crescimento do setor de energia renovável está diretamente relacionado a alguns fatores, entre os quais destacamos (i) a preocupação global em relação aos impactos que a geração de energia através de fontes não renováveis tem sobre o meio-ambiente com a consequente substituição de combustíveis fósseis, (ii) acordos internacionais que preveem o aproveitamento de crédito de carbono gerado por tais fontes, conferindo uma receita adicional além daquela advinda da geração elétrica, (iii) incentivos governamentais através de legislações nacionais favoráveis, (iv) queda, nos últimos anos, dos custos de instalação de novas plantas, em especial, de parques eólicos e, por fim, (v) retornos atrativos com poder de atrair grandes volumes de investimentos tanto de investidores privados como de governos.

5 Dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp)

Estima-se que no período entre 2012 e 2021 a demanda por energia elétrica no Brasil irá crescer em média 5,0% por ano e, para acompanhar o crescimento da demanda, a capacidade instalada de geração de energia elétrica deverá crescer cerca de 6,7 GW por ano, representando uma taxa média de crescimento anual no período de 4,6%, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, divulgado pelo MME e pela EPE (http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326_1.pdf). O segmento de energia renovável[6] representava, por sua vez, cerca de 13,1% da matriz energética brasileira no final do ano de 2012, de acordo com dados do Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, divulgado pela EPE. Em 2021, o Plano Decenal projeta que essas fontes de energia representarão cerca de 19,8% da matriz energética brasileira, representando um crescimento médio anual de 9,5%.

Além de retornos atrativos, o setor de geração a partir de fontes renováveis no Brasil conta com algumas vantagens relevantes em relação à geração de energia a partir de outras fontes e em outros países, dentre as quais destacamos:

- *Potencial de crescimento e condições técnicas favoráveis:* potencial único para geração de energia eólica e solar, com ventos e índices de radiação que proporcionam fatores de capacidade favoráveis em relação a mercados mais desenvolvidos; potencial hidráulico vasto, inclusive para pequenas centrais hidrelétricas; indústria de açúcar e álcool desenvolvida e com escala para fornecimento de biomassa economicamente viável como combustível para geração de energia elétrica.

- *Processo de licenciamento ambiental célere e processo regulatório simplificado:* por possuírem impacto ambiental inferior às fontes convencionais de geração, as plantas de energias renováveis gozam de processos de licenciamentos céleres e simplificados para construção e operação. Além disto, os projetos de energia renovável são atualmente regulados sob um regime de Autorização da ANEEL, que é outorgada ao desenvolvedor do projeto, ao invés de Concessão, que é obtida através de licitações ou leilões públicos.

- *Incentivos fiscais e regulatórios como parte de políticas públicas de longo prazo*: devido ao tamanho individual de seus empreendimentos, as PCHs, os Parques Eólicos, as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e as plantas de geração solar beneficiam-se do regime de tributação pelo lucro presumido e contam com descontos de pelo menos 50% nas tarifas cobradas pelo uso das linhas de transmissão e distribuição, sendo que este desconto pode chegar a 80% pelos primeiros 10 anos nas plantas fotovoltaicas. O setor de energia eólica, especificamente, conta atualmente com isenção de ICMS e de IPI na cadeia de produção de equipamentos eólicos.

- *Nicho exclusivo no mercado livre:* o mercado livre conta com consumidores denominados "especiais", com consumo de 500 KW a 3.000 KW, que caso optem por se tornar consumidores livres, devem adquirir energia de empreendimentos de fontes renováveis.

- *Financiabilidade:* disponibilidade de linhas de financiamento de longo prazo do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* ("BNDES") em moeda local, a custos atrativos, e representando até 75% dos investimentos realizados.

- *Geração de créditos de carbono:* a geração através de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Solares Fotovoltaicas, pode proporcionar potencial de receita adicional a partir da venda de créditos de carbono obtidos pelos ativos, desde que o projeto seja submetido a uma avaliação prévia e atenda os requisitos legais para ser elegível para geração de créditos de carbono.

Ademais, o setor de energias renováveis no Brasil é extremamente fragmentado e possui poucas empresas capitalizadas e com suporte de grandes grupos estratégicos que podem atuar como agentes consolidadores. Acreditamos que este segmento continuará a apresentar uma tendência de consolidação ao longo dos próximos anos.

[6] Considerado apenas as fontes: PCHs, eólica e biomassa.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

As tabelas a seguir demonstram nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os respectivos períodos ou nas respectivas datas.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
	Consolidado	Consolidado
	(em milhões de reais ou conforme indicado)	
Demonstrativo de resultado		
Receita operacional líquida	171,9	806,4
Lucro liquido do exercício	70,9	8,3
Lucro básico por ação	0,30	0,02
Margem bruta[1]	73,4%	51,8%
Margem líquida[2]	41,2%	1,0%
Balanço Patrimonial		
Patrimônio Líquido	3.286,9	3.301,1
Ativo Total	6.476,3	8.806,7
Imobilizado	3.118,5	3.118,5
Endividamento	1.991,9	4.319,0
Endividamento Circulante	149,4	752,9
Endividamento Não Circulante	1.842,5	3.556,1
Outros indicadores financeiros		
EBITDA[3]	84,7	504,3
Margem EBITDA[4]	49,3%	62,5%
Dívida líquida[5]	1.266,4	3.555,3
Indicadores Operacionais		
Energia Vendida (MW médios)	316	482
Número de usinas em operação	41	57
Capacidade instalada (MW)	652	1.153

(1) Margem bruta é calculada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida.

(2) Margem líquida é calculada pela divisão do lucro líquido (prejuízo) pela receita operacional líquida.

(3) O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM nº 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós. Para a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA vide Seção 3.2 do formulário de referência.

(4) Margem EBITDA: EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

(5) Dívida líquida corresponde ao endividamento total (empréstimos e financiamentos mais debêntures) menos caixa equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas. Para a composição da dívida líquida vide Seção 3.2 do formulário de referência.

INFORMAÇÕES *PRO FORMA*

Conforme mencionado no item 6.5 do Formulário de Referência, no segundo semestre de 2011 passamos por uma reorganização societária de modo a efetivar a associação entre a ERSA e os ativos de geração de energia renovável do Grupo CPFL, quando a Smita, então *holding* do Grupo CPFL e nossa predecessora, foi incorporada pela ERSA (a "Associação"). Adicionalmente, em dezembro de 2011 adquirimos a Jantus e em junho de 2012 adquirimos a Bons Ventos (ambas denominadas, em conjunto, as "Aquisições").

Tendo em vista a implementação da Associação e das Aquisições, nossas demonstrações financeiras históricas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012 não são comparáveis.

Com o exclusivo objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos nossos resultados levando em conta (a) a associação entre ERSA – Energias Renováveis S.A. ("ERSA") e CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), através das controladas CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), utilizando a empresa veículo SMITA Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), concluída em agosto de 2011; (b) a aquisição de Jantus S.L. ("JANTUS") ocorrida em dezembro de 2011; e (c) a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, caso tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e (d) a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, caso tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, apresentamos no item 3.9 do Formulário de Referência da Companhia, anexa a este Prospecto, informações financeiras pro forma não auditadas dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, respectivamente. As informações de resultado pro forma não auditadas foram preparadas assumindo a premissa de que os eventos descritos anteriormente foram consumados em 1º de janeiro de 2011 e 2012.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
	Pro forma	***Pro forma***
	(em milhões de reais ou conforme indicado)	
Informações *Pro Forma*[1]		
Demonstrativo de resultado		
Receita operacional líquida *pro forma*	555,2	863,9
Prejuízo do exercício *pro forma*	(63,2)	(16,8)
Margem bruta *pro forma*[2]	59,7%	52,2%
Margem líquida *pro forma*[3]	(11,4)%	(1,9)%
Outros indicadores financeiros		
EBITDA *pro forma*[4]	376,5	552,4
Margem EBTIDA *pro forma*[5]	67,8%	63,9%
Indicadores Operacionais		
Energia Vendida (MW médios)	378	482
Número de usinas em operação	45	57
Capacidade instalada (MW)	810	1.153

(1) Para maiores informações sobre nossas informações financeiras *pro forma*, veja o item "Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas" da seção "Informações Contábeis e Outras Informações" na página 687 deste Prospecto.

(2) Margem bruta *pro forma*: é calculada pela divisão do lucro bruto *pro forma* pela receita operacional líquida *pro forma*.

(3) Margem líquida *pro forma*: é calculada pela divisão do lucro líquido (prejuízo) *pro forma* pela receita operacional líquida *pro forma*.

(4) O EBITDA *pro forma* segue as disposições da Instrução CVM n.º 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as informações financeiras *pro forma* não auditadas como segue: lucro líquido *pro forma* acrescido das despesas e receitas *pro forma* referentes ao imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA *pro forma* não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA *pro forma* de maneira diferente de nós. Para a reconciliação do lucro líquido *pro forma* com o EBITDA *pro forma* vide Seção 3.9 do formulário de referência.

(5) Margem EBITDA *pro forma*: EBITDA *Pro Forma* dividido pela receita operacional líquida *pro forma*.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos estar posicionados para nos beneficiar das oportunidades de crescimento e sinergias no setor de geração de energia a partir de fontes renováveis no Brasil e aumentar retornos para nossos acionistas, especialmente devido aos nossos pontos fortes abaixo listados.

Sólida e previsível geração de caixa, com altas margens operacionais e alta capacidade de alavancagem

Nossas receitas são auferidas por meio de contratos de venda de energia de longo prazo com preços atraentes e reajustados anualmente com base na inflação. Todos os nossos ativos atualmente em operação e em construção, totalizando 1.735 MW de capacidade instalada, possuem contratos de venda de energia de longo prazo no mercado livre ou no mercado regulado de energia, com um prazo médio ponderado de 18 anos e um preço médio de R$192,00/MWh em 31 de março de 2013. Tratam-se de contratos com uma base de clientes pulverizada e que acreditamos ser de boa qualidade de crédito, representando um importante fator de mitigação de riscos. Estimamos que nossa capacidade instalada e nossas receitas apresentarão um crescimento significativo até 2016, dado que possuímos 582 MW de capacidade instalada em construção e com alta previsibilidade daí em diante.

A estabilidade de receita e de fluxo de caixa por prazos longos faz com que o retorno sobre os investimentos seja estável e previsível. Além disto, uma vez em operação, os custos de nossas atividades são reduzidos, gerando uma alta margem EBITDA. Em razão disso e devido às características de longo prazo e de custo atrativo das linhas de financiamento do BNDES, principal financiador do setor elétrico brasileiro, nossos projetos permitem a obtenção de volumes substanciais de financiamento em relação ao valor total do investimento, o que acreditamos permitir o aumento de retorno para os acionistas.

Liderança no crescente mercado de energias renováveis no Brasil

Somos a maior companhia brasileira de geração de energia a partir de fontes renováveis, com 1.735 MW de capacidade em operação e em construção, de acordo com dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp), cuja energia encontra-se comercializada através de contratos de longo prazo. Ademais, em 31 de março de 2013 possuíamos 3.818 MW de projetos em desenvolvimento. Acreditamos possuir uma escala que nos permite aproveitar as oportunidades de crescimento com rentabilidade, como resultado de sinergias de custos, relacionamento com fornecedores, operação integrada e capacidade de gerenciamento de projetos.

Acreditamos que a estimativa de forte crescimento da demanda de energia e a consequente previsão de expansão da capacidade instalada no País, notadamente nas fontes renováveis, conjugados com o nosso posicionamento no setor e nosso portfólio robusto de projetos, nos coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de crescimento do mercado de energias renováveis brasileiro.

Portfólio de ativos de qualidade e diversificado entre fontes, sendo um player que captura o crescimento nas quatro fontes de energias renováveis

Nosso portfólio de ativos em operação e em construção em termos de energia contratada é composto por 25% de PCHs, 58% de Parques Eólicos, 17% de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, além de uma Usina Solar Fotovoltaica já em operação de 1,1 MW de capacidade instalada. A diversificação de nosso portfólio entre as quatro fontes nos permite aproveitar o crescimento em cada uma delas e minimizar riscos associados à dependência de uma única fonte, além daqueles riscos relativos à expansão do nosso portfólio no caso de uma fonte específica apresentar dificuldades de competir pela sua viabilização perante as outras fontes. Adicionalmente, nossos ativos estão diversificados geograficamente em oito estados brasileiros, o que minimiza riscos associados a (i) problemas climáticos ou hidrológicos específicos de uma determinada região e (ii) riscos associados a condições adversas de sub-mercados regionais, melhorando a condição média de operação e manutenção de nossas usinas.

No período de três meses findos em 31 de março de 2013 a receita está segregada de forma equilibrada entre as nossas fontes de atuação, sendo: 40% em PCH, 50% em Parques Eólicos, 5% em Usinas Termelétricas a Biomassa e 5% na CPFL Renováveis em função de ser a representante perante à CCEE de determinadas controladas.

Adicionalmente, nossos contratos de venda de energia encontram-se diversificados entre as duas categorias de consumidores, sendo que, até 31 de março de 2013, 40% foram firmados no mercado livre e 60% no mercado regulado.

Seguimos critérios rigorosos no desenvolvimento, na construção e na operação de nossos ativos, buscando excelência técnica e operacional na gestão de todas as fases em que atuamos. Procuramos nos associar a fornecedores e parceiros de reconhecida capacidade técnica, de forma a assegurar a qualidade dos equipamentos e serviços aplicados em nossos projetos.

Experiência destacada e integrada no ciclo de desenvolvimento de projetos, capturando valor em toda a cadeia

Atuamos de forma integrada em todas as fases do ciclo de um projeto, ou seja, na prospecção e identificação, no desenvolvimento, na construção, na operação e na comercialização de energia a partir de fontes renováveis. Para isto, contamos com 326 profissionais, dentre os quais 95 engenheiros, técnicos e especialistas em energia, compondo um time com experiência na otimização e na gestão de projetos de engenharia, condução de processos de licenciamento ambiental e regulatório de projetos, contratação e gestão de fornecedores e prestadores de serviços para a implantação de projetos, bem como na operação e manutenção das usinas.

Acreditamos que essa atuação nos permite aumentar a qualidade técnica dos nossos projetos, minimizando os riscos de execução e mantendo custo reduzido de desenvolvimento e implantação, capturando valor em todas as etapas da cadeia de forma a maximizar retornos aos nossos acionistas.

Acreditamos, ainda, que essa atuação integrada pode ser comprovada pelo nosso histórico de construção de empreendimentos. Até o momento já construímos 12 (doze) PCHs, 5 (cinco) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, 7 (sete) parques eólicos e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica, que somadas ao total de projetos em operação da companhia, inclusive os adquiridos, totalizam 1.153 MW de capacidade instalada.

Comprovado histórico na execução, desenvolvimento de projetos e operação de ativo

Possuímos comprovado histórico em execução e desenvolvimento de projetos, notadamente:

- *Construção de ativos nas quatro fontes:* Desde o início de nossas atividades até 31 de março de 2013 construímos 12 (doze) PCHs, 5 (cinco) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, 7 (sete) Parques Eólicos e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica, representando 593 MW de capacidade instalada. Para tanto, temos uma rigorosa e dedicada equipe de gestão de projetos e engenharia, com 37 profissionais. Ademais, estamos construindo 18 (dezoito) Parques Eólicos e 2 (duas) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, totalizando mais 582 MW de capacidade instalada, o que acreditamos comprovar nossa experiência na construção e implementação de projetos no setor.

- *Crescimento da nossa capacidade instalada:* Aumentamos nossa capacidade instalada principalmente através da implementação de projetos e da aquisição de ativos e companhias em diversas etapas de desenvolvimento. Nossa capacidade instalada em operação aumentou de 47 MW em 2009 para 1.153 MW em 31 de março de 2013, o que representa uma taxa de crescimento anual de 123% (CAGR) no período. Obtivemos 68 licenças ambientais de operação e instalação, além de cinco licenças prévias e 22 outorgas do órgão regulador para a implantação de nossos projetos atuais e futuros, confirmando nossa capacidade de desenvolvimento de nossos ativos. Além de crescermos através de nossa estratégia orgânica, seguimos uma metodologia disciplinada de mapeamento do mercado para identificação e análise de projetos para aquisição. Desde o início de 2011 realizamos diversas aquisições de ativos relevantes, que incluem os Empreendimentos SIIF, Bons Ventos, Santa Luzia, Ester e Projeto Atlântica, que agregaram 557 MW de capacidade instalada ao nosso portfólio.

- *Crescimento substancial do nosso portfólio de ativos em desenvolvimento.* Nosso portfólio de ativos em desenvolvimento expandiu de 562 MW em 2009 para 3.818 MW em 31 de março de 2013. Entendemos que nossa capacidade de desenvolver projetos é uma competência central de nossa Companhia, sendo fundamental para nosso contínuo crescimento, aproveitamento de ganhos de escala e diversificação por fontes de energia. Esta capacidade de desenvolvimento está fundamentalmente baseada na sólida experiência da nossa equipe de desenvolvimento, que conta com 14 profissionais dedicados a esta função.

- *Capacidade de estruturar financiamentos para nossos projetos.* Nossa capacidade de implementação de projetos é suportada por uma experiência diferenciada de viabilização de financiamentos. Desde o início de nossas atividades, captamos R$4,1 bilhões em linhas de longo prazo para o financiamento de projetos, sendo 73% com bancos de fomento, com destaque para o BNDES (principal financiador do setor elétrico brasileiro). Esses financiamentos com bancos de fomento possuem prazos médios de até 16 anos e taxas médias de TJLP + 1,7% ao ano. Desta forma, com uma equipe exclusivamente dedicada à estruturação financeira dos projetos, alcançamos uma média de alavancagem em novos projetos de 72%, o que nos confere um incremento de rentabilidade em nossos projetos.

- *Comercialização de energia*. Conseguimos aproveitar condições atrativas de preço tanto no mercado regulado quanto no mercado livre para a contratação de energia de nossos projetos, o que resulta em taxas de retorno comparativamente mais altas que aquelas de projetos dependentes apenas dos leilões no mercado regulado. Da nossa capacidade instalada contratada total de 1.735 MW, aproximadamente 40% foram negociados em contratos bilaterais no mercado livre.

Administração competente e experiente e acionistas altamente reconhecidos no setor

Os membros de nossa administração possuem extensa experiência em nosso ramo de atividade, com uma média de 23 anos de experiência no setor de energia elétrica brasileiro. Dentre as principais competências de nossa equipe, destacamos: (i) capacidade comprovada na gestão, implementação e construção de projetos; (ii) identificação de oportunidades de mercado e aquisição de ativos e empresas; (iii) comercialização de energia dos projetos; (iv) otimização operacional dos ativos; (v) estruturação financeira dos projetos permitindo a otimização do retorno sobre capital investido.

Nosso acionista controlador, a CPFL Energia possui experiência significativa no setor, sendo o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, líder no Brasil nos segmentos de distribuição e comercialização de energia e o segundo maior grupo privado no segmento de geração de energia do País, segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp). A CPFL Energia adota as mais elevadas práticas de governança corporativa no Brasil possuindo ações listadas no segmento "Novo Mercado" da BM&FBovespa e ADRs na Bolsa de Nova Iorque.

Nossos acionistas provenientes da ERSA aportaram sólida experiência técnica no desenvolvimento de projetos, forte componente empreendedor na gestão de nossa Companhia e foco em resultados.

Atualmente, conjugamos em nossa equipe os melhores aspectos oriundos dos dois blocos de acionistas e temos permeado em todos os níveis da nossa Companhia os principais conceitos que definem nossa estratégia e orientação a resultados. Possuímos uma estrutura sólida de governança corporativa e uma rígida política de sustentabilidade.

Nossa Estratégia

Ocupamos uma posição de liderança na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no Brasil e pretendemos manter e fortalecer esta posição, tanto em tamanho quanto em rentabilidade. Acreditamos estar em posição privilegiada para alcançar nosso objetivo de crescimento sempre buscando a maximização de retorno para nossos acionistas, aproveitando-nos de nossos pontos fortes. Neste sentido, pretendemos executar de forma consistente nosso plano de negócios e para alcançarmos nosso objetivo temos como principais estratégias:

Executar nosso plano de crescimento por meio do desenvolvimento de projetos e da aquisição de ativos de energia renovável no Brasil

Pretendemos aumentar ainda mais o crescimento rentável de nosso negócio por meio de uma estratégia que busque combinar de maneira eficiente o crescimento orgânico, por meio do desenvolvimento de projetos, e o crescimento via aquisições de ativos e projetos, mantendo nossa disciplina técnica e financeira de forma a criar e maximizar valor para os nossos acionistas.

Em relação ao crescimento orgânico, acreditamos estar posicionados para nos beneficiar da forte expansão da capacidade instalada projetada no País, notadamente nas fontes renováveis, dada a nossa posição de liderança no setor e nosso portfólio robusto de projetos. Contamos com um time interno de engenheiros e técnicos altamente qualificados, experientes e especializados na prospecção e no desenvolvimento de ativos de energia renovável. Dos nossos 3.818 MW de capacidade instalada de projetos em desenvolvimento, 527 MW estão prontos para vender energia e iniciar construção nos próximos 12 meses. Estimamos ainda que outros 1.077 MW estarão prontos para vender energia e iniciar construção ao longo dos próximos três anos e que os demais projetos estarão em tal estágio após 2016. Temos, ainda, uma dedicada e experiente estrutura interna de engenharia, suprimentos e construção, que é responsável pela gestão da construção de nossos projetos. Pretendemos continuar desenvolvendo e explorando nossos projetos no setor de energia renovável com disciplina financeira e com foco na maximização do retorno aos nossos acionistas.

Acreditamos que o mercado brasileiro de geração de energia através de fontes renováveis possui diversas oportunidades de crescimento através de aquisições, dada sua alta fragmentação. Acreditamos que seremos capazes de continuar nosso crescimento via aquisições selecionadas, visando à consolidação do setor dada a alta experiência e comprovado histórico de nossa equipe que atua no monitoramento, prospecção e avaliação de ativos, aliada à nossa capacidade financeira, que será reforçada com a Oferta. Atualmente possuímos 1.122 MW de capacidade instalada em análise para aquisição de projetos em diversos estágios de desenvolvimento.

Crescer através da nossa capacidade diferenciada de comercialização de energia

Nossa estratégia é manter a exploração das duas alternativas de comercialização de energia, mercado regulado (ACR) e mercado livre (ACL), de forma a viabilizar o crescimento sustentável do nosso portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis. Atualmente 40% de nossa energia contratada está vendida no mercado livre a um prazo médio remanescente de 16 anos e 60% no mercado regulado a um prazo médio remanescente de 19 anos, o que acreditamos mostrar nossa capacidade de explorar ativamente os dois mercados.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis. Nos últimos três anos foram realizados oito leilões, totalizando mais de 9,0 GW de capacidade instalada com energia comercializada. Pretendemos focar nossa capacitação técnica e financeira, bem como buscar todas as economias de escala e sinergias operacionais disponíveis para obter sucesso em tais leilões.

Em paralelo, buscaremos de forma contínua uma alternativa para os leilões no crescente mercado livre composto por Consumidores Livres e Consumidores Especiais, cuja demanda acreditamos que se encontra abaixo de seu potencial, e que atualmente conta com importantes benefícios econômicos para as empresas focadas em energia renovável, tais como desconto nos encargos setoriais e preços médios de venda mais atrativos. Estimamos que o mercado livre seja de 24 GW médios, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, dos quais apenas 14,8 GW médios ou 61,1% foram explorados. Com o auxílio da reconhecida experiência em comercialização do nosso acionista controlador, que atualmente conta com a maior comercializadora do País em participação de mercado com 10% de *market share* neste setor, pretendemos focar nossa atuação nesse segmento de consumidores.

Para tanto, firmamos com a CPFL Brasil um acordo sobre comercialização de energia que tem por objetivo regular todas as operações de comercialização de energia entre as duas sociedades, de modo a assegurar que as referidas operações sejam sempre realizadas em bases comutativas. Os contratos tem como objetivo viabilizar novos empreendimentos de geração, através de contratos de compra e venda de energia de longo prazo. Deveremos manter um volume de 60% comercializado no ACR e de 40% no ACL. A cada leilão de compra de energia organizado pelo governo realizaremos uma cotação de mercado para 40% da energia dos nossos projetos com pelo menos cinco comercializadoras ou consumidores de 1ª linha. Sendo a CPFL Brasil a vencedora, poderemos aceitar ou recusar a proposta da CPFL Brasil. Em caso de recusa, ficaremos livres para vender toda a energia a terceiros ou vender no leilão organizado pelo governo. Em caso de aceite da proposta, serão aplicados dois mecanismos de ajuste, um de montante e um de preço. Para maiores informações sobre o regulamento, ver item 7.3 do Formulário de Referência.

Continuar buscando maximizar a rentabilidade de nossos ativos através de ganhos de escala, captura de sinergias e utilização de alavancagem financeira

Buscamos maximizar o retorno de nossos ativos através da redução de custos por meio de ganhos de escala, da captura de sinergias entre ativos, dos ganhos de eficiência operacional e da alavancagem financeira. Acreditamos, que dada nossa posição de liderança e crescente escala de nosso portfólio, seremos capazes de capturar sinergias operacionais e financeiras em diversas vertentes, como, por exemplo, negociação com fornecedores, compartilhamento de custos e despesas entre ativos geograficamente próximos e redução de custos financeiros.

Como exemplo, a incorporação dos Parques Eólicos de Bons Ventos (157,5 MW de capacidade instalada), localizados no Estado do Ceará, ao nosso portfólio, que inclui os Empreendimentos SIIF (210 MW de capacidade instalada), localizados no mesmo Estado, ocorrida em 2012 nos permitirá realizar sinergias através de reduções nas despesas gerais e administrativas desses ativos.

Explorar oportunidades em novas fontes de energia renovável com base em inovação e tecnologia

Na primeira etapa de nosso plano de negócios, focamos nossa atuação em PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa. Pretendemos continuar explorando e investindo em oportunidades de inovação envolvendo novas tecnologias de energia renovável, como energia solar, energia proveniente de resíduos e do biogás. Para isto, pretendemos monitorar e testar outras tecnologias potencialmente viáveis, focando naquelas que se mostrarem mais competitivas e eficientes. Por exemplo, atualmente possuímos um projeto em operação de energia solar que iniciou operação em novembro de 2012 com capacidade instalada de 1,1 MW de capacidade instalada. Cenários de oferta limitada de energia e de alta nos preços favorecem a implementação de novos empreendimentos e fontes alternativas de energia renovável, uma vez que esses geram energia limpa e são incentivadas pelo Governo Federal de diversas formas. Nossa intenção é estar presente em todas as tecnologias que se mostrarem técnica e economicamente viáveis e, para tanto, continuaremos a investir no desenvolvimento de projetos piloto de energia, buscando sempre permanecer na vanguarda tecnológica no nosso setor.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Posteriormente a 31 de março de 2013, data de nossa última informação contábil divulgada, cuja emissão foi autorizada em 23 de abril de 2013, ocorreram os eventos subsequentes abaixo indicados.

Em abril de 2013, o BNDES realizou o desembolso da parcela restante do empréstimo ponte do Complexo Eólico Macacos no valor de R$59,86 mil. Os empréstimos possuem encargos baseados em TJLP acrescidos de 3,02% ao ano e vencimento em abril de 2014.

Em 15 de maio de 2013, as controladas pertencentes ao complexo eólico Atlântica captaram, R$263.714 mil junto ao BNDES, na modalidade empréstimo ponte, para suprir as necessidades do projeto até a obtenção do empréstimo de longo prazo, que será posteriormente contratado junto à mesma instituição. Sobre a operação incide TJLP + 3,02% ao ano.

Em 15 de maio de 2013, a Controlada Campos dos Ventos II captou junto ao Banco Itaú o montante de R$35.000 mil, para construção do referido projeto. Esta dívida tem vencimento em 11 de novembro de 2013 e incide sobre o montante 100% do CDI acrescido de 1,05% ao ano.

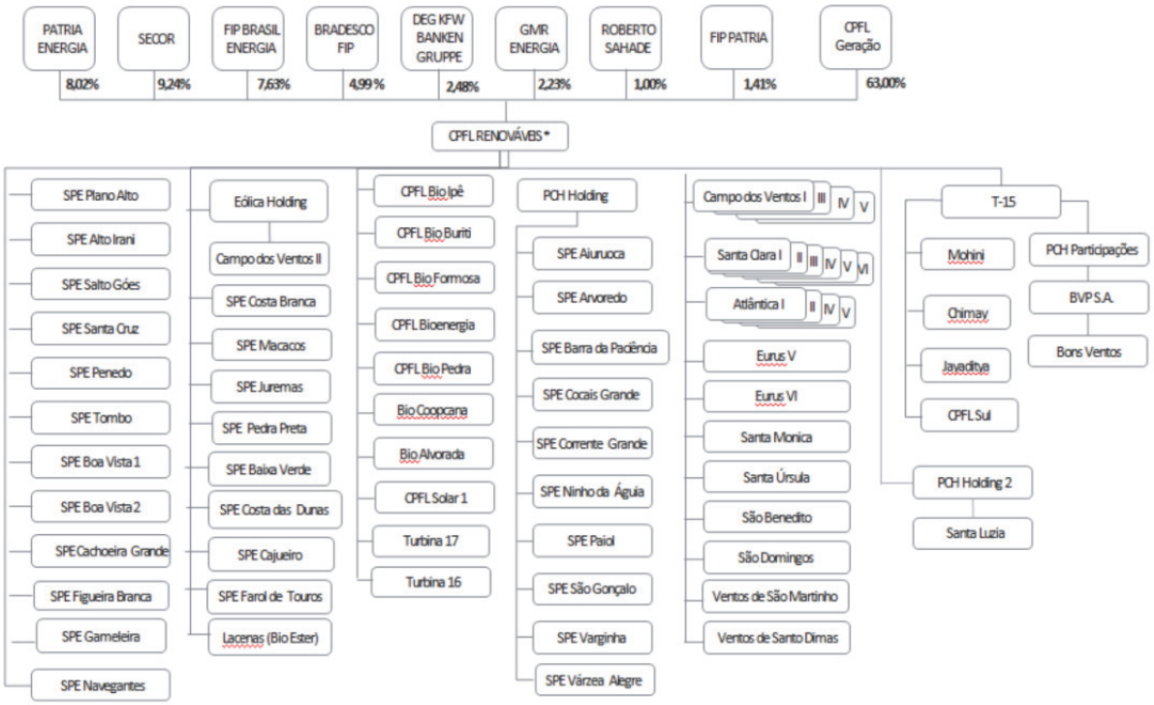
Em 18 de junho de 2013 a Companhia assinou com Martifer Renováveis Geração de Energia Participações S.A., contrato de compra e venda de ações relativo à aquisição da totalidade das ações da Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Rosa dos Ventos"), que detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia ("ANEEL"), para explorar os parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW. Os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia gerada por tais parques eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. O preço total da aquisição é R$99,7 milhões, sendo (i) R$62,0 milhões pagos ao vendedor; e (ii) R$37,7 milhões em assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos, ajustáveis até o fechamento da operação, o qual encontra-se sujeito à satisfação das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda e aprovações prévias pertinentes. A operação permitirá à Companhia atingir um portfólio de 1.166,9 MW de potência em operação.

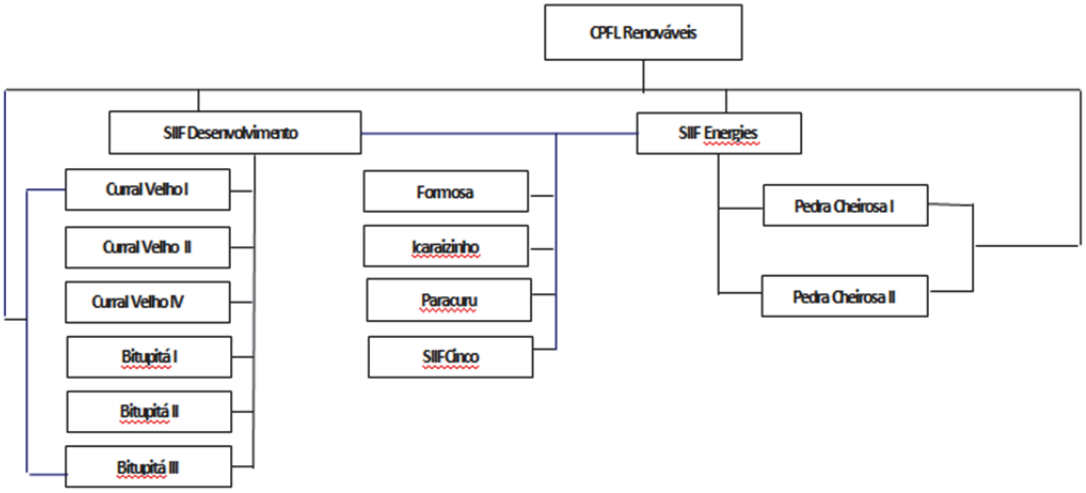
Em 14 de junho de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09"), e da Instrução da CVM nº 134, de 1 de novembro de 1990, conforme alterada ("Instrução CVM nº 134/90"), no valor de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Tais notas promissórias ainda não foram desembolsadas e os recursos decorrentes de tal emissão visam a reforçar o capital de giro da Companhia para atender aos negócios de sua gestão ordinária.

Em junho de 2013, as diretorias das controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V aprovaram suas terceiras emissões de notas promissórias. O financiamento, com valor de R$34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil reais) para cada controlada, servirá para alongar o prazo de vencimento das notas promissórias anteriormente emitidas, enquanto aguarda-se a aprovação do financiamento do BNDES.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O organograma abaixo ilustra nossa estrutura societária na data deste Prospecto.





INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nossa sede social está localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O número de nosso telefone geral é (11) 3157-9300 e nossa página na Internet é www.cpflrenovaveis.com.br. O número de telefone do nosso Departamento de Relações com os Investidores é (11) 3157-9312. Nenhuma informação em nossa página na Internet é parte integrante deste Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA

Abaixo estão incluídos apenas os cinco principais fatores de risco que nos afetam. Para informações acerca dos demais riscos a que estamos sujeitos, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", nas páginas 92 a 96 deste Prospecto, e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de realizar a construção, implantação, operação e aquisição de projetos a preços e em condições previstos inicialmente em nossa estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre o nosso crescimento e sobre os nossos resultados.

O crescimento da nossa receita depende significativamente da nossa capacidade de alocar capital eficientemente e de desenvolver e explorar os empreendimentos, ou seja, prospecção, construção, implementação, aquisição e operação, bem como de adquirir e renovar nossas autorizações de forma a fornecer um retorno de capital eficaz para nossos acionistas.

Na fase de construção e implementação, poderemos não ser capazes de concluir o projeto de determinados empreendimentos dentro do cronograma ou do orçamento inicialmente estimado devido a uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando a: (i) fenômenos naturais, condições ambientais e condições geológicas adversas; (ii) incapacidade e demora na obtenção da posse, aquisição ou arrendamentos das terras necessárias à implantação dos projetos e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras, bem como manutenção de nosso direito de passagem nos imóveis; (iii) atrasos na obtenção de todas as licenças, autorizações e aprovações por parte dos órgãos reguladores, incluindo as licenças ambientais, cujas condicionantes podem impactar nossos projetos elevando significantemente os prazos e valores inicialmente estimados para a instalação de um empreendimento; (iv) falhas nos serviços necessários, incluindo imprevistos de engenharia que podem levar a construções fora dos padrões aceitáveis, levando a riscos de acidentes e impondo custos adicionais para adequação das construções; (v) disputas com empreiteiros e subempreiteiros, bem como atrasos na aquisição de equipamentos e incapacidade de desenvolver infraestrutura no local; (vi) dificuldades na integração de novos administradores e colaboradores em nossa organização, bem como na obtenção de mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (vii) disputas trabalhistas; (viii) mudanças nas condições de mercado; (ix) atrasos na obtenção de capital de giro adequado ou de outra modalidade de financiamento para completar construções e para iniciar operações de projetos; (x) necessidade de atualizar sistemas de contabilidade, informações administrativas e recursos humanos; (xi) outros problemas e circunstâncias que podem resultar no aumento dos investimentos para construção e implementação dos projetos.

Já a operação das nossas instalações envolve diversos riscos, incluindo os seguintes: (i) desempenho da turbina abaixo dos níveis de saída ou eficiência esperados ou dos contratados; (ii) desligamentos ou a obstrução da turbina devido ao desgaste, design ou defeito de fábrica ou avaria ou falha do equipamento, falta de peças de substituição, equipamento ou reposição ou sobrecargas das redes externas de transmissão e distribuição de eletricidade; (iii) defeitos de design ou de fabricação das turbinas; (iv) incapacidade de operar as turbinas de acordo com as especificações do projeto; (v) aumentos dos custos das operações, incluindo os custos relativos a litígios trabalhistas que afetam nossas usinas diretamente ou nossas partes do contrato, os custos relativos à operação e manutenção de equipamentos, seguros e tributos imobiliários; (vi) risco de implementação; (vii) riscos de danos ao meio ambiente, que podem ensejar ações judiciais por parte de órgãos fiscalizadores, entidades de proteção ambiental e do Ministério Público, requerendo pagamento de compensação por danos eventualmente causados ou, ainda, a paralisação das atividades e desativação de um determinado empreendimento; (viii) desastres naturais, tais como incêndios, terremotos, explosões, inundações ou outros eventos de força maior, atos terroristas ou outras ocorrências semelhantes que poderiam resultar em danos pessoais, perda de vida, perigo ambiental ou lesões graves ou destruição de uma usina ou suspensão das suas operações; (ix) erros de operação; (x) não obtenção das autorizações necessárias, inclusive ambientais, ou impossibilidade de atendimento às condicionantes; (xi) incapacidade de operar dentro das limitações que possam ser impostas por autoridades governamentais para o uso das propriedades, ambientais ou outros requisitos regulamentares; (xii) conflitos com os proprietários do sítio ou proprietários de terras adjacentes, inclusive queixas de ruído ou incômodo; (xiii) necessidade de uso pelo governo, decretação de bem de utilidade pública ou eventos similares; (xiv) dificuldades de desenvolvimento e crescimento; (xv) dificuldades para obter imóveis para a instalação de nossos projetos; e (vi) dificuldades no desenvolvimento de projetos competitivos e de qualidade.

Adicionalmente, poderemos não ser capazes de operar nossas usinas conforme esperado e, portanto, podemos não vir a gerar a energia esperada em nossas usinas em função de diversos fatores tais como: (i) alterações na regulamentação ambiental, exigindo novas adequações nos projetos e consequentes gastos de capital e aumento de custos operacionais; (ii) diferença entre o preço de venda da energia a ser gerada por nossas usinas e o preço da energia contratada por meio de Contratos de Energia de Reserva devido a alterações do volume hídrico, da intensidade dos ventos ou da quantidade de biomassa disponível que poderão divergir daqueles considerados em estudos realizados na fase de projeto; entrada em operação comercial das usinas em data posterior à estimada; e (iii) indisponibilidade de geradores em nível superior aos índices de desempenho de referência.

Ademais, após o início da operação de nossas usinas, poderemos ser obrigados a realizar investimentos adicionais em estrutura e equipamentos não previstos nos nossos orçamentos, principalmente em função do desgaste de nossos ativos, sejam eles recém adquiridos ou que estejam em atividade há diversos anos.

Por fim, a concorrência na aquisição de empresas em mercados nos quais temos interesse poderá resultar em preços mais altos que os habituais para a aquisição de tais negócios, afetando adversamente o ritmo de aquisições ou mesmo o seu grau de sucesso. Podemos não ser capazes de atingir os benefícios que esperamos como resultado das aquisições que poderemos realizar.

Podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, ambientais, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas ou projetos alvos, e outras questões regulatórias relativas a ANEEL. Além disso, eventuais aquisições de outras empresas de energia elétrica estão sujeitas aos limites estabelecidos pela ANEEL, como, por exemplo, a aprovação da mudança do controle das empresas adquiridas, o que pode consumir uma parte do tempo e atenção de nossa administração, não sendo garantida a aprovação de tais aquisições pelos órgãos reguladores competentes. Qualquer processo de integração com empresas adquiridas pode demandar tempo e recursos relevantes, e podemos não conseguir conduzir este processo com êxito, de modo que as nossas receitas e resultados consolidados com os das empresas adquiridas podem ser afetados de maneira adversa.

A ocorrência de qualquer um dos eventos anteriores poderá resultar na perda das nossas licenças e autorizações, na impossibilidade de realização ou manutenção de projetos pela Companhia, na redução significativa ou eliminação das receitas decorrentes da operação de nossas usinas, no aumento significativo dos custos de exploração, na necessidade de maiores gastos, na queda da produção de eletricidade, em danos pessoais ou morte do operador ou de outros, além de danos para um comprador de energia e, por conseguinte, poderia ter um efeito adverso em nossos negócios, na nossa situação financeira ou no resultado das nossas operações.

O aumento na demanda por energia elétrica no Brasil e o crescimento do setor de energias renováveis poderão não se confirmar ou ser inferiores às nossas estimativas ou poderão ser supridos por outros projetos de geração de energia elétrica.

Nossos investimentos em novos projetos de geração de energia elétrica foram baseados na expectativa de aumento da demanda por energia elétrica nos próximos anos e no potencial estimado de crescimento do setor de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Contudo, esse aumento da demanda e crescimento do setor de energias renováveis em relação ao setor de geração de energia elétrica em geral poderão não ocorrer ou ser inferiores ao inicialmente estimado.

A demanda pela energia gerada pode ainda ser negativamente afetada pelo avanço no desenvolvimento de alternativas energéticas que poderão reduzir significativamente o consumo de energias renováveis. Quaisquer avanços na tecnologia que exijam investimentos significativos para manter a nossa competitividade ou que de outra forma reduza a demanda por energias renováveis poderá ter um efeito material adverso sobre nossos negócios e desempenho financeiro.

Além disso, um eventual aumento da demanda, seja ele inferior, igual ou superior ao aumento estimado, poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica a partir de fontes não renováveis, grandes hidrelétricas, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a entrar em operação no futuro. Nessa hipótese, nós teremos dificuldades para comercializar energia de nossos projetos, limitando nossa capacidade de crescimento e gerando um efeito adverso sobre nossa situação financeira e nossos resultados.

A tudo isso, soma-se o fato de que nossas autorizações para geração de energia elétrica nos submetem ao regime de produção independente de energia elétrica, o qual, por definição legal e regulamentar, obriga-nos a comercializar a energia que geramos por nossa conta e risco, ou seja, sem qualquer garantia de mercado consumidor para a energia elétrica. Consequentemente, caso não sejamos capazes de comercializar a totalidade da energia gerada, teremos que liquidar a quantidade não contratada aos valores de PLD, o que pode ocasionar uma redução de nossa receita estimada, gerando um efeito adverso em nossa situação financeira e em nossos resultados.

Nossos resultados operacionais dependem de condições hidrológicas e eólicas favoráveis, além da manutenção das safras de cana-de-açúcar e demais culturas para produção de biomassa. Níveis pluviométricos baixos, a alteração no regime dos ventos, quebras em safras que reduzam a disponibilidade de biomassa, bem como uma escassez e racionamento de energia, como o que ocorreu em 2001 e 2002, poderão causar um efeito relevante e adverso sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Nas situações em que o regime pluviométrico afete os montantes de água necessários à recomposição dos reservatórios ou manutenção da vazão mínima dos rios, poderá haver reduções compulsórias das quantidades de energia elétrica comercializada, sendo tal redução compartilhada de forma pro rata entre todos os agentes geradores de energia elétrica conectados ao SIN. O regime de chuvas e a vazão dos rios podem ser afetados por uma série de fatores, dentre os quais, temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem, acúmulo de sedimentos no leito do rio, bem como as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Tal risco materializou-se no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, quando o País enfrentou um racionamento de energia elétrica, tendo o Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise Energética ("CGE"), imposto aos agentes de geração de energia hidrelétrica e aos consumidores finais uma redução compulsória da disponibilidade de energia elétrica em percentual de aproximadamente 20% do consumo de energia durante esse período. Se houver outra situação de risco sistêmico e escassez generalizada de energia hidrelétrica, o governo poderá impor redução compulsória na Energia Assegurada dos geradores de energia elétrica, bem como no consumo de energia elétrica pelos consumidores finais, para fins de recomposição dos reservatórios das UHEs e das PCHs, que podem reduzir proporcionalmente a quantidade de energia elétrica vendida pelas geradoras, causando um efeito adverso sobre nossos resultados.

Caso nossas projeções a respeito do regime de ventos para o desempenho das nossas Usinas Eólicas não estejam precisas, poderemos incorrer em receitas de venda de energia elétrica inferiores às receitas estimadas. Com base em estudos independentes, projetamos a geração de energia elétrica para nossas Usinas Eólicas. Entretanto, correntes de vento podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem, bem como as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Caso as estimativas acerca do regime de ventos não se concretizem no futuro, nossas Usinas Eólicas poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre nossos resultados.

Em situações em que a safra de cana-de-açúcar de nossos parceiros em estruturas de consórcio para produção de excedentes de energia através das Usinas Térmicas movidas a Biomassa de cana-de-açúcar passe por redução de produção, poderemos incorrer em receitas de venda de energia inferiores às originalmente projetadas. Todas as projeções da Companhia são realizadas conforme históricos de produção e consumo interno dos parceiros. Porém, efeitos como chuvas excessivas, redução de valores das commodities, desaquecimento da economia mundial, entre outros, podem afetar diretamente a produção e consequente geração de biomassa de nossos parceiros, causando efeitos adversos sobre nossos resultados.

Nossa estratégia de crescimento considera a crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro em linha com a regulamentação vigente.

Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos empreendimentos de geração de fonte hidráulica, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Nesta fase, existem riscos inerentes ao desenvolvimento de projetos, devido ao processo de competição estimulado pela própria Agência.

A exploração dos potenciais hidrelétricos enquadrados como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), submetida ao regime de autorização, é sujeita ao processo de seleção de projeto básico definido pela ANEEL, nos termos do disposto na Resolução nº 343/2008, em caso de mais de um interessado no mesmo potencial hidráulico.

De acordo com a referida regulamentação, a ANEEL, nos casos onde houver disputa, utilizará os seguintes critérios para selecionar o empreendedor apto a explorar a PCH, considerando os projetos apresentados pelos interessados, visando aumentar o número de agentes produtores de energia elétrica e assegurar maior competitividade para a outorga de autorização, na seguinte ordem:

I – aquele cujo projeto básico esteja em condições de obter o aceite dentro dos prazos estabelecidos;

II – aquele que tenha sido o responsável pela elaboração do respectivo estudo de inventário, observados os termos da Resolução nº 393, de 4 de dezembro de 1.998; e

III – aquele que for proprietário da maior área a ser atingida pelo reservatório do aproveitamento em questão, com documentação devidamente registrada em cartório de imóveis até o prazo de quatorze meses após a efetivação do primeiro registro na condição de ativo.

Ressalta-se que as situações de disputa apenas ocorrerão quando houver a existência de mais de um interessado e, portanto, a entrega de mais de um projeto básico para o mesmo potencial, dentro dos prazos estabelecidos. Extrapolado o referido prazo, será avaliado o único projeto básico protocolado em condições de aceite, para fins de outorga da autorização.

Por outro lado, por meio da Resolução Normativa nº 393/98, com redação dada pela Resolução Normativa nº 343/2008, é assegurado ao autor dos estudos de inventário e de revisões de inventário o direito de preferência a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do potencial inventariado, ou, no mínimo, um aproveitamento identificado, desde que enquadrado(s) como PCH(s). Verifica-se, desta forma, que no caso em que se tenha o direito de preferência, não se aplicam os critérios de seleção estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 343/2008.

Para os demais projetos não caracterizados como PCHs e com potência instalada entre 1 e 50 MW, segundo a Resolução nº 412/2010, a ANEEL, nos casos onde houver disputa, utilizará os seguintes critérios para selecionar outros interessados no aproveitamento:

I – aquele cujo projeto básico esteja em condições de obter o aceite dentro dos prazos estabelecidos;

II – aquele que tenha sido o responsável pela elaboração do respectivo estudo de inventário, observados os termos da Resolução ANEEL nº 393/1998;

III – aquele que tenha protocolado primeiro o projeto básico na ANEEL com as disciplinas cartografia, topografia, hidrologia e estudos energéticos em condições de aprovação sem necessidade de complementação, nos termos do ANEXO IV da referida Resolução;

IV – aquele que tenha protocolado primeiro o projeto básico na ANEEL.

O principal risco neste processo refere-se ao item IV, pois é aquele que definirá o agente selecionado, em uma eventual disputa, em que os concorrentes se encontram em condições de igualdade, cumprindo todos os demais requisitos que são de sua própria gestão.

A Resolução Normativa nº 393/98, com a redação dada pela Resolução Normativa nº 412/2010, também assegura, alternativamente ao direito de preferência previsto na Resolução ANEEL nº 343/2008, ao autor dos estudos de inventário e de revisões de inventário, o direito de preferência a 1 (um) eixo de potência maior do que 1.000 kW e igual ou inferior a 50.000 kW, sem características de PCH, porventura identificado no potencial inventariado.

Contudo, o autor do inventário pode perder as preferências asseguradas pela Resolução Normativa nº 393/98, caso se trate de revisão de inventário aprovado em período inferior a oito anos, a contar da data de solicitação do registro da revisão.

Adicionalmente, embora a autoria dos estudos de inventário seja um critério de preferência relevante tanto para garantir a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas, quanto para os empreendimentos entre 1 (um) e 50 (cinquenta) megawatts sem características de PCH, a aprovação dos estudos de inventário elaborados pela empresa também passam por processo de seleção, segundo os critérios definidos nas Resoluções Normativas nº 398/2001 e 393/1998. Sendo assim, mesmo para os casos em que a empresa esteja em processo de aprovação de inventário hidrelétrico, não há garantia de que lhe será dada preferência para exploração dos referidos potenciais, pois os próprios estudos de inventário também são objeto de seleção pela ANEEL, o que constitui risco adicional.

Assim, por se tratar de um processo competitivo entre empresas estatais e privadas, não se pode assegurar que teremos pleno êxito em obter as autorizações outorgadas pela ANEEL de todos os aproveitamentos de interesse, tendo em vista os fatores alheios ao nosso controle, dadas as regras aplicáveis às disputas pelos projetos. Caso não consigamos gerenciar com sucesso os riscos da competição por potenciais hidrelétricos, pode haver impactos em nossa capacidade de crescimento e nossos resultados.

Nossas operações e projetos de investimento podem apresentar prejuízos ou fluxos de caixa negativos por um período indeterminado.

Incorremos em prejuízos em 2009 e em 2010, e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, como resultado da associação entre os ativos de energias renováveis da ERSA – Energias Renováveis S.A. ("ERSA") e da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e aliado ao crescimento do nosso portfólio de ativos em operação, atingimos um lucro líquido consolidado de R$70,9 milhões e R$8,3 milhões, respectivamente. Ao longo destes últimos anos, realizamos também desembolsos significativos em investimentos (i) na construção de nossos projetos; (ii) no desenvolvimento do nosso portfólio de ativos; (iii) na aquisição de novos projetos e sociedades; e (iv) na instalação de nossa infraestrutura operacional.

Prevemos incorrer em expressivos investimentos de capital e, consequentemente, em expressivos desembolsos ao longo de vários anos em razão das atividades por nós planejadas. Dessa forma, podemos não alcançar a rentabilidade prevista em nosso plano de negócios ou fluxo de caixa positivo, o que pode nos impedir de pagar dividendos ou saldar as demais obrigações tempestivamente, comprometendo nossos resultados.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações contábeis apresentadas devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS, e nossas informações trimestrais intermediárias consolidadas revisadas relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2013 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, incluídas neste Prospecto, bem como em conjunto com o item "10. Comentários dos Diretores" do nosso Formulário de Referência.

As referidas informações financeiras consolidadas, inseridas neste Prospecto, foram extraídas:

- Das nossas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondente aos exercícios findos naquelas datas, anexas a este Prospecto, elaboradas por nós de acordo com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. O relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo; Ver relatório dos auditores independentes na página 279 deste Prospecto.

- Das nossas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 2012, incluindo as notas explicativas, anexas a este Prospecto, elaboradas por nós de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. Estas informações contábeis intermediárias foram submetidas à revisão pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a qual foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Ver relatório dos auditores independentes na página 173 deste Prospecto.

Associação entre Grupo CPFL e ERSA

Em 24 de agosto de 2011, a Companhia foi objeto de uma reestruturação por meio da qual a ERSA, a CPFL Geração e a CPFL Brasil uniram seus ativos de energias renováveis (a "Associação"). Para maiores informações sobre a Associação, ver itens 10.3b, 10.4a e 10.4b do nosso Formulário de Referência.

Na operação, CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da Smita, realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a Smita a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável. A ERSA então incorporou a Smita e a CPFL Geração e a CPFL Brasil receberam, em contrapartida às suas participações na Smita, novas ações da ERSA, que teve então aprovada a mudança da sua denominação social da ERSA para CPFL Energias Renováveis S.A.

O tratamento contábil desta Associação resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 e IFRS 3 (R), uma vez que na "essência" a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração e CPFL Brasil, passou a deter o controle da Companhia. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a "essência econômica sobre a forma" da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e tenha adquirido a Smita, a CPFL Energia passou a deter indiretamente a maior parte das ações ordinárias com poder de voto da ERSA, passando a controlar de fato essa sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS (R), considera-se, para efeitos contábeis, a Smita como a adquirente econômica.

Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos comparativos devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, a Smita. Como a Smita foi constituída em 3 de janeiro de 2011 e somente em julho de 2011 recebeu os ativos operacionais contribuídos pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil em preparação à sua incorporação pela ERSA, a Smita não possui demonstrações financeiras consolidadas para períodos anteriores e, consequentemente, não possui informações a serem comparadas.

As seguintes demonstrações financeiras encontram-se anexas a este Prospecto:

- Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de CPFL Energias Renováveis S.A. e controladas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013 e relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias;
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ERSA – Energias Renováveis S.A. e controladas referentes ao período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
- Informações contábeis intermediárias das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A. para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010 e relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias;
- Balanço patrimonial consolidado da Smita Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de julho de 2011 e demonstrações financeiras das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes;
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jantus S.L. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
- Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da BVP S.A. referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 e relatório sobre a revisão de informações intermediárias;
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BVP S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
- Informações financeiras consolidadas *pro forma*, não auditadas, da CPFL Energias Renováveis S.A. referentes aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e relatório de asseguração limitada dos auditores independentes.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS

Com o exclusivo objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos nossos resultados levando em conta (a) a associação entre ERSA – Energias Renováveis S.A. ("ERSA") e CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), através das controladas CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), utilizando a empresa veículo SMITA Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), concluída em agosto de 2011; (b) a aquisição de Jantus S.L. ("JANTUS") ocorrida em dezembro de 2011; e (c) a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, caso tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e (d) a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, caso tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, apresentamos no item 3.9 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, informações financeiras pro forma não auditadas dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, respectivamente. As informações de resultado pro forma não auditadas foram preparadas assumindo a premissa de que os eventos descritos anteriormente foram consumados em 1º de janeiro de 2011 e 2012.

Demonstração consolidada do resultado pró-forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações financeiras consolidadas do resultado pró-forma da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 refletem os efeitos: (a) da associação entre o Grupo ERSA e o Grupo CPFL; (b) da aquisição da JANTUS e controladas; e (c) da aquisição da BVP e controlada, conforme descritas na nota explicativa nº 2 – "Descrição das Transações – Associação e Aquisições", como se referidas transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011, e são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

(i) Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraído das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, que contemplam: (a) o resultado de cinco meses de operações da ERSA (1º de agosto a 31 de dezembro de 2011); (b) o resultado de seis meses de operações da SMITA (1º de julho a 31 de dezembro de 2011); e (c) o resultado de um mês de operação da JANTUS (1º a 31 de dezembro de 2011), cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 6 de fevereiro de 2012, não contém ressalva.

(ii) Resultados das operações consolidadas da SMITA referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2011, extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas das atividades de energias renováveis da CPFL Energia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias, emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 18 de julho de 2012, não contém ressalva.

(iii) Resultados das operações consolidadas da ERSA – Energias Renováveis S.A. ("Antiga ERSA"), atualmente denominada CPFL Energias Renováveis S.A., referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Antiga ERSA, de 31 de julho de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2012, não contém ressalva.

(iv) Eliminação dos resultados das operações consolidadas da JANTUS referentes ao mês de dezembro de 2011, que já estavam contemplados nos resultados da Companhia no exercício de 2011 mencionados no item (i) anterior, extraídos diretamente dos registros contábeis da Companhia.

(v) Resultados das operações consolidadas da JANTUS referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da JANTUS para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 1º de fevereiro de 2012, não contém ressalva.

(vi) Resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da BVP para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 13 de junho de 2013, não contém ressalva.

A coluna "Subtotal Pró-forma CPFL Renováveis" está sendo apresentada com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos resultados pró-forma de CPFL Renováveis e de facilitar a sua comparação com os resultados históricos da sua entidade predecessora, SMITA. Dessa maneira, foram eliminados desse subtotal os efeitos de aquisições posteriores à associação da CPFL Renováveis (item (iv) mencionado anteriormente) que já estavam registrados nas demonstrações financeiras históricas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Demonstração consolidada do resultado pró-forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

As informações financeiras consolidadas do resultado pró-forma da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, refletem os efeitos da aquisição da BVP S.A. e controlada, conforme mencionada na nota explicativa nº 2 – "Descrição das Transações – Associação e Aquisições", como se referida transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, e são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

(i) Resultados das operações consolidadas da CPFL Renováveis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da CPFL Renováveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 22 de fevereiro de 2013, não contém ressalva.

(ii) Eliminação dos resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao mês de junho de 2012, que já estavam contemplados nos resultados da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, mencionados no item (i) anterior, extraídos diretamente dos registros contábeis da Companhia.

(iii) Resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, extraídos das informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas da BVP, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, incluídas nos Prospectos, cujo relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias consolidadas, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 13 de junho de 2013, não contém ressalva.

As informações financeiras *pro forma* não podem ser auditadas, pois a sua compilação apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente os resultados das nossas operações caso eventos acima descritos tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e 2012. Por essa razão, nossas informações financeiras *pro forma* não auditadas foram objeto de relatório de asseguração limitada elaborado nos termos da NBC TO 3000 – "Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão" ISAE 3000 – "Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information", emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o qual é anexo a este Prospecto.

Em consequência, os procedimentos realizados sobre as informações financeiras *pro forma* a seguir descritos foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguração limitada, mas não contemplam aqueles que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguração mais elevado, tendo consistido, principalmente, em: (a) obtenção de entendimento sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras *pro forma* implementado pela nossa Administração; (b) comparação das informações financeiras históricas apresentadas em colunas nas informações financeiras *pro forma* com aquelas que constam nas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas das companhias; e (c) revisão e discussão com a Administração para entendimento e verificação dos ajustes procedidos e das premissas utilizadas na preparação das informações financeiras *pro forma*, da coluna referente a esses ajustes e do somatório final.

As informações financeiras *pro forma* não auditadas são apenas para fins informativos e não pretendem representar ou serem indicadoras de que nossos resultados operacionais teriam sido caso as operações descritas acima tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e 2012.

As informações financeiras *pro forma* não auditadas também não devem ser consideradas representativas de nossa situação financeira ou de nossos resultados operacionais futuros. As informações financeiras consolidadas *pro forma* devem ser lidas em conjunto com e interpretadas levando-se em conta as informações financeiras anexas a este Prospecto, bem como as contidas nas seções 3.9 e 10.11 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

Para mais informações sobre nossas informações financeiras *pro forma* dos nossos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2012, ver item 3.9 – "Informações financeiras pro forma não auditadas" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	CPFL Energias Renováveis S.A., constituída sob a forma de sociedade por ações, com atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.335.813 e com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 08.439.659/0001-50.
Sede	Nossa sede está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04548-004.
Diretoria de Relações com Investidores	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada em nossa sede. Nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Marcelo Antônio Gonçalves Souza. Nosso Departamento de Relações com Investidores pode ser contatado pelo telefone (11) 3157-9312, fac-símile (11) 3157-9465 e correio eletrônico ri@cpflrenovaveis.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, telefone (11) 3247-5721.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, localizada na Rua Alexandre Dumas, 1.981, CEP 04717-906, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 5186-1000 e fac-símile (11) 5181-8024.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos nossos acionistas é realizado por meio da Instituição Escrituradora.
Listagem	No dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, as ações serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "CPRE3" e listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.
Jornais	Divulgamos nossas informações societárias no jornal "Valor Econômico".
Página na Internet	www.cpflrenovaveis.com.br. As informações constantes da nossa página na Internet não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser incorporadas por referência a este Prospecto.
Informações Adicionais Sobre Nós e a Oferta	Informações complementares sobre nós e sobre a Oferta poderão ser obtidas conosco, com os Coordenadores da Oferta, com a BM&FBOVESPA e com a CVM, nos endereços e páginas da Internet indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores", deste Prospecto.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre nós, nossos negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre nós e sobre a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da Internet.

Companhia

CPFL Energias Renováveis S.A.
Diretoria de Relações com Investidores
At.: Sr. Marcelo Antônio Gonçalves Souza
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Vila Olímpia
04548-004 São Paulo, SP
Fone: (11) 3157-9312
Fac-símile: (11) 3157-9465
E-mail: ri@cpflrenovaveis.com.br
www.cpflrenovaveis.com.br

Acionistas Vendedores

Pátria Energia Fundo de Investimento em Participações
At.: Sr. Marcelo Nogueira
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar
01452-001 São Paulo, SP
Fone: (11) 3039-9000
Fac-símile: (11) 3039-9001
E-mail: marcelo.nogueira@patriainvestimentos.com.br

Pátria Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura
At.: Sr. Marcelo Nogueira
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar
01452-001 São Paulo, SP
Fone: (11) 3039-9000
Fac-símile: (11) 3039-9001
E-mail: marcelo.nogueira@patriainvestimentos.com.br

Secor, LLC
At.: Diretor de Operações e Jurídico (*Chief Operating Officer & General Counsel*)
399 Park Avenue, 10th floor
New York, NY 10022
Estados Unidos da América
Fone: 1- 212-756-5300
Fac-símile: 1-646-521-6364
E-mail: EPops@etonpark.com

Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus
At.: Sr. Fernando Jorge Buso Gomes
Avenida Paulista, 12º andar – Prédio Anexo
01310-917 São Paulo, SP
Fone: (11) 2178-5593
Fac-símile: (11) 2178-5793
E-mail: fernando@bradescobbi.com.br

DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH
At.: Latin America Department
Kaemmergasse 22
50676 Koeln, Alemanha
Fone: +49 221 4986 1438
Fac-símile: +49 221 4986 1106
Email: Mariana.Barcena@deginvest.de

GMR Energia S.A.
Rua Casa do Ator, 1.117, 18º andar
04546-004 São Paulo, SP
Fone: (11) 4890-0020
Fac-símile: (11) 4890-0020
E-mail: roberto.sahade@latampower.com

Roberto Sahade
Rua Casa do Ator, 1.117, 18º andar
04546-004 São Paulo, SP
Fone: (11) 4890-0020
Fac-símile: (11) 4890-0020
E-mail: roberto.sahade@grupogmr.com.br

Coordenadores da Oferta

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3400, 18º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. João Paulo Torres
Fone: (11) 2188-4000
Fac-símile: (11) 2188-4009
http://www.merrilllynch-brasil.com.br/

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Fone: (11) 3708-8000
Fac-símile: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Fone: (11) 3383-2000
Fac-símile: (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com

Banco Morgan Stanley S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º andar e 7º andar (parte)
04538-132, São Paulo, SP, Brasil
At.: Sr. Marcelo Porto
Fone: (11) 3048-6000
Fac-símile: (11) 3048-6099
www.morganstanley.com.br/prospectos

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar
01310-917, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Fone: (11) 2178-4800
Fac-símile: (11) 2178-4880
www.bradescobbi.com.br/site/ofertas_publicas

BB-Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
20031-923, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marcelo de Souza Sobreira
Fone: (21) 3808-3625
Fac-símile: (21) 2262-3862
www.bb.com.br/ofertapublica

Consultores Jurídicos

Consultores Jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores para o Direito Brasileiro

Pinheiro Neto Advogados
At.: Srs. Henrique Lang e Fernando Zorzo
Rua Hungria 1100
01455-906 São Paulo, SP
Fone: (11) 3247-8400
Fac-símile: (11) 3247-8600
www.pinheironeto.com.br

Consultores Jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores para o Direito dos Estados Unidos

Simpson Thacher & Bartlett LLP
At.: Srs. Todd Crider e Grenfel S. Calheiros
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1455, 12º andar
04543-011 São Paulo, SP
Fone: (11) 3546-1000
Fac-símile: (11) 3546-1002
www.stblaw.com

Consultores Jurídicos dos Coordenadores para o Direito Brasileiro

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Júnior e Quiroga Advogados
At.: Sr. Renato Schermann Ximenes de Melo
Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447
01403-001 São Paulo, SP
Fone: (11) 3147-7600
Fac-símile: (11) 3147-7770
www.mattosfilho.com.br

Consultores Jurídicos dos Coordenadores para o Direito dos Estados Unidos

Davis Polk & Wardwell LLP
At.: Srs. Manuel Garciadiaz e Maurice Blanco
Av. Brig. Faria Lima, 3.900, 11º andar
04538-132 São Paulo, SP
Fone: (11) 4871-8400
Fac-símile: (11) 4871-8500
www.davispolk.com

Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
At.: Sra. Iara Pasian
Rua Alexandre Dumas, 1.981
04717-906 São Paulo, SP
Fone: (11) 5186-1072
Fac-símile: (11) 5184-8024
www.deloitte.com.br

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A. – COORDENADOR LÍDER E COORDENADOR GLOBAL

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e 102 negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que acreditamos ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic. A transferência indireta do controle do BofA Merrill Lynch ao Bank of America, no Brasil, encontra-se pendente de autorização pelo Banco Central.

BANCO ITAÚ BBA S.A. – COORDENADOR GLOBAL

O Itaú BBA é o banco de atacado brasileiro do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória que acredita estar marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2012, o Itaú BBA apresentou, conforme suas demonstrações financeiras, os seguintes resultados: ativos de R$233 bilhões e lucro líquido de R$2,3 bilhões.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, hedge, crédito e câmbio. Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos. No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e acredita ter se consolidado rapidamente como um importante player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts ("DRs"), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, tendo recebido o prêmio de casa de research Brasil pela Institutional Investor em 2010, 2011 e 2012.

Em 2012, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram USD 611 milhões. No ranking da Dealogic divulgado em 2012, o banco fechou o ano de 2012 em segundo lugar em número de ofertas com participação no mercado de 57,2%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2012, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R$23,5 bilhões de reais. De acordo com o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2012 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 29,5%.

A área de fusões e aquisições do Itaú BBA, que o Itaú BBA acredita ser altamente especializada, oferece aos clientes estruturas e soluções que entende serem altamente eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. O Itaú BBA acredita que a área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2012, o Itaú BBA ficou em primeiro lugar, com 70 transações.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

BANCO BTG PACTUAL S.A. – COORDENADOR GLOBAL

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Hong Kong, Santiago, Lima, Medellín e Bogotá.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2012 pelo número de operações, participando de um total de mais de 150 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 e em 2011 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year".

(IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011) Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor).

No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce.

E até o momento no ano de 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar e BB Seguridade e do follow-on de Multiplan, BHG e Abril Educação.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação ficando em primeiro lugar no ranking de fusões e aquisições em 2010 e 2011, de acordo com a Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010 e 31 de dezembro de 2011. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como a fusão da TAM com a LAN, joint-venture entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer; em 2011, também participou de importantes transações, tais como aquisição do controle da Usiminas pela Ternium, assessor dos controladores da Schincariol na venda do controle para a Kirin, fusão da Vanguarda com a Brasil Ecodiesel e venda da WTorre Properties para a BR Properties. Em 2012, o BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações, tais como parceria da MPX com a E.ON, aquisição do controle da Comgás pela Cosan, aquisição dos ativos da OHL Brasil pela Abertis e consolidação do controle da EcoRodovias pela CR Almeida.

BANCO MORGAN STANLEY S.A.

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime.

Em 1986, abriu seu capital na New York Stock Exchange – NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades de *investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2012, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US$62.1 bilhões e ativos totais no valor de US$780,9 bilhões.

Na área de *investment banking,* o Morgan Stanley participou de inúmeras operações no Brasil e América Latina.

No mercado de emissão de ações, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no ranking de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral, em 2011 e 2012, de acordo com a Bloomberg. O Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global. Em 2011, o Morgan Stanley foi eleito pela revista International Financing Review (IFR) como "Equity House of the Year", "North America Equity House of the Year" e "Equity Derivatives House of the Year". Recentemente, o Morgan Stanley também foi eleito pela revista IFR como "Americas Equity House of the Year" em 2010 e 2009; "Structured Equity House of the Year" em 2010 e "EMEA Structured Equity House of the Year" em 2009.

O Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em três operações de destaque em 2010 e 2011 selecionadas pela IFR: (i) oferta inicial de ações no valor de US$1,4 bilhões da Arcos Dorados, selecionada como "Latin America Equity Issue of the Year" em 2011, na qual o Morgan Stanley participou como *joint bookrunner* e agente estabilizador; (ii) oferta de ações no valor de US$70 bilhões da Petrobras, selecionada como "Latin America Equity Issue of the Year" em 2010, na qual o Morgan Stanley também participou como coordenador global e agente estabilizador, e (iii) oferta inicial de ações do Agricultural Bank of China, no valor de US$22,1 bilhões, selecionada como "Global IPO of the Year" e "Asia-Pacific Equity Issue of the Year" em 2010, na qual o banco atuou como *joint bookrunner*.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem no Brasil. A Morgan Stanley Corretora foi a maior corretora em valor total negociado de janeiro a dezembro de 2012 de acordo com o Bloomberg, com um *market share* de 20.9%.

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Banco de Investimento do Bradesco, o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o "*Best Investment Bank 2012 in Brazil*" pela Global Finance Magazine, tendo assessorado, no ano de 2012, 174 transações de *Investment Banking*, com volume de aproximadamente R$155,3 bilhões.

O Bradesco BBI obteve os seguintes destaques em 2012:

- Em ofertas de renda variável, o Bradesco BBI encerra o ano de 2012 marcando presença em *IPOs* e *Follow-ons* que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM em 2012, participou como Coordenador e *Joint Bookrunner* em seis ofertas de destaque: *Follow-on* da Qualicorp com valor de R$759 milhões; *IPO* do Banco BTG Pactual, maior oferta pública inicial de ações do Brasil em 2012 e uma das maiores do mundo, conforme dados da Bloomberg, no valor de R$3,2 bilhões; Coordenador e *Joint Bookrunner* do *Follow-on* da BR Pharma, no valor de R$553 milhões; Coordenador e *Joint Bookrunner* do *Follow-on* da Suzano Celulose e Papel, no valor de R$1,5 bilhão; Equatorial Energia, no valor de R$1,4 bilhão e Marfrig Alimentos, no valor de R$1,05 bilhão.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI conclui o ano de 2012, com grande destaque em Renda Fixa. No exercício de 2012 coordenou 107 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$46,8 bilhões. O Bradesco BBI também ocupa posição de destaque em Securitizações, segundo o Ranking ANBIMA. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no ano como *Joint Bookrunner* em 14 emissões de *Bonds* que ultrapassaram o montante de US$12 bilhões. Em *Project Finance*, o Bradesco BBI é o atual líder do *ranking* ANBIMA na categoria Estruturador de Financiamento de Projetos, considerando as operações de curto e longo prazos. No ano de 2012, o Bradesco BBI esteve envolvido em assessoria e estruturação financeira em mais de 30 projetos que totalizaram cerca de R$60 bilhões em investimentos, concluindo transações nos setores de geração de energia, transmissão de energia, complexos portuários, mineração, logística, além de petróleo e gás.

- No exercício de 2012, em fusões e aquisições, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil, conforme divulgado pela ANBIMA, atuando em operações de grande relevância para o mercado, com mais de R$55,6 bilhões em transações anunciadas no período. Dentre as transações anunciadas no ano de 2012, destacamos: Assessoria à GM na aquisição das operações europeias, latino-americanas e chinesas da Ally Financial; Assessoria ao Grupo Rede e aos seus acionistas na venda para a CPFL Energia e para a Equatorial; Assessoria à Alpargatas na aquisição de uma participação na Osklen; Assessoria ao Carlyle na aquisição da Tok&Stock; Venda da Celpa; OPA de fechamento de capital da Marisol; venda da Usina Passos para Olam Int'l; venda do controle da Multiner para o Grupo Bolognesi; aquisição da Comgás pela Cosan; aquisição de 50% da Tecondi pela Aba Participações; venda de 100% da Tecondi para Ecorodovias; aquisição de ativos de transmissão de energia da Cemig pela TAESA; aquisição da Salfer pela Máquina de Vendas; aquisição da Cimpor pela Camargo Correa; Aquisição da Pargim Empreendimentos e Participações S.A. pela Aliansce Shopping; Assessoria à LAN no fechamento de capital da TAM na BM&FBovespa; Assessoria à MPX Energia S.A. na venda de parte de seu capital à E-on; Assessoria à JBS no *spin-off* e listagem da Vigor na BM&FBovespa e aquisição da Ri Happy pelo Carlyle Group.

- Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país, conforme dados da Bloomberg, e está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento, que atende a mais de 25,7 milhões de correntistas, alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, sendo destaque em prêmios de TI do ano de 2012, como (i) vencedor na categoria "Bancos" da 3ª edição do prêmio "*Security Leaders 2012*", premiação promovida pela revista Risk Report e pela consultoria IDC, (ii) vencedor na categoria "Melhorias em Eficiência Energética" do prêmio "*Datacenter Dynamics Awards 2012*". Clientes e usuários têm à disposição 68,9 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,6 mil agências. No ano de 2012, o lucro líquido foi de R$11,5 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R$879,0 bilhões e R$70,0 bilhões, respectivamente.

BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Com mais de 200 anos de história, o Banco do Brasil S.A. é um banco múltiplo com presença significativa em todos os estados brasileiros, além de desenvolver atividades em importantes centros financeiros mundiais.

Seu foco é realizar negócios orientados à geração de resultados sustentáveis e desempenho compatível com suas lideranças de mercado. Como agente de políticas públicas, o Banco do Brasil S.A. apoia o agronegócio, as micro e pequenas empresas e o comércio exterior brasileiros, tanto por meio da execução de programas federais como pelo desenvolvimento de soluções que buscam simplificar as operações e serviços que atendem esses segmentos da economia.

No ano de 2012, o Banco do Brasil S.A. registrou mais de 37,4 milhões de contas correntes atendidos por uma rede de 64 mil pontos de atendimento incluindo a rede compartilhada e 44,4 mil terminais de autoatendimento (TAA) próprios, com envolvimento de mais de 114,2 mil funcionários. Para oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo, o Banco do Brasil S.A. segmenta seus clientes em três grandes mercados: Varejo, Atacado e Setor Público.

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil S.A. criou o BB Investimentos, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

O BB Investimentos mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. Em 2011, o BB Investimentos atuou como coordenador do IPO do Magazine Luiza, da emissão de Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis em Ações do Minerva S.A. e como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp. Em 2012, atuou como coordenador do IPO de Locamérica e do Banco BTG Pactual e do *follow on* de Fibria, Taesa, Suzano e Marfrig, além de ter sido coordenador líder do ETF Ishares Índice Carbono Eficiente Brasil. No acumulado de 2012, o BB Investimentos ficou em primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Originação de Renda Variável por número de Ofertas e no terceiro em tal ranking por valor. Em 2013, atuou como coordenador do IPO da Sênior Solution, Biosev e Smiles e como coordenador líder no IPO da BB Seguridade.

Em 2011, o BB Investimentos liderou 13 emissões de notas promissórias, no valor de R$4.135 milhões e 19 emissões de debêntures, no valor de R$7.017 milhões. Também participou de 5 emissões de notas promissórias, no valor de R$1.110 milhões e de 20 emissões de debêntures, no valor de R$3.517 milhões. No acumulado de 2011, o BB Investimentos ficou em segundo lugar no ranking ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R$16.990 milhões originados e 19,7% de participação de mercado.

Em 2012, o BB Investimentos liderou a primeira emissão de Notas Promissórias da Linha Amarela S.A., no valor de R$180 milhões, a terceira emissão de Notas Promissórias da Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R$275 milhões, a sexta emissão de Debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R$500 milhões, a sexta emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, no valor de R$400 milhões, a primeira emissão de Debêntures da WTorre Arenas Empreendimentos Imobiliários, no valor de R$60 milhões, a quarta emissão de debêntures da JHSF, no valor de R$350 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da CSN, no valor de R$800 milhões, a primeira emissão de notas promissórias do Magazine Luiza, no valor de R$100 milhões, a primeira emissão de debêntures da Redecard, no valor de R$1.500 milhões, a sexta emissão de debêntures da MRV, no valor de R$500 milhões, a primeira emissão de debêntures da Pague Menos, no valor de R$260 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da CCR S.A., no valor de R$400 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Taesa, no valor de R$905 milhões, a primeira emissão de debêntures da CCRR Participações S.A., no valor de R$45 milhões, a primeira emissão de debêntures da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., no valor de R$50 milhões, a primeira emissão de debêntures da Nova Casa Bahia S.A., no valor de R$400 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Cemig Distribuição S.A., no valor de R$640 milhões, a segunda emissão de debêntures da CTEEP Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R$700 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Atlântica I Parque Eólico S.A., no valor de R$58 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Atlântica II Parque Eólico S.A., no valor de R$58 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Atlântica IV Parque Eólico S.A., no valor de R$58 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Atlântica V Parque Eólico S.A., no valor de R$58 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da SPE Bio Alvorada S.A., no valor de R$45 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da SPE Bio Coopcana S.A., no valor de R$45 milhões, a segunda emissão de debêntures da Rodovias Integradas do Oeste S.A., no valor de R$400 milhões e a primeira emissão de debêntures da Diamond Business Trading S.A., no valor de R$100 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Colônia, no valor de R$23,28 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Taíba Andorinha, no valor de R$18,1 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Icaraí I, no valor de R$33,62 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Icaraí II, no valor de R$46,55 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Taíba Águia, no valor de R$28,45 milhões, a quarta emissão de debêntures da Rede D'or São Luiz S.A., no valor de R$800 milhões, a terceira emissão de debêntures da Telefônica Brasil S.A., no valor de R$2.000 milhões, a sexta emissão de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R$650 milhões e a sexta emissão de debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor de R$1.565 milhões. Participou da quarta emissão de Debêntures da Votorantim Cimentos S.A., no valor de R$1.000 milhões, da primeira emissão de Debêntures da AGV Logística S.A. no valor de R$120 milhões, da nona emissão de Debêntures da Brasil Telecom, no valor de R$2.000 milhões, da primeira emissão de letras financeiras do Banco Pine, no valor de R$500 milhões, da primeira emissão de debêntures de N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$128 milhões, da sexta emissão de debêntures da BNDESPAR, no valor de R$2.000 milhões, da segunda emissão de debêntures da Intercement, no valor de R$1.500 milhões, da décima primeira emissão de debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R$1.200 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da Via Rondon, no valor de R$287 milhões, da quinta emissão de debêntures da OAS, no valor de R$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A., da primeira emissão de debêntures da CPFL Energias Renováveis, no valor de R$430 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R$300 milhões, da sexta emissão de debêntures da Eucatex S.A. Indústria e Comércio, no valor de R$75 milhões, da segunda emissão de debêntures da Restoque Comércio e Confecção de Roupas S.A., no valor de R$200 milhões, da primeira emissão de debêntures da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., no valor de R$80 milhões, da segunda emissão de debêntures da

Galvão Participações S.A., no valor de R$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Comil Ônibus S.A., no valor de R$110 milhões e da primeira emissão de debêntures da EDP-Energias do Brasil S.A., no valor de R$450 milhões, da quarta emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., no valor de R$1.100 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R$350 milhões, da primeira emissão de debêntures da BR Towers SPE1 S.A., no valor de R$251 milhões, da sexta emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, no valor de R$700 milhões, da quinta emissão de debêntures da Votorantim Cimentos S.A., no valor de R$1.200 milhões, da primeira emissão de debêntures da Blue Bird Participações S.A., no valor de R$100 milhões, da primeira emissão de debêntures da KARSTEN S.A., no valor de R$158,5 milhões, da décima emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., no valor de R$750 milhões, da segunda emissão de debêntures da BR Properties S.A., no valor de R$500 milhões, da sétima emissão de debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R$650 milhões, da terceira emissão de debêntures da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R$350 milhões e da segunda emissão de debêntures da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R$750 milhões.

Em 2011, o BB Investimentos liderou duas emissões de cotas de FIDC, no valor total de R$584,5 milhões, uma emissão de Fundo de Investimento Imobiliário no valor total de R$159 milhões e em duas operações de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor total de R$272,6 milhões. Atuou também como Coordenador em mais duas operações de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários no valor de R$152,4 milhões e em outras três emissões de cotas de FIDC no valor de R$408 milhões, totalizando R$1.576 milhões, dentre elas os FIDC Cobra e o FIDC CEDAE, o Fundo de Investimento Imobiliário BB Renda Corporativa e o CRI da MRV Engenharia. Em 2012, o BB Investimentos liderou três emissões de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), o BB Renda de Papéis no valor de R$102 milhões, o Renda de Escritórios no valor de R$74 milhões e o BB Progressico II no valor de R$1.591 milhões, a maior Oferta da história da indústria de FIIs, duplicando a quantidade de cotistas desse produto na BM&FBovespa. Liderou também, três emissões de CRI, uma para a Cyrela no valor de R$300 milhões, uma para a ANC Administração de Bens no valor de R$45 milhões e um CRI de carteira própria BB para o FGTS. Atuou ainda, como coordenador no FIDC Insumos Básicos, cujo valor total é R$500 milhões e para o FIDC Gávea, cujo valor é R$850 milhões.

O BB Investimentos conta ainda com uma equipe dedicada para assessoria e estruturação de operações de fusões e aquisições e reestruturações societárias. No mercado de fusões e aquisições, o BB Investimentos participou, em 2011, de 2 operações que somaram R$349 milhões. Em 2012, participou de 6 operações que somaram R$2.541 milhões.

No mercado de capitais internacional, em 2011, o Banco do Brasil S.A., por meio de suas corretoras externas BB Securities Ltd (Londres) e Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), atuou em 17 das 61 operações de captação externa realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, das quais 13 na condição de lead-manager e 4 como co-manager. Do total de aproximadamente US$37,61 bilhões emitidos em 2011, o Banco do Brasil S.A. participou em cerca de US$13,29 bilhões. Adicionalmente, o Banco do Brasil S.A. atuou em 2 operações de emissores estrangeiros como co-manager, que totalizaram US$2 bilhões e EUR 750 milhões.

Ao final do quarto trimestre de 2012, das 68 emissões externas realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, o Banco do Brasil S.A. atuou em 28 operações. No período, do total de cerca de US$50,3 bilhões emitidos, o Banco do Brasil S.A. participou em aproximadamente US$28,97 bilhões. Além disso, o Banco do Brasil S.A. atuou como co-manager em 7 operações de emissores estrangeiros, que totalizaram US$8,87 bilhões.

PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

- Sumário da Oferta
- Informações Sobre a Oferta
- Operações Vinculadas à Oferta
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos
- Capitalização
- Diluição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 21 a 24 e *"Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações",* nas páginas 92 a 96 *deste Prospecto, nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das nossas atividades e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações. Segue abaixo resumo dos termos da Oferta.*

Companhia	CPFL Energias Renováveis S.A.
Acionista Controlador	CPFL Geração de Energia S.A.
Acionistas Vendedores	Acionista Vendedor Pessoa Física e Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas	Pátria Energia Fundo de Investimento em Participações, Pátria Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Secor, LLC, Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus e DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH, GMR Energia S.A., considerados em conjunto.
Acionista Vendedor Pessoa Física	Roberto Sahade.
Coordenador Líder ou BofA Merrill Lynch	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
BTG Pactual ou Agente Estabilizador	Banco BTG Pactual S.A.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
BB Investimentos	BB-Banco de Investimento S.A.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores Globais	O BofA Merrill Lynch, o Itaú BBA e o BTG Pactual, considerados em conjunto.
Coordenadores da Oferta	O BofA Merrill Lynch, o Itaú BBA, o BTG Pactual, o Morgan Stanley, o Bradesco BBI e o BB Investimentos, considerados em conjunto.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas pelos Coordenadores da Oferta para participar da Oferta de Varejo, com esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores da Oferta de Varejo.

Agentes de Colocação Internacional	O Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, o Itau BBA USA Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, o Morgan Stanley & Co. LLC., o Bradesco Securities, Inc. e o Banco do Brasil Securities LLC, considerados em conjunto.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Colocação e de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energias Renováveis S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, contrato a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, regulando os esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energias Renováveis S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador e a Corretora.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energias Renováveis S.A., a ser celebrado entre CPFL Geração, o BTG Pactual, na qualidade de Agente Estabilizador, e a Corretora.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária consideradas em conjunto.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, 27.977.618 Ações de nossa emissão, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Institucionais Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e/ou da Lei 4.131.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 43.964.828 Ações de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Institucionais Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e/ou da Lei 4.131.

Compromisso de Colocação de Ordem de Compra de Ações pela Previ	Os Acionistas Vendedores firmaram com a Previ, em 25 de junho de 2013, uma carta compromisso ("Carta Compromisso"), por meio da qual, sujeito a determinadas condições conforme abaixo descritas, a Previ deverá apresentar, no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*, uma ordem de compra de Ações da Companhia, pelo preço de R$12,51 (doze reais e cinquenta e um centavos) por Ação, somando o montante de R$399.999.994,20 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos) ("Ordem de Compra da Previ"). Este preço por ação é equivalente ao valor do Preço por Ação a ser pago pelo BTG Pactual em caso de exercício da Garantia Firme de Colocação, correspondendo ao valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*. Conforme os termos da Carta Compromisso, sujeito à realização da Oferta, os Acionistas Vendedores comprometem-se a alienar 31.974.420 (trinta e um milhões, novecentas e setenta e quatro mil, quatrocentas e vinte) Ações de emissão da Companhia no âmbito da Oferta. Referida quantidade de ações corresponde ao montante total de R$399.999.994,20 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos) levando-se em consideração o preço de R$12,51 (doze reais e cinquenta e um centavos) por Ação.
Ações	71.942.446 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de nossa emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta, compreendendo 27.977.618 ações a serem emitidas por nós e 43.964.828 ações de nossa emissão de titularidade dos Acionistas Vendedores, sem considerar as Ações Suplementares e Ações Adicionais, exceto quando de outra forma disposto.
Ações Adicionais	Quantidade de até 20% do total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, que, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, poderá ser acrescida à Oferta, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 14.388.489 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores.
Ações Suplementares	Lote Suplementar equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 10.791.367 ações ordinárias de emissão da Companhia, sem considerar as Ações Adicionais, que poderá ser distribuído pelo Agente Estabilizador, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Opção de Ações Suplementares	Opção para distribuição das Ações Suplementares, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, outorgada por nós ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período que se estende por até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobre alocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$12,51 e R$15,01, podendo, no entanto, ser fixado fora dessa faixa indicativa. O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva e (iii) a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas, conforme o caso, será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais no Brasil e pelos Agentes de Colocação Internacional no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e artigo 44 da Instrução CVM 400. **Os Investidores da Oferta de Varejo que efetuarem Pedidos de Reserva no Período de Reserva, no âmbito da Oferta de Varejo, não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de fixação do Preço por Ação.**
Valor Total da Oferta	R$899.999.999, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, considerando o Preço por Ação que é o valor mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto.
Público Alvo da Oferta	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, nos termos da Instrução CVM 400 e conforme previsto no Contrato de Colocação, por meio da Oferta de Varejo destinada aos Investidores da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional destinada aos Investidores Institucionais.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, destinada prioritariamente à colocação junto a Investidores da Oferta de Varejo.
Alocação Especial aos Empregados	Alocação prioritária aos Empregados de Ações da Oferta de Varejo representando um percentual equivalente a 2% das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.
Período de Reserva	Prazo para Investidores da Oferta de Varejo efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 8 de julho de 2013, inclusive, a 16 de julho de 2013, inclusive.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período de 1 (um) dia útil, a ser iniciado e encerrado em 8 de julho de 2013, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores da Oferta de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pedido de Reserva	Formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações a ser preenchido pelos Investidores da Oferta de Varejo ao realizarem solicitação de reservas antecipadas de Ações durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Oferta Institucional	Oferta pública de distribuição das Ações realizada junto a Investidores Institucionais. As Ações que não forem colocadas na Oferta de Varejo serão destinadas aos Investidores Institucionais, (i) não sendo admitidas reservas antecipadas, tampouco a estipulação de valores mínimo ou máximo de investimento, e (ii) assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos para participar da Oferta Institucional.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliados no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que realizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, destinados à subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.
Empregados	Pessoa(s) física(s) que figure(m): (a) como nossos empregados e administradores não-empregados, assim registrados em 26 de junho de 2013; e/ou (b) como empregados e administradores não-empregados das sociedades CPFL Energia S.A. (CNPJ/MF 02.429.144/0001-93), CPFL Jaguariúna Participações Ltda. (CNPJ/MF 02.150.569/0001-69), Companhia Paulista de Força e Luz (CNPJ/MF 33.050.196/0001-88), Companhia Piratininga de Força e Luz (CNPJ/MF 04.172.213/0001-51), Rio Grande Energia S.A. (CNPJ/MF 02.016.439/0001-38), Companhia Luz e Força Santa Cruz (CNPJ/MF 61.116.265/0001-44), Companhia Leste Paulista de Energia (CNPJ/MF 61.015.582/0001-74), Companhia Jaguari de Energia (CNPJ/MF 53.859.112/0001-69), Companhia Sul Paulista de Energia (CNPJ/MF 60.855.608/0001-20), Companhia Luz e Força de Mococa (CNPJ/MF 52.503.802/0001-18), CPFL Comercialização Brasil S.A. (CNPJ/MF 04.973.790/0001-42), Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. (CNPJ/MF 04.785.914/0001-66), Sul Geradora Participações S.A. (CNPJ/MF 02.689.862/0001-07), CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (CNPJ/MF 02.190.883/0001-75), CPFL Planalto Ltda. (CNPJ/MF 02.150.562/0001-47), Chumpitaz Serviços S.A. (CNPJ/MF 08.971.542/0001-13), CPFL Serviços, Equipamentos Indústria e Comércio S.A. (CNPJ/MF 58.635.517/0001-37), CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimentos Ltda. (CNPJ/MF 09.606.475/0001-09), CPFL Total Serviços Administrativos Ltda. (CNPJ/MF 12.116.118/0001-69), CPFL Geração de Energia S.A. (CNPJ/MF 03.953.509/0001-47), CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda. (CNPJ/MF 07.137.154/0001-79), Paulista Lajeado Energia S.A. (CNPJ/MF 03.491.603/0001-21), BAESA – Energética Barra Grande S.A. (CNPJ/MF 04.781.143/0001-39), Campos Novos Energia S.A. (CNPJ/MF 03.356.967/0001-07), Foz do Chapecó Energia S.A. (CNPJ/MF 04.591.168/0001-70), Chapecoense Geração S.A. (CNPJ/MF 07.829.836/0001-42), Centrais Elétricas da Paraíba – EPASA (CNPJ/MF n° 10.366.780/0001-41), Companhia Energética Rio das Antas – CERAN (CNPJ/MF 04.237.975/0001-99), CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (CNPJ/MF 58.635.517/0001-37), CPFL Transmissão Piracicaba S.A. (CNPJ/MF 17.079.395/0001-62) e CPFL Bio Itapaci S.A. (CNPJ/MF 12.116.119/0001-03), sociedades integrantes do nosso grupo econômico, assim registrados em 26 de junho de 2013.

Investidores da Oferta de Varejo	Os Investidores Não Institucionais e os Empregados, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores que sejam pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$300.000,00, além de fundos de investimentos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, companhias seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados na forma da regulamentação da CVM.
Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A, junto aos quais serão realizados esforços de colocação das Ações em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act*; e investidores residentes nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S, e em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos da Lei 4.131 ou da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Institucionais Estrangeiros, considerados em conjunto.
Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, são consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) administradores ou controladores nossos ou dos Acionistas Vendedores; (ii) administradores e/ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.
Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas	Qualquer Pedido de Reserva recebido de Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, que não tenham realizado seus respectivos Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, poderá ser cancelado pela Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso haja excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor da Oferta. Adicionalmente, em virtude da Garantia Firme de Colocação, admitiu-se, também, a aquisição pelo BTG Pactual, que é Pessoa Vinculada, de Ações representando até 55,6% (cinquenta e cinco inteiros e seis décimos por cento) do valor da Oferta. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem consideraras Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das nossas ações no mercado secundário.** Para mais informações sobre os riscos da participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding,* ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às nossas Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das nossas Ações."*, na página 94 deste Prospecto. **Em caso de exercício da Garantia Firme de Colocação, o valor do Preço por Ação a ser pago pelo BTG Pactual e pelos investidores que solicitarem em seus respectivos Pedidos de Reserva e ordens de investimento por meio da subscrição e a aquisição de Ações será o valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*, ou seja, o Preço por Ação será de R$12,51 (doze reais e cinquenta e um centavos). Ressalta-se que, mesmo na eventualidade de exercício da Garantia Firme de Colocação, os Investidores da Oferta de Varejo que manifestaram interesse em subscrever Ações durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas serão contemplados nos termos de seus respectivos Pedidos de Reserva, respeitadas as regras de rateio aplicáveis.**
Período de Colocação das Ações	Período de até três dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início, que se iniciará em 18 de julho de 2013 e se encerrará em 23 de julho de 2013, em que os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional efetuarão a colocação das Ações.

Período de Distribuição	Período para distribuição das Ações, que se iniciará na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, até o limite de 6 (seis) meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta, que está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação das Ações.
Data de Liquidação da Opção de Ações Suplementares	Data de liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que está prevista para ser realizada no 3º dia útil contado da data de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Regime de Colocação – Garantia Firme de Colocação	A Oferta será realizada em regime de garantia firme de colocação, a ser prestada exclusivamente pelo BTG Pactual, de até 39.968.026 Ações, correspondentes a até 55,6% (cinquenta e cinco inteiros e seis décimos por cento) do total de Ações (sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais) ofertadas no âmbito da Oferta sendo que, no caso do exercício parcial ou total da Garantia Firme de Colocação, o valor do Preço por Ação a ser pago pelo BTG Pactual e pelos investidores que solicitarem em seus respectivos Pedidos de Reserva e ordens de investimento por meio da subscrição e aquisição de Ações, será o valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*, ou seja, o Preço por Ação será de R$12,51 ("Garantia Firme de Colocação"). A Garantia Firme de Colocação somente será exercível na hipótese de não haver demanda de mercado para totalidade das Ações ofertadas no âmbito da Oferta. Caso a demanda de mercado apurada durante o Procedimento de *Bookbuilding* seja inferior à totalidade das Ações (sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais) ofertadas, essa diferença entre a totalidade das Ações ofertadas menos a quantidade de Ações demandadas no âmbito da Oferta corresponderá ao número de Ações a serem subscritas pelo BTG Pactual no âmbito do exercício da Garantia Firme de Colocação, observado o valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*. **Em caso de exercício da Garantia Firme de Colocação, o valor do Preço por Ação a ser pago pelo BTG Pactual e pelos investidores que solicitarem em seus respectivos Pedidos de Reserva e ordens de investimento por meio da subscrição e a aquisição de Ações será o valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*, ou seja, o Preço por Ação será de R$12,51 (doze reais e cinquenta e um centavos). Ressalta-se que, mesmo na eventualidade de exercício da Garantia Firme de Colocação, os Investidores da Oferta de Varejo que manifestaram interesse em subscrever Ações durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas serão contemplados nos termos de seus respectivos Pedidos de Reserva, respeitadas as regras de rateio aplicáveis.**

Regime de Colocação – Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de liquidação do saldo resultante da diferença entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta e o número de Ações efetivamente subscritas/adquiridas por investidores no mercado (sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais), porém não liquidadas por tais investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação, disponibilizado o Prospecto Definitivo, concedido o registro da Oferta pela CVM e publicado o Anúncio de Início.

Caso as Ações subscritas/adquiridas, conforme o caso, não sejam totalmente integralizadas/pagas, conforme o caso, até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/pagará, conforme o caso, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações efetivamente colocadas e liquidadas por investidores no mercado (sem considerar as Ações Suplementares). Não será admitida a distribuição parcial das Ações no âmbito da Oferta. A Garantia Firme de Liquidação não se estende, em hipótese alguma, a (i) qualquer valor eventualmente não liquidado pelo BTG Pactual, no caso de exercício parcial ou total da Garantia Firme de Colocação e/ou (ii) qualquer valor eventualmente colocado, pela Previ, em virtude da Ordem de Compra da Previ.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador poderá, a seu exclusivo critério, por intermédio da Corretora, conduzir operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BMF&BOVESPA, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, submetido à análise e aprovação da CVM e da BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da publicação do Anúncio de Início.

Listagem na BM&FBOVESPA

As ações ordinárias de nossa emissão serão listadas na BM&FBOVESPA, sob o símbolo "CPRE3". Em 25 de junho de 2013, nós, nosso Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início.

Direitos, vantagens e restrições das Ações	As Ações garantem aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos no nosso Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes: (a) direito de voto em nossas assembleias gerais, sendo que cada ação corresponderá a um voto; (b) direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; (c) direito de alienação das ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, de nosso controle, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas (100% de *tag along*); (d) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados por nós e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral, bem como ao recebimento das demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados por nós a partir da Data de Liquidação e, no caso do exercício da Opção de Ações Suplementares, a partir da liquidação das Ações Suplementares, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias de nossa emissão; e (e) direito de alienação de suas ações em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada por nosso acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente quanto ao nosso poder de decisão, nossos Administradores e/ou acionista controlador, nos termos da regulamentação em vigor.
Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no nosso Estatuto Social, nós, os nossos acionistas, Administradores e membros do nosso Conselho fiscal (caso instalado) nos obrigamos a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.
Direito de Venda Conjunta (*tag along rights*)	Conforme estabelecido no nosso Estatuto Social, a alienação do nosso controle, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos nossos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante. Para informações adicionais, ver os itens "18.1. Direito das ações" e "18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional: (i) a Companhia e o Acionista Controlador, bem como cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia se comprometerão a, sujeitos a algumas exceções, em não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, de quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros, pelo período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (inclusive); e (ii) os Acionistas Vendedores e o FIP Brasil Energia se comprometerão a, sujeitos a algumas exceções (a) em relação a 100% (cem por cento) das Ações de emissão da Companhia por eles detidas, pelo período de 240 (duzentos e quarenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (inclusive); e (b) com relação a 60% (sessenta por cento) das Ações por eles detidas a, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias que se inicia a partir do 241º dia após a publicação do Anúncio de Início, a não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, de quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros.

Adicionalmente, de acordo com o item 3.5. do Regulamento do Novo Mercado, nosso Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda ações de nossa emissão ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros seis meses após o início da negociação das ações no Novo Mercado. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, nosso Acionista Controlador, os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% das ações de nossa emissão e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações de nossa emissão e de nossa titularidade estarão disponíveis para venda no mercado.

A vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações de nossa emissão que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; (ii) empréstimo de ações de nossa emissão pelo Acionista Controlador ao Agente Estabilizador para a realização das atividades de estabilização do preço das Ações; e (iii) ações de qualquer forma transferidas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia.

Os Acionistas Vendedores e a Previ, caso esta venha a subscrever Ações na Oferta em atendimento à Ordem de Compra de Previ apresentada no âmbito do Procedimento de Bookbuilding, se comprometeram a (a) em relação a 100% (cem por cento) das Ações de emissão da Companhia por eles detidas, pelo período de 240 (duzentos e quarenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (inclusive); e (b) com relação a 60% (sessenta por cento) das Ações por eles detidas a, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias que se inicia a partir do 241º dia após a publicação do Anúncio de Início, a não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, de quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Nossas Ações – *A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações, inclusive pelo nosso Acionista Controlador, pelo BTG Pactual e pela Previ, após a conclusão da Oferta e o período de lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações de nossa emissão ou a percepção dos investidores sobre nós",* na página 93 deste Prospecto.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas estimadas por nós no âmbito da Oferta, serão destinados à construção de nossos projetos em desenvolvimento e eventuais aquisições de novos projetos. Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos", na página 97 deste Prospecto.

Os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores.

Dividendos

O nosso Estatuto Social estabelece o pagamento de dividendo obrigatório, em cada exercício social, aos nossos acionistas, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a não ser que o nosso Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. Nesse caso, a distribuição do dividendo obrigatório será suspensa. Para informações adicionais, ver o item "3.4 – Política de destinação dos resultados" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto. Aqueles que adquirirem/subscreverem Ações terão o direito de recebimento de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados por nós a partir da Data de Liquidação ou, no caso das Ações Suplementares, a partir da Data de Liquidação das Ações Suplementares.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 21 a 24 e "Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", nas páginas 92 a 96 deste Prospecto, bem como os Fatores de Risco descritos nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações, além de outras informações incluídas neste Prospecto.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às nossas Ações, a nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, conforme descritos neste Prospecto e nos itens "4.1. Fatores de Risco" e "5.1. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, bem como seus termos e condições, foram aprovados em nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2013, cuja ata foi protocolada para arquivamento na JUCESP e foi publicada no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 27 de junho de 2013. A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foram aprovados pelo Acionista Vendedor Bradesco FIP, por meio de ato realizado em 29 de maio de 2012. Os atos constitutivos dos Acionistas Vendedores Pátria Energia, FIP Pátria, Secor, DEG e GMR não requerem qualquer aprovação societária específica para a alienação das ações de sua titularidade ou a fixação do Preço por Ação na Oferta Secundária. O Acionista Vendedor pessoa física não necessita de aprovação societária para a realização da Oferta Secundária.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM e cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia útil subsequente. A fixação do Preço por Ação não dependerá de qualquer aprovação específica pelos Acionistas Vendedores.

Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações de nossa emissão em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, 180.502.848 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 41,0% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, um montante de até 191.294.215 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 42,4% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações Relativas à Oferta – Composição do Capital Social", na página 55 deste Prospecto.
Cronograma da Oferta	Ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Cronograma Estimado da Oferta", na página 64 deste Prospecto.
Admissão à negociação das Ações	A negociação das Ações terá início no dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início.
Publicações	O Aviso ao Mercado e as demais publicações da Oferta serão publicadas no jornal Valor Econômico.
Informações Adicionais	Nos termos da Instrução CVM 400, nós, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder solicitamos em 23 de maio de 2013 o registro da Oferta perante a CVM, estando, portanto, a presente Oferta sujeita à análise e aprovação da CVM. Informações adicionais sobre a Oferta poderão ser obtidas perante as Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção "Informações Relativas à Oferta – Informações Adicionais", nas páginas 77 a 78 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R$2.675.731.029,29 (dois bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, vinte nove reais e vinte nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 412.274.029 (quatrocentos e doze milhões duzentos e setenta e quatro mil e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, em até R$1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais) adicionais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização das Ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas.

Os quadros abaixo indicam a composição do nosso Capital Social, integralmente subscrito e totalmente integralizado, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, e na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta[1]**		**Composição Após a Oferta[2]**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
		(Em R$)		(Em R$)		(Em R$)
Ordinárias	412.274.029	2.675.731.029,29	440.251.647	2.857.310.695,59	451.043.014	2.927.348.567,24
Total	**412.274.029**	**2.675.731.029,29**	**440.251.647**	**2.857.310.695,59**	**451.043.014**	**2.927.348.567,24**

(1) Considerando a colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.
(2) Considerando a colocação total das Ações, inclusive as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais, e na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta[1]**		**Composição Após a Oferta[2]**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
		(Em R$)		(Em R$)		(Em R$)
Ordinárias	412.274.029	2.675.731.029,29	451.043.014	2.927.348.567,24	440.251.647	2.857.310.695,59
Total	**412.274.029**	**2.675.731.029,29**	**451.043.014**	**2.927.348.567,24**	**440.251.647**	**2.857.310.695,59**

(1) Considerando a colocação total das Ações e as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(2) Considerando a colocação total das Ações, sem considerar o exercício as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de nossa emissão detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de ações ordinárias de nossa emissão, bem como de nossos Administradores e dos Acionistas Vendedores na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de (i) colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, e (ii) colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**			
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias[(1)]**	**%**	**Ações Ordinárias[(2)]**	**%**
CPFL Geração	259.748.799	63,0%	259.748.799	59,0%	259.748.799	57,6%
Pátria Energia	33.072.441	8,0%	21.064.242	4,8%	17.134.286	3,8%
FIP Pátria	5.808.543	1,4%	3.699.532	0,8%	3.009.310	0,7%
Secor	38.082.654	9,2%	24.255.307	5,5%	19.729.993	4,4%
FIP Brasil Energia	31.439.288	7,6%	31.439.288	7,1%	31.439.288	7,0%
Bradesco FIP	20.574.590	5,0%	13.104.207	3,0%	10.659.355	2,4%
DEG	10.205.052	2,5%	6.499.722	1,5%	5.287.069	1,2%
Roberto Sahade	4.132.302	1,0%	0	0,0%	0	0,0%
GMR Energia	9.210.360	2,2%	8.498.104	1,9%	6.912.612	1,5%
Demais ações em circulação	0	0,0%	71.942.446	16,3%	97.122.302	21,5%
Total	**412.274.029**	**100,00%**	**440.251.647**	**100,0%**	**451.043.014**	**100,0%**

(1) Considerando a colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.
(2) Considerando a colocação total das Ações, inclusive as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Na hipótese de (i) colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais, e (ii) colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta[(1)]**		**Após a Oferta[(2)]**	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
CPFL Geração	259.748.799	63,0%	259.748.799	57,6%	259.748.799	59,0%
Pátria Energia	33.072.441	8,0%	21.064.242	4,7%	17.134.286	3,9%
FIP Pátria	5.808.543	1,4%	3.699.532	0,8%	3.009.310	0,7%
Secor	38.082.654	9,2%	24.255.307	5,4%	19.729.993	4,5%
FIP Brasil Energia	31.439.288	7,6%	31.439.288	7,0%	31.439.288	7,1%
Bradesco FIP	20.574.590	5,0%	13.104.207	2,9%	10.659.355	2,4%
DEG	10.205.052	2,5%	6.499.722	1,4%	5.287.069	1,2%
Roberto Sahade	4.132.302	1,0%	0	0,0%	0	0,0%
GMR	9.210.360	2,2%	8.498.104	1,9%	6.912.612	1,6%
Demais ações em circulação	0	0,0%	82.733.813	18,3%	86.330.935	19,6%
Total	**412.274.029**	**100,0%**	**451.043.014**	**100,0%**	**440.251.647**	**100,0%**

(1) Considerando a colocação total das Ações e as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(2) Considerando a colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais.

ACIONISTAS VENDEDORES

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.486.528/0001-24, gerido pela Pátria Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055 – 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.145.646/0001-80. O Pátria Energia detém ações representativas de 8,02% de nosso capital social. Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA, fundo de investimento em participações em infraestrutura, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.416.322/0001-68, gerido pela PIP Administração de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.912 – 19º andar, Cj. 19-L, sala 12, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.913.198/0001-67. O FIP Pátria detém ações representativas de 1,41% de nosso capital social. Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

SECOR, LLC, sociedade de responsabilidade limitada constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 615 South DuPont Highway, County of Kent, na Cidade de Dover, Delaware, 19901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.952.278/0001-70. O Secor detém ações representativas de 9,24% de nosso capital social. Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISETORIAL PLUS, fundo de investimento em participações constituído e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.978.630/0001-47, gerido por Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira estabelecida na Av. Paulista 1450, 8º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93.O Bradesco FIP detém ações representativas de 4,99% de nosso capital social. Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

DEG – DEUTSCHE INVESTITIONS- UND ENTWICKLUNGSGESELLSCHAFT MBH, sociedade de responsabilidade limitada constituída e existente de acordo com as leis da Alemanha, com sede em Kämmergasse 22, 50676 Cologne, Alemanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.671.563/0001-25. O DEG detém ações representativas de 2,48% de nosso capital social. Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

GMR ENERGIA S.A., sociedade anônima constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Rua Casa do Ator 1117, 18º andar, sala 10, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.978.651/0001-62. A GMR Energia detém ações representativas de 2,23% do nosso capital social.

ROBERTO SAHADE, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com escritório na Rua Casa do Ator 1117, 18º andar, sala 10, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.462.652-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 252.037.838-70, detém ações representativas de 0,99% de nosso capital social.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OFERTA

DESCRIÇÃO DA OFERTA

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) primária de, inicialmente, 27.977.618 Ações a serem emitidas por nós, no âmbito da Oferta Primária; e (ii) secundária de, inicialmente, 43.964.828 Ações de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores, no âmbito da Oferta Secundária, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, convidadas a participar da Oferta de Varejo com esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores da Oferta de Varejo.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos, pelos Agentes de Colocação Internacional, para investidores institucionais qualificados residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S no âmbito do *Securities Act*, editado pela SEC ("Investidores Institucionais Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil nos termos da Lei 4.131ou da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Ações Adicionais

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Ações Suplementares

Sem prejuízo das Ações Adicionais, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares").

O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações será realizada com a exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e dentro do limite de capital autorizado previsto em nosso Estatuto Social.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas/adquiridas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendemos registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos da América.

As Ações, sem considerar as Ações Suplementares, serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de colocação, a ser prestada exclusivamente pelo BTG Pactual, e de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos no Contrato de Colocação e observadas as disposições do item "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta" desta seção. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas, integralizadas/liquidadas, conforme o caso, no Brasil, junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, §4º, da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas, bem como seus termos e condições, foram aprovados em nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2013, cuja ata foi protocolada para arquivamento na JUCESP e foi publicada no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 27 de junho de 2013. A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, foram aprovados pelo Acionista Vendedor Bradesco FIP, por meio de ato realizado em 29 de maio de 2012. Os atos constitutivos dos Acionistas Vendedores Pátria Energia, FIP Pátria, Secor, DEG e GMR não requerem qualquer aprovação societária específica para a alienação das ações de sua titularidade ou a fixação do Preço por Ação na Oferta Secundária. O Acionista Vendedor Pessoa Física não necessita de aprovação societária para a realização da Oferta Secundária.

PREÇO POR AÇÃO

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de emissão por Ação estará situado entre R$12,51 e R$15,01, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva; e (ii) a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas, conforme o caso, será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores da Oferta de Varejo que efetuarem Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 50% do valor da Oferta. Adicionalmente, em virtude da Garantia Firme de Colocação, admitiu-se, também, a aquisição pelo BTG Pactual, que é Pessoa Vinculada de Ações representando 55,6% do valor da Oferta. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário.** Para mais informações ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Nossas Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das nossas Ações.*", na página 94 deste Prospecto.

Os investimentos realizados pelas Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas, no Brasil e no exterior, para proteção (*hedge*) de operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Reserva de Capital

Os recursos líquidos da Oferta Primária serão destinados à conta de capital social até o valor do Preço por Ação que for correspondente ao capital social dividido pelo número total de Ações antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos da Oferta Primária será destinado à nossa conta de reserva de capital.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas por nós e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta recebidos por nós e pelos Acionistas Vendedores.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante Bruto Captado na Oferta (R$)	Comissões Por Ação[2][4]	Recursos líquidos[1][3] (R$)
Oferta Primária	**27.977.618**	**12,51**	**350.000.001**	**0,84**	**326.375.001**
Oferta Secundária	**43.964.828**	**12,51**	**549.999.998**	0,23	**539.874.998**
Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações	12.008.199	12,51	150.222.569	0,23	147.457.108
Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	2.109.011	12,51	26.383.728	0,23	25.898.027
Secor, LLC	13.827.347	12,51	172.980.111	0,23	169.795.704
Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus	7.470.383	12,51	93.454.491	0,23	91.734.079
DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH	3.705.330	12,51	46.353.678	0,23	45.500.349
Roberto Sahade	4.132.302	12,51	51.695.098	0,23	50.743.438
GMR Energia S.A.	712.256	12,51	8.910.323	0,23	8.746.292
Total	**71.942.446**	**12,51**	**899.999.999**	**0,47**	**866.249.999**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,51, que é o valor mínimo da faixa indicativa de preços apresentado na capa deste Prospecto. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Sem dedução de despesas da Oferta.

(3) Os recursos líquidos foram calculados com base no montante bruto captado na oferta e deduzido o total de comissões conforme indicado na tabela "Custos de Distribuição" abaixo.

(4) Os valores das comissões nessa tabela não incidem sobre a quantidade de Ações alienadas pelos Acionistas Vendedores que são objeto da Ordem de Compra da Previ.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, levando em consideração as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante Bruto Captado na Oferta (R$)	Comissões Por Ação[2][4]	Recursos líquidos[1][3] (R$)
Oferta Primária	**38.768.985**	**12,51**	**485.000.002**	**0,74**	**456.215.876**
Oferta Secundária	**58.353.317**	**12,51**	**729.999.996**	**0,34**	**710.296.621**
Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações	15.938.155	12,51	199.386.319	0,34	194.004.698
Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	2.799.233	12,51	35.018.405	0,34	34.073.226
Secor, LLC	18.352.661	12,51	229.591.789	0,34	223.394.895
Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus	9.915.235	12,51	124.039.590	0,34	120.691.647
DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH	4.917.983	12,51	61.523.967	0,34	59.863.379
Roberto Sahade	4.132.302	12,51	51.695.098	0,34	50.299.800
GMR Energia S.A.	2.297.748	12,51	28.744.827	0,34	27.968.978
Total	**97.122.302**	**12,51**	**1.214.999.998**	**0,50**	**1.166.512.498**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,51, que é o valor mínimo da faixa indicativa de preços apresentado na capa deste Prospecto. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Sem dedução de despesas da Oferta.

(3) Os recursos líquidos foram calculados com base no montante bruto captado na oferta e deduzido o total de comissões conforme indicado na tabela "Custos de Distribuição" abaixo.

(4) Os valores das comissões nessa tabela não incidem sobre a quantidade de Ações alienadas pelos Acionistas Vendedores que são objeto da Ordem de Compra da Previ.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, levando em consideração as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante Bruto Captado na Oferta (R$)	Comissões Por Ação[2][4]	Recursos líquidos[1][3] (R$)
Oferta Primária	**38.768.985**	**12,51**	**485.000.002**	**0,88**	**450.944.392**
Oferta Secundária	**43.964.828**	**12,51**	**549.999.998**	**0,18**	**541.868.108**
Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações	12.008.199	12,51	150.222.569	0,18	148.001.491
Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	2.109.011	12,51	26.383.728	0,18	25.993.637
Secor, LLC	13.827.347	12,51	172.980.111	0,18	170.422.556
Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus	7.470.383	12,51	93.454.491	0,18	92.072.743
DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH	3.705.330	12,51	46.353.678	0,18	45.668.327
Roberto Sahade	4.132.302	12,51	51.695.098	0,18	50.930.773
GMR Energia S.A.	712.256	12,51	8.910.323	0,18	8.778.581
Total	**82.733.813**	**12,51**	**1.035.000.001**	**0,51**	**992.812.500**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,51, que é o valor mínimo da faixa indicativa de preços apresentado na capa deste Prospecto. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Sem dedução de despesas da Oferta.

(3) Os recursos líquidos foram calculados com base no montante bruto captado na oferta e deduzido o total de comissões conforme indicado na tabela "Custos de Distribuição" abaixo.

(4) Os valores das comissões nessa tabela não incidem sobre a quantidade de Ações alienadas pelos Acionistas Vendedores que são objeto da Ordem de Compra da Previ.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares e levando em consideração as Ações Adicionais:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante Bruto Captado na Oferta (R$)	Comissões Por Ação[2][4]	Recursos líquidos[1][3] (R$)
Oferta Primária	**27.977.618**	**12,51**	**350.000.001**	**0,64**	**332.165.442**
Oferta Secundária	**58.353.317**	**12,51**	**729.999.996**	**0,38**	**707.784.554**
Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações	15.938.155	12,51	199.386.319	0,38	193.318.572
Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	2.799.233	12,51	35.018.405	0,38	33.952.721
Secor, LLC	18.352.661	12,51	229.591.789	0,38	222.604.826
Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus	9.915.235	12,51	124.039.590	0,38	120.264.803
DEG – Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH	4.917.983	12,51	61.523.967	0,38	59.651.663
Roberto Sahade	4.132.302	12,51	51.695.098	0,38	50.121.907
GMR Energia S.A.	2.297.748	12,51	28.744.827	0,38	27.870.062
Total	**86.330.935**	**12,51**	**1.079.999.997**	**0,46**	**1.039.949.997**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,51, que é o valor mínimo da faixa indicativa de preços apresentado na capa deste Prospecto. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Sem dedução de despesas da Oferta.

(3) Os recursos líquidos foram calculados com base no montante bruto captado na oferta e deduzido o total de comissões conforme indicado na tabela "Custos de Distribuição" abaixo.

(4) Os valores das comissões nessa tabela não incidem sobre a quantidade de Ações alienadas pelos Acionistas Vendedores que são objeto da Ordem de Compra da Previ.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões, bem como outras despesas descritas abaixo serão arcadas por nós e pelos Acionistas Vendedores, proporcionalmente aos recursos auferidos por cada um na Oferta. As taxas de registro da Oferta junto à CVM serão arcadas por nós, no caso da Oferta Primária, e pelos Acionistas Vendedores, no caso da Oferta Secundária.

Os Coordenadores da Oferta farão jus à seguinte remuneração no âmbito da Oferta: (i) Comissão Base: 0,5% sobre o valor de colocação das Ações (inclusive Ações Adicionais e Ações Suplementares); dividida entre Comissão de Coordenação de 0,10%, Comissão de Colocação de 0,30% e Comissão de Garantia Firme de Liquidação de 0,10%; (ii) Comissão de Garantia Firme de Colocação: 5,5% do valor total da Garantia Firme de Colocação, independentemente de seu exercício; e (iii) Comissão de Estruturação: valor fixo de R$3.750.000,00, além de (iv) comissões de incentivo. Sobre a quantidade total de Ações alienadas pelos Acionistas Vendedores que são objeto da Ordem de Compra da Previ não incidirão comissões desde que seja efetivada a aquisição de Ações pela Previ. Não deverão ser calculadas e não incidirão comissões sobre o valor de Ações adquiridas pela Previ no âmbito da Oferta.

Segue, abaixo, detalhamento dos custos estimados da Oferta, considerando a alocação integral da Ordem de Compra da Previ:

Custos	**Valor[(1)(2)] (R$)**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[(1)(2)(3)]**	**Valor por Ação[(1)(2)] (R$)**	**% em Relação ao Preço por Ação[(1)(2)(3)]**
Comissão de Coordenação[(5)]	500.000	0,06%	0,01	0,06%
Comissão de Colocação[(5)]	1.500.000	0,17%	0,02	0,17%
Comissão de Garantia Firme de Colocação[(5)]	27.500.000	3,06%	0,38	3,06%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[(5)]	500.000	0,06%	0,01	0,06%
Comissão de Incentivo[(5)]	0	0,00%	0,00	0,00%
Comissão de Estruturação[(5)]	3.750.000	0,42%	0,05	0,42%
Total de Comissões[(5)]	**33.750.000**	**3,75%**	**0,47**	**3,75%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	3.604.732	0,40%	0,05	0,40%
Taxa de Registro na CVM	165.740	0,02%	0,00	0,02%
Despesas com Auditores	970.000	0,11%	0,01	0,11%
Despesas com Advogados e Consultores	1.235.000	0,14%	0,02	0,14%
Outras Despesas[(4)]	1.500.000	0,17%	0,02	0,17%
Total de Despesas	**7.475.472**	**0,83%**	**0,10**	**0,83%**
Total de Comissões e Despesas	**41.225.472**	**4,58%**	**0,57**	**4,58%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$12,51, que é o valor mínimo da faixa indicativa de preços apresentado na capa deste Prospecto. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Sem levar em consideração as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

(3) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem

(4) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*Roadshow*).

(5) Os valores das comissões nessa tabela não incidem sobre a quantidade de Ações alienadas pelos Acionistas Vendedores que são objeto da Ordem de Compra da Previ.

Não há outra remuneração devida por nós às Instituições Participantes da Oferta (com exceção dos Coordenadores da Oferta com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta convidaram as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações objeto da Oferta.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores da Oferta de Varejo e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Segue abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas[(1)]
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	23 de maio de 2013
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações de *Roadshow* Início do Procedimento de *Bookbuilding*	27 de junho de 2013
3.	Publicação de Comunicado ao Mercado com alteração do Cronograma da Oferta	1º de julho de 2013
4.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva para Investidores da Oferta de Varejo (inclusive Empregados) Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	08 de julho de 2013
5.	Encerramento do Período de Reserva para Investidores da Oferta de Varejo (inclusive para Empregados que não sejam Pessoas Vinculadas)	16 de julho de 2013
6.	Encerramento das Apresentações de *Roadshow* Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e de outros contratos relacionados à Oferta	17 de julho de 2013
7.	Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares Concessão do Registro da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	18 de julho de 2013
8.	Início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA	19 de julho de 2013
9.	Data de Liquidação	23 de julho de 2013
10.	Encerramento do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	19 de agosto de 2013
11.	Data Limite de Liquidação das Ações Suplementares	22 de agosto de 2013
12.	Data Limite para Publicação do Anúncio de Encerramento	20 de janeiro de 2014

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a nosso critério, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de publicação no jornal Valor Econômico. Tais modificações poderão estar sujeitas a prévia análise e aprovação da CVM, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data da republicação do Aviso ao Mercado, conforme acima indicado, para subscrição ou aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo investidor após o início do período de distribuição das Ações.

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizaremos apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Procedimento da Oferta

Após o encerramento do Período de Reserva, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação das Ações em regime de garantia firme de colocação, a ser prestada exclusivamente pelo *BTG Pactual*, de até 39.968.026 Ações, correspondentes a até 55,6% (cinquenta e cinco inteiros e seis décimos por cento) do total de Ações (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) ofertadas no âmbito da Oferta, sendo que, no caso do exercício parcial ou total da Garantia Firme de Colocação (conforme abaixo definido), o valor do Preço por Ação a ser pago pelo BTG Pactual e pelos investidores que solicitarem em seus respectivos Pedidos de Reserva e ordens de investimento por meio da subscrição e a aquisição de Ações, será o valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*, ou seja, o Preço por Ação será de R$12,51.

A Garantia Firme de Colocação será válida até data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* prevista no Aviso ao Mercado. Para mais informações sobre a Garantia Firme de Colocação do BTG Pactual, vide item "Informações sobre a Garantia Firme de Colocação e de Liquidação da Oferta", na página 71 do Prospecto.

Sem prejuízo da garantia firme de colocação acima descrita, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, na proporção e até o limite previsto no Contrato de Colocação, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme descritas abaixo, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Os Coordenadores da Oferta, com a nossa expressa anuência e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual leva em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional e nossas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Oferta de Varejo

No contexto da Oferta de Varejo, caso haja demanda, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais ("Ações da Oferta de Varejo"), será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores da Oferta de Varejo que tenham realizado Pedido de Reserva no âmbito da Oferta.

Serão alocadas prioritariamente aos Empregados Ações da Oferta de Varejo representando percentual equivalente a 2% das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais ("Alocação Especial aos Empregados"). As Ações da Oferta de Varejo que não forem alocadas aos Empregados serão alocadas aos Investidores Não Institucionais.

Caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Empregados seja superior à quantidade de Ações destinadas à Alocação Especial aos Empregados, haverá rateio, conforme disposto no item (i) abaixo. Por sua vez, caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações da Oferta de Varejo, deduzido o montante destinado à Alocação Especial aos Empregados, haverá rateio, conforme disposto no item (k) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores da Oferta de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (c), (d), (f), (l), (m), (n) e (o) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores da Oferta de Varejo interessados em participar da Oferta deverão realizar solicitações de reservas de Ações junto a uma Instituição Consorciada, nas dependências de referida Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (c), (d), (f), (i), (k), (l), (m), (n) e (o) abaixo, durante o Período de Reserva, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$300.000,00 por Investidor da Oferta de Varejo ("Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva"). O Investidor da Oferta de Varejo que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Os Investidores da Oferta de Varejo que sejam Empregados deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua condição de Empregado, sob pena de, não o fazendo, serem considerados em conjunto com os demais Investidores Não Institucionais, não se beneficiando da Alocação Especial aos Empregados. **Recomenda-se aos Investidores da Oferta de Varejo interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência; (b) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Participante da Oferta para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Participante da Oferta, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Participante da Oferta;**

(b) aos Investidores da Oferta de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas, será também permitida a realização de Pedidos de Reserva no período de 1 (um) dia útil, a ser iniciado e encerrado em 08 de julho de 2013 ("Período de Reserva para Pessoas Vinculadas"), período este que antecederá, no mínimo, em 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que aqueles que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais);

(c) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será vedada a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores da Oferta de Varejo que sejam (i) administradores ou controladores nossos ou dos Acionistas Vendedores, (ii) administradores e/ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta e/ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores ("Pessoas Vinculadas"), sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção dos Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(d) durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada Investidor da Oferta de Varejo poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação como condição de eficácia do seu Pedido de Reserva, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor da Oferta de Varejo opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido abaixo) seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor da Oferta de Varejo, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(e) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas, conforme o caso, e o respectivo valor do investimento dos Investidores da Oferta de Varejo serão informados a cada Investidor da Oferta de Varejo até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone/fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista nos itens (i) e (k) abaixo;

(f) cada Investidor da Oferta de Varejo deverá realizar a subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações mediante o pagamento à vista do valor indicado no item (e) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis em moeda corrente nacional, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual tal reserva foi realizada irá garantir a liquidação por parte do Investidor da Oferta de Varejo em questão e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(g) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a central depositária da BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor da Oferta de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item (l) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (c), (d) e (f) acima e (m), (n) e (o) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Empregados não exceda o volume de Alocação Especial aos Empregados, não haverá rateio, sendo todos os Empregados integralmente atendidos em todas as suas reservas. Quaisquer sobras no lote originalmente alocado aos Empregados serão destinadas aos Investidores Não Institucionais;

(i) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Empregados seja superior à quantidade de Ações sujeitas à Alocação Especial aos Empregados, será realizado o rateio da quantidade de Ações sujeitas à Alocação Especial aos Empregados, sendo que (a) até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais), inclusive, por Empregado, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Alocação Especial aos Empregados entre os Empregados que tiverem apresentado Pedido de Reserva específico, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total das Ações sujeitas à Alocação Especial aos Empregados, desconsiderando-se as frações de Ações; e (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Ações destinadas à Alocação Especial aos Empregados remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva entre todos os Empregados, desconsiderando-se as frações de Ações;

(j) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos abaixo;

(k) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio entre os Investidores Não Institucionais, sendo que (a) até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais), inclusive, por Investidor Não Institucional, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo entre os Investidores Não Institucionais que tiverem apresentado Pedido de Reserva, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações; e (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva entre todos os Investidores Não Institucionais, desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada para que os Pedidos de Reserva excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de rateio;

(l) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor da Oferta de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor da Oferta de Varejo poderá desistir do Pedido de Reserva após o início do Período de Colocação das Ações. Nesta hipótese, o Investidor da Oferta de Varejo deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada, conforme dados abaixo) no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Retificação, que será então cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso o Investidor da Oferta de Varejo não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Retificação será presumido que tal Investidor da Oferta de Varejo manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

(m) na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, (v) suspensão ou modificação da Oferta ou, ainda, (vi) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará sobre o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores da Oferta de Varejo de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Em qualquer das hipóteses indicadas acima, devem ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, do cancelamento, do recebimento da comunicação da desistência, da suspensão ou da modificação, conforme o caso, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes;

(n) na hipótese de haver descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer uma das Instituições Consorciadas, de qualquer das normas de conduta ou quaisquer outras obrigações previstas no termo de adesão ao Contrato de Colocação ou, ainda, previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, à emissão de relatórios e *marketing* da Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido, sendo que os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações serão devolvidos sem juros ou correção monetária e sem reembolso dos gastos incorridos em razão do depósito e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva, (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores. A Instituição Consorciada a que se refere este item (n) deverá informar imediatamente os Investidores da Oferta de Varejo de quem tenha recebido Pedido de Reserva sobre o referido cancelamento, e (iii) poderá ser impedido, por um período de até 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores da Oferta; e

(o) em caso de suspensão ou modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor da Oferta de Varejo está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor da Oferta de Varejo já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente ao Investidor da Oferta de Varejo que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. O Investidor da Oferta de Varejo poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que for comunicada, por escrito, a suspensão ou a modificação da Oferta. Nesta hipótese, o Investidor da Oferta de Varejo deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos do Pedido de Reserva, o qual será cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor da Oferta de Varejo não informe, por escrito, à Instituição Consorciada sobre sua desistência do Pedido de Reserva no prazo estipulado acima, será presumido que tal Investidor da Oferta de Varejo manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores da Oferta de Varejo titulares de conta corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor da Oferta de Varejo.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal Valor Econômico, veículo também utilizado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400("Anúncio de Retificação").

Recomenda-se aos Investidores da Oferta de Varejo interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto, em especial as seções "Sumário da Companhia – Fatores de Risco Relacionados à Companhia", nas páginas 21 a 24 e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", nas páginas 92 a 96 deste Prospecto, bem como nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto; (b) verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se esta exigirá, a seu exclusivo critério, a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos para a realização do Pedido de Reserva e (d) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, ou, se for o caso, leiam os procedimentos para a realização de cadastro naquela Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, observado o valor mínimo superior a R$300.000,00 (trezentos mil reais) e inexistindo valor máximo de investimento.

Cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional. Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores da Oferta de Varejo, nos termos e condições descritos acima, os Coordenadores da Oferta darão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional e nossas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica nossas e dos Coordenadores da Oferta.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante participação destas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor da Oferta. Adicionalmente, em virtude da Garantia Firme de Colocação, admitiu-se, também, a aquisição pelo BTG Pactual, que é Pessoa Vinculada de Ações representando até 55,6% (cinquenta e cinco inteiros e seis décimos por cento) do Valor da Oferta. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das nossas Ações*", deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas, no Brasil e no exterior, para proteção (*hedge*) de operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações. Os Investidores Institucionais Estrangeiros deverão realizar a subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações por meio dos mecanismos previstos na Lei 4.131 ou na Resolução CMN 2.689 e na Instrução CVM 325.

Prazos da Oferta e Data de Liquidação

O prazo para a distribuição das Ações terá início na data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, e será encerrado na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de até 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação do Anúncio de Início.

Os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação das Ações, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do exercício da Opção de Ações Suplementares.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a BM&FBOVESPA. Contratamos cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Os Coordenadores da Oferta prestarão garantia firme de liquidação e o BTG Pactual prestará garantia firme de colocação, conforme disposto no item "Informações sobre a Garantia Firme de Colocação e de Liquidação", na página 71 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em nossos negócios, a emissão de carta conforto pelos nossos Auditores Independentes, entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações por nós, pelo Acionista Controlador e pelos membros de nossa Administração, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, nós e os Acionistas Vendedores assumimos a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos obriga, bem como obriga os Acionistas Vendedores a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente formos condenados em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso em nós. Para informações adicionais, ver a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações – *Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações, o que poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil*", na página 94 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta ou obtenção de cópia, a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados no item "Informações Adicionais", nas páginas 77 a 78 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Colocação e de Liquidação da Oferta

Garantia Firme de Colocação

A Oferta será realizada em regime de garantia firme de colocação, prestada exclusivamente pelo BTG Pactual, de até 39.968.026 Ações, correspondentes a até 55,6% (cinquenta e cinco inteiros e seis décimos por cento) do total de Ações (sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais) ofertadas no âmbito da Oferta sendo que, no caso do exercício parcial ou total da Garantia Firme de Colocação, o valor do Preço por Ação a ser pago pelo BTG Pactual e pelos investidores que solicitarem em seus respectivos Pedidos de Reserva e ordens de investimento a subscrição e a aquisição de Ações, respectivamente, será o valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*, ou seja, o Preço por Ação será de R$12,51 ("Garantia Firme de Colocação").

A Garantia Firme de Colocação somente será exercível na hipótese de não haver demanda de mercado para totalidade das Ações ofertadas no âmbito da Oferta. Caso a demanda de mercado apurada durante o Procedimento de *Bookbuilding* seja inferior à totalidade das Ações (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) ofertadas, essa diferença entre a totalidade das Ações ofertadas menos a quantidade de Ações demandadas no âmbito da Oferta corresponderá ao número de Ações a serem subscritas pelo BTG Pactual no âmbito do exercício da Garantia Firme de Colocação, observado o valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*.

Em caso de exercício da Garantia Firme de Colocação, o valor do Preço por Ação a ser pago pelo BTG Pactual e pelos investidores que solicitarem em seus respectivos Pedidos de Reserva e ordens de investimento por meio da subscrição e a aquisição de Ações será o valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*, ou seja, o Preço por Ação será de R$12,51 (doze reais e cinquenta e um centavos). Ressalta-se que, mesmo na eventualidade de exercício da Garantia Firme de Colocação, os Investidores da Oferta de Varejo que manifestaram interesse em subscrever Ações durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas serão contemplados nos termos de seus respectivos Pedidos de Reserva, respeitadas as regras de rateio aplicáveis.

A Garantia Firme de Colocação será válida até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* conforme prevista no Aviso ao Mercado. Após a data prevista no Aviso ao Mercado para o Procedimento de *Bookbuilding*, o BTG Pactual estará desonerado da obrigação de Garantia Firme de Colocação.

O BTG Pactual poderá revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Ações subscritas e/ou adquiridas em virtude do exercício da Garantia Firme de Colocação por preço não superior ao Preço por Ação. A revenda das Ações subscritas pelo BTG Pactual, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Ações, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Segue abaixo relação das Ações objeto de garantia firme de colocação prestada pelo BTG Pactual:

Coordenador da Oferta	**Quantidade**	**Percentual (%)**
BTG Pactual.....	39.968.026	100%
Total	**39.968.026**	**100%**

Garantia Firme de Liquidação

Sem prejuízo da Garantia Firme de Colocação descrita acima, a garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de liquidação do saldo resultante da diferença entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta e o número de Ações efetivamente subscritas/adquiridas por investidores no mercado (sem considerar as Ações Suplementares), porém não liquidadas por tais investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação, disponibilizado o Prospecto Definitivo, concedido o registro da Oferta pela CVM e publicado o Anúncio de Início.

Caso as Ações subscritas/adquiridas, conforme o caso, por investidores não sejam totalmente integralizadas/pagas, conforme o caso, por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/pagará, conforme o caso, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais referidos no Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações efetivamente colocadas e liquidadas por investidores no mercado (sem considerar as Ações Suplementares). A Garantia Firme de Liquidação não se estende, em hipótese alguma, a (i) qualquer valor eventualmente não liquidado pelo BTG Pactual, no caso de exercício parcial ou total da Garantia Firme de Colocação e/ou (ii) qualquer valor eventualmente colocado, pela Previ, em virtude da Ordem de Compra da Previ.

Não será admitida distribuição parcial das Ações no âmbito da Oferta.

Segue abaixo relação das Ações objeto de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	15.519.538	21,57
Itaú BBA	15.519.538	21,57
BTG Pactual	15.519.538	21,57
Morgan Stanley	8.461.278	11,76
Bradesco BBI	8.461.277	11,76
BB Investimentos	8.461.277	11,76
Total	**71.942.446**	**100%**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energias Renováveis S.A., submetido à análise e aprovação da CVM e da BM&FBOVESPA, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005, antes da publicação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, a partir da data de publicação do Anúncio de Início, nos endereços na Seção "Informações Relativas à Oferta – Informações Adicionais", nas páginas 77 a 78 deste Prospecto.

Negociação na BM&FBOVESPA

Em 25 de junho de 2013, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início. As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o símbolo "CPRE3".

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto em nossas Assembleias Gerais, sendo que cada ação corresponderá a um voto;

(b) ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades Por Ações;

(c) direito de alienação das ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, de nosso controle, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas (100% de *tag along*);

(d) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados por nós a partir da data de emissão das ações e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral, bem como ao recebimento das demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados por nós a partir da Data de Liquidação e, no caso do exercício da Opção de Ações Suplementares, a partir da liquidação das Ações Suplementares, e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias de nossa emissão; e

(e) direito de alienação de suas ações em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada por nosso acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente quanto ao nosso poder de decisão, nossos Administradores e/ou acionista controlador, nos termos da regulamentação em vigor.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de nossa emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Restrições à Negociação das Ações (Lock-up)

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional: (i) a Companhia e o Acionista Controlador, bem como cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia se comprometerão a, sujeitos a algumas exceções, em não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, de quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros, pelo período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (inclusive); e (ii) os Acionistas Vendedores e o FIP Brasil Energia se comprometerão a, sujeitos a algumas exceções (a) em relação a 100% (cem por cento) das Ações de emissão da Companhia por eles detidas, pelo período de 240 (duzentos e quarenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (inclusive); e (b) com relação a 60% (sessenta por cento) das Ações por eles detidas a, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias que se inicia a partir do 241º dia após a publicação do Anúncio de Início, a não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, de quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros.

Adicionalmente, de acordo com o item 3.5 do Regulamento do Novo Mercado, o Acionista Controlador, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda ações ou derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta, nos primeiros seis meses após o início da negociação das ações no segmento do Novo Mercado. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, o Acionista Controlador, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais de 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos a elas concernentes que eles detiverem imediatamente após a Oferta. Findo tal prazo, todas as ações de emissão da Companhia de sua titularidade estarão disponíveis para venda no mercado. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações, ver a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Nossas Ações – *A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações, inclusive pelo nosso Acionista Controlador, pelo BTG Pactual e pela Previ, após a conclusão da Oferta e o período de lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações de nossa emissão ou a percepção dos investidores sobre nós*", deste Prospecto.

A vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; (ii) empréstimo de ações pelo Acionista Controlador ao Agente Estabilizador para a realização das atividades de estabilização do preço das Ações; e (iii) ações de qualquer forma transferidas no âmbito do plano de opção de compra de ações.

Compromisso de Colocação de Ordem de Compra de Ações pela Previ

Os Acionistas Vendedores firmaram com a Previ, em 25 de junho de 2013, uma Carta Compromisso, por meio da qual, sujeito a determinadas condições conforme abaixo descritas, a Previ se compromete a apresentar, no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*, uma ordem de compra de Ações da Companhia, pelo preço de R$12,51 (doze reais e cinquenta e um centavos) por Ação, somando o montante de R$399.999.994,20 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos). Este preço por ação é equivalente ao valor do Preço por Ação a ser pago pelo BTG Pactual em caso de exercício da Garantia Firme de Colocação, correspondendo também ao valor mínimo da faixa de preço indicativa para o Procedimento de *Bookbuilding*.

Conforme os termos da Carta Compromisso, sujeito à realização da Oferta, os Acionistas Vendedores comprometem-se a alienar 31.974.420 (trinta e um milhões, novecentas e setenta e quatro mil, quatrocentas e vinte) Ações de emissão da Companhia no âmbito da Oferta. Referida quantidade de ações corresponde ao montante total de R$399.999.994,20 (trezentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos) levando-se em consideração o preço de R$12,51 (doze reais e cinquenta e um centavos) por Ação.

Considerando que a Previ é Pessoa Vinculada à Companhia, a aquisição da totalidade das Ações objeto da Carta Compromisso pela Previ pode não ser possível, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), em razão do disposto no art. 55 da Instrução CVM 400. Desse modo, a obrigação da Previ relativamente à aquisição da totalidade das Ações objeto da carta compromisso fica também condicionada a não verificação das restrições previstas em referido dispositivo legal.

Não existem garantias de que a Previ será alocada qualquer Ação, mesmo que ao preço de R$12,51, pois as alocações feitas pelos Coordenadores da Oferta no âmbito da Oferta dependerá do Procedimento de *Bookbuilding*. Sobre o montante total objeto da Ordem de Compra da Previ e/ou de qualquer outra ordem de compra colocada pela Previ não incidirão a comissão base, a comissão de incentivo, a comissão de estruturação, ou qualquer outra remuneração prevista no Contrato de Colocação.

Foi ainda estabelecido na Carta Compromisso que a Previ não poderá oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, das Ações de sua titularidade objeto da Carta Compromisso, bem como quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados (a) em relação a 100% (cem por cento) das Ações de titularidade da Previ objeto da Carta Compromisso (e tais valores mobiliários, se for o caso) vigerá pelo período de 240 (duzentos e quarenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (inclusive), e (b) com relação a 60% (sessenta por cento) das Ações de sua titularidade objeto da Carta Compromisso (e tais valores mobiliários, se for o caso) vigerá durante o período de 180 (cento e oitenta) dias que se inicia a partir do 241º dia após a publicação do Anúncio de Início.

Os Acionistas Vendedores e a Previ também se comprometeram a, em caso e após a consumação da Oferta, oportunamente negociar de boa-fé o ingresso da Previ no Acordo de Acionistas firmado em 30 de julho de 2007, caso seja do interesse da Previ.

O compromisso da Previ de apresentação de Ordem de Compra de Ações Ordinárias de emissão da Companhia foi negociado em âmbito privado e não contou com a intermediação ou participação dos Coordenadores da Oferta.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Período de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação. Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em caso de modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que os investidores estão cientes de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor da Oferta de Varejo já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente o Investidor da Oferta de Varejo que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. Caso o investidor não informe por escrito à Instituição Participante da Oferta sua desistência da ordem no Procedimento de *Bookbuilding* ou do Pedido de Reserva, conforme o caso, no prazo acima estipulado, será presumido que tal investidor manteve sua ordem no Procedimento de *Bookbuilding* ou seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos no Pedido de Reserva ou no Boletim de Subscrição, conforme o caso.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Da mesma forma, a CVM deverá cancelar o registro da Oferta em caso de rescisão do Contrato de Colocação.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, caso sejam incidentes, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência de quaisquer tributos ou taxas sobre movimentação financeira.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, a nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez.

Informações Adicionais

A subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 21 a 24 e "Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", nas páginas 92 a 96 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto. É recomendada a todos os investidores a leitura atenta deste Prospecto antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre nós, os Acionistas Vendedores e a Oferta, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertamos os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Os investidores que desejarem obter informações adicionais sobre a Oferta, bem como exemplar deste Prospecto, deverão ser dirigir aos endereços e/ou *websites* indicados abaixo:

CPFL Energias Renováveis S.A.
Departamento de Relações com Investidores
Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1184, 7º andar
04548-004, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Antônio Gonçalves Souza
Fone: (11) 3157-9312
Fax: (11) 3157-9465

COORDENADORES DA OFERTA

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 18º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. João Paulo Torres
Fone: (11) 2188-4000
Fac-símile: (11) 2188-4009

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Fone: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
04538-133, São Paulo – SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001

Banco Morgan Stanley S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3600, 6º andar e 7º andar (parte)
04538-132, São Paulo, SP, Brasil
At.: Sr. Marcelo Porto
Fone: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6099

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar
01310-917, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Fone: (11) 2178-4800
Fax: (11) 2178-4880

BB-Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
CEP 20031-923, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marcelo de Souza Sobreira
Fone: (21) 3808 -3625
Fax: (21) 2262- 3862

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações das Instituições Consorciadas participantes da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado. Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas no *website* da BM&FBOVESPA (www.bovespa.com.br).

Adicionalmente, o Prospecto Preliminar estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição", depois digitar "CPFL Energias Renováveis S.A.", clicar em "CPFL Energias Renováveis S.A.", e posteriormente no "Prospecto Preliminar – Arquivado CVM", acessar "Consulta"); e (ii) **BM&FBOVESPA** (www.bmfbovespa.com.br – neste *website* acessar – "Empresas Listadas", depois digitar "CPFL Energias", posteriormente acessar "CPFL Energias Renováveis S.A." – "Informações Relevantes" – "Prospecto de Distribuição Pública"); (iii) **Companhia** (www.cpflrenovaveis.com.br/ri – neste *website* acessar "Prospecto de Distribuição Pública"); (iv) ***http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste website, acessar "CPFL Renováveis" e clicar em "Prospecto Preliminar");*** (v) **Itaú BBA**, (http://www.itaubba.com.br/portugues/index.htm – neste *website* acessar "Prospectos – Mercado de Capitais", posteriormente clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações da CPFL Energias Renováveis S.A. – Prospecto Preliminar"); (vi) **BTG Pactual**, (https://www.btgpactual.com/home/InvestmentBank.aspx/InvestmentBanking/MercadoCapitais – neste *website*, clicar em "2013" no menu à esquerda e a seguir em "Prospecto Preliminar" logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energias Renováveis S.A."); (vii) **Morgan Stanley**, (www.morganstanley.com.br/prospectos/ – neste *website*, no item "Prospectos Locais", acessar "Prospecto Preliminar" – "CPFL Energias Renováveis S.A."); (viii) **Bradesco BBI**, (www.bradescobbi.com.br/site/ofertas_publicas neste *website*, no item Ações, acessar o link "CPFL Renováveis" e, posteriormente, "Prospecto Preliminar"); e (ix) **BB Investimentos**, (www.bb.com.br/ofertapublica – neste *website*, no item Ofertas em Andamento, clicar em "CPFL Energias Renováveis", depois acessar "Leia o Prospecto Preliminar").

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, mantemos com o BofA Merrill Lynch e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico, relacionamento comercial que inclui, principalmente: (i) operações de crédito; e (ii) operações de derivativos, conforme descrito abaixo.

(i) Operações de Crédito

Atualmente, a Companhia mantém operações de empréstimos em dólar com o Bank of America, National Association, sociedade pertencente ao grupo econômico do Coordenador Líder, no montante total de US$250 milhões: (a) US$150 milhões vencendo em 2014; (b) US$100 milhões vencendo em 2016.

(ii) Operações de Derivativos

Em 4 de julho de 2011, a Companhia Paulista de Força e Luz celebrou Contrato Global de Derivativos com o BofA Merrill Lynch e mantém, atualmente, posição em aberto nas seguintes operações de derivativos:

(a) Swap (Taxa Fixa USD/CDI) – Valor de Referência: US$4.8 milhões – Vencimento em 09 de outubro de 2014;

(b) Swap (Taxa Fixa USD/CDI) – Valor de Referência: US$100 milhões – Vencimento em 13 de julho de 2016;

(c) Swap (Taxa Fixa USD/CDI) – Valor de Referência: US$492 milhões – Vencimento em 09 de outubro de 2013; e

(d) Swap (Taxa Fixa USD/CDI) – Valor de Referência: US$150 milhões – Vencimento em 14 de julho de 2014.

Em 19 de agosto de 2011, a Companhia Piratininga de Força e Luz celebrou Contrato Global de Derivativos com BofA Merrill Lynch e mantém, atualmente, posição em aberto na seguinte operações de derivativos:

(a) Swap (LIBOR USD/CDI) – Valor de Referência: US$50 milhões – Vencimento em 31 de Agosto de 2016.

Exceto pelo disposto acima, não mantemos outros relacionamentos comerciais relevantes com o Coordenador Líder. A Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão como ativo de referência. O Coordenador Líder e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir ações de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, ao Coordenador Líder ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pelas operações descritas acima, a Companhia não contratou o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária do grupo econômico da Companhia e ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, mantemos com o Itaú BBA e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico, relacionamento comercial que inclui, principalmente: (i) manutenção de conta bancária; (ii) operações de crédito, inclusive por meio de repasses do BNDES e notas promissórias; (iii) assessoria financeira; e (iv) atuação como banco mandatário e escriturador da primeira emissão de debêntures de companhias de nosso grupo econômico, conforme descrito abaixo.

(i) Manutenção de conta bancária

Mantemos, com o Itaú Unibanco S.A., conta bancária de utilizada para a prestação de serviços de custódia de recursos financeiros, cujos parâmetros de investimento são disciplinados pelo "Contrato de Custódia de Recursos Financeiros", celebrado em 19 de dezembro de 2011.

Ademais, nossas subsidiárias CPFL Bioenergia S.A., CPFL Bio Pedra S.A., Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. Atlântica V Parque eólico S.A. mantêm contas bancárias com o Itaú Unibanco S.A., abertas com o objetivo de pagar fornecedores e de otimizar os saldos em conta corrente.

(ii) Operações de Crédito

Repasses do BNDES

O Itaú BBA atuou como agente financeiro em 53 (cinquenta e três) operações de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, cujo valor total é de R$333,048 milhões. Estes contratos foram assinados entre 22 de dezembro de 2006 e 15 de março de 2013, com datas de vencimento que variam entre 16 de junho de 2014 e 15 de janeiro de 2026. Tais operações são remuneradas com taxas que variam entre a taxa fixa de 5,5% ao ano e 1,9% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela remanescente da TJLP.

FINAME

O Itaú BBA atuou como agente financeiro em 19 (dezenove) operações de financiamento do BNDES FINAME, cujo valor total é de R$104,919 milhões. Estes contratos foram assinados entre 23 de novembro de 2012 e 16 de abril de 2013, com datas de vencimento que variam entre 15 de dezembro de 2022 e 16 de janeiro de 2023. Tais operações são remuneradas com taxas pré-fixadas de 2,5% ao ano.

Debêntures

O Itaú BBA realizou uma operação de debêntures com a Companhia em 21 de maio de 2012, com vencimento em 21 de maio de 2022, no valor de R$430 milhões. As debêntures são remuneradas com base em CDI acrescido de 1,70% ao ano. O Itaú Unibanco S.A. e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedades pertencentes ao grupo econômico do Itaú BBA, atuaram como banco mandatário e agente escriturador, respectivamente.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de nossos valores mobiliários ocorridos ao longo dos últimos 12 meses, o Itaú BBA, adquiriu em maio de 2012 no mercado primário (i) 30.000 debêntures, totalizando R$300 milhões com vencimento em maio de 2022.

Empréstimo

Em 15 de maio de 2013, a Companhia contratou um empréstimo com o Banco Itaú no montante de R$35 milhões ao custo de CDI mais 1,05% ao ano com vencimento em novembro de 2013.

Nessa mesma data, contratou uma CCB para Capital de Giro para recomposição de caixa em ocasião de atrasos do BNDES nos desembolsos dos projetos e certificados de *Financial Completion*.

O Itaú BBA está realizando uma operação de notas promissórias com a Companhia no valor de R$150 milhões, a qual está prevista para se iniciar em 28 de junho de 2013 e cuja data de vencimento das notas promissórias está prevista para 23 de junho de 2014. As notas promissórias serão remuneradas a 105% do CDI. O Itaú BBA está atuando como Coordenador Líder da operação.

(iii) Assessoria Financeira

Em 12 de junho de 2010, foi assinado Contrato de Assessoria Financeira para Estruturação e Viabilização de Financiamento para construção dos parques eólicos Macacos e Gamaleira, visando ajudar no desenvolvimento do plano de negócios e identificar os principais pontos de risco financeiro e suas formas de mitigação, pelo qual esperamos vir a ser remunerados de acordo com as práticas de mercado.

Adicionalmente, possuímos mandatos de assessoria para os seguintes projetos: (i) mandato de assessoria para os projetos Campos dos Ventos e São Benedito com PPA com a comercializadora CPFL; (ii) mandato de assessoria para os leilões de compra de energias elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração A-5/2011 e A-3/2012; e (iii) mandato de assessoria para os projetos de Atlântica adquiridos da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. por nós, conforme divulgado em 13 de janeiro de 2012.

(iv) Demais operações

Em novembro de 2009, a Bons Ventos assinou contrato com o Itaú BBA, para prestação de fiança como garantia ao contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no valor de R$30 mil, com uma taxa de juros de 8,45% ao ano e vencimento em Janeiro de 2014. Adicionalmente o Itaú BBA possui 10% de participação na apólice de Riscos Operacionais das Eólicas em Operação, com vencimento em 30/10/13.

Cash management

Desde abril de 2012, o Itaú BBA presta serviços de *cash management* à Companhia, com prazo de duração indeterminado, para pagamento de fornecedores, com volume médio de R$2 milhões por mês.

Exceto pelo disposto acima, não possuímos qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Poderemos, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de nossas atividades.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliário referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e/ou (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Ainda, o Itaú BBA e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de total return swap).

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Itaú BBA, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização no preço das Ações.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pelas operações descritas acima, a Companhia não contratou o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária do grupo econômico da Companhia e ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, mantemos com o BTG Pactual e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico, relacionamento comercial que inclui, principalmente operações com a mesa de energia do BTG Pactual.

- Compra de energia da Companhia, no valor de R$1.663.877,28; e
- Venda de energia para a Companhia, no valor de R$2.557.658,88.

As operações com a mesa de energia do BTG Pactual listadas acima não representaram qualquer comissão para o BTG Pactual. Adicionalmente, a Companhia e suas subsidiárias listadas abaixo possuem contas aberta junto ao BTG Pactual:

- Companhia (2 contas)
- SPE Alto Irani Energia S.A.
- SPE Arvoredo Energia S.A.
- SPE Ninho de Águia Energia S.A.
- SPE Plano Alto Energia S.A.
- SPE Várzea Alegre Energia S.A.
- Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.
- Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.
- São Benedito Energias Renováveis S.A.
- Santa Mônica Energias Renováveis S.A.
- Santa Ursula Energias Renováveis S.A.
- Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.
- São Domingos Energias Renováveis S.A.
- Santa Luzia Energética S.A.
- Bons Ventos Geradora de Energia S.A.
- Lacenas Participações Ltda.

Por fim, as seguintes subsidiárias da Companhia contrataram CDBs com o BTG Pactual:

- CDB-DI para a São Benedito Energias Renováveis S.A., contratada em 22 de setembro de 2011 e com vencimento em 17 de setembro de 2012, com valor principal de R$3.870.000,00, a um percentual de 101,25% da taxa DI;

- CDB-DI para a São Domingos Energias Renováveis S.A., contratada em 19 de setembro de 2011 e com vencimento em 19 de setembro de 2012, com valor principal de R$3.532.000,00, a um percentual de 101,00% da taxa DI;

- CDB-DI para a Santa Mônica Energias Renováveis S.A., contratada em 19 de setembro de 2011 e com vencimento em 19 de setembro de 2012, com valor principal de R$3.398.000,00, a um percentual de 101,00% da taxa DI;

- CDB-DI para a Santa Úrsula Energias Renováveis S.A., contratada em 19 de setembro de 2011 e com vencimento em 19 de setembro de 2012, com valor principal de R$3.969.000,00, a um percentual de 101,00% da taxa DI;

- CDB-DI para a Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A., contratada em 22 de setembro de 2011 e com vencimento em 17 de setembro de 2012, com valor principal de R$3.367.000,00, a um percentual de 101,25% da taxa DI;

- CDB-DI para a Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A., contratada em 22 de setembro de 2011 e com vencimento em 17 de setembro de 2012, com valor principal de R$3.507.000,00, a um percentual de 101,25% da taxa DI;

- CDBs-DI para a SPE Alto Irani Energia S.A., contratadas entre 13 de fevereiro de 2012 e 12 de setembro de 2012 e com vencimento em 6 de dezembro de 2012, com valor principal somado de R$11.862.000,00, a um percentual de 104,75% da taxa DI; e

- CDB-DI para a SPE Plano Alto Energia S.A., contratada entre 13 de fevereiro de 2012 e 12 de setembro de 2012 e com vencimento em 6 de dezembro de 2012, com valor principal de R$8.306.000,00, a um percentual de 104,75% da taxa DI.

As sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual possuem outros títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. A participação das sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual em ações da Companhia não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Exceto pelas operações descritas acima, a Companhia não contratou o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária do grupo econômico da Companhia e ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Não obstante, a Companhia poderá contratar, a qualquer tempo, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações que incluam, mas não se limitem a, operações de financiamento, reestruturação societária do grupo econômico da Companhia, ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira, formador de mercado e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). Nesse sentido, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, a Companhia não possui relacionamento relevante com o Morgan Stanley e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

A Companhia, seu acionista controlador ou outras sociedades de seu grupo econômico contrataram e poderão, no futuro, contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de terceiros, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência. O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pelas operações descritas acima, a Companhia não contratou o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária do grupo econômico da Companhia e ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativas à Oferta", no item "Custos de Distribuição", na página 63 deste Prospecto, e pelos eventuais recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Ações, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Morgan Stanley ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da nossa Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Morgan Stanley ou qualquer sociedade de seu grupo financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente a presente Oferta, nós e/ou sociedades integrantes do nosso grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e/ou com demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, principalmente: (i) manutenção de conta bancária; (ii) operações de fiança; e (iii) operações de cartão de crédito, conforme descrito abaixo.

(i) Manutenção de conta bancária

Mantemos conta bancária utilizada para depósitos à vista com o Banco Bradesco S.A.

(ii) Operações de fiança

Nós e o Banco Bradesco S.A. celebramos três contratos de prestação de cartas de fiança emitidas pela mesma para garantir obrigações contratuais diversas, no valor total de R$66 mil, tendo como último vencimento 31 de março de 2015 e comissão média de R$1.000,00 ao ano).

(iii) Operações de cartão de crédito

Adicionalmente, a Companhia possui junto ao Banco Bradesco S.A. operações de cartão de crédito no valor total de R$373,3 mil.

(iv) Participações societárias

O Bradesco BBI, indiretamente, por meio do Bradesco FIP, do qual é quotista e gestor, detém 4,99% das ações do capital social da Companhia.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, por meio da Bradespar S.A., possui participação minoritária de 3,6% no capital social da CPFL Energia, controladora indireta da Companhia.

Além do relacionamento decorrente da Oferta, o Bradesco BBI não atuou, na qualidade de coordenador em ofertas de debêntures de empresas do nosso grupo econômico nos últimos 12 meses.

Poderemos vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou as sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, ao Bradesco BBI ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pelas operações descritas acima, a Companhia não contratou o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária do grupo econômico da Companhia e ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, na data deste Prospecto, nós ou sociedades de nosso conglomerado econômico mantemos relacionamento comercial com o BB Investimentos e/ou com demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, principalmente operações de crédito por meio de repasses do BNDES, conforme descrito abaixo.

Repasses do BNDES

O Banco do Brasil S/A atuou como agente financeiro em 5 (cinco) operações de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, cujo valor total é de R$166,5 milhões. Estes contratos foram assinados entre 04 de novembro de 2005 e 21 de dezembro de 2010, possuindo datas de vencimento que variam entre 15 de novembro de 2013 e 15 de dezembro de 2025. Tais operações são remuneradas com taxas que variam entre taxa fixa de 5,5% ao ano e 4,3% ao ano acima da TJLP.

Debêntures

Em 21 de maio de 2012, emitimos R$430 milhões em debêntures não conversíveis em ações com vencimento em 2022, onde o BB Investimentos foi coordenador. Os pagamentos anuais iniciam-se em maio de 2015 e terminam em maio de 2022. A remuneração do investidor será de 100% do CDI mais 1,7% ao ano.

Notas Promissórias

Em 09 de janeiro de 2013 foi realizada a segunda emissão pública de notas promissórias das Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. e Atlântica V Parque Eólico S.A., totalizando R$230 milhões. As notas promissórias, possuem vencimento em 17 de maio de 2013, pagamento de principal e de juros no vencimento e remuneração ao investidor de 108,5% CDI. O BB Investimentos foi o coordenador líder das quatro emissões. Estas emissões, sob a coordenação e estruturação do próprio BB Investimentos, terão o vencimento prorrogado para 08 de julho de 2013 e valor total reduzido para R$138 milhões, sendo que as demais condições serão mantidas.

No que se refere a aquisições, negociações ou compras de nossos valores mobiliários ocorridos ao longo dos últimos 12 meses, o Banco do Brasil S/A, controlador do BB Investimentos, adquiriu no mercado primário (i) 13.000 debêntures, totalizando R$130 milhões e (ii) 30 notas promissórias, que totalizavam R$320 milhões, referente à 1ª Emissão, já totalmente liquidadas pela companhia. Em seguida adquiriu 20 notas promissórias (2ª Emissão das SPEs de Atlântica), cujo vencimento ocorrerá em 17/05/2013. Estas serão parcialmente prorrogadas, através de 12 Notas Promissórias que totalizarão R$138 milhões.

O BB Investimentos e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). O BB Investimentos e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir ações de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

Poderemos vir a contratar, no futuro, o BB Investimentos e/ou as sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, por nós, ao BB Investimentos ou sociedades do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BB Investimentos como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pelas operações descritas acima, a Companhia não contratou o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária do grupo econômico da Companhia e ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia nos 12 meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores não possuem relacionamento com o Coordenador Líder. Adicionalmente, nos últimos 12 (doze) meses, o Coordenador Líder e outras sociedades de seu conglomerado econômico não (i) participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas; ou (ii) realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores, ao Coordenador Líder ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que o relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder não constitui conflito de interesses com relação à Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA

Além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, e o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos últimos 12 meses de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de nossas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Custos de Distribuição" deste Prospecto, e pelos eventuais ganhos decorrentes das atividades de estabilização de nossas ações, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que o relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA não constitui conflito de interesses com relação à Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Além do relacionamento referente à Oferta, o BTG Pactual e/ou com sociedades de seu conglomerado econômico não mantêm relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira, operações de câmbio e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição", na página 63 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ao BTG Pactual, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da(s) atividade(s) de estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores entendem que o relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual não constitui conflito de interesses do BTG Pactual com relação à Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo financeiro. Adicionalmente, nos últimos 12 meses, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo financeiro não participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo financeiro para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores ao Morgan Stanley ou sociedades do seu grupo financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley ou qualquer sociedade de seu grupo financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, o Bradesco FIP e a GMR Empreendimentos e Participações ("GMR Energia") são os únicos Acionistas Vendedores que possuem relacionamento com o Bradesco BBI, conforme descrito abaixo.

Embora os demais Acionistas Vendedores não possuam atualmente relacionamento com o Bradesco BBI, tais Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades destes Acionistas Vendedores.

Adicionalmente, nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e outras sociedades de seu conglomerado econômico não (i) participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas ou (ii) realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

GMR Energia

Em dezembro de 2011 o Bradesco BBI, atuou como Coordenador Líder da Oferta Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações com Esforços Restritos de Colocação da GMR Energia S.A encerrada em 09/02/2012. A operação obteve um volume de R$80 milhões com taxa CDI + 3,75% e vencimento em 30 de outubro de 2013.

Bradesco FIP

O Bradesco BBI é o único cotista do Bradesco FIP. Este Acionista Vendedor é administrado pela BEM DTVM Ltda. a qual, por sua vez, é subsidiária integral do Banco Bradesco S.A.

Os Acionistas Vendedores entendem que o relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI não constitui conflito de interesses com relação à Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BB Investimentos

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores possuem relacionamento com o BB Investimentos:

O Acionista Vendedor Pessoa Física Sr. Roberto Sahade, possui relacionamento junto ao Banco do Brasil S/A, como correntistas, utilizando-se dos serviços vinculados às suas contas correntes. Os Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas não possuem relacionamento com o BB Investimentos.

Adicionalmente, nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e outras sociedades de seu conglomerado econômico não (i) participaram de qualquer oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas; ou (ii) realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores Pessoas Jurídicas.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em "Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BB Investimentos ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que o relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BB Investimentos não constitui conflito de interesses com relação à Oferta.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações relativas à Oferta – Custos de Distribuição" deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga por nós ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou às sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

Para informações sobre operações envolvendo a Companhia e os Coordenadores da Oferta, além desta Oferta ver a seção "Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e as Instituições Participantes da Oferta" nas páginas 80 a 90 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, os investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" nas páginas 21 a 24 *deste Prospecto e nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do nosso Formulário de Referência, e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.*

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá "um efeito adverso para nós" ou nos "afetará adversamente" significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Um mercado ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

Não existe, na data deste Prospecto, um mercado ativo ou líquido para as nossas ações, não sendo possível prever em que medida o interesse dos nossos investidores ocasionarão o desenvolvimento de um mercado para a negociação das suas ações na BM&FBOVESPA e o quão líquido poderá vir a ser este mercado.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de receber pagamento, total ou parcial em relação aos seus investimentos; e (ii) restrições ao investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2012, a capitalização de mercado da BM&FBOVESPA era de aproximadamente R$2,5 trilhões, com um volume médio diário de R$7,3 bilhões durante o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado. As dez principais ações negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por aproximadamente 42,95% do volume total de ações negociadas nessa bolsa em 2012.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações, inclusive pelo nosso Acionista Controlador, pelo BTG Pactual e pela Previ, após a conclusão da Oferta e o período de lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações de nossa emissão ou a percepção dos investidores sobre nós.

A Companhia e o Acionista Controlador, bem como cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia se comprometeram, sujeitos a algumas exceções, em não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, de quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros, pelo período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (inclusive).

Os Acionistas Vendedores e a Previ, caso esta venha a subscrever Ações na Oferta em atendimento à Ordem de Compra de Previ apresentada no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*, se comprometeram a, (a) em relação a 100% (cem por cento) das Ações de emissão da Companhia por eles detidas, pelo período de 240 (duzentos e quarenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início (inclusive); e (b) com relação a 60% (sessenta por cento) das Ações por eles detidas a, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias que se inicia a partir do 241º dia após a publicação do Anúncio de Início, a não oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, de quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos primeiros 6 (seis) meses subsequentes à Oferta, após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado, nosso Acionista Controlador e os membros da nossa Administração não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das Ações de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares, imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nosso Acionista Controlador e nossos Administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

O BTG Pactual, nos termos da Garantia Firme de Colocação, poderá se tornar detentor de uma quantidade substancial de ações de emissão da Companhia, que não estarão sujeitas a restrição de venda.

Após tais restrições terem se extinguido, quando aplicáveis, nossas Ações estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de nossas Ações pode afetar adversamente o valor de mercado das Ações de nossa emissão. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Relativas à Oferta – Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)")", nas páginas 74 a 75 deste Prospecto.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das ações de nossa emissão e resultar em uma diluição da participação do investidor.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de nossa emissão e na diluição da participação do investidor em nosso capital social.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação de preço e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações de nossa emissão.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, caso a demanda verificada na Oferta seja inferior a quantidade de ações da Oferta base acrescida de 1/3 (um terço), poderão ser aceitas no Procedimento de *Bookbuilding*, intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), o que poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e promover a redução da liquidez das Ações no mercado secundário. Sociedades dos conglomerados econômicos dos Coordenadores da Oferta poderão subscrever/adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo *total return swaps*) por elas realizadas por conta e ordem dos seus clientes. Tais operações poderão influenciar a demanda e o Preço por Ação, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de ações, o que poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a oferta pública de distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das nossas Ações (i) nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro, em conformidade com o disposto no *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, com base no Regulamento S e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131, da Resolução CMN2. 689 e da Instrução CVM 325. Os esforços de colocação das nossas Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, nós e os Acionistas Vendedores somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que nós e os Acionistas Vendedores indenizemos tais Agentes de Colocação Internacional, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Nós e os Acionistas Vendedores também fazemos diversas declarações e garantias relacionadas ao nosso negócio e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Nossa eventual condenação em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá nos afetar adversamente.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pelos mercados emergentes. A crise financeira iniciada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 criou uma recessão global. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia e nos mercados emergentes podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós.

Além disso, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Não podemos assegurar que o mercado de capitais brasileiro continuará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar nosso futuro acesso ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado de nossas Ações.

Haverá diluição imediata do valor econômico de seu investimento.

Esperamos que o Preço por Ação exceda o valor patrimonial de nossas ações após a Oferta. Consequentemente, os investidores que subscreverem/adquirirem as Ações no âmbito da Oferta irão sofrer imediata redução e substancial diluição do valor contábil de seu investimento. Considerando o Preço por Ação de R$12,51, que é o valor mínimo da faixa indicativa de preços, a diluição percentual dos novos investidores será de 34,6% (trinta e quatro inteiros e dois décimos por cento). Para mais informações sobre a diluição gerada pela realização da Oferta, ver a seção "Diluição", nas páginas 99 a 102 deste Prospecto.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares das ações ordinárias de nossa emissão.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício, caso nosso Conselho de Administração determine que não possuímos lucro líquido ou reservas de lucro nos termos da Lei das Sociedades por Ações para distribuir dividendos, ou que a distribuição de dividendos seja incompatível com a nossa situação financeira naquele momento, e nossos acionistas deliberem não distribuí-los. Além disso, nossas escrituras de emissão de debêntures preveem determinadas restrições à distribuição de dividendos (inclusive à distribuição de dividendo mínimo obrigatório), sob pena de vencimento antecipado das debêntures. Para informações adicionais, ver os itens "10.1 – Comentários dos Diretores" e "18.5 – Descrição de Outros Valores Mobiliários Emitidos" do nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Os interesses dos nossos administradores e executivos podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de nossa emissão, uma vez que possuem opções de ações outorgadas no âmbito do nosso antigo plano de opção de compra de ações. O exercício dessas opções de compra de ações por nossos administradores e executivos poderá resultar na diluição de nossos acionistas.

Alguns de nossos administradores e executivos possuem opções de compra de nossas ações outorgadas no âmbito de nosso antigo Plano de Opção de Compra de Ações, cujo potencial ganho está vinculado ao maior valor de mercado das ações de nossa emissão.

O fato de alguns de nossos administradores e executivos possuírem tais opções de compra de ações pode levar a nossa administração a dirigir nossos negócios e nossos executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

Qualquer exercício dos direitos de opção de compra de nossas ações por nossos administradores e executivos poderá ocasionar diluição adicional para nossos acionistas no futuro. Para mais informações sobre as opções outorgadas no âmbito do nosso antigo Plano de Opção de Compra de Ações, inclusive sobre a eventual diluição adicional de nossos acionistas ver a seção "Diluição – Opções de Compra de Ações", nas páginas 99 a 100 deste Prospecto e item "13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária", do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Se analistas de valores mobiliários não publicarem pesquisas sobre nós, ou caso analistas de valores mobiliários ou terceiros publiquem pesquisas imprecisas ou desfavoráveis a nosso respeito, o preço de nossas ações ordinárias poderá cair.

O mercado para negociação das nossas ações ordinárias irá basear-se, em parte, nas pesquisas e relatórios que analistas de valores mobiliários e outros terceiros publicarem a nosso respeito. Nós não controlamos esses analistas ou terceiros. O preço de nossas ações ordinárias poderá cair se um ou mais analistas de valores mobiliários rebaixarem nossas ações ordinárias ou se um ou mais analistas de valores mobiliários ou outros terceiros publicarem pesquisas imprecisas ou desfavoráveis sobre nós ou pararem de publicar relatórios de análise a nosso respeito.

Em razão do exercício da Garantia Firme de Colocação prestada pelo BTG Pactual e da alocação de ações à Previ em atendimento à Ordem de Compra da Previ no âmbito do Procedimento de Bookbuilding, o BTG Pactual e/ou a Previ, conforme o caso, poderão se tornar titulares de um número substancial de ações de emissão da Companhia, o que poderá reduzir significativamente a liquidez das ações de emissão da Companhia.

O BTG Pactual está prestando Garantia Firme de Colocação de até aproximadamente 55,6% das Ações distribuídas no âmbito da Oferta. Caso na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* seja exercida no todo ou em parte a Garantia Firme de Colocação, o BTG Pactual poderá se tornar titular de um número substancial de ações de emissão da Companhia, o que poderá reduzir a liquidez das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, a Previ confirmou a apresentação de Ordem de Compra de ações de emissão da Companhia em montante equivalente a aproximadamente 50% das Ações distribuídas no âmbito da Oferta, nos termos do Compromisso de Colocação de Ordem de Compra de Ações pela Previ. Caso a Previ venha a adquirir Ações em atendimento à referida Ordem de Compra, a Previ poderá se tornar titular de um número substancial de ações de emissão da Companhia, o que poderá reduzir a liquidez das ações de emissão da Companhia. Essas aquisições de ações pelo BTG Pactual e pela Previ, no âmbito da Oferta, poderão reduzir significativamente a liquidez das ações de emissão da Companhia.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se um Preço por Ação de R$12,51, que é o ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, os recursos líquidos a serem captados por nós na Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) são estimados em aproximadamente R$326.375.001, considerando a dedução das comissões da Oferta Primária.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos a serem auferidos por nós em decorrência da Oferta Primária da seguinte forma: R$261.100.001 ou 80%, em nossos projetos em desenvolvimento; e R$65.275.000 ou 20%, em aquisições, conforme indicado na tabela abaixo:

Destinação dos Recursos	**Percentual**
Projetos em desenvolvimento	80%
Aquisições	20%
Total	**100%**

Pretendemos utilizar R$261.100.001 ou 80% dos recursos líquidos da Oferta Primária para a construção dos nossos atuais 10 projetos em desenvolvimento, classificados neste Prospecto como "altamente prováveis" compreendendo dispêndios com (i) a aquisição de equipamentos, (ii) serviços de obras civis, (iii) montagem e (iv) comissionamento a serem contratados junto a fornecedores. Os demais 20% dos recursos líquidos da Oferta Primária serão utilizados para a aquisição de novos projetos em nossa área de atuação.

A aquisição de equipamentos compreende a aquisição de aerogeradores, que serão necessários para viabilizar a produção de energia dos nossos projetos. Serviços e obras civis compreendem a contratação de prestadores de serviços para a construção da estrutura para os nossos projetos. A montagem compreende serviços prestados por terceiros para montagem em nossas usinas dos equipamentos adquiridos e que serão utilizados em nossos projetos, incluindo instalação dos aerogeradores e dos demais equipamentos necessários ao funcionamento de nossas usinas. Por fim, o comissionamento compreende os gastos que teremos com prestadores de serviços para assegurar que os sistemas e componentes de nossas usinas estejam projetados, instalados, testados, operados e mantidos de acordo com as necessidades e requisitos operacionais.

Apesar de nossa estratégia de crescimento prever aquisições como forma de acelerar nosso crescimento, e o mercado em que atuamos ser bastante fragmentado, oferecendo oportunidades de aquisição, não podemos prever quando uma aquisição irá ocorrer e quais os valores envolvidos em futuras aquisições. Divulgaremos ao mercado, na forma da legislação aplicável, qualquer aquisição que viermos a realizar. Caso não utilizemos os pretendidos R$65.275.000 ou 20%, dos recursos líquidos da Oferta Primária em futuras aquisições, pretendemos empregar tais recursos como capital de giro da Companhia. Para maiores informações sobre nossos riscos, em especial aqueles relativos à nossa estratégia de crescimento via aquisições, ver as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" nas páginas 22 a 26 e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", nas páginas 92 a 96 deste Prospecto e também os itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia.

Adicionalmente, esperamos financiar nossos dispêndios com projetos em construção e desenvolvimento e nossas aquisições, empregando tanto recursos provenientes da Oferta Primária quanto recursos oriundos da nossa própria geração de caixa e de financiamentos que pretendemos contratar junto a instituições financeiras, em especial o BNDES.

A destinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta Primária se baseia em nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Ver seção "Capitalização" na página 98 deste Prospecto, sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária em nossa situação patrimonial.

Um aumento de R$1,00 no preço de R$12,51 por Ação, que é o ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, acarretaria um aumento de R$27.697.842 nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Os recursos da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações Adicionais e do exercício da Opção de Ações Suplementares) serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores. Não receberemos quaisquer recursos provenientes da alienação das Ações da Oferta Secundária pelos Acionistas Vendedores.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta nossa capitalização total com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas em bases históricas em 31 de março de 2013, e conforme ajustada de modo a refletir (i) a liberação de empréstimo do BNDES em 26 de abril de 2013 para financiar a construção do Complexo Eólico Macacos no montante total de R$59.860 mil; (ii) que em 15 de maio de 2013, a controlada Campos dos Ventos II captou junto ao Banco Itaú o montante de R$35.000 mil, para construção do referido projeto, esta dívida tem vencimento em 11 de novembro de 2013 e incide sobre o montante 100% do CDI acrescido de 1,05% ao ano; (iii) a liberação de R$263.714 mil na modalidade empréstimo ponte para a construção do Complexo Atlânticas; e (iv) o recebimento de R$326.375 mil em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária), considerando o ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

	Em 31 de março de 2013					
	Efetivo	**% do total**	**Ajustado[1]**	**% do Total**	**Ajustado[2]**	**% do Total**
	(em milhões de reais)					
Caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários, aplicações financeiros e aplicações financeiras vinculadas	**537,7**	**7,0%**	**896,3**	**11,2%**	**1.222,6**	**14,7%**
Passivo Circulante						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	691,3	9,1%	1.049,8	13,1%	1.049,8	12,6%
Passivo Não Circulante						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.656,2	47,9%	3.656,2	45,7%	3.656,2	44,0%
Patrimônio Líquido	**3.286,0**	**43,0%**	**3.286,0**	**41,1%**	**3.612,4**	**43,4%**
Capital Social	2.675,7	35,1%	2.675,7	33,5%	2.857,3	34,3%
Reservas de Capital	528,9	6,9%	529,0	6,6%	673,8	8,1%
Reserva de Lucros	32,1	0,4%	32,1	0,4%	32,1	0,4%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	53,9	0,7%	53,9	0,7%	54,0	0,6%
Participação de Não Controladores	10,4	0,1%	10,4	0,1%	10,4	0,1%
Prejuízos acumulados	(15,0)	-0,2%	(15,0)	-0,2%	(15,1)	-0,2%
Capitalização Total[3][4]	**7.633,5**	**100,0%**	**7.992,1**	**100,0%**	**8.318,4**	**100,0%**

(1) Ajustado para refletir a liberação de empréstimo do BNDES em abril de 2013 para financiar a construção do Complexo Eólico Macacos no montante total de R$59.860 mil, para refletir o empréstimo contratado em 15 de maio de 2013 pela controlada Campos dos Ventos II que captou junto ao Banco Itaú o montante de R$35.000 mil, para construção do referido projeto e para refletir a captação no montante de R$263.714 mil na modalidade empréstimo ponte para a construção do Complexo Atlânticas.

(2) Para refletir o recebimento de R$326.375 mil em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária), considerando o ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais. Para fins desta tabela de capitalização foi considerado que será alocado na rubrica Capital Social o valor por ação de R$6,49 em 31 de março de 2013 (correspondente ao Capital Social dividido pelo número total de Ações antes da Oferta), observado que o valor remanescente dos recursos líquidos da Oferta Primária será alocado na rubrica Reserva de Capital (rubrica específica de Patrimônio Líquido).

(3) Refere-se ao somatório de Empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante e patrimônio líquido.

(4) Os valores apresentados não refletem a emissão, aprovada em 14 de junho de 2013, das notas promissórias pela Companhia, no valor de R$150.000.000,00 e ainda não desembolsadas.

Um aumento de R$1,00 no Preço por Ação de R$12,51, que é o ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, em decorrência da colocação das Ações da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária, aumentaria o valor do nosso patrimônio líquido em R$27.697.842. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de março de 2013, o valor do nosso patrimônio líquido era de R$3.286.059 mil, sendo R$3.275.686 mil atribuíveis aos acionistas controladores, e o valor patrimonial por ação ordinária de nossa emissão correspondia, na mesma data, a R$7,97, sendo R$7,95 considerando o patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores. O valor patrimonial por ação representa o valor contábil total de nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de ações ordinárias de nossa emissão em 31 de março de 2013.

Após considerarmos a colocação das Ações da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) pelo ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, de R$12,51, considerando a dedução das comissões da Oferta Primária, nosso patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores estimado na data deste Prospecto seria de R$3.602 milhões, representando um valor de R$8,18 por Ação. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação ordinária de nossa emissão de R$0,24 para os acionistas existentes, e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por Ação de 34,60% por Ação para novos investidores que investirem em nossas Ações. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de nossa emissão imediatamente após a Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação:

Preço por Ação[(1)]	R$12,51
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de março de 2013[(4)]	R$7,95
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por Ação atribuído aos acionistas existentes	R$0,24
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de março de 2013 ajustado para refletir a Oferta	R$8,18
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores[(2)]	R$4,33
Diluição percentual dos novos investidores[(3)]	34,60%

(1) Considerando o ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, de R$12,51.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o ponto mínimo da faixa indicativa do Preço por Ação de R$12,51 a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido através da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação, com base no ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, de R$12,51.

(4) Considerando o patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

Um aumento de R$1,00 no Preço por Ação de R$12,51, que é o ponto mínimo da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto, em decorrência da colocação das Ações da Oferta Primária (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária, aumentaria (i) o valor patrimonial por Ação em R$0,06; e (ii) a diluição do valor patrimonial das nossas Ações para novos acionistas em R$0,94 por Ação. O Preço por Ação será definido após a conclusão do procedimento de *bookbuilding*.

Opções de Compra de Ações

As informações abaixo foram ajustadas para refletir o grupamento de ações aprovado em 31 de maio de 2012.

Foram realizadas em 2009, 2010 e 2011 outorgas ("Programas") a alguns beneficiários que incluem nossos administradores e empregados de nível gerencial ("Participantes"), de opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Opções") com base no plano de opções de compra de ações aprovado pela nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2009 ("Plano"). O Plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração, que tem amplos poderes para administrá-lo.

Foram outorgadas no âmbito do Plano 4.685.729 opções aos nossos Diretores Estatutários e aos nossos empregados em nível gerencial desde o início do Plano de Compra de Ações ("Plano"). Até 31 de março de 2013, 1.828.904 opções foram canceladas, devido ao desligamento do respectivo membro, nos termos do Plano, de modo que apenas 3.250.840 opções são passíveis de serem exercidas até o final do plano. Em 31 de março de 2013, 2.856.825 opções são passíveis de serem exercidas, as Opções poderão resultar na emissão de até 571.365 novas ações de nossa emissão, caso a totalidade das Opções outorgadas ainda passíveis de exercício sejam exercidas. O prazo máximo de exercício das Opções é de 10 (dez) anos a contar das respectivas datas de outorga.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob os Programas de 2011 e 2010 é fixo em R$1,84 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 8 de outubro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Já o preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2009 é fixo em R$1,23 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 1º de janeiro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Assim, o preço médio ponderado de exercício de cada uma das Opções é de R$0,42, totalizando R$1.195 mil em 31 de março de 2013 (para maiores informações, vide tabela "Plano de Opções" abaixo).

As Opções no âmbito do Plano foram outorgadas aos Participantes em caráter pessoal, não podendo ser empenhadas, cedidas ou transferidas a terceiros, salvo na hipótese de falecimento ou invalidez permanente nos termos do Plano.

Por decisão da Companhia não houve novas outorgas de Opções com base no Plano desde 1º de março de 2011.

O Plano estava limitado a um número máximo de Opções que resultasse em uma diluição de até 1% no total de ações de nossa emissão na data de criação de cada Programa. A diluição correspondia ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as Opções, considerando todas as Opções outorgadas no Plano, já exercíveis ou não, dividido pela atual quantidade total de ações de nossa emissão adicionadas às Opções outorgadas no Plano. Atualmente, a Companhia não pretende implementar um novo Plano de Opção logo após a presente Oferta.

Abaixo apresentamos a hipótese de diluição máxima adicional, considerando a outorga de Opções no âmbito do Plano e o exercício de todas as Opções outorgadas possíveis de serem exercidas, com a emissão de todas as ações correspondentes, diluição essa em relação ao nosso capital social em 31 de março de 2013, ou 412.274.029 Ações, ao preço de exercício das Opções:

Plano de Opções

Preço de exercício da Opção[1][2]	R$0,42
Quantidade de Ações de emissão da Companhia	412.274.029
Quantidade de Ações no âmbito do Plano[3]	650.168
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2013[4]	R$7,95
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2013 considerando o exercício da totalidade das Opções outorgadas no âmbito do Plano[4]	R$7,93
Diluição do valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício da totalidade das Opções outorgadas no âmbito do Plano e o Preço de Exercício da Opção de R$0,42	R$(0,01)
Preço total de exercício	R$273.070,6

(1) Preço médio ponderado de exercício de cada Opção, sendo o preço médio de cada ação de R$2,09.

(2) Caso o número de ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, o número de ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício serão ajustados, para evitar distorções na aplicação do Plano.

(3) Cada Opção de Ação equivale a 0,20 ação.

(4) Considerando o patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

Para mais informações sobre as Opções outorgadas no âmbito do Plano, ver o item 13.4 do Formulário de Referência.

Diluição máxima combinada: Oferta e Plano

Segue, na tabela abaixo, o efeito da diluição máxima por ação de nossa emissão, que seria causada pelo exercício integral das opções do Plano, com base em nosso patrimônio líquido em 31 de março de 2013, após considerarmos a colocação das Ações da Oferta Primária (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais) pelo ponto mínimo da faixa indicativa do Preço por Ação, de R$12,51, considerando a dedução das comissões da Oferta Primária:

Diluição Máxima Combinada

Oferta Primária	
Preço por Ação[1]	R$12,51
Número total de Ações Emitidas[4]	27.977.618
Recursos líquidos da Oferta	R$326.375.001
Plano	
Preço Exercício da Opção[2][3][5]	0,42
Número de Ações entregues no Exercício do Plano[5]	650.168
Valor recebido em função do exercício do Plano	R$273.071
Combinado	
Número combinado de Ações emitidas[4]	28.627.786
Recursos líquidos combinados	R$326.648.072
Número de Ações, Ex-Tesouraria em 31 de março de 2013	412.274.029
Patrimônio Liquido em 31 de março de 2013[6]	R$3.275.686.000
Valor Patrimonial por Ação em 31 de março de 2013[6]	R$7,95
Valor Patrimonial por Ação em 31 de março de 2013 ajustado para refletir a Oferta e o exercício do Plano[6]	R$8,17
Aumento no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	R$0,22
Aumento Percentual no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	2,8%
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os investidores considerando a realização da Oferta e o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano	R$4,34
Percentual de Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os investidores considerando a realização da Oferta e o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano	34,69%

(1) Considera-o preço por Ação de R$12,51 estimado com base no ponto mínimo da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto.

(2) Preço médio ponderado de exercício de cada Opção, sendo o preço médio de cada ação de R$2,09.

(3) O preço de exercício da Opção considera que cada 5 (cinco) Opções dá direito a uma ação ordinária.

(4) Sem considerar as Ações Adicionais e a Opção do Lote Suplementar.

(5) Caso o número de ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações,desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, o número de ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício serão ajustados, para evitar distorções na aplicação do Plano. Cada Opção de Ação equivale a 0,20 ação.

(6) Considerando o patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

Descrição comparativa entre o preço por ação e o preço pago por Administradores, controladores ou detentores de opções de emissão de ações.

A tabela abaixo apresenta o preço pago pelos acionista controlador da Companhia (CPFL Geração e CPFL Brasil), por conta de subscrição de ações em aumentos de capital da Companhia, nos últimos 5 (cinco) anos. Nossos Administradores não possuem Ações da Companhia e até a presente data não exerceram, assim como os demais detentores de Opções, suas Opções.

Data	Objeto	Quantidade[3]	Espécie	Preço de Emissão Pago Pelos Controladores por Conta de Subscrição em Aumentos de Capital (R$)[3]	Preço Máximo por Ação (R$)[1]	Preço Mínimo por Ação (R$)[1]	Valor Total do Aumento de Capital (R$)	Aumento de Capital ao Preço Máximo (R$)[2]	Aumento de Capital ao Preço Mínimo (R$)[2]
24/08/2011	Aumento de Capital	733.141.077	Ações Ordinárias	0,73	15,01	12,51	539.658.003,38	11.004.447.566	9.171.594.873
24/08/2011	Aumento de Capital	180.334.222	Ações Ordinárias	2,13	15,01	12,51	384.196.650,00	2.706.816.672	2.255.981.117
15/12/2011	Aumento de Capital	385.268.687	Ações Ordinárias	2,13	15,01	12,51	820.803.350,00	5.782.882.992	4.819.711.274

(1) Preço mínimo e máximo por ação significam, respectivamente os Preços por Ação mínimo e máximo estimados para esta Oferta, conforme mencionado na capa deste Prospecto.

(2) Montante do aumento de capital social caso tal aumento de capital tivesse sido realizado, respectivamente, pelos Preços por Ação mínimo e máximo estimados para esta Oferta, conforme mencionado na capa deste Prospecto. Tal informação visa fornecer ao mercado uma melhor avaliação sobre a evolução histórica do preço de emissão de nossas Ações se comparado aos Preços por Ação mínimo e máximo estimados para esta Oferta, conforme mencionado na capa deste Prospecto.

(3) Os valores apresentados na tabela não consideram o grupamento de ações, na proporção de 5 para 1, aprovado em 31 de maio de 2012, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia.

ANEXOS AO PROSPECTO

- Estatuto Social consolidado da companhia
- Ata da assembleia geral extraordinária da companhia, realizada em 26 de junho de 2013, que aprova a oferta primária
- Minuta da Ata de reunião do conselho de administração da companhia, realizada em 17 de julho de 2013, que aprova o aumento do capital social da companhia no âmbito da oferta e fixa o preço por ação
- Ata da reunião do comitê de investimento do Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus
- Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 da companhia
- Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 dos acionistas vendedores
- Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 do coordenador líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Estatuto Social consolidado da companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2013

ESTATUTO SOCIAL DA CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º. A CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("**Lei das Sociedades por Ações**").

Parágrafo único. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("**BM&FBOVESPA**"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("**Regulamento do Novo Mercado**").

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social:

(i) a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, tais como, pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, eólicas, termoelétricas de biomassa, energia fotovoltaica, e UHEs, com a consequente prestação de serviço público de geração de energia elétrica;

(ii) a exploração de atividades de projeto, engenharia, licenciamento, financiamento, aquisição, operação e manutenção de ativos de geração e potenciais de geração de energia, desde que relacionados a empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (i) acima;

(iii) a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores,

geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

(iv) o investimento no capital de outras sociedades (de forma individual ou sob a forma de consórcio de empreendimentos) na área de geração de energia elétrica, sem a utilização de combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (i) acima, ou de serviços a esta relacionados;

(v) a prestação dos serviços e a intermediação de negócios associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia; e

(vi) o exercício de outras atividades, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, vinculadas ao seu objeto social.

Parágrafo 1º. A Companhia poderá desenvolver suas atividades, direta ou indiretamente, através de investimentos no capital de sociedades investidas; de títulos ou outros direitos conversíveis em capital ou, ainda, por meio de fundos de investimentos em participações.

Parágrafo 2º. As sociedades investidas podem ter a forma de sociedades empresárias limitadas ou sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, e podem estar localizadas no Brasil ou no exterior, desde que neste caso o investimento seja relacionado a projetos no Brasil.

Parágrafo 3º. A Companhia poderá também praticar as demais atividades razoavelmente esperadas de uma empresa *holding*, incluindo, sem limitação, negociar e obter financiamentos, contratar serviços de terceiros no interesse do grupo econômico da Companhia, e prestar garantias para sociedades do grupo econômico da Companhia, desde que tais atividades estejam relacionadas a empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear.

Artigo 3º. A Companhia tem sua sede social e foro legal na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 2.675.731.029,29 (dois bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e vinte e nove centavos), dividido em 412.274.029 (quatrocentos e doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e vinte e nove) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo 1º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R$ 1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões reais) adicionais, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Parágrafo 2º. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Nos aumentos de capital por subscrição particular, o prazo para o exercício do direito de preferência não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. A critério do Conselho de Administração, fica autorizada a emissão, que poderá ser realizada sem direito de preferência para os acionistas ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações. Nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição destinadas à subscrição pública ou particular, a Diretoria, mediante aviso publicado na imprensa, comunicará aos acionistas a deliberação do Conselho de Administração em aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, se houver.

Parágrafo 3º. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da lei.

Parágrafo 4º. As integralizações serão efetivadas à vista.

Parágrafo 5º. O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por

cento) ao mês ou fração, contados do primeiro dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária na forma admitida em lei mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado.

Parágrafo 6º. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar a sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 7º. As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação terá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo 8º. A Companhia contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela CVM a manter esse serviço, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações, conforme venha a ser definido no contrato de custódia.

Artigo 6º. Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus Administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, com base em planos aprovados pela Assembleia Geral.

Artigo 7º. A Companhia poderá emitir debêntures, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições que, por proposta do Conselho de Administração, forem aprovadas pela Assembleia Geral. Nas emissões de debêntures conversíveis em ações, será aplicável a regra do parágrafo 2º do artigo 5º, *in fine*.

Parágrafo único. Nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real.

Artigo 8º. É vedado à Companhia emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente anualmente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, ou seja, até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

(a) tomar as contas dos Administradores, relativas ao último exercício social;

(b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado;

(c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;

(d) eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso;

(e) eleger os membros do Conselho de Administração titulares e suplentes; e

(f) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável.

Artigo 10º. A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

Parágrafo único. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei neste Estatuto Social:

(a) deliberar sobre a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão;

(b) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes;

(c) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(d) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; e

(e) deliberar sobre a escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social, dentre uma lista tríplice de empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 11. A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Artigo 12. As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a escolha do secretário.

Artigo 13. Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com dois dias úteis de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral.

Parágrafo 1º Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, sendo solicitado o depósito prévio do instrumento de procuração e documentos necessários na sede social até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. O acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

CAPÍTULO IV
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 14. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 15. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse no livro próprio e condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos.

Parágrafo 1º. Os Administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho de Administração indicados pelo Acionista Controlador e os Diretores firmarão, ainda, Termo de Adesão aos dispositivos de acordo(s) de acionistas da Companhia do(s) qual(ais) o Acionista Controlador seja parte, através do qual declaram ter pleno conhecimento de seu teor.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 16. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, sete membros, eleitos para um mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição, e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 e pelo artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para número inteiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo 4º. A Assembleia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s) temporário(s), observado o disposto no artigo 16, parágrafo 1º, deste Estatuto Social.

Artigo 17. No caso de vacância no cargo de Conselheiro, a(s) vaga(s) poderão ser preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, com a nomeação, para o(s) cargo(s), dos suplentes eventualmente eleitos, mediante escolha da maioria dos Conselheiros, e seu(s) respectivo(s) mandato(s) será(ão) até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga.

Parágrafo 1º. Caso a vacância de membro(s) do Conselho de Administração ocorra de modo a ficar o número de Conselheiros reduzido para aquém do número fixado neste Estatuto Social, deverá ser convocada Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleição e preenchimento dos cargos vagos. O mandato dos Conselheiros eleitos nestas condições terminará juntamente com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo 2º. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 3º. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo 4º. Os Conselheiros poderão enviar, antecipadamente, seu voto, que valerá para fins de verificação de quoruns de instalação e de deliberação, desde que encaminhado, por escrito, à Companhia, até o início da reunião, em atenção ao Presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração.

Artigo 18. Compete ao Conselho de Administração:

(a) eleger os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante

global estabelecido pela Assembleia Geral;

(b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;

(c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

(d) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia;

(e) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;

(f) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício;

(g) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, de conformidade com o disposto neste Estatuto Social;

(h) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo;

(i) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;

(j) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia;

(k) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal;

(l) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de ofertas públicas para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social;

(m) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

(n) aprovação dos termos e condições de eventual oferta pública de ações da Companhia, observada a competência da Assembleia Geral;

(o) autorizar prévia e expressamente a celebração de contratos pela Companhia com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais);

(p) aprovar prévia e expressamente a celebração de contratos, por si ou por suas controladas, de qualquer natureza de valor global superior a R$ 36.650.000,00 (trinta e seis milhões seiscentos e cinquenta mil reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano quinquenal de negócios;

(q) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações e de negociação de valores mobiliários;

(r) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;

(s) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio ou associação;

(t) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;

(u) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda

que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

(v) aprovar a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ou igual ou inferior a R$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia ou de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;

(w) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia ou para garantir o pagamento de obrigações da Companhia

(x) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;

(y) deliberar sobre a criação de Comitês e Comissões para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência;

(z) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados;

(aa) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(ab) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas;

(ac) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá

abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(ad) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confiram a outro órgão da Companhia.

Parágrafo 1º. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada dois meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou videoconferência.

Parágrafo 2º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com dez dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo 3º. Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo 4º. No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo 5º. A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo 6º. Caso não haja quórum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação, a ser feita com pelo menos sete dias de antecedência, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia

da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo 7º. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por *fac-símile*, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 19. A Diretoria será composta por sete membros, sendo que (i) um será Diretor Presidente; (ii) um será Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (iii) um será Diretor de Operação e Manutenção; (iv) um será Diretor de Engenharia e Obras; (v) um será Diretor de Sustentabilidade; (vi) um será Diretor de Novos Negócios; e (vii) um será Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia.

Parágrafo único. Compete ao:

(a) Diretor Presidente da Companhia: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no artigo 17 deste Estatuto Social, conforme aplicável.

(b) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; (ii) manter atualizado o registro da Companhia perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei; e (iii) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo a análise de investimentos e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas.

(c) Diretor de Operação e Manutenção dirigir o negócio de geração de energia elétrica, respondendo pelas operações e pela manutenção das unidades geradoras da Companhia e de suas controladas e coligadas.

(d) Diretor de Engenharia e Obras propor, examinar, avaliar, planejar e implantar projetos das unidades geradoras atuais e futuras da Companhia e de suas controladas e coligadas.

(e) Diretor de Sustentabilidade liderar, planejar e implementar os processos de licenciamento ambiental e os programas socioambientais das unidades geradoras da Companhia e de suas controladas e coligadas.

(f) Diretor de Novos Negócios dirigir e liderar a avaliação do potencial e o desenvolvimento de novos negócios na área de geração de energia renovável e negócios correlatos.

(g) Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia representar a empresa nos fóruns setoriais de energia, liderar a agenda regulatória, planejar e executar a comercialização de energia dos empreendimentos de geração de energia detidos, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Artigo 20. O mandato dos membros da Diretoria será de dois anos, admitida reeleição.

Artigo 21. Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo provisoriamente ou indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda a eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração ou, no impedimento deste, a um Diretor indicado pelo Conselho de Administração, exercer temporariamente as suas funções até a eleição do substituto.

Parágrafo 1º. O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por um dos Diretores a ser por ele designado.

Parágrafo 2º. Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo ou designar outro Diretor para fazê-lo.

Artigo 22. A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 23. Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados (i) por dois Diretores; (ii) por um único Diretor, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração; (iii) por um Diretor em conjunto com um procurador ou (iv) por dois procuradores.

Parágrafo 1º. As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão (i) ser assinadas sempre por dois Diretores, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, um ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção: (a) das procurações *ad judicia*, que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado, e (b) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento.

Parágrafo 2º. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia, e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Parágrafo 3º. É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

Artigo 24. Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 25. O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 26. Quando instalado, o Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 4º. As atribuições do Conselho Fiscal serão as fixadas em lei e somente será instalado nos exercícios sociais mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 27. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, observado que serão também elaboradas demonstrações financeiras a cada trimestre, excetuado o último de cada ano. Todas as demonstrações financeiras deverão incluir a demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos

investimentos. As demonstrações financeiras do exercício social serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, este último se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo 1º. A Companhia e os seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Parágrafo 2º. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 28; e (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado a formação de reserva de reforço de capital de giro, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.

Artigo 28. A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 29. Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

Artigo 30. A Companhia poderá levantar balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º. O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 31. Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 32. Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Artigo 33. Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de três anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
DISSOLUÇÃO

Artigo 34. A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo ao Conselho de Administração determinar o modo de liquidação e à Assembleia Geral, exclusivamente, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas.

CAPÍTULO VIII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 35. A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo único. A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 36. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado-a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 35 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do Controle.

Parágrafo único O Acionista Controlador, quando de eventual Alienação do Controle da Companhia, não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o Adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA celebrado pela Companhia, pelo qual se comprometerão a cumprir as regras ali constantes.

Artigo 37. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 38. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX
CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 39. Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º a 2º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º. O laudo de avaliação referido no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e do Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Parágrafo 2º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 3º. Obedecidos os demais termos do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, deste Estatuto Social e da legislação vigente, a oferta pública para cancelamento de registro poderá prever também a permuta por valores mobiliários de outras companhias abertas, a ser aceita a critério do ofertado.

Parágrafo 4º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 40. Caso o laudo de avaliação a que se refere o artigo 38 não esteja pronto até a Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, o Acionista Controlador, deverá informar nessa Assembleia o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

Parágrafo 1º. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação a que se refere o artigo 38 não seja superior ao valor divulgado pelo Acionista Controlador, na Assembleia referida no *caput* deste artigo.

Parágrafo 2º. Caso o valor das ações determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo Acionista Controlador, a deliberação referida no *caput* deste artigo ficará automaticamente cancelada, devendo ser dada ampla divulgação desse fato ao mercado, exceto se o Acionista Controlador concordar expressamente em efetivar a oferta pública pelo valor apurado no laudo de avaliação.

CAPÍTULO X
SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 41. Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 38, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 42. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo 1º. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 43. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 38 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo 2º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo 3º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º. Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPITULO XI
JUÍZO ARBITRAL

Artigo 44. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir

entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida perante a Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 45. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 46. A Companhia observará os acordos de acionistas, arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do Poder de Controle, nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, cumprindo-lhe e fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido contra suas disposições.

Artigo 47. Os valores monetários referidos no artigo 17 deste Estatuto são os constantes no Acordo de Acionistas e são corrigidos, no início de cada exercício social, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas ocorrida no exercício anterior; e, na falta deste, por outro índice publicado pela mesma Fundação que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

_____

Eliana de Faria Frazão
Secretária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Ata da assembleia geral extraordinária da companhia, realizada em 26 de junho de 2013, que aprova a oferta primária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NIRE 3530033581-3 – CVM 20540
CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50

Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 26 de junho de 2013

Data, Hora e Local: 26 de junho de 2013, às 15h00, na sede social da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04548-004.

Convocação: dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações.

Presença: acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

Mesa: Wilson P. Ferreira Júnior, Presidente; Eliana de Faria Frazão, Secretária.

Ordem do Dia: deliberar sobre:

(1) as propostas encaminhadas pelo Conselho de Administração da Companhia de aprovação:

(i) da realização de oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia;

(ii) da destinação dos recursos da Oferta Primária (conforme definido abaixo);

(iii) da eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações ordinárias no âmbito da Oferta (conforme abaixo definido), conforme regulamentação aplicável da CVM (conforme abaixo definido);

(2) a aprovação do conteúdo integral do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta;

(3) a delegação dos poderes necessários ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar e aprovar os demais termos e condições da Oferta, incluindo a definição do Preço por Ação resultante do Procedimento de *Bookbuilding*, bem como da autorização para a Administração da Companhia realizar todos as atos que se fizeram necessários à realização da Oferta. A ratificação dos

atos já praticados pela administração da Companhia para a consecução da Oferta.

Deliberações Tomadas: Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi aprovado, por maioria de votos e sem quaisquer restrições:

(1) (i) a realização de oferta pública inicial de distribuição (a) primária de, inicialmente, 27.977.618 (vinte e sete milhões, novecentas e setenta e sete mil, seiscentas e dezoito) ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária") e (b) secundária de, inicialmente, 43.964.828 (quarenta e três milhões, novecentas e sessenta e quatro mil, oitocentas e vinte e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), sendo as ações da Oferta Secundária de titularidade de (a) Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações, (b) Secor - LLC, (c) Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, (d) DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH, (e) Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, (f) GMR Energia S.A. e (g) Roberto Sahade (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado e coordenada por Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merril Lynch" ou "Coordenador Líder"), por Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador", e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Itaú BBA, os "Coordenadores Globais"), o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos" e, em conjunto com os Coordenadores Globais, o Morgan Stanley e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") para participar da oferta de varejo, com esforços de colocação das Ações, exclusivamente, junto a investidores da oferta de varejo, bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta ("Instituições Consorciadas" e "Coordenadores Contratados", respectivamente, e em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

Simultaneamente serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, o Itau BBA USA Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, o Morgan Stanley & Co. LLC., o Bradesco Securities, Inc. e o Banco do Brasil Securities LLC

(em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") e demais instituições financeiras a serem contratadas, sendo (a) nos Estados Unidos da América exclusivamente para a colocação junto a investidores institucionais qualificados, residentes, domiciliados ou com sede nos Estados Unidos da América (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A* ("Regra 144A"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), nos termos das isenções de registro, previstas no *U.S. Securities Act de 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. Persons*), de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S* ("Regulamento S") no âmbito do *Securities Act*, editada pela SEC ("Investidores Institucionais Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131") ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689") e da Instrução nº 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares, poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Sem prejuízo das Ações Adicionais, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do contrato de colocação da Oferta, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA,

inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o preço por Ação ("Preço por Ação") será fixado após (a) a efetivação dos pedidos de reserva de Ações no período de reserva; e (b) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com investidores institucionais pelos Coordenadores da Oferta, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha desse critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação será aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição/aquisição, conforme o caso, das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não promoverá a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia. O Preço por Ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM e será ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O aumento de capital da Companhia no âmbito da Oferta será realizado mediante a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia.

(ii) a destinação dos recursos da Oferta Primária de acordo com o seguinte: (a) 80% para projetos em desenvolvimento; e (b) 20% para aquisições;

(iii) a eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações ordinárias no âmbito da Oferta, conforme regulamentação aplicável da CVM pelo Agente Estabilizador;

(2) o conteúdo integral do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta; e

(3) a delegação dos poderes necessários ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar e aprovar os demais termos e condições da Oferta, incluindo a definição do Preço por Ação resultante do Procedimento de *Bookbuilding*, bem como a autorização à Administração da Companhia para realizar todos as atos que se fizeram necessários à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando (a) a elaboração do Prospecto Definitivo da Oferta e do *Final Offering Memorandum*; (b) tomar todas as providências necessárias para a realização da Oferta perante as

autoridade públicas no Brasil e no exterior, especialmente a CVM, BM&FBOVESPA, a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, o Banco Central do Brasil, e assinar quaisquer outros contratos, ordens ou documentos para esse fim; e (c) assinar todos e quaisquer contratos, incluindo eventuais aditamentos, comunicações, notificações, certidões e documentos que forem julgados necessários para a Oferta, incluindo, mas não se limitando, o Contrato de Colocação, o Contrato de Estabilização, o *Placement Facilitation Agreement*, o contrato de prestação de serviços com a BM&FBOVESPA e quaisquer outros. Todos os atos relacionados à Oferta que já foram praticados, incluindo os acima mencionados, são aqui expressamente ratificados.

Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Mesa: Presidente: Wilson Pinto Ferreira Junior; Secretária: Eliana de Faria Frazão.

Acionistas: (a) CPFL Geração de Energia S.A.; (b) Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações, P. Pátria Investimentos Ltda.; (c) Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, P. Pátria Investimentos Ltda.; (d) Secor, LLC.; (e) Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia, P. BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.; (f) Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, P. Banco Bradesco BBI S.A.; (g) DEG – Deutsche Investitions-Und-Entiwicklungsgesellschaft MbH; (h) GMR Energia S.A.; (i) Roberto Sahade. Wilson P. Ferreira Junior – Presidente da Mesa; Eliana de Faria Frazão – Secretária da Mesa.

Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

São Paulo, 26 de junho de 2013.

Eliana de Faria Frazão
Secretária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Minuta da Ata de reunião do conselho de administração da companhia, realizada em 17 de julho de 2013, que aprova o aumento do capital social da companhia no âmbito da oferta e fixa o preço por ação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NIRE 3530033581-3 – CVM 20540
CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50

Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em [17] de [julho] de 2013

Data, Hora e Local: [17] de [julho] de 2013, às [18h00], na sede social da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04548-004.

Mesa: Wilson P. Ferreira Júnior, Presidente; Eliana de Faria Frazão, Secretária.

Convocação: dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Presença: a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Ordem do Dia e Deliberações Tomadas por Unanimidade: os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade e sem quaisquer reservas, tendo em vista a conclusão, nesta data, do procedimento de coleta de intenções de investimento dos investidores institucionais (*bookbuilding*), realizado pelos coordenadores da Oferta (conforme definido abaixo), conforme previsto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Procedimento de *Bookbuilding*"), no contexto da realização, pela Companhia e Acionistas Vendedores, de oferta pública de distribuição primária ("Oferta Primária") e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações"), conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2013 ("Oferta"):

(a) foi aprovado o preço de emissão de R$[●] ([●]) por ação da Oferta ("Preço por Ação"), fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Ações foi aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Dessa forma, do valor da Oferta Primária, que totaliza R$[●] ([●]), R$[●] ([●]) serão destinados à conta de capital social e R$[●] ([●]) serão destinados à reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações;

(b) foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, no montante de R$[●] ([●]), de forma que o capital social passe de R$2.675.731.029,29 (dois bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil e vinte e nove reais e vinte e nove centavos) para R$[●] ([●]) mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias[, sendo que tal quantidade já inclui a emissão de [●] ([●]) Ações Adicionais, conforme previsto no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400]. O capital social subscrito passa a ser representado por [●] ([●]) ações ordinárias. As ações ordinárias ora emitidas terão os mesmos direitos conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta, que deverá ocorrer até [22] de [julho] de 2013 ("Data de Liquidação"). As Ações da Oferta Primária deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data da Liquidação, a qual poderá ser prorrogada respeitando o limite de seis meses fixado no artigo 18 da Instrução CVM nº 400;

(c) ato contínuo, foi verificada a subscrição das [●] ([●]) novas ações ordinárias distribuídas no âmbito da Oferta Primária e, consequentemente, homologado o novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$[●] ([●]), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; e

(d) foi aprovado o inteiro teor do Prospecto Definitivo e do *Final Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta.

Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Mesa: (aa) Wilson P. Ferreira Júnior, Presidente; Eliana de Faria Frazão, Secretária.

Conselheiros Presentes: Conselheiros: Srs. Wilson P. Ferreira Junior; Gustavo Estrella; Carlos da Costa Parcias Junior; Otavio Lopes Castello Branco Neto; Oderval Esteves Duarte Filho; Alcides Casado de Oliveira Júnior; Edward Misrahi, por teleconferência. Ouvintes: Yves Ehlert, Roberto Sahade e Fernando Jorge Buso Gomes.

Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

São Paulo, [17] de [julho] de 2013.

_____

Eliana de Faria Frazão
Secretária

- Ata da reunião do comitê de investimento do Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Reunião do Comitê de Investimento do Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, CNPJ n° 08.978.630/0001-47 ("FIP"), realizada em 29 de maio de 2012.

Aos 29 dias do mês de maio de 2012, às 9h00, na sede social, Cidade de Deus, 4° Andar do Prédio Vermelho, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimento do FIP e tomaram as seguintes deliberações conforme segue:

Quorum: a totalidade dos membros do Comitê de Investimento do FIP.

Deliberação: Os membros do Comitê de Investimento, considerando a aprovação da venda de ações, pelo FIP, na parcela secundária do IPO da Companhia (conforme abaixo definido) deliberada na RCI do dia 18.04.2012, e para o fim de atender exigência prevista no artigo 7° da Instrução CVM 400, aprovaram, por unanimidade, as seguintes deliberações:

Realização de oferta pública inicial de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia") ("Oferta Primária") e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do FIP, até o máximo da parcela equivalente à participação acionária do FIP no capital da Companhia, e dos demais acionistas vendedores (o FIP e tais outros acionistas vendedores, em conjunto, "Acionistas Vendedores") ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n° 400 de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"). O Preço por Ação será definido previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM, mediante procedimento de *bookbuilding*, e será ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia, não sendo necessária a aprovação do Preço por Ação pelo Comitê de Investimento do FIP.

A administração/gestão do FIP foi autorizada a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta, incluindo a celebração dos contratos, documentos e instrumentos relacionados com a realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Distribuição, ao Instrumento Particular de Contrato

de Prestação de Serviços de Estabilização do Preço das Ações, ao Contrato de Empréstimo de Ações, ao Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado com a BM&FBOVESPA ao *Placement Facilitation Agreement e ao Lock-Up Agreement*, autorização de nomeação de agente de processo para atuar, nos Estados Unidos da América, com poderes para receber citações, intimações e notificações em nome do FIP, aprovação do Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Oferta, assinatura de declarações de veracidade nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, assinatura de correspondências com a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, bem como ratificação de todos os demais atos já praticados pela administração/gestão do FIP.

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os membros do Comitê presentes assinaram.

Mário da S. Teixeira Júnior

José Alcides Munhoz

Sérgio Alexandre F. Clemente

Denise Pauli Pavarina

Fernando Jorge Buso Gomes

- Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 da companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., companhia aberta de capital autorizado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1184, 7º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04548-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.439.659/0001-50, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do Emissor ("Ações"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo/SP, 27 de junho de 2013.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome: Miguel Normando A. Saad
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Marcelo Antônio Gonçalves Souza
Cargo: Diretor Financeiro e de RI

JUR_SP - 14751117v2 - 1894.323696
SP - 080590-00015 - 5667288v1

- Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 dos acionistas vendedores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISETORIAL PLUS, fundo de investimento em participações constituído e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, SP, Brasil, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.978.630/0001-47, neste ato representado por seu gestor Banco Bradesco BBI S.A., instituição estabelecida na Av. Paulista 1450, 8º andar, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-

financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 27 de junho de 2013.

FUNDO DE INVESTIMENTO MULTISETORIAL PLUS
Banco Bradesco BBI S.A.

Nome: Fernando Buso Gomes
Cargo: Diretor

Nome: Aires Donizeti Coelho
Cargo: gerente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

DEG - DEUTSCHE INVESTITIONS- UND ENTWICKLUNGSGESELLSCHAFT MBH, sociedade de responsabilidade limitada constituída e existente de acordo com as leis da Alemanha, com sede em Kämmergasse 22, 50676 Cologne, Alemanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.671.563/0001-25, neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

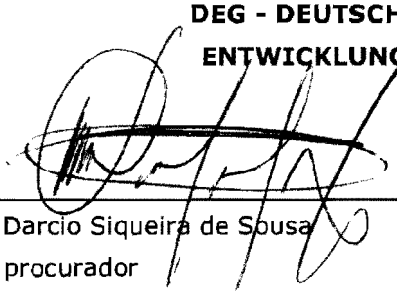
(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes,

corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 27 de junho de 2013.

DEG - DEUTSCHE INVESTITIONS- UND ENTWICKLUNGSGESELLSCHAFT MBH



Nome: Darcio Siqueira de Sousa
Cargo: procurador

Nome: Natalia Cibele Correia da Silva
Cargo: procuradora

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA, fundo de investimento - 3 - em participações em infraestrutura, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.416.322/0001-68, neste ato representado por seu administrador, PIP Administração de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.912 – 19º andar, cj. 19-L, sala 12, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.913.198/0001-67 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-

PÁTRIA JURÍDICO

financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 15 de julho de 2013.

PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

PIP Administração de Recursos Ltda.

Nome: Luiz Otavio Reis de Magalhães
Cargo:

Nome:
Cargo:

JUR_SP - 14752920v3 - 1894.323696

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

PÁTRIA ENERGIA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.486.528/0001-24, neste ato representado por seu administrador, Pátria Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.461.756/0001-17 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores,

PÁTRIA JURÍDICO

da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 27 de junho de 2013.

PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
Pátria Investimentos Ltda.

AFS

Nome: Andre Franco Sales
Cargo: RG: 9.896.814-2

PÁTRIA JURÍDICO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

GMR ENERGIA S.A., sociedade anônima constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Rua Casa do Ator 1117, 18º andar, sala 10, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.978.651/0001-62, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes,

corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 27 de junho de 2013.

GMR ENERGIA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

ROBERTO SAHADE, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com escritório na Rua Casa do Ator 1117, 18º andar, sala 10, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.462.652-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 252.037.838-70 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 27 de junho de 2013.

ROBERTO SAHADE

Nome:
Cargo:

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

SECOR, LLC, sociedade de responsabilidade limitada constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 615 South DuPont Highway, County of Kent, na Cidade de Dover, Delaware, 19901, inscrita no CNPJ sob o nº 08.952.278/0001-70, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

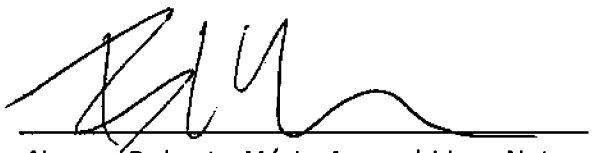
(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") contêm e o prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações, do Emissor, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes,

corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo mas não se limitando à Instrução CVM 400.

São Paulo/SP, 27 de junho de 2013.

SECOR, LLC



Nome: Roberto Mário Amaral Lima Neto
Cargo: Procurador

- Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 do coordenador líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Bank of America
Merrill Lynch

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.073.200/0001-21, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("Oferta" e "Companhia"), cujo pedido de registro está sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 22 de abril de 2013, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA nº 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;

(iv) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores; e

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Coordenador Líder declara que:

(a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são

suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(c) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, 27 de junho de 2013

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Nome:
Cargo:

Alexandre Bettamio
Diretor Presidente

Nome: FELIPE BELTRÃO
Cargo: DIRETOR CFO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de CPFL Energias Renováveis S.A. e controladas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013 e relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ERSA – Energias Renováveis S.A. e controladas referentes ao período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Informações contábeis intermediárias das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A. Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010 e relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias
- Balanço patrimonial consolidado da Smita Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de julho de 2011 e demonstrações financeiras das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jantus S.L. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da BVP S.A. referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e relatório sobre a revisão de informações intermediárias
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BVP S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas da CPFL Energias Renováveis S.A. referentes aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de CPFL Energias Renováveis S.A. e controladas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013 e relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas Referentes ao Período de Três Meses Findo em 31 de Março de 2013 e Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CPFL - Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL - Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

© 2013 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de abril de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

© 2013 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	412.274.029
Preferenciais	0
Total	412.274.029
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	4.799.352	4.767.048
1.01	Ativo Circulante	88.695	93.962
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.582	75.122
1.01.03	Contas a Receber	11.492	5.248
1.01.03.01	Clientes	11.492	5.248
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.934	6.783
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.934	6.783
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.687	6.809
1.01.08.03	Outros	11.687	6.809
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	6.275	5.644
1.01.08.03.02	Outros créditos	5.412	1.165
1.02	Ativo Não Circulante	4.710.657	4.673.086
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.003	15.561
1.02.01.03	Contas a Receber	852	1.764
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	852	1.764
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7.086	10.604
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	7.086	10.604
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	65	3.193
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	3.128
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	65	65
1.02.02	Investimentos	4.681.604	4.636.058
1.02.02.01	Participações Societárias	4.681.604	4.636.058
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.681.604	4.636.058
1.02.03	Imobilizado	12.637	12.450
1.02.04	Intangível	8.413	9.017
1.02.04.01	Intangíveis	8.413	9.017
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	8.413	9.017

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	4.799.352	4.767.048
2.01	Passivo Circulante	153.663	126.805
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.338	4.730
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.338	4.730
2.01.02	Fornecedores	14.595	9.333
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.595	9.333
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.517	1.959
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	99.082	80.996
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	86.399	77.235
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	86.399	77.235
2.01.04.02	Debêntures	12.683	3.761
2.01.05	Outras Obrigações	24.345	24.179
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.810	12.810
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.810	12.810
2.01.05.02	Outros	11.535	11.369
2.01.05.02.04	Contas a pagar de aquisições	11.535	11.369
2.01.06	Provisões	7.786	5.608
2.01.06.02	Outras Provisões	7.786	5.608
2.01.06.02.04	Outras Provisões	7.786	5.608
2.02	Passivo Não Circulante	1.370.003	1.349.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.328.811	1.338.186
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	901.776	911.265
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	901.776	911.265
2.02.01.02	Debêntures	427.035	426.921
2.02.02	Outras Obrigações	40.336	10.471
2.02.02.02	Outros	40.336	10.471
2.02.02.02.03	Outros Passivos	575	575
2.02.02.02.04	Provisão para perda de investimentos	39.761	9.896
2.02.04	Provisões	856	852
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	856	852
2.03	Patrimônio Líquido	3.275.686	3.290.734
2.03.01	Capital Social Realizado	2.675.731	2.675.731
2.03.01.01	Capital social	2.675.731	2.675.731
2.03.02	Reservas de Capital	528.988	528.988
2.03.04	Reservas de Lucros	70.967	86.015
2.03.04.12	Lucros (prejuízos) acumulados	-15.146	0
2.03.04.13	Reserva de Lucro	32.071	32.663
2.03.04.14	Ajuste de Avaliação Patrimonial	54.042	53.352

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.005	5.591
3.01.01	Receita operacional líquida	12.005	5.591
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.081	-6.428
3.02.01	Custo de geração de energia elétrica	-14.081	-6.428
3.03	Resultado Bruto	-2.076	-837
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	11.387	10.157
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.791	-13.002
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-17.791	-13.002
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.090	-1.904
3.04.05.01	Remuneração dos administradores	-1.453	-1.808
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-635	-110
3.04.05.03	Outras	-2	14
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.268	25.063
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.311	9.320
3.06	Resultado Financeiro	-24.457	1.688
3.06.01	Receitas Financeiras	755	4.881
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.212	-3.193
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.146	11.008
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.146	11.008
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.146	11.008
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,04000	0,03000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,04000	0,02000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.146	11.008
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.146	11.008

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.485	33.866
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.891	-4.615
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-15.146	11.008
6.01.01.02	Depreciação e amortização	635	110
6.01.01.04	Baixa de ativo intangível	123	0
6.01.01.06	Equivalência patrimonial	-31.268	-25.063
6.01.01.07	Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-5	872
6.01.01.09	Provisão para programa de pagamentos baseado em ações	98	68
6.01.01.10	Provisão para compra de energia	0	5.532
6.01.01.13	Atualização monetária	110	0
6.01.01.14	Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	24.562	2.858
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	51.728	41.159
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-6.244	-7.571
6.01.02.02	Outros valores a receber	-3.335	-2.483
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.977	-790
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-631	-716
6.01.02.05	Dividendos recebidos	50.364	46.401
6.01.02.06	Fornecedores	5.262	2.697
6.01.02.07	Obrigações tributárias	-442	980
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	1.608	2.439
6.01.02.10	Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	-9	0
6.01.02.12	Outros passivos	2.178	202
6.01.03	Outros	-5.352	-2.678
6.01.03.01	Juros pagos	-5.352	-2.678
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.526	-177.085
6.02.01	Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	0	-24.000
6.02.02	Aumento de capital em controladas	-31.184	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-342	-747
6.02.04	Aquisições de intangível	0	-2.945
6.02.06	Partes relacionadas	0	-149.393
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.499	103.667
6.03.01	Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	0	108.296
6.03.02	Pagamento de financiamentos	-10.499	-4.629
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.540	-39.552
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.122	211.732
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.582	172.180

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.675.731	528.988	86.015	0	0	3.290.734
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.675.731	528.988	86.015	0	0	3.290.734
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	98	0	0	98
5.04.08	Pagamento baseado em ações	0	0	98	0	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.146	0	-15.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.146	0	-15.146
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	690	-690	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	690	-690	0	0
5.07	Saldos Finais	2.675.731	528.988	86.803	-15.836	0	3.275.686

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuizos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.675.731	533.756	77.453	0	0	3.286.940
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.675.731	533.756	77.453	0	0	3.286.940
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	68	0	0	68
5.04.08	Pagamento baseado em ações	0	0	68	0	0	68
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.008	0	11.008
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.008	0	11.008
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-659	659	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-659	659	0	0
5.07	Saldos Finais	2.675.731	533.756	76.862	11.667	0	3.298.016

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	13.570	6.908
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.228	6.161
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	342	747
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.545	-11.806
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.081	-6.428
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.537	-4.631
7.02.04	Outros	-927	-747
7.02.04.01	Construção de ativos próprios	-342	-747
7.02.04.02	Outros	-585	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.975	-4.898
7.04	Retenções	-635	-110
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-635	-110
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.610	-5.008
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.023	29.944
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.268	25.063
7.06.02	Receitas Financeiras	755	4.881
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.413	24.936
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.413	24.936
7.08.01	Pessoal	13.048	7.333
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.465	4.494
7.08.01.02	Benefícios	1.462	2.095
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.192	744
7.08.01.04	Outros	1.929	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.310	570
7.08.02.01	Federais	1.223	570
7.08.02.03	Municipais	87	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.201	6.025
7.08.03.01	Juros	25.212	3.193
7.08.03.02	Aluguéis	988	112
7.08.03.03	Outras	1	2.720
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.146	11.008
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.146	11.008

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	8.811.635	8.806.663
1.01	Ativo Circulante	678.787	888.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	403.038	640.085
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.290	2.161
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.161	2.161
1.01.02.01.04	Títulos e valores mobiliários	2.161	2.161
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.129	0
1.01.03	Contas a Receber	185.115	170.898
1.01.03.01	Clientes	185.115	170.898
1.01.06	Tributos a Recuperar	56.794	53.317
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56.794	53.317
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.256	11.070
1.01.07.02	Adiantamento a fornecedores	16.256	11.070
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.294	10.675
1.01.08.03	Outros	10.294	10.675
1.02	Ativo Não Circulante	8.132.848	7.918.457
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	259.178	261.868
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	127.375	121.431
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	127.375	121.431
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.072	11.491
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.072	11.491
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.436	3.401
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.436	3.401
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	117.295	125.545
1.02.01.09.03	Outros créditos	87.142	87.311
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	201	201
1.02.01.09.05	Impostos a recuperar	29.952	38.033
1.02.03	Imobilizado	4.895.142	4.634.346
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.019.419	4.049.049
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	875.723	585.297
1.02.04	Intangível	2.978.528	3.022.243
1.02.04.01	Intangíveis	2.978.528	3.022.243
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.949.115	2.981.122
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	29.413	41.121

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	8.811.635	8.806.663
2.01	Passivo Circulante	874.703	937.302
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.381	4.772
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.381	4.772
2.01.02	Fornecedores	79.108	76.137
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	79.108	76.137
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.401	44.322
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	691.316	752.933
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	642.504	713.916
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	642.504	713.916
2.01.04.02	Debêntures	48.812	39.017
2.01.05	Outras Obrigações	62.497	59.138
2.01.05.02	Outros	62.497	59.138
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4.000	4.000
2.01.05.02.04	Contas a pagar de aquisições	11.535	11.369
2.01.05.02.05	Outros passivos	21.922	19.907
2.01.05.02.06	Adiantamento de clientes	19.346	14.584
2.01.05.02.07	Provisão para custos socioambientais	5.694	9.278
2.02	Passivo Não Circulante	4.650.873	4.568.244
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.656.213	3.566.025
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.564.263	2.485.085
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.564.263	2.485.085
2.02.01.02	Debêntures	1.091.950	1.080.940
2.02.02	Outras Obrigações	575	5.042
2.02.02.02	Outros	575	5.042
2.02.02.02.04	Fornecedores	0	4.467
2.02.02.02.05	Outros Passivos	575	575
2.02.03	Tributos Diferidos	919.671	926.099
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	919.671	926.099
2.02.04	Provisões	74.414	71.078
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.864	24.861
2.02.04.01.05	Provisão para riscos trabalhistas	24.864	24.861
2.02.04.02	Outras Provisões	49.550	46.217
2.02.04.02.04	Provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos	49.550	46.217
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.286.059	3.301.117
2.03.01	Capital Social Realizado	2.675.731	2.675.731
2.03.01.01	Capital Social	2.675.731	2.675.731
2.03.02	Reservas de Capital	528.988	528.988
2.03.04	Reservas de Lucros	86.113	86.015
2.03.04.11	Reserva de Lucro	32.071	32.663
2.03.04.12	Ajuste de Avaliação Patrimonial	54.042	53.352
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15.146	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	10.373	10.383

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	228.986	134.661
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-129.871	-68.968
3.03	Resultado Bruto	99.115	65.693
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.467	-33.691
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.372	-9.896
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-34.095	-23.795
3.04.05.01	Remuneração dos administradores	-1.453	-1.808
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-635	-133
3.04.05.03	Amortização do direito de exploração	-32.007	-21.832
3.04.05.04	Outras	0	-22
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.648	32.002
3.06	Resultado Financeiro	-65.672	-22.629
3.06.01	Receitas Financeiras	9.557	14.180
3.06.02	Despesas Financeiras	-75.229	-36.809
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.024	9.373
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.132	1.635
3.08.01	Corrente	-10.646	-6.715
3.08.02	Diferido	5.514	8.350
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.156	11.008
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-15.156	11.008
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.146	11.008
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-10	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,04000	0,03000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,04000	0,02000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-15.156	11.008
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-15.156	11.008
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.146	11.008
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-10	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76.228	82.984
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	138.999	101.819
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-15.156	11.008
6.01.01.02	Depreciação e amortização	84.665	47.529
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	21	7.421
6.01.01.04	Baixa de ativo intangível	625	0
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.587	0
6.01.01.07	Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-6	266
6.01.01.08	Provisão para risco socioambiental e desmobilização de ativos	2.044	0
6.01.01.09	Provisão para programa de pagamento baseado em ações	98	68
6.01.01.10	Provisão para compra de energia	0	5.532
6.01.01.11	Provisão ajuste Eletrobrás	0	3.656
6.01.01.12	Impostos diferidos	-5.514	-8.350
6.01.01.13	Atualização monetária	151	0
6.01.01.14	Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	70.484	34.689
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.975	-997
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-15.804	13.687
6.01.02.02	Outros valores a receber	550	-10.728
6.01.02.03	Impostos a recuperar	4.604	-3.033
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-5.186	-3.176
6.01.02.05	Fornecedores	-1.496	43.679
6.01.02.06	Adiantamento de clientes	4.762	-37.361
6.01.02.07	Obrigações tributárias	2.278	703
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	1.609	2.439
6.01.02.09	Pagamento dos custos socioambientais	-2.296	0
6.01.02.10	Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	-11	0
6.01.02.12	Outros passivos	2.015	-7.207
6.01.03	Outros	-53.796	-17.838
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-11.694	0
6.01.03.02	Juros pagos	-42.102	-17.838
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-304.695	-466.274
6.02.01	Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	0	-24.000
6.02.02	Pagamento de contas a pagar de aquisições	0	-152.256
6.02.04	Títulos e valores mobiliários	0	-5.469
6.02.05	Aplicações financeiras	-5.129	0
6.02.06	Aplicações financeiras vinculadas	-5.944	-7.546
6.02.07	Aquisição de imobilizado	-293.046	-271.888
6.02.08	Depósitos judiciais	0	-396
6.02.09	Aquisições de intangível	-576	-4.719
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.580	243.811
6.03.01	Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	346.972	263.875

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.03.02	Pagamento de financiamentos	-355.552	-20.064
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-237.047	-139.479
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	640.085	651.573
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	403.038	512.094

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.675.731	528.988	86.015	0	0	3.290.734	10.383	3.301.117
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.675.731	528.988	86.015	0	0	3.290.734	10.383	3.301.117
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	98	0	0	98	0	98
5.04.08	Pagamento baseado em ações	0	0	98	0	0	98	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.146	0	-15.146	-10	-15.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.146	0	-15.146	-10	-15.156
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	690	-690	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	690	-690	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.675.731	528.988	86.803	-15.836	0	3.275.686	10.373	3.286.059

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.675.731	533.756	77.453	0	0	3.286.940	0	3.286.940
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.675.731	533.756	77.453	0	0	3.286.940	0	3.286.940
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	68	0	0	68	0	68
5.04.08	Pagamento baseado em ações	0	0	68	0	0	0	0	68
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.008	0	11.008	0	11.008
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.008	0	11.008	0	11.008
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-659	659	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-659	659	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.675.731	533.756	76.862	11.667	0	3.298.016	0	3.298.016

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	546.440	423.072
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	244.624	143.244
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	301.816	279.828
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-370.914	-314.528
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-43.209	-22.951
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.678	-13.198
7.02.04	Outros	-304.027	-278.379
7.02.04.01	Construção de ativos próprios	-301.816	-279.828
7.02.04.02	Outros	-2.211	1.449
7.03	Valor Adicionado Bruto	175.526	108.544
7.04	Retenções	-84.665	-47.529
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-84.665	-47.529
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	90.861	61.015
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.557	14.180
7.06.02	Receitas Financeiras	9.557	14.180
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	100.418	75.195
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	100.418	75.195
7.08.01	Pessoal	13.047	11.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.464	8.082
7.08.01.02	Benefícios	1.462	2.095
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.192	823
7.08.01.04	Outros	1.929	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.890	10.122
7.08.02.01	Federais	20.770	10.038
7.08.02.03	Municipais	120	84
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	81.637	43.065
7.08.03.01	Juros	75.229	36.809
7.08.03.02	Aluguéis	4.821	2.678
7.08.03.03	Outras	1.587	3.578
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.156	11.008
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-15.156	11.008

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.

b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.

c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

As controladas indiretas SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Ninho da Águia Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., nomearam a Companhia como agente que as representam na CCEE, desta forma a Companhia gerencia o portfólio e o risco de geração das mesmas, conforme os compromissos assumidos descritos na nota explicativa 28.3.

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individual e consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R$64.968 e R$195.916, respectivamente, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo incorrido para financiar o início das obras de construções das suas usinas eólicas. Durante o ano de 2012 e o período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia financiou as operações de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, através da captação de recursos de curto prazo, por meio da emissão de notas promissórias com o Banco do Brasil S.A. Em 2 de abril de 2013, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$263.700, na modalidade empréstimo ponte de curto prazo, que serão destinados para as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano. A Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES e aguarda os trâmites de aprovação.

A Administração da Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as operações de suas controladas serão conduzidas normalmente considerando os contratos de concessão e os contratos de venda de energia celebrados no âmbito do CCEAR, descritos abaixo:

SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R$/MWh)	Indice de reajuste	Mês de reajuste	Mês e ano do início	Prazo (em anos)
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica IV	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica V	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20

A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar conforme descrito nas notas explicativas nº 1.5 a nº 1.8.

1.1. Aquisição do Complexo Eólico Atlântica - 2012

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo Eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2012 (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de R$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012: (i) valor principal R$24.000 e (ii) complemento de preço R$528.

1.2. Aquisição da BVP S.A. - 2012

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R$445.124 pago aos vendedores, (ii) assunção de dívida líquida no valor R$439.191, e (iii) R$127.548 destinado a liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$ 83.428.

A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme divulgado em fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

1.3. Aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas) - 2012.

Em 09 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R$111.500, sendo R$55.244 pagos em caixa aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R$56.256.

A transferência de controle da SPE Lacenas para a Companhia foi aprovada pela ANEEL em 02 de outubro de 2012 e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 14 de agosto de 2012.

1.4. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas.

a) Contrapartidas

	Complexo Atlântica 26.03.12	BVP 19.06.12	Lacenas 18.10.12
Contraprestações transferidas em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:			
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	24.000	445.124	53.836
Contas a pagar aos acionistas	-	-	1.408
Caixa transferido diretamente para a Jantus e BVP para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	-	127.548	-
Ajuste de preço paga aos vendedores de acordo com cláusula contratual	528	83.428	-
Total da contraprestação	24.528	656.100	55.244

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Para as aquisições da Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado para ágio nestas transações.

A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro e por análises conduzidas pela própria Administração.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição

e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização inicial da aquisição do Complexo Eólico Atlântica em 29 de fevereiro de 2012 e BVP em 31 de maio de 2012 foram concluídas. A contabilização da aquisição da Lacenas, em 30 de setembro de 2012, encontra-se provisoriamente registrada em 31 de março de 2013, com base na melhor estimativa da Administração, sendo que na data da conclusão destas informações contábeis intermediárias, a avaliação da mensuração dos ativos intangíveis não tinha sido finalizada. A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos, avaliados a valor justo:

	Complexo Atlântica 26.03.12	BVP 19.06.12	Lacenas 18.10.12
Ativos circulantes:			
Caixa e equivalentes de caixa	186	28.092	-
Contas a receber de clientes	-	16.232	-
Impostos a recuperar	-	5.116	-
Despesas antecipadas	121	848	-
Outros créditos	37	1.023	-
Ativos não circulantes:			
Aplicações financeiras vinculadas	-	38.752	-
Impostos diferidos	-	57.121	-
Outros créditos	-	10.000	-
Imobilizado	23.007	571.495	100.591
Intangível - Direito de exploração	1.873	760.029	17.862
Passivos circulantes:			
Fornecedores	54	14.430	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	39.324	7.418
Obrigações tributárias e trabalhistas	5	4.571	-
Adiantamentos de clientes	-	17.553	880
Outros passivos	-	603	-
Passivos não circulantes:			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	461.126	48.838
Fornecedores	-	5.818	-
Impostos diferidos	-	16.629	-
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	637	258.410	6.073
Provisões para desmobilização de ativos e compromissos socioambientais	-	14.144	-
Ativos líquidos adquiridos	24.528	656.100	55.244
Contrapartida transferida	24.528	656.100	55.244

No processo de alocação do preço de aquisição, foi identificado o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada, estando este ativo suportado por laudo de avaliação econômico-financeira. Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método da linha reta, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 23 anos para o Complexo Eólico Atlântica, 21 anos para a BVP e 20 anos para Lacenas (Usina Ester).

c) Saída de caixa líquido na aquisição das controladas

	Complexo Atlântica 26.03.12	BVP 19.06.12	Lacenas 18.10.12
Contrapartidas pagas em caixa	24.528	656.100	53.836
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(186)	(28.092)	-
Caixa líquido de aquisição	24.342	628.008	53.836

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido das empresas adquiridas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas no ano da aquisição:

		Receita Operacional 2012	Lucro (prejuízo) Líquido 2012
Atlântica	01/03/2012 a 31/12/2012	-	(1.969)
BVP	01/06/2012 a 31/12/2012	103.919	27.312
Lacenas	01/10/2012 a 31/12/2012	6.793	715
		110.712	26.058

e) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido do exercício caso as aquisições tivessem ocorrido no início do exercício.

	Receita Operacional 2012	Lucro (prejuízo) Líquido 2012
CPFL Renováveis - Histórico	806.420	8.261
Ajuste pro forma	68.759	(20.290)
Total	875.179	(12.029)

A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de conclusão em julho de 2013) foi concluída em 26 de março de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29 de fevereiro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 10 (dez) meses de operações dessa controlada, sendo 1 (um) mês no primeiro trimestre de 2012.

A aquisição da BVP foi concluída em 19 de junho de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31 de maio de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 7 (sete) meses de operação dessa controlada, sem impacto no primeiro trimestre de 2012.

A aquisição de Lacenas foi concluída em 18 de outubro de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30 de setembro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 3 (três) meses de operação dessa controlada, sem impacto no primeiro trimestre de 2012.

1.5. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

PCHs	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)**
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Buritis	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	19,0
Esmeril	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paiol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes ****	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					418,2

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

*** Potenciais hidraulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

**** A SPE Salto Góes entrou em operação comercial em 28 de dezembro de 2012, conforme despacho n. 4.139 da ANEEL.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura dos contratos de concessões.

1.6. Projetos de geração cólica

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Projetos Eólicos	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)**
Atlântica I	2	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	2	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	2	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	2	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	3	Resolução 3967	26/03/2013	-	30,0
Campos dos Ventos II	2	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	3	Resolução 3968	26/03/2013	-	30,0
Campos dos Ventos V	3	Resolução 3969	27/03/2013	-	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Costa Branca	2	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	28,8
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	21,6
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	28,8
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	30 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Icaraizinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	23,4
Pedra Cheirosa II	3	Em andamento *	-	-	14,4
Pedra Preta	2	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falesias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falesias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falesias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá I	3	Em andamento *	-	-	25,2
Praia de Bitupitá II	3	Em andamento *	-	-	28,8
Praia de Bitupitá III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	3	Em andamento *	-	-	30,0
Santa Úrsula	3	Em andamento *	-	-	28,0
São Benedito	3	Em andamento *	-	-	29,9
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Dimas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Ventos de São Martinho	3	Em andamento *	-	-	29,9
Total					1.542,6

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.
** Informação não revisada pelos auditores independentes
(1) - Operação
(2) - Construção
(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.7. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

Projeto Biomassa	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)*
Alvorada	2	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baia Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	35 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	2	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					370,0

* Informação não revisada pelos auditores independentes
(1) - Operação
(2) - Construção

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.8. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

Projeto Solar	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)*
Solar 1	1	Of.ANEEL nº961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,0
Total					1,0

* Informação não revisada pelos auditores independentes
**Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga,devendo apenas ser registrado na ANEEL.
(1) - Operação

1.9. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (63,00%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor - LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,23%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%) e outros - pessoas físicas (1,00%).

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao direito de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Sociedade; direito de preferência em relação à

aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e dircitos econômicos associados à titularidade das ações; direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de "tag along" e de preferência; e Oferta Pública Inicial ou outras capitalizações futuras da Sociedade.

Além disso, o Acordo de Acionistas prevê que determinados temas relevantes sejam aprovados por quórum qualificado em Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

1.10. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações contábeis intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos dc longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e hidrelétrica).

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia e de suas controladas, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

- As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa n° 8).
- Outros créditos não circulantes – saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (nota explicativa n° 9).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa n° 10.2).
- Imobilizado (nota explicativa n° 12).
- Intangível (nota explicativa n° 13).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa n° 19).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa n° 20).
- Impostos diferidos (nota explicativa n° 25).

- Instrumentos financeiros (nota explicativa n° 26).

2.6. Reapresentação das informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2012.

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou as informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012 e concluiu pela necessidade de reapresentação das demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

As reclassificações não produziram efeitos no lucro líquido e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como também não produziram efeitos nos períodos anteriores a 1° de janeiro de 2012.

As reclassificações efetuadas estão resumidas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Controladora				Consolidado		
	Publicado	Reclassificações		Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	31/03/2012	Ref 1	Ref 1	31/03/2012	31/03/2012	Ref 2	31/03/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.591			5.591	134.661		134.661
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(6.428)			(6.428)	(62.596)	(6.372)	(68.968)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(837)	-	-	(837)	72.065	(6.372)	65.693
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS							
Gerais e administrativas	(13.002)			(13.002)	(16.268)	6.372	(9.896)
Remuneração dos administradores	(1.808)			(1.808)	(1.808)		(1.808)
Depreciação	(110)	-		(110)	(133)		(133)
Resultado de equivalência patrimonial	33.219	(12.315)	4.159	25.063	-		-
Amortização do direito de exploração	(12.315)	12.315		-	(21.832)		(21.832)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14			14	(22)		(22)
Total	5.998	-	4.159	10.157	(40.063)	6.372	(33.691)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	5.161	-	4.159	9.320	32.002	-	32.002
Receitas financeiras	4.881			4.881	14.180		14.180
Despesas financeiras	(3.193)			(3.193)	(36.809)		(36.809)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.849	-	4.159	11.008	9.373	-	9.373
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-			-	(6.715)		(6.715)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.159		(4.159)	-	8.350		8.350
LUCRO LÍQUIDO	11.008	-	-	11.008	11.008	-	11.008

FLUXO DE CAIXA	Controladora		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	31/03/2012	Ref 3	31/03/2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(12.535)	46.401	33.866
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(130.684)	(46.401)	(177.085)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	103.667	-	103.667
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE	(39.552)	-	(39.552)

1. Na controladora, a reclassificação da amortização do direito de exploração resultante da aquisição de negócios, originalmente registrada como despesa de amortização nas despesas operacionais, e o respectivo imposto diferido registrado como despesa, reapresentados para serem classificados, pelo líquido, na conta de resultado de equivalência patrimonial na controladora.
2. Reclassificação de algumas despesas entre o grupo de despesas gerais e administrativas e custo de geração de energia elétrica, como forma de aprimorar a comparação das informações.
3. Na controladora, a reclassificação dos dividendos recebidos de controladas, originalmente registados no fluxo de caixa das atividades de investimentos, reapresentados para serem classificados no fluxo de caixa das atividades operacionais.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Pariticipação - % Direta	Indireta	Empresas	Forma de Consolidação	Pariticipação - % Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Figueira Branca	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Gameleira	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Jayaditya	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Juremas	Integral	-	95%
Atlântica II	Integral	100%	-	Lacenas	Integral	100%	-
Atlântica IV	Integral	100%	-	Macacos	Integral	-	95%
Atlântica V	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Paiol	Integral	-	100%
Bio Buriti	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Coopcana	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	-	95%
Bio Pedra	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Bitupitá I	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Bitupitá II	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bitupitá III	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Boa Vista 1	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Santa Clata VI	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Ursula	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	São Benedito	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
Corrente Grande	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Costa Branca	Integral	-	95%	SIIF Desenvolvimento (i)	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	90%	-	SIIF Energies (i)	Integral	100%	-
Curral Velho I	Integral	-	100%	Solar I	Integral	100%	-
Curral Velho II	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Curral Velho IV	Integral	-	100%	T-15	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Holding	Integral	100%	-	Turbina 16	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-

(i) No período findo em 31 de março de 2013 as SPE's participaram de reestruturação societária (ver nota explicativa 11).

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas

controladas.

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R$39.761 em 31 de março de 2013, registrado na conta provisão para perda de investimentos no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores, em 31 de março de 2013, são de R$10.373 e 31 de dezembro de 2012 é R$10.383.

PCH Holding 2

Em 31 de março de 2013, a controlada direta PCH Holding 2 apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R$10.545 decorrente, principalmente, das despesas financeiras incorridas pelas debêntures emitidas para financiar a aquisição da Santa Luzia Energética S.A., cuja primeira amortização, no montante de R$8.701, ocorrerá em 22 de junho de 2015. A Companhia possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da PCH Holding 2, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

SIIF Desenvolvimento

Em 31 de março de 2013, a controlada direta SIIF Desenvolvimento apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R$29.216 decorrente, principalmente, de estudos de projetos eólicos. A SIIF Desenvolvimento possui contrato de mútuo com a SIIF Energies, remunerados a taxas de 5% a.a. por prazo indeterminado, cujo saldo em 31 de março de 2013 era de R$24.524. A Companhia, possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da controlada, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

Desta forma, a Companhia registra no passivo não circulante o saldo de passivo a descoberto das controladas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas 4.1 a 4.11 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	258	1.005	3.355	17.718
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	567	264
Fundos de investimento (b)	58.324	74.117	395.709	609.253
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	3.407	12.850
Total de Caixa e equivalentes de caixa	58.582	75.122	403.038	640.085

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa n° 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário – CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes à 91,60% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.

b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa média de remuneração destes fundos é 101,71% do CDI na data do balanço.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Não circulante

Controladas	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado 31/03/2013	Consolidado 31/12/2012
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.923	1.888
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	2.982	2.928
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.479	1.452
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	2.174	2.136
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.460	1.435
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	17.741	17.421
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	3.361	3.301
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.817	1.785
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.859	1.825
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.108	1.089
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% *	38.413	35.903
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto: CDB	Indefinido	Diversos	73,35% a 98% *	38.997	38.657
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto: DI	Indefinido	Diversos	86,93% *	6.293	6.208
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	2.149	2.068
Salto Góes (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.993	-
Bio Pedra (e)	Itaú	CDB	Diversos	CDI	95,00% *	3.626	3.335
Total						127.375	121.431

(*) Remuneração média do ano, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

(a) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a seis meses de serviço de dívida. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.

(b) Refere-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.

(c) Refere-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela Jantus, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.

(d) Refere-se a contas de reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.

(e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa, Bio Pedra e Salto Góes. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

6.1. Aplicações financeiras

Circulante

SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado 31/03/2013	Consolidado 31/12/2012
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	Diversos	64,90%	5.129	-
						5.129	-

Representa o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 64,90% do CDI na data do balanço.

6.2. Títulos e valores mobiliários

Circulante

SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado 31/03/2013	Consolidado 31/12/2012
Jantus (a)	BNB	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	1.853	1.853
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	8	8
Bons Ventos (b)	BNB	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	200	200
Bons Ventos (b)	Itaú	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	100	100
						2.161	2.161

(a) A controlada indireta SIIF possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R$1.853, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a SulAmerica S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB e Banco Itaú no montante de R$308, remunerados pela TR, referente a título de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Circulante				
Concessionárias e permissionárias	11.492	5.248	186.702	170.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.587)	-
Total	11.492	5.248	185.115	170.898

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
CCEAR*	-	-	12.523	28.863
CER**	-	-	15.293	23.193
Mercado Livre	11.492	5.248	44.589	27.538
Proinfa	-	-	114.297	91.304
Total	11.492	5.248	186.702	170.898

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Composição das contas a receber a vencer:

Controladora		Consolidado	
A vencer	Total	A vencer	Total
0 - 15 dias	44	0 - 15 dias	56.748
16 - 30 dias	4.485	16 - 30 dias	61.921
31 - 45 dias	-	31 - 45 dias	12.844
Acima 45 dias	6.963	Acima 45 dias	55.189
	11.492		186.702

Em 31 de março de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R$ 114.297 (61% do total) pela Centrais Eletricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) 34.417 (18% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), (iii) R$13.161 (7% do total) pelo grupo CPFL, (acionista controlador), e (iv) R$6.959 (4% do total) por um grande consumidor.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data do faturamento.

Foi constituída uma provisão para créditos a vencer no montante de R$ 1.587 que refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia constituiu tal provisão para perda.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Impostos de renda e contribuição social a compensar	264	264	9.628	11.275
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.638	9.496	25.381	26.766
COFINS	-	97	42.408	43.850
PIS	-	21	9.146	9.459
Outros	32	33	183	-
	6.934	9.911	86.746	91.350
Ativo circulante	6.934	6.783	56.794	53.317
Ativo não circulante	-	3.128	29.952	38.033
Total	6.934	9.911	86.746	91.350

O saldo da rubrica "Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF" refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas, não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização, e é compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas "PIS" e "COFINS" a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado nas controladas indiretas da Jantus. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados com pagamento de PIS e COFINS da Companhia na base de 1/48 avos do valor original.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
Não Circulante	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Créditos a receber - consórcios (a)	-	-	43.245	43.245
Provisão para perda Baldin Bio Energia S.A. (a)	-	-	(13.838)	(13.838)
Contratos de pré-compra de energia (a)	-	-	32.899	31.627
Ativos por indenização (b)	-	-	23.950	23.950
Outros créditos a receber	852	1.764	886	2.327
Total	852	1.764	87.142	87.311

(a) Baldin Bioenergia S.A.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada) protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 08 de março de 2013, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, considerando os seguintes meios de recuperação:

"O Plano será implantado por meio de medidas que visam a gerar resultados positivos em três safras, com redução substancial da alavancagem e a adoção de gestão profissional e independente. Nos termos do artigo 50 da Lei de Falências, o Grupo Baldin já utilizou e utilizará, dentre outros, os seguintes meios de recuperação: (i) alteração do controle societário do Grupo Baldin, mediante a conversão de parte da dívida em participação societária da Nova Baldin; (ii) reestruturação societária; (iii) modificação dos órgãos administrativos da Nova Baldin e/ou do Novo Grupo Baldin, com alterações na estrutura de governança corporativa, com gestão profissional e independente, o aumento do controle e do monitoramento das operações; (iv) concessão de prazos e condições especiais de pagamentos de obrigações vencidas e vincendas, com equalização de encargos financeiros e novação de dívidas em relação ao Grupo Baldin; (v) venda parcial de ativos; (vi) obtenção de novos financiamentos,; (vii) operação estratégica para alienação da Nova Baldin para Investidor Comprador; e (viii) cumprimento dos contratos bilaterais em vigor."

A opção escolhida pela CPFL Renováveis possui as seguintes condicionantes de recebimento:

– Com Garantia Real: (a) deságio de 25%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência;

– Quirografários: (a) deságio de 35%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência;

A exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreendem:

(i) O montante de R$29.407 inclui: (i) R$36.871 de valor de principal, (ii) R$6.374 de encargos financeiros e (iii) R$13.838 de provisão para perdas no saldo a receber. Este saldo é referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin-Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., assim como no plano de recuperação judicial, registrou uma provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. no valor de R$13.838 em 31 de dezembro de 2012. O saldo permanece o mesmo para o período findo em 31 de março de 2013.

(ii) O montante de R$ 32.899, referente ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R$53.021, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

(b) O montante de R$23.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus no valor de R$13.950 e Bons Ventos no valor de R$10.000. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus e Bons Ventos sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esse valor tem como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. (nota explicativa nº 20).

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5)	58.507	74.279	-	-	320	143
	58.507	74.279	-	-	320	143
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	10.621	2.225	-	-	-	-
	10.621	2.225	-	-	-	-
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	25	30	-	-	-	-
Arvoredo	21	25	-	-	-	-
Barra da Paciência	25	30	-	-	-	-
Bioenergia	14	17	-	-	-	-
Bons Ventos	502	230	-	-	-	-
Chimay Empreendimentos	85	101	-	-	-	-
Cocais Grande	32	38	-	-	-	-
Corrente Grande	21	25	-	-	-	-
Eólica Formosa	53	63	-	-	-	-
Eólica Icaraizinho	71	84	-	-	-	-
Eólica Paracuru	28	34	-	-	-	-
Jayaditya	46	55	-	-	-	-
Mohini	50	59	-	-	-	-
Ninho da Águia	32	38	-	-	-	-
Paiol	32	38	-	-	-	-
PCH Holding	210	29	-	-	-	-
Plano Alto	32	38	-	-	-	-
Salto Goés	21	-	-	-	-	-
São Gonçalo	57	67	-	-	-	-
Siif Cinco	39	46	-	-	-	-
Sul Centrais	67	80	-	-	-	-
Varginha	21	25	-	-	-	-
Várzea Alegre	11	13	-	-	-	-
	1.495	1.165	-	-	-	-
Total	70.623	77.669	-	-	320	143

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
Não circulante:	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Mútuos:						
Sul Centrais (b)	3.685	3.610	-	-	75	-
Sócios não controladores (c)	3.401	3.401	-	-	-	-
	7.086	7.011	-	-	75	-
Dividendos:	-	3.593	-	-	-	-
Bio Pedra	-	3.593	-	-	-	-
Total	7.086	10.604	-	-	75	-

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Passivo circulante						
T-15 (d)	-	-	12.810	12.810	-	-
Nect consultoria (nota nº 14)	-	-	-	336	-	(1.792)
	-	-	12.810	13.146	-	(1.792)
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.195	1.097	-	-
	-	-	1.195	1.097	-	-
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	10.621	5.428
	-	-	-	-	10.621	5.428
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)	-
Alocação com depesa de pessoal (a)	-	-	-	-	3.131	3.015
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	-	-	(98)	(68)
	-	-	-	-	3.003	2.947
Total	-	-	-	-	13.624	8.375

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5)	397.304	631.080	-	-	2.177	1.174
	397.304	631.080	-	-	2.177	1.174
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	33.540	7.694	-	-	-	-
CPFL Paulista	338	11.640	-	-	-	-
CPFL Piratininga	515	769	-	-	-	-
Cia de Luz e Força	9	8	-	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	15	32	-	-	-	-
	34.417	20.143	-	-	-	-
Total	431.721	651.223	-	-	2.177	1.174

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	40.046	37.328	-	-	724	675
Mútuos:						
Sócios não controladores (c)	3.436	3.401	-	-	35	-
	43.482	40.729	-	-	759	675
Passivo circulante						
CPFL Brasil (nota nº 18) (e)	-	-	6.000	-	-	-
CPFL Paulista (nota nº 14)	-	-	1.225	1.026	-	-
CPFL Serviços (nota nº 14)	-	-	40	-	-	-
RGE Rio Grande Energia (nota nº 14)	-	-	7	6	-	-
Sócios não controladores (nota nº 17)	-	-	4.308	4.252	56	-
	-	-	11.580	5.284	56	-
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.195	1.097	-	-
	-	-	1.195	1.097	-	-
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	66.610	14.279
CPFL Paulista	-	-	-	-	833	32.082
CPFL Piratininga	-	-	-	-	1.289	414
Cia de Luz e Força	-	-	-	-	27	4
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	-	36	15
	-	-	-	-	68.795	46.794
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	-	(437)
	-	-	-	-	-	(437)
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)	(1.792)
Consultoria Nect	-	-	-	-	(500)	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	(98)	(68)
	-	-	-	-	(628)	(1.860)

(a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica "outros créditos" no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.

(b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% a.a. para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.

(c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012, com vigência de um ano e com possibilidade de renovação, a remuneração é de 8% a.a. mais atualização monetária pelo IGP-M.

(d) O saldo de R$12.810 refere-se a acerto de contas a pagar para a controlada T-15 Energia S.A., como parte de pagamento na aquisição da BVP.

(e) A controlada Bioenergia apresenta R$ 6.000 relativos a faturamento antecipado da parte relacionada CPFL Brasil. A Companhia divulgou os contratos de compra e venda de energia vigentes com a CPFL Brasil na nota explicativa nº 28.3.

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra "b" do item 37 do pronunciamento técnico, CPC 18 demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo) Líquido	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Aiuruoca	13.474	13.472	48	42	13.426	13.430	-	-	(4)	(3)
Alto Irani	74.685	71.038	34.255	33.212	40.430	37.826	4.190	5.236	2.604	1.882
Arvoredo	99.707	100.686	44.930	45.946	54.777	54.740	3.712	2.592	38	513
Atlântica I	70.219	71.601	58.633	59.978	11.586	11.623	-	-	(37)	(85)
Atlântica II	70.108	71.480	58.612	59.971	11.496	11.509	-	-	(13)	(41)
Atlântica IV	80.166	75.156	68.871	63.809	11.296	11.347	-	-	(51)	(39)
Atlântica V	111.477	105.789	98.768	92.907	12.709	12.882	-	-	(173)	(130)
Baixa Verde	310	310	-	1	310	309	-	-	1	50
Barra da Paciência	130.362	129.706	71.176	72.633	59.186	57.073	5.733	4.952	2.113	2.158
Bio Alvorada	132.933	154.915	106.635	128.262	26.298	26.653	-	-	(355)	(2)
Bio Buriti	146.394	151.145	3.674	3.928	142.720	147.217	4.018	3.455	(2.493)	(1.643)
Bio Coopcana	108.537	138.126	82.386	111.677	26.151	26.449	-	-	(298)	(10)
Bio Formosa	131.036	143.524	11.200	20.702	119.837	122.822	872	4.884	(2.985)	2.810
Bio Ipê	28.274	29.188	783	784	27.491	28.404	3.261	-	937	20
Bio Pedra	207.454	214.934	18.444	24.782	189.010	190.152	319	-	(4.735)	(9)
Bio Energia	126.390	137.172	81.434	92.362	44.956	44.810	4.064	3.525	146	(1.682)
Boa Vista 1	15	17	-	-	15	17	-	-	(2)	(1)
Boa Vista 2	2.828	2.752	254	145	2.574	2.607	-	-	(33)	(5)
BVP	205.307	137.186	9.761	(46.170)	195.546	183.356	-	-	12.190	-
Bons Ventos	784.395	776.382	534.090	536.715	250.305	239.667	40.030	-	10.638	-
Cachoeira Grande	7.544	7.529	1	-	7.543	7.529	-	-	14	20
Cajueiro	518	521	-	1	518	520	-	-	(2)	79
Campos dos Ventos I	14.280	14.241	20	4	14.260	14.237	-	-	22	(95)
Campos dos Ventos II	13.869	13.999	29	33	13.840	13.966	-	-	(126)	(12)
Campos dos Ventos III	14.188	14.228	18	35	14.170	14.193	-	-	(24)	(148)
Campos dos Ventos IV	177	176	4	3	173	173	-	-	-	110
Campos dos Ventos V	14.853	14.589	73	-	14.780	14.589	-	-	192	249
Chimay	157.714	149.062	22.040	17.236	135.674	131.826	12.790	10.401	3.847	7.993
Cocais Grande	52.624	53.252	28.543	29.024	24.081	24.228	1.532	1.979	(147)	365
Corrente Grande	102.866	103.698	52.159	53.315	50.707	50.383	3.193	2.962	323	885
Costa Branca	92.800	44.744	78.816	30.695	13.984	14.049	-	-	(65)	(226)
Costa das Dunas	958	954	-	1	958	953	-	-	5	95
Pedra Cheirosa I	82	3	95	15	(13)	(12)	-	-	(9)	-
Eólica Formosa	484.142	485.081	394.232	398.430	89.910	86.651	20.312	-	3.259	-
Eólica Holding	62.408	62.531	48.719	48.650	13.689	13.881	-	-	(192)	(1)
Eólica Icaraizinho	268.224	269.002	198.350	194.681	69.874	74.321	14.431	-	5.553	-
Eólica Paracuru	110.885	117.132	83.829	83.333	27.056	33.799	7.032	-	3.257	-
Eurus V	162	162	3	3	159	159	-	-	-	102
Eurus VI	42.104	42.247	1.342	1.422	40.762	40.825	1.096	-	600	(17)
Farol de Touros	421	419	-	-	421	419	-	-	2	161
Figueira Branca	238	240	-	3	238	237	-	-	1	95
Gameleira	1.197	1.196	-	1	1.197	1.195	-	-	2	45
Jayaditya	68.036	57.736	13.048	9.924	54.988	47.812	13.616	9.965	7.176	4.468
Juremas	49.444	21.246	35.676	7.474	13.768	13.772	-	-	(4)	2

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo) Líquido	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lacenas	109.519	108.225	66.274	64.055	43.245	44.170	6.063	-	(925)	-
Macacos	64.687	28.615	50.290	14.074	14.397	14.541	-	-	(142)	(15)
Mohini	97.868	89.718	9.288	7.941	88.580	81.777	13.585	10.716	6.802	7.938
Navegantes	7	13	-	-	7	13	-	-	(5)	(21)
Ninho da Águia	77.276	77.829	33.534	34.489	43.742	43.340	2.258	2.163	402	874
Paiol	105.401	105.458	68.928	70.419	36.473	35.039	4.291	4.188	1.434	1.746
PCH Holding	444.428	443.617	458	784	443.970	442.833	-	-	6.143	5.248
PCH Holding 2	194.787	192.442	205.332	192.442	(10.545)	-	-	-	(649)	(3.915)
PCH Participações	937.449	932.650	247.874	249.118	689.575	683.532	-	-	6.042	(47)
Pedra Preta	62.782	27.386	48.561	13.158	14.221	14.228	-	-	(7)	5
Penedo	1.818	1.820	-	1	1.818	1.819	-	-	(1)	(1)
Plano Alto	51.565	49.073	23.979	23.312	27.586	25.761	3.162	3.977	1.825	1.267
Pedra Cheirosa II	70	4	85	3	(15)	1	-	-	(14)	-
Curral Velho I	67	3	81	2	(14)	1	-	-	(10)	-
Curral Velho II	67	3	81	2	(14)	1	-	-	(10)	-
Curral Velho IV	67	3	81	2	(14)	1	-	-	(10)	-
Bitupitá I	67	3	81	2	(14)	1	-	-	(10)	-
Bitupitá II	67	3	83	2	(16)	1	-	-	(11)	-
Bitupitá IV	67	2	81	1	(14)	1	-	-	(10)	-
Salto Góes	166.611	164.763	78.090	75.648	88.521	89.115	4.293	-	(595)	(11)
Santa Clara I	189.011	190.507	39.032	40.213	149.979	150.294	4.749	-	2.137	(145)
Santa Clara II	135.169	136.372	4.802	5.759	130.367	130.613	4.383	-	2.526	444
Santa Clara III	135.342	134.852	4.718	4.023	130.624	130.829	4.384	-	2.547	15
Santa Clara IV	140.249	141.467	4.761	5.759	135.488	135.708	4.384	-	2.609	132
Santa Clara VI	140.196	139.894	4.589	3.706	135.607	136.188	4.384	-	2.601	180
Santa Clara V	140.610	140.307	4.618	4.484	135.992	135.823	4.384	-	2.616	(14)
Santa Cruz	6.261	6.261	-	7	6.261	6.254	-	-	7	11
Santa Luzia	239.936	236.652	130.344	130.462	109.592	106.190	12.076	-	3.403	-
Santa Mônica	8.381	8.377	2	-	8.379	8.377	-	-	1	-
Santa Úrsula	7.753	7.748	3	-	7.750	7.748	-	-	2	-
São Benedito	7.831	7.826	4	-	7.827	7.826	-	-	1	-
São Domingos	8.153	8.188	5	2	8.148	8.186	-	-	(38)	-
São Gonçalo	73.046	73.573	37.478	38.378	35.568	35.195	2.533	2.751	374	962
SIIF Cinco	123.307	122.292	99.747	100.280	23.560	22.012	5.871	-	1.548	-
SIIF Desenvolvimento	1.856	1.414	31.072	29.948	(29.216)	(28.534)	-	-	(682)	(610)
SIIF Energias	386.831	405.991	5.539	11.337	271.189	394.654	-	-	15.476	(6.979)
Solar I	8.834	8.927	8.675	8.840	159	87	64	-	72	-
Sul Centrais Elétricas	27.600	26.100	9.751	9.062	17.849	17.038	2.469	1.546	811	467
T-15	709.922	689.084	404.690	399.032	305.232	290.052	-	-	15.179	-
Tombo	934	936	-	1	934	935	-	-	(1)	(1)
Turbina 16	23	24	-	1	23	23	-	-	(1)	-
Turbina 17	23	24	1	1	22	23	-	-	(1)	-
Varginha	61.926	60.941	30.460	30.150	31.466	30.791	3.480	1.928	675	372
Varzea Alegre	57.664	58.060	26.918	27.437	30.746	30.623	1.684	1.613	123	363
Ventos de Santo Dimas	8.395	8.379	14	-	8.381	8.379	-	-	2	-
Ventos de São Martinho	8.167	8.197	4	1	8.163	8.196	-	-	(33)	-

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 01 de março de 2011, foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, sendo que cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O "vesting" das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções somente poderão ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: a) oferta pública inicial ("IPO") (primária ou secundária) para ações ordinárias; b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO.

Conforme mencionado na nota explicativa 21.c), a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, os quadros abaixo consideram o agrupamento de ações.

Séries de opções	Quantidade de ações	Data de outorga	Duração da opção (em anos)	Preço de exercício R$	Valor justo na data da outorga R$
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,10	1,80
2ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,30	1,55
3ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,45	1,25
4ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,65	1,35
	222.988				
Programa de 2010					
1ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	11,95	2,85
2ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,25	3,00
3ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,50	2,75
4ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,80	2,90
	244.160				
Programa de 2011					
1ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	12,80	1,95
2ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,10	2,05
3ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,35	1,85
4ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,65	1,95
	470.000				

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas

A Companhia precificou as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

No período findo em 31 de março de 2013, foram provisionados R$98 na rubrica "Remuneração dos Administradores".

Dados utilizados no modelo para precificação das opções:

	Programa 2009			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	6,15	6,15	6,15	6,15
Preço de exercício	8,10	8,30	8,45	8,65
Volatilidade esperada (a)	41,9%	41,9%	41,9%	41,9%
Dividendos	1,37	1,93	2,53	2,53
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	9,9%	9,9%	9,8%	9,8%

	Programa 2010			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	11,95	12,25	12,50	12,80
Volatilidade esperada (a)	41,8%	41,8%	41,8%	41,8%
Dividendos	1,96	1,96	2,56	2,56
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,3%	10,2%	10,2%	10,2%

	Programa 2011			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	12,80	13,10	13,35	13,65
Volatilidade esperada (a)	37,3%	37,3%	37,3%	37,3%
Dividendos	2,79	2,79	3,39	3,39
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,5%	10,4%	10,4%	10,3%

(a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.

(b) Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes.

(c) Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga.

A tabela a seguir apresenta a movimentação do direito ao exercício das opções de compra de ações em aberto no início e fim do período:

	31/03/2013	
	Quatidade opções	Preço ponderado do período
Saldo no início do período	2.774.762	0,40
Concedidas durante o período	82.063	-
Saldo no final do período	2.856.825	0,42

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e os exercícios de 2012, 2011 e de 2010 nenhuma opção foi exercida. A mudança no preço ponderado de exercício se deve a atualização do preço da opção, de acordo com o regulamento dos programas.

As opções em aberto no fim do período possuíam preço de exercício de R$0,42 (R$0,40 em 31 de dezembro de 2012).

10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 2012, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$1.453 (R$1.808 em 2012), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	844	910
Encargos sociais e benefícios	354	284
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	98	68
Outros	157	546
Total	1.453	1.808

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.191.696	3.166.323
Adiantamentos para futuro aumento de capital	89.175	54.398
Direito de exploração de atividade de geração - autorização líquido dos efeitos fiscais	1.400.733	1.415.337
Total do investimento	4.681.604	4.636.058

	Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012
Composição da Equivalência Patrimonial:		
Equivalência Patrimonial	46.214	33.219
Amortização de juros capitalizados	(342)	-
Amortização direito de autorização	(21.991)	(12.315)
Impostos diferidos	7.387	4.159
	(14.604)	(8.156)
	31.268	25.063

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital % 31/03/2013	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido 31/03/2013	31/12/2012	Resultado de equivalência patrimonial 31/03/2013	31/03/2012
Alto Irani	2.099	100%	40.430	2.604	40.430	37.826	2.604	1.882
Atlântica I	10.000	100%	11.586	(37)	11.586	11.623	(37)	(85)
Atlântica II	10.000	100%	11.496	(13)	11.496	11.509	(13)	(41)
Atlântica IV	10.000	100%	11.296	(51)	11.296	11.347	(51)	(39)
Atlântica V	10.000	100%	12.709	(173)	12.709	12.882	(173)	(130)
Baixa Verde	6.883	95%	310	1	295	294	1	47
Bio Alvorada	2.494	100%	26.298	(355)	26.298	26.653	(355)	(2)
Bio Buriti	132.297	100%	142.720	(2.493)	142.720	147.217	(2.493)	(1.643)
Bio Coopcana	2.185	100%	26.151	(298)	26.151	26.449	(298)	(10)
Bio Energia	46.288	100%	44.956	146	44.956	44.810	146	(1.682)
Bio Formosa	119.000	100%	119.837	(2.985)	119.837	122.822	(2.985)	2.810
Bio Ipê	25.340	100%	28.567	937	28.567	29.495	937	20
Bio Pedra	140.030	100%	193.409	(4.735)	193.409	194.613	(4.735)	(9)
Boa Vista 1	870	100%	15	(2)	15	17	(2)	(1)
Boa Vista 2	2.730	100%	2.574	(33)	2.574	2.607	(33)	(5)
Cachoeira Grande	7.632	100%	7.543	14	7.543	7.529	14	20
Cajueiro	13.207	95%	518	(2)	492	494	(2)	75
Campos dos Ventos I	13.049	100%	14.259	22	14.259	14.237	22	(95)
Campos dos Ventos II	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Campos dos Ventos III	13.049	100%	14.169	(24)	14.169	14.193	(24)	(148)
Campos dos Ventos IV	64	100%	173	-	173	173	-	110
Campos dos Ventos V	13.049	100%	14.781	192	14.781	14.589	192	249
Chimay	-	-	-	-	-	-	-	7.993
Costa Branca	15.333	95%	13.984	(65)	13.285	13.347	(62)	(226)
Costa das Dunas	15.123	90%	958	5	863	858	5	95
Eólica Holding	5	100%	13.689	(192)	13.689	13.881	(192)	(1)
Eurus V	57	100%	159	-	159	159	-	102
Eurus VI	6.536	100%	41.170	600	41.170	41.240	600	(17)
Farol de Touros	11.671	90%	421	2	379	377	2	144
Figueira Branca	6.447	100%	238	1	238	237	1	95
Gameleira	8.855	100%	1.197	2	1.197	1.195	2	45
Jantus	-	100%	-	-	-	255.179	-	7.667
Jayaditya	-	-	-	-	-	-	-	4.468
Juremas	14.816	95%	13.768	(4)	13.079	13.083	(4)	3
Lacenas	-	100%	43.244	(926)	43.244	44.170	(926)	-
Macacos	16.223	95%	14.397	(142)	13.678	13.813	(135)	(15)
Mohini	-	-	-	-	-	-	-	7.938
Navegantes	194	95%	7	(5)	6	11	(5)	(19)
PCH Holding	279.316	100%	443.970	6.143	443.970	442.833	6.143	5.248
PCH Participações	1.101	41%	689.575	6.042	282.697	280.220	2.477	(47)
Pedra Cheirosa I	1	100%	-	-	-	-	-	-
Pedra Cheirosa II	1	100%	-	-	-	-	-	-
Pedra Preta	15.362	95%	14.221	(7)	13.509	13.516	(7)	5
Penedo	1.868	100%	1.818	(1)	1.818	1.819	(1)	(1)
Plano Alto	1.527	100%	27.586	1.825	27.586	25.761	1.825	1.268
Salto Góes	50.793	100%	88.520	(595)	88.520	89.115	(595)	(11)
Santa Clara I	107.417	100%	154.208	2.137	154.208	154.583	2.137	(145)
Santa Clara II	100.560	100%	134.179	2.526	134.179	134.478	2.526	444
Santa Clara III	69.993	100%	133.913	2.547	133.913	134.164	2.547	15
Santa Clara IV	46.159	100%	138.084	2.609	138.084	138.341	2.609	132
Santa Clara V	26.161	100%	138.055	2.601	138.055	138.305	2.601	180
Santa Clara VI	43.714	100%	137.950	2.616	137.950	138.174	2.616	(15)
Santa Cruz	6.707	100%	6.261	7	6.261	6.254	7	11
Santa Mônica	11.101	100%	8.378	1	8.378	8.377	1	-
Santa Ursula	11.101	100%	7.750	2	7.750	7.748	2	-
São Benedito	11.101	100%	7.827	1	7.827	7.826	1	-
São Domingos	11.101	100%	8.148	(38)	8.148	8.186	(38)	-
SIIF Energies	327.895	100%	271.189	15.476	271.189	-	15.476	-
Solar 1	4	100%	159	72	159	87	72	-
Sul Centrais Elétricas	-	-	-	-	-	-	-	467
T-15	25.543.040	100%	305.231	15.179	305.231	290.052	15.179	-
Tombo	1.211	100%	933	(1)	933	934	(1)	-
Turbina 16	1	100%	22	(1)	22	23	(1)	-
Turbina 17	1	100%	22	(1)	22	23	(1)	-
Ventos de Santo Dimas	11.101	100%	8.381	2	8.381	8.379	2	-
Ventos de São Martinho	11.101	100%	8.163	(33)	8.163	8.196	(33)	-
					3.191.696	3.166.323	47.545	37.134
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	(29.216)	(682)	(29.216)	-	(682)	-
PCH Holding 2	1	100%	(10.545)	(649)	(10.545)	(9.896)	(649)	(3.915)
					3.151.935	3.156.427	46.214	33.219

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital % 31/03/2013	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido 31/03/2013	Participação patrimônio líquido 31/12/2012	Resultado de equivalência patrimonial 31/03/2013	Resultado de equivalência patrimonial 31/03/2012
Aiuruoca	21.303	100%	13.426	(4)	13.426	13.430	(4)	(3)
Arvoredo	45.910	100%	54.777	38	54.777	54.740	38	513
Barra da Paciência	31.096	100%	59.186	2.113	59.186	57.073	2.113	2.158
Bitupitá I	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Bitupitá II	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Bitupitá IV	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Bons Ventos	247.720	100%	250.305	10.638	250.305	239.667	10.638	-
BVP	311.106	100%	195.546	12.190	195.546	183.356	12.190	-
Campos dos Ventos II	13.049	100%	13.840	(126)	13.840	13.966	(126)	-
Chimay	75.854	100%	135.674	3.847	135.674	131.826	3.847	-
Cocais Grande	15.290	100%	24.081	(147)	24.081	24.228	(147)	365
Corrente Grande	27.337	100%	50.707	323	50.707	50.383	323	885
Curral Velho I	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Curral Velho II	1	100%	(16)	(11)	(16)	(4)	(11)	-
Curral Velho IV	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Eólica Formosa	92.900	100%	89.910	3.259	89.910	86.651	3.259	(1.008)
Eólica Icaraizinho	57.930	100%	69.874	5.553	69.874	74.321	5.553	(2.724)
Eólica Paracuru	22.230	100%	27.056	3.257	27.056	33.799	3.257	(2.009)
Jayaditya	17.691	100%	54.988	7.176	54.988	47.812	7.176	-
Mohini	59.933	100%	81.777	6.802	81.777	81.777	6.802	-
Ninho da Água	33.805	100%	43.742	402	43.742	43.340	402	874
Paiol	27.381	100%	36.473	1.434	36.473	35.039	1.434	1.746
PCH Participações	1.101	59%	689.575	6.042	406.849	403.284	3.565	-
Pedra Cheirosa I	1	100%	(13)	(9)	(13)	(4)	(9)	-
Pedra Cheirosa II	1	100%	(15)	(14)	(15)	(1)	(14)	-
Santa Luzia	89.051	100%	109.592	3.403	109.592	106.190	3.403	989
São Gonçalo	28.676	100%	35.568	374	35.568	35.195	374	962
SIIF Cinco	24.030	100%	23.560	1.548	23.560	22.012	1.548	(734)
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	-	-	-	(28.534)	-	(610)
SIIF Energies	327.895	100%	-	-	-	394.654	-	(6.979)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	17.849	811	17.849	17.038	811	-
Varginha	20.587	100%	31.466	675	31.466	30.791	675	372
Varzea Alegre	24.580	100%	30.746	123	30.746	30.623	123	363

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de março de 2013 - controladora:

	Saldo em 31/12/2012	Amortização da capitalização de juros	Tranferência de investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Pagos	Saldo em 31/03/2013
Alto Irani	37.826	-	-	2.604	-	40.430
Atlântica I	11.623	-	-	(37)	-	11.586
Atlântica II	11.509	-	-	(13)	-	11.496
Atlântica IV	11.347	-	-	(51)	-	11.296
Atlântica V	12.882	-	-	(173)	-	12.709
Baixa Verde	294	-	-	1	-	295
Bio Alvorada	26.653	-	-	(355)	-	26.298
Bio Buriti	147.217	-	-	(2.493)	(2.004)	142.720
Bio Coopcana	26.449	-	-	(298)	-	26.151
Bio Energia	44.810	-	-	146	-	44.956
Bio Formosa	122.822	-	-	(2.985)	-	119.837
Bio Ipê	29.495	(15)	-	937	(1.850)	28.567
Bio Pedra	194.613	(62)	-	(4.735)	3.593	193.409
Boa Vista 1	17	-	-	(2)	-	15
Boa Vista 2	2.607	-	-	(33)	-	2.574
Cachoeira Grande	7.529	-	-	14	-	7.543
Cajueiro	494	-	-	(2)	-	492
Campos dos Ventos I	14.237	-	-	22	-	14.259
Campos dos Ventos III	14.193	-	-	(24)	-	14.169
Campos dos Ventos IV	173	-	-	-	-	173
Campos dos Ventos V	14.589	-	-	192	-	14.781
Costa Branca	13.347	-	-	(62)	-	13.285
Costa das Dunas	858	-	-	5	-	863
Eólica Holding	13.881	-	-	(192)	-	13.689
Eurus V	159	-	-	-	-	159
Eurus VI	41.240	(6)	-	600	(664)	41.170
Farol de Touros	377	-	-	2	-	379
Figueira Branca	237	-	-	1	-	238
Gameleira	1.195	-	-	2	-	1.197
Jantus	255.179	-	(255.179)	-	-	-
Juremas	13.083	-	-	(4)	-	13.079
Lacenas	44.170	-	-	(926)	-	43.244
Macacos	13.813	-	-	(135)	-	13.678
Navegantes	11	-	-	(5)	-	6
PCH Holding	442.833	-	-	6.143	(5.006)	443.970
PCH Participações	280.220	-	-	2.477	-	282.697
Pedra Preta	13.516	-	-	(7)	-	13.509
Penedo	1.819	-	-	(1)	-	1.818
Plano Alto	25.761	-	-	1.825	-	27.586
Salto Góes	89.115	-	-	(595)	-	88.520
Santa Clara I	154.583	(60)	-	2.137	(2.452)	154.208
Santa Clara II	134.478	(54)	-	2.526	(2.771)	134.179
Santa Clara III	134.164	(46)	-	2.547	(2.752)	133.913
Santa Clara IV	138.341	(37)	-	2.609	(2.829)	138.084
Santa Clara V	138.305	(34)	-	2.601	(2.817)	138.055
Santa Clara VI	138.174	(28)	-	2.616	(2.812)	137.950
Santa Cruz	6.254	-	-	7	-	6.261
Santa Mônica	8.377	-	-	1	-	8.378
Santa Ursula	7.748	-	-	2	-	7.750
São Benedito	7.826	-	-	1	-	7.827
São Domingos	8.186	-	-	(38)	-	8.148
SHF Energies	-	-	283.713	15.476	(28.000)	271.189
Solar 1	87	-	-	72	-	159
T-15	290.052	-	-	15.179	-	305.231
Tombo	934	-	-	(1)	-	933
Turbina 16	23	-	-	(1)	-	22
Turbina 17	23	-	-	(1)	-	22
Ventos de Santo Dimas	8.379	-	-	2	-	8.381
Ventos de São Martinho	8.196	-	-	(33)	-	8.163
Sub total do investimento	3.166.323	(342)	28.534	47.545	(50.364)	3.191.696
SHF Desenvolvimento (*)	-	-	(28.534)	(682)	-	(29.216)
PCH Holding 2 (*)	(9.896)	-	-	(649)	-	(10.545)
Total do investimento	3.156.427	(342)	-	46.214	(50.364)	3.151.935

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

Direitos de exploração líquidos dos impostos diferidos:

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2012	Amortização	Saldo em 31/03/2013
Aiuruoca	24.163	(451)	23.712
Alto Irani	107.493	(1.309)	106.184
Arvoredo	22.419	(346)	22.073
Atlântica I	308	-	308
Atlântica II	308	-	308
Atlântica IV	308	-	308
Atlântica V	308	-	308
Baixa Verde	3.200	-	3.200
Barra da Paciência	30.950	(577)	30.373
Boa Vista 2	48.873	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	1.752
Cajueiro	4.890	-	4.890
Campos dos Ventos I	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	-	5.578
Campos dos Ventos III	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	3.227
Cocais Grande	17.245	(266)	16.979
Corrente Grande	19.125	(352)	18.773
Costa Branca	32.311	-	32.311
Costa das Dunas	1.851	-	1.851
Eólica Formosa	142.323	(1.749)	140.574
Eólica Icaraizinho	219.468	(2.813)	216.655
Eólica Paracuru	145.056	(1.792)	143.264
Eurus V	3.227	-	3.227
Eurus VI	1.289	-	1.289
Farol de Touros	2.144	-	2.144
Figueira Branca	1.608	-	1.608
Gameleira	2.144	-	2.144
Juremas	25.551	-	25.551
Lacenas	11.706	(112)	11.594
Macacos	33.471	-	33.471
Ninho da Águia	17.245	(266)	16.979
Paiol	34.490	(532)	33.958
Pedra Preta	33.475	-	33.475
Penedo	24.210	-	24.210
Plano Alto	80.031	(988)	79.043
Salto Góes	36.591	(110)	36.481
Santa Clara I	5.144	(11)	5.133
Santa Clara II	5.144	(42)	5.102
Santa Clara III	5.144	(42)	5.102
Santa Clara IV	5.144	(42)	5.102
Santa Clara V	5.144	(42)	5.102
Santa Clara VI	5.144	(42)	5.102
Santa Cruz	850	(42)	808
Santa Mônica	5.963	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	5.963
São Benedito	5.963	-	5.963
São Domingos	5.963	-	5.963
São Gonçalo	18.969	(292)	18.677
SIIF Cinco	86.183	(1.066)	85.117
Siif Desenvolvimento	48.726	(877)	47.849
Tombo	17.493	-	17.493
Varginha	15.520	(241)	15.279
Varzea Alegre	12.935	(202)	12.733
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos (i)	1.415.337	(14.604)	1.400.733

O direito de exploração será amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de março de 2013 a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Transferência de contratos societários:

Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto realizadas pelo valor de livros.

a) T-15 Energia S.A.

Em 15 de junho de 2012 a CPFL Renováveis transferiu o controle societário das controladas integrais CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda., Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., para a T-15 Energia S.A. ("T-15"), controlada direta da CPFL Renováveis.

b) Eólica Holding

Em 02 de julho de 2012, a CPFL Renováveis conferiu o controle societário das controladas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A. e Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., para a Eólica Holding S.A., controlada direta da CPFL Renováveis, com o objetivo de viabilizar a contratação de financiamento para os respectivos projetos com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Eólica Holding S.A. aprovaram a transferência para a CPFL Renováveis das referidas controladas como adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. No mesmo ato, os acionistas da Eólica Holding S.A. também aprovaram (i) a conversão parcial dos AFAC em aumento de capital; e (ii) a devolução, para a CPFL Renováveis, a título de cancelamento parcial dos AFAC anteriormente recebidos, das participações societárias nas empresas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A. e SPE Costa Branca Energia S.A.

Incorporação:

Incorporação de empresa subsidiária integral.

a) Jantus

Em 26 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012.

Conforme decisão da CVM, prevista no OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, de 18 de novembro de 2008, emitida pela CVM, de atender aos requisitos dispostos nos artigo 264 da Lei das SA e na Instrução CVM nº 319/99.

A Jantus S.L detinha, direta ou indiretamente, 100% do capital social da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., as quais passaram, após a incorporação, a ser controladas diretas da Companhia. Como resultado da incorporação, a Jantus foi extinta, e a totalidade das ações representativas de seu capital social detida pela Companhia foi cancelada, mantendo-se inalterado o capital social da Companhia após a incorporação.

Adiantamento para futuro aumento de capital:

	Controladora	
	Ativo	
	31/03/2013	31/12/2012
Alto Irani	1.541	1.541
Atlântica V	660	-
Bio Alvorada	8.440	-
Bio Coopcana	5.540	-
Boa Vista 2	170	140
Costa Branca	5.776	290
CPFL Bio Formosa	345	345
CPFL Bioenergia	780	-
Eólica Holding	45.248	45.248
Juremas	3.770	300
Lacenas	4.180	2.817
Macacos	5.070	380
PCH Participações	34	34
Pedra Preta	4.637	-
Penedo	-	380
Santa Clara I	-	2
Santa Clara III	82	-
Santa Ursula	-	2
Santo Dimas	-	2
São Benedito	-	2
São Domingos	-	2
Solar I	2.891	2.901
T-15	10	10
Turbina 16	-	1
Turbina 17	1	1
	89.175	54.398

12. IMOBILIZADO

		Controladora			
		31/03/2013			31/12/2012
Controladora	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.446	-	3.446	3.446
Móveis e utensílios	5 a 6	1.510	(343)	1.167	816
Máquinas e equipamentos	5 a 6	6.384	(729)	5.655	5.218
Edificações, obras civis e benfeitorias	2 a 3	1.652	(108)	1.544	776
Veículos	8 a 9	612	(132)	480	461
Imobilizado em curso	-	345	-	345	1.733
Total controladora		13.949	(1.312)	12.637	12.450

	Controladora				
Custo	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2013
Terrenos	3.446	-	-	-	3.446
Móveis e utensílios	1.139	-	-	371	1.510
Máquinas e equipamentos	5.845	-	-	539	6.384
Edificações, obras civis e benfeitorias	871	-	-	781	1.652
Veículos	573	-	-	39	612
Imobilizado em curso	1.733	342	-	(1.730)	345
Total controladora	13.607	342	-	-	13.949

	Controladora				
Depreciação	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2013
Móveis e utensílios	(323)	(20)	-	-	(343)
Máquinas e equipamentos	(627)	(102)	-	-	(729)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(95)	(13)	-	-	(108)
Veículos	(112)	(20)	-	-	(132)
Total controladora	(1.157)	(155)	-	-	(1.312)
Total imobilizado	12.450	187	-	-	12.637

		Consolidado			
		31/12/2013			31/12/2012
Consolidado	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	5 a 6	82.370	(3.671)	78.699	77.043
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	2 a 3	1.175.864	(258.409)	917.455	1.195.844
Máquinas e equipamentos	5 a 6	3.524.911	(506.627)	3.018.284	2.770.916
Móveis e utensílios	5 a 6	5.715	(1.667)	4.048	4.271
Veículos	8 a 9	1.161	(228)	933	975
Imobilizado em curso	-	875.723	-	875.723	585.297
Total consolidado		5.665.744	(770.602)	4.895.142	4.634.346

	Consolidado				
Custo	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência (*)	31/12/2013
Terrenos	79.961	-	-	2.409	82.370
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias (a)	1.483.484	-	-	(307.620)	1.175.864
Máquinas e equipamentos (a)	3.197.193	-	(30)	327.748	3.524.911
Móveis e utensílios	6.033	-	-	(318)	5.715
Veículos	1.161	-	-	-	1.161
Imobilizado em curso	585.297	301.816	-	(11.390)	875.723
Total consolidado	5.353.129	301.816	(30)	10.829	5.665.744

	Consolidado				
Depreciação	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2013
Terrenos	(2.918)	(753)	-	-	(3.671)
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias (a)	(287.640)	(11.611)	-	40.842	(258.409)
Máquinas e equipamentos (a)	(426.277)	(39.311)	9	(41.048)	(506.627)
Móveis e utensílios	(1.762)	(111)	-	206	(1.667)
Veículos	(186)	(42)	-	-	(228)
Total consolidado	(718.783)	(51.828)	9	-	(770.602)
Total imobilizado	4.634.346	249.988	(21)	10.829	4.895.142

(*) O valor de R$ 10.829 refere-se a transferencias do ativo intangível

(a) A Companhia concluiu, no primeiro trimestre de 2013, o processo de revisão do controle patrimonial da companhia BVP, adquirida em 19 de junho de 2012. Como resultado deste processo de revisão, a Companhia procedeu à reclassificação do montante líquido de R$266.778, de edificações e benfeitorias para máquinas e equipamentos. A referida reclassificação não implicou na alteração da despesa de depreciação, tendo em vista que os bens encontravam-se registrados com as vidas úteis adequadas.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

	Saldo líquido		Data prevista
Imobilizado em curso	31/03/2013	31/12/2012	de entrada em operação (**)
Aiuroca	13.469	11.515	(*)
Atlantica I	38.305	23.120	3T13
Atlantica II	37.830	22.727	3T13
Atlantica IV	59.369	25.743	3T13
Atlantica V	104.008	74.491	3T13
Baixa Verde	142	137	(*)
Bio Alvorada	132.657	95.733	2T13
Bio Coopcana	107.773	78.801	2T13
Boa Vista II	1.379	1.304	(*)
Cachoeira Grande	6.481	3.453	(*)
Cajueiro	114	114	(*)
Campos dos Ventos I	7.253	7.324	1T15
Campos dos Ventos II	13.355	11.678	3T13
Campos dos Ventos III	7.595	7.680	1T15
Campos dos Ventos V	7.127	7.051	1T15
Costa Branca	91.202	43.277	3T13
Costa das Dunas	331	331	(*)
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Gameleira	551	551	(*)
Jurema	41.924	17.230	3T13
Macacos	55.081	23.280	3T13
Pedra Preta	53.235	22.090	3T13
Penedo	985	985	(*)
Santa Cruz	5.660	3.544	(*)
Santa Mônica	7.539	7.510	3T15
Santa Úrsula	6.867	6.863	3T15
São Benedito	6.964	6.955	3T15
São Domingos	7.466	7.457	3T15
Tombo	933	933	(*)
Ventos de Santo Dimas	7.550	7.518	3T15
Ventos de São Martinho	7.477	7.460	3T15
Pedro Cheirosa I	53	-	(*)
Pedro Cheirosa II	53	-	(*)
Bitupitá I	40	-	(*)
Bitupitá II	40	-	(*)
Bitupitá II	40	-	(*)
Curral Velho I	38	-	(*)
Curral Velho II	38	-	(*)
Curral Velho III	38	-	(*)
Outros projctos	44.494	58.175	(*)
Total	875.723	585.297	

(*) Empreendimento em fase de preparação
(**) Informação não revisada pelos auditores independentes

No final do prazo da autorização, os ativos das empresas de energia eólica podem ser vendidos a terceiros. No caso das PCHs, no final do prazo de autorização, são devolvidas ao Poder Concedente.

A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 31 de julho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R$56.973, líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado ("deemed cost"), registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial". Em 31 de março de 2013, o saldo desta rubrica era de R$54.042.

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, foi registrada despesa de depreciação no montante de R$51.828 (consolidado), sendo que R$51.673 classificada no grupo "Custos de geração de energia" na rubrica "Depreciação e Amortização", R$155 (controladora) no grupo despesas gerais e administrativas na rubrica "Depreciação e Amortização".

13. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferencia	Saldo em 31/03/2013
Outros intangíveis	9.017	-	(123)	(481)	-	8.413
Total	9.017	-	(123)	(481)	-	8.413

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferencia (*)	Saldo em 31/03/2013
Direito de exploração	2.981.122	-	-	(32.007)	-	2.949.115
Outros intangíveis	41.121	576	(625)	(830)	(10.829)	29.413
Total	3.022.243	576	(625)	(32.837)	(10.829)	2.978.528

(*) Vide nota explicativa nº 12

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração e outros intangíveis das seguintes SPEs:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (*)	Saldo em 31/03/2013
Aiuruoca	49.394	-	-	(709)	-	48.685
Alto Irani	159.784	-	-	(1.983)	-	157.801
Arvoredo	35.674	-	-	(512)	-	35.162
Atlanticas I	468	-	-	-	-	468
Atlanticas II	468	-	-	-	-	468
Atlanticas IV	469	-	-	-	-	469
Atlanticas V	468	-	-	-	-	468
Baixa Verde	5.057	-	-	-	-	5.057
Barra da Paciência	63.114	-	-	(906)	-	62.208
Boa Vista II	74.049	-	-	-	-	74.049
Bons Ventos	738.085	-	-	(9.315)	-	728.770
Cachoeira Grande	2.654	-	-	-	-	2.654
Cajueiro	7.899	-	-	-	-	7.899
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	-	-	-	-	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	-	-	3.227
Cocais Grande	27.441	-	-	(394)	-	27.047
Corrente Grande	38.418	-	-	(551)	-	37.867
Costa Branca	49.482	-	-	-	-	49.482
Costas das Dunas	5.278	-	-	-	-	5.278
Eurus V	3.225	-	-	-	-	3.225
Eurus VI	1.290	-	-	(11)	-	1.279
Farol de Touros	4.060	-	-	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	-	-	2.436
Siif Cinco	131.598	-	-	(1.694)	-	129.904
Gameleira	3.248	-	-	-	-	3.248
Eólica Icaraizinho	332.431	-	-	(4.280)	-	328.151
Juremas	40.751	-	-	-	-	40.751
Lacenas	17.692	-	-	(170)	-	17.522
Macacos	53.384	-	-	-	-	53.384
Navegantes	-	-	-	-	-	-
Ninho da Águia	27.441	-	-	(394)	-	27.047
Paiol	54.882	-	-	(788)	-	54.094
Eólica Paracuru	220.931	-	-	(2.846)	-	218.085
PCH Holding 2	85.360	-	-	(702)	-	84.658
Pedra Preta	53.390	-	-	-	-	53.390
Penedo	36.682	-	-	-	-	36.682
Plano Alto	118.765	-	-	(1.497)	-	117.268
Eólica Formosa	216.874	-	-	(2.792)	-	214.082
Salto Goes	55.442	-	-	(167)	-	55.275
Santa Clara I	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara II	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara III	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara IV	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara V	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara VI	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Cruz	1.288	-	-	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	-	5.963
São Gonçalo	30.185	-	-	(433)	-	29.752
Siif Desenvolvimento	74.651	-	-	(961)	-	73.690
Tombo	26.505	-	-	-	-	26.505
Varginha	24.696	-	-	(355)	-	24.341
Várzea Alegre	20.581	-	-	(295)	-	20.286
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	-	5.963
Direito de autorização	2.981.122	-	-	(32.007)	-	2.949.115
Outros intangíveis	41.121	576	(625)	(830)	(10.829)	29.413
Total	3.022.243	576	(625)	(32.837)	(10.829)	2.978.528

(*) Vide nota explicativa nº 12

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R$32.007 (R$21.832 para o mesmo período em 2012), classificada no grupo "Despesas operacionais".

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R$830 (consolidado), sendo que R$349 (consolidado) classificado no grupo "Custos de geração de energia" na rubrica "Depreciação e Amortização", R$481 (controladora/consolidado) no grupo despesas gerais e administrativas na rubrica "Depreciação e Amortização".

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de março de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	1.811	1.120	2.896	19.147
Encargos de uso da rede elétrica	592	886	1.462	1.452
Materiais e serviços	12.192	7.327	74.750	55.538
Total	14.595	9.333	79.108	76.137
Não Circulante				
Materiais e serviços	-	-	-	4.467
Total	-	-	-	4.467
Total	14.595	9.333	79.108	80.604

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" está apresentado a seguir:

	Controladora					
	31/03/2013					31/12/2012
Agente	Circulante		Total	Não Circulante	Total	Total
Financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal		
BNDES	9.386	77.013	86.399	901.776	988.175	988.500

	Consolidado					
	31/03/2013					31/12/2012
	Circulante		Total	Não Circulante	Total	Total
Agente Financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal		
BNDES (a)	1.123	31.711	32.834	343.915	376.749	384.629
BNDES (b)	935	38.308	39.243	318.114	357.357	366.875
SAFRA (c)	1.195	24.750	25.945	27.500	53.445	52.546
BNDES (d)	413	11.369	11.782	109.904	121.686	124.508
Banco do Nordeste do Brasil (e)	1.147	9.924	11.071	130.871	141.942	144.252
HSBC (f)	8.213	56.000	64.213	340.467	404.680	397.523
Banco do Nordeste do Brasil (g)	1.337	6.596	7.933	172.417	180.350	181.924
Nordic Investment Bank (g)	297	7.820	8.117	73.540	81.657	82.489
BNDES (g)	639	20.959	21.598	192.196	213.794	218.866
Nota promissória (h)	3.627	230.000	233.627	-	233.627	331.538
BNDES (i)	1.412	1.833	3.245	70.944	74.189	71.742
BNDES (j)	164	8.098	8.262	57.748	66.010	68.024
BNDES (k)	8.437	35.434	43.871	583.054	626.925	616.806
BNDES (l)	14	3.271	3.285	609	3.894	4.818
BNDES (m)	185	2.266	2.451	96.618	99.069	98.048
BNDES (n)	164	7.399	7.563	46.366	53.929	54.413
BNDES (o)	402	117.062	117.464	-	117.464	-
	29.704	612.800	642.504	2.564.263	3.206.767	3.199.001

a) Operação com BNDES nas controladas da PCH Holding

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R$471.484 (valor original) a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A.("ERSA"), antecessora da Companhia, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca, foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R$404.105 (valor original). Os empréstimos das demais SPEs compreendidas neste financiamento estão em fase de amortização, com o prazo de 168 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$376.749.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos principais fornecedores.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

b) Operação com BNDES na Controladora - Biomassas

Também em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$398.547 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Os financiamentos possuem 2 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,87% a 1,90% ao ano e a segunda com encargos fixos de 5,5% ao ano. O prazo de amortização varia entre 96 meses e 168 meses. Em virtude de alterações de escopo dos projetos e revisões de cronograma, o montante de financiamento totalizou R$ 377.094, que haviam sido liberados integralmente até 31 de dezembro de 2012. Os juros iniciaram-se em janeiro de 2012, e serão pagos mensalmente, com exceção da CPFL Bio Pedra, que iniciou-se em agosto de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$357.357.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (k) desta nota explicativa são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Penhor de cotas (em alguns casos).
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

c) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a "International Finance Corporation - IFC", mediante repasses do Banco

Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R$63.000 na SPE Alto Irani e R$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do, CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias, na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 31 de março de 2013.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$53.445.

d) Empréstimos oriundos da Santa Luzia

Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor original de R$91.350 e de R$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Ipuaçú, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20 de julho de 2011, a carência foi prorrogada de junho de 2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorreu em 15 de janeiro de 2012. O prazo de amortização é de 143 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$121.686.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica.

- Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17 de dezembro de 2002.
- Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento.
- Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data de 100% do capital social da PCH Santa Luzia.
- Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas ("covenants"), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente:

- O inadimplemento por parte dos Acionistas de suas obrigações em contratos de BNDES, sendo repasse ou direto.
- Retardamento ou paralisação de obras.
- Inexecução das obras no prazo contratual.
- Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista.
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem, restrinjam o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.
- Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia.

Para a transferência do controle da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4, foi obtida anuência do BNDES e do Banco do Brasil, resultando na não antecipação do vencimento da divida.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da divida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R$ 112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012.

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross-default.

e) Empréstimos oriundos da Jantus

Em 2008, as controladas da Jantus assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com encargos fixos de 9,50% a 10,00% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em 2028. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é dc R$141.942.

Antes da liberação desses recursos, as controladas da Jantus incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos.

As principais garantias dessas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R$ 56.663 (valor original) garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.
- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás.
- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- Ações das controladas de propriedade da Jantus.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$ 16.911 conforme covenant de finaciamento (vide nota explicativa nº 6).
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

f) Operação com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. na controlada T-15 Energia S.A (T-15)

Em junho de 2012, foi realizada operação de captação de recursos com o Banco HSBC para aquisição do negócio Bons Ventos, utilizando como empresa veículo a nova controlada T-15, constituída para essa finalidade. O Banco HSBC subscreveu 2.927.994.471 ações preferenciais resgatáveis de emissão da T-15, integralizando R$400.000 em caixa.

As ações preferenciais de emissão da T-15 possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de junho de 2013 até junho de 2020.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,5% ao ano.

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos por 3 períodos consecutivos ou 5 períodos durante a vigência do contrato, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção dc 1,01 ordinária para cada 1,00 preferencial.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco HSBC.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs controladas pela T-15, a qual vem sendo cumprida até 31 de março de 2013.

A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA superior a 3,75 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$404.680.

g) Empréstimos oriundos da Bons Ventos

Em 2009 e 2010, a Bons Ventos assinou acordos de empréstimos no valor de R$198.633 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no valor de R$258.456 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES e R$ 85.135 com o Nordic Investment Bank - NIB.

Os empréstimos com o BNDES possuem subcréditos com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,92% ao ano e em encargos fixos de 4,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022. Já os empréstimos com o BNB possuem encargos fixos de 10% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em outubro de 2029 enquanto que os empréstimos com o NIB possuem encargos baseados no IGP-M acrescido de 8,63% ao ano e vencimento em setembro de 2023.

Antes das liberações desses recursos, a Bons Ventos incorreu em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizadas pelos prazos dos contratos.

No dia 20 de junho de 2012 a Companhia obteve a conclusão físico-financeira.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$475.801, sendo R$180.350 do BNB, R$213.794 do BNDES e R$81.657 do NIB.

As principais garantias e cláusulas restritivas dessas dívidas são:

- Fiança corporativa da BVP S.A.
- Até a conclusão físico-financeira, fianças bancárias de 100% do valor da dívida.
- Penhor das ações da Bons Ventos S.A..
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Alienação fiduciária de Máquinas e Equipamentos adquiridos para o projeto.

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

h) Operação de Notas Promissórias e de Capital de Giro

Em maio de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de capital de giro, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R$79.490 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento foi liquidado em julho de 2012.

Em julho de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R$320.000 (valor original) para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

Em janeiro de 2013, as controladas Alvorada e Coopcana liquidaram o financiamento com recursos provenientes do empréstimo de longo prazo firmado com o BNDES vide letra "m" dessa nota. Já as controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V liquidaram o financiamento via nova emissão de notas promissórias junto ao Banco do Brasil, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$233.627.

i) Operação com o BNDES na controlada Salto Góes

No segundo trimestre de 2012, o BNDES aprovou a contratação de operação de financiamento no valor total de até R$85.244 (valor original) a ser utilizado no empreendimento da PCH, controlada direta, com encargos financeiros bascados na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescida de 2,05% ao ano.

Até 31 de março de 2013, foi desembolsado o montante de R$69.982. O saldo remanescente, de R$15.262, deve ser liberado até setembro de 2013. O financiamento deverá ser amortizado a partir de outubro de 2013, com o prazo de 192 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$74.189.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- Não ocorrer o vencimento antecipado em nenhum contrato de financiamento em empresas do mesmo grupo econômico.

- A CPFL Energias Renováveis S.A. é devedora solidária.

- Penhor das ações da Salto Góes Energia S.A. detidas pela CPFL Energias Renováveis S.A.

- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.

- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias no Ambiente Regulado - CCEARs.

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos

- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.

- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

j) Operação com o BNDES na controlada Bioenergia

Refere-se a empréstimos contraídos pela controlada CPFL Bioenergia S.A. com o Banco Itaú BBA S.A. nas modalidades BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,90% ao ano e amortização mensal até maio de 2023 e BNDES FINAME com encargos pré-fixados à taxa de 4,50% ao ano e amortização mensal até novembro de 2019. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$66.010.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos

- Cessão fiduciária de direitos creditórios

- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES ou com o Itaú por qualquer empresa do grupo econômico.

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

k) Operação com BNDES no Complexo Santa Clara

Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$574.098, (valor original) na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas diretas Santa

Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP acrescida de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses.

Até 31 de março de 2013, foi liberado o montante de R$572.858. O saldo remanescente, de R$1.240, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1 , esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$626.925.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

l) Outros empréstimos e financiamentos

Referem-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil S.A., na modalidade BNDES FINEM, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 3,10% e 4,30% ao ano, respectivamente, e amortização mensal até novembro de 2013 e junho de 2014, respectivamente. Tais empréstimos foram contraídos para a repotencialização das PCHs Capão Preto, Chibarro e Gavião Peixoto. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$3.894, sendo R$3.054 contraídos com o Itaú e R$840 contraídos com o Banco do Brasil.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES, seja por repasse ou direto, por qualquer empresa do grupo econômico.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

m) Operação junto ao BNDES das controladas Bio Alvorada Bio Coopcana

Em 2012 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$209.000 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana. Os financiamentos possuem 3 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,02% ao ano, a segunda com encargos fixos de 2,5% ao ano e na terceira

incorre a TJLP. O prazo de amortização varia entre 108 meses e 192 meses. Até 31 de março de 2013 foi liberado o montante de R$ 98.000. O saldo remanescente, de R$ 111.000, deve ser liberado até novembro de 2013. A amortização de principal e juros iniciará em janeiro de 2014 e será mensal. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$99.069.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de Ações da CPFL Renovávcis S.A.
- Penhor de Ações da Controlada
- Conta Reserva
- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Fiança da Corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

n) Operação junto ao BNDES na controlada Lacenas

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação da operação de financiamento no valor original de R$73.769, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,15% ao ano, utilizado na expansão da cogeração de energia a partir da biomassa. Os valores liberados foram 100% desembolsados. A primeira amortização ocorreu em 15 de maio de 2010 e o prazo de amortização é de 120 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$53.929.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao financiamento descrito estão sob negociação junto ao BNDES pois referem-se ao acionista anterior, Usina Açucareira Ester S.A. conforme abaixo:

- Hipoteca de imóveis rurais avaliados em R$ 39.175
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos

- Penhor de Ações da Controlada
- Fiança corporativa da Anhumas S.A. e Companhia Agrícola Nogueirapis
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

o) Operação com BNDES no Complexo Macacos

Em 2012, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$175.476, na modalidade Empréstimo Ponte, que serão destinados para as controladas diretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano, com amortização no vencimento em abril de 2014.

Até 31 de março de 2013, foi liberado o montante de R$115.616. O saldo remanescente, de R$59.860, deve ser liberado até março de 2014. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$117.464.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Fiança corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor de Ações das controladas
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período de três meses findo em 31 de março de 2013 está representada como segue:

Controladora					
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2013
988.500	-	15.526	(10.499)	(5.352)	988.175

Consolidado					
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2013
3.199.001	346.972	58.448	(355.552)	(42.102)	3.206.767

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	58.331	196.846
2015	76.963	226.178
2016	76.963	234.216
2017	76.963	237.522
2018	76.963	250.974
2019 a 2023	305.946	995.306
2024 a 2028	216.762	413.063
2029 a 2030	12.885	10.158
Total - não circulante	901.776	2.564.263

16. DEBÊNTURES

	Controladora					
	31/03/2013					31/12/2012
	Circulante		Total	Não circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Circulante	Principal		
Debêntures CPFL Renováveis	12.683	-	12.683	430.000	442.683	433.761
(-) Custos de captação	-	-	-	(2.965)	(2.965)	(3.079)
	12.683	-	12.683	427.035	439.718	430.682

Controladora							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2013
430.682	-	8.922	-	114	-	-	439.718

	Consolidado					
	31/03/2013					31/12/2012
	Circulante		Total	Não circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Circulante	Principal		
Debêntures conversíveis FDNE - SUDENE (a)	2.179	33.950	36.129	503.594	539.723	531.846
(-) Custos de captação	-	-	-	(15.166)	(15.166)	(15.539)
Debêntures CPFL Renováveis (c)	12.683	-	12.683	430.000	442.683	433.761
(-) Custos de captação	-	-	-	(2.965)	(2.965)	(3.079)
Debêntures PCH Holding 2 (b)	-	-	-	178.391	178.391	174.895
(-) Custos de captação	-	-	-	(1.904)	(1.904)	(1.927)
	14.862	33.950	48.812	1.091.950	1.140.762	1.119.957

Consolidado							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2013
1.119.957	-	20.295	-	510	-	-	1.140.762

O cronograma de previsão de pagamento das debêntures está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	-	33.596
2015	21.500	83.995
2016	43.000	85.297
2017	43.000	85.297
2018	64.500	106.797
2019 a 2023	255.035	549.373
2024 a 2028	-	147.595
Total - não circulante	427.035	1.091.950

a) Debêntures conversíveis - SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa

As SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescida de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R$17.320, que foram consideradas como custos de captação e contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, sendo amortizadas pelo prazo do contrato.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2029.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R$129.510 à SUDENE.
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas.
- A Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$21.746. (nota explicativa nº 6).

Processo de conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das

controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Siif Energies deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM.

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

As controladas da Siif Energies são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

- Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.

- Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.

- Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

Conforme análise da Administração, as debêntures conversíveis em ações não contêm instrumentos derivativos embutidos que devessem ter sido bifurcados e avaliados a valor justo por meio do resultado. O entendimento da Administração é que as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE, e, consequentemente, não deveriam ser separadas do contrato principal.

b) Debêntures não conversíveis - PCH Holding 2

Em janeiro de 2012, a PCH Holding 2 S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$ 158.193, com vencimento em 2023, para financiar a aquisição da PCH Santa Luzia. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, que serão pagos mensalmente a partir de junho de 2015. A amortização do principal será feita em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo inicio ocorrerá em junho de 2015 e o término em junho de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R$2.183, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes:

- A Garantia dada pela CPFL Energias Renováveis S.A., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo

- Manutenção de Índice de Alavancagem consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. menor ou igual a 80%

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida com Caixa Acumulado consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. maior ou igual a 1,15

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

c) Debêntures não conversíveis - CPFL Renováveis

Em maio de 2012, a CPFL Energias Renováveis S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$ 430.000, com vencimento em 2022, para financiar a aquisição da Bons Ventos. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário , acrescidas de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de novembro de 2012. A amortização do principal será feita em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em maio de 2015 e o término em maio de 2023. Antes da liberação dos recursos, a Companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R$3.673, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes:

- Cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos aos dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela da PCH Holding S.A. e BVP S.A. bem como dos direitos creditórios das contas correntes pelas quais deverão circular os dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelas mesmas

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante

- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Na controladora e no consolidado, o saldo em 31 de março de 2013 desta conta totaliza R$11.535 (R$11.369 em 31 de dezembro de 2012), conforme segue:

- Inclui R$5.819 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurus VI, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).

- A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, até 2015, o montante de R$4.308, atualizado monetariamente pelo IGP-M.

- A Companhia reteve R$1.408 referentes à aquisição da usina de biomassa Lacenas, com previsão de pagamento para o início de 2013.

Em 2012, a Companhia liquidou o passivo de R$152.442 (R$151.534 referentes ao preço base e R$908 referentes ao ajuste de preço) relacionado à aquisição da Santa Luzia Energética S.A. e o valor de R$18.432 relacionado à aquisição da Jantus, reconhecidos nesta rubrica em 31 de dezembro de 2011.

Em agosto de 2012, a Companhia liquidou o montante de R$83.428 aos antigos acionistas da BVP (ver nota explicativa 1.2) a título de complemento de preço.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de março de 2013, o saldo desta conta totaliza R$19.346 (R$14.584 em 31 de dezembro de 2012), sendo o valor de R$1.993 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Eletrobrás, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia. As controladas Bio Formosa e Bio Pedra apresentam o valor de R$10.473 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Câmara de Comercialização Energia Elétrica – CCEE e a outros clientes. A controlada Lacenas apresenta R$ 880 relativo ao faturamento a cliente de mercado livre. A controlada Bioenergia apresenta R$ 6.000 relativo a faturamento antecipado a parte relacionada CPFL Brasil.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO

19.1. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

Em 31 de março de 2013, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R$5.694 no passivo circulante e R$20.355 no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 31 de março de 2013, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R$29.195 registrada no passivo não circulante.

Desta maneira, os saldos totais registrados em 31 de março de 2013 relativos a "Provisão para custos socioambientais e desmobilização" montam R$5.694 no passivo circulante e R$49.550 no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

	Controladora						
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/03/2013
Trabalhista	211	-	(5)	(9)	4	-	201
Cíveis	606	-	-	-	14	-	620
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	-	35
	852	-	(5)	(9)	18	-	856
Depósitos judiciais	(65)	-	-	-	-	-	(65)

	Consolidado						
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/03/2013
Trabalhista	256	-	(6)	(11)	6	-	245
Cíveis	620	-	-	-	14	-	634
Outros passivos contingentes	23.985	-	-	-	-	-	23.985
Total	24.861	-	(6)	(11)	20	-	24.864
Depósitos judiciais	(201)	-	-	-	-	-	(201)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus e Bons Ventos, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R$ 23.985, sendo R$ 13.950 da Jantus e R$ 10.000 de Bons Ventos e R$ 35 da associação da ERSA e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R$ 23.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 31 de março de 2013, as controladas eram parte em trinta e duas ações judiciais cíveis e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa atualizado o montante de R$ 6.153. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, bem como uma ação de indenização por danos morais e materiais com valor de causa no importe de R$ 1.885 cujo escopo é a discussão acerca do descumprimento de cláusulas contratuais.

Trabalhistas

Em 31 de março de 2013, as controladas eram parte em cento e vinte cinco ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas com valor da causa atualizado no montante de R$ 3.303 e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 31 de março de 2013, as controladas eram parte em treze ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R$ 2.060, versando exclusivamente sobre recolhimento de ISS e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída provisão contábil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado monta a R$2.675.731, representado por 412.274.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

(b) Composição acionária

A composição acionária, incluindo os efeitos do agrupamento de ações, conforme descrito no item (c), da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/03/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	63,00%	146.312.932	35,49%
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	0,00%	113.435.867	27,51%
Secor LLC	38.082.654	9,24%	38.082.654	9,24%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	33.072.441	8,02%	33.072.441	8,02%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	5.808.543	1,41%	5.808.543	1,41%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,63%	31.439.288	7,63%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	10.205.052	2,48%	10.205.052	2,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisctorial Plus	20.574.590	4,99%	20.574.590	4,99%
GMR Energia S.A.	9.210.360	2,23%	9.210.360	2,23%
Outro (pessoa física)	4.132.302	1,00%	4.132.302	1,00%
	412.274.029	**100%**	**412.274.029**	**100%**

Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento), detido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia.

(c) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 para 1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passou a viger com a seguinte nova redação:

"Artigo 4º - O capital social subscrito da Companhia é de R$2.675.731.029,29 (dois bilhões seiscentos e setenta e cinco milhões setecentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e nove centavos), dividido em 412.274.029 (quatrocentos e doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."

(d) Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2011, foram deliberados os seguintes temas:

1) A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R$533.756 (R$528.988 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2013), em contrapartida à conta "Reserva de ágio na subscrição de ações", no patrimônio líquido. Esse valor será mantido na rubrica "Reserva de capital" até sua capitalização, que será feita na proporção representativa do capital de cada acionista.

(e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de março de 2013, a Companhia mantem reserva no montante de R$1.578 a título de reserva legal.

(f) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de março de 2013 a Companhia possuía o montante de R$22.492.

(g) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possui o montante de R$7.496 referente à parcela do lucro não realizado no exercício.

(h) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm dircito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com a IAS 33, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/03/2013	31/03/2012
Lucro (prejuizo) básico por ação		
Numerador		
Lucro (prejuizo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R$)	(15.146)	11.008
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029
Lucro (prejuizo) básico por ação (R$ por ação)	(0,04)	0,03
Lucro (prejuizo) diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuizo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R$)	(15.146)	11.008
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	(2.699)	(1.700)
Lucro (prejuizo) disponível aos acionistas ordinários	(17.845)	9.308
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029
Lucro (prejuizo) diluído por ação (R$ por ação)	(0,04)	0,02

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração o evento ocorrido em 31 de maio de 2012, de grupamento de ações, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa n° 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa n° 10.2) foram considerados anti dilutivos em 31 de março de 2013 e 2012. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

(j) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído ("deemed cost"). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R$ 56.973 foi registrado na conta "Ajuste de avaliação patrimonial". O saldo em 31 de março de 2013 é de R$54.042.

(k) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas informações contábeis intermediárias após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de março de 2013 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receita de venda de energia-	13.228	6.161	244.624	143.244
Deduções da receita bruta:				
Pis/Cofins	(1.223)	(570)	(15.598)	(7.503)
Encargos regulatórios	-	-	(40)	(1.080)
Receita operacional líquida	12.005	5.591	228.986	134.661

Abaixo demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
CCEAR*	-	-	22.366	16.477
CER**	-	-	29.211	-
Mercado Livre	-	6.161	88.041	69.523
Proinfa	-	-	105.006	57.244
Total	-	6.161	244.624	143.244

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Os contratos de venda de energia das SPEs da Companhia que se encontram em operação em 31 de março de 2013 têm as seguintes características:

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R$/MWh)*	Indice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	189,82	IGPM	Junho
Americana	Mercado Livre	8,1	164,34	IGPM	Abril
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	190,76	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	177,44	IPCA	**
Baia Formosa	CCEAR	11,0	195,46	IPCA	**
Bio Energia	Mercado Livre	11,6	186,16	IGPM	Janeiro
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,3	188,94	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	160,79	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	20,2	349,38	IGPM	Março
Buritis	Mercado Livre	0,4	164,34	IGPM	Abril
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	294,91	IGPM	Junho
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	164,34	IGPM	Abril
Chibarro	Mercado Livre	1,7	164,34	IGPM	Abril
Cocais Grande	Proinfa	5,0	189,82	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	188,94	IPCA	Janeiro
Diamante	Mercado Livre	1,6	177,16	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	7,0	164,34	IGPM	Abril
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,6	164,34	IGPM	Abril
Enacel	Proinfa	12,6	331,19	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	164,34	IGPM	Abril
Eurus VI	CER	3,0	175,53	IPCA	Julho
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,4	338,12	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,8	164,34	IGPM	Abril
Guaporé	Mercado Livre	0,6	164,34	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proinfa	28,7	313,90	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	4,5	164,34	IGPM	Abril
Lacenas	CCEAR	7,0	195,47	IPCA	**
Lençóis	Mercado Livre	1,0	164,34	IGPM	Abril
Monjolinho	Mercado Livre	0,1	156,30	IGPM	Abril
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,7	188,94	IPCA	Janeiro
Paiol	Mercado Livre	11,2	164,34	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,8	309,32	IGPM	Março
Pinhal	Mercado Livre	3,7	164,34	IGPM	Abril
Pirapó	Mercado Livre	0,6	164,34	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,2	189,82	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	333,65	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	338,12	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,8	342,95	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,7	350,81	IGPM	Março
Saltinho	Mercado Livre	0,7	164,34	IGPM	Janeiro
Salto Grande	Mercado Livre	4,1	164,34	IGPM	Abril
Santa Clara I	CER	13,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	176,48	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	202,76	IGPM	Agosto
Santana	Mercado Livre	4,2	164,34	IGPM	Abril
Salto Góes	CCEAR	11,1	165,86	IPCA	Agosto
São Gonçalo	Mercado Livre	6,4	188,94	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	4,6	164,34	IGPM	Abril
Socorro	Mercado Livre	0,3	164,34	IGPM	Abril
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	318,40	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,5	164,34	IGPM	Abril
Varginha	CCEAR	4,0	177,44	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,9	188,94	IPCA	Janeiro
Total		482,2			

(*) Data de referência: 31/03/2013

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

23. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(14.081)	(6.428)	(32.976)	(18.416)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(10.233)	(4.535)
Custo de operação das usinas	-	-	(17.280)	(7.941)
Materiais	-	-	(1.763)	(883)
Custo de pessoal (b)	-	-	(10.186)	(9.387)
Arrendamentos	-	-	(3.805)	(2.242)
Depreciação e amortização	-	-	(52.023)	(25.564)
Outros custos de operação	-	-	(1.605)	-
Total	(14.081)	(6.428)	(129.871)	(68.968)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal (b)	(11.594)	(7.652)	(1.408)	(1.280)
Despesas de ocupação	(988)	(112)	(1.016)	(436)
Despesas com viagens e estadas	(128)	(320)	(132)	(593)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.587)	-
Despesas gerais	(165)	(460)	(200)	(721)
Serviços profissionais	(4.372)	(4.171)	(4.435)	(5.889)
Impostos e taxas	(87)	-	(120)	(339)
Outros	(457)	(287)	(474)	(638)
Total	(17.791)	(13.002)	(9.372)	(9.896)
Depreciação e amortização	(635)	(110)	(635)	(133)
Amortização do direito de exploração	-	-	(32.007)	(21.832)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2)	14	-	(22)
Remuneração dos administradores	(1.453)	(1.808)	(1.453)	(1.808)
Total	(19.881)	(14.906)	(43.467)	(33.691)

(a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro trimestre de 2013, os participantes desse mecanismo não atingiram a geração mínima exigida, devido a condições meteorológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD – Preço de Liquidação das Diferenças, resultando em um custo elevado de compra de energia em comparação ao mesmo período findo em 31 de março de 2012.

(b) As despesas com pessoal referentes a operação das usinas são apresentadas na Companhia (controladora) como Despesas Gerais e Administrativas e como Custo de pessoal no consolidado, no montante de R$11.594 e R$10.667 nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	690	4.859	8.014	13.335
Ajuste a valor presente	-	-	1.239	-
Outras	65	22	304	845
Total	755	4.881	9.557	14.180
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(24.562)	(10.798)	(79.253)	(42.629)
Juros capitalizados no imobilizado	-	7.940	8.769	7.940
Fiança bancária/Comissões e corretagens	-	-	(1.043)	(924)
Variações monetárias passivas	-	-	(167)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(2.044)	-
Outros juros	(3)	(292)	(45)	(328)
Outras	(647)	(43)	(1.446)	(868)
Total	(25.212)	(3.193)	(75.229)	(36.809)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.146)	11.008	(10.024)	9.373
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	5.150	(3.743)	3.408	(3.187)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	15.713	11.294	-	-
Outras adições permanentes	(90)	(2.510)	(7.391)	(1.834)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	-	-	2.318	-
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(20.773)	(5.041)	(20.566)	(7.395)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	-	-	1.146	-
Lucro (exceto resultado financeiro) das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	22.064	18.203
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	-	-	(6.111)	(4.152)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	-	-	(5.132)	1.635
Impostos - corrente	-	-	(10.646)	(6.715)
Impostos - diferido	-	-	5.514	8.350
Impostos líquidos	-	-	(5.132)	1.635
Alíquota efetiva - %	0,0%	0,0%	51,2%	17,4%

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da Jantus, que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do

grupo econômico Jantus pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

a) Ativo

	Consolidado 31/03/2013	Consolidado 31/12/2012
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:		
SIIF Énergies	11.073	11.491
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia do ativo imobilizado apurada em aquisição de negócio):		
SIIF Énergies	51.831	52.280
BVP	54.741	55.931
Total - ativo	117.645	119.702

Expectativa de recuperação	Consolidado
2013	6.160
2014	8.472
2015	8.445
2016	8.553
2017 a 2019	16.646
2020 a 2022	16.646
2023 a 2025	16.646
2026 a 2028	16.646
2029 a 2032	19.431
Total	117.645

b) Passivo

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Mais valia decorrente da apuração do custo atribuído	27.742	27.387
Mais valia dos ativos recebidos da antiga ERSA	361.419	364.377
Intangível - direito de exploração/autorização - Jantus	327.730	332.005
Intangível - direito de exploração/autorização - Santa Luzia	28.784	29.023
Intangível - direito de exploração/autorização - Complexo Atlântica	637	637
Intangível - direito de exploração/autorização - BVP	247.782	251.007
Intangível - direito de exploração/autorização - Lacenas	5.957	6.002
Outras diferenças temporárias	26.193	23.872
Total	1.026.244	1.034.310

c) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Total do ativo	117.645	119.702
Total do passivo	(1.026.244)	(1.034.310)
	(908.599)	(914.608)
Classificado:		
Ativo líquido	11.072	11.491
Passivo líquido	(919.671)	(926.099)
	(908.599)	(914.608)

d) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2012	11.491	926.099
Realização de impostos diferidos	(2.058)	(7.572)
Reclassificação de impostos diferidos	1.639	1.639
Alocação por entidades legais	-	(495)
Saldo em 31.03.2013	11.072	919.671

25.3. Créditos fiscais - Controladora

A Companhia possui prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	Controladora
	R$
Prejuízos fiscais apurados até 31 de março de 2013	230.463
Base negativa de contribuição social até 31 de março de 2013	230.463

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantem Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).
- Aplicação financeira (nota explicativa nº 6.2).

- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.1).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16)
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17)

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;

- Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia e suas controladas com o BNDES e SUDENE, bem como ao fato de que os montantes a pagar são reajustados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros de referência do Governo Federal), que reflete taxas de mercado para estes instrumentos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários no montante de R$2.161 em 31 de março de 2013 (R$2.161 em 31 de dezembro de 2012) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Em 31 de março de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R$ 114.297 (61% do total) da Centrais Eletricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) 34.417 (18% do total) do grupo CPFL (acionista controlador), (iii) R$13.161 (7% do total) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e (iv) R$6.959 (4% do total) por um grande consumidor.

Adicionalmente, a Companhia possui saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (vide nota explicativa nº 9).

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM Nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de março de 2013 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31/03/2013 permaneçam estáveis (CDI em 7,16% a.a., TJLP em 5,0% a.a., IGPM em 8,05% a.a. e TR em 0,41% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

O cenário "(1)" é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Juros a incorrer expostos a:	Risco da taxa de juros do instrumento	Exposição	Cenário I	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Ativo Financeiro						
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	Redução	82.640	5.776	7.220	8.663
Aplicação Fundos	CDI	Redução	449.547	32.497	40.621	48.744
Títulos e valores mobiliários	TR	Redução	2.161	9	11	13
Subtotal			534.348	38.281	47.851	57.421
Passivo Financeiro						
Empréstimos e Financiamentos BNDES e FDNE	TJLP+1,55%	Aumento	(2.654.281)	(165.575)	(197.178)	(228.782)
Empréstimos e Financiam. NIB	IGPM+8,63%	Aumento	(82.407)	(13.503)	(15.132)	(16.761)
Empréstimos e Financiamentos FNE	PRÉ 9,95%	Aumento	(326.134)	(24.573)	(24.573)	(24.573)
Empréstimos e Financiam. SAFRA e Debêntures PCH Holding 2	CDI+1,06%	Aumento	(1.316.359)	(85.006)	(103.542)	(122.078)
Subtotal			(4.379.181)	(288.656)	(340.425)	(392.194)
Variação			(3.844.832)	(250.375)	(292.574)	(334.773)

(*) A Companhia tem exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado na Nota 19, na seção "Covenants".

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individual e consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R$64.968 e R$195.916, respectivamente, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo incorrido para financiar o início das obras de construções das suas usinas eólicas. Durante o ano de 2012 e o período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia financiou as operações de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, através da captação de recursos de curto prazo, por meio da emissão de notas promissórias com o Banco do Brasil S.A. Em 2 de abril de 2013, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$263.700, na modalidade empréstimo ponte de curto prazo, que serão destinados para as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano. A Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES e aguarda os trâmites de aprovação.

SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R$/MWh)	Índice de reajuste	Mês de reajuste	Mês e ano do início	Prazo (em anos)
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica IV	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica V	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	31.03.2013					
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	6,49%	5.340	24.388	105.762	506.222	791.155
Debêntures	8,98%	-	18.054	19.141	243.059	391.527
Total	7,28%	5.340	42.443	124.903	749.281	1.182.682

	Consolidado					
	31.03.2013					
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	7,57%	20.270	366.104	421.136	1.544.928	2.139.669
Debêntures	7,58%	7.900	29.753	39.175	533.911	1.214.968
Total	7,57%	28.170	395.857	460.311	2.078.839	3.354.637

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum da Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas). Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores de renome que possuem expertise do mercado e nos dão um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegralização do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações com valores acima de R$ 2.500 são aprovadas nas reuniões quinzenais de diretoria, e por sua vez registradas em atas e resoluções de diretoria.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 31/03/2013
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	2.493.163
Responsabilidade Civil	Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	85.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	511
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	69.864
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	197.324
Total		2.845.862

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Até 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Pagamento Ano - 2013	Indice Reajuste
Eólica Santa Clara	5	mar-08	2.079	28 anos	112,1	IGP-M
Eólica Bons Ventos	9	set-06	437	28 anos	222,0	IGP-M
Eólica Canoa Quebrada	9	jan-07	220	20 anos	222,0	IGP-M
Eólica Enacel	9	ago-08	341	22 anos	115,0	IGP-M
Eólica Formosa	9	out-01	1.094	28 anos	376,0	IGP-M
Eólica Icaraizinho	9	mar-02	423	28 anos	218,0	IGP-M
Eólica Paracuru	9	dez-01	107	28 anos	133,0	IGP-M
Eólica Taíba	9	nov-03	53	25 anos	73,0	IGP-M
Pontal das Falésias	4	mai-09	571	25 anos	15	IGP-M
Projeto Bitupitá	6	nov-08	597	28 anos	61,0	IGP-M
Projeto Curral Velho	7	dez-08	1.178	28 anos	-	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	11	out-08	3.300	37 anos	118,8	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	10	abr-08	3.196	37 anos	78,6	IGP-M
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	13,0	IPCA
Projeto EOL Royalle	5	nov-10	701	25 anos	18,5	-
Projeto EOL Royalle Expansão	5	nov-10	3.000	25 anos	-	-
Projeto EOL Serra do Cabral	12	dez-10	3.365	35 anos	-	-
Projeto EOL Viçosa	5	nov-08	1.199	30 anos	20,4	IPCA
Projeto Pé de Serra	5	jul-11	2.974	35 anos	77,5	IPCA
Projeto Pedra Cheirosa	7	mai-09	809	28 anos	0,0	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	8	mai-09	2.494	28 anos	420,0	IGP-M
Projeto Serra do Angelim	5	jul-11	2.663	35 anos	55,1	IPCA
Projeto Tapuia	5	nov-11	1.166	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Olhos Dágua	11	abr-12	1.271	35 anos	1,5	IPCA
Projeto EOL Rodoleiro	11	abr-12	853	35 anos	10,2	IPCA
Projeto EOL Sacratruz	11	ago-12	871	35 anos	3,9	IPCA
Projeto EOL Palmeiras	11	jul-12	417	35 anos	1,9	IPCA
Projeto EOL Farroupilha	11	mai-12	303	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Canguçu	15	set-12	1.528	35 anos	4,6	IPCA
Projeto EOL Cerquinha	11	set-12	680	35 anos	2,0	IPCA
Projeto EOL Cristais	14	out-12	4.072	35 anos	4,1	IPCA
Projeto EOL Dourados	11	out-12	1.820	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Esplanada	11	out-12	1.900	35 anos	1,9	IPCA
Projeto EOL Estância	11	nov-12	960	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Maturcia	15	set-12	374	35 anos	1,1	IPCA
Projeto EOL Oasis	11	out-12	438	35 anos	0,9	IPCA
Projeto EOL Planalto	16	nov-12	2.496	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Jussara	11	out-12	5.050	35 anos	10,1	IPCA
Projeto EOL Paraíso	11	set-12	330	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL São Joaquim	11	out-12	107	35 anos	0,2	IPCA
Projeto EOL São Nicolau	11	ago-12	645	35 anos	3,9	IPCA
Projeto EOL Tarumã	11	set-12	2.122	35 anos	6,4	IPCA
Projeto EOL Sossego	14	out-12	1.500	35 anos	1,5	IPCA
Projeto EOL Sucesso	11	out-12	1.101	35 anos	2,2	IPCA
Projeto EOL Ventania	11	abr-12	1.712	35 anos	21,0	IPCA
Projeto EOL Santana	11	nov-12	1.560	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Taipa	11	jun-12	1.525	35 anos	10,7	IPCA
Projeto EOL Tangará	17	set-12	4.596	35 anos	5,5	IPCA
EOL Atlântica V	11	jan-11	2.314	35 anos	0,0	IGP-M
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	5,2	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Farol de Touros	2	mai-09	433	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	19,7	IGP-M

Observações (valores expressos em reais - R$):

1. Pagará de R$27.272,73 a R$32.727,27 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;

2. A partir da assinatura do contrato R$36.500,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;
3. A partir da assinatura do contrato R$ 11.000,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual;
4. Pagamento somente a partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal;
5. Na 1ª e 2ª fase paga-se R$ 2,0/ha mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal;
6. A partir da assinatura do contrato R$ 18.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal;
7. A partir da entrada em operação R$ 1.000,00 por aerogerador instalado mensal;
8. A partir da assinatura do contrato R$ 35.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal;
9. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta;
10. Pagamento de R$ 3,0 por há na fase pré operacional e 0,85% da receita após operação;
11. Pagamento de R$ 2,0 por há na fase pré operacional e 0,85% da receita após operação;
12. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e de 2012. A partir da entrada em operação R$ 2.500,00 a R$ 14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade;
13. Pagamento de R$ 1,2 por há na fase pré operacional e 1,5% da receita após operação;
14. Pagamento de R$ 1,0 por há na fase pré operacional e 1% da receita após operação
15. Pagamento de R$ 1,5 por há na fase pré operacional e 1,5 % da receita após operação;
16. Pagamento de R$ 2,5 por há na fase pré operacional e 1,5 % da receita após operação;
17. Pagamento de R$ 1,2 por há na fase pré operacional e 0,7 % da receita após operação;

Segue abaixo o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

	Consolidado		
Vencimento	Fixo	Variável	Total
2013	518	8.173	8.691
2014	428	10.064	10.492
2015	479	12.685	13.164
2016	583	14.683	15.266
2017	583	13.804	14.387
2018 a 2022	-	68.668	68.668
2023 a 2027	-	68.549	68.549
2028 a 2032	-	59.712	59.712
2033 a 2037	-	39.067	39.067
2038 a 2042	-	30.455	30.455
2043 a 2047	-	23.269	23.269
	2.591	349.129	351.720

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R$4.308 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

28.3. Compromisso de compra e venda de energia (grupo CPFL)

A Companhia firmou compromisso com a CPFL Comercialização Brasil referente a compra de energia.

Segue abaixo o cronograma dos compromissos de compra de energia:

Compromisso de compra de energia para o ano de 2013	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
Montante em MWh	22.028	24.388	24.388	8.858	9.142	88.804
Montante em R$	2.643	2.927	2.927	1.063	1.097	10.657

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em Julho de 2012, a Sociedade firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual

que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 31 de março de 2013, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R$110, registrado na conta de Obrigações trabalhistas. A despesa registrada no exercício findo em 31 de março de 2013 foi de R$296.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos ativos	-	(9.001)	-	(9.001)
Investimento	-	6.528	-	6.243
Imobilizado	-	-	-	-
Direitos de autorização	-	26.473	-	26.473
Outros	-	-	-	285
Total	-	24.000	-	24.000
Preço de aquisição a pagar	-	(24.000)	-	(24.000)
Contrapartida paga	-	(24.000)	-	(24.000)
Outras transações:				
Reversão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	1.961
Reversão de provisão de dividendos a receber	3.593	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados	-	7.940	8.770	7.940
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	10.829	-
Reclassificação entre impostos diferidos e impostos correntes	-	-	495	-

31. LEI 12.783(MP Nº 579/2012)- RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

Em 11 de setembro de 2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei 12.783 em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Em uma análise efetuada pela Administração da Companhia, esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Companhia em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Companhia o mesmo tratamento dado àquelas objeto da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 23 de abril de 2013.

- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1.981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Telefone: (11) 5186-1000
Fac-símile: (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. e controladas ("CPFL Renováveis" ou "Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação de investimento em controladas nas demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2011 para contemplar algumas reclassificações. Essas reclassificações não afetam o resultado do exercício e o saldo do patrimônio líquido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

2012-2745

© 2013 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/12	Controladora 31/12/11 Reapresentado	Consolidado 31/12/12	Consolidado 31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.122	211.732	640.085	651.573
Títulos e valores mobiliários	6.1	-	-	2.161	1.853
Contas a receber de clientes	7	5.248	292	170.898	74.432
Despesa antecipada de projetos		-	1.050	-	1.050
Adiantamentos a fornecedores		5.644	7.536	11.070	20.570
Impostos a recuperar	8	6.783	9.932	53.317	47.375
Outros créditos		1.165	306	10.675	12.682
Total do circulante		93.962	230.848	888.206	809.535
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	20	65	-	201	24
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	121.431	72.056
Outros créditos	9	1.764	2.271	87.311	90.031
Impostos diferidos	25.2	-	-	11.491	7.332
Impostos a recuperar	8	3.128	-	38.033	47.419
Partes relacionadas	10	10.604	1.075	3.401	-
Investimentos	11	4.636.058	3.697.228	-	-
Imobilizado	12	12.450	6.358	4.634.346	3.118.457
Intangível	13	9.017	3.965	3.022.243	2.331.486
Total do não circulante		4.673.086	3.710.897	7.918.457	5.666.805
TOTAL DO ATIVO		4.767.048	3.941.745	8.806.663	6.476.340

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/12	Controladora 31/12/11 Reapresentado	Consolidado 31/12/12	Consolidado 31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	9.333	1.761	76.137	57.495
Empréstimos e financiamentos	15	77.235	31.726	713.916	118.835
Debêntures	16	3.761	-	39.017	30.569
Partes relacionadas	10	12.810	-	-	-
Dividendos a pagar		-	-	4.000	4.417
Contas a pagar de aquisições	17	11.369	21.694	11.369	174.136
Obrigações trabalhistas		4.730	11.005	4.772	11.005
Obrigações tributárias		1.959	943	44.322	22.468
Adiantamentos de clientes	18	-	-	14.584	68.053
Provisão para custos socioambientais	19	-	-	9.278	3.844
Outros passivos		5.608	4.967	19.907	31.723
Total do circulante		126.805	72.096	937.302	522.545
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	-	-	4.467	-
Empréstimos e financiamentos	15	911.265	582.103	2.485.085	1.356.308
Debêntures	16	426.921	-	1.080.940	486.241
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	19	-	-	46.217	79.281
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	20	852	-	24.861	14.974
Impostos diferidos	25.2	-	-	926.099	728.780
Provisão para perda de investimentos	11	9.896	-	-	-
Outros passivos		575	606	575	1.271
Total do não circulante		1.349.509	582.709	4.568.244	2.666.855
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital integralizado		2.675.731	2.675.731	2.675.731	2.675.731
Reservas de capital		528.988	533.756	528.988	533.756
Reservas de lucros		32.663	21.565	32.663	21.565
Ajuste de avaliação patrimonial		53.352	55.888	53.352	55.888
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.290.734	3.286.940	3.290.734	3.286.940
Participação de não controladores		-	-	10.383	-
Total do patrimônio líquido		3.290.734	3.286.940	3.301.117	3.286.940
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.767.048	3.941.745	8.806.663	6.476.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011 (1) Reapresentado	2012	2011 (1) Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	28.887	7.843	806.420	171.854
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	23	(22.719)	(5.463)	(387.815)	(45.692)
LUCRO BRUTO		6.168	2.380	418.605	126.162
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	23	(71.047)	(64.897)	(84.467)	(54.384)
Remuneração dos administradores	10 e 23	(5.992)	(6.045)	(5.992)	(6.045)
Depreciação e amortização	12	(2.001)	(2.726)	(2.001)	(308)
Resultado de equivalência patrimonial	11	131.257	123.854	-	-
Amortização do direito de exploração	11 e 13	-	-	(111.006)	(18.773)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1	45	-	614
Total		52.218	50.231	(203.466)	(78.896)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		58.386	52.611	215.139	47.266
Receitas financeiras	24	13.207	24.205	56.461	57.036
Despesas financeiras	24	(63.302)	(8.150)	(254.084)	(34.798)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.291	68.666	17.516	69.504
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	-	(548)	(36.226)	(5.700)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	-	-	26.971	7.133
LUCRO LÍQUIDO		8.291	68.118	8.261	70.937
Atribuível aos acionistas da controladora		8.291	68.118	8.291	70.937
Atribuível a participações não controladoras		-	-	(30)	-
Lucro por ação:					
Básico de acordo com os valores determinados pela legislação societária (R$ por ação)		0,02	0,30	0,02	0,30
Diluído de acordo com CPC/IFRS (R$ por ação)		(0,05)	0,30	(0,05)	0,30

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Companhia e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das informações contábeis da Companhia após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011 (1)	2012	2011 (1)
LUCRO LÍQUIDO	8.291	68.118	8.261	70.937
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	8.291	68.118	8.261	70.937

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Companhia e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das demonstrações de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

		Reservas de capital			Reservas de lucros								
	Capital integralizado	Debêntures conversíveis	Bônus de subscrição	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Pagamento baseado em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	874.695	56.378	2	-	-	-	-	-	-	(48.464)	882.611	-	882.611
Lucro do período de sete meses antes da reestruturação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.738	2.738	-	2.738
SALDOS EM 31 DE JULHO DE 2011 ANTES DA REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA	874.695	56.378	2	-	-	-	-	-	-	(45.726)	885.349	-	885.349
Integralização de capital em agosto de 2011 (Nota 1.1)	923.855	-	-	533.756	-	-	-	-	56.973	-	1.514.584	-	1.514.584
Integralização de capital em agosto de 2011, por conversão de debêntures em capital (Nota 1.1)	56.378	(56.378)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital em dezembro de 2011 (Nota 1.3)	820.803	-	-	-	-	-	-	-	-	-	820.803	-	820.803
Ajuste de integralização de capital dos acionistas não controladores	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	826	-	-	826	-	826
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.380	65.380	-	65.380
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.085)	1.085	-	-	-
Proposta da Administração:													
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	1.037	-	-	-	-	(1.037)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	4.925	-	-	-	(4.925)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	14.777	-	-	(14.777)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.675.731	-	-	533.756	1.037	4.925	14.777	826	55.888	-	3.286.940	-	3.286.940
Integralização de capital social de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.563	3.563
Ajuste no ágio na subscrição de ações não controladores	-	-	-	(6.850)	-	-	-	-	-	-	(6.850)	6.850	-
Ajuste no ágio na subscrição de ações	-	-	-	2.082	-	-	-	-	-	-	2.082	-	2.082
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.536)	2.536	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.291	8.291	(30)	8.261
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	271	-	-	271	-	271
Proposta da Administração:													
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	541	-	-	-	-	(541)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	2.571	-	-	-	(2.571)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	7.715	-	-	(7.715)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.675.731	-	-	528.988	1.578	7.496	22.492	1.097	53.352	-	3.290.734	10.383	3.301.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011 (1) Reapresentado	2012	2011 (1) Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido	8.291	68.118	8.261	70.937
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.001	2.726	289.373	41.074
Baixa de ativo imobilizado	1.034	95	7.815	175
Equivalência patrimonial	(131.258)	(123.854)	-	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	927	-	79	765
Provisão para risco socioambiental e desmobilização	-	-	4.178	-
Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	271	826	271	826
Provisão para perdas - Baldin Bioenergia S.A.	-	-	13.838	-
Impostos diferidos	-	-	(26.971)	(7.133)
Atualização monetária	1.532	-	1.537	-
Amortização de custo de captação	594	-	2.095	-
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	62.971	4.858	228.461	29.259
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(4.956)	216	(80.234)	(45.832)
Outros valores a receber	698	(1.408)	3.968	(106.590)
Impostos a recuperar	21	(4.783)	3.556	(9.731)
Adiantamento a fornecedores	1.892	(1.589)	9.500	(13.160)
Dividendos recebidos	122.141	-	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	7.572	1.617	2.807	2.791
Adiantamento de clientes	-	-	(71.902)	9.369
Obrigações tributárias	1.016	(352)	33.936	23.118
Obrigações trabalhistas	(6.275)	7.226	(10.809)	5.956
Pagamento dos custos socioambientais	-	-	(2.709)	-
Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	(119)	-	(241)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(548)	(15.464)	(3.420)
Outros passivos	424	(4.445)	(12.724)	14.433
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	68.777	(51.297)	388.621	12.837
Juros pagos	(37.445)	(363)	(154.544)	(14.233)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	31.332	(51.660)	234.077	(1.396)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	(78.178)	(816.555)	(706.186)	(816.510)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	(19.785)	(48.608)	(172.476)	(48.608)
Aumento de capital em controladas	(819.872)	(608.832)	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(308)	(1.853)
Aplicações financeiras vinculadas	-	2.161	(10.623)	(2.042)
Aquisição de imobilizado	(7.812)	(3.624)	(992.879)	(469.844)
Depósitos judiciais	(65)	-	(177)	(24)
Aquisições de intangível	(6.367)	(6.245)	(24.258)	-
Caixa e equivalente de caixa recebidos na incorporação	-	37.307	-	387.051
Partes relacionadas	3.281	3.464	-	1.410
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(928.798)	(1.440.932)	(1.906.907)	(950.420)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	788.385	300.688	1.907.743	349.402
Pagamento de financiamentos	(27.529)	(1.537)	(245.984)	(45.950)
Aumento de capital	-	1.205.000	-	1.299.937
Dividendos pagos	-	-	(417)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	760.856	1.504.151	1.661.342	1.603.389
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(136.610)	11.559	(11.488)	651.573
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	211.732	200.173	651.573	-
No fim do período	75.122	211.732	640.085	651.573
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(136.610)	11.559	(11.488)	651.573

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Companhia e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011 (1)	2012	2011 (1)
RECEITAS				
Vendas de energia	31.832	8.624	860.948	180.971
Receitas relativas à construção de ativos próprios	7.812	3.622	1.058.935	1.201.514
	39.644	12.246	1.919.883	1.382.485
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)				
Custos de compra de energia e encargos de transmissão	(22.719)	(5.463)	(112.010)	(15.559)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(35.630)	(29.926)	(117.971)	(40.140)
Outros custos operacionais	(2.272)	(6.126)	(17.586)	(6.902)
Construção de ativos próprios	(7.812)	(3.622)	(1.058.935)	(1.201.514)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(28.789)	(32.891)	613.381	118.370
Depreciação e amortização	(2.001)	(2.726)	(289.372)	(37.381)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	(30.790)	(35.617)	324.009	80.989
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	131.257	123.854	-	-
Receitas financeiras	13.207	24.205	56.461	57.036
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	113.674	112.442	380.470	138.025
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(113.674)	(112.442)	(380.470)	(138.025)
Remuneração direta	(23.319)	(24.207)	(23.652)	(18.134)
Benefícios	(3.586)	(2.969)	(3.586)	(2.410)
Impostos, taxas e contribuições	(7.540)	(115)	(7.540)	(2.255)
FGTS	(2.863)	(1.255)	(2.863)	(719)
Empregados	(37.308)	(28.546)	(37.641)	(23.518)
Federais	(2.944)	(5.204)	(63.783)	(5.974)
Municipais	(54)	(182)	(1.296)	(1.430)
Tributos	(2.998)	(5.386)	(65.079)	(7.404)
Juros	(63.302)	(8.150)	(254.084)	(34.798)
Aluguéis/condomínios	(1.775)	(2.289)	(1.775)	(1.406)
Outras	-	47	(13.630)	38
Remuneração de capitais de terceiros	(65.077)	(10.392)	(269.489)	(36.166)
Lucros retidos/lucro líquido	8.291	68.118	8.261	70.937

(1) Ver Nota 1.1 para descrição do processo de reestruturação societária da Companhia e a Nota 1.2 para a descrição de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia após este processo de reestruturação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.

b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.

c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar conforme descrito nas notas explicativas nº 1.9 a nº 1.12.

1.1. Reestruturação societária da Companhia - 2011

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, ativos e projetos de energia renovável, que incluem parques eólicos, usinas termelétricas movidas à biomassa e PCHs, com a sociedade anteriormente denominada "ERSA - Energias Renováveis S.A." ou "ERSA" e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Renováveis.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos (CPFL e ERSA) no setor de energias renováveis e, dessa forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passaram a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/11, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, está resumida nas seguintes etapas:

Etapa 1

A CPFL Geração segregou ativos e passivos relacionados às PCHs que compunham diretamente o seu patrimônio e os contribuiu ao capital de três Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que por sua vez estavam sob controle direto da CPFL Geração, a saber: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini"); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay").

Etapa 2

A CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme descrito na Etapa 1.

Etapa 3

A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA. Como resultado desta Etapa, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSA.

Em 18 de julho de 2011, os acionistas da CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as Etapas 1 e 2 acima descritas. Em 22 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da CPFL Geração e CPFL Brasil e, em 24 de agosto de 2011, os acionistas e o Conselho de Administração da ERSA aprovaram a Etapa 3, passando a ERSA a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A., de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias e objeto de Fato Relevante divulgado em 24 de agosto de 2011.

Etapa 4

Com a emissão de novas ações da ERSA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente, 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%), em agosto de 2011.

Em decorrência da contribuição da SMITA para a ERSA, conforme descrito na Etapa 3, o patrimônio líquido da ERSA sofreu um aumento de R$1.514.584, o qual reflete o valor justo da SMITA na data da transação, incluído de um aporte de capital de R$384.197 em espécie, realizado pela CPFL Geração e CPFL Brasil em agosto de 2011.

Esse aumento no patrimônio líquido da ERSA foi contabilizado da seguinte forma: (a) R$923.855 como aumento de capital, o que reflete o valor nominal das ações emitidas pela ERSA; (b) ajuste de avaliação patrimonial no montante de R$56.973, líquido dos efeitos tributários, que se refere ao custo atribuído ao ativo imobilizado das PCHs da CPFL Geração à época da adoção inicial das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), e que foi transferido à ERSA; e (c) R$533.756 como ágio na subscrição de ações, o qual se refere à diferença entre o valor nominal contábil e o valor justo dos ativos da própria ERSA.

A relação de substituição entre as ações da ERSA e as ações da SMITA foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da SMITA e da ERSA. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da ERSA e da SMITA, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias. Adicionalmente, a relação de substituição foi objeto de revisão e "fairness opinion", preparado por instituição financeira independente e emitido em 23 de agosto de 2011.

A ERSA emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, que conferem iguais direitos em relação àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSA anteriormente existentes.

A reestruturação descrita anteriormente resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na "forma", tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% das ações ordinárias com poder de voto na ERSA, passando a controlar de fato esta sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSA foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSA de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R$1.113.544; (b) reversão do saldo do intangível ("goodwill") no montante de R$200.052; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R$378.607; e (d) outros passivos circulantes no montante de R$1.129. Isso perfaz o valor de R$533.756, registrado como "reserva de capital - ágio na subscrição de ações" no patrimônio líquido da Companhia, em agosto de 2011, conforme explicado mais acima nesta nota.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas são tributadas pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente da apuração de ganho de capital.

Uma vez tendo sido concluído o processo de reestruturação societária descrito nesta nota, a ERSA (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia").

Os impactos da reestruturação societária descrita nesta nota, tomando-se como base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSA levantados em 31 de julho de 2011, e assumindo-se que a reestruturação societária tivesse sido completada naquela data, são como segue:

Controladora

	SMITA	ERSA	Subtotal	Valor justo dos ativos de ERSA	CPFL Renováveis
Ativo					
Ativo circulante	38.170	484.899	523.069	-	523.069
Ativo não circulante:					
Imobilizado	-	4.516	4.516	-	4.516
Investimento	854.933	438.915	1.293.848	696.199	1.990.047
Intangível - goodwill	-	162.408	162.408	(162.408)	-
Outros	-	196.140	196.140	-	196.140
Total ativo não circulante	854.933	801.979	1.656.912	533.791	2.190.703
Total do ativo	893.103	1.286.878	2.179.981	533.791	2.713.772
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	11.323	12.696	24.019	-	24.019
Passivo não circulante	285.149	4.636	289.785	35	289.820
Patrimônio líquido	596.631	1.269.546	1.866.177	533.756	2.399.933
Total do passivo e patrimônio líquido	893.103	1.286.878	2.179.981	533.791	2.713.772

Consolidado

	SMITA	ERSA	Subtotal	Valor justo dos ativos de ERSA	CPFL Renováveis
Ativo					
Ativo circulante	203.575	703.005	906.580	-	906.580
Ativo não circulante:					
Imobilizado	760.260	956.444	1.716.704	-	1.716.704
Intangível - direito de concessão	44.600	32.916	77.516	1.113.544	1.191.060
Intangível - goodwill	-	200.052	200.052	(200.052)	-
Outros	70.830	12	70.842	-	70.842
Total ativo não circulante	875.690	1.189.424	2.065.114	913.492	2.978.606
Total do ativo	1.079.265	1.892.429	2.971.694	913.492	3.885.186
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	82.466	79.205	161.671	1.129	162.800
Passivo não circulante	400.168	543.678	943.846	378.607	1.322.453
Patrimônio líquido	596.631	1.269.546	1.866.177	533.756	2.399.933
Total do passivo e patrimônio líquido	1.079.265	1.892.429	2.971.694	913.492	3.885.186

1.2. Apresentação das demonstrações financeiras após associação ERSA/CPFL

a) As demonstrações financeiras consolidadas de 2011 e 2012 foram preparadas e estão sendo apresentadas sob o nome da adquirente legal (CPFL Renováveis), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente econômica (SMITA) de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), parágrafo B21.

1) Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis refletem:

- Ativos e passivos da adquirente econômica (SMITA) pelos seus valores de livros contábeis (valor contábil) pré-combinação.

- Ativos e passivos da adquirida econômica (ERSA), mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação, 24 de agosto de 2011.

- A estrutura de capital apresentada nas demonstrações financeiras da CPFL Renováveis reflete o capital social de ERSA antes da reestruturação societária, acrescido dos efeitos de aumento de capital em virtude da emissão de ações e incorporação da SMITA, conforme detalhado anteriormente.

2) Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis para o período comparativo devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3 de janeiro de 2011 e não realizou transações econômicas no primeiro semestre de 2011 e, consequentemente, não possui informações para fins de comparação. Somente a partir do 3º trimestre de 2012, as demonstrações financeiras passaram a ser comparativas.

b) Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis de 2012, foi considerado o que prescreve o CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, parágrafo 8, que prevê que a entidade deve transpor, para suas demonstrações financeiras individuais, todos os ajustes para obter o mesmo patrimônio líquido em ambos os balanços patrimoniais, consolidados e individuais. Foi também considerada a interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo; nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controlada. Sendo assim:

1) As demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis refletem:

- Ativos e passivos de SMITA pelos seus valores de livro (valor contábil) pré-combinação.

- Ativos e passivos de ERSA, mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação. Consequentemente, o patrimônio líquido de ambos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) reconcilia para o mesmo valor.

1.3. Aquisição da Jantus SL - 2011

Em 7 de abril de 2011, a CPFL Energia, por meio de sua controlada CPFL Comercialização Brasil S.A., celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das cotas do capital social da Jantus SL ("Jantus"), empresa sediada na Espanha. Em 21 de setembro de 2011, a CPFL Brasil cedeu o Contrato de Compra e Venda para a CPFL Renováveis. Em 20 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Jantus, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento").

Assim sendo, através da aquisição das cotas, concluída em 21 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis adquiriu, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF e da SIIF Desenvolvimento, com um total de quatro parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

O preço total de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda foi de R$1.517.209, correspondente à: (a) o valor de R$841.768, desembolsado da seguinte forma: (i) R$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores; mais (ii) o equivalente em euros à R$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da Jantus para quitação de determinadas obrigações perante terceiros; e (iii) R$18.432 referente a complemento de ajuste de preço; e (b) a assunção de dívida líquida no valor de R$675.441.

Para implementar a referida transação, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações; dessa forma, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%) em dezembro de 2011.

A CPFL Renováveis emitiu 385.268.687 novas ações ordinárias em nome da CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos em relação àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da CPFL Renováveis anteriormente existentes.

1.4. Aquisição da Santa Luzia Energética S.A. - 2011

Em 17 de agosto de 2011, a CPFL Renováveis divulgou em Fato Relevante a aquisição da totalidade das ações representativas de 100% do capital social votante e total da Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia"), que possui uma PCH em operação no Estado de Santa Catarina, com potência instalada de 28,5 MW e energia assegurada de 18,4 MW médios (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia concluiu a aquisição da Santa Luzia, tendo sido a transação liquidada em 4 de janeiro de 2012. O valor pago pela Santa Luzia Energética foi de R$151.534. A transferência do controle da Santa Luzia para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$908.

1.5. Aquisição do Complexo Eólico Atlântica - 2012

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2012 (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

O valor de R$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012: (i) valor principal R$24.000; e (ii) complemento de preço R$528.

1.6. Aquisição da BVP S.A. - 2012

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R$445.124 pago aos vendedores; (ii) assunção de dívida líquida no valor R$439.191; e (iii) R$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$83.428.

A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme divulgado em fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

1.7. Aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas) - 2012.

Em 09 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R$111.500, sendo R$55.244 pagos em caixa aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R$56.256.

A transferência de controle da SPE Lacenas para a Companhia foi aprovada pela ANEEL em 2 de outubro de 2012, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 14 de agosto de 2012.

1.8. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Jantus, Santa Luzia, Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas.

a) Contrapartidas transferidas (pagas)

	Jantus 21.12.11	Santa Luzia 29.12.11	Complexo Atlântica 26.03.12	BVP 19.06.12	Lacenas 18.10.12
Contraprestações transferidas em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:					
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	468.916	-	24.000	445.124	53.836
Contas a pagar aos acionistas	-	151.534	-	-	1.408
Caixa transferido diretamente para a Jantus e BVP para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	354.420	-	-	127.548	-
Ajuste de preço paga aos vendedores de acordo com cláusula contratual	18.432	908	528	83.428	-
Total da contraprestação transferida (paga)	841.768	152.442	24.528	656.100	55.244

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Para as aquisições da Jantus, Santa Luzia, Complexo Eólico Atlântica e BVP a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado para ágio nestas transações.

A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro e por análises conduzidas pela própria Administração.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização inicial da aquisição do Complexo Eólico Atlântica em 29 de fevereiro de 2012, BVP em 31 de maio de 2012 foram concluídas. A contabilização da aquisição da Lacenas em 30 de setembro de 2012 encontra-se provisoriamente registrada em 31 de dezembro de 2012, com base na melhor estimativa da Administração, sendo que na data da conclusão destas demonstrações financeiras, a avaliação da mensuração dos ativos intangíveis não tinha sido finalizada.

	Jantus 21.12.11	Santa Luzia 29.12.11	Complexo Atlântica 26.03.12	BVP 19.06.12	Lacenas 18.10.12
Ativos circulantes:					
Caixa e equivalentes de caixa	6.781	45	186	28.092	-
Contas a receber de clientes	17.426	3.065	-	16.232	-
Impostos a recuperar	49.241	-	-	5.116	-
Despesas antecipadas	1.877	709	121	848	-
Outros créditos	3.653	147	37	1.023	-
Ativos não circulantes:					
Aplicações financeiras vinculadas	35.743	2.930	-	38.752	-
Impostos diferidos	103.725	-	-	57.121	-
Outros créditos	14.801	-	-	10.000	-
Imobilizado	715.864	237.307	23.007	571.495	100.591
Intangível	4.403	-	-	-	-
Intangível - Direito de exploração	1.030.855	88.167	1.873	760.029	17.862
Passivos circulantes:					
Fornecedores	47.425	4.114	54	14.430	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	80.731	11.413	-	39.324	7.418
Obrigações tributárias e trabalhistas	4.427	622	5	4.571	-
Adiantamentos de clientes	54.047	-	-	17.553	880
Outros passivos	4.774	1.630	-	603	-
Passivos não circulantes:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	565.158	124.590	-	461.126	48.838
Fornecedores	-	-	-	5.818	-
Impostos diferidos	15.141	-	-	16.629	-
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	350.491	29.977	637	258.410	6.073
Provisões para desmobilização de ativos e compromissos socioambientais	15.770	7.582	-	14.144	-
Adiantamento de clientes	4.637	-	-	-	-
Ativos líquidos adquiridos	841.768	152.442	24.528	656.100	55.244
Contrapartida transferida	841.768	152.442	24.528	656.100	55.244

No processo de alocação do preço de aquisição, foi identificado o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada, estando este ativo suportado por laudo de avaliação econômico-financeira. Esses valores ajustados por efeitos tributários serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método da linha reta, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas, sendo o prazo médio estimado em 21 anos para a Jantus, 29 anos para a Santa Luzia, 23 anos para o Complexo Eólico Atlântica, 21 anos para a BVP e 20 anos para Lacenas (Usina Ester).

c) Saída de caixa líquido na aquisição das controladas

	Jantus	Santa Luzia	Complexo Atlântica	BVP	Lacenas
	21.12.11	29.12.11	26.03.12	19.06.12	18.10.12
Contrapartidas pagas em caixa	841.768	152.442	24.528	656.100	53.836
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(6.781)	(45)	(186)	(28.092)	-
Caixa líquido de aquisição	834.987	152.397	24.342	628.008	53.836

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido das empresas adquiridas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas no ano da aquisição:

		Receita Operacional Líquida		Lucro (prejuízo) Líquido	
		2012	2011	2012	2011
Atlântica	01/03/2012 a 31/12/2012	-	-	(2.803)	-
BVP	01/06/2012 a 31/12/2012	49.600	-	22.970	-
Jantus	01/12/2011 a 31/12/2011	-	22.300	-	24.300
Lacenas	01/10/2012 a 31/12/2012	6.793	-	849	-
		56.393	22.300	21.016	24.300

e) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional liquida e lucro líquido do exercício caso as aquisições tivessem ocorrido no início do exercício.

	Receita Operacional Líquida		Lucro (prejuízo) Líquido	
	2011	2012	2011	2012
CPFL Renováveis - Historico	171.854	806.420	70.937	8.261
Ajuste pro forma	150.262	68.759	(58.786)	(20.290)
Total	322.116	875.179	12.151	(12.029)

As aquisições de Jantus e Santa Luzia foram concluídas em 2011. Desta maneira, os impactos destas operações já foram integralmente considerados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de conclusão em julho de 2013) foi concluída em 26 de março de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29 de fevereiro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 10 (dez) meses de operações dessa controlada.

A aquisição da BVP foi concluída em 19 de junho de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31 de maio de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 7 (sete) meses de operação dessa controlada.

A aquisição de Lacenas foi concluída em 18 de outubro de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30 de setembro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 3 (três) meses de operação dessa controlada.

1.9. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

PCHs	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)**
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Buritis	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	19,0
Esmeril	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paiol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes ****	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					418,2

* Resolução autorizatiza em processo de obtenção.
** Informação não auditada pelos auditores independentes
*** Potenciais hidraulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.
**** A SPE Salto Góes entrou em operação comercial em 28 de dezembro de 2012 conforme despacho n. 4.139 da ANEEL.
(1) - Operação
(2) - Construção
(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura.

1.10. Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Projetos Eólicos	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)**
Atlântica I	2	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	2	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	2	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	2	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	3	Em andamento *	-	-	28,0
Campos dos Ventos II	2	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	3	Em andamento *	-	-	28,0
Campos dos Ventos V	3	Em andamento *	-	-	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Costa Branca	2	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho	3	Em andamento *	-	-	122,4
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	30 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Gameleiras	3	Em andamento *	-	-	18,4
Icaraizinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	37,8
Pedra Preta	2	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias	3	Em andamento *	-	-	37,8
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá	3	Em andamento *	-	-	63,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Port.609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Port.683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Port.610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Port.672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Port.838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Port.670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	3	Em andamento *	-	-	30,0
Santa Úrsula	3	Em andamento *	-	-	28,0
São Benedito	3	Em andamento *	-	-	29,9
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Dimas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Ventos de São Martinho	3	Em andamento *	-	-	29,9
Total					1.581,8

* Resolução autorizatiza em processo de obtenção.
** Informação não auditada pelos auditores independentes
(1) - Operação
(2) - Construção
(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura.

1.11. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

Projeto Biomassa	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)*
Alvorada	2	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baia Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	35 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	2	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					370,0

* Informação não auditada pelos auditores independentes
(1) - Operação
(2) - Construção

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da sua assinatura.

1.12. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

Projeto Solar	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)*
Solar 1	1	Of.ANEEL n°961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,0
Total					1,0

* Informação não auditada pelos auditores independentes
**Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga,devendo apenas ser registrado na ANEEL.
(1) - Operação

1.13. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (63,00%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor - LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,23%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%) e outros - pessoas físicas (1,00%).

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao direito de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Sociedade; direito de preferência em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações; direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de "tag along" e de preferência; e Oferta Pública Inicial, ou outras capitalizações futuras da Sociedade.

Além disso, o Acordo de Acionistas prevê que determinados temas relevantes sejam aprovados por quórum qualificado em Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

1.14. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e hidrelétrica).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

- As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

- As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Impostos diferidos (nota explicativa nº 25).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).

- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2).

- Outros créditos não circulantes - saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (nota explicativa nº 9).

2.6. Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo 31 de dezembro de 2011

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e concluiu pela necessidade de sua reapresentação, conforme prevê o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

As reclassificações não produziram efeitos no lucro líquido e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como também não produziram efeitos nos períodos anteriores a 1º de janeiro de 2011.

As reclassificações efetuadas estão resumidas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	Controladora				Consolidado		
	Publicado	Reclassificações		Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
ATIVO	31/12/11	Ref. 1	Ref. 1	31/12/11	31/12/11	Ref. 2	31/12/11
CIRCULANTE							
Total do circulante	230.848	-	-	230.848	809.535	-	809.535
NÃO CIRCULANTE							
Depósitos judiciais	-			-	24		24
Aplicações financeiras vinculadas	-			-	72.056		72.056
Outros créditos	2.271			2.271	90.031		90.031
Impostos diferidos	-			-	76.526	(69.194)	7.332
Impostos a recuperar	-			-	47.419		47.419
Partes relacionadas	194.228	(193.153)		1.075	-		-
Investimentos	2.132.320	1.912.922	(348.014)	3.697.228	-		-
Imobilizado	6.358			6.358	3.118.457		3.118.457
Intangível	1.723.734	(1.719.769)		3.965	2.331.486		2.331.486
Total do não circulante	4.058.911	-	(348.014)	3.710.897	5.735.999	(69.194)	5.666.805
TOTAL DO ATIVO	4.289.759	-	(348.014)	3.941.745	6.545.534	(69.194)	6.476.340

	Controladora				Consolidado		
	Publicado	Reclassificações		Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/11	Ref. 1	Ref. 1	31/12/11	31/12/11	Ref. 2	31/12/11
CIRCULANTE							
Total do circulante	72.096	-	-	72.096	522.545	-	522.545
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	582.103			582.103	1.356.308		1.356.308
Debêntures	-			-	486.241		486.241
Provisão para custos sócioambientais e desmobilização	-			-	79.281		79.281
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-			-	14.974		14.974
Impostos diferidos	348.014		(348.014)	-	797.974	(69.194)	728.780
Outros passivos	606			606	1.271		1.271
Total do não circulante	930.723	-	(348.014)	582.709	2.736.049	(69.194)	2.666.855
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Total do patrimônio líquido	3.286.940	-	-	3.286.940	3.286.940	-	3.286.940
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.289.759	-	(348.014)	3.941.745	6.545.534	(69.194)	6.476.340

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Controladora				Consolidado		
	Publicado	Reclassificações		Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	2.011	Ref. 3/4	Ref. 3/4	2.011	2.011	Ref. 4	2.011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.843			7.843	171.854		171.854
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(5.463)			(5.463)	(41.043)	(4.649)	(45.692)
LUCRO BRUTO	2.380	-	-	2.380	130.811	(4.649)	126.162
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS							
Gerais e administrativas	(64.897)			(64.897)	(59.033)	4.649	(54.384)
Remuneração dos administradores	(6.045)			(6.045)	(6.045)		(6.045)
Depreciação e amortização	(446)	(2.280)		(2.726)	(308)		(308)
Resultado de equivalência patrimonial	126.545	(4.077)	1.386	123.854	-		-
Amortização do direito de exploração	(6.357)	6.357		-	(18.773)		(18.773)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	45			45	614		614
Total	48.845	-	1.386	50.231	(83.545)	4.649	(78.896)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	51.225	-	1.386	52.611	47.266	-	47.266
Receitas financeiras	24.205			24.205	57.036		57.036
Despesas financeiras	(8.150)			(8.150)	(34.798)		(34.798)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67.280	-	1.386	68.666	69.504	-	69.504
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(548)			(548)	(5.700)		(5.700)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	1.386		(1.386)	-	7.133		7.133
LUCRO LÍQUIDO	68.118	-	-	68.118	70.937	-	70.937

FLUXO DE CAIXA	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	2.011	Ref. 5	2.011	2.011	Ref. 6	2.011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(44.511)	(7.149)	(51.660)	73.860	(75.256)	(1.396)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.448.082)	7.149	(1.440.932)	(1.551.632)	601.211	(950.420)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.504.151	-	1.504.151	2.129.344	(525.955)	1.603.389
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	11.559	-	11.559	651.573	-	651.573

As reclassificações efetuadas decorrem dos assuntos sumariados a seguir:

1. Reclassificação do direito de exploração resultante da aquisição de negócios, originalmente registrado no ativo intangível, e respectivos saldos de impostos diferidos-passivo, originalmente registrados no passivo não circulante, reapresentados ao liquido na conta de investimento na controladora e reclassificação do adiantamento para futuro aumento de capital da conta de partes relacionadas para a conta de investimento na controladora;

2. Impostos diferidos ativo e passivo reapresentados para serem classificados pelos valores líquidos por entidade legal nas demonstrações financeiras consolidadas;

3. No consolidado, a reclassificação da amortização do direito de exploração resultante da aquisição de negócios, originalmente registrada como despesa de amortização nas despesas operacionais, e o respectivo imposto diferido registrado como despesa, reapresentados para serem classificados, pelo liquido, na conta de resultado de equivalência patrimonial na controladora. Na controladora a reclassificação se refere à amortização de outros ativos intangíveis para a conta de depreciação e amortização;

4. Reclassificação de algumas despesas entre o grupo de despesas gerais e administrativas e custo de geração de energia elétrica como forma de aprimorar a comparação das informações;

5. Fluxo de caixa da controladora para adequação da classificação de transações entre os fluxos de caixa operacionais e de investimentos;

6. Fluxo de caixa consolidado reapresentados para fins de consideração da aquisição de negócios como um evento inicial do fluxo de investimento, sendo as movimentações posteriores alocadas ao fluxo operacional, de investimento e de financiamento respectivamente.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Pariticipação - % Direta	Indireta	Empresas	Forma de Consolidação	Pariticipação - % Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Gameleira	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Jantus SL	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Jayaditya (ii)	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Juremas (ii)	Integral	-	95%
Atlântica II	Integral	100%	-	Lacenas	Integral	100%	-
Atlântica IV	Integral	100%	-	Macacos (ii)	Integral	-	95%
Atlântica V	Integral	100%	-	Mohini (ii)	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Paiol	Integral	-	100%
Bio Buriti	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Coopcana	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	Pedra Preta (ii)	Integral	-	95%
Bio Pedra	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Bitupitá I	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Bitupitá II	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bitupitá III	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Boa Vista 1	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Santa Clata V	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II (ii)	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Ursula	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	São Benedito	Integral	100%	-
Chimay (ii)	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
Corrente Grande	Integral	-	100%	SIIF Alpha Ltda (i)	Integral	-	60%
Costa Branca (ii)	Integral	-	95%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Costa das Dunas	Integral	90%	-	SIIF Desenvolvimento	Integral	-	100%
Curral Velho I	Integral	-	100%	SIIF Energies	Integral	-	100%
Curral Velho II	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
Curral Velho IV	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas (ii)	Integral	-	100%
Eólica Formosa	Integral	-	100%	T-15	Integral	-	100%
Eólica Holding	Integral	100%	-	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Turbina 16	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
Eurus V	Integral	100%	-	Varginha	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-

(i) A sociedade encontra-se em fase de encerramento.
(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 as SPE's participaram de reestruturação societária (ver nota 1.13).

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R$9.896 em 31 de dezembro de 2012 registrada na conta provisão para perda de investimentos no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2012 são de R$10.383 e 31 de dezembro de 2011 é "zero".

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição ou de aquisição reversa. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

A transação com o Grupo CPFL, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e descrita na nota explicativa nº 1 a essas demonstrações financeiras, foi caracterizada como aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

As transações relacionadas às aquisições da Jantus e Santa Luzia, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e as transações relacionadas às aquisições do Complexo Atlântica, BVP e Lacenas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.3 a nº 1.5.

Apresentamos a seguir a composição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, na controladora e no consolidado, decorrente dos impactos da contabilização da aquisição reversa:

Demonstração de resultado:	Controladora 2011
Lucro liquido da antiga ERSA - (01.01.2011 a 31.07.2011)	2.738
Lucro líquido das operações após reestruturação societária (01.08.2011 a 31.12.2011)	65.380
Total	68.118

Demonstração de resultado:	Consolidado 2011
Lucro líquido da SMITA - (01.01.2011 a 31.07.2011)	5.394
Lucro líquido após reestruturação societária	65.543
Total	70.937

4.2. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: títulos e valores mobiliários.

b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) contas a receber de clientes; (iii) partes relacionadas; e (iv) aplicações financeiras vinculadas.

- Passivos financeiros:

  São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

  a) Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

     Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) encargos de dívidas; e (iv) outras contas a pagar.

  Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

  Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

4.3. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/ recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

4.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

4.5. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

4.6. Redução ao valor recuperável ("impairment")

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.8. Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

4.10. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações. (vide nota explicativa nº 21.i).

4.11. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As "International Financial Reporting Standards - IFRSs" novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de Ativos Financeiros.
- IAS 12 - Imposto de Renda Diferido: Recuperação de Ativos Subjacentes.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (2).
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (4).
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2).
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto (2).
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2).
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2).
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1).
- Modificações à IFRS 9 e à IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (4)
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (2).
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2).
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2).

- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" (2).
- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (3).
- Modificações às IFRSs - Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011.
- IFRIC 20 - Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (2).

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	1.005	2.434	17.718	19.751
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	264	191.733
Fundos de investimento (b)	74.117	-	609.253	-
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	209.298	12.850	440.089
Total de Caixa e equivalentes de caixa	75.122	211.732	640.085	651.573

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 100,93% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.

b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 102,04% do CDI na data do balanço.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Controladas	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado 31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	1.888	1.772
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	2.928	2.717
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	1.452	1.362
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	2.136	2.005
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	1.435	1.345
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	17.421	16.350
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	3.301	3.098
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	1.785	1.675
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	1.825	1.713
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	1.089	1.021
Bons Ventos (b)	BNB	Título Público	Indefinido	LFT	99,00% *	35.903	-
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo / CDB	Indefinido	Diversos	93,08% a 98% *	38.657	34.446
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo	Indefinido	Diversos	87,64% *	6.208	1.613
Penedo Energia (e)	CEF	Caução	Indefinido	TR	TR	-	9
Bio Formosa (f)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	98,87% *	2.068	-
Bio Pedra (f)	Itaú	CDB	jun/14	CDI	95,00% *	3.335	2.930
Total						121.431	72.056

(*) Remuneração média do ano, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

(a) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a seis meses de serviço de dívida. Em 31 de dezembro de 2012 a garantia estava 100% integralizada.

(b) Refere-se a contas reservas constituídas nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2012 a garantia estava 100% integralizada.

(c) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela Jantus, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessas empresas. Em 31 de dezembro de 2012 a garantia estava 100% integralizada.

(d) Referem-se a contas de reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de dezembro de 2012 a garantia estava 100% integralizada.

(e) Referem-se a garantias contratuais constituídas para registro e aprovação de estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998. Em 31 de dezembro de 2012 a garantia estava 100% integralizada.

(f) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa e Bio Pedra. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2012 a garantia estava 100% integralizada. Em 31 de dezembro de 2012 a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos recebíveis e mensurado pelo custo amortizado.

6.1. Títulos e valores mobiliários

						Consolidado	
SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	31/12/2012	31/12/2011
Jantus (a)	BNB	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00% *	1.853	1.853
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00% *	8	-
Bons Ventos (b)	BNB	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00% *	200	-
Bons Ventos (b)	Itaú	Titulo de capitalização	indeterminado	TR	100,00% *	100	-
						2.161	1.853

(*) Remuneração média do ano , tendo como referência o Depósito interbancário - DI.

(a) A controlada indireta SIIF possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R$1.853, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a SulAmerica S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e Banco Itaú no montante de R$308, remunerado pela TR, referente a título de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Concessionárias e permissionárias	5.248	292	170.898	74.432

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CCEAR*	-	-	28.863	4.616
CER**	-	-	23.193	-
Mercado Livre	5.248	292	27.538	41.798
Proinfa	-	-	91.304	28.018
Total	5.248	292	170.898	74.432

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Composição das contas a receber a vencer:

Controladora		Consolidado	
A vencer	Total	A vencer	Total
0 - 15 dias	3.920	0 - 15 dias	36.817
16 - 30 dias	1.328	16 - 30 dias	56.338
31 - 45 dias	-	31 - 45 dias	13.668
Acima de 45 dias	-	Acima de 45 dias	64.075
	5.248		170.898

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R$91.304 (53% do total) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) R$32.981 (19% do total) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (iii) R$20.143 (12% do total) do grupo CPFL, (acionista controlador); e (iv) R$6.593 (4% do total) por um grande consumidor.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data do faturamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas, considerando que não há valores vencidos e que os saldos em aberto são com agentes do setor elétrico e com grandes consumidores livres com baixo risco de crédito, entendeu não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos de renda e contribuição social a compensar	264	492	11.275	5.936
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.496	8.902	26.766	29.033
COFINS	97	-	43.850	47.876
PIS	21	-	9.459	10.410
Outros	33	538	-	1.539
	9.911	9.932	91.350	94.794
Ativo circulante	6.783	9.932	53.317	47.375
Ativo não circulante	3.128	-	38.033	47.419
Total	9.911	9.932	91.350	94.794

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas e não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização, e é compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado nas controladas indiretas da Jantus. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados com pagamento de PIS e COFINS da Companhia na base de 1/48 avos do valor original.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
Não Circulante	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Créditos a receber - consórcios (a)	-	-	43.245	36.634
Provisão para perda Baldin Bio Energia S.A.	-	-	(13.838)	-
Contratos de pré-compra de energia (a)	-	-	31.627	34.867
Ativos por indenização (b)	-	-	23.950	13.950
Reembolso RGR	-	-	-	1.909
Outros créditos a receber	1.764	2.271	2.327	2.671
Total	1.764	2.271	87.311	90.031

(a) Baldin Bioenergia S.A.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada) protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 16 de janeiro de 2013, foi realizada reunião de credores para apresentação, discussão e alterações no plano de recuperação judicial das empresas do Grupo Baldin. Como resultado dessa reunião foi deliberado o seguinte: (i) a suspensão dos trabalhos; e (ii) a apresentação pelo Grupo Baldin de um plano de recuperação judicial revisado para contemplar as sugestões dos credores. Os credores solicitaram alterações na forma de pagamento da dívida, alteração na estrutura de governança corporativa do Grupo Baldin e a conversão de parte do endividamento em capital social da Baldin Bioenergia S.A. O plano de recuperação judicial alterado deverá ser apresentado pelo Grupo Baldin em 8 de março de 2013 para apreciação na referida assembleia.

Na reunião realizada em 16 de janeiro de 2013, foi mencionado que a intenção dos credores é de recuperar a empresa, mantendo seu funcionamento e geração de riqueza.

A Administração da Companhia avalia como provável a aprovação do novo plano de recuperação judicial com a proposta reestruturação do passivo da Baldin Bioenergia S.A. com descontos e alongamento de prazos e que a Baldin Bioenergia S.A. continuará gerando matéria prima necessária para a atividade de geração de energia.

A exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreendem:

(i) O montante de R$29.407 inclui: (i) R$36.871 de valor de principal; (ii) R$6.374 de encargos financeiros; e (iii) R$13.838 de provisão para perdas no saldo a receber. Este saldo é referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., assim como no estágio atual das discussões sobre o plano de recuperação judicial, registrou uma provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. de R$13.838 em 31 de dezembro de 2012.

(ii) O montante de R$31.627, referente ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R$53.637, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

(b) O montante de R$23.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus no valor de R$13.950 e Bons Ventos no valor de R$10.000. A Companhia tem garantia de reembolso por parte do vendedor da Jantus e Bons Ventos sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esse valor tem como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5)	74.279	16.428	-	-	488	888
Banco BTG Pactual	-	-	-	-	-	1.391
	74.279	16.428	-	-	488	2.279
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	2.225	-	-	-	-	-
	2.225	-	-	-	-	-
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	30	29	-	-	-	-
Arvoredo	25	21	-	-	-	-
Barra da Paciência	30	24	-	-	-	-
Bioenergia	17	-	-	-	-	-
Bons Ventos	230	-	-	-	-	-
Chimay Empreendimentos	101	28	-	-	-	-
Cocais Grande	38	13	-	-	-	-
Corrente Grande	25	23	-	-	-	-
Eólica Formosa	63	-	-	-	-	-
Eólica Icaraizinho	84	-	-	-	-	-
Eólica Paracuru	34	-	-	-	-	-
Jayaditya	55	26	-	-	-	-
Mohini	59	26	-	-	-	-
Ninho da Águia	38	23	-	-	-	-
Paiol	38	20	-	-	-	-
PCH Holding	29	-	-	-	-	-
Plano Alto	38	18	-	-	-	-
São Gonçalo	67	16	-	-	-	-
Siif Cinco	46	-	-	-	-	-
Sul Centrais	80	10	-	-	-	-
Varginha	25	11	-	-	-	-
Várzea Alegre	13	18	-	-	-	-
	1.165	306	-	-	-	-
Total	77.669	16.734	-	-	488	2.279

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
Não circulante:	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Crédito com empresas ligadas	-	1.075	-	-	-	-
	-	1.075	-	-	-	-
Mútuos:						
Sul Centrais (b)	3.610	-	-	-	129	-
Sócios não controladores (c)	3.401	-	-	-	266	-
	7.011	-	-	-	395	-
Dividendos:	3.593	-	-	-	-	-
Bio Pedra	3.593	-	-	-	-	-
Total	10.604	1.075	-	-	395	-

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante						
T-15 (d)	-	-	12.810	-	-	-
Nect consultoria (nota nº 14)	-	-	336	-	-	-
	-	-	13.146	-	-	-
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.097	826	-	-
	-	-	1.097	826	-	-
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	16.953	1.422
	-	-	-	-	16.953	1.422
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	(7.318)	-
	-	-	-	-	(7.318)	-
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(236)	-
Assessoria Banco Pátria	-	-	-	-	-	(3.750)
Alocação com depesa de pessoal (a)	-	-	-	-	9.375	-
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	-	-	(271)	(315)
	-	-	-	-	8.868	(4.065)
Total	-	-	-	-	18.503	(2.643)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5 e 6)	631.080	222.291	-	-	5.753	8.193
Banco BTG Pactual (nota nº 5 e 6.1)	-	-	-	-	1.168	2.793
	631.080	222.291	-	-	6.921	10.986
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	7.694	8.460	-	-	-	-
CPFL Paulista	11.640	11.024	-	-	-	-
CPFL Piratininga	769	181	-	-	-	-
Cia de Luz e Força	8	2	-	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	32	8	-	-	-	-
	20.143	19.675	-	-	-	-
Total	651.223	241.966	-	-	6.921	10.986

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	37.327	33.058	-	-	2.893	-
Mútuos:						
Sócios não controladores (c)	3.401	-	-	-	266	-
	40.728	33.058	-	-	3.159	-
Passivo circulante (nota nº 14)						
CPFL Paulista	-	-	1.026	-	-	-
Sócios não controladores (nota nº 17)	-	-	4.252	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	6	-	-	-
	-	-	5.284	-	-	-
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.097	826	-	-
	-	-	1.097	826	-	-
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	80.191	6.756
CPFL Paulista	-	-	-	-	133.087	-
CPFL Piratininga	-	-	-	-	3.446	-
Cia de Luz e Força	-	-	-	-	37	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	-	143	-
	-	-	-	-	216.904	6.756
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	(8.127)	(1.827)
CPFL Paulista Lajeado	-	-	-	-	-	(52)
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	-	-	(13)
Centrais Elétricas da Paraiba	-	-	-	-	(4.792)	-
	-	-	-	-	(12.919)	(1.892)
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(355)	-
Consultoria Nect	-	-	-	-	(3.439)	-
Assessoria Banco Pátria	-	-	-	-	-	(3.750)
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	(271)	(315)
	-	-	-	-	(4.065)	(4.065)
Total	-	-	-	-	199.920	799

(a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica "outros créditos" no ativo circulante. A partir de 2010, parte do pessoal da CPFL Renováveis passou a ser alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor passou a ser cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.

(b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% a.a. para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.

(c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012, com vigência de um ano e com possibilidade de renovação, a remuneração é de 8% a.a. mais atualização monetária pelo IGP-M.

(d) O saldo de R$12.810 refere-se a acerto de contas a pagar para a controlada T-15 Energia S.A., como parte de pagamento na aquisição da BVP.

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra "b" do item 37 do pronunciamento técnico CPC 18, demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aiuruoca	13.472	13.417	42	20	13.430	13.397	-	-	(42)	(148)
Alto Irani	71.038	243.484	33.212	219.171	37.826	24.313	21.696	8.598	13.431	10.528
Arvoredo	100.686	116.499	45.946	66.785	54.740	49.714	12.025	5.104	769	4.660
Atlântica I	71.601	-	59.978	-	11.623	-	-	-	(410)	-
Atlântica II	71.480	-	59.971	-	11.509	-	-	-	(213)	-
Atlântica IV	75.156	-	63.809	-	11.347	-	-	-	(417)	-
Atlântica V	105.789	-	92.907	-	12.882	-	-	-	(724)	-
Baixa Verde	310	8.931	1	2.124	309	6.807	-	-	30	257
Barra da Paciência	129.706	146.134	72.633	108.479	57.073	37.655	20.256	10.140	5.366	7.979
Bio Alvorada	154.915	5.605	128.262	3.370	26.653	2.235	-	-	(1.258)	(258)
Bio Buriti	151.145	132.697	3.928	1.429	147.217	131.268	30.118	663	5.037	(934)
Bio Coopcana	138.126	5.610	111.677	3.492	26.449	2.118	-	-	(808)	(66)
Bio Formosa	143.524	151.351	20.702	20.989	122.822	130.362	22.549	19.082	(869)	11.952
Bio Ipe	29.188	25.763	784	166	28.404	25.597	9.707	-	4.418	(5)
Bio Pedra	214.934	165.747	24.782	25.598	190.152	140.149	22.109	-	1.806	(24)
Bioenergia	137.172	144.006	92.362	87.170	44.810	56.836	14.132	5.268	2.816	(75)
Boa Vista 1	17	782	-	6	17	776	-	-	(780)	(3)
Boa Vista 2	2.752	76.728	145	74.145	2.607	2.583	-	-	(166)	(16)
BVP	773.852	-	590.496	-	183.356	-	107.063	-	30.001	-
Cachoeira Grande	7.529	10.149	-	2.670	7.529	7.479	-	-	50	54
Cajueiro	521	18.342	1	4.691	520	13.651	-	-	33	473
Campos dos Ventos I	14.241	14.697	4	365	14.237	14.332	-	-	(107)	449
Campos dos Ventos II	13.999	14.479	33	335	13.966	14.144	-	-	(183)	394
Campos dos Ventos III	14.216	14.705	23	364	14.341	14.341	-	-	(160)	449
Campos dos Ventos IV	176	14.703	3	360	173	14.343	-	-	109	449
Campos dos Ventos V	14.589	14.703	-	363	14.589	14.340	-	-	235	449
Chimay	149.062	-	17.236	-	131.826	-	45.906	23.254	32.193	15.133
Cocais Grande	53.252	60.546	29.024	45.157	24.228	15.389	8.410	3.225	837	1.339
Corrente Grande	103.698	115.838	53.315	85.321	50.383	30.517	12.107	6.533	9	4.414
Costa Branca	44.744	64.030	30.695	49.525	14.049	14.505	149	-	(455)	15
Costa das Dunas	954	19.714	1	3.800	953	15.914	-	-	101	843
Curral Velho	3	-	15	-	(12)	-	-	-	(4)	-
Eólica Formosa	485.081	493.809	398.430	427.239	86.651	66.570	94.115	-	19.301	(35.634)
Eólica Holding	62.531	-	48.650	-	13.881	-	-	-	(852)	(5)
Eólica Icaraizinho	269.002	284.683	194.681	229.153	74.321	55.530	72.406	-	24.615	(6.830)
Eólica Paracuru	117.132	114.731	83.333	88.466	33.799	26.265	33.509	-	14.673	1.866
Eurus V	162	14.702	3	359	159	14.343	-	-	102	449
Eurus VI	42.247	6.736	1.422	5	40.825	6.731	2.192	-	1.147	8
Farol de Touros	419	14.980	-	2.915	419	12.064	-	-	(26)	419
Figueira Branca	240	9.116	3	2.451	237	6.665	-	-	(28)	269
Gameleira	1.196	12.413	1	3.262	1.195	9.151	-	-	45	648
Jantus	268.804	946.420	13.627	760.278	255.177	186.142	-	22.300	67.462	24.739
Jayaditya	57.736	54.436	9.924	10.721	47.812	43.715	40.873	12.931	22.130	7.710
Juremas	21.246	54.632	7.474	40.753	13.772	13.879	-	-	(98)	(133)

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lacenas	108.225	-	64.055	-	44.170	-	6.793	-	849	-
Macacos	28.615	68.253	14.074	53.450	14.541	14.803	-	-	(259)	(340)
Mohini	89.718	-	7.941	-	81.777	85.094	41.895	22.931	23.871	15.293
Navegantes	13	165	-	16	13	149	-	-	(201)	(3)
Ninho da Águia	77.829	88.265	34.489	53.278	43.340	34.987	8.991	3.412	1.324	3.160
Paiol	105.458	128.306	70.419	94.882	35.039	33.424	16.923	7.319	4.654	7.930
PCH Holding	443.617	815.517	784	518.054	442.833	297.463	-	-	15.490	28.134
PCH Holding 2	192.442	332.370	192.442	332.370	-	-	-	-	(14.137)	1
PCH Participações	932.650	-	249.118	-	683.532	-	-	-	14.696	(4)
Pedra Preta	27.386	67.779	13.158	53.405	14.228	14.374	-	-	(145)	(129)
Penedo	1.820	38.555	1	36.789	1.819	1.766	-	-	(67)	(6)
Plano Alto	49.073	180.649	23.312	163.657	25.761	16.992	16.557	6.761	9.771	6.282
Pontal das Falésias	4	-	3	-	1	-	-	-	(1)	-
Praia de Atalaia I	3	-	2	-	1	-	-	-	(4)	-
Praia de Atalaia II	3	-	2	-	1	-	-	-	(4)	-
Praia de Atalaia III	3	-	2	-	1	-	-	-	(4)	-
Praia de Atalaia IV	3	-	2	-	1	-	-	-	(4)	-
Praia de Atalaia V	3	-	2	-	1	-	-	-	(4)	-
Praia de Atalaia VI	2	-	1	-	1	-	-	-	(4)	-
Salto Góes	164.763	123.377	75.648	74.047	89.115	49.330	-	-	(567)	(1.182)
Santa Clara I	190.507	-	40.213	-	150.294	111.347	9.560	24	4.316	402
Santa Clara II	136.372	-	5.759	-	130.613	103.168	8.800	13	5.191	705
Santa Clara III	134.852	-	4.023	-	130.829	71.834	8.769	-	4.988	223
Santa Clara IV	141.467	-	5.759	-	135.708	47.983	8.804	14	5.171	271
Santa Clara VI	139.894	-	3.706	-	136.188	25.919	8.767	-	5.156	270
Santa Clata V	140.307	-	4.484	-	135.823	45.441	8.767	-	5.118	121
Santa Cruz	6.261	7.526	7	1.295	6.254	6.231	-	-	23	12
Santa Luzia	236.652	244.203	130.462	149.951	106.190	94.252	29.912	-	3.582	-
Santa Mônica	8.377	11.500	-	98	8.377	11.402	-	-	(89)	301
Santa Ursula	7.748	11.513	-	110	7.748	11.403	-	-	(76)	302
São Benedito	7.826	11.479	-	98	7.826	11.381	-	-	(76)	280
São Domingos	8.188	11.500	2	106	8.186	11.394	-	-	(180)	293
São Gonçalo	73.573	85.398	38.378	54.233	35.195	31.165	11.263	4.597	1.812	3.831
SIIF Cinco	122.292	-	100.280	-	22.012	14.737	24.616	-	5.156	(9.293)
SIIF Desenvolvimento	1.414	-	29.948	25.283	(28.534)	(25.283)	-	-	(2.500)	(27.241)
SIIF Energies	405.991	-	11.337	-	394.654	328.818	1	-	65.188	(346.372)
Solar 1	8.927	-	8.840	-	87	-	-	-	68	-
Sul Centrais Elétricas	26.100	-	9.062	-	17.038	36.476	6.373	2.670	1.545	962
T-15	689.084	-	399.032	-	290.052	-	-	-	50.905	-
Tombo	936	27.540	1	26.512	935	1.028	-	-	(115)	(21)
Turbina 16	24	-	1	-	23	-	-	-	(1)	-
Turbina 17	24	-	1	-	23	-	-	-	(1)	-
Varginha	60.941	74.729	30.150	52.639	30.791	22.090	7.725	3.740	(474)	2.693
Varzea Alegre	58.060	67.778	27.437	43.112	30.623	24.666	7.011	3.273	236	1.060
Ventos de Santo Dimas	8.379	11.478	-	143	8.379	11.335	-	-	(56)	234
Ventos de São Martinho	8.197	11.478	1	106	8.196	11.372	-	-	(166)	271

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 01 de março de 2011 foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, a cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O "vesting" das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções somente poderão ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: (a) oferta pública inicial ("IPO") (primária ou secundária) para ações ordinárias; e (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.c), a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, os quadros abaixo consideram o agrupamento de ações.

Séries de opções	Quantidade de ações	Data de outorga	Duração da opção (em anos)	Preço de exercício R$	Valor justo na data da outorga R$
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,10	1,80
2ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,30	1,55
3ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,45	1,25
4ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,65	1,35
	222.988				
Programa de 2010					
1ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	11,95	2,85
2ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,25	3,00
3ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,50	2,75
4ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,80	2,90
	244.160				
Programa de 2011					
1ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	12,80	1,95
2ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,10	2,05
3ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,35	1,85
4ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,65	1,95
	470.000				

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o período

A Companhia precificou as opções com o modelo de precificação de opções "Black--Scholes". Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram provisionados R$271 na rubrica "Remuneração dos Administradores".

Dados utilizados no modelo para precificação das opções:

	Programa 2009			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	6,15	6,15	6,15	6,15
Preço de exercício	8,10	8,30	8,45	8,65
Volatilidade esperada (a)	41,9%	41,9%	41,9%	41,9%
Dividendos	1,37	1,93	2,53	2,53
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	9,9%	9,9%	9,8%	9,8%

	Programa 2010			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	11,95	12,25	12,50	12,80
Volatilidade esperada (a)	41,8%	41,8%	41,8%	41,8%
Dividendos	1,96	1,96	2,56	2,56
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,3%	10,2%	10,2%	10,2%

	Programa 2011			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	12,80	13,10	13,35	13,65
Volatilidade esperada (a)	37,3%	37,3%	37,3%	37,3%
Dividendos	2,79	2,79	3,39	3,39
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,5%	10,4%	10,4%	10,3%

(a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.

(b) Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes.

Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga. A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e fim do período:

	31/12/2012	
	Quatidade opções	Preço ponderado de exercício
Saldo no início do exercício	2.104.551	0,39
Concedidas durante o exercício	670.211	-
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	-	-
Saldo no final do exercício	2.774.762	0,40

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e os exercícios de 2011 e de 2010 nenhuma opção foi exercida. A mudança no preço ponderado de exercício se deve a atualização do preço da opção, de acordo com o regulamento dos programas.

As opções em aberto no fim do período possuíam preço de exercício de R$0,40 (R$0,39 em 2011).

10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$5.992 (R$6.045 em 2011), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	2012	2011
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	3.606	3.359
Encargos sociais e benefícios	1.336	941
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	271	826
Outros	779	919
Total	5.992	6.045

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
		Reapresentado
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.166.323	2.041.021
Adiantamentos para futuro aumento de capital	54.398	193.153
Direito de exploração de atividade de geração - autorização liquido dos efeitos fiscais	1.415.337	1.463.054
Total do investimento	4.636.058	3.697.228

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Composição da Equivalência Patrimonial:		
Equivalência Patrimonial	189.156	126.545
Amortização de juros capitalizados	(677)	-
Amortização direito de autorização (i)	(86.428)	(4.077)
Impostos diferidos (i)	29.206	1.386
	(57.222)	(2.691)
	131.257	123.854

(i) Apresentado liquido R$ 57.222 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, liquido dos impostos diferidos

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		31/12/2012			31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Alto Irani	2.099	100%	37.826	13.380	37.826	24.313	13.380	10.529
Atlântica I	10.000	100%	11.623	(454)	11.623	-	(454)	-
Atlântica II	10.000	100%	11.509	(257)	11.509	-	(257)	-
Atlântica IV	10.000	100%	11.347	(461)	11.347	-	(461)	-
Atlântica V	10.000	100%	12.882	(796)	12.882	-	(796)	-
Baixa Verde	6.883	95%	309	28	294	6.467	28	245
Bio Alvorada	2.494	100%	26.653	(1.338)	26.653	2.235	(1.338)	(258)
Bio Buriti	132.297	100%	147.217	5.050	147.217	131.268	5.050	(934)
Bio Coopcana	2.185	100%	26.449	(898)	26.449	2.118	(898)	(66)
Bio Energia	46.288	100%	44.810	(12.026)	44.810	56.836	(12.026)	185
Bio Formosa	119.000	100%	122.822	(869)	122.822	130.362	(869)	11.557
Bio Ipe	25.340	100%	28.404	4.420	29.495	26.006	4.420	(5)
Bio Pedra	140.030	100%	190.152	1.806	194.613	142.034	1.806	(24)
Boa Vista 1	870	100%	17	(779)	17	776	(779)	(3)
Boa Vista 2	2.730	100%	2.607	(166)	2.607	2.583	(166)	(16)
Cachoeira Grande	7.632	100%	7.529	50	7.529	7.479	50	54
Cajueiro	13.207	95%	520	31	494	12.968	31	450
Campos dos Ventos I	13.049	100%	14.237	(95)	14.237	14.332	(95)	442
Campos dos Ventos II	13.049	0%	13.966	(179)	-	14.144	(67)	394
Campos dos Ventos III	13.049	100%	14.193	(148)	14.193	14.341	(148)	450
Campos dos Ventos IV	64	100%	173	110	173	14.343	110	452
Campos dos Ventos V	13.049	100%	14.589	249	14.589	14.340	249	450
Chimay	75.854	0%	131.826	32.223	-	124.237	7.993	15.133
Costa Branca	15.333	95%	14.049	(194)	13.347	14.505	(194)	15
Costa das Dunas	15.123	90%	953	101	858	14.323	91	758
Eólica Holding	5	100%	13.881	(848)	13.881	-	(848)	(5)
Eurus V	57	100%	159	102	159	14.343	102	453
Eurus VI	6.536	100%	40.825	1.149	41.240	6.811	1.149	8
Farol de Touros	11.671	90%	419	(26)	377	10.858	(23)	376
Figueira Branca	6.447	100%	237	(28)	237	6.665	(28)	269
Gameleira	8.855	100%	1.195	44	1.195	9.151	44	648
Jantus	334.401	100%	255.177	69.036	255.179	186.142	69.036	24.738
Jayaditya	17.691	0%	47.812	22.148	-	43.715	4.468	7.710
Juremas	14.816	95%	13.772	(98)	13.083	13.879	(17)	(127)
Lacenas	-	100%	44.170	715	44.170	-	715	-
Macacos	16.223	95%	14.541	(259)	13.813	14.803	(42)	(340)
Mohini	59.933	0%	81.777	23.900	-	85.094	7.938	15.293
Navegantes	194	95%	13	(201)	11	149	(191)	(3)
PCH Holding	279.316	100%	442.833	14.794	442.833	297.463	14.794	28.134
PCH Participações	1.101	41%	683.532	12.007	280.220	-	4.869	(4)
Pedra Preta	15.362	95%	14.228	(145)	13.516	14.374	(10)	(129)
Penedo	1.868	100%	1.819	(67)	1.819	1.766	(67)	(6)
Plano Alto	1.527	100%	25.761	9.730	25.761	16.992	9.730	6.282
Salto Góes	50.793	100%	89.115	(660)	89.115	49.330	(660)	(1.182)
Santa Clara I	107.417	100%	150.294	4.322	154.583	111.347	4.322	402
Santa Clara II	100.560	100%	130.613	5.196	134.478	103.168	5.196	705
Santa Clara III	69.993	100%	130.829	4.993	134.164	71.834	4.993	223
Santa Clara IV	46.159	100%	135.708	5.176	138.341	47.983	5.176	271
Santa Clara V	26.161	100%	135.823	5.162	138.305	45.441	5.162	269
Santa Clara VI	43.714	100%	136.188	5.125	138.174	25.919	5.125	121
Santa Cruz	6.707	100%	6.254	23	6.254	6.231	23	12
Santa Mônica	11.101	100%	8.377	(87)	8.377	11.402	(87)	301
Santa Ursula	11.101	100%	7.748	(75)	7.748	11.403	(75)	302
São Benedito	11.101	100%	7.826	(74)	7.826	11.381	(74)	280
São Domingos	11.101	100%	8.186	(178)	8.186	11.394	(178)	296
Solar	4	100%	87	87	87	-	87	(4)
Sul Centrais Elétricas	14.183	0%	17.038	1.547	-	18.238	467	963
T-15	25.543.040	100%	290.052	48.610	290.052	-	48.610	(3)
Tombo	1.211	100%	935	(115)	934	1.028	(115)	(21)
Turbina 16	1	100%	23	(1)	23	-	(1)	-
Turbina 17	1	100%	23	(1)	23	-	(1)	-
Ventos de Santo Dimas	11.101	100%	8.379	(55)	8.379	11.335	(55)	234

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		31/12/2012			31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Aiuruoca	21.303	100%	13.430	(42)	13.430	13.397	(42)	(148)
Arvoredo	45.910	100%	54.740	685	54.740	49.714	685	4.660
Barra da Paciência	31.096	100%	57.073	5.210	57.073	37.655	5.210	7.979
Bitupitá I	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Bitupitá II	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Bitupitá IIII	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Bons Ventos	247.720	100%	239.667	27.312	239.667	-	27.312	-
BVP	311.106	100%	183.356	28.875	183.356	-	28.875	-
Campos dos Ventos II	13.049	100%	13.966	(179)	13.966	-	(179)	394
Chimay	75.854	100%	131.826	24.200	131.826	-	24.200	15.133
Cocais Grande	15.290	100%	24.228	778	24.228	15.389	778	1.339
Corrente Grande	27.337	100%	50.383	(100)	50.383	30.517	(100)	4.414
Costa Branca	15.333	0%	14.049	(455)	-	47.163	(261)	15
Curra Velho I	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Curra Velho II	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Curra Velho IV	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Eólica Formosa	92.900	100%	86.651	20.081	86.651	57.266	20.081	(35.634)
Eólica Icaraizinho	57.930	100%	74.321	25.791	74.321	51.939	25.791	(6.830)
Eólica Paracuru	22.230	100%	33.799	14.533	33.799	24.433	14.533	1.866
Jayaditya	17.691	100%	47.812	17.662	47.812	-	17.662	7.710
Juremas	14.816	0%	13.772	(98)	-	40.766	(80)	(133)
Macacos	16.223	0%	14.541	(259)	-	50.033	(218)	(340)
Mohini	59.933	100%	81.777	15.933	81.777	-	15.933	15.293
Ninho da Águia	33.805	100%	43.340	1.261	43.340	34.987	1.261	3.160
Paiol	27.381	100%	35.039	4.505	35.039	33.424	4.505	7.930
PCH Participações	1.101	59%	683.532	12.007	403.284	1	7.084	(4)
Pedra Cheirosa I	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Pedra Cheirosa II	1	100%	(1)	(1)	(1)	-	(1)	-
Pedra Preta	15.362	0%	14.228	(145)	-	49.611	(135)	(129)
Santa Luzia	89.051	100%	106.190	3.246	106.190	94.252	3.246	-
São Gonçalo	28.676	100%	35.195	1.733	35.195	31.165	1.733	3.831
SIIF Cinco	24.030	100%	22.012	4.958	22.012	14.737	4.958	(9.293)
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	(28.534)	(2.500)	(28.534)	(25.283)	(2.500)	(27.241)
SIIF Energies	327.895	100%	394.654	66.759	394.654	328.818	66.759	(346.372)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	17.038	1.078	17.038	18.238	1.078	962
Varginha	20.587	100%	30.791	(532)	30.791	22.090	(532)	2.693
Varzea Alegre	24.580	100%	30.623	179	30.623	24.666	179	1.060

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 - controladora:

No ano de 2011:

	Saldo em 31/12/2010	Aumento / (Reduções) de capital	Capitalização de juros	Reestruturação Societaria I	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2011
Alto Irani	15.864	(2.080)	-	-	10.529	-	24.313
Baixa Verde	(29)	6.251	-	-	245	-	6.467
Bio Alvorada	-	2.493	-	-	(258)	-	2.235
Bio Buriti	-	10.911	-	121.291	(934)	-	131.268
Bio Coopcana	1	2.183	-	-	(66)	-	2.118
Bio Energia	-	-	-	56.651	185	-	56.836
Bio Formosa	-	-	-	118.805	11.557	-	130.362
Bio Ipe	-	10.250	409	15.352	(5)	-	26.006
Bio Pedra	-	54.511	1.885	85.662	(24)	-	142.034
Boa Vista 1	(89)	868	-	-	(3)	-	776
Boa Vista 2	(129)	2.728	-	-	(16)	-	2.583
Cachoeira Grande	6.958	467	-	-	54	-	7.479
Cajueiro	(30)	12.548	-	-	450	-	12.968
Campos dos Ventos I	-	-	-	13.890	442	-	14.332
Campos dos Ventos II	-	-	-	13.750	394	-	14.144
Campos dos Ventos III	-	-	-	13.891	450	-	14.341
Campos dos Ventos IV	-	-	-	13.891	452	-	14.343
Campos dos Ventos V	-	-	-	13.890	450	-	14.340
Chimay	-	-	-	109.104	15.133	-	124.237
Costa Branca	9.608	4.882	-	-	15	-	14.505
Costa das Dunas	(45)	13.610	-	-	758	-	14.323
Eólica Holding	-	5	-	-	(5)	-	-
Eurus V	-	-	-	13.890	453	-	14.343
Eurus VI	-	2.561	80	4.162	8	-	6.811
Farol de Touros	(25)	10.507	-	-	376	-	10.858
Figueira Branca	(50)	6.446	-	-	269	-	6.665
Gameleira	468	8.035	-	-	648	-	9.151
Jantus	-	161.404	-	-	24.738	-	186.142
Jayaditya	-	-	-	36.005	7.710	-	43.715
Juremas	7.582	6.424	-	-	(127)	-	13.879
Macacos	10.056	5.087	-	-	(340)	-	14.803
Mohini	-	-	-	69.801	15.293	-	85.094
Navegantes	(31)	183	-	-	(3)	-	149
PCH Holding	269.329	-	-	-	28.134	-	297.463
PCH Holding 2	-	-	-	-	-	-	-
PCH Participações	(203)	207	-	-	(4)	-	-
Pedra Preta	9.603	4.900	-	-	(129)	-	14.374
Penedo	(92)	1.864	-	-	(6)	-	1.766
Plano Alto	10.710	-	-	-	6.282	-	16.992
Salto Góes	14.756	35.756	-	-	(1.182)	-	49.330
Santa Clara I	-	93.168	1.069	16.708	402	-	111.347
Santa Clara II	-	84.710	972	16.781	705	-	103.168
Santa Clara III	-	54.142	769	16.700	223	-	71.834
Santa Clara IV	-	30.309	612	16.791	271	-	47.983
Santa Clara V	-	27.865	595	16.712	269	-	45.441
Santa Clara VI	-	8.711	470	16.617	121	-	25.919
Santa Cruz	4.932	1.287	-	-	12	-	6.231
Santa Mônica	-	11.101	-	-	301	-	11.402
Santa Ursula	-	11.101	-	-	302	-	11.403
São Benedito	-	11.101	-	-	280	-	11.381
São Domingos	-	11.098	-	-	296	-	11.394
Solar	-	4	-	-	(4)	-	-
Sul Centrais Elétricas	-	-	-	17.275	963	-	18.238
T-15	-	3	-	-	(3)	-	-
Tombo	(61)	1.110	-	-	(21)	-	1.028
Turbina 16	-	-	-	-	-	-	-
Turbina 17	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Dimas	-	11.101	-	-	234	-	11.335
Ventos de São Martinho	-	11.101	-	-	271	-	11.372
Total do investimento	359.083	730.913	6.861	817.619	126.545	-	2.041.021
Provisão para perda de investimento (*)							-
Total do investimento							2.041.021

No ano de 2012:

	Saldo em 31/12/2011	Aumento / (Reduções) de capital	Capitalização de juros	Amortização da capitalização de juros	Aquisição de investimento	Tranferência de investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Pagos	Saldo em 31/12/2012
Alto Irani	24.313	4.260	-	-	-	-	13.380	(4.127)	37.826
Atlântica I	-	6.508	-	-	5.569	-	(454)	-	11.623
Atlântica II	-	6.512	-	-	5.254	-	(257)	-	11.509
Atlântica IV	-	6.656	-	-	5.152	-	(461)	-	11.347
Atlântica V	-	6.361	-	-	7.317	-	(796)	-	12.882
Baixa Verde	6.467	(6.201)	-	-	-	-	28	-	294
Bio Alvorada	2.235	25.756	-	-	-	-	(1.338)	-	26.653
Bio Buriti	131.268	12.664	-	-	-	-	5.050	(1.765)	147.217
Bio Coopcana	2.118	25.229	-	-	-	-	(898)	-	26.449
Bio Energia	56.836	-	-	-	-	-	(12.026)	-	44.810
Bio Formosa	130.362	329	-	-	-	-	(869)	(7.000)	122.822
Bio Ipe	26.006	735	713	(30)	-	-	4.420	(2.349)	29.495
Bio Pedra	142.034	51.790	2.700	(124)	-	-	1.806	(3.593)	194.613
Boa Vista 1	776	20	-	-	-	-	(779)	-	17
Boa Vista 2	2.583	190	-	-	-	-	(166)	-	2.607
Cachoeira Grande	7.479	-	-	-	-	-	50	-	7.529
Cajueiro	12.968	(12.505)	-	-	-	-	31	-	494
Campos dos Ventos I	14.332	-	-	-	-	-	(95)	-	14.237
Campos dos Ventos II	14.144	-	-	-	-	(14.077)	(67)	-	-
Campos dos Ventos III	14.341	-	-	-	-	-	(148)	-	14.193
Campos dos Ventos IV	14.343	(14.280)	-	-	-	-	110	-	173
Campos dos Ventos V	14.340	-	-	-	-	-	249	-	14.589
Chimay	124.237	9.679	-	-	-	(124.710)	7.993	(17.199)	-
Costa Branca	14.505	(728)	-	-	-	(236)	(194)	-	13.347
Costa das Dunas	14.323	(13.556)	-	-	-	-	91	-	858
Eólica Holding	-	-	-	-	-	14.729	(848)	-	13.881
Eurus V	14.343	(14.286)	-	-	-	-	102	-	159
Eurus VI	6.811	33.430	346	(11)	-	-	1.149	(485)	41.240
Farol de Touros	10.858	(10.458)	-	-	-	-	(23)	-	377
Figueira Branca	6.665	(6.400)	-	-	-	-	(28)	-	237
Gameleira	9.151	(8.000)	-	-	-	-	44	-	1.195
Jantus	186.143	-	-	-	-	-	69.036	-	255.179
Jayaditya	43.715	-	-	-	-	(39.335)	4.468	(8.848)	-
Juremas	13.879	(700)	-	-	-	(79)	(17)	-	13.083
Lacenas	-	-	-	-	43.455	-	715	-	44.170
Macacos	14.803	(741)	-	-	-	(207)	(42)	-	13.813
Mohini	85.094	-	-	-	-	(75.424)	7.938	(17.608)	-
Navegantes	149	53	-	-	-	-	(191)	-	11
PCH Holding	297.463	156.865	-	-	-	-	14.794	(26.289)	442.833
PCH Participações	-	275.351	-	-	-	-	4.869	-	280.220
Pedra Preta	14.374	(717)	-	-	-	(131)	(10)	-	13.516
Penedo	1.766	120	-	-	-	-	(67)	-	1.819
Plano Alto	16.992	1.646	-	-	-	-	9.730	(2.607)	25.761
Salto Góes	49.330	40.445	-	-	-	-	(660)	-	89.115
Santa Clara I	111.347	37.563	3.338	(118)	-	-	4.322	(1.869)	154.583
Santa Clara II	103.168	25.644	3.000	(106)	-	-	5.196	(2.424)	134.478
Santa Clara III	71.834	57.012	2.658	(91)	-	-	4.993	(2.242)	134.164
Santa Clara IV	47.983	85.506	2.094	(71)	-	-	5.176	(2.347)	138.341
Santa Clara V	45.441	88.159	1.956	(68)	-	-	5.162	(2.345)	138.305
Santa Clara VI	25.919	107.927	1.572	(58)	-	-	5.125	(2.311)	138.174
Santa Cruz	6.231	-	-	-	-	-	23	-	6.254
Santa Mônica	11.402	(2.938)	-	-	-	-	(87)	-	8.377
Santa Ursula	11.403	(3.580)	-	-	-	-	(75)	-	7.748
São Benedito	11.381	(3.481)	-	-	-	-	(74)	-	7.826
São Domingos	11.394	(3.030)	-	-	-	-	(178)	-	8.186
Solar	-	-	-	-	-	-	87	-	87
Sul Centrais Elétricas	18.238	-	-	-	-	(15.959)	467	(2.746)	-
T-15	-	-	-	-	-	255.429	48.610	(13.987)	290.052
Tombo	1.028	21	-	-	-	-	(115)	-	934
Turbina 16	-	24	-	-	-	-	(1)	-	23
Turbina 17	-	24	-	-	-	-	(1)	-	23
Ventos de Santo Dimas	11.335	(2.901)	-	-	-	-	(55)	-	8.379
Ventos de São Martinho	11.372	(3.011)	-	-	-	-	(165)	-	8.196
Sub total do investimento	2.041.022	958.966	18.377	(677)	66.747	-	204.029	(122.141)	3.166.323
PCH Holding 2 (*)	-	4.977	-	-	-	-	(14.873)	-	(9.896)
Total do investimento	2.041.022	963.943	18.377	(677)	66.747	-	189.156	(122.141)	3.156.427

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo circulanta

Direitos de exploração líquidos dos impostos diferidos:

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

No ano de 2011:

	Saldo em 31/12/2010	Reestruturação Societária I	Reestruturação Societária II	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2011
Aiuruoca	-	-	26.289	-	(126)	26.163
Alto Irani	60.488	-	50.300	-	-	110.788
Arvoredo	-	-	23.823	-	(114)	23.709
Baixa Verde	982	-	545	-	-	1.527
Barra da Paciência	-	-	33.664	-	(161)	33.503
Boa Vista I	5.004	-	(5.004)	-	-	-
Boa Vista II	18.569	-	30.304	-	-	48.873
Cachoeira Grande	-	-	1.752	-	-	1.752
Cajueiro	982	-	2.327	-	-	3.309
Campos dos Ventos I	-		-	3.642	-	3.642
Campos dos Ventos II	-	5.578	-	-	-	5.578
Campos dos Ventos III	-		-	3.642	-	3.642
Campos dos Ventos IV	-		-	3.642	-	3.642
Campos dos Ventos V	-		-	3.642	-	3.642
Cocais Grande	-	-	18.326	-	(88)	18.238
Corrente Grande	-	-	20.768	-	(99)	20.669
Costa Branca	3.158	-	29.501	-	-	32.659
Costas das Dunas	-	-	3.484	-	-	3.484
Eurus V	-		-	3.642	-	3.642
Eurus VI	-	1.273	-	-	-	1.273
Farol de Touros	-	-	2.412	-	-	2.412
Figueira Branca	-	-	1.608	-	-	1.608
Foz do Rio Choró	-	-	-	91.820	(217)	91.603
Gameleira	7.411	-	(5.267)	-	-	2.144
Icaraizinho	-	-	-	231.949	(548)	231.401
Juremas	2.456	-	24.440	-	-	26.896
Lacenas	-	-	-	-	-	-
Macacos	3.156	-	32.077	-	-	35.233
Navegantes	982	-	(982)	-	-	-
Ninho da Águia	-	-	18.326	-	(88)	18.238
Paiol	-	-	36.650	-	(175)	36.475
Paracuru	-	-	-	154.151	(364)	153.787
Pedra Preta	3.158	-	32.079	-	-	35.237
Penedo	9.174	-	15.036	-	-	24.210
Plano Alto	47.660	-	36.323	-	-	83.983
Praia Formosa	-	-	-	149.201	(353)	148.848
Salto Goes	-	-	36.591	-	-	36.591
Santa Clara I	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara II	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara III	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara IV	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara V	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Clara VI	-	5.077	-	-	-	5.077
Santa Cruz	-	-	850	-	-	850
Santa Mônica	-	-	-	5.963	-	5.963
Santa Ursula	-	-	-	5.963	-	5.963
São Benedito	-	-	-	5.963	-	5.963
São Domingos	-	-	-	5.963	-	5.963
São Gonçalo	-	-	19.839	317	(95)	20.061
Siif Desenvolvimento	-	-	-	50.035	(118)	49.917
Tombo	-	-	17.493	-	-	17.493
Varginha	-	-	16.493	-	(79)	16.414
Várzea Alegre	-	-	13.744	-	(66)	13.678
Ventos de Santo Dimas	-	-	-	5.963	-	5.963
Ventos de São Martinho	-	-	-	5.963	-	5.963
Total do direito de exploração, líquidos dos impostos diferidos	163.180	37.313	533.791	731.461	(2.691)	1.463.054

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30 de junho de 2011.

Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Amortização	Ajustes (*)	Saldo em 31/12/2012
Aiuruoca	26.163	-	(2.000)	-	24.163
Alto Irani	110.788	2.082	(5.377)	-	107.493
Arvoredo	23.709	-	(1.290)	-	22.419
Atlanticas I	-	308	-	-	308
Atlanticas II	-	308	-	-	308
Atlanticas IV	-	308	-	-	308
Atlanticas V	-	308	-	-	308
Baixa Verde	1.527	1.755	-	(82)	3.200
Barra da Paciência	33.503	-	(2.553)	-	30.950
Boa Vista II	48.873	-	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	-	-	1.752
Cajueiro	3.309	1.755	-	(174)	4.890
Campos dos Ventos I	3.642	-	-	(415)	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	-	-	-	5.578
Campos dos Ventos III	3.642	-	-	(415)	3.227
Campos dos Ventos IV	3.642	-	-	(415)	3.227
Campos dos Ventos V	3.642	-	-	(415)	3.227
Cocais Grande	18.238	-	(993)	-	17.245
Corrente Grande	20.669	-	(1.544)	-	19.125
Costa Branca	32.659	-	-	(348)	32.311
Costas das Dunas	3.484	-	-	(1.633)	1.851
Eurus V	3.642	-	-	(415)	3.227
Eurus VI	1.273	38	(22)	-	1.289
Farol de Touros	2.412	-	-	(268)	2.144
Figueira Branca	1.608	-	-	-	1.608
Foz do Rio Choró	91.603	-	(4.876)	(544)	86.183
Gameleira	2.144	-	-	-	2.144
Icaraizinho	231.401	-	(11.389)	(544)	219.468
Juremas	26.896	-	-	(1.345)	25.551
Lacenas	-	11.788	(82)	-	11.706
Macacos	35.233	-	-	(1.762)	33.471
Navegantes	-	-	-	-	-
Ninho da Águia	18.238	-	(993)	-	17.245
Paiol	36.475	-	(1.985)	-	34.490
Paracuru	153.787	-	(8.187)	(544)	145.056
Pedra Preta	35.237	-	-	(1.762)	33.475
Penedo	24.210	-	-	-	24.210
Plano Alto	83.983	-	(3.952)	-	80.031
Praia Formosa	148.848	2.115	(8.096)	(544)	142.323
Salto Goes	36.591	-	-	-	36.591
Santa Clara I	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara II	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara III	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara IV	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara V	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara VI	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Cruz	850	-	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	5.963
São Gonçalo	20.061	-	(1.092)	-	18.969
Siif Desenvolvimento	49.917	-	(649)	(542)	48.726
Tombo	17.493	-	-	-	17.493
Varginha	16.414	-	(894)	-	15.520
Várzea Alegre	13.678	-	(744)	-	12.935
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	5.963
Total do direito de exploração, liquido impostos diferidos (i)	1.463.054	21.671	(57.222)	(12.167)	1.415.337

(*) Ajustes complementares decorrentes de aquisições de controladas e baixas

O direito de exploração será amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Transferência de contratos societários:

Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto realizadas pelo valor de livros.

a) T-15 Energia S.A.

   Em 15 de junho de 2012 a CPFL Renováveis transferiu o controle societário das controladas integrais CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda., Mohini, Chimay e Jayaditya, para a T-15 Energia S.A. ("T-15"), controlada direta da CPFL Renováveis.

b) Eólica Holding

   Em 02 de julho de 2012, a CPFL Renováveis conferiu o controle societário das controladas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A. e Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., para a Eólica Holding S.A., controlada direta da CPFL Renováveis, com o objetivo de viabilizar a contratação de financiamento para os respectivos projetos com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Eólica Holding S.A. aprovaram a transferência dos ativos como adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. No mesmo ato, os acionistas da Eólica Holding S.A. também aprovaram: (i) a conversão parcial dos AFAC em aumento de capital; e (ii) a devolução, para a CPFL Renováveis, a título de cancelamento parcial dos AFAC anteriormente recebidos, das participações societárias nas empresas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A. e SPE Costa Branca Energia S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital:

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2012	31/12/2011
Alto Irani	1.541	1.541
Baixa Verde	-	3.370
Bio Coopcana	-	3.492
Boa Vista 1	-	5
Boa Vista 2	140	95
Chimay	-	9.684
Costa Branca	290	-
CPFL Bio Formosa	345	-
Eólica Holding	45.248	1
Juremas	300	-
Lacenas	2.817	
Macacos	380	-
Navegantes	-	10
PCH Holding	-	156.652
PCH Participações	34	-
Penedo	380	60
Salto Góes	-	18.196
Santa Clara I	2	-
Santa Mônica	-	2
Santa Ursula	2	15
Santo Dimas	2	2
São Benedito	2	2
São Domingos	2	10
São Martinho	-	10
Solar 1	10	1
T-15	10	-
Tombo	-	5
Turbina 14	2.891	-
Turbina 16	1	-
Turbina 17	1	-
	54.398	193.153

12. IMOBILIZADO

No ano de 2011:

	Controladora			
		31/12/2011		
Controladora	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	2.254	-	2.254
Móveis e utensílios	5 a 6	1.116	(264)	852
Máquinas e equipamentos	5 a 6	1.721	(256)	1.465
Edificações, obras civis e benfeitorias	2 a 3	1.453	(140)	1.313
Veículos	8 a 9	494	(20)	474
Imobilizado em curso	-	-	-	-
Total controladora		7.038	(680)	6.358

	Controladora				
Custo	31/12/2010	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2011
Terrenos	51	2.203	-	-	2.254
Móveis e utensílios	844	272	-	-	1.116
Máquinas e equipamentos	1.850	80	-	(209)	1.721
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.360	317	(95)	(129)	1.453
Veículos	-	493	-	1	494
Imobilizado em curso	309	258	-	(567)	-
Total controladora	4.414	3.623	(95)	(904)	7.038

	Controladora				
Depreciação	31/12/2010	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2011
Móveis e utensílios	(205)	(59)	-	-	(264)
Máquinas e equipamentos	(446)	(334)	-	524	(256)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(487)	(34)	-	381	(140)
Veículos	-	(19)	-	(1)	(20)
Total controladora	(1.138)	(446)	-	904	(680)
Total imobilizado	3.276	3.177	(95)	-	6.358

No ano de 2012:

		Controladora		
		31/12/2012		
Controladora	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	3.446	-	3.446
Móveis e utensílios	5 a 6	1.139	(323)	816
Máquinas e equipamentos	5 a 6	5.845	(626)	5.219
Edificações, obras civis e benfeitorias	2 a 3	871	(95)	776
Veículos	8 a 9	573	(113)	460
Imobilizado em curso	-	1.733	-	1.733
Total controladora		13.607	(1.157)	12.450

	Controladora				
Custo	31/12/2011	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2012
Terrenos	2.254	1.192	-	-	3.446
Móveis e utensílios	1.116	39	(16)	-	1.139
Máquinas e equipamentos	1.721	104	(645)	4.665	5.845
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.453	-	(582)	-	871
Veículos	494	79	-	-	573
Imobilizado em curso	-	6.398	-	(4.665)	1.733
Total controladora	7.038	7.812	(1.243)	-	13.607

	Controladora				
Depreciação	31/12/2011	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2012
Móveis e utensílios	(264)	(59)	-	-	(323)
Máquinas e equipamentos	(256)	(494)	124	-	(626)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(140)	(40)	85	-	(95)
Veículos	(20)	(93)	-	-	(113)
Total controladora	(680)	(686)	209	-	(1.157)
Total imobilizado	6.358	7.126	(1.034)	-	12.450

No ano de 2011:

		Consolidado		
		31/12/2011		
Consolidado	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	5 a 6	97.311	-	97.311
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	2 a 3	1.300.899	(241.239)	1.059.660
Máquinas e equipamentos	5 a 6	1.232.106	(218.761)	1.013.345
Móveis e utensílios	5 a 6	4.734	(1.350)	3.384
Veículos	8 a 9	1.104	(208)	896
Imobilizado em curso	-	943.861	-	943.861
Total consolidado		3.580.015	(461.558)	3.118.457

	Consolidado							
Custo	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Aquisição Santa Luzia	Aquisição Jantus	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2011
Terrenos	5.263	25.538	26.599	5.043	2.136	-	32.732	97.311
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	263.170	616.087	126.292	286.935	18.778	-	(10.363)	1.300.899
Máquinas e equipamentos	311.286	306.914	88.288	542.187	6.078	-	(22.647)	1.232.106
Móveis e utensílios	1.499	980	76	233	365	(49)	1.630	4.734
Veículos	226	165	-	-	714	-	(1)	1.104
Imobilizado em curso	460.766	38.563	-	6.714	422.646	(126)	15.298	943.861
Total consolidado	1.042.210	988.247	241.255	841.112	450.717	(175)	16.649	3.580.015

	Consolidado							
Depreciação	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Aquisição Santa Luzia	Aquisição Jantus	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2011
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	(170.192)	(9.943)	(2.642)	(43.093)	(15.369)	-	-	(241.239)
Máquinas e equipamentos	(111.159)	(21.630)	(1.302)	(82.048)	(2.622)	-	-	(218.761)
Móveis e utensílios	(448)	(229)	(4)	(107)	(562)	-	-	(1.350)
Veículos	(153)	(1)	-	-	(54)	-	-	(208)
Total consolidado	(281.952)	(31.803)	(3.948)	(125.248)	(18.607)	-	-	(461.558)
Total imobilizado	760.258	956.444	237.307	715.864	432.110	(175)	16.649	3.118.457

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30 de junho de 2011.

Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

	Consolidado			
		31/12/2012		
Consolidado	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	5 a 6	79.961	(2.918)	77.043
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	2 a 3	1.483.484	(287.640)	1.195.844
Máquinas e equipamentos	5 a 6	3.197.193	(426.278)	2.770.915
Móveis e utensílios	5 a 6	6.033	(1.762)	4.273
Veículos	8 a 9	1.161	(185)	976
Imobilizado em curso	-	585.297	-	585.297
Total consolidado		5.353.129	(718.783)	4.634.348

	Consolidado					
Custo	31/12/2011	Aquisições Atlantica/ BVP/ Lacenas	Adição	Baixa	Transferência (*)	31/12/2012
Terrenos	97.311	-	1.186	-	(18.536)	79.961
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	1.300.899	75.841	35.100	(4.619)	76.263	1.483.484
Máquinas e equipamentos	1.232.106	682.740	63.396	(3.147)	1.222.098	3.197.193
Móveis e utensílios	4.734	93	236	(349)	1.319	6.033
Veículos	1.104	-	76	-	(19)	1.161
Imobilizado em curso	943.861	23.006	958.941	-	(1.340.511)	585.297
Total consolidado	3.580.015	781.680	1.058.935	(8.115)	(59.386)	5.353.129

	Consolidado					
Depreciação	31/12/2011	Aquisições Atlantica/ BVP/ Lacenas	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2012
Terrenos	-	-	(2.918)			(2.918)
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	(241.239)	(10.371)	(37.271)	-	1.241	(287.640)
Máquinas e equipamentos	(218.761)	(76.120)	(130.309)	-	(1.088)	(426.278)
Móveis e utensílios	(1.350)	(96)	(175)	26	(167)	(1.762)
Veículos	(208)	-	(56)	65	14	(185)
Total consolidado	(461.558)	(86.587)	(170.729)	91	-	(718.783)
Total imobilizado	3.118.457	695.093	888.206	(8.024)	(59.386)	4.634.346

(*) O valor de R$ 59.386 e composto por: (i) a reversão de provisão para custos socioambientais (nota explicativa nº 19) no montante de R$ 66.773 (ii) transferencias do ativo intangível de R$ 7.387

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

	Saldo líquido		Data prevista
Imobilizado em curso	31/12/2012	31/12/2011	de entrada em operação (**)
Aiuroca	11.515	11.451	(*)
Atlantica I	23.120	-	3T13
Atlantica II	22.727	-	3T13
Atlantica IV	25.743	-	3T13
Atlantica V	74.491	-	3T13
Baixa Verde	137	91	(*)
Bio Alvorada	95.733	3.369	2T13
Bio Buriti	-	131.509	Em operação
Bio Coopcana	78.801	3.494	2T13
Bio Formosa	-	126.966	Em operação
Bio Ipê	-	23.939	Em operação
Bio Pedra	-	165.092	Em operação
Boa Vista I	-	282	(*)
Boa Vista II	1.304	1.241	(*)
Cachoeira Grande	3.453	3.326	(*)
Cajueiro	114	89	(*)
Campos dos Ventos I	7.324		1T15
Campos dos Ventos II	11.678	33.160	3T13
Campos dos Ventos III	7.680	-	1T15
Campos dos Ventos V	7.051	-	1T15
Complexo Santa Clara	-	290.864	Em operação
Costa Branca	43.277	13.321	3T13
Costa das Dunas	331	281	(*)
Farol de Touros	173	177	(*)
Figueira Branca	94	97	(*)
Gameleira	551	545	(*)
Jurema	17.230	7.432	3T13
Macacos	23.280	10.245	3T13
Navegantes	-	154	(*)
Pedra Preta	22.090	11.361	3T13
Penedo	985	985	(*)
Salto Góes	-	61.282	Em operação
Santa Cruz	3.544	3.482	(*)
Santa Mônica	7.510	6.642	3T15
Santa Úrsula	6.863	6.125	3T15
São Benedito	6.955	6.187	3T15
São Domingos	7.457	6.498	3T15
Tombo	933	1.033	(*)
Ventos de Santo Dimas	7.518	6.643	3T15
Ventos de São Martinho	7.460	6.498	3T15
Outros projetos	58.175	-	(*)
Total	585.297	943.861	

(*) Empreendimento em fase de preparação

(**) Informação não auditada pelos auditores independentes

No final do prazo da autorização, os ativos das empresas de energia eólica podem ser vendidos a terceiros. No caso das PCHs, no final do prazo de autorização são devolvidas ao Poder Concedente.

A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 31 de julho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R$56.973, líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado ("deemed cost"), registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica "Reserva de lucros - ajuste de avaliação patrimonial". Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta rubrica era de R$53.352.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi registrada despesa de depreciação e amortização no montante de R$178.158 (consolidado), sendo R$176.157 (consolidado), classificada no grupo "Custos de geração de energia" e R$2.001 (consolidado) na rubrica "Depreciação" no grupo e despesas e receitas operacionais.

13. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Amortização	Transferencia	Saldo em 31/12/2012
Outros intangíveis	3.965	6.367	(1.315)	-	9.017
Total	3.965	6.367	(1.315)	-	9.017

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Amortização	Transferencia (*)	Saldo em 31/12/2012
Direito de exploração	2.299.807	792.321	(111.006)	-	2.981.122
Outros intangíveis	31.679	24.258	(7.429)	(7.387)	41.121
Total	2.331.486	816.579	(118.435)	(7.387)	3.022.243

(*) Vide nota explicativa nº 12

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de exploração e outros intangíveis das seguintes SPEs:

No ano de 2011:

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2010	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo em 31/12/2011
Aiuruoca	-	-	52.269	-	-	(1.156)	51.113
Alto Irani	-	-	167.861	-	-	(3.304)	164.557
Arvoredo	-	-	40.207	-	-	(890)	39.317
Baixa Verde	-	-	2.436	-	-	-	2.436
Barra da Paciência	-	-	68.352	-	-	(1.512)	66.840
Boa Vista II	-	-	74.049	-	-	-	74.049
Cachoeira Grande	-	-	2.654	-	-	-	2.654
Cajueiro	-	-	5.278	-	-	-	5.278
Campos dos Ventos I	-	1.458	-	1.769	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	-	5.576	-	-	-	-	5.576
Campos dos Ventos III	-	1.458	-	1.769	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	-	1.458	-	1.769	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	-	1.458	-	1.769	-	-	3.227
Cocais Grande	-	-	28.145	-	-	(623)	27.522
Corrente Grande	-	-	40.207	-	-	(890)	39.317
Costa Branca	-	-	49.482	-	-	-	49.482
Costas das Dunas	-	-	5.278	-	-	-	5.278
Eurus V	-	1.457	-	1.768	-	-	3.225
Eurus VI	-	1.273	-	-	-	-	1.273
Farol de Touros	-	-	4.060	-	-	-	4.060
Figueira Branca	-	-	2.436	-	-	-	2.436
Foz do Rio Choró	-	-	-	139.345	-	(553)	138.792
Gameleira	-	-	3.248	-	-	-	3.248
Icaraizinho	-	-	-	352.004	-	(1.397)	350.607
Juremas	-	-	40.751	-	-	-	40.751
Lacenas	-	-	-	-	-	-	-
Macacos	-	-	53.384	-	-	-	53.384
Navegantes	-	-	-	-	-	-	-
Ninho da Águia	-	-	28.145	-	-	(623)	27.522
Paiol	-	-	60.311	-	-	(1.334)	58.977
Paracuru	-	-	-	233.938	-	(928)	233.010
Pedra Preta	-	-	53.390	-	-	-	53.390
Penedo	-	-	36.682	-	-	-	36.682
Plano Alto	-	-	127.249	-	-	(2.496)	124.753
Praia Formosa	-	-	-	226.428	-	(898)	225.530
Salto Goes	-	-	55.442	-	-	-	55.442
Santa Clara I	-	5.077	-	-	-	-	5.077
Santa Clara II	-	5.077	-	-	-	-	5.077
Santa Clara III	-	5.077	-	-	-	-	5.077
Santa Clara IV	-	5.077	-	-	-	-	5.077
Santa Clara V	-	5.077	-	-	-	-	5.077
Santa Clara VI	-	5.077	-	-	-	-	5.077
Santa Cruz	-	-	1.288	-	-	-	1.288
Santa Luzia	-	-	-	88.167	-	-	88.167
Santa Mônica	-	-	-	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	-	-	-	5.963	-	-	5.963
São Benedito	-	-	-	5.963	-	-	5.963
São Domingos	-	-	-	5.963	-	-	5.963
São Gonçalo	-	-	32.167	-	-	(712)	31.455
Siif Desenvolvimento	-	-	-	75.932	-	(301)	75.631
Tombo	-	-	26.505	-	-	-	26.505
Varginha	-	-	28.144	-	-	(623)	27.521
Várzea Alegre	-	-	24.124	-	-	(533)	23.591
Ventos de Santo Dimas	-	-	-	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	-	-	-	5.963	-	-	5.963
Direito de autorização	-	44.600	1.113.544	1.160.436	-	(18.773)	2.299.807
Outros intangíveis	-	48.329	-	-	(16.649)	(1)	31.679
Total	-	92.929	1.113.544	1.160.436	(16.649)	(18.774)	2.331.486

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30 de junho de 2011.

Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

As aquisições do exercício são substancialmente representadas pela Jantus SL e pela Santa Luzia, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Aiuruoca	52.230	-	(2.836)	-	49.394
Alto Irani	164.557	3.157	(7.930)	-	159.784
Arvoredo	37.722	-	(2.048)	-	35.674
Atlanticas I	-	468	-	-	468
Atlanticas II	-	468	-	-	468
Atlanticas IV	-	469	-	-	469
Atlanticas V	-	468	-	-	468
Baixa Verde	2.436	2.621	-	-	5.057
Barra da Paciência	66.738	-	(3.624)	-	63.114
Boa Vista II	74.049	-	-	-	74.049
Bons Ventos	-	760.030	(21.945)	-	738.085
Cachoeira Grande	2.654	-	-	-	2.654
Cajueiro	5.278	2.621	-	-	7.899
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	-	-	-	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	-	3.227
Cocais Grande	29.017	-	(1.576)	-	27.441
Corrente Grande	40.623	-	(2.205)	-	38.418
Costa Branca	49.482	-	-	-	49.482
Costas das Dunas	5.278	-	-	-	5.278
Eurus V	3.225	-	-	-	3.225
Eurus VI	1.273	38	(21)	-	1.290
Farol de Touros	4.060	-	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	-	2.436
Foz do Rio Choró	138.792	-	(7.194)	-	131.598
Gameleira	3.248	-	-	-	3.248
Icaraizinho	350.607	-	(18.176)	-	332.431
Juremas	40.751	-	-	-	40.751
Lacenas	-	17.862	(170)	-	17.692
Macacos	53.384	-	-	-	53.384
Navegantes	-	-	-	-	-
Ninho da Águia	29.017	-	(1.576)	-	27.441
Paiol	58.033	-	(3.151)	-	54.882
Paracuru	233.010	-	(12.079)	-	220.931
PCH Holding 2	88.167	-	(2.807)	-	85.360
Pedra Preta	53.390	-	-	-	53.390
Penedo	36.682	-	-	-	36.682
Plano Alto	124.753	-	(5.988)	-	118.765
Praia Formosa	225.530	3.207	(11.863)	-	216.874
Salto Goes	55.442	-	-	-	55.442
Santa Clara I	5.077	152	(84)	-	5.145
Santa Clara II	5.077	152	(84)	-	5.145
Santa Clara III	5.077	152	(84)	-	5.145
Santa Clara IV	5.077	152	(84)	-	5.145
Santa Clara V	5.077	152	(84)	-	5.145
Santa Clara VI	5.077	152	(84)	-	5.145
Santa Cruz	1.288	-	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	5.963
São Gonçalo	31.918	-	(1.733)	-	30.185
Siif Desenvolvimento	75.631	-	(980)	-	74.651
Tombo	26.505	-	-	-	26.505
Varginha	26.115	-	(1.419)	-	24.696
Várzea Alegre	21.762	-	(1.181)	-	20.581
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	5.963
Direito de autorização	2.299.807	792.321	(111.006)	-	2.981.122
Outros intangíveis	31.679	24.258	(7.429)	(7.387)	41.121
Total	2.331.486	816.579	(118.435)	(7.387)	3.022.243

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R$111.006 (R$18.773 em 2011), classificada no grupo "Despesas operacionais".

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	1.120	-	19.147	-
Encargos de uso da rede elétrica	886	-	1.452	-
Materiais e serviços	7.327	1.761	55.538	57.495
Total	9.333	1.761	76.137	57.495
Não Circulante				
Materiais e serviços	-	-	4.467	-
Total	-	-	4.467	-
Total	9.333	1.761	80.604	57.495

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" está apresentado a seguir:

No ano de 2011:

	Controladora				
	31/12/2011				
Agente	Circulante		Total	Não Circulante	Total
Financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal	
BNDES	5.875	25.851	31.726	582.103	613.829

No ano de 2012:

	Controladora				
	31/12/2012				
Agente	Circulante		Total	Não Circulante	Total
Financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal	
BNDES	10.007	67.228	77.235	911.265	988.500

No ano de 2011:

	Consolidado				
	31/12/2011				
	Circulante		Total	Não Circulante	Total
Agente Financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal	
BNDES (a)	2.167	30.960	33.127	383.554	416.681
BNDES (b)	1.876	22.912	24.788	289.065	313.853
SAFRA (c)	698	22.000	22.698	52.250	74.948
BNDES (d)	-	11.413	11.413	124.590	136.003
Banco do Nordeste do Brasil (e)	230	9.160	9.390	142.322	151.712
BNDES (j)	204	8.098	8.302	67.870	76.172
BNDES (k)	3.212	-	3.212	288.238	291.450
BNDES (l)	34	3.690	3.724	4.802	8.526
BNDES	22	1.735	1.757	3.617	5.374
Capital de giro	-	424	424	-	424
	8.443	110.392	118.835	1.356.308	1.475.143

No ano de 2012:

	Consolidado				
	31/12/2012				
	Circulante		Total	Não Circulante	Total
Agente Financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal	
BNDES (a)	1.073	31.713	32.786	351.843	384.629
BNDES (b)	863	38.286	39.149	327.726	366.875
SAFRA (c)	296	24.750	25.046	27.500	52.546
BNDES (d)	392	124.116	124.508	-	124.508
Banco do Nordeste do Brasil (e)	1.167	9.924	11.091	133.161	144.252
HSBC (f)	1.252	56.000	57.252	340.271	397.523
Banco do Nordeste do Brasil (g)	1.349	6.597	7.946	173.978	181.924
Nordic Investment Bank (g)	265	7.789	8.054	74.435	82.489
BNDES (g)	612	20.959	21.571	197.295	218.866
Nota promissória (h)	11.538	320.000	331.538	-	331.538
BNDES (i)	169	902	1.071	70.671	71.742
BNDES (j)	154	8.098	8.252	59.772	68.024
BNDES (k)	9.128	25.320	34.448	582.358	616.806
BNDES (l)	16	3.585	3.601	1.217	4.818
BNDES (m)	48	-	48	98.000	98.048
BNDES (n)	156	7.399	7.555	46.858	54.413
	28.478	685.438	713.916	2.485.085	3.199.001

a) Operação com BNDES nas controladas da PCH Holding

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R$471.484 (valor original) a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da ERSA, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca, foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R$404.105 (valor original). As demais SPEs compreendidas neste financiamento estão em fase de amortização, com o prazo de 168 meses. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$384.629.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos principais fornecedores.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

b) Operação com BNDES na Controladora - Biomassas

Também em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$398.547 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Os financiamentos possuem 2 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,87% a 1,90% ao ano e a segunda com encargos fixos de 5,5% ao ano. O prazo de amortização varia entre 96 meses e 168 meses. Em virtude de alterações de escopo dos projetos e revisões de cronograma, o montante de financiamento totalizou R$377.094, que haviam sido liberados integralmente até 31 de dezembro de 2012. Os juros iniciaram-se em janeiro de 2012, e serão pagos mensalmente, com exceção da CPFL Bio Pedra, que se iniciou em agosto de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1., esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$366.875.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (k) desta nota explicativa são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Penhor de cotas (em alguns casos).
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.
- A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

c) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a "International Finance Corporation - IFC", mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R$63.000 na SPE Alto Irani e R$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do, CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias, na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 31 de dezembro de 2012.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$52.546.

d) Empréstimos oriundos da Santa Luzia

Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor original de R$91.350 e de R$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Ipuaçú, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20 de julho de 2011, a carência foi prorrogada de junho de 2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorreu em 15 de janeiro de 2012. O prazo de amortização é de 143 meses. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$124.508.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica.
- Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17 de dezembro de 2002.
- Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento.
- Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data de 100% do capital social da PCH Santa Luzia.
- Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente:

- O inadimplemento por parte dos Acionistas de suas obrigações em contratos de BNDES, sendo repasse ou direto.
- Retardamento ou paralisação de obras.
- Inexecução das obras no prazo contratual.
- Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista.

- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem, restrinjam o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.

- Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia.

Para a transferência do controle da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4, foi obtida anuência do BNDES e do Banco do Brasil, resultando na não antecipação do vencimento da divida.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da divida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R$112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da divida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012 e em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido "covenant" também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de "cross--default".

e) Empréstimos oriundos da Jantus

Em 2008, as controladas da Jantus assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com encargos fixos de 9,50% a 10,00% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em 2028. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$144.252.

Antes da liberação desses recursos, as controladas da Jantus incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos.

As principais garantias dessas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R$56.663 (valor original) garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.

- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás.

- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.

- Ações das controladas de propriedade da Jantus.

- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$ 16.911 conforme "covenant" de financiamento (vide nota explicativa nº 6).

- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

f) Operação com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. na controlada T-15 Energia S.A (T-15)

Em junho de 2012, foi realizada operação de captação de recursos com o Banco HSBC para aquisição do negócio Bons Ventos, utilizando como empresa veículo a nova controlada T-15, constituída para essa finalidade. O Banco HSBC subscreveu 2.927.994.471 ações preferenciais resgatáveis de emissão da T-15, integralizando R$400.000 em caixa.

As ações preferenciais de emissão da T-15 possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de junho de 2013 até junho de 2020.

- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,5% ao ano.

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos por 3 períodos consecutivos ou 5 períodos durante a vigência do contrato, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção de 1,01 ordinária para cada 1,00 preferencial.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco HSBC.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs controladas pela T-15, a qual foi cumprida até 31 de dezembro de 2012.

A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA superior a 3,75 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$397.523.

g) Empréstimos oriundos da Bons Ventos

Em 2009 e 2010, a Bons Ventos assinou acordos de empréstimos no valor de R$198.633 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no valor de R$258.456 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES e R$ 85.135 com o Nordic Investment Bank - NIB.

Os empréstimos com o BNDES possuem subcréditos com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,92% ao ano e em encargos fixos de 4,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022. Já os empréstimos com o BNB possuem encargos fixos de 10% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em outubro de 2029 enquanto que os empréstimos com o NIB possuem encargos baseados no IGP-M acrescido de 8,63% ao ano e vencimento em setembro de 2023.

Antes das liberações desses recursos, a Bons Ventos incorreu em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizadas pelos prazos dos contratos.

No dia 20 de junho de 2012 a Companhia obteve a conclusão físico-financeira.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$483.279, sendo R$181.924 do BNB, R$218.866 do BNDES e R$82.489 do NIB.

As principais garantias e cláusulas restritivas dessas dívidas são:

- Fiança corporativa da BVP S.A.
- Até a conclusão físico-financeira, fianças bancárias de 100% do valor da dívida.
- Penhor das ações da Bons Ventos S.A.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Alienação fiduciária de Máquinas e Equipamentos adquiridos para o projeto.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

h) Operação de Notas Promissórias e de Capital de Giro

Em maio de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de capital de giro, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R$79.490 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento foi liquidado em julho de 2012.

Em julho de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R$320.000 (valor original) para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$331.538.

Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento liquidado em janeiro de 2013 vide nota explicativa nº 32.

i) Operação com o BNDES na controlada Salto Góes

No segundo trimestre de 2012, o BNDES aprovou a contratação de operação de financiamento no valor total de até R$85.244 (valor original) a ser utilizado no empreendimento da PCH, controlada direta, com encargos financeiros baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de 2,05% ao ano.

Até 31 de dezembro de 2012, foi desembolsado o montante de R$69.982. O saldo remanescente, de R$15.262, deve ser liberado até abril de 2013. O financiamento deverá ser amortizado a partir de outubro de 2013, com o prazo de 192 meses. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$71.742.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- Não ocorrer o vencimento antecipado em nenhum contrato de financiamento em empresas do mesmo grupo econômico.
- A CPFL Energias Renováveis S.A. é devedora solidária.
- Penhor das ações da Salto Góes Energia S.A. detidas pela CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias no Ambiente Regulado - CCEARs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os “covenants” em 31 de dezembro de 2012.

j) Operação com o BNDES na controlada Bioenergia

Refere-se a empréstimos contraídos pela controlada CPFL Bioenergia S.A. com o Banco Itaú BBA S.A. nas modalidades BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,90% ao ano e amortização mensal até maio de 2023 e BNDES FINAME com encargos pré-fixados à taxa de 4,50% ao ano e amortização mensal até novembro de 2019. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$68.024.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES ou com o Itaú por qualquer empresa do grupo econômico.
- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

k) Operação com BNDES no Complexo Santa Clara

Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$574.098, (valor original) na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas diretas Santa Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP acrescida de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses.

Até 31 de dezembro de 2012, foi liberado o montante de R$572.858. O saldo remanescente, de R$1.240, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1 , esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$616.806.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia S.A., durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

l) Outros empréstimos e financiamentos

Referem-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil S.A., na modalidade BNDES FINEM, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 3,10% e 4,30% ao ano, respectivamente, e amortização mensal até novembro de 2013 e junho de 2014, respectivamente. Tais empréstimos foram contraídos para a repotencialização das PCHs Capão Preto, Chibarro e Gavião Peixoto. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$4.818, sendo R$3.663 contraídos com o Itaú e R$1.155 contraídos com o Banco do Brasil.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES, seja por repasse ou direto, por qualquer empresa do grupo econômico.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

m) Operação junto ao BNDES das controladas Bio Alvorada Bio Coopcana

Em 2012 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$209.000 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana. Os financiamentos possuem 3 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,02% ao ano, a segunda com encargos fixos de 2,5% ao ano e na terceira incorre a TJLP. O prazo de amortização varia entre 108 meses e 192 meses. Até 31 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R$ 98.000. O saldo remanescente, de R$111.000, deve ser liberado até novembro de 2013. A amortização de principal e juros iniciará em janeiro de 2014 e será mensal. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$98.048.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de Ações da CPFL Renováveis S.A.
- Penhor de Ações da Controlada.
- Conta Reserva.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.
- Fiança da Corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.

- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

n) Operação junto ao BNDES na controlada Lacenas

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação da operação de financiamento no valor original de R$73.769, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,15% ao ano, utilizado na expansão da cogeração de energia a partir da biomassa. Os valores liberados foram 100% desembolsados. A primeira amortização ocorreu em 15 de maio de 2010 e o prazo de amortização é de 120 meses. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 é de R$54.413.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao financiamento descrito estão sob negociação junto ao BNDES pois se referem ao acionista anterior, Usina Açucareira Ester S.A. conforme abaixo:

- Hipoteca de imóveis rurais avaliados em R$ 39.175.

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

- Penhor de Ações da Controlada.

- Fiança corporativa da Anhumas S.A. e Companhia Agrícola Nogueirapis.

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está representada como segue:

No ano de 2011:

Controladora						
Saldo em 31/12/2010	Liberações	Reestruturação societária	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2011
-	300.688	303.322	11.719	(1.537)	(363)	613.829

Consolidado									
Saldo em 31/12/2010	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Aquisição Jantus	Aquisição Santa Luzia	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2011
-	378.087	521.134	129.080	136.003	338.308	31.445	(45.130)	(13.784)	1.475.143

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30 de junho de 2011.

Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

Controladora					
Saldo em 31/12/2011	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2012
613.829	362.058	57.304	(27.529)	(17.162)	988.500

Consolidado							
Saldo em 31/12/2011	Aquisição BVP	Aquisição Lacenas	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2012
1.475.143	500.450	56.256	1.325.406	184.034	(218.094)	(124.194)	3.199.001

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	77.505	231.259
2015	76.287	211.787
2016	76.287	220.000
2017	76.287	223.529
2018 a 2022	329.452	1.036.263
2023 a 2027	224.807	487.431
2028 a 2029	50.640	74.816
Total - não circulante	911.265	2.485.085

16. DEBÊNTURES

No ano de 2011:

	Consolidado				
	31/12/2011				
	Circulante		Total	Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Circulante	Principal	
Debêntures conversíveis FDNE - SUDENE (a)	4.214	27.890	32.104	501.780	533.884
(-) Custos de captação	-	(1.535)	(1.535)	(15.539)	(17.074)
	4.214	26.355	30.569	486.241	516.810

Consolidado								
Saldo em 31/12/2010	Liberações	Aquisição Jantus	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2011
-	-	517.648	3.187	(4.025)	-	-	-	516.810

No ano de 2012:

	Controladora					
	31/12/2012					31/12/2011
	Circulante		Total	Não circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Circulante	Principal		
Debêntures CPFL Renováveis	3.761	-	3.761	430.000	433.761	-
(-) Custos de captação	-	-	-	(3.079)	(3.079)	-
	3.761	-	3.761	426.921	430.682	-

Controladora							
Saldo em 31/12/2011	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2012
-	430.000	24.044	(3.673)	594	-	(20.283)	430.682

	Consolidado					
	31/12/2012					31/12/2011
	Circulante		Total	Não circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Circulante	Principal		
Debêntures conversíveis FDNE - SUDENE (a)	1.773	33.483	35.256	496.590	531.846	533.884
(-) Custos de captação	-	-	-	(15.539)	(15.539)	(17.074)
Debêntures CPFL Renováveis (c)	3.761	-	3.761	430.000	433.761	-
(-) Custos de captação	-	-	-	(3.079)	(3.079)	-
Debêntures PCH Holding 2 (b)	-	-	-	174.895	174.895	-
(-) Custos de captação	-	-	-	(1.927)	(1.927)	-
	5.534	33.483	39.017	1.080.940	1.119.957	516.810

Consolidado							
Saldo em 31/12/2011	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2012
516.810	588.193	76.955	(5.856)	2.095	(27.890)	(30.350)	1.119.957

O cronograma de previsão de pagamento das debêntures está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	-	30.547
2015	20.381	77.568
2016	42.497	82.531
2017	42.557	82.672
2018 a 2022	321.486	587.582
2023 a 2027	-	187.046
2028 a 2029	-	32.994
Total - não circulante	426.921	1.080.940

a) Debêntures conversíveis - SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa

As SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescida de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R$17.320, que foram consideradas como custos de captação e contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, sendo amortizadas pelo prazo do contrato.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2029.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R$129.510 à SUDENE.
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas.
- A Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$21.746. (nota explicativa nº 6).

Processo de conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Jantus deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM.

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

As controladas da Jantus são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

- Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.

- Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.

- Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

Conforme análise da Administração, as debêntures conversíveis em ações não contêm instrumentos derivativos embutidos que devessem ter sido bifurcados e avaliados a valor justo por meio do resultado. O entendimento da Administração é que as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE, e, consequentemente, não deveriam ser separadas do contrato principal.

b) Debêntures não conversíveis - PCH Holding 2

Em janeiro de 2012, a PCH Holding 2 S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$ 158.193 com vencimento em 2023, para financiar a aquisição da PCH Santa Luzia. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, que serão pagos mensalmente a partir de junho de 2015. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo inicio ocorrerá em junho de 2015 e o término em junho de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R$2.183, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes:

- A Garantia dada pela CPFL Energias Renováveis S.A., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.

- Manutenção de Índice de Alavancagem consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. menor ou igual a 80%

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida com Caixa Acumulado consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. maior ou igual a 1,15.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

c) Debêntures não conversíveis - CPFL Renováveis

Em maio de 2012, a CPFL Energias Renováveis S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$430.000, com vencimento em 2022, para financiar a aquisição da Bons Ventos. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário , acrescidas de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de novembro de 2012. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em maio de 2015 e o término em maio de 2023. Antes da liberação dos recursos, a Companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R$3.673, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes:

- Cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos aos dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela da PCH Holding S.A. e BVP S.A. bem como dos direitos creditórios das contas correntes pelas quais deverão circular os dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelas mesmas.

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante.

- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

A Companhia atendeu os "covenants" em 31 de dezembro de 2012.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Na controladora e no consolidado, o saldo em 31 de dezembro de 2012 desta conta totaliza R$11.369, conforme segue:

- Inclui R$5.709 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurus VI, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).

- A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R$4.252, atualizado monetariamente pelo IGP-M.

- A Companhia reteve R$1.408 referente a aquisição da usina de biomassa Lacenas, com previsão de pagamento para o início de 2013.

Em 2012, a Companhia liquidou o passivo de R$152.442 (R$151.534 referentes ao preço base e R$908 referentes ao ajuste de preço) relacionado à aquisição da Santa Luzia Energética S.A. (ver Nota 1.4) e o valor de R$18.432 relacionado à aquisição da Jantus (ver nota explicativa nº 1.3.), reconhecidos nesta rubrica em 31 de dezembro de 2011.

Em agosto de 2012, a Companhia liquidou o montante de R$83.428 aos antigos acionistas da BVP (ver nota explicativa nº 1.6.) a título de complemento de preço.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta conta totaliza de R$14.584 (R$68.053 em 31 de dezembro de 2011), sendo o valor de R$13.704 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Câmara de Comercialização Energia Elétrica - CCEE e de outros clientes sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia pelas controladas Bio Formosa e Bio Pedra. A controlada Lacenas apresenta R$ 880, relativos ao faturamento de cliente de mercado livre.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO

19.1. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

A Companhia tem como prática a revisão e atualização de suas provisões. No exercício de 2012, a Companhia revisou suas estimativas de gastos com custos socioambientais e, em decorrência desta, foi feita a reversão no valor total de R$66.773, em contra partida ao imobilizado (lançamento original).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R$9.278 no passivo circulante e R$17.388 no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R$28.829 registrada no passivo não circulante.

Desta maneira, os saldos totais registrados em 2012 relativos a "Provisão para custos socioambientais e desmobilização" montam R$9.278 no passivo circulante e R$46.217 no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

No ano de 2011:

	Controladora					
	31/12/2010	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	31/12/2011
Trabalhista	-	60	(60)	-	-	-
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Outros passivos contingentes	-	-	-	-	-	-
	-	60	(60)	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-

	Consolidado				
	31/12/2010	Reestruturação societária I	Reestruturação societária II	Provisão	31/12/2011
Trabalhista	-	-	259	101	360
Cíveis	-	-	-	571	571
Tributárias	-	-	-	93	93
Outros passivos contingentes	-	-	-	13.950	13.950
Total	-	-	259	14.715	14.974
Depósitos judiciais	-	-	-	(24)	(24)

Reestruturação societária I - refere-se à contribuição de capital dos ativos líquidos dos empreendimentos de energia renovável integrantes do Grupo CPFL na SMITA, na data-base 30 de junho de 2011.

Reestruturação societária II - refere-se à contribuição das participações detidas pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil na SMITA para a ERSA conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

No ano de 2012:

	Controladora						
	31/12/2011	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/12/2012
Trabalhista	-	560	(239)	(119)	9	-	211
Cíveis	-	571	-	-	35	-	606
Outros passivos contingentes	-	35	-	-	-	-	35
	-	1.166	(239)	(119)	44	-	852
Depósitos judiciais	-	(83)	18	-	-	-	(65)

	Consolidado						
	31/12/2011	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/12/2012
Trabalhista	360	1.374	(1.248)	(241)	11	-	256
Cíveis	571	582	(664)		38	93	620
Tributárias	93	-	-			(93)	-
Outros passivos contingentes	13.950	10.035	-			-	23.985
Total	14.974	11.991	(1.912)	(241)	49	-	24.861
Depósitos judiciais	(24)	(290)	113	-	-	-	(201)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus e Bons Ventos, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R$23.985, sendo R$13.950 da Jantus e R$10.000 de Bons Ventos e R$35 da associação da ERSA e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R$23.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas eram parte em vinte e oito ações judiciais cíveis e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa original o montante de R$4.144. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre pedidos de indenização em razão de eventuais impactos decorrentes da construção dos empreendimentos.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas eram parte em cinquenta e seis reclamações trabalhistas com valor total de causa de R$3.190 e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos nossos advogados externos como possível. Portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As reclamações trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas apresentaram questionamentos tributários em dois procedimentos administrativos de natureza tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R$1.769, versando exclusivamente sobre recolhimento de ISS e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos nossos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída provisão contábil.

Em 30 de setembro de 2012, éramos parte passiva em 2 processos administrativos de natureza tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R$21.174, cuja possibilidade de perda era considerada como possível. Tendo em vista que a decisão administrativa considerou procedentes tais processos administrativos, a Companhia ingressou com Ação Anulatória perante o Poder Judiciário buscando a anulação dos autos de infração objeto dos processos administrativos. De acordo com a opinião dos nossos advogados externos, tais processos foram classificados com prognóstico de perda remota e, portanto, não foi constituída provisão contábil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado monta a R$2.675.731, representado por 412.274.029 (2.061.370.145 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Composição acionária

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Ordinárias**	**%**
CPFL Geração de Energia S.A.	146.312.932	35,49%	731.564.653	35,49%
CPFL Comercialização Brasil S.A.	113.435.867	27,51%	567.179.333	27,51%
Secor LLC	38.082.654	9,24%	190.413.272	9,24%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	33.072.441	8,02%	165.362.205	8,02%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	5.808.543	1,41%	29.042.714	1,41%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,63%	157.196.439	7,63%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	10.205.052	2,48%	51.025.261	2,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	20.574.590	4,99%	102.872.952	4,99%
GMR Empreendimentos Energéticos Ltda.	9.210.360	2,23%	46.051.800	2,23%
Outros (pessoas físicas)	4.132.302	1,00%	20.661.516	1,00%
	412.274.029	**100%**	**2.061.370.145**	**100%**

c) Agrupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 para 1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do "caput" do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passou a viger com a seguinte nova redação:

"Artigo 4º - O capital social subscrito da Companhia é de R$2.675.731.029,29 (dois bilhões seiscentos e setenta e cinco milhões setecentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e nove centavos), dividido em 412.274.029 (quatrocentos e doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal."

d) Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2011, foram deliberados os seguintes temas:

1) Conversão da totalidade das debêntures detidas pelo Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus em 54.222.660 ações ordinárias da Companhia, reduzindo o saldo de reserva de capital no valor de R$56.378 e aumentando o capital social pelo mesmo valor.

2) Cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição detidos por Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que em contrapartida recebeu 29.042.714 ações de emissão da Companhia. O valor corresponde a R$2.

3) A associação entre a antiga ERSA e a CPFL Energia resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Na essência contábil, essa operação refletiu uma aquisição reversa e, portanto, os ativos líquidos da antiga ERSA foram avaliados a valor justo. O respectivo laudo de avaliação, preparado por especialistas, gerou o registro na atual CPFL Renováveis de um intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R$533.756(R$528.988 em 2012), em contrapartida à conta "Reserva de ágio na subscrição de ações", no patrimônio líquido. Esse valor será mantido na rubrica "Reserva de capital" até sua capitalização, que será feita na proporção representativa do capital de cada acionista.

e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 2012, a Companhia mantém reserva no montante de R$1.578 a título de reserva legal.

f) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 2012 a Companhia possuía o montante de R$22.492.

g) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

Em 2012, a Companhia possui o montante de R$7.496 referente à parcela do lucro não realizado no exercício.

h) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com a IAS 33, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro básico por ação		
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R$)	8.291	68.118
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	225.357.107
Lucro básico por ação (R$ por ação)	0,02	0,30
Lucro (prejuizo) diluído por ação		
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R$)	8.291	68.118
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	(27.837)	-
Lucro (prejuizo) disponível aos acionistas ordinários	(19.546)	68.118
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	225.357.107
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	225.357.107
Lucro (prejuizo) diluído por ação (R$ por ação)	(0,05)	0,30

De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações de 2011 levou em consideração o evento ocorrido em 31 de maio de 2012, de grupamento de ações, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.1.) foram considerados anti dilutivos de 2011 e 2012. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

j) Reserva de lucros - conta de ajuste de avaliação patrimonial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1., determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído ("deemed cost"). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R$56.973, foi registrado na conta "Reserva de lucros - ajuste de avaliação patrimonial". O saldo em 2012 era de R$53.352. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi realizado o valor de R$2.536, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados.

k) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de dezembro de 2012 não houve distribuição de dividendos.

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	8.291	68.118
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	(48.464)
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial	2.536	1.085
Lucro líquido ajustado	10.827	20.739
(-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado)	(541)	(1.037)
Base de cálculo dos dividendos	10.286	19.702
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%, antes da constituição da reserva de lucros a realizar	2.571	4.925
Lucros a realizar:		
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	189.156	126.545
Lucro não realizado	189.156	126.545
Lucro realizado no exercício, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios a pagar	-	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	2.571	4.925
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	189.156	126.545
Dividendos recebidos em 2012	44.768	77.373
Parcela ainda não realizada	144.388	49.172

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita de venda de energia	31.773	8.624	860.565	180.971
Outras Receitas	58	-	383	-
Receita	31.831	8.624	860.948	180.971
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(2.944)	(781)	(49.844)	(7.407)
Encargos regulatórios	-	-	(4.684)	(1.710)
Receita operacional líquida	28.887	7.843	806.420	171.854

Abaixo demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
CCEAR*	-	-	72.467	28.814
CER**	-	-	80.575	56
Mercado Livre	31.773	8.624	309.693	109.060
Proinfa	-	-	397.830	43.041
Total	31.773	8.624	860.565	180.971

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Os contratos de venda de energia das SPEs da Companhia que se encontram em operação em 31 de dezembro de 2012 têm as seguintes características:

Emprendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R$/MWh)*	Indice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,5	189,82	IGPM	Junho
Americana	Mercado Livre	13,0	221,69	IGPM	Abril
Andorinhas	Mercado Livre	0,5	176,92	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	176,48	IPCA	**
Baia Formosa	CCEAR	11,0	194,48	IPCA	**
Baldin	Mercado Livre	9,7	172,66	IGPM	Janeiro
Barra da Paciência	Mercado Livre	13,1	179,01	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	171,89	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,4	171,89	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	18,4	160,79	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	20,2	287,24	IGPM	Março
Buritis	Mercado Livre	0,4	221,69	IGPM	Abril
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	294,91	IGPM	Junho
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	221,69	IGPM	Abril
Chibarro	Mercado Livre	1,7	221,69	IGPM	Abril
Cocais Grande	Proinfa	5,2	189,82	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	179,01	IPCA	Janeiro
Diamante	Mercado Livre	1,8	164,32	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	6,4	221,69	IGPM	Abril
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,1	221,69	IGPM	Abril
Enacel	Proinfa	12,6	295,32	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	221,69	IGPM	Abril
Eurus VI	CER	3,0	175,53	IPCA	Julho
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,5	338,12	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,5	221,69	IGPM	Abril
Guaporé	Mercado Livre	0,6	176,92	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proinfa	29,1	285,63	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	7,4	221,69	IGPM	Abril
Lacenas	CCEAR	7,0	187,95	IPCA	**
Lençóis	Mercado Livre	1,0	221,69	IGPM	Abril
Monjolinho	Mercado Livre	0,4	156,30	IGPM	Abril
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,7	179,01	IPCA	Janeiro
Paiol	Mercado Livre	11,2	178,99	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,9	285,63	IGPM	Março
Pinhal	Mercado Livre	3,4	221,69	IGPM	Abril
Pirapó	Mercado Livre	0,6	176,92	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,2	189,82	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	333,65	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	338,12	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,9	342,95	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	22,0	323,94	IGPM	Março
Saltinho	Mercado Livre	0,7	176,92	IGPM	Janeiro
Salto Grande	Mercado Livre	4,1	221,69	IGPM	Abril
Santa Clara I	CER	13,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	176,48	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	202,76	IGPM	Agosto
Santana	Mercado Livre	4,2	221,69	IGPM	Abril
Salto Góes	CCEAR	11,1	165,80	IPCA	Agosto
São Gonçalo	Mercado Livre	7,3	179,01	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	4,6	221,69	IGPM	Abril
Socorro	Mercado Livre	0,5	221,69	IGPM	Abril
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	294,01	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,9	221,69	IGPM	Abril
Varginha	CCEAR	4,0	176,48	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,3	179,01	IPCA	Janeiro
Total		482,0			

(*) Data de referência: 31/12/2012

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

23. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011 Reapresentado	2012	2011 Reapresentado
Custo:				
Custo de compra de energia	(22.719)	(5.463)	(79.903)	(12.942)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(32.107)	(4.538)
Custo de operação das usinas	-	-	(53.054)	(4.506)
Materiais	-	-	(15.571)	(271)
Custo de pessoal	-	-	(16.734)	(4.131)
Arrendamentos	-	-	(8.514)	(852)
Depreciação e amortização	-	-	(176.157)	(18.300)
Outros custos de operação	-	-	(5.775)	(152)
Total	(22.719)	(5.463)	(387.815)	(45.692)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(31.316)	(26.374)	(14.915)	(13.678)
Despesas de ocupação	(1.775)	(2.289)	(1.775)	(2.360)
Despesas com viagens e estadas	(1.743)	(1.687)	(2.444)	(1.188)
Provisão para perda Baldin Bio Energia S.A.	-	-	(13.838)	-
Despesas gerais	(1.050)	(4.035)	(6.018)	(4.782)
Serviços profissionais (a)	(34.580)	(26.307)	(43.328)	(31.227)
Impostos e taxas	(54)	(182)	(1.296)	(233)
Outros	(529)	(4.023)	(853)	(916)
Total	(71.047)	(64.897)	(84.467)	(54.384)
Depreciação e amortização	(2.001)	(2.726)	(2.001)	(308)
Amortização do direito de exploração	-	-	(111.006)	(18.773)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1	45	-	614
Remuneração dos administradores	(5.992)	(6.045)	(5.992)	(6.045)
Total	(79.039)	(73.623)	(203.466)	(78.896)

(a) No ano de 2012, foi reconhecido na rubrica de serviços profissionais o valor de R$8.228 referentes a despesas de IPO.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras:				
Juros	-	-	-	120
Receita de aplicação financeira	13.170	24.135	41.812	53.646
Variações monetárias ativas	-	-	4.247	-
Ajuste a valor presente	-	-	3.216	1.642
Outras	37	70	7.186	1.628
Total	13.207	24.205	56.461	57.036
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(81.348)	(11.719)	(260.989)	(34.632)
Juros capitalizados no imobilizado	18.377	6.861	32.528	6.861
Fiança bancária/Comissões e corretagens	-	(384)	(6.396)	(2.405)
Variações monetárias passivas	-	-	(2.913)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(3.019)	-
Outros juros	(85)	(16)	(84)	(1.724)
Outras	(246)	(2.892)	(13.211)	(2.898)
Total	(63.302)	(8.150)	(254.084)	(34.798)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.291	68.666	17.516	69.504
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.819)	(23.346)	(5.955)	(23.631)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	44.627	42.110	-	-
Outras adições permanentes	(2.279)	(9.537)	(13.242)	(12.846)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	-	-	(10.439)	-
Créditos decorrentes de diferenças temporarias e prejuizos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(39.529)	(9.775)	(25.566)	(2.858)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	-	-	5.575	-
Lucro (exceto resultado financeiro) das controladas cuja Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	66.617	47.394
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	-	-	(26.245)	(6.626)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	-	(548)	(9.255)	1.433
Impostos - corrente	-	(548)	(36.226)	(5.700)
Impostos - diferido	-	-	26.971	7.133
Impostos liquidos	-	(548)	(9.255)	1.433
Aliquota efetiva - %	0,0%	(0,8%)	(52,8%)	2,1%

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da Jantus, que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico Jantus pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

a) Ativo

	Consolidado 31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:		
Jantus	11.491	14.285
Baixa do ativo diferido nas controladas	-	7.162
Outras diferenças temporárias:	-	106
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia do ativo imobilizado apurada em aquisição de negócio):		
Jantus	52.280	54.973
BVP	55.931	-
Total - ativo	119.702	76.526

Expectativa de recuperação	Consolidado
2013	8.217
2014	8.472
2015	8.445
2016	8.553
2017 a 2019	16.646
2020 a 2022	16.646
2023 a 2025	16.646
2026 a 2028	16.646
2029 a 2032	19.431
Total	119.702

b) Passivo

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Mais valia decorrente da apuração do custo atribuído	27.387	32.153
Mais valia dos ativos recebidos da antiga ERSA	364.377	373.610
Intangível - direito de exploração/autorização - Jantus	332.005	348.014
Intangível - direito de exploração/autorização - Santa Luzia	29.023	29.977
Intangível - direito de exploração/autorização - Complexo Atlântica	637	-
Intangível - direito de exploração/autorização - BVP	251.007	-
Intangível - direito de exploração/autorização - Lacenas	6.002	-
Outras diferenças temporárias	23.872	14.220
Total	1.034.310	797.974

c) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Total do ativo	119.702	76.526
Total do passivo	(1.034.310)	(797.974)
	(914.608)	(721.448)
Classificado:		
Ativo líquido	11.491	7.332
Passivo líquido	(926.099)	(728.780)
	(914.608)	(721.448)

d) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2011	7.332	728.780
Aquisição da BVP	57.121	16.625
Direito de concessão - Atlântica	-	637
Direito de concessão - BVP	-	258.410
Direito de concessão - Jantus	-	1.090
Direito de concessão - ERSA	-	2.803
Direito de concessão - Lacenas	-	6.073
Realização de impostos diferidos	(18.950)	(45.921)
Reclassificação de impostos diferidos	5.004	(3.382)
Alocação por endidades legais	(39.016)	(39.016)
Saldo em 31.12.2012	11.491	926.099

25.3. Créditos fiscais - Controladora

A Companhia possui prejuízos fiscais não registrados sobre os seguintes valores-base:

	Controladora R$
Prejuízos fiscais apurados até 2012	182.210
Base negativa de contribuição social até 2012	182.210

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributários até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia aprovou no último trimestre de 2011, em Comitê Financeiro, a sua nova Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. Desde então, a exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, foi limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.1.).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16)
- Fornecedores (nota explicativa nº 14)
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17)
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras;

- Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia e suas controladas com o BNDES e SUDENE, bem como ao fato de que os montantes a pagar são reajustados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros de referência do Governo Federal), que reflete taxas de mercado para estes instrumentos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras;

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato de os AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários no montante de R$2.161 em 31 de dezembro de 2012 (R$1.853 em 31 de dezembro de 2011) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R$ 66.826 (39,17% do total) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa); (ii) 33.514 (19,6% do total) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (iii) R$28.318 (16,6% do total) do grupo CPFL, (acionista controlador); e (iv) R$6.381 (3,7% do total) por um grande consumidor.

Adicionalmente, a Companhia possui saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (vide nota explicativa nº 9).

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de dezembro de 2012 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31 de dezembro de 2012 permaneçam estáveis (CDI em 6,90% a.a., TJLP em 5,5% a.a., IGP-M em 7,81% a.a. e TR em 0,41% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25%; e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

O cenário "(1)" é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Juros a incorrer expostos a:	Risco da taxa de juros do instrumento	Exposição	Cenário I	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Ativo Financeiro						
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	Redução	88.686	5.835	7.293	8.752
Aplicação Fundos	CDI	Redução	655.111	45.966	57.458	68.950
Títulos e valores mobiliários	TR	Redução	2.161	9	11	13
Subtotal			745.958	51.810	64.762	77.715
Passivo Financeiro						
Empréstimos e Financiamentos BNDES e FDNE	TJLP + 1,42%	Aumento	(2.544.240)	(161.150)	(175.917)	(183.140)
Empréstimos e Financiam. NIB	IGPM+8,63%	Aumento	(83.272)	(13.289)	(14.937)	(16.583)
Empréstimos e Financiamentos FNE	PRÉ 9,95%	Aumento	(330.122)	(24.885)	(24.885)	(24.885)
Empréstimos e Financiam. SAFRA e Debêntures PCH Holding 2 - HSB	CDI + 1,17%	Aumento	(1.062.454)	(82.555)	(99.747)	(116.817)
Empréstimos e Financiam. NPs	108,5% do CDI	Aumento	(331.538)	(1.236)	(1.364)	(1.489)
			(4.351.626)	(283.115)	(316.850)	(342.914)
Variação			(3.605.668)	(231.305)	(252.088)	(265.199)

(*) A Companhia tem exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado na nota explicativa nº 19, na seção "Covenants".

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	31.12.2012					
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	6,88%	4.393	7.000	65.841	306.367	604.899
Debêntures	8,60%	-	-	3.761	105.435	321.486
Total	7,40%	4.393	7.000	69.602	411.802	926.385

	Consolidado					
	31.12.2012					
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	7,68%	475.687	44.315	363.263	1.588.158	2.242.711
Debêntures	7,61%	-	-	39.017	273.317	807.623
Total	7,66%	475.687	44.315	402.280	1.861.475	3.050.334

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum da Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas). Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores de renome que possuem expertise do mercado e nos dão um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegralização do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações são aprovadas nas reuniões quinzenais de diretoria, e por sua vez registradas em atas e resoluções de diretoria.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 31/12/2012
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	3.195.736
Responsabilidade Civil	Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	88.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	647
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	78.736
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	258.363
Total		3.621.482

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Pagamento Ano - 2012	Indice Reajuste
Eólica Bons Ventos	9	set-06	437	28 anos	656,0	IGP-M
Eólica Canoa Quebrada	9	jan-07	220	20 anos	772,0	IGP-M
Eólica Enacel	9	ago-08	341	22 anos	415,0	IGP-M
Eólica Formosa	9	out-01	1.094	28 anos	935,0	IGP-M
Eólica Icaraizinho	9	mar-02	423	28 anos	872,0	IGP-M
Eólica Paracuru	9	dez-01	107	28 anos	424,0	IGP-M
Eólica Taíba	9	nov-03	53	25 anos	242,0	IGP-M
Pontal das Falésias	4	mai-09	571	25 anos	-	IGP-M
Projeto Bitupitá	6	nov-08	597	28 anos	61,0	IGP-M
Projeto Curral Velho	7	dez-08	1.178	28 anos	-	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	11	out-08	3.300	37 anos	118,8	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	10	abr-08	3.196	37 anos	78,6	IGP-M
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	13,0	IPCA
Projeto EOL Royalle	5	nov-10	701	25 anos	18,5	-
Projeto EOL Royalle Expansão	5	nov-10	3.000	25 anos	-	-
Projeto EOL Serra do Cabral	12	dez-10	3.365	35 anos	-	-
Projeto EOL Viçosa	5	nov-08	1.199	30 anos	20,4	IPCA
Projeto Pé de Serra	5	jul-11	2.974	35 anos	77,5	IPCA
Projeto Pedra Cheirosa	7	mai-09	809	28 anos	0,0	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	8	mai-09	2.494	28 anos	420,0	IGP-M
Projeto Serra do Angelim	5	jul-11	2.663	35 anos	55,1	IPCA
Projeto Tapuia	5	nov-11	1.166	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Olhos Dágua	11	abr-12	1.271	35 anos	1,5	IPCA
Projeto EOL Rodoleiro	11	abr-12	853	35 anos	10,2	IPCA
Projeto EOL Sacratruz	11	ago-12	871	35 anos	3,9	IPCA
Projeto EOL Palmeiras	11	jul-12	417	35 anos	1,9	IPCA
Projeto EOL Farroupilha	11	mai-12	303	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Canguçu	15	set-12	1.528	35 anos	4,6	IPCA
Projeto EOL Cerquinha	11	set-12	680	35 anos	2,0	IPCA
Projeto EOL Cristais	14	out-12	4.072	35 anos	4,1	IPCA
Projeto EOL Dourados	11	out-12	1.820	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Esplanada	11	out-12	1.900	35 anos	1,9	IPCA
Projeto EOL Estância	11	nov-12	960	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Matureia	15	set-12	374	35 anos	1,1	IPCA
Projeto EOL Oasis	11	out-12	438	35 anos	0,9	IPCA
Projeto EOL Planalto	16	nov-12	2.496	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Jussara	11	out-12	5.050	35 anos	10,1	IPCA
Projeto EOL Paraíso	11	set-12	330	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL São Joaquim	11	out-12	107	35 anos	0,2	IPCA
Projeto EOL São Nicolau	11	ago-12	645	35 anos	3,9	IPCA
Projeto EOL Tarumã	11	set-12	2.122	35 anos	6,4	IPCA
Projeto EOL Sossego	14	out-12	1.500	35 anos	1,5	IPCA
Projeto EOL Sucesso	11	out-12	1.101	35 anos	2,2	IPCA
Projeto EOL Ventania	11	abr-12	1.712	35 anos	21,0	IPCA
Projeto EOL Santana	11	nov-12	1.560	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Taipa	11	jun-12	1.525	35 anos	10,7	IPCA
Projeto EOL Tangará	17	set-12	4.596	35 anos	5,5	IPCA
EOL Atlântica V	11	jan-11	2.314	35 anos	0,0	IGP-M
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Farol de Touros	2	mai-09	433	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Pedra Preta	3	ago-08	145	25 anos	19,7	IGP-M

Observações (valores expressos em reais - R$):

1. Pagará de R$27.272,73 a R$32.727,27 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual.

2. A partir da assinatura do contrato R$36.500,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual.

3. A partir da assinatura do contrato R$11.000,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual.

4. Pagamento somente a partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal.

5. Na 1ª e 2ª fase paga-se R$2,0/ha mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal.

6. A partir da assinatura do contrato R$18.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal.

7. A partir da entrada em operação R$1.000,00 por aerogerador instalado mensal.

8. A partir da assinatura do contrato R$35.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal.

9. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta.

10. Pagamento de R$3,0 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação.

11. Pagamento de R$2,0 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação.

12. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e de 2012. A partir da entrada em operação R$2.500,00 a R$14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade.

13. Pagamento de R$1,2 por ha na fase pré-operacional e 1,5% da receita após operação.

14. Pagamento de R$1,0 por ha na fase pré-operacional e 1% da receita após operação.

15. Pagamento de R$1,5 por ha na fase pré-operacional e 1,5 % da receita após operação.

16. Pagamento de R$2,5 por ha na fase pré-operacional e 1,5 % da receita após operação.

17. Pagamento de R$1,2 por ha na fase pré-operacional e 0,7 % da receita após operação.

Segue abaixo o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

	Consolidado		
Vencimento	Fixo	Variável	Total
2013	1.822	8.173	9.995
2014	1.885	10.064	11.949
2015	1.995	12.685	14.680
2016	2.046	14.683	16.729
2017	2.316	13.804	16.120
2018 a 2022	-	68.668	68.668
2023 a 2027	-	68.549	68.549
2028 a 2032	-	59.712	59.712
2033 a 2037	-	39.067	39.067
2038 a 2042	-	30.455	30.455
2043 a 2047	-	23.269	23.269
	10.064	349.129	359.193

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R$4.252 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

28.3. Outros compromissos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratados de longo prazo para construção de usinas e prestação de serviço de manutenção e operação.

Obrigações contratuais em 31/12/2012	2013	2014	2015	2016	2017	A partir de 2018	Total
Contrados de construção de usinas	859.151	483.516	45.038	-	-	-	1.387.705
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	19.041	18.237	20.979	26.234	28.490	235.156	348.137
Total	878.192	501.753	66.017	26.234	28.490	235.156	1.735.842

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em Julho de 2012, a Sociedade firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R$110, registrado na conta de Obrigações trabalhistas. A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R$199.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
		Reapresentado		Reapresentado
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos ativos	-	-	57.121	103.725
Investimento	66.663	161.404	-	-
Imobilizado	-	-	695.093	953.171
Direitos de autorização	13.109	678.248	779.764	1.119.022
Provisão para riscos cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais	-	-	(14.144)	(5.049)
Empréstimo e Financiamentos	-	-	(556.706)	(781.892)
Impostos diferidos passivos	-	-	(265.120)	(380.468)
Outros	-	-	39.864	(16.415)
Total	79.772	839.652	735.872	992.094
Preço de aquisição a pagar	(1.408)	(17.224)	(1.408)	(168.758)
Outras aquisições a pagar	(186)	(5.873)	(28.278)	(6.826)
Contrapartida paga	78.178	816.555	706.186	816.510
Outras transações:				
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	33.528	-
Encargos financeiros capitalizados	18.377	6.861	32.528	6.861
AFACs capitalizados	138.755	39.323	-	-
Partes relacionadas	3.135	162	4.684	-
Contas a pagar de aquisições	-	21.694	-	174.136
Transferência entre imobilizado e intangível	7.378	-	7.378	-
Reversão de provisão para custos socioambientais	-	-	66.773	-
Reclassificação de impostos diferidos	-	-	8.386	-
Ágio na subscrição de ações	2.082	-	3.155	-
Integralização de capital	-	1.417.434	-	1.417.434

31. FATOS RELEVANTES

a) Em 8 de março de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação dos bancos de investimento e outros assessores para iniciar estudos e avaliações visando à possibilidade de efetuar uma oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia.

b) Em 4 de outubro de 2012, a Companhia protocolou na CVM o pedido de desistência do processo de sua pretendia oferta pública inicial de ações ("Oferta") em razão das condições atuais de mercado.

32. LEI Nº 12.783/13 (MP Nº 579/12) - RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

Em 11 de setembro de 2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Em uma análise efetuada pela Administração da Companhia, esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Companhia em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Companhia o mesmo tratamento dado àquelas objeto da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 9 de janeiro de 2013, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana amortizaram todo o principal e juros das notas promissórias captadas em julho de 2012 vide nota explicativa nº 15.h). As controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V emitiram, na mesma data, novas notas promissórias no total de R$ 230.000 e ao mesmo custo de 108,5 % do CDI com vencimento em maio 2013.

- Em dezembro 2012 as controladas diretas Macacos, Juremas, Costa Branca e Pedra Preta firmaram junto ao BNDES novos contratos de financiamento no valor total de R$175.476 e deste montante, R$115.616 foram liberados em janeiro de 2013. Os R$59.860 restantes deverão ser liberados até março de 2014. O vencimento das operações dar-se-á em abril de 2014 e serão quitados com as liberações da dívida de longo prazo em estruturação com o BNDES. O custo para o subcrédito já liberado é de TJLP acrescida de 3,02% ao ano.

- Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da divida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R$112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012 e em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido "covenant" também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de "cross--default".

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2013.

Relatório da Administração

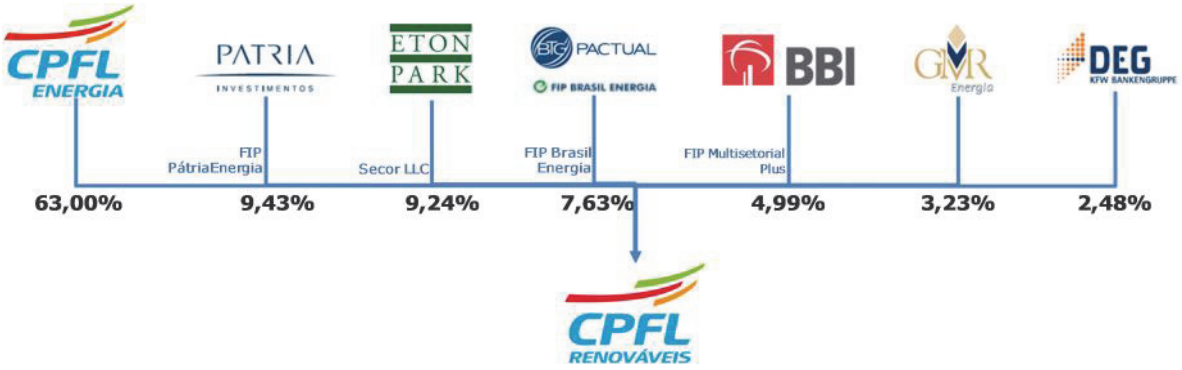
A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2012, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. VISÃO GERAL

A CPFL Energias Renováveis S.A foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA – Energias Renováveis S.A. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis da América Latina, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país – parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), usinas termelétricas movidas à biomassa e plantas solares. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Energias Renováveis S.A é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

2. ORGANOGRAMA SOsocietário



3. PORTFÓLIO DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2012 nosso portfólio de projetos totaliza 1.153,2 MW de capacidade instalada e 582,0 MW de capacidade em construção, sendo composto de trinta e cinco PCH's em operação (326,6 MW), quinze projetos de geração eólica em operação (555,5 MW), seis usinas movidas à biomassa em operação (270,0 MW), um projeto de energia solar em operação (1,1 MW), dezoito projetos de geração eólica em construção (482,0 MW) e duas usinas de geração de energia a partir de biomassa em construção (100 MW).

Adicionalmente, a Companhia possui projetos eólicos, de PCHs e de biomassa em desenvolvimento totalizando 3.800,0 MW, perfazendo um portfólio total de 5.535,2 MW.

Em MW	**PCH**	**Eólica**	**Biomassa**	**Solar**	**Total**
Operação	326,6	555,5	270,0	1,1	1.153,2
Construção	-	482,0	100,0	-	582,0
Desenvolvimento	608,0	3.192,0	-	-	3.800,0
Total	**934,6**	**4.229,5**	**370,0**	**1,1**	**5.535,2**

4. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2012 foi marcado pela continuidade da instabilidade no cenário macroeconômico internacional, além da ocorrência de outros elementos desfavoráveis que contribuíram para que a desaceleração macroeconômica se aprofundasse. Após a crise de 2008/2009, em 2010 a economia internacional assistiu à recuperação dos países centrais e, em maior medida, dos emergentes. Esperava-se que o mesmo feito se repetisse nos anos seguintes, mas fatores adversos alteraram a tendência de crescimento observada até então.

Os países emergentes (sobretudo a China) vêm registrando uma desaceleração mais suave, mas a Europa se encontra em recessão e os EUA seguem em trajetória de crescimento moderado, ainda influenciados pelas negociações em torno do abismo fiscal.

Assim, o mundo vivenciou momentos de incerteza em 2012, com implicações sobre o comércio global, confiança e investimento. Esses foram os principais canais de transmissão da crise para o Brasil, com destaque para o desempenho insuficiente da indústria, que registrou queda de 2,7% no ano. Além da desaceleração global, a manutenção do câmbio valorizado em grande parte do ano, os altos estoques e problemas estruturais em

infraestrutura, burocracia e qualificação de mão-de-obra contribuíram para esse fraco desempenho.

Entretanto, o governo implementou medidas de estímulo ao setor, destacando-se: desonerações previdenciárias, reduções de tributos, queda nas tarifas de energia elétrica, aumento da capacidade de endividamento dos estados e programas de concessões ao investimento privado. Destaca-se também a queda dos spreads e dos juros (os quais deverão favorecer a dívida pública e os investimentos) e ainda, a mudança do patamar do câmbio para estimular as exportações. Com isso, no final de 2012 a indústria iniciou uma leve recuperação. Enquanto isso, o desemprego continuou baixo, impulsionando o rendimento e a massa de renda, o que explica o bom resultado do comércio em 2012.

Com boas perspectivas, estima-se que a alta do PIB brasileiro passe de 1% em 2012 para 3,2% em 2013, segundo o mercado (Boletim Focus), impulsionado pela melhora da confiança, da indústria e dos investimentos. As perspectivas para o mercado interno continuam boas, dado o baixo desemprego e o bom desempenho da renda e do comércio.

5. SETOR ELÉTRICO NACIONAL

Em 11 de setembro de 2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei 12.783 em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Entende-se que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios da Companhia em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido firmados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

6. AMBIENTES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as

melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos Parques Eólicos e das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano.

No caso das PCHs, a energia gerada sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Dessa forma, as PCHs seguem: (i) o regime hidrológico das regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro e (ii) o regime hidrológico da região Sul, que é o contrário da região Sudeste. De acordo com a regra regulatória, de forma geral, a venda de energia das PCHs não depende da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo contrato de concessão ou autorização. Contabilmente a receita é apropriada em função da energia gerada e as diferenças entre a energia gerada e a contratada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de garantia física, independentemente da quantidade de energia elétrica efetivamente gerada por elas.

Já os Parques Eólicos são influenciados de forma mais significativa pelo regime de ventos, que possuem maior intensidade entre os meses de julho a dezembro no Nordeste do país, região onde se encontram situados os Parques Eólicos em operação. O resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada.

No caso das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana-de–açúcar. O resultado contábil, assim como nos Parques Eólicos, tem relação com a energia efetivamente gerada (mais alta na safra e mais baixa ou zero na entressafra). No Centro-Sul a safra normalmente ocorre entre abril e novembro, já no Norte-Nordeste ocorre entre agosto e março.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhões de reais)

7.1 Apresentação

A reestruturação societária ocorrida em 24 de agosto de 2011 deu origem à CPFL Renováveis. As empresas ERSA, CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram com seus ativos em energias renováveis nesta fusão. O tratamento contábil desta reestruturação

resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 e IFRS 3 (R), conforme divulgado nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Jantus, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento").

Em 29 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia"), que possui uma PCH em operação no Estado de Santa Catarina, com potência instalada de 28,5 MW e energia assegurada de 18,4 MW médios.

A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de conclusão em julho de 2013) foi concluída em 26 de março de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29 de fevereiro de 2012. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 10 (dez) meses de operações dessa controlada.

A aquisição da BVP foi concluída em 19 de junho de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31 de maio de 2012. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 7 (sete) meses de operação dessa controlada.

A aquisição de Lacenas foi concluída em 18 de outubro de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30 de setembro de 2012. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 3 (três) meses de operação dessa controlada.

7.2 Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

	2011	2012
Receita Operacional Líquida	171,9	806,4
Custos de geração de energia elétrica	(45,7)	(387,8)
Despesas gerais e administrativas	(78,9)	(203,5)
Resultado do Serviço	47,3	215,1
Resultado Financeiro	22,2	(197,6)
Lucro antes da tributação	69,5	17,5
Lucro Líquido	70,9	8,3

Receita operacional líquida

O crescimento de R$ 634,5 milhões na Receita Operacional Líquida que totalizou R$ 806,4 milhões em 2012, deve-se principalmente a três fatores:

(i) Constituição da CPFL Renováveis (ago/11) – resultado parcial da combinação entre ERSA, CPFL Brasil e CPFL Geração e aos impactos da "Aquisição Reversa" (vide notas 1.1 e 1.2 das DF's);

(ii) Aquisição das empresas:

2011 - Jantus (dez/11) e Santa Luzia (dez/11) – reconhecimento de resultados de 1 mês da Jantus em 2011 e dos 12 meses de 2012 de Jantus e Santa Luzia;

2012 - BVP – parques Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel e Canoa Quebrada (jun/12) e Lacenas (out/12) – contribuição em 2012 , decorrente do resultado de 7 meses de BVP e de 3 meses de Lacenas.

(iii) Entrada em operação:

2011 - Baia Formosa (set/11) e Buriti (out/11) – receitas obtidas em 2011 referem-se à 4 meses de operação de Baia Formosa e 3 meses de operação de Buriti. Em 2012, as receitas obtidas em ambos os projetos correspondem a 12 meses;

2012 - Ipê (mai/12), Pedra (jun/12), Complexo Santa Clara – parques Santa Clara I ao VI e Eurus VI (jul/12), Solar I (dez/12) e Salto Góes (dez/12) – as receitas decorrem de 8 meses de Ipê, de 7 meses de Pedra, de 6 meses do complexo Santa Clara e de 1 mês da Solar I e Salto Góes alocados em 2012.

Custos de geração de energia elétrica

Em 2012, os custos de geração de energia elétrica totalizaram R$ 387,8 milhões, o acréscimo de R$ 342,1 milhões decorre do incremento no portfólio de ativos.

Os principais aumentos ocorreram nas linhas de (i) Depreciação e Amortização (R$ 157,9 milhões) devido à entrada em operação de projetos e à amortização de intangível proveniente da aquisição de ativos e da associação entre ERSA, CPFL Brasil e CPFL Geração, (ii) Custo de Compra de Energia (R$ 67,0 milhões) refletindo principalmente a compra de energia para suprir a diferença entre a energia gerada e a energia contratada para

venda que por sua vez refletem a sazonalidade das PCH's e das usinas termoelétricas movidas a biomassa, vale mencionar que a contrapartida está refletida na receita de venda de energia, e (iii) Custo de Operação de Usinas (R$ 117,3 milhões) devido ao início de operação de novos projetos, racional que explica a variação das demais linhas.

Despesas gerais e administrativas

As Despesas evoluíram R$ 124,6 milhões, totalizando R$ 203,5 milhões em 2012. A amortização do direito de exploração de R$ 92,2 milhões, a provisão para perda de Baldin de R$ 13,8 milhões e as despesas com a preparação para o IPO de R$ 8,2 milhões são as principais razões para tal incremento.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2012 correspondeu à uma despesa financeira líquida de R$ 197,6 milhões, comparada à uma receita financeira líquida de R$ 22,2 milhões no ano anterior. Os principais motivos que explicam tal redução foram: (i) entrada em operação de projetos; (ii) aumento do endividamento oriundo de aquisição; e (iii) novas dívidas contraídas para os projetos em construção.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e a alíquota do imposto de renda é de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro que exceder R$ 60 mil no trimestre, representando uma tributação total de 34%. Para empresas que apresentam faturamento bruto de até R$ 48 milhões, é facultada a escolha do regime de tributação de IR e CSLL pelo lucro presumido, o que implica aplicação de alíquota de 25% sobre uma base equivalente a 8% da receita bruta para o cálculo do IR devido. Já no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da receita bruta. A maioria dos nossos projetos de investimento atuais e futuros estão enquadrados no regime de lucro presumido.

Lucro líquido

A redução do lucro líquido acumulado de 2012 foi de R$ 62,6 milhões, atingindo R$ 8,3 milhões. O aumento de R$ 419,6 milhões de EBITDA do ano foi principalmente compensado pelas maiores despesas com depreciação e amortização de R$ 251,8 milhões

(R$ 157,9 milhões no custo e R$ 93,9 milhões em despesas), resultado financeiro de R$ 219,8 milhões e Imposto de Renda e Contribuição Social de R$ 10,7 milhões.

Vale mencionar que excluindo os efeitos não-recorrentes referentes à provisão para perda de Baldin e as despesas com a preparação para o IPO, o lucro líquido alcançaria R$ 30,3 milhões em 2012.

Geração operacional de resultado – EBITDA

O EBITDA ("EBITDA") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); e (iii) do resultado financeiro, conforme Instrução CVM Nº 527, de 04 de outubro de 2012.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS - International Financial Reporting Standard, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

A administração da Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. O EBITDA não faz parte das demonstrações financeiras.

	2011	2012
Lucro Líquido	70,9	8,3
Imposto de renda e contribuição social	(1,4)	9,2
Resultado Financeiro	(22,2)	197,6
Depreciação e amortização	37,4	289,2
EBITDA	84,7	504,3

O EBITDA de 2012 totalizou R$ 504,3 milhões, um acréscimo de R$ 419,6 milhões em relação ao ano anterior. O incremento do portfólio de ativos em operação é a principal explicação para o bom desempenho do indicador.

A margem EBITDA evoluiu de 49% para 63%. O crescimento das receitas em função do maior volume de ativos em operação é significativamente maior que o crescimento das despesas da Companhia, contribuindo para o bom desempenho da margem EBITDA.

7.3 Desempenho econômico-financeiro (2011 "pró-forma" Gerencial)

Visando contribuir com a análise gerencial demonstrando o resultado do período de 12 meses de 2011 consolidado como se fosse integralmente apropriado à CPFL Renováveis, elaboramos o cálculo "pró-forma" dos ativos em operação que compunham o portfólio da Companhia em 2011.

O 2011 "pró-forma" Gerencial considera 12 meses dos ativos oriundos de ERSA, CPFL Geração e CPFL Brasil e Jantus.

	2011 (pró-forma)	2012
Receita Operacional Líquida	442,6	806,4
Custos de geração de energia elétrica	(161,1)	(387,8)
Despesas gerais e administrativas	(157,4)	(203,5)
Resultado do Serviço	124,1	215,1
Resultado Financeiro	(93,6)	(197,6)
Lucro antes da tributação	30,5	17,5
Lucro Líquido	19,6	8,3

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida de 2012 atingiu R$ 806,4 milhões, um crescimento de R$ 363,8 milhões em relação a 2011. O incremento deveu-se principalmente a dois fatores:

(i) Aquisição das empresas:

Santa Luzia (dez/11), consolidação de 12 meses de 2012; BVP – parques Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel e Canoa Quebrada (jun/12) e Lacenas (out/12) – consolidação de 7 meses de resultados do ano; e Lacenas, consolidação dos resultados dos últimos 3 meses do ano 2012.

(ii) Entrada em operação:

2011 - Baia Formosa (set/11) e Buriti (out/11) – a contribuição nos resultados de 2011 foi de 4 meses e 3 meses, respectivamente;

2012 - Ipê (mai/12), Pedra (jun/12), Complexo Santa Clara – parques Santa Clara I ao VI e Eurus VI (jul/12), Solar I (dez/12) e Salto Góes (dez/12) – portanto , foram consolidados resultados correspondentes a: 8 meses de Ipê; 7 meses de Pedra; 6 meses do Complexo Santa Clara; e 1 mês da Solar I e Salto Góes.

Custos de geração de energia elétrica

Em 2012 os custos de geração de energia elétrica totalizaram R$ 387,8 milhões, uma evolução de R$ 226,7 milhões, sendo o principal impacto decorrente do maior portfólio de ativos.

Os principais aumentos ocorreram nas rubricas de: (i) Depreciação e Amortização de R$ 82,7 milhões devido a entrada em operação de projetos e amortização de intangível proveniente da aquisição de ativos e da associação entre ERSA, CPFL Brasil e CPFL Geração; (ii) Custo de Compra de Energia de R$ 55,6 milhões decorrente da compra de energia para suprir a diferença entre a energia gerada e a energia contratada para venda resultante da sazonalidade das PCH's e das usinas termoelétricas movidas à biomassa, vale mencionar que a contrapartida está refletida na receita de venda de energia; e (iii) Custo de Operação de Usinas de R$ 88,4 milhões explicado pelo início de operação de novos projetos, tal racional que explica também as demais rubricas de custos de geração de energia elétrica.

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2012 as Despesas gerais e administrativas atingiram R$ 203,5 milhões, um crescimento de R$ 46,1 milhões na comparação com 2011. A amortização do direito de exploração de R$ 37,7 milhões e os efeitos não-recorrentes de provisão para perda de Baldin de R$ 13,8 milhões e despesas com a preparação para o IPO de R$ 8,2 milhões são as principais razões para tal incremento.

Resultado Financeiro

Em 2012, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R$ 197,6 milhões, comparada à uma despesa de R$ 93,6 milhões no ano anterior. Os principais itens que explicam a variação são: (i) entrada em operação de projetos; (ii) aumento do endividamento em função de aquisições; e (iii) contratação de dívidas relacionadas aos projetos em construção.

Lucro líquido

A redução do lucro líquido acumulado de 2012 foi de R$ 11,3 milhões, atingindo R$ 8,3 milhões. O aumento de R$ 213,4 milhões de EBITDA do ano foi principalmente compensado pelas maiores despesas com depreciação e amortização de R$ 122,4 milhões

(R$ 82,7 milhões no custo e R$ 39,7 milhões em despesas), e resultado financeiro de R$ 104,0 milhões.

Vale mencionar que excluindo os efeitos não-recorrentes referentes à provisão para perda de Baldin e as despesas com preparação para o IPO, o lucro líquido alcançaria R$ 30,3 milhões em 2012.

Geração operacional de resultado – EBITDA

O EBITDA ("EBITDA") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); e (iii) do resultado financeiro, conforme Instrução CVM Nº 527, de 04 de outubro de 2012.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS - International Financial Reporting Standard, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

A administração da Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. O EBITDA não faz parte das demonstrações financeiras.

	2011 (pró-forma)	2012
Lucro Líquido	19,6	8,3
Imposto de renda e contribuição social	10,9	9,2
Resultado Financeiro	93,6	197,6
Depreciação e amortização	166,8	289,2
EBITDA	290,9	504,3

O EBITDA de 2012 totalizou R$ 504,3 milhões, um acréscimo de R$ 213,4 milhões em relação ao ano anterior. O incremento do portfólio de ativos em operação é a principal explicação para o bom desempenho do indicador.

8. INVESTIMENTOS

A CPFL Renováveis avançou largamente na execução do seu plano de crescimento em 2012, tanto através de crescimento orgânico quanto em aquisições de ativos estratégicos.

No 1º semestre de 2012, entraram em operação comercial as usinas movidas à biomassa Ipê e Pedra, além do início das atividades de construção do complexo Atlântica.

No 2º semestre de 2012, entraram em operação complexo eólico Santa Clara, a Solar I e Salto Góes.

Adicionalmente, encontram-se em construção os seguintes projetos: Bio Coopcana e Bio Alvorada (potência instalada de 50 MW cada uma com previsão para conclusão em abril de 2013, Complexo Eólico Macacos I (potência instalada de 78 MW com previsão para conclusão em setembro de 2013), Complexo Campo dos Ventos II (potência instalada de 30 MW com previsão para conclusão em setembro de 2013), Complexo Eólico Atlântica (potência instalada de 120 MW com previsão para conclusão em julho de 2013, Complexos Eólicos de Campo dos Ventos e São Benedito (potência instalada de 254 MW com previsão para conclusão em 2015/2016).

No tocante às aquisições, concluímos a aquisição da BVP (157 MW de parques eólicos em operação no estado do Ceará), do complexo eólico Atlântica (120 MW em construção no estado do Rio Grande do Sul) e da Lacenas, usina termoelétrica movida a biomassa localizada no estado de São Paulo de 28,5 MW.

Em 2012 a Companhia investiu aproximadamente R$ 1,9 bilhão em aquisições e em seus projetos em construção e planeja para 2013 investimentos na construção de seus projetos contratados de aproximadamente R$ 1,1 bilhão.

9. ENDIVIDAMENTO

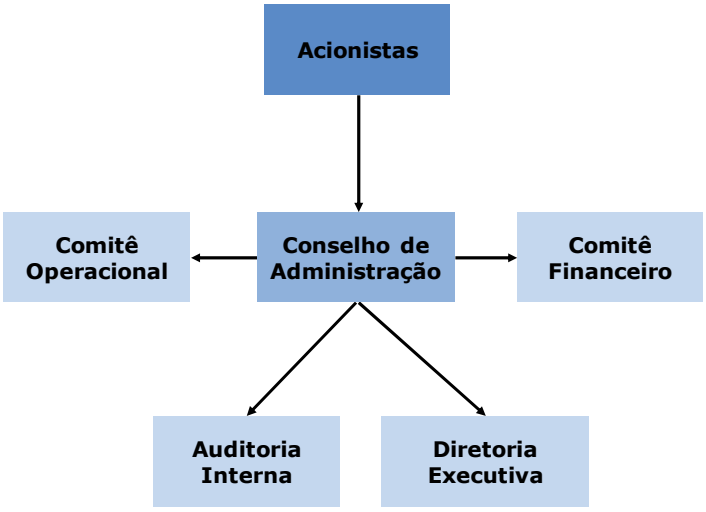
O endividamento da CPFL Renováveis está 82,6% concentrado no longo prazo e 17,4% no curto prazo. Uma parcela de 63% deste montante está contratada junto ao BNDES.

	2011	2012
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	119	714
Debêntures	31	39
Total Circulante	**149**	**753**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.356	2.485
Debêntures	486	1.081
Total Não Circulante	**1.843**	**3.566**
Endividamento Total	**1.992**	**4.319**
Caixa e equivalentes de caixa	652	640
Títulos e valores mobiliários	2	2
Aplicações financeiras vinculadas	72	121
Dívida Líquida	**1.266**	**3.555**

A maior parte de nossas dívidas foi contraída para a construção de usinas de geração de energia através de contratos de longo prazo. Parte deste endividamento de longo prazo foi feito em função da assunção de dívidas visando a aquisição de ativos, notadamente as aquisições de BVP e Lacenas.

Nossos contratos de financiamento apresentam prazo médio de vencimento de 12 anos e custo médio de 7,6 % a.a..

10. GOVERNANÇA CORPORATIVA



O modelo de Governança Corporativa da CPFL Renováveis se baseia em quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O Conselho de Administração da CPFL Renováveis tem como objetivo, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela Lei e pelo Estatuto Social, fixar a orientação geral dos negócios e eleger a Diretoria. O órgão é composto por 7 membros efetivos, sendo 4 representantes da CPFL Energia, 1 membro independente e 2 representantes dos demais acionistas, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2012. Nenhum conselheiro integra a Diretoria Executiva da Companhia.

O Conselho de Administração constituiu dois comitês, Financeiro e Operacional, visando assessorá-lo nas análises de assuntos de interesse do Conselho, bem como subsidiá-lo nas tomadas de decisão nas reuniões ordinárias e extraordinárias. A Companhia possui uma estrutura de Auditoria Interna ligada diretamente ao Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por 7 membros, quais sejam: Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor de Sustentabilidade, Diretor de Engenharia e Obras, Diretor de Novos Negócios, Diretor de Operação e Manutenção e Diretor de Regulação e Comercialização de Energia. A Diretoria possui mandato vigente até 24 de Agosto de 2013.

No segundo semestre de 2011, a CPFL Renováveis implantou o ERP (□□e□□□se□eso□ce □la□□□□) da SAP®, visando conferir melhor qualidade dos seus controles internos,

eficiência dos processos, integridade das informações transacionais, agilidade e transparência na prestação de contas, em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa. No exercício de 2012 o ERP foi implementado nos ativos adquiridos no decorrer do ano.

11. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Renováveis, em suas atividades de gestão de empreendimentos, tem como estratégia incluir a variável socioambiental, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas atividades. Para que esta estratégia se torne realidade, a Companhia possui uma política socioambiental que tem como compromissos:

1. Compromisso com o desenvolvimento sustentável: Planejar, projetar e desenvolver continuamente suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que contribuam para a qualidade socioambiental, sempre referenciados com as melhores práticas aplicáveis ao setor.

2. Gerenciamento de emissões e resíduos. Controlar e mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação, promovendo alternativas para prevenir e reduzir as emissões, bem como reaproveitando, reciclando e destinando corretamente os resíduos gerados.

3. Conscientização de fornecedores. Atuar em parceria com seus contratados e fornecedores, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de serviços e divulgando amplamente às partes interessadas os compromissos com o desenvolvimento sustentável.

4. Recursos naturais. Usar de forma racional os recursos naturais no processo de geração de energia, promovendo o uso de fontes alternativas, de modo a contribuir de maneira positiva com o quadro de mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade brasileira.

5. Respeito às comunidades. Apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, em especial, ações que promovam o desenvolvimento educacional e sanitário das populações abrangidas.

6. Comunicação e transparência. Fomentar programas de comunicação e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, mantendo diálogo constante, amplo e aberto com as partes interessadas durante todas as fases dos empreendimentos.

A CPFL Renováveis adere integralmente ao Código de Ética do Grupo CPFL Energia que contempla os elementos essenciais que devem estar presentes nas relações das empresas do

Grupo com os seus diferentes públicos – acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, governos, comunidade e sociedade. O Código de Ética está disponível em nosso website institucional (www.cpflrenovaveis.com.br)

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de janeiro de 2013, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana amortizaram todo o principal e juros das notas promissórias captadas em julho de 2012 vide nota explicativa nº15-h. As controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V emitiram, na mesma data, novas notas promissórias no total de R$ 230.000 e ao mesmo custo de 108,5 % do CDI com vencimento em maio 2013.

Em dezembro 2012 as controladas diretas Macacos, Juremas, Costa Branca e Pedra Preta firmaram junto ao BNDES novos contratos de financiamento no valor total de R$ 175.476 e deste montante, em janeiro de 2013 foram liberados R$ 115.616. Os R$ 59.860 restantes deverão ser liberados até março de 2014. O vencimento das operações dar-se-á em abril de 2014 e serão quitadas com as liberações da dívida de longo prazo em estruturação com o BNDES. O custo para o subcrédito já liberado é de TJLP acrescida de 3,02% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da divida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R$ 112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da divida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012 e em 20 de fevereiro de 2013. Além disso, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross-default.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2012, serviços não-relacionados

à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do Contrato	Duração	Valor	Percentual do total contratado de auditoria
Prestação de Serviço em conexão com a oferta pública de distribuição primeria e secundaria de ações	30/03/2012	5 meses	1.188.249	42%
Auditoria de obras	01/11/2010 e 25/08/2011	média 3 anos	220.520	8%
Trabalhos de procedimentos previamente acordados conforme requerido pela ANEEL - P&D	04/10/2012	1 mês	63.178	
Asseguração sobre cumprimento de covenants financeiros	12/03/2012	3 meses	39.400	1%
			1.511.347	53%

Como se observa, a CPFL Renováveis não contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços que não sejam relacionados à auditoria durante o exercício de 2012.

A CPFL Renováveis adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

14. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Renováveis agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de atuação de seus projetos, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2012. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Presidente
Pedro José Ferreira de Oliveira
Diretor de Operação e Manutenção
João Miguel Mongelli Martin
Diretor de Engenharia e Obras
Marcelo Antonio Gonçalves Souza
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Tarciso Borin Junior
Diretor Sustentabilidade
Alessandro Gregori Filho
Diretor de Novos Negócios
Marcio Antonio Severi
Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2013

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Presidente
Pedro José Ferreira de Oliveira
Diretor de Operação e Manutenção
João Miguel Mongelli Martin
Diretor de Engenharia e Obras
Marcelo Antonio Gonçalves Souza
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Tarciso Borin Junior
Diretor Sustentabilidade
Alessandro Gregori Filho
Diretor de Novos Negócios
Marcio Antonio Severi
Diretor Institucional de Regulação e Comercialização de Energia

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2013

- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ERSA – Energias Renováveis S.A. e controladas referentes ao período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ERSA - Energias Renováveis S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Período de Sete Meses Findo em 31 de Julho de 2011 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
ERSA - Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ERSA - Energias Renováveis S.A. e controladas ("antiga ERSA" ou "Companhia"), atualmente denominada CPFL Energias Renováveis ("CPFL Renováveis"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de sete meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de julho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de sete meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de julho de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de sete meses findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de julho de 2011 (data de encerramento das atividades econômicas da antiga ERSA), foram preparadas com o exclusivo fim de serem incluídas nos prospectos da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio liquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado incluídas nestas demonstrações financeiras não são comparativas e podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de sete meses findo em 31 de julho de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de abril de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº1 SP 121517/O-3

© 2012 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

ERSA - ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDO EM 31 DE JULHO DE 2011 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/07/11	Controladora 31/12/10	Consolidado 31/07/11	Consolidado 31/12/10
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	84.970	200.173	248.671	276.475
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	-	19.224
Contas a receber de clientes	7	1.586	508	14.669	9.540
Despesa antecipada de projetos		1.050	1.050	1.050	1.050
Adiantamentos a fornecedores		6.247	5.947	7.410	7.133
Impostos a recuperar	8	6.251	5.148	9.854	7.567
Outros créditos		308	307	1.308	715
Total do ativo circulante		100.412	213.133	282.962	321.704
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	19	-	-	12	-
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	2.161	35.841	25.053
Partes relacionadas	9	196.430	154.743	-	-
Investimentos	10	602.005	523.048	-	-
Imobilizado	11	4.516	3.276	956.060	914.039
Intangível	12	-	-	231.271	235.310
Total do ativo não circulante		802.951	683.228	1.223.184	1.174.402
TOTAL DO ATIVO		903.363	896.361	1.506.147	1.496.106

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/07/11	Controladora 31/12/10	Consolidado 31/07/11	Consolidado 31/12/10
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	53.934	46.290
Fornecedores		4.346	144	10.298	5.645
Partes relacionadas	9	4.124	4.635	-	511
Obrigações trabalhistas		6.873	3.779	6.868	3.779
Obrigações tributárias		534	1.489	4.254	6.709
Provisão para custos sócio-ambientais	14	-	-	2.242	3.860
Outros passivos		944	2.858	3.817	5.786
Total do passivo circulante		16.821	12.905	81.413	72.580
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	467.200	467.086
Provisão para custos sócio-ambientais	14	-	-	71.415	73.769
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	15	-	60	259	60
Outros passivos	10	682	785	-	-
Total do passivo não circulante		682	845	538.874	540.915
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16				
Capital integralizado		874.695	874.695	874.695	874.695
Reservas de capital		56.380	56.380	56.380	56.380
Reservas de lucros		482	-	482	-
Prejuízos acumulados		(45.697)	(48.464)	(45.697)	(48.464)
Total do patrimônio líquido		885.860	882.611	885.860	882.611
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		903.363	896.361	1.506.147	1.496.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ERSA - ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDO EM 31 DE JULHO DE 2011 E O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/07/11	31/12/10	31/07/11	31/12/10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	7.559	-	77.889	104.167
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	18	(5.745)	-	(24.534)	(63.715)
LUCRO BRUTO		1.814	-	53.355	40.452
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(24.519)	(35.519)	(29.451)	(41.391)
Remuneração dos administradores	9.2 e 18	(2.410)	(2.100)	(2.410)	(2.100)
Depreciação	11	(490)	(415)	(502)	(415)
Resultado de equivalência patrimonial	10	20.630	1.293	-	-
Amortização do direito de exploração	10 e 12	(2.856)	(5.154)	(3.686)	(5.154)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		10	(658)	14	(1.756)
Total		(9.635)	(42.553)	(36.035)	(50.816)
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		(7.821)	(42.553)	17.320	(10.364)
Receitas financeiras	19	11.169	26.894	16.527	31.540
Despesas financeiras	19	(33)	(54)	(27.180)	(31.484)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.315	(15.713)	6.667	(10.308)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	(548)	-	(3.900)	(5.405)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO/EXERCÍCIO		2.767	(15.713)	2.767	(15.713)
RESULTADO ABRANGENTE		2.767	(15.713)	2.767	(15.713)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO		2.767	(15.713)	2.767	(15.713)
Básico de acordo com os valores determinados pela legislação societária (centavos por ação)		(0,00)	(0,02)		
Diluído de acordo com CPC/IFRS (centavos por ação)		(0,00)	(0,02)		

Como não existem outros resultados abrangentes a serem apresentados para os períodos reportados, a Companhia optou por não apresentar a Demonstração do Resultado Abrangente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ERSA - ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDO EM 31 DE JULHO DE 2011 E O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R$)

	Capital social			Reservas de capital		Reservas de lucros		
	Capital social subscrito	Capital social a	Capital social	Debêntures conversíveis	Bônus de subscrição	Pagamento baseado em ações	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	874.695	(100.000)	774.695	56.378	2	-	(32.751)	798.324
Integralização de capital em janeiro de 2010	-	100.000	100.000	-	-	-	-	100.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(15.713)	(15.713)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	874.695	-	874.695	56.378	2	-	(48.464)	882.611
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	482	-	482
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	2.767	2.767
SALDOS EM 31 DE JULHO DE 2011	874.695	-	874.695	56.378	2	482	(45.697)	885.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ERSA - ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDO EM 31 DE JULHO DE 2011 E O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/07/11	31/12/10	31/07/11	31/12/10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	2.767	(15.713)	2.767	(15.713)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do período/exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	3.346	5.569	18.188	18.518
Baixa de ativo imobilizado	30	1.145	30	7.764
Equivalência patrimonial	(20.630)	(1.293)	-	-
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(60)	(60)	199	(60)
Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	(29)	443	(29)	443
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	23.383	23.857
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(1.078)	1	(5.129)	(5.043)
Outros valores a receber	-	(130)	-	(29)
Impostos a recuperar	(1.103)	(1.148)	(2.287)	(2.568)
Adiantamento a fornecedores	(300)	(5.423)	(277)	(6.289)
Outros créditos	(1)	-	(593)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	4.202	(480)	4.653	(2.778)
Contas a pagar projetos	-	(4.181)	-	(4.181)
Obrigações tributárias	(955)	329	(2.455)	2.508
Pagamento de obrigaçoes sócioambientais	-	-	(3.972)	-
Obrigações trabalhistas	3.094	2.753	3.089	2.753
Outros passivos	(1.914)	(3.935)	(1.970)	(1.008)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(12.631)	(22.123)	35.597	18.174
Juros pagos	-	-	(18.944)	(15.941)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(12.631)	(22.123)	16.653	2.233
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital em controladas	-	(58.018)	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	2.161	-	8.436	(25.281)
Aquisição de imobilizado	(1.760)	(2.197)	(54.008)	(206.564)
Depósitos judiciais	-	-	(12)	-
Adições ao intangível	-	(8.293)	(97)	(11.077)
Dividendos recebidos	-	8.317	-	-
Créditos com pessoas ligadas	(102.973)	(66.859)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa recebidos na incorporação	-	837	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(102.572)	(126.213)	(45.681)	(242.922)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de financiamentos - terceiros	-	-	12.006	103.813
Aumento de capital	-	100.000	-	100.000
Pagamento de financiamentos	-	-	(10.782)	(21.132)
Dívidas com pessoas ligadas	-	(2)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	99.998	1.224	182.681
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(115.203)	(48.338)	(27.804)	(58.008)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	200.173	248.511	276.475	334.483
No fim do período	84.970	200.173	248.671	276.475
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(115.203)	(48.338)	(27.804)	(58.008)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ERSA - ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE SETE MESES FINDO EM 31 DE JULHO DE 2011 E O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/07/11	31/12/10	31/07/11	31/12/10
RECEITAS				
Vendas de energia	8.329	-	81.332	110.201
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.760	2.579	54.008	285.972
	10.089	2.579	135.340	396.173
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)				
Custos de compra de energia	(5.745)	-	(5.745)	(63.433)
Materiais, serviços de terceiros e outros	-	(9.910)	(4.780)	(13.656)
Outros custos operacionais	-	(2.245)	-	(10.749)
Construção de ativos próprios	(1.760)	(2.579)	(54.008)	(285.972)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.584	(12.155)	70.807	22.363
Depreciação e amortização	(3.346)	(6.234)	(18.188)	(6.234)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	(762)	(18.389)	52.619	16.129
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	20.630	1.293	-	-
Receitas financeiras	11.169	26.894	16.527	31.522
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	31.037	9.798	69.146	47.651
	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(31.037)	(9.798)	(69.146)	(47.651)
Remuneração direta	(15.791)	(17.083)	(18.239)	(17.649)
Benefícios	(1.176)	(2.312)	(1.445)	(2.403)
Impostos, taxas e contribuições	-	(3.529)	-	(3.689)
FGTS	(647)	(978)	(688)	(978)
Empregados	(17.615)	(23.902)	(20.372)	(24.719)
Federais	(3.560)	(93)	(10.021)	(11.581)
Municipais	(82)	(78)	(107)	(80)
Estaduais	-	-	-	(69)
Tributos	(3.643)	(171)	(10.128)	(11.730)
Juros	(33)	-	(23.383)	(25.447)
Aluguéis/condomínios	(1.343)	(1.438)	(1.613)	(1.476)
Outras	(5.637)	-	(10.883)	8
Remuneração de capitais de terceiros	(7.013)	(1.438)	(35.879)	(26.915)
Lucros retidos/prejuízo do período/exercício	2.767	(15.713)	2.767	(15.713)
Lucro (Prejuízo) do período/exercício	2.767	(15.713)	2.767	(15.713)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ERSA - ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS
(atualmente denominada CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS
REFERENTE AO PERÍODO DE SETE MESES FINDO EM 31 DE JULHO 2011
(Em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ERSA - Energias Renováveis S.A. ("ERSA" ou "Companhia"), que passou a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis") após restruturação societária concretizada em 22 de agosto de 2011, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.

b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.

c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e de parques eólicos, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.2 e nº 1.3.

A Administração preparou demonstrações financeiras da Companhia em 31 de julho de 2011, uma vez que esta é a data de encerramento das atividades econômicas de ERSA. Como descrito na Nota 1.1, a Companhia passou por uma reestruturação societária que foi caracterizada como uma aquisição reversa, sendo a entidade econômica ERSA a adquirida contábil na transação. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o exclusivo fim de serem incluídas nos prospectos da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia. A Administração ressalta que as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio liquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado incluídas nestas demonstrações financeiras não são comparativas.

1.1. Reestruturação societária da Companhia

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia S.A., celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, com a sociedade anteriormente denominada "ERSA - Energias Renováveis S.A." ou "ERSA" e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Renováveis

Na essência contábil, essa operação foi caracterizada como uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da Smita Empreendimentos e Participações S.A. "SMITA", passou a deter o controle da ERSA (entidade legal sobrevivente) que passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A. a partir de 22 de agosto de 2011.

Os ativos líquidos da antiga ERSA foram avaliadas a valor justo com base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSA levantados em 31 de julho de 2011, assumindo-se que a reestruturação societária tivesse sido completada naquela data.

Estas demonstrações finceiras para fins especiais não contemplam os efeitos desta transação, que estão incluidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

1.2. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de julho 2011, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

PCHs	Status	Resolução original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW) (Informações não auditadas pelos auditores independentes)
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista I	3	Em andamento *	-	-	9,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paiol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Salto Góes	2	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
Tombo	3	Em andamento *	-	-	16,0
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					291,0

* Resolução autorizatiza em processo de obtenção.
(1) - Operação
(2) - Construção
(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data de sua assinatura.

1.3. Projetos de geração eólica

Em 31 de julho 2011, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Projetos Eólicos	Status	Resolução original	Capacidade de energia instalada (MW) (Informações não auditadas pelos auditores independentes)
Baixa Verde	3	Em andamento *	20,7
Cajueiro	3	Em andamento *	20,7
Costa Branca	2	Em andamento *	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	29,9
Farol de Touros	3	Em andamento *	29,9
Figueira Branca	3	Em andamento *	20,7
Gameleiras	3	Em andamento *	25,3
Juremas	2	Em andamento *	16,1
Macacos	2	Em andamento *	20,7
Navegantes	3	Em andamento *	20,7
Pedra Preta	2	Em andamento *	20,7
Total			246,1

* Resolução autorizatiza em processo de obtenção.

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data de sua assinatura

1.4. Obrigações contratuais

As seguintes obrigações são decorrentes das autorizações outorgadas para grande parte dos projetos da Companhia. Em alguns casos nem todas estas obrigações são aplicáveis:

- Implantar e operar a PCH conforme cronograma apresentado à ANEEL.

- Cumprir e fazer cumprir todas as exigências da autorização, da legislação atual e superveniente que disciplina a exploração de potenciais hidráulicos, respondendo perante ANEEL, usuários e terceiros, pelas eventuais consequências danosas decorrentes da exploração da PCH.

- Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, nos termos da regulamentação vigente.

- Efetuar o pagamento, nas épocas definidas nas normas específicas: (a) das cotas mensais da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC que lhe forem atribuídas; (b) da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica nos termos da legislação específica; e (c) dos encargos de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, quando devidos, celebrando, em conformidade com a regulamentação específica, os contratos de uso e de conexão requeridos.

- Efetivar todas as aquisições, desapropriações ou instituir servidões administrativas em terrenos e benfeitorias necessárias à realização das obras da PCH e dos projetos ambientais, inclusive reassentamentos da população atingida, se houver, assumindo os custos correspondentes, devendo efetuar, também, todas as indenizações devidas por danos decorrentes das obras e serviços, causados a terceiros, cujos direitos ficam ressalvados na autorização.

- Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração, comunicando à ANEEL qualquer alteração das características de suas unidades geradoras

- Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL todos os estudos e projetos da PCH.

- Submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida pela ANEEL, especialmente aquelas relativas à produção e comercialização de energia elétrica nos termos da autorização.

- Manter, permanentemente, através de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH em perfeitas condições de funcionamento e conservação, provendo adequado estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e treinado e em número suficiente para assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração da PCH.

- Submeter-se à fiscalização, permitindo aos técnicos da ANEEL, em qualquer época, livre acesso às obras e demais instalações compreendidas pela autorização, bem como o exame de todos os assentamentos gráficos, quadros e demais documentos da Companhia relativos à PCH, para verificação, entre outras, de vazões turbinadas e vertidas, níveis d'água, potências e frequências, tensões e energias produzida e consumida.

- Observar a legislação ambiental e articular-se com o órgão ambiental competente com vistas à obtenção das licenças ambientais competentes, cumprindo as exigências nelas contidas e providenciando os licenciamentos complementares necessários, enviando trimestralmente à ANEEL, até que a licença de instalação seja apresentada, documentos que comprovem a evolução dessas tratativas, respondendo pelas consequências do descumprimento das leis, dos regulamentos e das licenças.

- Articular-se com o órgão de recursos hídricos competente, com o objetivo de estabelecer os procedimentos relativos aos usos múltiplos da água e a disponibilidade hídrica, respondendo pelas consequências do descumprimento das leis, dos regulamentos e das licenças.

- Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidas pela ANEEL, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração da PCH.

- Manter permanentemente atualizados os cadastros e controle da propriedade dos bens vinculados, nos termos das disposições estabelecidas pelo órgão regulador, inclusive aqueles recebidos da União em regime especial de utilização que não se encontram registrados contabilmente.

- Comunicar a ANEEL e em alguns casos solicitar anuência, em caso de transferência de controle acionário, para fins de averbação nos registros de autorizações.

- Pelo descumprimento das disposições legais e regulamentares decorrentes da exploração da PCH e desatendimento das solicitações e recomendações da fiscalização, a Companhia estará sujeita às penalidades desde advertência, multa ou até a própria perda da autorização conforme previsto na legislação em vigor, na forma que vier a ser estabelecida em resolução da ANEEL.

1.5. Acordo de Acionistas

A Companhia é controlada em conjunto por Acordo de Acionistas do qual fazem parte com as respectivas participações no capital votante: Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (24,3%); Secor - LLC (27,9%); Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (7,4%); DEG Deutsche Investitions - und Entwicklungsgesellschaft MbH (7,5%); GMR Empreendimentos Energéticos Ltda. (6,8%); Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (23,1%); e outras pessoas físicas (3,0%).

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas a voto em Assembléia e no Conselho de Administração, direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de “tag along”, preferência, primeira oferta e “drag along”.

As deliberações que tratem dos assuntos relacionados a seguir somente poderão ser aprovadas mediante voto favorável dos acionistas que representem, no mínimo, 85% das ações: a) qualquer alteração do Estatuto Social que afete os direitos dos acionistas; b) criação de partes beneficiárias, recompra, resgate ou amortização de ações; c) emissão de ações preferenciais, criação de novas classes de ações e alteração nos direitos ou condições de ações existentes; d) reorganização societária; e e) distribuição de lucros.

1.6. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos como o ambiente regulatório são os mesmos para os diversos tipos de usinas (eólica e hidrelétrica).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa n° 8).
- Imobilizado (nota explicativa n° 11).
- Intangível (nota explicativa n° 12).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa n° 15).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa n° 14).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa n° 22).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 9.1).

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações consolidadas incluem as demonstrações da antiga ERSA Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas

	Forma de	Pariticipação - %			Forma de	Pariticipação - %	
Empresas	consolidação	Direta	Indireta	Empresas	consolidação	Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Juremas	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Macacos	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Navegantes	Integral	95%	-
Baixa Verde	Integral	95%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Paiol	Integral	-	100%
Bio Alvorada S.A.	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Coopcana S.A.	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Boa Vista 1	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Cruz	Integral	100%	-
Costa Branca	Integral	100%	-	São Gonçalo	Integral	-	100%
Costa das Dunas	Integral	100%	-	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Holding S.A.	Integral	100%	-	Turbina 14	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Turbina 15	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Varginha	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuírem obrigações adicionais na situação que as controladas têm passivo a descoberto, a Companhia limita o registro da participação de acionistas não controladores a zero, e constitui provisões para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido. O valor das participações dos acionistas não controladores em 31 de julho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é “nil”.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período.

   Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras; e (ii) aplicações financeiras vinculadas.

b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

   A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias; e (ii) outros créditos.

- Passivos financeiros:

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

a) Outros passivos financeiros: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

   Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) encargos de dívidas; e (iv) outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

  Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

4.2. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/ recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do período durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

4.3. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, custo de construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapassem o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

4.4. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de autorizações, software e servidão de passagem.

O intangível resultante da aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O intangível é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os intangíveis de vida útil finita, de acordo com os prazos de autorização, e são amortizados pelos respectivos prazos de autorização.

4.5. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

  Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

  A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

  Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

4.6. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.7. Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a empresa, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4.8. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

4.9. Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e antidilutívos de instrumentos conversíveis em ações.

4.10. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, interpretações e alterações de normas em vigor em 31 de julho de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de julho de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis que não trouxeram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IAS 24 - Divulgação sobre Partes relacionadas	IAS 24 modificou dois aspectos: (a) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e (b) alterou a definição de parte relacionada. A adoção da definição revisada de parte relacionada de acordo com a IAS 24 (revisada em 2009) no período corrente permite a identificação de partes relacionadas não identificadas como tal de acordo com a norma anterior. Especificamente, as coligadas da holding da Companhia são classificadas como partes relacionadas do Grupo de acordo com a norma revisada. As divulgações de partes relacionadas da Companhia já contemplam essas alterações uma vez que já consideram o CPC 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas às demonstrações financeiras.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 14 - Limite de ativo de benefício definido	As alterações são aplicáveis quando uma entidade está sujeita às exigências de financiamento mínimo e realiza um pagamento antecipado de contribuições para cobrir essas exigências, permitindo que o benefício de tal pagamento antecipado seja reconhecido como um ativo.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil, durante o período de 2011, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no compromisso de emitir os pronunciamentos, as orientações e as interpretações à medida que as novas normas internacionais são emitidas e revisadas, revisou as seguintes normas com vigência aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para a Divulgação da Informação Contábil.
- CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.
- CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture).
- CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.
- CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.
- CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.
- CPC 35 (R1) - Demonstrações Separadas.
- CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas.
- ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os pronunciamentos e interpretação acima contemplam tanto alterações feitas pelo IASB após a aprovação do último documento, tomando-se por base o volume das IFRSs de 2011, quanto certas compatibilizações de texto visando não deixar dúvidas que os CPCs produzem os mesmos reflexos contábeis que a aplicação das IFRSs. As revisões não alteram a essência do pronunciamento original, não provocando valores contábeis diferentes dos anteriormente apurados. Em relação ao CPC 19 (R1), além de alterações de compatibilizações de texto, a versão revisada permite o reconhecimento de investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint venture) pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas. Na versão anterior, originalmente aprovada pelo CPC, essa opção que existe nas IFRSs emitidas pelo IASB foi eliminada, pois a prática contábil brasileira previa apenas o procedimento de consolidação proporcional para esse caso.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas, mas não são obrigatórias para este período e não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída na IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período. A Administração não espera impactos relevantes sobre demonstrações financeiras.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IAS 12 - Tributos sobre o lucro	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40. As modificações à IAS 12 apresentam uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos devem refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira na qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo. Especificamente, de acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 Propriedade para Investimento sejam recuperadas através de venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja invalidada em determinadas circunstâncias. A Administração da Companhia ainda não efetuou uma análise detalhada do impacto da aplicação dessas Normas. Por conseguinte, ainda não quantificaram o alcance do impacto.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por impairment para coligadas e coligadas em conjunto.	Aplicável aos períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 - Demonstrações Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.	Aplicável aos períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.	Aplicável aos períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 11 - Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado". Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.	Aplicável aos períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgações qualitativas que devem ser realizadas pela entidade em relação às participações em controladas, em acordos em conjunto ou entidades não consolidadas, que incluem julgamentos e premissas significativas para determinar se suas participações exercem controle, influência significativa ou a classificação dos acordos em conjunto entre "joint operations" e "joint ventures", bem como outras informações sobre a natureza e extensão de restrições significativas e riscos associados. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações financeiras.	Aplicável aos períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações financeiras.	Aplicável aos períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações financeiras.	Aplicável aos períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRIC 20 - Custos de produção sobre Mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	**31/12/2010**	**31/07/2011**	**31/12/2010**
Caixas e depósitos bancários á vista	244	842	2.666	7.359
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.619	151.548	76.560	156.287
Banco do Nordeste	-	-	40.426	-
Banco Bradesco (*)	-	-	2.997	4.737
BTG Pactual (*)	-	5.133	13.306	5.135
Banco Safra	-	47.664	-	47.664
Banco Votorantim	1.619	98.751	19.831	98.751
Operações compromissadas em Debêntures	83.107	47.783	169.445	112.829
Banco Bradesco (*)	754	1.063	22.195	64.681
BTG Pactual (*)	-	-	-	1.426
Banco Santander	16.026	6.313	23.807	6.315
Banco Safra	49.388	15.337	49.934	15.337
Banco Votorantim	16.939	25.070	73.509	25.070
	84.970	**200.173**	**248.671**	**276.475**

(*) Partes relacionadas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa n°22) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços patrimoniais, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, operações compromissadas com lastro em debêntures e fundos de renda fixa, e são remunerados a taxas médias de 102,43% do CDI na data do balanço.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

						Consolidado	
	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	31/07/2011	31/12/2010
PCH Holding S.A. (c)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	102,46% *	-	19.224
Total do ativo circulante						-	19.224

						Controladora	
	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	31/07/2011	31/12/2010
ERSA Renovaveis S.A.	Bradesco	CDB	ago/2012	CDI	99,50% *	-	870
ERSA Renovaveis S.A.	Bradesco	CDB	out/2012	CDI	99,50% *	-	1.231
ERSA Renovaveis S.A. (b)	CEF	Poupança	Indefinido	TR	TR	-	60
Total do ativo não circulante						-	2.161

						Consolidado	
	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	31/07/2011	31/12/2010
Alto Irani S.A. (c)	BTG Pactual	CDB	dez/2011	CDI	104,62% *	2.500	3.040
Arvoredo (a)	Bradesco	CDB	nov/2012	CDI	100,00% *	-	714
Arvoredo (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	1.704	4.771
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	2.614	-
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	1.309	1.571
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	1.928	-
ERSA Renovaveis S.A.	Bradesco	CDB	ago/2012	CDI	99,50% *	-	870
ERSA Renovaveis S.A.	Bradesco	CDB	out/2012	CDI	99,50% *	-	1.231
ERSA Renovaveis S.A. (b)	CEF	Poupança	Indefinido	TR	TR	-	60
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	993	-
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	2.978	4.104
PCH Holding (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	15.718	-
Penedo Energia (b)	CEF	Caução	Indefinido	TR	TR	9	9
Plano Alto S.A. (c)	BTG Pactual	CDB	dez/2011	CDI	104,62% *	2.000	2.463
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	1.610	5.237
Varginha (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	1.647	983
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FI) TARGET	Indefinido	Diversos	101,51% *	831	-
						35.841	25.053

(*) Remuneração média de acumulada até julho 2011, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

(a) Referem-se a contas reservas constituídas nas SPEs. De acordo com o contrato com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três meses de serviço de dívida.

(b) Referem-se a garantias contratuais constituídas para registro e aprovação de estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998.

(c) Dos valores aplicados, R$2.500 para SPE Alto Irani e R$2.000 para SPE Plano Alto, referem-se a garantias contratuais para atendimento ao contrato de ações preferenciais resgatáveis com o Banco Safra.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como valor justo através do resultado.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de julho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado abaixo :

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	**31/12/2010**	**31/07/2011**	**31/12/2010**
Circulante				
Concessionárias e permissionárias	1.586	508	14.669	9.540
	1.586	**508**	**14.669**	**9.540**

Composição das contas a vencer:

Controladora		Consolidado	
A vencer	Total	A vencer	Total
0 - 15 dias	-	0 - 15 dias	8.456
16 - 30 dias	-	16 - 30 dias	2.987
31 - 45 dias	1.586	31 - 45 dias	1.661
46 - 60 dias	-	46 - 60 dias	1.565
	1.586		14.669

Em 31 de julho de 2011, as contas a receber de clientes consolidadas acumulam R$6.361 (43% do total) devidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS no âmbito do PROINFA e R$4.947 (34% do total) por um grande consumidor.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 32 dias da data do faturamento.

A Administração da Companhia e de suas controladas, considerando que não há valores vencidos e que os saldos em aberto são com agentes do setor elétrico e com grandes consumidores livres com baixo risco de crédito, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	**31/12/2010**	**31/07/2011**	**31/12/2010**
Ativo circulante				
Impostos de renda e contribuição social a compensar	492	2.400	915	2.864
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.558	2.736	7.464	3.831
COFINS	158	-	574	323
PIS	34	-	121	70
Outros impostos	9	12	780	479
Total	**6.251**	**5.148**	**9.854**	**7.567**

O saldo da rubrica “Imposto de renda retido na fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas e não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização.

9. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5)	754	1.061	-	-	109	-
Banco BTG Pactual (nota nº 5)	-	5.135	-	-	45	-
	754	6.196	-	-	154	-
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas						
Banco Bradesco (nota nº 6)	-	2.101	-	-	109	-
	-	2.101	-	-	109	-

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (a)						
Alto Irani	1.541	1.540	-	-	-	-
Baixa Verde	-	59	-	-	-	-
Bio Alvorada	2	-	-	-	-	-
Bio Coopcana	3	-	-	-	-	-
Boa Vista 1	869	866	-	-	-	-
Boa Vista 2	2.639	2.341	-	-	-	-
Cachoeira Grande	464	67	-	-	-	-
Cajueiro	1	59	-	-	-	-
Costa Branca	3.132	92	-	-	-	-
Costa das Dunas	-	126	-	-	-	-
Eólica Holding	4	-	-	-	-	-
Farol de Touros	10	98	-	-	-	-
Figueira Branca	-	80	-	-	-	-
Gameleiras	3	-	-	-	-	-
Juremas	4.674	100	-	-	-	-
Macacos	3.336	555	-	-	-	-
Navegantes	183	65	-	-	-	-
PCH Holding	155.983	140.217	-	-	-	-
PCH Participações	208	206	-	-	-	-
Pedra Preta	3.150	113	-	-	-	-
Penedo	1.804	1.700	-	-	-	-
Plano Alto	3.413	3.362	-	-	-	-
Salto Góes	13.098	-	-	-	-	-
Santa Cruz	-	1.136	-	-	-	-
São Gonçalo	-	-	-	-	-	-
Tombo	1.095	1.048	-	-	-	-
Turbina 14	2	-	-	-	-	-
Turbina 15	2	-	-	-	-	-
	195.614	153.830	-	-	-	-
Valores a receber à empresas ligadas	816	913	-	-	-	-
Crédito com empresas ligadas (b)	816	913	-	-	-	-
Total - não circulate	196.430	154.743	-	-	-	-
Passivo circulante e não circulante:						
Empréstimo e financiamentos, Debêntures e derivativos	-	-	-	1.061	-	-
Banco Bradesco	-	-	-	1.061	-	-
Valores a pagar à empresas ligadas	-	-	4.124	4.635	-	-

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações	-	-	482	-	-	-
	-	-	482	-	-	-
Despesas operacionais	-	-	-	-	3.721	7.816
Consultoria Banco Pátria (c)	-	-	-	-	3.750	7.501
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	(29)	315

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Ativo circulante						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco	27.517	75.143	-	-	3.084	8.137
Banco BTG Pactual	-	5.135	-	-	750	800
	27.517	80.278	-	-	3.834	8.937

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Ativo não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas						
Banco Bradesco	-	38.704	-	-	-	-
Banco BTG Pactual	4.500	5.504	-	-	924	-
	4.500	44.208	-	-	924	-

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações	-	-	482	-	-	-
	-	-	482	-	-	-
Despesas operacionais	-	-	-	-	3.721	7.816
Assessoria - Banco Pátria	-	-	-	-	3.750	7.501
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	(29)	315

a) Saldo referente a aportes de capital a título de adiantamentos para futuro aumento de capital das controladas. Estes adiantamentos não possuem prazo de vencimento e não são remunerados por juros ou correção monetária.

b) Valores a receber de empresas ligadas: refere-se a rateio de despesas de operação e manutenção. Em 2010, parte do pessoal da ERSA passou a ser alocada para a operação e manutenção das usinas e cobrado das controladas via rateio de despesas. Em 31 de julho de 2011, o valor a receber das controladas é de R$816 (R$913 em 31 de dezembro de 2010).

c) Refere-se à assessoria estratégica e financeira, realizada pelo Banco Pátria, que é controlador do FIP Pátria, acionista da Companhia.

9.1. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.940 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.792 opções de compra de ações. Em 01 de março de 2011 foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O "vesting" das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções somente poderão ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: a) oferta pública inicial ("IPO") (primária ou secundária) para ações ordinárias; b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO.

Séries de opções	Quantidade	Data de outorga	Duração da opção (em anos)	Preço de período R$	Valor justo na data da outorga R$
Programa de 2009					
1ª Tranche	278.735	29/10/2009	10	1,62	0,36
2ª Tranche	278.735	29/10/2009	10	1,66	0,31
3ª Tranche	278.735	29/10/2009	10	1,69	0,25
4ª Tranche	278.735	29/10/2009	10	1,73	0,27
	1.114.940				
Programa de 2010					
1ª Tranche	305.198	09/03/2010	10	2,39	0,57
2ª Tranche	305.198	09/03/2010	10	2,45	0,60
3ª Tranche	305.198	09/03/2010	10	2,50	0,55
4ª Tranche	305.198	09/03/2010	10	2,56	0,58
	1.220.792				
Programa de 2011					
1ª Tranche	587.500	01/03/2011	10	2,56	0,39
2ª Tranche	587.500	01/03/2011	10	2,62	0,41
3ª Tranche	587.500	01/03/2011	10	2,67	0,37
4ª Tranche	587.500	01/03/2011	10	2,73	0,39
	2.350.000				

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas durante o período

A Companhia precificou as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do período (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

No período de sete meses findo em 31 de julho de 2011, foram provisionados R$29 na rubrica "Remuneração dos Administradores".

Dados utilizados no modelo para precificação das opções:

	Plano 2011			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	1,84	1,84	1,84	1,84
Preço de período	2,56	2,62	2,67	2,73
Volatilidade esperada (a)	37,31%	37,31%	37,31%	37,31%
Dividendos	0,56	0,56	0,68	0,68
Duração da opção (b)	5,5	6	6,5	7
Taxa de juros livre de risco (c)	10,54%	10,39%	10,39%	10,28%

(a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.

(b) Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes

(c) Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e fim do período:

	2011		2010	
	Quantidade opção	Preço ponderado de período	Quantidade opção	Preço ponderado de período
Saldo no início do período	976.438	1,93	486.831	1,64
Concedidas durante o período	2.350.000	2,65	1.220.792	2,48
Prescritas por condições não atendidas durante o período	(1.327.618)	2,44	(731.185)	2,18
Saldo no final do período	1.998.820	1,97	976.438	1,93

Durante o período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 nenhuma opção foi exercida.

As opções em aberto no fim do período possuíam preço de período de R$1,97 (R$1,93 em 2010) e período de duração contratual médio ponderado restante de 2.976 dias (3.107 dias em 2010).

9.2. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de sete meses findo em 31 de julho de 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$2.410 (R$2.100 em 2010), como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/07/2011	31/12/2010
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	955	821
Encargos sociais e benefícios	260	517
Remuneração variável	1.195	762
	2.410	2.100

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

10. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	440.999	359.083
Reclassificação das controladas com patrimônio líquido negativo (passivo)	682	785
Líquido	441.681	359.868
Direito de exploração de atividade de geração - autorização	160.324	163.180
Total	602.005	523.048

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		31/07/2011			31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Alto Irani	2.099	100%	21.184	5.321	21.184	15.864	5.321	7.950
Baixa Verde	6.254	95%	6.547	(3)	6.220	(29)	(3)	(12)
Bio Alvorada	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Bio Coopcana	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
Boa Vista 1	1	100%	(91)	(3)	(91)	(89)	(3)	(8)
Boa Vista 2	1	100%	(145)	(16)	(145)	(129)	(16)	(30)
Cachoeira Grande	7.166	100%	6.931	(28)	6.931	6.960	(28)	(35)
Cajueiro	12.546	95%	13.176	(8)	12.517	(30)	(8)	(12)
Costa Branca	9.684	100%	9.517	(91)	9.517	9.608	(91)	(50)
Costa das Dunas	13.611	100%	13.562	(3)	13.562	(45)	(3)	(28)
Eolica Holding	1	100%	(5)	(6)	(5)	-	(6)	-
Ersa Comercializadora	-	-	-	-	-	-	-	317
Ersa Estudos e Desenvolvimentos	-	-	-	-	-	-	-	(8.822)
Farol de Touros	10.494	90%	11.628	(4)	10.465	(25)	(4)	(9)
Figueira Branca	6.447	100%	6.392	(4)	6.392	(50)	(4)	(10)
Gameleira	8.852	100%	8.489	(11)	8.489	472	(11)	(35)
Juremas	9.694	100%	7.535	(48)	7.535	7.582	(48)	(42)
Macacos	10.326	100%	9.893	(163)	9.893	10.056	(163)	(110)
Navegantes	1	95%	(35)	(2)	(33)	(31)	(2)	(12)
PCH Holding S.A.	279.316	100%	282.235	12.904	282.235	269.330	12.904	(2.242)
PCH Participações	893	100%	(208)	(4)	(208)	(203)	(4)	(1.012)
Pedra Preta	10.232	100%	9.520	(82)	9.520	9.603	(82)	(60)
Penedo	1	100%	(99)	(5)	(99)	(94)	(5)	(23)
Plano Alto	1.527	100%	14.638	3.925	14.638	10.714	3.925	5.827
Salto Góes	17.656	100%	16.393	(972)	16.393	14.749	(972)	(131)
Santa Cruz	6.703	100%	6.193	(23)	6.193	4.932	(23)	(25)
Tombo	100	100%	(88)	(27)	(88)	(62)	(27)	(93)
Turbina 14	1	100%	(4)	(5)	(4)	-	(5)	-
Turbina 15	1	100%	(4)	(4)	(4)	-	(4)	-
			443.146	20.630	440.999	359.083	20.630	1.293

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimonio líquido	Resultado do Exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		31/07/2011			31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Aiuruoca	21.303	100%	13.357	(89)	13.357	13.221	(89)	(985)
Arvoredo	45.910	100%	46.441	1.387	46.441	46.079	1.387	801
Barra da Paciência	22.954	100%	24.497	2.962	24.497	21.535	2.962	(849)
Cocais Grande	15.290	100%	15.111	1.060	15.111	14.374	1.060	379
Corrente Grande	25.738	100%	25.665	1.161	25.665	24.504	1.161	(778)
Ninho da Águia	33.805	100%	33.533	1.705	33.533	32.491	1.705	(904)
Paiol	26.583	100%	28.812	4.116	28.812	28.985	4.116	2.916
São Gonçalo	28.676	100%	29.473	2.139	29.473	29.604	2.139	1.538
Varginha	20.587	100%	20.158	761	20.158	19.910	761	(147)
Varzea Alegre	24.580	100%	23.748	142	23.748	23.606	142	(660)
			260.795	15.344	260.795	254.309	15.344	1.311

Movimentação dos investimentos no período de sete meses de 2011 - controladora:

	31/12/2010	31/07/2011		
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento / (Reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos
Alto Irani	15.863	-	5.321	21.184
Baixa Verde	(29)	6.252	(3)	6.220
Bio Alvorada	-	-	(4)	(4)
Bio Coopcana	-	-	(4)	(4)
Boa Vista 1	(88)	-	(3)	(91)
Boa Vista 2	(129)	-	(16)	(145)
Cachoeira Grande	6.959	-	(28)	6.931
Cajueiro	(30)	12.555	(8)	12.517
Costa Branca	9.608	-	(91)	9.517
Costa das Dunas	(45)	13.610	(3)	13.562
Eolíca Holding	-	1	(6)	(5)
Farol de Touros	(25)	10.494	(4)	10.465
Figueira Branca	(50)	6.446	(4)	6.392
Gameleira	473	8.027	(11)	8.489
Juremas	7.583	-	(48)	7.535
Macacos	10.056	-	(163)	9.893
Navegantes	(31)	-	(2)	(33)
PCH Holding S.A.	269.331	-	12.904	282.235
PCH Participações	(204)	-	(4)	(208)
Pedra Preta	9.602	-	(82)	9.520
Penedo	(94)	-	(5)	(99)
Plano Alto	10.713	-	3.925	14.638
Salto Góes	14.749	2.616	(972)	16.393
Santa Cruz	4.932	1.284	(23)	6.193
Tombo	(61)	-	(27)	(88)
Turbina 14	-	1	(5)	(4)
Turbina 15	-	-	(4)	(4)
Total dos investimentos	359.083	61.286	20.630	440.999
Provisão para perdas	785	-	-	682
Total dos investimentos líquidos	359.868	61.286	20.630	441.681

Movimentação dos investimentos no exercício findo de 2010 - controladora:

	Saldo inicial dos investimentos	Aumento / (Reduções) de capital	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos
Alto Irani	7.914	-	-	7.950	15.864
Baixa Verde	(17)	-	-	(12)	(29)
Boa Vista 1	(81)	-	-	(8)	(89)
Boa Vista 2	(99)	-	-	(30)	(129)
Cachoeira Grande	6.161	834	-	(35)	6.960
Cajueiro	(18)	-	-	(12)	(30)
Costa Branca	(25)	9.683	-	(50)	9.608
Costa das Dunas	(17)	-	-	(28)	(45)
Ersa Comercializadora	-	2.205	(2.522)	317	-
Ersa Estudos e Desenvolvimentos	(2.433)	10.804	451	(8.822)	-
Farol de Touros	(16)	-	-	(9)	(25)
Figueira Branca	(40)	-	-	(10)	(50)
Gameleira	400	107	-	(35)	472
Juremas	(26)	7.650	-	(42)	7.582
Macacos	(65)	10.231	-	(110)	10.056
Navegantes	(19)	-	-	(12)	(31)
PCH Holding S.A.	271.572	-	-	(2.242)	269.330
PCH Participações	809	-	-	(1.012)	(203)
Pedra Preta	(33)	9.696	-	(60)	9.603
Penedo	(71)	-	-	(23)	(94)
Plano Alto	4.887	-	-	5.827	10.714
Salto Góes	8.079	6.801	-	(131)	14.749
Santa Cruz	4.952	5	-	(25)	4.932
Tombo	31	-	-	(93)	(62)
Total dos investimentos	301.845	58.016	(2.071)	1.293	359.083
Provisão para perdas	-	-	-	-	785
Total dos investimentos líquidos	301.845	58.016	(2.071)	1.293	359.868

Direito de exploração

Em 31 de julho de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

No ano de 2010:

	Controladora					
	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2010
Alto Irani	63.364	-	-	-	(2.876)	60.488
Baixa Verde	-	-	-	982	-	982
Boa Vista 1	5.004	-	-	-	-	5.004
Boa Vista 2	18.569	-	-	-	-	18.569
Cajueiro	-	-	-	982	-	982
Costa Branca	-	-	-	3.158	-	3.158
Farol de Touros	7.411	-	-	-	-	7.411
Juremas	-	-	-	2.456	-	2.456
Macacos	6.586	8.288	-	(11.718)	-	3.156
Navegantes	-	-	-	982	-	982
PCH Participações	606	-	(606)	-	-	-
Pedra Preta	-	-	-	3.158	-	3.158
Penedo	9.174	-	-	-	-	9.174
Plano Alto	49.938	-	-	-	(2.278)	47.660
	160.652	**8.288**	**(606)**	**-**	**(5.154)**	**163.180**

No período de sete meses findo em 31 de julho de 2011:

	Controladora					
	31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	31/07/2011
Alto Irani	60.488	-	-	-	(1.677)	58.811
Baixa Verde	982	-	-	-	-	982
Boa Vista 1	5.004	-	-	-	-	5.004
Boa Vista 2	18.569	-	-	-	-	18.569
Cajueiro	982	-	-	-	-	982
Costa Branca	3.158	-	-	-	-	3.158
Farol de Touros	7.411	-	-	-	-	7.411
Juremas	2.456	-	-	-	-	2.456
Macacos	3.156	-	-	-	-	3.156
Navegantes	982	-	-	-	-	982
Pedra Preta	3.158	-	-	-	-	3.158
Penedo	9.174	-	-	-	-	9.174
Plano Alto	47.660	-	-	-	(1.179)	46.481
	163.180	**-**	**-**	**-**	**(2.856)**	**160.324**

a) O valor alocado como direito de exploração refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas e o custo de aquisição. O valor é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações (nota explicativa nº 4.4) a partir da entrada em operação dos empreendimentos. Em 31 de julho de 2011, dois empreendimentos estavam em operação. O valor da amortização no período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 foi de R$2.856 registrado na rubrida de "amortização do direito de exploração".

b) Em 31 de julho de 2011, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

11. IMOBILIZADO

Controladora	Taxa (i)	31/07/2011 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2010 Líquido
Móveis e utensílios	10	888	(255)	633	636
Máquinas e equipamentos	10	2.568	(679)	1.889	1.406
Edificações, obras civis e benfeitorias	10	1.351	(694)	657	874
Terrenos	-	720	-	720	51
Adiantamentos a fornecedores	-	617	-	617	309
Total controladora		**6.144**	**(1.628)**	**4.516**	**3.276**

Consolidado	Taxa (i)	31/07/2011 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2010 Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3 a 4	615.797	(10.163)	605.634	349.417
Máquinas e equipamentos	3 a 4	307.141	(21.769)	285.372	171.679
Móveis e utensílios	10	1.028	(265)	763	719
Veículos	25	165	-	165	39
Terrenos		5.299	-	5.299	4.611
Adiantamentos a fornecedores		617	-	617	309
Imobilizado em curso		58.210	-	58.210	387.265
Total Consolidado		**988.257**	**(32.197)**	**956.060**	**914.039**

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Controladora				
Custos	**31/12/2010**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**31/07/2011**
Móveis e utensílios	842	46	-	-	888
Máquinas e equipamentos	1.852	717	-	-	2.569
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.361	20	(30)	-	1.351
Terrenos	51	669	-	-	720
Adiantamentos a fornecedores	309	308	-	-	617
	4.415	**1.760**	**(30)**	**-**	**6.145**

	Controladora				
Depreciação	**31/12/2010**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**31/07/2011**
Móveis e utensílios	(205)	(50)	-	-	(255)
Máquinas e equipamentos	(446)	(233)	-	-	(679)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(487)	(207)	-	-	(694)
Total controlada	**(1.139)**	**(490)**	**-**	**-**	**(1.628)**
Total imobilizado	**3.276**	**1.270**	**(30)**	**-**	**4.516**

	Consolidado				
Custos	**31/12/2010**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**31/07/2011**
Móveis e utensílios	928	22	-	30	980
Máquinas e equipamentos	183.369	9.776	-	113.771	306.916
Edificações, obras civis e benfeitorias	355.663	12.341	(30)	248.113	616.087
Terrenos	23.850	1.696	-	-	25.546
Imobilizado em curso	322.219	21.688	-	(334.333)	9.574
Adiantamentos a fornecedores	46.116	10.580	-	(27.706)	28.990
Veículos	40	-	-	125	165
	932.184	**56.103**	**(30)**	**-**	**988.257**

	Consolidado				
Depreciação	**31/12/2010**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência (*)**	**31/07/2011**
Móveis e utensílios	(206)	(23)	-	-	(229)
Máquinas e equipamentos	(11.692)	(9.939)	-	-	(21.631)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.246)	(1.984)	-	(2.106)	(10.336)
Veículos	(1)	-	-	-	(1)
Total consolidado	**(18.145)**	**(11.946)**	**-**	**(2.106)**	**(32.197)**
Total imobilizado	**914.039**	**44.157**	**(30)**	**(2.106)**	**956.060**

(*) Refere-se a transferência entre o imobilizado e o intangível da depreciação da provisão para custos sócio-ambientais, pois o custo desta provisão estava alocado na rubrica imobilizado.

Em 31 de julho de 2011, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

	Saldo líquido		Data prevista
Imobilizado em curso	31/07/2011	31/12/2010	de entrada em operação
Aiuruoca	11.426	11.264	(*)
Barra da Paciência	-	127.582	fev/11
Cachoeira Grande	3.378	4.093	(*)
Corrente Grande	-	105.254	fev/11
Macacos	2.899	11	set/13
Ninho da Águia	-	71.618	jan/11
Pedra Preta	2.396	-	set/13
Salto Góes	27.204	4.405	mar/13
Santa Cruz	3.387	3.953	(*)
Várzea Alegre	-	57.561	abr/11
Outros	7.520	1.524	
Total	**58.210**	**387.265**	

(*) Empreendimentos em fase de preparação.

a) Em 31 de julho de 2011, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

b) No final do prazo de autorização, os ativos das empresas de energia eólica podem ser vendidos a terceiros. No caso das PCHs, no final do prazo de autorização são devolvidos ao Poder Concedente.

12. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Consolidado				
	31/12/2010	31/07/2011			
	Líquido	Adições	Transferências	Amortização	Líquido
Licenças de projetos	33.653	97	2.106	(2.556)	33.300
Direitos de exploração	201.657	-	-	(3.686)	197.971
	235.310	**97**	**2.106**	**(6.242)**	**231.271**

Licenças de projetos

O saldo é composto pelos direitos de exploração das respectivas PCHs.

Por empreendimento:

A movimentação do saldo no período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 é como segue:

	Consolidado				
	31/12/2010	31/07/2011			
	Líquido	Adições	Transferências (*)	Amortização	Líquido
Aiuruoca	1.942	-	-	-	1.942
Arvoredo	126	-	258	(273)	111
Alto Irani	(284)	-	142	(142)	(284)
Barra da Paciência	2.069	-	189	(218)	2.040
Boa Vista 1	495	-	-	-	495
Boa Vista 2	1.430	-	-	-	1.430
Cachoeira Grande	3.026	-	-	-	3.026
Cocais Grande	2.691	-	143	(194)	2.640
Corrente Grande	1.568	-	265	(291)	1.542
Ninho da Águia	2.352	-	224	(270)	2.306
Paiol	5.310	-	252	(419)	5.143
Penedo	825	-	-	-	825
Plano Alto	1.041	-	142	(143)	1.040
Salto Góes	4.250	-	-	-	4.250
Santa Cruz	2.132	-	-	-	2.132
São Gonçalo	2.717	-	172	(258)	2.631
Varginha	214	15	219	(228)	220
Várzea Alegre	1.749	82	100	(119)	1.812
	33.653	**97**	**2.106**	**(2.556)**	**33.300**

(*) Refere-se a transferência entre o intangível e o imobilizado da depreciação da provisão para custos sócio-ambientais, pois o custo desta provisão estava alocado na rubrica imobilizado.

Direitos de exploração

No período de sete meses findo em 31 de julho de 2011, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Consolidado		
	31/12/2010		
	Líquido	Amortização	Líquido
Aiuruoca	12.302	-	12.302
Alto Irani	60.488	(1.677)	58.811
Baixa Verde	982	-	982
Barra da Paciência	16.575	(490)	16.085
Boa Vista 1	5.004	-	5.004
Boa Vista 2	18.569	-	18.569
Cajueiro	982	-	982
Corrente Grande	9.600	(339)	9.261
Costa Branca	3.158	-	3.158
Gameleiras	7.411	-	7.411
Juremas	2.456	-	2.456
Macacos	3.156	-	3.156
Navegantes	982	-	982
Pedra Preta	3.158	-	3.158
Penedo	9.174	-	9.174
Plano Alto	47.660	(1.180)	46.480
	201.657	**(3.686)**	**197.971**

No período de sete meses findo em 31 de julho de 2011, foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R$ 3.686, classificada no grupo "Despesas operacionais".

O saldo dos intangíveis é amortizados pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, pelo método de linha reta.

Em 31 de julho de 2011, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo consolidado da rubrica "Empréstimos e financiamentos" em 31 de julho de 2011 está apresentado a seguir:

	31/07/2011					31/12/2010				
Agente	Circulante		Total	Não Circulante		Circulante		Total	Não Circulante	
Financiador	Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total	Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total
BNDES (a)	1.729	31.090	32.819	392.950	425.769	3.057	31.798	34.855	424.563	459.418
SAFRA (b)	921	20.194	21.115	74.250	95.365	410	11.025	11.435	42.523	53.958
	2.651	**51.283**	**53.934**	**467.200**	**521.134**	**3.467**	**42.823**	**46.290**	**467.086**	**513.376**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 está representada como segue:

	31/12/2010	31/07/2011				
	Saldo Final	Liberações	Juros	Amortização	Pgto Juros	Saldo Final
Alto Irani	53.958	-	3.711	-	(3.051)	54.618
Arvoredo	45.977	-	2.027	(1.921)	(2.033)	44.050
Barra da Paciência	73.769	1.999	3.448	(467)	(502)	78.247
Cocais Grande	33.850	-	1.490	(1.543)	(1.497)	32.300
Corrente Grande	52.534	2.069	2.462	(660)	(1.442)	54.963
Ninho de Aguia	34.465	2.389	1.609	(445)	(936)	37.082
Paiol	80.244	-	3.538	(3.372)	(3.550)	76.860
Plano Alto	40.325	-	2.700	-	(2.278)	40.747
São Gonçalo	44.458	-	1.937	(1.822)	(2.516)	42.057
Varginha	27.831	3.815	1.326	(384)	(590)	31.998
Várzea Alegre	25.965	1.734	1.230	(168)	(549)	28.212
	513.376	**12.006**	**25.478**	**(10.782)**	**(18.944)**	**521.134**

O cronograma de previsão de pagamento dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Vencimento	Consolidado
2011	35.657
2012	53.404
2013	56.154
2014	58.904
2015	31.404
2016	35.748
2017 a 2021	121.271
2022 a 2024	128.592
	521.134

a) Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R$471.484 a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas da ERSA, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R$404.105 (valor original) Estes financiamentos estão sendo amortizados num prazo de 168 meses.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.

- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) Vide nota explicativa n° 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos fornecedores principais.

A Companhia atendeu todos os "covenants" em 31 de julho de 2011.

b) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani:

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a "International Finance Corporation - IFC", mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R$63.000 na SPE Alto Irani e R$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 31 de julho de 2011.

14. PROVISÕES PARA CUSTOS SÓCIO-AMBIENTAIS

Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é registrada com base em orçamentos de gastos futuros elaborados pela Administração da Companhia, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de operação das usinas em operação.

Em 31 de julho de 2011, o saldo da provisão para custos socioambientais é de R$73.657 (R$77.629 em 31 de dezembro de 2010), sendo R$2.242 (R$3.860 em 31 de dezembro de 2010) registrado no passivo circulante e R$71.415 e (R$73.769 em 31 de dezembro de 2010) no passivo não circulante.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos trabalhistas, previdenciários, tributários, cíveis e ambientais.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2010	**Provisão**	**Reversão**	**31/07/2011**
Trabalhista	60	259	(60)	259
	60	**259**	**(60)**	**259**

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Riscos avaliados como provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Trabalhista	-	60	259	60
	-	**60**	**259**	**60**

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível:

Cíveis

Em 31 de julho de 2011, as controladas eram parte em 5 ações, no montante de R$418, ajuizadas por atingidos, direta ou indiretamente, em razão da implantação das PCHs.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira

O capital social subscrito e integralizado é de R$874.695 em 31 de julho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 representado por 708.403.499 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das assembléias gerais da Companhia.

b) Composição acionária

A composição acionária, de acordo com a legislação societária brasileira, em 31 de julho de 2011 é a seguinte:

	31/07/2011		31/12/2010	
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Ordinárias**	**%**
Secor LLC	197.951.768	27,94%	197.951.768	27,94%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	171.908.925	24,27%	171.908.925	24,27%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	163.419.877	23,07%	163.419.877	23,07%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	53.045.360	7,49%	53.045.360	7,49%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	52.723.053	7,44%	52.723.053	7,44%
GMR Empreendimentos Energéticos Ltda.	47.875.000	6,76%	47.875.000	6,76%
Outros (pessoas físicas)	21.479.516	3,03%	21.479.516	3,03%
	708.403.499	**100%**	**708.403.499**	**100%**

c) Reservas de Capital

c.1) Debêntures conversíveis em ações com característica de instrumento de patrimônio

Por meio da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures a Companhia emitiu debêntures conversíveis em ações com as seguintes características:

Dados da emissão das debêntures

Data da 1ª emissão: 15 de agosto de 2007.

Quantidade de debêntures emitidas: 50.000.000.

Valor nominal: R$1,024199.

Prazo de resgate: 5 de agosto de 2012.

Valor total: R$51.210

Data da 2ª emissão: 23 de dezembro de 2008.

Quantidade de debêntures emitidas: 4.222.660.

Valor nominal: R$1,223834.

Prazo de resgate: 5 de agosto de 2012.

Valor total: R$5.168

Tipo de debêntures: conversíveis em ações ordinárias a qualquer tempo, sendo obrigatória a conversão no vencimento.

Condições de remuneração vigentes: não há incidência de juros e atualização monetária, mas farão jus, desde a data de emissão, ao recebimento de remuneração equivalente à Parcela dos Lucros Distribuídos aos acionistas, não inferior a 25%, do lucro líquido auferido e eventualmente distribuído pela Companhia, diluindo a distribuição dos demais acionistas.

Integralização das debêntures:

Reserva de capital	31/07/2011
Integralizadas 11.500.000 em 17/09/2007	11.778
Integralizadas 13.500.000 em 20/02/2008	13.827
Integralizadas 25.000.000 em 12/06/2008	25.605
Integralizadas 4.222.660 em 23/04/2009	5.168
	56.378

Em virtude de a operação de debêntures conversíveis em ações passar a ser classificada no balanço de transição das normas contábeis como instrumento de patrimônio, de acordo com o CPC 39, as mesmas passaram a ser classificadas como reserva de capital. Assim sendo, a composição acionária de acordo com as práticas contábeis vigentes é a seguinte:

	31/07/2011		31/12/2010	
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Ordinárias**	**%**
Secor LLC	197.951.768	25,96%	197.951.768	25,96%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	171.908.925	22,54%	171.908.925	22,54%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	163.419.877	21,43%	163.419.877	21,43%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	53.045.360	6,96%	53.045.360	6,96%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	52.723.053	6,91%	52.723.053	6,91%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus (Debentures)	54.222.660	7,11%	54.222.660	7,11%
GMR Empreendimentos Energéticos Ltda.	47.875.000	6,28%	47.875.000	6,28%
Outros (pessoas físicas)	21.479.516	2,82%	21.479.516	2,82%
	762.626.159	**100%**	**762.626.159**	**100%**

c.2) Bônus de subscrição – R$2

Em 6 de março de 2007, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a emissão de 250 bônus de subscrição, com forma nominativa, registrada em livro próprio e representada por certificado de bônus de subscrição.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2007, foi deliberado o desdobramento dos 250 bônus de subscrição em 1.000.

Em 23 de dezembro de 2008, através de Assembléia Geral Extraordinária, foi deliberado o desdobramento dos 1.000 bônus de subscrição na proporção de 1 para 3, com a criação das séries A, B e C.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2011, foram deliberados os seguintes temas:

1) Conversão da totalidade das debêntures detidas pelo Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus em 54.222.660 ações ordinárias da Companhia, reduzindo o saldo de reserva de capital no valor de R$56.378 e aumentando o capital social pelo mesmo valor.

2) Cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição detidos por Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que em contrapartida recebeu 29.042.714 ações de emissão da Companhia. O valor corresponde a R$2.

d) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do período deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de julho de 2011, a Companhia mantinha reserva no montante de R$482 a título de reserva legal

e) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do período, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com a IAS 33 equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	Período findo em 31/07/2011	Exercício findo em 31/12/2010
Lucro (prejuízo) básico por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R$)	2.767	(15.713)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	762.626.159	762.626.159
Lucro (prejuízo) básico por ação (R$ por ação)	0,00	(0,02)
Lucro (prejuízo) diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R$)	2.767	(15.713)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	762.626.159	762.626.159
Efeito dilutivo das plano de pagamento baseado em ações	-	-
Média ponderada de número de ações ordinárias	762.626.159	762.626.159
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R$ por ação)	0,00	(0,02)

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa n° 9.1) foram considerados anti dilutivos em 31 de julho de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

a) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado Já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de julho de 2011 não houve distribuição de dividendos.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	**31/12/2010**	**31/07/2011**	**31/12/2010**
Receita bruta de venda de energia				
Receita de venda de energia	8.329	-	81.332	110.201
Deduções da receita bruta				
ICMS	-	-	(6)	(69)
Pis/Cofins	(770)	-	(3.437)	(5.965)
Receita operacional líquida	**7.559**	**-**	**77.889**	**104.167**

Os contratos de venda de energia das SPEs da Companhia em operação em 31 de julho de 2011 têm as seguintes características:

	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (R$/MWh)*	Indice de Reajuste
Alto Irani	Proinfa	13,53	182,06	IGP-M
Arvoredo	CCEAR	7,00	162,09	IPCA
Barra da Paciência	Mercado Livre	13,14	168,08	IPCA
Cocais Grande	Proinfa	5,16	182,06	IGP-M
Corrente Grande	Mercado Livre	7,86	168,08	IPCA
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,74	168,08	IPCA
Paiol	Mercado Livre	11,19	168,06	IPCA
Plano Alto	Proinfa	10,20	182,06	IGP-M
São Gonçalo	Mercado Livre	7,30	168,08	IPCA
Varginha	CCEAR	4,00	162,09	IPCA
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,28	168,08	IPCA

(*) Data de referência: 31/07/11

18. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Custo da Receita Operacional				
Custo de compra de energia	(5.745)	-	(5.756)	(34.376)
Custo de operação das usinas	-	-	(4.778)	(8.213)
Depreciação e amortização	-	-	(14.000)	(12.954)
Outros custos de operação	-	-	-	(8.172)
Total	**(5.745)**	**-**	**(24.534)**	**(63.715)**
Despesas gerais e administrativas	(13.381)	(21.811)	(15.829)	(22.620)
Despesas de ocupação	(1.343)	(1.526)	(1.613)	(1.594)
Despesas com viagens e estadias	(847)	(623)	(2.118)	(3.074)
Despesas gerais	(3.208)	(1.474)	(3.804)	(1.880)
Serviços profissionais	(5.639)	(9.915)	(5.941)	(11.795)
Despesas indedutíveis	(19)	-	(39)	(186)
Impostos e taxas	(82)	(170)	(107)	(242)
Total	**(24.519)**	**(35.519)**	**(29.451)**	**(41.391)**
Remuneração dos administradores	(2.410)	(2.100)	(2.410)	(2.100)
Total	**(26.929)**	**(37.619)**	**(31.861)**	**(43.491)**

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Receitas financeiras				
Juros	-	254	-	254
Receita de aplicação financeira	11.159	26.633	16.441	30.865
Outros	10	7	86	421
Total	**11.169**	**26.894**	**16.527**	**31.540**
Despesas financeiras				
Juros sobre emprestimos	-	-	(25.478)	(23.857)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	2.095	-
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(14)	-	(3.090)	(6.995)
Juros e multa de mora	(5)	-	(654)	-
Desconto concedidos	(7)	-	(15)	-
Outros	(6)	(54)	(39)	(632)
Total	**(33)**	**(54)**	**(27.180)**	**(31.484)**

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação. Na controladora e nas SPEs em construção e preparação foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.315	(15.713)	6.667	(10.308)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.127)	5.342	(2.267)	3.505
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	5.039	7.935
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	7.014	(440)	-	-
Amortização do direito de exploração - indedutível (a)	(971)	1.959	(1.253)	1.959
Outras (adições) exclusões permanentes	(1.699)	17	(1.706)	30
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais para os quais não foi registrado ativo diferido	(3.765)	(6.878)	(3.713)	(18.834)
Imposto de renda e contribuição social - despesa	(548)	-	(3.900)	(5.405)
Aliquota efetiva - %	16,5%	0,0%	58,5%	(52,44%)

a) Valores contabilizados como direito de exploração que foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil antes da aplicação dos CPCs/IFRS. Portanto, não foram constituídos impostos diferidos sobre estes intangíveis nas respectivas datas de aquisição, e, desta maneira, afetam as taxas efetivas nos períodos correntes.

20.1. Créditos fiscais

A Companhia possui prejuízos fiscais não registrados sobre os seguintes valores-base:

	Controladora R$
Prejuízos fiscais apurados até 31 de julho de 2011	44.024
Base negativa de contribuição social até 31 de julho de 2011	44.024

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributários até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

21.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 9).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia tem como principal ativo financeiro classificados nesta categoria.

- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possuí ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13).
- Fornecedores.
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 9).

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do justo valor são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras;

- Empréstimos e financiamentos de longo prazo: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia e suas controladas com o BNDES, bem como ao fato de que os montantes a pagar serem reajustados pela T.J.L.P. (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juro de referência do Governo Federal), que refletem taxas de mercado para estes instrumentos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras;

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

21.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam suas aplicações financeiras vinculadas no montante de R$35.841 em 31 de julho de 2011 (R$44.277 em 31 de dezembro de 2010) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

21.3. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Em 31 de julho de 2011, as contas a receber de clientes consolidadas acumulam R$6.361 (43% do total) devidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS no âmbito do PROINFA e R$4.947 (34% do total) por um grande consumidor.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com o objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de julho de 2011 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31/07/2011 permaneçam estáveis (CDI em 12,40% a.a. e TJLP em 6% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

O cenário "(a)" é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia em 31 de julho de 2011 seria a seguinte:

		Consolidado			
Instrumentos	Juros a incorrer expostos a:	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Ativo financeiro:		(*)			
Aplicação CDB/debêntures	CDI	253.171	32.156	40.195	48.234
Aplicação fundos	CDI	31.341	3.981	4.976	5.971
Subtotal		284.512	36.137	45.171	54.205
Passivo financeiro:					
Empréstimos e financiamentos	TJLP + 1,95%	(425.769)	(32.118)	(38.178)	(44.238)
Empréstimos e financiamentos	CDI + 0,40%	(95.365)	(10.081)	(12.523)	(14.965)
Subtotal		(521.134)	(42.199)	(50.701)	(59.203)
Variação		(236.622)	(6.063)	(5.530)	(4.998)

(*) A Companhia têm exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

21.4. Análise de Liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Consolidado	31.07.2011					
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos	8,85%	5.421	16.211	71.805	317.830	357.857

22. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

		Limite máximo de indenização consolidado	
Descrição	Ramo da apólice	31/07/11	31/12/10
Ativo imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	770.916	739.135
Responsabilidade civil	Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	119.106	45.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	150	120
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31.660	31.660
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	113.410	38.309
Total		1.035.242	854.224

23. COMPROMISSOS - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Em 31 de julho de 2011, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

Grupo ERSA	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Pagamento Fixo Anual	Indice Reajuste
Baixa Verde	3	jan-08	239	25 anos	19,8	IGP-M
Cajueira	3	jan-08	238	25 anos	19,7	IGP-M
Costa Branca	3	jan-08	321	25 anos	19,7	IGP-M
Costa das Dunas	2	abr-08	565	25 anos	36,5	IGP-M
Farol de Touros	2	abr-08	478	25 anos	36,5	IGP-M
Figueira Branca	1	abr-08	143	25 anos	30,0	IGP-M
Gameleira	1	abr-08	463	25 anos	30,0	IGP-M
Juremas	3	jan-08	217	25 anos	19,7	IGP-M
Macacos	3	jan-08	88	25 anos	19,7	IGP-M
Navegantes	3	jan-08	208	25 anos	19,7	IGP-M
Pedra Preta	3	jan-08	145	25 anos	19,7	IGP-M
Projeto EOL Parambu/CE	5	jul-08	5.162	30 anos	156,0	IGP-M
Projeto EOL Viçosa/CE	4	nov-08	1.119	30 anos	18,0	IGP-M

Observações:

1. Pagará de R$27 a R$33 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual.

2. A partir da assinatura do contrato R$36,5 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual.

3. A partir da assinatura do contrato R$20 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual.

4. Na 1ª fase R$1,5 mensais, na 2º fase R$ 20,5 por hectares mensais, e depois da entrada em operação 1,2% da receita bruta mensal.

5. De mar/2011 até maio de 2011 R$15 mensais, de junho de 2011 até a operação comercial R$20,5 por hectares mensais, depois da entrada em operação 1,5% da receita bruta mensal.

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Juros capitalizados	-	-	2.095	24.769
Provisão para custos sócioambientais ativados no imobilizado	-	-	-	62.497
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	61.286	-	-	-

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reestruturação societária da Companhia

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia S.A., celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, com a sociedade anteriormente denominada "ERSA - Energias Renováveis S.A." ou "ERSA" e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias. Na essência contábil, essa operação refletiu uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da Smita Empreendimentos e Participações S.A. "SMITA", passou a deter o controle da ERSA (entidade legal sobrevivente) que passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A. Os ativos líquidos da antiga ERSA foram avaliadas a valor justo e tomou como base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSA levantados em 31 de julho de 2011, assumindo-se que a reestruturação societária tivesse sido completada naquela data. Em 22 de agosto de 2011 foi concretizada a reestruturação societária, dando origem a CPFL Renováveis.

Aquisição da controlada Jantus SL

Em 21 de setembro de 2011, a CPFL Brasil cedeu o Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das cotas do capital social da Jantus SL ("Jantus"), empresa sediada na Espanha, para a CPFL Renováveis. Em 20 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da Jantus, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento"), com um total de quatro parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados.

Para implementar a referida transação, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações; dessa forma, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%) em dezembro de 2011. O valor pago pela Jantus foi de R$823.336.

A CPFL Renováveis emitiu 385.268.687 novas ações ordinárias em nome da CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da CPFL Renováveis anteriormente existentes.

Aquisição da controlada Santa Luzia Energética S.A.

Em 17 de agosto de 2011, a CPFL Renováveis divulgou em Fato Relevante a aquisição da totalidade das cotas representativas de 100% do capital social votante e total da Santa Luzia Energética S.A. ("Santa Luzia"), que possui uma PCH em operação no Estado de Santa Catarina, com potência instalada de 28,5 MW e energia assegurada de 18,4 MW médios. Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia concluiu a aquisição da Santa Luzia, tendo sido a transação liquidada em 4 de janeiro de 2012. O valor pago pela Santa Luzia Energética foi de R$151.534. A transferência do controle da Santa Luzia para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil S.A. Adicionalmente a Companhia estima um complemento de ajuste de preço no montante de, aproximadamente, R$908.

Aquisição das controladas do complexo eólico Atlântica.

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que em conjunto possuem uma potência instalada de 120 MW e tiveram toda sua energia certificada comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante em 26 de março de 2012. O valor de R$24.000 foi pago aos vendedores em março de 2012.

Aquisição da controlada BVP S.A.

Em 24 de fevereiro de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A. conforme Comunicado ao Mercado publicado. O preço total da aquisição foi de R$1.062.000, que compreende: o valor de R$600.000 a ser pago aos vendedores e assunção de dívida líquida no valor R$ 462.000.

A Bons Ventos detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica).

O contrato de compra e venda está condicionada à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bancos e demais órgãos regulamentares competentes.

26. FATO RELEVANTE

Em 8 de março de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação dos bancos de investimento e outros assessores para iniciar estudos e avaliações visando à possibilidade de efetuar uma oferta pública inicial de distribuição de ações da Companhia

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 20 de abril de 2012.

- Informações contábeis intermediárias das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A. Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010 e relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2011

KPMG Auditores Independentes
Av. Barão de Itapura, 950 - 6º
13020-431 - Campinas, SP - Brasil
Caixa Postal 737
13012-970 - Campinas, SP - Brasil

Central Tel 55 (19) 2129-8700
Fax 55 (19) 2129-8728
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias das atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. (incorporadas na CPFL Energias Renováveis S.A. em 24 de agosto de 2011), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as bases de preparação descritas na nota 2 as informações contábeis intermediárias. As informações contábeis intermediárias contêm agregação de informações financeiras relacionadas a atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. e foram preparadas baseadas nas informações e registros contábeis mantidos pela CPFL Energia S.A. e suas subsidiárias. As responsabilidades da Administração incluem: o desenho, a implementação e a manutenção dos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das informações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; a seleção e a aplicação de práticas contábeis apropriadas; e a utilização de estimativas razoáveis para as circunstancias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases de preparação descritas na nota 2 às informações contábeis intermediárias.

Base de elaboração das informações contábeis intermediárias

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 as informações contábeis intermediárias. As informações contábeis intermediárias contêm agregação de informações financeiras relacionadas às atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. e suas subsidiárias. Na preparação das informações contábeis intermediárias, custos corporativos e outros custos como despesas de juros e imposto de renda foram alocados às atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. usando os métodos de alocação descritos na nota 2 às informações contábeis intermediárias. As informações contábeis intermediárias podem não ser necessariamente um indicativo de performance financeira se as atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. tivessem operado como uma empresa independente. As informações contábeis intermediárias foram elaboradas exclusivamente para auxiliar a CPFL Energias Renováveis S.A. a cumprir os requisitos da Oferta Pública Inicial de Ações - (OPA). Consequentemente, as informações contábeis intermediárias podem não ser adequadas para outro propósito.

Campinas, 18 de julho de 2012.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça
Contador CRC 1SP125991/O-0

Balanços Patrimoniais em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

	Segregado e Combinado	
ATIVO	**30/06/2011**	**31/12/2010**
CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	217.704	201.499
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	12.389	9.890
Tributos a compensar (nota 7)	3.231	2.064
Outros créditos (nota 8)	5.259	1.805
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**238.582**	**215.258**
NÃO CIRCULANTE		
Créditos fiscais diferidos (nota 14)	44	54
Outros créditos (nota 8)	70.213	75.935
Imobilizado (nota 9)	741.407	558.410
Intangível (nota 10)	44.602	44.335
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**856.266**	**678.734**
TOTAL DO ATIVO	**1.094.848**	**893.992**

Balanços Patrimoniais em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

	Segregado e Combinado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**30/06/2011**	**31/12/2010**
CIRCULANTE		
Fornecedores (nota 11)	38.367	8.861
Encargos de dívidas (nota 12)	2.812	688
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	19.297	9.630
Taxas regulamentares	504	501
Impostos, taxas e contribuições (nota 13)	3.695	2.346
Obrigações estimadas com pessoal	1.853	526
Outras contas a pagar (nota 15)	48.360	144
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**114.889**	**22.696**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	356.056	156.686
Débitos fiscais diferidos (nota 14)	32.840	33.523
Outras contas a pagar (nota 15)	5	782
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**388.901**	**190.991**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)		
Capital social	302.784	302.784
Contribuição de capital	231.266	231.266
Dividendo proposto	-	89.036
Reserva de avaliação patrimonial	57.009	57.219
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**591.059**	**680.305**
TOTAL DO PASSIVO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.094.848**	**893.992**

Demonstrações dos Resultados
Para o período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 e de 2010
(Em milhares de Reais)

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	**30/06/2010**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 17)	**68.355**	**55.523**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com energia elétrica (nota 18)	(4.674)	(1.836)
Custo de operação (nota 19)	(16.604)	(13.003)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**47.077**	**40.684**
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 19)		
Despesas gerais e administrativas	(148)	(147)
Outras despesas operacionais	(67)	-
RESULTADO DO SERVIÇO	**46.862**	**40.537**
RESULTADO FINANCEIRO (nota 20)		
Receitas financeiras	10.467	6.817
Despesas financeiras	(8.143)	(1.457)
	2.324	**5.360**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**49.186**	**45.897**
Contribuição social (nota 14)	(1.689)	(1.194)
Imposto de renda (nota 14)	(3.874)	(2.595)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**43.623**	**42.108**

Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Para o períodos de 6 meses findo em 31 de Junho de 2011 e 2010 e 12 meses findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

	Capital Subscrito	Contribuição de Capital	Dividendo Proposto	Reserva de Avaliação	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**302.784**	**231.266**	**79.288**	**57.639**	**-**	**670.977**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	42.108	42.108
Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	(79.288)	-	-	(79.288)
Efeito Reflexo da Mais Valia do Imobilizado	-	-	-	(210)	210	-
Destinação Proposta:						
Dividendos	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	**302.784**	**231.266**	**-**	**57.429**	**42.318**	**633.797**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	46.508	46.508
Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	-	-	-	-
Efeito Reflexo da Mais Valia do Imobilizado	-	-	-	(210)	210	-
Destinação Proposta:						
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	89.036	-	(89.036)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**302.784**	**231.266**	**89.036**	**57.219**	**-**	**680.305**
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	43.623	43.623
Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	(89.036)	-	-	(89.036)
Efeito Reflexo da Mais Valia do Imobilizado	-	-	-	(210)	210	-
Destinação Proposta:						
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(43.833)	(43.833)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	**302.784**	**231.266**	**-**	**57.009**	**-**	**591.059**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o período de 6 meses findos em 30 de junho de 2011 e de 2010

(Em milhares de Reais)

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	**30/06/2010**
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido antes CSLL e IRPJ	**49.186**	**45.896**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e Amortização	6.848	3.792
Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	8.059	796
Perda (Ganho) na Baixa de não circulante	1.737	1.795
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(2.499)	(16)
Tributos a Compensar	(1.184)	(3.336)
Outros Ativos Operacionais	2.226	(1.725)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	29.508	(4.704)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.639)	(3.705)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	(1.101)	1.406
Encargos de Dívidas Pagos	(6.518)	(814)
Taxas Regulamentares	3	(78)
Coligadas, Controladas e Controladoras	41.641	-
Outros Passivos Operacionais	7.127	3.669
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**131.394**	**42.976**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Imobilizado	(191.829)	(75.866)
Titulos e Valores Mobiliários	33	24
Adições de Intangível	(320)	(172)
Venda de Ativo não circulante	-	(6.360)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(192.116)**	**(82.374)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de Empréstimos e Debêntures	210.905	12.000
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, liquida de derivativos	(1.109)	(3.964)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(132.869)	(78.268)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**76.927**	**(70.232)**
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	16.205	(109.630)
SALDO INICIAL DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**201.499**	**392.564**
SALDO FINAL DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**217.704**	**282.934**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

As Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. (Negócio) são compostas pelos negócios anteriormente administrados pela CPFL Energia S.A. nos parques eólicos, usinas de biomassa e nas PCHs que foram incorporadas na Smita Empreendimentos e Participações S.A. (SMITA ou Companhia), uma sociedade por ações, de capital fechado constituída em 03 de janeiro de 2011. Esta empresa era uma companhia dormente de terceiros sem ativos, passivos ou operações até 02 de maio de 2011, quando foi adquirida pela CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração) e CPFL Comercialização Brasil S.A. (CPFL Brasil) com o propósito de ser a companhia veículo para suas atividades de energias renováveis no processo de reestruturação do grupo CPFL.

A SMITA é dedicada a operar geradoras de energia elétrica e a gerenciar seus ativos próprios e de terceiros, sem operação antes do processo de reestruturação descrito abaixo.

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) celebrou com os acionistas da ERSA Energias Renováveis S.A (“Ersa”), um acordo de associação para união de ativos e projetos de energia renovável detidos pela CPFL Geração e CPFL Brasil - incluindo parques eólicos, usinas termelétricas à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos no setor de energias renováveis e com isso obter ganho de sinergia pela unificação das atividades, resultando em uma estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, resumiu-se às seguintes etapas:

Etapa 1: Transferência das PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas da CPFL Geração para as seguintes Sociedades de Propósito Específico - “SPEs” por ela controladas: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. - (“Mohini”); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda - (“Jayaditya”); e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. - (“Chimay”) que são as únicas empresas para as quais as informações financeiras foram segregadas (carve-out) para serem incluídas nestas demonstrações financeiras. Todas as outras empresas incluídas nestas demonstrações financeiras são empresas de energias renováveis e estão sob o controle comum, sendo portanto combinadas.

Etapa 2: Aumento no capital social da SMITA, com a contribuição pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil, de suas participações societárias detidas em SPEs de energias renováveis, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay;e

Etapa 3: Em 24 de agosto de 2011 a SMITA foi incorporada pela ERSA, o que implicou no ingresso da CPFL Geração e da CPFL Brasil no quadro de acionistas daquela sociedade - que passará a adotar a denominação CPFL Energia Renováveis S.A.(“CPFL Renováveis”).

Em 18 de julho de 2011 a CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as etapas 1 e 2. Na etapa 2 a CPFL Geração e CPFL Brasil promoveram um aumento de capital social na SMITA, integralizando com o acervo líquido representado por ativos e passivos relacionados aos investimentos detidos pela CPFL Geração e CPFL Brasil nas empresas que integravam os parques eólicos, empresas de biomassa e pequenas centrais hidroelétricas. O acervo líquido apurado na data base de 30 de junho de 2011, pela CPFL Geração e CPFL Brasil foi respectivamente de R$ 508.582 e R$ 82.655. Com o referido aumento a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a deter respectivamente 86,02% e 13,98% do capital social da SMITA.

Sazonalidade das atividades da Companhia

A energia gerada pelas usinas hidrelétricas sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde as mesmas estão implantadas. Dessa forma, as PCH's, que estão localizadas no Estado de São Paulo seguem o regime hidrológico da região sudeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro.

Ressalta-se, entretanto, que, de acordo com as normas brasileiras, a receita proveniente da venda de energia não depende da energia efetivamente gerada, e sim da Energia Assegurada de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando do respectivo contrato de concessão. As diferenças entre a energia gerada e a Energia Assegurada são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de Energia Assegurada independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas Energias Asseguradas, para aqueles que geraram abaixo delas. A geração efetiva é determinada pelo ONS, tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da Energia Assegurada, é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador.

No que se refere aos Parques Eólicos, as receitas e seus resultados poderão ser influenciados de forma significativa pelo regime de ventos, pois o resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada, enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. Os contratos de comercialização de energia foram firmados no ambiente livre e no regulado e possuem mecanismos de mitigação da variação anual no regime de ventos.

No Contrato de Energia de Reserva (CER) é estabelecida uma banda inferior (-10%) e superior (30%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A geração efetiva é verificada anualmente e os ciclos de verificação são de quatro anos. Quando a geração acumulada está dentro das bandas estabelecidas, não é feito nenhum ajuste no ano. Neste caso, apenas ao final do quadriênio é feito um ajuste, ao preço do contrato, tanto para casos de geração em excesso como para casos de déficit. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda a 70% do valor de contrato. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda a 115% do valor de contrato. Por fim, a cada quadriênio a energia contratada é ajustada para refletir a energia média efetiva do projeto desde o início do contrato (a energia contratada original é o limite superior destes ajustes). No Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) do Leilão de Fontes Alternativas (LFA) é definida uma banda inferior fixa (-10%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A banda superior varia conforme o ano dentro do ciclo quadrienal de verificação (30% no primeiro ano, 20% no segundo, 10% no terceiro, 0% no quarto). A geração efetiva é verificada anualmente e os ciclos de verificação são de quatro anos. Quando a geração acumulada está dentro das bandas estabelecidas, não é feito nenhum ajuste no ano. Neste caso, penas ao final do quadriênio é feito um ajuste, ao máximo entre o preço do contrato e o PLD médio do período para casos de déficit e a PLD para casos de geração excedente. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda a PLD. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período.

No caso das Usinas Termelétricas a Biomassa, assim como nos Parques Eólicos, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana de açúcar, de maneira que o faturamento contábil tem relação com a energia efetivamente gerada (que é mais alta na safra e mais baixa na entressafra), enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. No Centro-Sul a safra normalmente vai de abril a novembro, já no Norte-Nordeste ocorre de agosto a março.

Com o aprimoramento do conceito dos projetos de engenharia e dependendo do estudo de viabilidade técnica e econômica, consegue-se reduzir a interferência da safra e entressafra na geração de energia pelas Usinas Termelétricas a Biomassa, através da reserva de um percentual da biomassa gerada na safra para ser usada na entressafra. Com este novo conceito de engenharia, há um melhor

aproveitamento do ativo de geração e um aumento da competitividade deste tipo de empreendimento. A energia gerada pelas PCHs sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Dessa forma, as nossas PCHs seguem: (i) o regime hidrológico das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro e (ii) o regime hidrológico da Região Sul, que é o contrário da Região Sudeste, ou seja, período úmido entre maio e outubro e período seco entre os meses de novembro a abril.

O mecanismo de compensação de receitas e despesas no âmbito do MRE acima descrito não se aplica aos Parques Eólicos e às Usinas Termelétricas a Biomassa.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e são apresentadas de acordo com as premissas de segregação e combinação detalhadas na nota explicativa 2.2. As informações financeiras foram preparadas assumindo que o processo de reestruturação descrito na nota explicativa 1 foi concluído em 1 de janeiro de 2010.

Em 31 de julho de 2011, a Companhia possui investimento direto nas seguintes subsidiárias integrais (as informações de capacidade de energia e as informações associadas não foram auditadas pelos auditores independentes). As premissas utilizadas para a preparação do carve-out, conforme descrito na nota explicativa 2.2.1, foram aplicadas para as subsidiárias identificadas como “carve-out” na tabela abaixo. As subsidiárias que já existiam em 1 de janeiro de 2010, foram identificadas como “combinadas” na tabela abaixo.

Geração de energia - em operação	Tipo de Sociedade	Carve-out e combinação	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Total	Potencia Instalada
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay")	Sociedade Limitada	Carve-out	São Paulo	8 PCHs (*)	39,3 MW	39,3 MW
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini")	Sociedade Limitada	Carve-out	São Paulo	5 PCHs (*)	39,2 MW	39,2 MW
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya")	Sociedade Limitada	Carve-out	São Paulo	4 PCHs (*)	39,4 MW	39,4 MW
CPFL Bioenergia S.A. ("CPFL Bioenergia")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	45 MW	45 MW
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Sul	4 PCHs	2,65 MW	2,65 MW

(*) PCH - Pequena Central Hidrelétrica

Geração de energia - em desenvolvimento	Tipo de Sociedade	Carve-out e combinação	Localização	Nº usinas / tipo de energia	Data prevista para início das operações	Potência Instalada prevista
CPFL Bio Formosa S.A. ("CPFL Bio Formosa")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Térmica (Biomassa)	2011	40 MW
CPFL Bio Buriti S.A. ("CPFL Bio Buriti")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	50 MW
CPFL Bio Ipê S.A. ("CPFL Bio Ipê")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2012	25 MW
CPFL Bio Pedra S.A. ("CPFL Bio Pedra")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2012	70 MW
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Campo dos Ventos I Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Campo dos Ventos II Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Campo dos Ventos III Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Campo dos Ventos IV Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos IV")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Campo dos Ventos V Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Eurus V Energias Renovaveis S.A. ("Eurus V")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)

(*) A potência instalada prevista para o Parque Eólico Santa Clara é de 188 MW.
(**) A potência instalada prevista para o Parque Eólico Campo dos Ventos é de 160 MW.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição e continuam sendo consolidadas até que a Companhia perca o controle das subsidiárias. As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas para a mesma data-base da Companhia, usando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos, transações, ganhos não realizados, dividendos e perdas resultantes de transações entre companhias do grupo são eliminados.

Essas demonstrações financeiras têm o propósito específico de fazer parte de oferta inicial pública de ações (OPA) da CPFL Energias Renováveis S.A. foram aprovadas pela administração em 18 de Julho de 2012. Essas demonstrações não devem ser utilizadas para o cálculo legal de dividendos, impostos ou para outros fins legais ou estatutários.

2.2 - Carve-Out e Combinação

As demonstrações financeiras segregadas e combinadas das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A. apresentam a posição financeira e as operações das companhias detalhadas na nota explicativa 1. Essas companhias estão sob o controle comum para todos os períodos apresentados (exceto a SMITA, que é uma companhia dormente de terceiros sem ativos, passivos ou operações até 02 de maio de 2011, quando foi adquirida pela CPFL Geração e CPFL Brasil), desta forma toda a distribuição de ativos e passivos para a Companhia foi feita durante o processo de reestruturação descrito acima que foi mensurado de acordo com o custo histórico.

Conforme descrito na nota explicativa 1, a SMITA é resultado de um processo de reestruturação contendo 4 empresas de biomassa (cogeração de energia) da CPFL Brasil e 13 empresas referentes a parques eólicos em construção, 4 empresas compostas por 21 PCHs e 1 empresa de biomassa todas provenientes da CPFL Geração.

O objetivo do processo de reestruturação da SMITA foi a criação da CPFL Renováveis, também detalhada na nota explicativa 1.

As demonstrações financeiras segregadas e combinadas estão baseadas na combinação das demonstrações individuais de 18 companhias e da segregação das informações das PCHs da CPFL Geração: Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme detalhado na nota explicativa 2.1.

As atividades de energias renováveis da CPFL Energia são parte de uma empresa maior (CPFL Energia S.A.). O critério utilizado para definir as atividades de energias renováveis foi baseado nas fonte de energia da companhia (eólicas, biomassa e PCHs). No caso das demonstrações financeiras segregadas, isso foi preparado com base nos livros e registros mantidos pela CPFL Energia S.A. e suas subsidiárias, que inclui alocação de certas despesas materiais, e isso pode não ser um indicativo dos resultados que seriam obtidos nas atividades de energias renováveis da CPFL Energia se operadas como uma empresa independente.

As seguintes premissas foram usadas na preparação destas demonstrações financeiras:

As informações financeiras foram preparadas assumindo que o processo de reestruturação descrito na nota explicativa 1 fora concluído em 1 de janeiro de 2010.

2.2.1 - Carve-Out (Segregação)

Corresponde a segregação dos ativos, passivos e operações das PCH´s que figuravam com parte das operações da CPFL Geração e passaram a compor as empresas Chimay, Mohini e Jayaditya.

Para identificar as contas contábeis para fins de carve-out das operações das PCH´s foram utilizadas certas premissas que estão descritas abaixo. Essas premissas não afetam nem conflitam com a aplicação das políticas contábeis e estão consistentes com as IFRS, emitidas pelo IASB.

2.2.2 - Ativos e passivos segregados da CPFL Geração na criação das sociedades Chimay, Mohini e Jayaditya:

Caixa e equivalentes de caixa
O caixa está representado pela movimentação retroativa do fluxo de caixa da posição financeira consolidada em 30 de junho de 2011 que inclui bancos e aplicações financeiras.

Consumidores, concessionárias e permissionárias
Consumidores, concessionárias e permissionárias foram segregados baseado pelos recebíveis das operações das PCHs mensurados pela receita (faturada e não faturada) do último mês do período, considerando que o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias.

Tributos a compensar
Os valores incluídos em tributos a compensar são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1, que calcularam os saldos de impostos nas bases individuais. Nenhuma premissa de carve-out foi utilizada para os tributos a compensar.

Outros créditos (circulante e não circulante)
Os valores incluídos em outros créditos são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1, e também pelos saldos relacionados à Reserva Geral de Reversão (“RGR”) que é alocado a cada uma das PCHs de acordo com o investimento específico em cada ativo usado na concessão.

Créditos fiscais diferidos
Os valores incluídos em créditos fiscais diferidos são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1. Nenhuma premissa de carve-out foi utilizada para os créditos fiscais diferidos.

Imobilizado
O ativo imobilizado é relacionado aos ativos específicos que foram contribuídos ou incorporados incluindo a depreciação acumulada e a despesa de depreciação. A maior parte dos ativos contribuídos ainda está em construção (veja nota explicativa 9).

Intangível
Os valores incluídos de ativo intangível são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1. Nenhuma premissa de carve-out foi utilizada para os ativos intangíveis.

Fornecedores
Fornecedores foram segregados baseado pelo contas a pagar das operações das PCHs mensurados pelo último mês de compra de serviços e energia elétrica, considerando que o prazo médio de pagamento é de aproximadamente 30 dias. A compra de energia foi segregada de acordo com cada contrato assinado pelas PCHs, baseado nos valores faturados.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (circulante e não circulante)
Os saldos de empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas foram segregados baseados em financiamentos específicos que foram obtidos para aquisição de ativos relacionados as aquisições das PCHs. Composto pelas operações de financiamentos constituídas por Financiamento a Empreendimentos (“FINEM”) e Financiamento de Máquinas e Equipamentos (“FINAME”) captados originalmente pelas antigas controladoras CPFL Geração e CPFL Brasil.

Taxas regulamentares
Os valores incluídos de taxas regulamentares a pagar são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1 e também pelos valores relacionados a RGR que são alocados por PCH.

Impostos, taxas e contribuições
Inclui o valor a ser pago durante o mês de janeiro de 2011 relacionado ao calculo dos impostos do mês de dezembro de 2010. Essa premissa foi feita considerando que no Brasil os impostos são pagos no mês subsequente e que não há impostos atrasados de períodos anteriores.

Obrigações estimadas com pessoal
O valor segregado é representado pela folha de pagamento dos funcionários que trabalham nas PCHs.

Outras contas a pagar (circulante e não circulante)
Os valores incluídos de o são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1. Nenhuma premissa de carve-out foi utilizada para os ativos outras contas a pagar.

Débitos fiscais diferidos
O saldo de débitos fiscais diferidos foi calculado proporcionalmente ao saldo de mais valia calculada sobre os ativos imobilizados. Assim como a mais valia, a Companhia controla o saldo de débitos fiscais de acordo com o custo atribuído a cada um de seus ativos.

Capital social
Conforme detalhado na nota explicativa 1, as ações da Companhia foram adquiridas pela CPFL Geração e CPFL Brasil, sendo que em 18 de julho de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital de R$ 534.050 mil que foi subscrito pela CPFL Geração e CPFL Brasil por meio de transferência de ativos e passivos (acervo líquido contábil), compostos como segue:

Ativo	CPFL Geração	CPFL Brasil	Combined SMITA
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	221.075	7.747	228.822
Consumidores, concessionárias e permissionárias	3.507	-	3.507
Tributos a compensar	3.049	182	3.231
Outros Créditos	4.369	891	5.260
Total Ativo Circulante	**232.000**	**8.820**	**240.820**
Ativo Não Circulante			
Créditos Fiscais Diferidos	24	19	43
Outros Créditos	80.339	-	80.339
Imobilizado	387.191	354.237	741.427
Intangível	44.044	539	44.584
Total Ativo Não Circulante	**511.598**	**354.795**	**866.393**
TOTAL ATIVO	**743.598**	**363.615**	**1.107.213**

Passivo e Acervo Líquido	CPFL Geração	CPFL Brasil	Combined SMITA
Passivo Circulante			
Fornecedores	3.846	33.252	37.097
Encargos de dívidas	1.550	1.261	2.811
Empréstimos e financiamentos	13.567	5.729	19.296
Taxas regulamentares	10	1	12
Impostos, taxas e contribuições	1.973	1.128	3.101
Obrigações estimadas com pessoal	1.853	-	1.853
Outras contas a pagar	4.572	48.208	52.779
Total Passivo Circulante	**27.371**	**89.579**	**116.950**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	164.700	191.356	356.056
Débitos fiscais diferidos	32.839	-	32.839
Outras contas a pagar	10.131	-	10.131
Total Passivo Não Circulante	**207.670**	**191.356**	**399.026**
Reserva de reavaliação patrimonial	**57.187**	**-**	**57.187**
ACERVO LÍQUIDO	**451.370**	**82.680**	**534.050**

Reserva de avaliação patrimonial
O saldo de reserva de avaliação patrimonial nas controladas é oriundo do custo atribuído dos ativos imobilizados no momento da adoção das novas normas brasileiras em 2010.

Receita operacional, deduções de receita, custo da energia e outros custos
O controle das rubricas que compõe a demonstração de resultado da Companhia é efetuado no sistema ERP, que mantém a segregação das operações por centro de custo. Para a identificação do resultado do período registrado nas SPEs, a Companhia considerou os centros de custos que estavam diretamente ligados a operação das PCHs.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrado nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros mensurados

ao valor justo por meio do resultado e ii) ativo imobilizado ajustado para refletir o "custo atribuído" na data de transição para o IFRS em 1 de janeiro de 2009.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.6 Base de combinação e consolidação

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados. Não houve mudança significativa entre essas praticas contábeis e as práticas contábeis de 31 de dezembro de 2010.

3.1 Instrumentos financeiros:

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período.

   O principal ativo financeiro que a Companhia tem classificado nesta categoria são os saldos bancários e aplicações financeiras (nota 5).

ii. Recebíveis: São ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

   A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria; (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6), e (ii) outros créditos (nota 8).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui o seguinte passivo financeiro:

i. Não mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 11), (ii) empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (nota 12); (iii) dividendos e juros sobre o capital próprio e (iv) outras contas a pagar (nota 15).

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos:

- Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado (“custo atribuído”) e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

- Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela Companhia para ativos recém construídos em que a base de formação do custo é facilmente comprovada e em que os valores a custo histórico estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, a Companhia procedeu a análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

3.3 Operações compartilhadas

As operações compartilhadas são aquelas em que cada parceiro usa seus próprios ativos na operação. As demonstrações financeiras incluem os ativos que a Companhia controla e os passivos que ela incorre no curso da operação e as despesas que a Companhia incorre e sua parte nos ganhos da operação

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, softwares e direitos de passagens.

O ágio (*“goodwill”*) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do período referente a aquisição.

Ativos intangíveis que correspondem ao direito de operar concessões adquiridas através de combinações de negócios: a parte de combinação de negócio que corresponde ao direito de operar a

concessão é reconhecido como ativo intangível. Esses valores são amortizados baseados na curva de rentabilidade projetada das concessionárias pelo prazo da concessão concessão.

3.5 Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto de títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é

calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 30 de junho de 2011, são as seguintes:

- IAS 1 - Presentation of Financial Statements
- IAS 12 - Income Taxes
- IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements
- IAS 28 - Investments in Associates
- IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures
- IFRS 9 - Financial Instruments
- IFRS 10 - Consolidated Financial Statements
- IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities
- IFRS 13 - Fair Value Measurement

A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função do custo atribuído na data de transição ou uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecido a valores justos foram registrados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	31/12/2010
Saldos bancários	92.331	71.016
Aplicações financeiras	125.373	130.483
Total	**217.704**	**201.499**

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	31/12/2010
Operações realizadas na CCEE	281	101
Concessionárias e permissionárias	12.071	9.751
Arrecadação em processo de classificação	38	38
Total	**12.389**	**9.890**

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	31/12/2010
Antecipações de contribuição social - CSLL	97	39
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	72	84
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.016	1.872
ICMS a compensar	-	32
Programa de integração social - PIS	8	7
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	38	30
Total	**3.231**	**2.064**

Imposto de renda retido na fonte - IRRF - refere-se a imposto aplicado sobre rendimento de aplicações financeiras.

(8) OUTROS CRÉDITOS

	Segregado e Combinado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Créditos a receber - consórcios	3.658	777	35.430	39.440
Adiantamento - Fornecedores	940	-	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculad	-	-	-	3.801
Reembolso RGR	584	333	1.910	1.910
Contratos de pré-compra de energia	-	-	32.874	30.784
Outros	78	695	(1)	-
Total	**5.259**	**1.805**	**70.213**	**75.935**

Crédito a receber - consórcio - O montante demonstra os diretos a receber da Baldin Bioenergía S.A. (“Baldin”) pelos gastos incorridos na construção da usina (Nota 9).

Contrato de pré-compra de energia - Refere-se à aquisição de energia para entrega futura negociada entre CPFL Bioenergia S.A.(“CPFL Bioenergia”) e Baldin.

(9) IMOBILIZADO

	Segregado e Combinado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equpamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2010	**4.133**	**59.053**	**32.642**	**194.380**	**(84)**	**1.999**	**266.286**	**558.410**
Custo histórico	4.133	187.966	71.291	300.253	101	2.375	266.286	**832.406**
Depreciação acumulada	-	(128.913)	(38.649)	(105.874)	(185)	(376)	-	**(273.997)**
Adições	-	-	4	-	213	85	191.422	**191.724**
Baixas	-	-	-	-	(91)	(359)	-	**(450)**
Transferencias	1.130	6.355	(2.444)	12.276	9	(517)	(16.809)	**0**
Depreciação	-	(1.758)	(583)	(5.866)	72	(144)	-	**(8.278)**
Saldo em 30/06/2011	**5.263**	**63.652**	**29.619**	**200.790**	**119**	**1.064**	**440.900**	**741.407**
Custo histórico	5.263	194.322	68.851	312.530	232	1.585	440.900	**1.023.683**
Depreciação acumulada	-	(130.671)	(39.232)	(111.739)	(113)	(520)	-	**(282.275)**
Taxa média epreciação	-	**2,36%**	**3,86%**	**3,11%**	**20,00%**	**10,00%**		

Em 15 agosto de 2008 CPFL Bioenergia e Baldin Bioenergía entraram em um acordo com vigência de 17 anos a partir da data de celebração do contrato. A finalidade do acordo é a realização do projeto, construção, montagem, operação e manutenção de uma usina termelétrica de cogeração movida pela queima de Biomassa como combustível, com capacidade de geração de 45 MW de energia elétrica e produção de 200 tv/h (toneladas de vapor d'água por hora), incluindo subestação e toda a estrutura e equipamentos de distribuição de energia elétrica necessários para o atendimento da Usina na tensão de 13,8 KV, assim como para a conexão da usina termelétrica ao sistema de distribuição da distribuidora local de energia elétrica.

Originalmente a CPFL Bioenergia e Baldin deveriam investir nos ativos na mesma proporção, entretanto com o propósito de fazer o projeto viável a CPFL Energia captou uma linha de credito com o BNDES para financiar a construção. A CPFL Bioenergia está sendo reembolsada pela Usina Baldin na proporção de 50% do investimento inicial, através de pagamentos mensais, reconhecidos como em outras contas a receber como “créditos a receber - consórcios” no valor de R$39.088 (R$40.217 em 31 de dezembro de 2010).

Os ativos foram construídos na Baldin e, de acordo com a política contábil para operações compartilhadas, esses ativos estão sendo reconhecidos proporcionalmente a 50% da participação da CPFL Bioenergia e da Baldin em suas respectivas demonstrações financeiras.

Como resultado da associação, cada companhia recebe 50% da energia exportada (energia exportada = energia gerada menos consumo na própria usina). Cada companhia é responsável pela comercialização de sua parte da energia exportada.

A Baldin é responsável pela operação da planta e a CPFL Bioenergia é responsável pela manutenção, e os custos são compartilhados 50% / 50% como incorrido. No final dos 17 anos, todos os ativos serão transferidos para a Baldin sem qualquer pagamento adicional.

Em relação aos demais empreendimentos (Formosa, Ipe, Pedra e Buriti) temos direito de 100% da energia exportada. O total dos ativos das usinas de biomassa é de R$363.614 (R$188.180 em 31 de dezembro de 2010), que ao final do prazo contratual de exploração dos negócios que variam de 17 a 20 anos, serão transferidos aos consorciados (usinas de álcool e açúcar) sem qualquer desembolso adicional.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas

(10) INTANGÍVEL

	Segregado e Combinado			
	30/06/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativos Intangíveis - direito de concessão:				
Adquiridos em combinações de negócio	37.314	-	37.314	37.314
Outro ativos intangiveis	7.615	(327)	7.288	7.021
Total de ativos intangíveis	**44.929**	**(327)**	**44.602**	**44.335**
Custo histórico			44.929	44.578
Amortização acumulada			(327)	(243)
			44.602	**44.335**

	Segregado e Combinado		
	Adquirido em combinações de negócio	Outros Ativos intangíveis	Total
Ativo Intangível em 31/12/2010	**37.314**	**7.021**	**44.335**
Adições	-	358	358
Amortizações	-	(91)	(91)
Ativo Intangível em 30/06/2011	**37.314**	**7.288**	**44.602**

Adquiridos em combinação de negócios

Correspondem ao direito de operar concessões adquiridas através de combinações de negócios: a parte de combinação de negócio que corresponde ao direito de operar a concessão é reconhecido como ativo intangível. Esses valores são amortizados baseados na curva de rentabilidade projetada das concessionárias que continuam a operar uma concessão.

Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para fins de análise de recuperação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (incluindo o ágio), a Companhia utilizou o método do valor em uso para avaliar o valor recuperável de cada Unidade Geradora de Caixa ("UGCs"). Desta forma, os respectivos fluxos de caixa foram elaborados através da avaliação da Administração sobre as tendências futuras no setor elétrico, baseados tanto em fontes externas como em dados históricos.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(11) FORNECEDORES

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	31/12/2010
Encargos de serviço do sistema	9	-
Suprimento de energia elétrica	3.309	2.179
Encargos de uso da rede elétrica	44	128
Materiais e serviços	33.735	5.448
Outros	1.270	1.105
Total	38.367	8.861

(12) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Segregado e Combinado 30/06/2011			Segregado e Combinado 31/12/2010					
Moeda Nacional - Mensuradas ao custo	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total	Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
BNDES - Repotenciação									
Chimay	3.773	6.647	10.420	5.094	8.498	13.592	TJLP + 3,1% a 4,3%	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
BNDES/BNB - Investimento									
Smita - FINEM (Eólicas)	1.287	81.649	82.936	47	74.484	74.531	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança CPFL Energia
Smita - FINEM (Biomassa)	2.901	84.024	86.925	-	-	-	TJLP + 1,87% a 1,90%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança CPFL Energia
Smita - FINAME (Biomassa)	4.089	107.333	111.422	-	-	-	Pré fixado 5,5%	106 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINEM	3.517	36.991	40.508	2.275	37.237	39.512	TJLP + 1,9%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINAME	4.782	34.928	39.710	2.902	36.467	39.369	Pré fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Centrais - FINEM	1.760	4.484	6.244	-	-	-	TJLP + 3,5%	46 parcelas mensais a partir de abril de 2011	
Total	**22.109**	**356.056**	**378.165**	**10.318**	**156.686**	**167.004**			

BNDES Investimento (Smita - Eólicas) - Em 2010 a Companhia obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES, no montante de R$ 574.098, na modalidade FINEM que será destinado para as controladas Santa Clara I a VI e Eurus VI que visa a construção e implantação do complexo eólico com capacidade instalada total de 188 MW, localizados no município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte. Até 2011 foi liberado o montante de R$ 283.351, o saldo remanescente de R$ 290.747 deve ser liberado até Abril de 2013.

BNDES Investimento (Smita - Biomassa) - A Companhia obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010 no montante de R$ 398.547 que será destinado às controladas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Até 2011 foi liberado o montante de R$ 304.543 e o saldo remanescente de R$ 94.004 está prevista para ser liberado até junho de 2012. Os juros serão pagos mensalmente juntamente com a amortização que será efetuada a partir de dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que será a partir de junho de 2012.

BNDES Investimento (CPFL Bioenergia) - Em 2009 a controlada CPFL Bioenergia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES no montante total de R$ 75.297, sendo de FINEM o montante de R$ 37.491 e de FINAME o montante de R$ 37.806, destinado a construção da UTE. Em 2010 foi liberada a última parcela deste financiamento no montante de R$ 29.805, sendo R$ 22.250 de FINEM e R$ 7.555 de FINAME. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de junho de 2011.

Condições Restritivas

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES obtidos para os empreendimentos eólicos estão sujeita a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Garantidora (CPFL Energia) a

manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os índices exigidos são os seguintes: i) Patrimônio Líquido dividido pela soma do Patrimônio Líquido e Endividamento Líquido, maior que 28%; e ii) Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,00.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES obtidos para os empreendimentos de biomassa estão sujeita a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Garantidora (CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. O índice exigido é Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,00.

Para o empréstimo que a CPFL Bioenergia obteve junto ao BNDES, está determinado em contrato que a controlada não poderá efetuar pagamento de dividendos para os anos de 2009 a 2012, sendo que a partir de 2013 só poderá se atendida cumulativamente as seguintes condições:

i) Estar adimplente com suas obrigações contratuais;

ii) Índice de cobertura da dívida maior o igual a 1,0; e

iii) Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 30 de junho de 2011.

(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	31/12/2010
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	512	560
Programa de integração social - PIS	3	62
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	69	273
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.042	500
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	306	225
Outros	762	726
Total	**3.695**	**2.346**

(14) DÉBITOS E CREDITOS FISCAIS DIFERIDOS

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	31/12/2010
Crédito/(Débito) de contribuição social		
Diferenças temporariamente indedutíveis		
Ativo Imobilizado - ajuste custo atribuído	7.784	7.985
Outros Ajustes Mudanças de Práticas	895	887
Outros	(11)	(14)
Subtotal	**8.668**	**8.859**
Crédito/(Débito) de imposto de renda		
Diferenças temporariamente indedutíveis		
Ativo Imobilizado - ajuste custo atribuído	21.676	22.186
Outros Ajustes Mudanças de Práticas	2.485	2.465
Outros	(33)	(40)
Subtotal	**24.128**	**24.611**
Total	**32.796**	**33.469**
Total crédito fiscal	(44)	(54)
Total débito fiscal	32.840	33.523

	Segregado e Combinado			
	30/06/2011		30/06/2010	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**49.186**	**49.186**	**45.897**	**45.897**
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Efeito regime lucro presumido	**(38.501)**	**(41.104)**	**(35.272)**	**(37.688)**
Outras adições permanentes líquidas	**8.090**	**7.415**	**2.643**	**2.170**
Base de cálculo	**18.775**	**15.497**	**13.268**	**10.379**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	**1.689**	**3.874**	**1.194**	**2.595**
Corrente	(1.686)	(3.866)	(958)	(1.939)
Diferido	(3)	(8)	(236)	(656)

(15) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Segregado e Combinado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Consumidores e concessionárias	5	44	-	-
Adiantamentos	6.571	-	5	776
Coligadas, Controladas e Controladora	41.641	-	-	-
Outros	143	100	-	5
Total	**48.360**	**144**	**5**	**782**

Adiantamentos - Representa recursos recebidos dos clientes da CPFL Bio Formosa pela entrega futura de energia.

(16) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Segregado e Combinado			
	GWh (*)		R$ mil	
Receita de operações com energia elétrica	**30/06/2011**	**30/06/2010**	**30/06/2011**	**30/06/2010**
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	368	356	72.432	58.174
Energia elétrica de curto prazo	(36)	50	163	943
Suprimento de energia elétrica	**332**	**406**	**72.594**	**59.117**
Outras receitas operacionais			**132**	**1**
Total da receita operacional bruta			**72.726**	**59.118**
Deduções da receita operacional				
PIS			(565)	(384)
COFINS			(2.601)	(1.774)
Reserva global de reversão			(1.206)	(1.437)
			(4.371)	**(3.595)**
Receita operacional líquida			**68.355**	**55.523**

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(17) CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Segregado e Combinado			
	GWh (*)		R$ mil	
Energia comprada para revenda	**30/06/2011**	**30/06/2010**	**30/06/2011**	**30/06/2010**
Energia de curto prazo	86	48	3.265	481
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(295)	-
Subtotal	**86**	**48**	**2.970**	**481**
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
Encargos da rede básica			26	-
Encargos de conexão			25	7
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.653	1.348
Subtotal			**1.704**	**1.355**
Total			**4.674**	**1.836**

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(18) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Segregado e Combinado							
	Custo de Operação		Gerais		Outros		Total	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Pessoal	3.273	2.702	-	-	-	-	3.273	2.702
Material	294	626	1	-	-	-	295	626
Serviços de terceiros	3.474	4.287	62	116	-	-	3.536	4.403
Depreciação e amortização	6.845	3.778	71	15	-	-	6.915	3.793
Outros	2.718	1.610	14	16	67	-	2.799	1.625
Arrendamento e aluguéis	34	210	-	-	-	-	34	210
Doações, contribuições e subvençõ	-	-	14	-	-	-	14	-
Taxa de fiscalização	600	600	-	-	67	-	667	600
Royalties	1.629	791	-	-	-	-	1.629	791
Outros	455	9	-	16	-	-	455	24
Total	**16.604**	**13.003**	**148**	**147**	**67**	**-**	**16.818**	**13.149**

(19) RESULTADO FINANCEIRO

	Segregado e Combinado	
	30/06/2011	30/06/2010
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	7.161	6.817
Outros	3.306	(29)
Total	**10.467**	**6.788**
Despesas		
Encargos de dívidas	(8.047)	(874)
Outros	(97)	(554)
Total	**(8.143)**	**(1.428)**
Resultado Financeiro	**2.324**	**5.360**

(20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como principais acionistas indiretos as seguintes Companhias:

- VBC Energia S.A.

  Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, atuante em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações

  Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

  Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações.

- Fundo BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações

  Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

Saldo Bancário e Aplicação Financeira - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 5.

Empréstimos e Financiamentos - Corresponde à captação de recursos conforme descrito na nota 12, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época; e

Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.

Para o período findo em 30 de junho de 2011, não houve transações não usuais, ou de naturezas diferentes listadas acima, bem como transações significativas que necessitem de divulgação.

(21) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

Constituição da CPFL Energias Renováveis S.A.

Em 24 de agosto de 2011 foi aprovada a incorporação da SMITA pela ERSA, o que implicou no ingresso da CPFL Geração e da CPFL Brasil no quadro de acionistas daquela sociedade que simultaneamente passou a adotar a denominação CPFL Energias Renováveis S.A ("CPFL Renováveis"). A CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a deter respectivamente 43,65% e 10,85% da capital social da CPFL Renováveis.

xxxxxxxxx

- Balanço patrimonial consolidado da Smita Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de julho de 2011 e demonstrações financeiras das atividades de energias renováveis da CPFL Energia S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Smita Empreendimentos e Participações S.A. e Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de julho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010

KPMG Auditores Independentes
Av. Barão de Itapura, 950 - 6º
13020-431 - Campinas, SP - Brasil
Caixa Postal 737
13012-970 - Campinas, SP - Brasil

Central Tel 55 (19) 2129-8700
Fax 55 (19) 2129-8728
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
Campinas - SP

Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Smita Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de julho de 2011 e as demonstrações financeiras das atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. (incorporadas na CPFL Energias Renováveis S.A. em 24 de agosto de 2011), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as bases de preparação descritas na nota 2 as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras contêm agregação de informações financeiras relacionadas às atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. e foram preparadas baseadas nas informações e registros contábeis mantidos pela CPFL Energia S.A. e suas subsidiárias. As responsabilidade da Administração incluem: o desenho, a implementação e a manutenção dos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; a seleção e a aplicação de práticas contábeis apropriadas; e a utilização de estimativas razoáveis para as circunstancias.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram preparados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases de preparação descritas na nota 2 às demonstrações financeiras.

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras contêm agregação de informações financeiras relacionadas às atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. e suas subsidiárias. Na preparação das demonstrações financeiras, custos corporativos e outros custos como despesas de juros e imposto de renda foram alocados às atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. usando os métodos de alocação descrito na nota 2 às demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras podem não ser necessariamente um indicativo de performance financeira se as atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A. tivessem operado como uma empresa independente. As demonstrações financeiras foram elaboradas exclusivamente para auxiliar a CPFL Energias Renováveis S.A. a cumprir os requisitos da Oferta Pública Inicial de Ações - (OPA). Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro propósito.

Campinas, 2 de maio de 2012.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça
Contador CRC 1SP125991/O-0

Smita Empreendimentos e Participações S.A. e Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de Julho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Consolidado 31/07/2011	Segregado e Combinado 31/12/2010
CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	182.270	201.499
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	11.983	9.890
Tributos a compensar (nota 7)	3.273	2.064
Outros créditos (nota 8)	6.048	1.805
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**203.574**	**215.258**
NÃO CIRCULANTE		
Créditos fiscais diferidos (nota 14)	59	54
Outros créditos (nota 8)	70.773	75.935
Imobilizado (nota 9)	760.259	558.410
Intangível (nota 10)	44.600	44.335
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**875.691**	**678.734**
TOTAL DO ATIVO	**1.079.265**	**893.992**

Smita Empreendimentos e Participações S.A. e Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

Balanços Patrimoniais em 31 de Julho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado 31/07/2011	Segregado e Combinado 31/12/2010
CIRCULANTE		
Fornecedores (nota 11)	40.376	8.861
Encargos de dívidas (nota 12)	1.515	688
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	20.504	9.630
Taxas regulamentares	352	501
Impostos, taxas e contribuições (nota 13)	3.855	2.346
Dividendo e juros sobre capital próprio	4.417	-
Obrigações estimadas com pessoal	1.505	526
Outras contas a pagar (nota 15)	9.942	144
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**82.466**	**22.696**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	367.380	156.686
Débitos fiscais diferidos (nota 14)	32.784	33.523
Outras contas a pagar (nota 15)	4	782
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**400.168**	**190.991**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)		
Capital social	534.050	302.784
Contribuição de capital	-	231.266
Reserva de avaliação patrimonial	56.973	89.036
Lucros acumulados	5.608	57.219
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**596.631**	**680.305**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.079.265**	**893.992**

Smita Empreendimentos e Participações S.A. e Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos Resultados para o período de 7 meses findo em 31 de Julho de 2011 e 12 meses findo em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de Reais)

	Segregado e Combinado	
	31/07/2011	**31/12/2010**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 17)	**78.004**	**118.349**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com energia elétrica (nota 18)	(6.237)	(8.783)
Custo de operação (nota 19)	(14.894)	(18.846)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**56.873**	**90.720**
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 19)		
Despesas com vendas	(23)	-
Despesas gerais e administrativas	(4.315)	(5.758)
Outras despesas operacionais	(95)	(61)
RESULTADO DO SERVIÇO	**52.440**	**84.901**
RESULTADO FINANCEIRO (nota 20)		
Receitas financeiras	12.374	15.824
Despesas financeiras	(10.341)	(3.785)
	2.033	**12.039**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**54.473**	**96.940**
Contribuição social (nota 14)	(1.872)	(2.637)
Imposto de renda (nota 14)	(4.267)	(5.687)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**48.334**	**88.616**

Smita Empreendimentos e Participações S.A. e Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Para o período de 7 meses findo em 31 de Julho de 2011 e de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

	Capital Subscrito	Valores devidos aos acionistas	Dividendo Proposto	Reserva de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2010 (SEGREGADO E COMBINADO)	**302.784**	**231.266**	**79.288**	**57.639**	**-**	**670.977**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	88.616	88.616
Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	(79.288)	-	-	(79.288)
Efeito Reflexo da Mais Valia do Imobilizado	-	-	-	(420)	420	-
Destinação Proposta:						
Dividendos	-	-	89.036	-	(89.036)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (SEGREGADO E COMBINADO)	**302.784**	**231.266**	**89.036**	**57.219**	**-**	**680.305**
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	48.334	48.334
Aprovação da Proposta de Dividendos	-	-	(89.036)	-	-	(89.036)
Efeito Reflexo da Mais Valia do Imobilizado	-	-	-	(246)	246	-
Destinação Proposta:						
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(42.972)	(42.972)
SALDOS EM 31 DE JULHO DE 2011 (CONSOLIDADO)	**302.784**	**231.266**	**-**	**56.973**	**5.608**	**596.631**

Smita Empreendimentos e Participações S.A. e Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o período de 7 meses findos em 31 de julho de 2011 e 12 meses findo em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de Reais)

	Combinado e segregado	
	31/07/2011	31/12/2010
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro antes dos tributos	**54.473**	**96.940**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	7.847	10.006
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	10.078	3.006
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(2.093)	112
Tributos a compensar	(1.190)	2.700
Outros ativos operacionais	5.315	(26.399)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	31.515	(427)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.966)	(5.703)
Outros tributos e contribuições sociais	(1.253)	864
Encargos de dívidas pagos	(10.547)	(2.470)
Taxas regulamentares	(149)	(11)
Outros passivos operacionais	10.006	1.395
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**101.773**	**81.792**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de participação societária, líquido do caixa adquirido	-	(5.577)
Aquisições de imobilizado	(211.543)	(264.637)
Adições de intangível	(358)	(6.856)
Outros	33	65
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(211.868)**	**(277.005)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	224.803	105.343
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(1.929)	(7.321)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(132.008)	(79.288)
Operações de mútuo com partes relacionadas	-	(15.007)
CAIXA ORIUNDA DASATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**90.866**	**3.727**
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(19.229)	(191.485)
SALDO INICIAL DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**201.499**	**392.984**
SALDO FINAL DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**182.270**	**201.499**

Smita Empreendimentos e Participações S.A. e Atividades de Energias Renováveis da CPFL Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE JULHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Smita Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 03 de janeiro de 2011. Esta empresa era uma companhia dormente de terceiros sem ativos, passivos ou operações até 02 de maio de 2011, quando foi adquirida pela CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") com o propósito de ser a companhia veículo para suas atividades de energia renovável no processo de reestruturação do grupo CPFL.

A SMITA é dedicada a operar geradoras de energia elétrica e a gerenciar seus ativos próprios e de terceiros, sem operação antes do processo de reestruturação descrito abaixo.

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") celebrou com os acionistas da ERSA Energias Renováveis S.A ("Ersa"), um acordo de associação para união de ativos e projetos de energia renovável detidos pela CPFL Geração e CPFL Brasil - incluindo parques eólicos, usinas termelétricas à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs").

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os grupos no setor de energias renováveis e com isso obter ganho de sinergia pela unificação das atividades, resultando em uma estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/2011, a reestruturação societária que, relativamente às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, resumiu-se às seguintes etapas:

Etapa 1: Transferência das PCHs da CPFL Geração para as seguintes Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") por ela controladas: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini"); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda ("Jayaditya"); e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") que são as únicas empresas para as quais as informações financeiras foram segregadas ("carve-out") para serem incluídas nestas demonstrações financeiras. Todas as outras empresas incluídas nestas demonstrações financeiras são empresas de energia renovável e estão sob o controle comum, sendo portanto combinadas.

Etapa 2: Aumento no capital social da SMITA, com a contribuição pela CPFL Geração e pela CPFL Brasil, de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay; e

Etapa 3: Em 24 de agosto de 2011 a SMITA foi incorporada pela ERSA, o que implicou no ingresso da CPFL Geração e da CPFL Brasil no quadro de acionistas daquela sociedade – que passará a adotar a denominação CPFL Energia Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis").

Em 18 de julho de 2011 a CPFL Geração, a CPFL Brasil e a SMITA aprovaram as etapas 1 e 2. Na etapa 2 a CPFL Geração e a CPFL Brasil promoveram um aumento de capital social na SMITA, integralizando com o acervo líquido representado por ativos e passivos relacionados aos investimentos detidos pela CPFL Geração e CPFL Brasil nas empresas que integravam os parques eólicos, empresas de biomassa e PCHs. O acervo líquido apurado na data base de 30 de junho de 2011, pela CPFL Geração e CPFL Brasil foi respectivamente de R$ 508.582 e R$ 82.655. Com o referido aumento, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a deter respectivamente 86,02% e 13,98% do capital social da SMITA.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas basedas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e são apresentadas de acordo com as premissas de segregação e combinação detalhadas na nota explicativa 2.2. As informações financeiras foram preparadas assumindo que o processo de reestruturação descrito na nota explicativa 1 fora concluído em 1 de janeiro de 2010. Essas demonstrações compreendem em 31 de julho de 2011 ao balanço patrimonial consolidado e ao carve-out combinado das demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2011. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, todas as peças das demonstrações financeiras representam um carve-out combinado.

A Companhia possui investimento direto nas seguintes subsidiárias integrais (as informações de capacidade de energia e as informações associadas não foram auditadas pelos auditores independentes). As premissas utilizadas para a preparação do carve-out, conforme descrito na nota explicativa 2.2.1, foram aplicadas para as subsidiárias identificadas como "carve-out" na tabela abaixo. As subsidiárias que já existiam em 1 de janeiro de 2010, foram identificadas como "combinadas" na tabela abaixo.

Geração de energia - em operação	Tipo de Sociedade	Carve-out e combinação	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Total	Potencia Instalada
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay")	Sociedade Limitada	Carve-out	São Paulo	8 PCHs (*)	39,3 MW	39,3 MW
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini")	Sociedade Limitada	Carve-out	São Paulo	5 PCHs (*)	39,2 MW	39,2 MW
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya")	Sociedade Limitada	Carve-out	São Paulo	4 PCHs (*)	39,4 MW	39,4 MW
CPFL Bioenergia S.A. ("CPFL Bioenergia")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	45 MW	45 MW
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Sul	4 PCHs	2,65 MW	2,65 MW

(*) PCH - Pequena Central Hidrelétrica

Geração de energia - em desenvolvimento	Tipo de Sociedade	Carve-out e combinação	Localização	Nº usinas / tipo de energia	Data prevista para início das operações	Potência Instalada prevista
CPFL Bio Formosa S.A. ("CPFL Bio Formosa")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Térmica (Biomassa)	2011	40 MW
CPFL Bio Buriti S.A. ("CPFL Bio Buriti")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	50 MW
CPFL Bio Ipê S.A. ("CPFL Bio Ipê")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2012	25 MW
CPFL Bio Pedra S.A. ("CPFL Bio Pedra")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2012	70 MW
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade Limitada	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	(*)
Campo dos Ventos I Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Campo dos Ventos II Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Campo dos Ventos III Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Campo dos Ventos IV Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos IV")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Campo dos Ventos V Energias Renovaveis S.A. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)
Eurus V Energias Renovaveis S.A. ("Eurus V")	Sociedade por ações de capital fechado	Combinada	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	(**)

(*) A potência instalada prevista para o Parque Eólico Santa Clara é de 188 MW.
(**) A potência instalada prevista para o Parque Eólico Campo dos Ventos é de 160 MW.

As subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição e continuam sendo consolidadas até que a Companhia perca o controle das subsidiárias. As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas para a mesma data-base da Companhia, usando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos, transações, ganhos não realizados, dividendos e perdas resultantes de transações entre companhias do grupo são eliminados.

Essas demonstrações financeiras têm o propósito específico de fazer parte de oferta inicial pública de ações ("OPA") da CPFL Energias Renováveis S.A. e foram aprovadas pela administração em 2 de maio de 2012. Essas demonstrações não devem ser utilizadas para o cálculo legal de dividendos, impostos ou para outros fins legais ou estatutários.

2.2 – Carve-Out e Combinação

As demonstrações financeiras segregadas e combinadas das atividades de energia renovável da CPFL Energia S.A. apresentam a posição financeira e as operações das companhias detalhadas na nota explicativa 1. Essas companhias estão sob o controle comum para todos os períodos apresentados (exceto a SMITA, que é uma companhia dormente de terceiros sem ativos, passivos ou operações até 02 de maio de 2011, quando foi adquirida pela CPFL Geração e CPFL Brasil), desta forma toda a distribuição de ativos e passivos para a Companhia foi feita durante o processo de reestruturação descrito acima que foi mensurado de acordo com o custo histórico.

Conforme descrito na nota explicativa 1, a SMITA é resultado de um processo de reestruturação contendo 4 empresas de biomassa (cogeração de energia) da CPFL Brasil e 13 empresas referentes a parques eólicos em construção, 4 empresas compostas por 21 PCHs e 1 empresa de biomassa, todas provenientes da CPFL Geração.

O objetivo do processo de reestruturação da SMITA foi a criação da CPFL Renováveis, também detalhada na nota explicativa 1.

As demonstrações financeiras segregadas e combinadas estão baseadas na combinação das demonstrações individuais de 18 companhias e da segregação das informações das PCHs da CPFL Geração: Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme detalhado na nota explicativa 2.1.

As atividades de energia renovável da CPFL Energia são parte de uma empresa maior (CPFL Energia S.A.). O critério utilizado para definir as atividades de energia renovável foi baseado nas fontes de energia da companhia (eólicas, biomassa e PCHs). No caso das demonstrações financeiras segregadas, isso foi preparado com base nos livros e registros mantidos pela CPFL Energia S.A. e suas subsidiárias, que inclui alocação de certas despesas materiais, e isso pode não ser um indicativo dos resultados que seriam obtidos nas atividades de energia renovável da CPFL Energia se operadas como uma empresa independente.

As seguintes premissas foram usadas na preparação destas demonstrações financeiras:

As informações financeiras foram preparadas assumindo que o processo de reestruturação descrito na nota explicativa 1 fora concluído em 1 de janeiro de 2010.

2.2.1 - Carve-Out (Segregação)

Corresponde a segregação dos ativos, passivos e operações das PCHs que figuravam com parte das operações da CPFL Geração e passaram a compor as empresas Chimay, Mohini e Jayaditya.

Para identificar as contas contábeis para fins de carve-out das operações das PCHs foram utilizadas certas premissas que estão descritas abaixo. Essas premissas não afetam nem conflitam com a aplicação das políticas contábeis e estão consistentes com as IFRS emitidas pelo IASB.

2.2.2 - Ativos e passivos segregados da CPFL Geração na criação das sociedades Chimay, Mohini e Jayaditya:

Caixa e equivalentes de caixa
O caixa em dezembro de 2010 está representado pela movimentação retroativa do fluxo de caixa da posição financeira consolidada em 31 de junho de 2011 que inclui bancos e aplicações financeiras.

Consumidores, concessionárias e permissionárias
Consumidores, concessionárias e permissionárias foram segregados baseados pelos recebíveis das operações das PCHs mensurados pela receita (faturada e não faturada) do último mês do período, considerando que o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias.

Tributos a compensar
Os valores incluídos em tributos a compensar são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1, que calcularam os saldos de impostos nas bases individuais. Nenhuma premissa de carve-out foi utilizada para os tributos a compensar.

Outros créditos (circulante e não circulante)
Os valores incluídos em outros créditos são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1, e também pelos saldos relacionados à Reserva Geral de Reversão (“RGR“) que é alocado a cada uma das PCHs de acordo com o investimento específico em cada ativo usado na concessão.

Créditos fiscais diferidos
Os valores incluídos em créditos fiscais diferidos são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1. Nenhuma premissa de carve-out foi utilizada para os créditos fiscais diferidos.

Imobilizado
O ativo imobilizado é relacionado aos ativos específicos que foram contribuídos ou incorporados incluindo a depreciação acumulada e a despesa de depreciação. A maior parte dos ativos contribuídos ainda está em construção (veja nota explicativa 9).

Intangível
Os valores incluídos de ativo intangível são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1. Nenhuma premissa de carve-out foi utilizada para os ativos intangíveis.

Fornecedores
Fornecedores foram segregados baseados pelo contas a pagar das operações das PCHs mensurados pelo último mês de compra de serviços e energia elétrica, considerando que o prazo médio de pagamento é de aproximadamente 30 dias. A compra de energia foi segregada de acordo com cada contrato assinado pelas PCHs, baseado nos valores faturados.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (circulante e não circulante)
Os saldos de empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas foram segregados baseados em financiamentos específicos que foram obtidos para aquisição de ativos relacionados as aquisições das PCHs. Composto pelas operações de financiamentos constituídas por Financiamento a Empreendimentos (“FINEM”) e Financiamento de Máquinas e Equipamentos (“FINAME”) captados originalmente pelas antigas controladoras CPFL Geração e CPFL Brasil.

Taxas regulamentares
Os valores incluídos de taxas regulamentares a pagar são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1 e também pelos valores relacionados à RGR que são alocados por PCH.

Impostos, taxas e contribuições
Inclui o valor a ser pago durante o mês de janeiro de 2011 relacionado ao calculo dos impostos do mês de dezembro de 2010. Essa premissa foi feita considerando que no Brasil os impostos são pagos no mês subsequente e que não há impostos atrasados de períodos anteriores.

Obrigações estimadas com pessoal
O valor segregado é representado pela folha de pagamento dos funcionários que trabalham nas PCHs.

Outras contas a pagar (circulante e não circulante)
Os valores incluídos de o são representados pelos saldos relacionados às empresas identificadas como combinadas na nota explicativa 2.1. Nenhuma premissa de carve-out foi utilizada para os ativos outras contas a pagar.

Débitos fiscais diferidos
O saldo de débitos fiscais diferidos foi calculado proporcionalmente ao saldo de mais valia calculada sobre os ativos imobilizados. Assim como a mais valia, a Companhia controla o saldo de débitos fiscais de acordo com o custo atribuído a cada um de seus ativos.

Capital social
Conforme detalhado na nota explicativa 1, as ações da Companhia foram adquiridas pela CPFL Geração e CPFL Brasil, sendo que em 18 de julho de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de capital de R$ 534.050 mil que foi subscrito pela CPFL Geração e CPFL Brasil por meio de transferência de ativos e passivos (acervo líquido contábil), compostos como segue:

Ativo	CPFL Geração	CPFL Brasil	Total
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	221.075	7.747	228.822
Consumidores, concessionárias e permissionárias	3.507	-	3.507
Tributos a compensar	3.049	182	3.231
Outros créditos	4.369	891	5.260
Total Ativo Circulante	**232.000**	**8.820**	**240.820**
Ativo Não Circulante			
Créditos fiscais diferidos	24	19	43
Outros créditos	80.339	-	80.339
Imobilizado	387.191	354.237	741.428
Intangível	44.044	539	44.583
Total Ativo Não Circulante	**511.598**	**354.795**	**866.393**
TOTAL ATIVO	**743.598**	**363.615**	**1.107.213**
Passivo Circulante			
Fornecedores	3.846	33.252	37.098
Encargos de dívidas	263	-	263
Empréstimos e financiamentos	13.567	-	13.567
Taxas regulamentares	10	1	11
Impostos, taxas e contribuições	1.973	1.128	3.101
Obrigações estimadas com pessoal	23	-	23
Outras contas a pagar	6.402	48.207	54.609
Total Passivo Circulante	**26.084**	**82.588**	**108.672**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	165.987	-	165.987
Débitos fiscais diferidos	32.839	-	32.839
Outras contas a pagar	10.131	198.347	208.478
Total Passivo Não Circulante	**208.957**	**198.347**	**407.304**
Reserva de reavaliação patrimonial	**57.187**	**-**	**57.187**
ACERVO LÍQUIDO	**451.370**	**82.680**	**534.050**

Reserva de avaliação patrimonial
O saldo de reserva de avaliação patrimonial nas controladas é oriundo do custo atribuído dos ativos imobilizados no momento da adoção das novas normas brasileiras em 2010.

Valores devidos aos acionistas
Os valores devidos aos acionistas apresentados no patrimônio líquido serão liquidados com a entrega de ações.

Receita operacional líquida, deduções de receita, custo da energia e outros custos
O controle das rubricas que compõe a demonstração de resultado da Companhia é efetuado no sistema ERP, que mantém a segregação das operações por centro de custo. Para a identificação do resultado do período registrado nas SPEs, a Companhia considerou os centros de custos que estavam diretamente ligados a operação das PCHs.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrado nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ii) ativo imobilizado ajustado para refletir o "custo atribuído" na data de transição para o IFRS em 1 de janeiro de 2009.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.6 Base de combinação e consolidação

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros:

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão

de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período.

O principal ativo financeiro que a Companhia tem classificado nesta categoria são os saldos bancários e aplicações financeiras (nota 5).

ii. Recebíveis: São ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria; (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6), e (ii) outros créditos (nota 8).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui o seguinte passivo financeiro:

i. Não mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 11), (ii) empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (nota 12), (iii) dividendos e juros sobre o capital próprio e (iv) outras contas a pagar (nota 15).

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos:

- Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado (“custo atribuído”) e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

- Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela Companhia para ativos recém construídos em que a base de formação do custo é facilmente comprovada e em que os valores a custo histórico estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, a Companhia procedeu análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

3.3 Operações compartilhadas

As operações compartilhadas são aquelas em que cada parceiro usa seus próprios ativos na operação. As demonstrações financeiras incluem os ativos que a Companhia controla e os passivos que ela incorre no curso da operação e as despesas que a Companhia incorre e sua parte nos ganhos da operação.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e direitos de passagem.

O ágio (*"goodwill"*) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do período referente à aquisição.

Ativos intangíveis que correspondem ao direito de operar concessões adquiridas através de combinações de negócios: a parte de combinação de negócio que corresponde ao direito de operar a concessão é reconhecido como ativo intangível. Esses valores são amortizados baseados na curva de rentabilidade projetada das concessionárias pelo prazo remanescente da concessão.

3.5 Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto de títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

3.9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de julho de 2011, são as seguintes:

- IAS 1 – Financial Statement Presentation
- IAS 12 – Income Taxes
- IAS 19 – Employee Benefits
- IAS 27 – Consolidated and Separate Financial Statements
- IAS 28 – Investments in Associates
- IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures
- IFRS 9 – Financial Instruments
- IFRS 10 – Consolidated Financial Statements
- IFRS 11 – Joint Arrangements
- IFRS 12 – Disclosure of Interests in Other Entities
- IFRS 13 – Fair Value Measurement

A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função do custo atribuído na data de transição ou uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecido a valores justos foram registrados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	Combinado e segregado
	31/07/2011	31/12/2010
Saldos bancários	53.065	71.016
Aplicações financeiras	129.204	130.483
Total	**182.270**	**201.499**

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado	Combinado e segregado
	31/07/2011	31/12/2010
Operações realizadas na CCEE	331	101
Concessionárias e permissionárias	11.652	9.751
Arrecadação em processo de classificação	-	38
Total	**11.983**	**9.890**

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Consolidado	Combinado e segregado
	31/07/2011	31/12/2010
Antecipações de contribuição social - CSLL	294	39
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	71	84
Imposto de renda e contribuição social a compensar	360	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.490	1.872
ICMS a compensar	-	32
Programa de integração social - PIS	10	7
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	46	30
Outros	1	-
Total	**3.273**	**2.064**

Imposto de renda retido na fonte – IRRF – refere-se a imposto aplicado sobre rendimento de aplicações financeiras.

(8) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado	Combinado e segregado	Consolidado	Combinado e segregado
	Circulante		Não Circulante	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Créditos a receber - consórcios	3.658	777	35.637	39.440
Adiantamento - fornecedores	939	-	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	3.801
Reembolso RGR	656	333	1.910	1.910
Contratos de pré-compra de energia	-	-	33.226	30.784
Outros	795	695	-	-
Total	**6.048**	**1.805**	**70.773**	**75.935**

Crédito a receber – consórcio – O montante demonstra os diretos a receber da Baldin Bioenergía S.A. ("Baldin") pelos investimentos efetuados e que deverão ser pagos mensalmente (ver nota 9).

Contrato de pré-compra de energia – Refere-se à aquisição de energia para entrega futura negociada entre CPFL Bioenergia S.A.("CPFL Bioenergia") e Baldin.

(9) IMOBILIZADO

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equpamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2010 - Combinado	**4.133**	**59.053**	**32.642**	**194.380**	**(84)**	**2.001**	**266.285**	**558.410**
Custo histórico	4.133	187.966	71.291	300.254	101	2.376	266.285	**832.406**
Depreciação acumulada	-	(128.913)	(38.649)	(105.874)	(185)	(375)	-	**(273.996)**
Adições	-	42	4	-	207	-	211.290	**211.543**
Baixas	-	-	-	(1.287)	(91)	(359)	-	**(1.737)**
Transferencias	1.130	6.327	(2.460)	12.319	9	(517)	(16.808)	**-**
Depreciação	-	(1.930)	(723)	(5.266)	32	(71)	-	**(7.958)**
Saldo em 31/07/2011 - Consolidad	**5.263**	**63.493**	**29.463**	**200.146**	**73**	**1.054**	**460.767**	**760.259**
Custo histórico	5.263	194.335	68.835	311.286	226	1.500	460.767	**1.042.212**
Depreciação acumulada	-	(130.843)	(39.372)	(111.140)	(153)	(446)	-	**(281.954)**
Taxa média de depreciação	-	**2,36%**	**3,86%**	**3,11%**	**20,00%**	**10,00%**		

Em 15 agosto de 2008 CPFL Bioenergia e Baldin Bioenergía entraram em um acordo com vigência de 17 anos a partir da data de celebração do contrato. A finalidade do acordo é a realização do projeto, construção, montagem, operação e manutenção de uma usina termelétrica de cogeração movida pela queima de Biomassa como combustível, com capacidade de geração de 45 MW de energia elétrica e produção de 200 tv/h (toneladas de vapor d'água por hora), incluindo subestação e toda a estrutura e equipamentos de distribuição de energia elétrica necessários para o atendimento da Usina na tensão de 13,8 KV, assim como para a conexão da usina termelétrica ao sistema de distribuição da distribuidora local de energia elétrica.

Originalmente a CPFL Bioenergia e Baldin deveriam investir nos ativos na mesma proporção, entretanto com o propósito de fazer o projeto viável a CPFL Energia captou uma linha de credito com o BNDES para financiar a construção. A CPFL Bioenergia está sendo reembolsada pela Usina Baldin na proporção de 50% do investimento inicial, através de pagamentos mensais, reconhecidos como em outras contas a receber como "créditos a receber – consórcios" no valor de R$39.295 (R$40.217 em 31 de dezembro de 2010).

Os ativos foram construídos na Baldin e, de acordo com a política contábil para operações compartilhadas, esses ativos estão sendo reconhecidos proporcionalmente a 50% da participação da CPFL Bioenergia e da Baldin em suas respectivas demonstrações financeiras

Como resultado da associação, cada companhia recebe 50% da energia exportada (energia exportada = energia gerada menos consumo na própria usina). Cada companhia é responsável pela comercialização de sua parte da energia exportada.

A Baldin é responsável pela operação da planta e a CPFL Bioenergia é responsável pela manutenção, e os custos são compartilhados 50% / 50% como incorrido. No final dos 17 anos, todos os ativos serão transferidos para a Baldin sem qualquer pagamento adicional.

Em relação aos demais empreendimentos (Formosa, Ipe, Pedra e Buriti) temos direito de 100% da energia exportada. O total dos ativos das usinas de biomassa é de R$427.797 (R$238.136 em 31 de dezembro de 2010), que ao final do prazo contratual de exploração dos negócios que variam de 17 a 20 anos, serão transferidos aos consorciados (usinas de álcool e açúcar) sem qualquer desembolso adicional.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(10) INTANGÍVEL

	Consolidado			Combinado e segregado
	31/07/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativos Intangíveis - direito de concessão:				
Adquiridos em combinações de negócio	37.314	-	37.314	37.314
Outro ativos intangiveis	7.615	(329)	7.286	7.021
Total de ativos intangíveis	**44.929**	**(329)**	**44.600**	**44.335**
Custo histórico			44.929	44.578
Amortização acumulada			(329)	(243)
			44.600	**44.335**

	Adquirido em combinações de negócio	Outros Ativos intangíveis	Total
Ativo Intangível em 31/12/2010 (Combinado e segregado)	**37.314**	**7.021**	**44.335**
Adições	-	358	358
Amortizações	-	(93)	(93)
Ativo Intangível em 31/07/2011 (Consolidado)	**37.314**	**7.286**	**44.600**

Adquiridos em combinação de negócios

Correspondem ao direito de operar concessões adquiridas através de combinações de negócios: a parte de combinação de negócio que corresponde ao direito de operar a concessão é reconhecido como ativo intangível. Esses valores são amortizados baseados na curva de rentabilidade projetada das concessionárias que continuam a operar uma concessão.

Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para fins de análise de recuperação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (incluindo o ágio), a Companhia utilizou o método do valor em uso para avaliar o valor recuperável de cada Unidade Geradora de Caixa ("UGCs"). Desta forma, os respectivos fluxos de caixa foram elaborados através da avaliação da Administração sobre as tendências futuras no setor elétrico, baseados tanto em fontes externas como em dados históricos.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(11) FORNECEDORES

	Consolidado	Combinado e segregado
	31/07/2011	31/12/2010
Encargos de serviço do sistema	9	-
Suprimento de energia elétrica	4.584	2.179
Encargos de uso da rede elétrica	264	128
Materiais e serviços	35.518	5.448
Outros	1	1.105
Total	40.376	8.861

(12) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda Nacional - Mensuradas ao custo	Consolidado 31/07/2011	Combinado e segregado 31/12/2010	Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
BNDES - Repotenciação					
Chimay	10.106	13.592	TJLP + 3,1% a 4,3%	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
BNDES/BNB - Investimento					
Smita - FINEM (Eólicas)	83.469	74.531	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança CPFL Energia
Smita - FINEM (Biomassa)	95.261	-	TJLP + 1,87% a 1,90%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança CPFL Energia
Smita - FINAME (Biomassa)	114.908	-	Pré fixado 5,5%	106 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINEM	40.232	39.512	TJLP + 1,9%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINAME	39.322	39.369	Pré fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Centrais - FINEM	6.101	-	TJLP + 3,5%	46 parcelas mensais a partir de abril de 2011	
Total	**389.399**	**167.004**			

BNDES Investimento (Smita - Eólicas) – Em 2010 a Companhia obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES, no montante de R$ 574.098, na modalidade FINEM que será destinado para as controladas Santa Clara I a VI e Eurus VI que visa a construção e implantação do complexo eólico com capacidade instalada total de 188 MW, localizados no município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte. Até 2011 foi liberado o montante de R$ 283.351, o saldo remanescente de R$ 290.747 deve ser liberado até Abril de 2013.

BNDES Investimento (Smita - Biomassa) - A Companhia obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010 no montante de R$ 398.547 que será destinado às controladas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Até 2011 foi liberado o montante de R$ 304.543 e o saldo remanescente de R$ 94.004 está prevista para ser liberado até junho de 2012. Os juros serão pagos mensalmente juntamente com a amortização que será efetuada a partir de dezembro de 2011, com exceção da CPFL Bio Pedra que será a partir de junho de 2012.

BNDES Investimento (CPFL Bioenergia) – Em 2009 a controlada CPFL Bioenergia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES no montante total de R$ 75.297, sendo de FINEM o montante de R$ 37.491 e de FINAME o montante de R$ 37.806, destinado a construção da UTE. Em 2010 foi liberada a última parcela deste financiamento no montante de R$ 29.805, sendo R$ 22.250 de FINEM e R$ 7.555 de FINAME. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de junho de 2011.

Condições Restritivas

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES obtidos para os empreendimentos eólicos estão sujeita a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Garantidora (CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os índices exigidos são os seguintes: i) Patrimônio Líquido dividido pela soma do Patrimônio Líquido e Endividamento Líquido, maior que 28%; e ii) Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,00.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES obtidos para os empreendimentos de biomassa estão sujeita a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Garantidora (CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. O índice exigido é Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,00.

Para o empréstimo que a CPFL Bioenergia obteve junto ao BNDES, está determinado em contrato que a controlada não poderá efetuar pagamento de dividendos para os anos de 2009 a 2012, sendo que a partir de 2013 só poderá se atendida cumulativamente as seguintes condições:

i) Estar adimplente com suas obrigações contratuais;

ii) Índice de cobertura da dívida maior o igual a 1,0; e

iii) Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	Combinado e segregado
	31/07/2011	31/12/2010
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	15	560
Programa de integração social - PIS	57	62
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	263	273
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.015	500
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	195	225
Outros	1.311	726
Total	**3.855**	**2.346**

(14) DÉBITOS E CREDITOS FISCAIS DIFERIDOS

	Consolidado	Combinado e segregado
	31/07/2011	31/12/2010
Débito (Crédito) de contribuição social		
Diferenças temporariamente indedutíveis		
Ativo Imobilizado - ajuste custo atribuído	7.783	7.985
Outros Ajustes Mudanças de Práticas	895	887
Outros	(15)	(14)
Subtotal	**8.663**	**8.859**
Débito (Crédito) de imposto de renda		
Diferenças temporariamente indedutíveis		
Ativo Imobilizado - ajuste custo atribuído	21.619	22.186
Outros Ajustes Mudanças de Práticas	2.486	2.465
Outros	(43)	(40)
Subtotal	**24.062**	**24.611**
Total	**32.725**	**33.469**
Total crédito fiscal	(59)	(54)
Total débito fiscal	32.784	33.523

	Combinado e segregado		Combinado e segregado	
	31/07/2011		31/12/2010	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**54.473**	**54.473**	**96.940**	**96.940**
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
Efeito regime lucro presumido	(43.589)	(46.576)	(72.781)	(77.657)
Outras adições permanentes líquidas	9.909	9.172	5.140	3.465
Base de cálculo	**20.793**	**17.069**	**29.299**	**22.748**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	**1.872**	**4.267**	**2.637**	**5.687**
Corrente	(1.886)	(4.303)	(2.041)	(4.057)
Diferido	13	36	(596)	(1.630)

(15) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado	Combinado e segregado	Consolidado	Combinado e segregado
	Circulante		Não Circulante	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Consumidores e concessionárias	927	44	-	-
Adiantamentos	7.510	-	4	777
Folha de pagamento	317	-	-	-
Participação nos lucros	431	-	-	-
Outros	757	100	-	5
Total	**9.942**	**144**	**4**	**782**

Adiantamentos – Representa recursos recebidos dos clientes da CPFL Bio Formosa pela entrega futura de energia.

(16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de julho de 2011 é de R$ 534.050 dividido em 534.049.467 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, sendo distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

Acionistas	Participação	Ações Ordinárias	Capital Social
CPFL Geração	86,02%	451.370.404	451.370
CPFL Brasil	13,98%	82.679.063	82.680
Total	**100,00%**	**534.049.467**	**534.050**

(17) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Segregado e Combinado			
	GWh (*)		R$ mil	
Receita de operações com energia elétrica	**31/07/2011**	**31/12/2010**	**31/07/2011**	**31/12/2010**
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	387	668	82.488	124.210
Energia elétrica de curto prazo	48	59	353	1.403
Suprimento de energia elétrica	**435**	**727**	**82.841**	**125.613**
Outras receitas e rendas			144	587
Outras receitas operacionais			**144**	**587**
Total da receita operacional bruta			**82.985**	**126.200**
Deduções da receita operacional				
PIS			(646)	(887)
COFINS			(2.979)	(4.093)
Reserva global de reversão			(1.356)	(2.872)
			(4.981)	**(7.851)**
Receita operacional líquida			**78.004**	**118.349**

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(18) CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Segregado e Combinado			
	GWh (*)		R$ mil	
Energia comprada para revenda	**31/07/2011**	**31/12/2010**	**31/07/2011**	**31/12/2010**
Energia de curto prazo	17	173	533	2.905
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	58	31	4.044	3.325
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(410)	(366)
Subtotal	**75**	**204**	**4.167**	**5.864**
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
Encargos da rede básica			35	-
Encargos de conexão			25	14
Encargos de uso do sistema de distribuição			2.010	2.911
Crédito de PIS e COFINS			-	(6)
Subtotal			**2.070**	**2.919**
Total			**6.237**	**8.783**

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(19) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Segregado e Combinado									
			Despesa Operacional							
	Custo de Operação		Vendas		Gerais		Outros		Total	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Pessoal	204	381	-	-	3.370	5.156	-	-	3.574	5.537
Material	465	632	-	-	-	-	-	-	465	632
Serviços de terceiros	4.375	4.837	-	-	455	291	7	61	4.837	5.189
Depreciação e amortização	7.768	10.006	-	-	79	-	-	-	7.847	10.006
Outros	2.082	2.990	23	-	411	311	88	-	2.604	3.300
Arrendamento e aluguéis	-	-	2	-	5	-	-	-	7	-
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	10	1	-	-	10	1
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	40	1	-	-	40	1
Doações, contribuições e subvenções	-	-	21	-	4	-	-	-	25	-
Taxa de fiscalização	700	559	-	-	-	-	88	-	788	559
Royalties	1.307	2.009	-	-	-	-	-	-	1.307	2.009
Outros	75	422	-	-	352	309	-	-	427	730
Total	**14.894**	**18.846**	**23**	**-**	**4.315**	**5.758**	**95**	**61**	**19.327**	**24.664**

(20) RESULTADO FINANCEIRO

	Segregado e Combinado	
	31/07/2011	**31/12/2010**
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	8.514	10.600
Outros	3.860	5.224
Total	**12.374**	**15.824**
Despesas		
Encargos de dívidas	(10.232)	(3.219)
Outros	(109)	(566)
Total	**(10.341)**	**(3.785)**
Resultado Financeiro	**2.033**	**12.039**

(21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como principais acionistas indiretos as seguintes Companhias:

- **VBC Energia S.A.**

  Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, atuante em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- **Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações**

  Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- **Bonaire Participações S.A.**

  Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações.

- **Fundo BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações**

  Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

Saldo Bancário e Aplicação Financeira – Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 5.

Empréstimos e Financiamentos – Corresponde à captação de recursos conforme descrito na nota 12, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época; e

Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços – Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidade sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados no quadro abaixo:

Empresa	Ativo		Passivo		Receita	
	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010	31/07/2011	31/12/2010
Alocação dedespesas entre empresas						
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda	38	-	-	-	-	-
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda	63	-	-	-	-	-
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda	94	-	-	-	-	-
Chimay Empreendimento e Participações Ltda	81	-	-	-	-	-
Dividendos / Juros sobre o capital próprio						
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda	4.417	2.562	-	-	-	-
AFAC						
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda	-	4.675	-	-	-	-
CPFL Bioenergia S.A.	-	4.749	-	-	-	-
CPFL Bio Formosa S.A.	-	50.500	-	-	-	-
CPFL Bio Buriti S.A.	-	48.100	-	-	-	-
CPFL Bio Ipê S.A.	-	590	-	-	-	-
CPFL Bio Pedra S.A.	-	6.709	-	-	-	-
Fornecedores						
CPFL Comercialização brasil	-	-	-	(1.181)	-	-
Materiais e Prestação de Serviços						
CPFL Serviços	-	-	(8.057)	(1.296)	-	-
Suprimento de Energia						
CPFL Paulista	8.319	8.569	-	-	68.551	113.979

(22) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

Constituição da CPFL Energias Renováveis S.A.

Em 24 de agosto de 2011 foi aprovada a incorporação da SMITA pela ERSA, o que implicou no ingresso da CPFL Geração e da CPFL Brasil no quadro de acionistas daquela sociedade que simultaneamente assou a adotar a denominação CPFL Energias Renováveis S.A ("CPFL Renováveis"). A CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a deter respectivamente 43,65% e 10,85% da capital social da CPFL Renováveis.

xxxxxxxxx

CPFL Energias Renováveis S.A.
Miguel Normando Abdalla Saad
Presidente

CPFL Energias Renováveis S.A.
Marcelo Antonio Gonçalves Souza
Diretor Financeiro e de relação com investidores

CPFL Energias Renováveis S.A.
Aurelio Miranda
Gerente de controladoria
CRC 1SP219.874/O-1

CPFL Energia S.A.
Antônio Carlos Bassalo
Diretor de Contabilidade
CRC. 1SP085.131/O-8

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jantus S.L. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações financeiras

Jantus S.L.

31 de dezembro de 2011 e 2010 com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

ERNST & YOUNG TERCO

Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189
17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil
Tel: (5571) 3501-9000
Fax: (5571) 3501-9019
www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e quotistas da
Jantus S.L.
Madri - Espanha

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Jantus S.L. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Jantus S.L. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, as demonstrações consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da administração da Empresa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações, apresentadas na Nota 24, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 1 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC 1BA-022.650/O-0

Jantus S.L.

Balanços patrimoniais consolidados
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e 01 de janeiro de 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**10.071**	36.615	47.282
Aplicações financeiras (Nota 5)	**1.853**	35.574	7.464
Contas a receber de clientes (Nota 6)	**21.751**	21.473	27.838
Impostos a recuperar (Nota 7)	**28.838**	24.555	24.413
Outros ativos	**6.701**	7.151	12.281
Total do ativo circulante	**69.214**	125.368	119.278
Não circulante			
Aplicações financeiras (Nota 5)	**36.058**	32.429	10.781
Impostos a recuperar (Nota 7)	**47.419**	52.697	52.750
Tributos diferidos (Nota 8)	**21.447**	10.358	8.319
Imobilizado (Nota 9)	**870.408**	921.149	971.489
Intangível (Nota 10)	**4.306**	4.427	4.384
Outros ativos	**400**	172	633
Total do ativo não circulante	**980.038**	1.021.232	1.048.356
Total do ativo	**1.049.252**	1.146.600	1.167.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	**7.124**	9.205	65.658
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	**40.382**	48.009	706.618
Impostos a pagar	**6.166**	3.415	13.385
Adiantamento de clientes (Nota 12)	**48.447**	39.597	14.486
Outras contas a pagar	**8.238**	4.778	1.532
Total do passivo circulante	**110.357**	105.004	801.679
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	**628.562**	953.965	303.107
Tributos diferidos (Nota 8)	**14.220**	15.156	16.121
Provisão para desmobilização (Nota 13)	**3.259**	1.820	1.226
Outras contas a pagar	**-**	880	-
Partes relacionadas (Nota 14)	**-**	159.505	38.675
Total do passivo não circulante	**646.041**	1.131.326	359.129
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Nota 15)			
Capital social	**835**	317	317
Reserva de capital	**723.212**	187.453	187.453
Prejuízos acumulados	**(411.819)**	(254.884)	(175.220)
Outros resultados abrangentes	**(19.374)**	(22.616)	(5.724)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**292.854**	(89.730)	6.826
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**1.049.252**	1.146.600	1.167.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jantus S.L.

Demonstrações dos resultados consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional líquida (Nota 18)	**146.780**	168.828
Custo do serviço (Nota 19)		
Depreciação	**(54.365)**	(54.555)
Outros custos	**(20.016)**	(18.030)
Lucro bruto	**72.399**	96.243
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 19)	**(66.224)**	(21.214)
Despesas financeiras (Nota 20)	**(207.727)**	(258.144)
Receitas financeiras (Nota 20)	**35.950**	108.471
Outras despesas operacionais líquidas (Nota 19)	**(1.117)**	(5.560)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(166.719)**	(80.204)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	**9.784**	540
Prejuízo do exercício	**(156.935)**	(79.664)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Jantus S.L.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		Reserva de capital		Outros resultados abrangentes	
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2010	317	187.453	(175.220)	(5.724)	6.826
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	(16.148)	(16.148)
Prejuízo do exercício	-	-	(79.664)	(744)	(80.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	317	187.453	(254.884)	(22.616)	(89.730)
Aumento de capital (Nota 15)	**518**	**535.759**	-	-	**536.277**
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	**3.242**	**3.242**
Prejuízo do exercício	-	-	**(156.935)**	-	**(156.935)**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**835**	**723.212**	**(411.819)**	**(19.374)**	**292.854**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jantus S.L.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidada
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos impostos	**(166.720)**	(80.204)
Depreciação e amortização	**54.690**	54.765
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	**52**	-
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	**112.324**	136.211
Redução (aumento) de ativos		
Aplicações financeiras	-	-
Contas a receber de clientes	**(278)**	6.365
Impostos a recuperar	**995**	(89)
Tributos diferidos	**(11.089)**	-
Outros créditos	**222**	5.591
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	**(2.081)**	(56.453)
Adiantamento de clientes	**8.850**	25.111
Impostos a pagar	**12.536**	(9.970)
Impostos diferidos	**(936)**	(965)
Outras contas a pagar	**4.019**	4.125
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**12.584**	84.487
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras vinculadas	**24.615**	(42.559)
Adições ao imobilizado	**(3.880)**	(6.414)
Adições ao intangível	-	(55)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**20.735**	(49.028)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	**354.439**	-
Empréstimos recebidos	**424**	865.411
Empréstimos pagos	**(417.968)**	(895.389)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos	**(63.105)**	(29.978)
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	**3.242**	(16.148)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(26.544)**	(10.667)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**36.615**	47.282
No fim do exercício	**10.071**	36.615
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(26.544)**	(10.667)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jantus S.L.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

a) Contexto operacional

A Jantus S.L. ("Companhia") é uma sociedade limitada, constituída em 23 de novembro de 2006 em Madri na Espanha, tendo como principais acionistas: Liberty Mutual Insurance Company, Citi Participações e Investimentos Ltda. e Black River Cei Subsidiary 3, S.A.R.L., representando 96.71% do total das quotas, com o propósito de investir em projetos de energia renovável.

Atualmente a Companhia detém 99% das ações da SIIF Energies e 100% da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. cujas operações são:

SIIF Énergies do Brasil Ltda.

A SIIF Énergies do Brasil Ltda. ("SIIF") é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede em São Paulo, estado de São Paulo, constituída em 3 de novembro de 1999, cujo objeto social é a exploração do ramo de energia como produtora independente de energia eólica, sua transmissão, distribuição e comercialização, bem como investir como acionista em outras Companhias.

Em 2003, a SIIF constituiu 04 (quatro) sociedades de propósito específico (SPE) denominadas: Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A., SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A., Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. (em conjunto, denominadas de "SPEs" ou "Controladas"), para os quais foram cedidos os contratos de compra e venda de energia firmados com as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás para o fornecimento de energia eólica por 20 anos, todos enquadrados no âmbito do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica do Governo Federal – PROINFA, cujas características estão resumidas abaixo:

SPE	Energia contratada (MWh/ano)	Capacidade instalada (MWh)	Preço contratado R$/MWh
Eólica Paracuru	102.793	23,4	200,78
SIIF Cinco (a)	93.756	25,2	191,89
Eólica Icaraizinho (b)	251.263	54,0	200,78
Eólica Formosa	252.573	104,4	198,74

1. Informações gerais--Continuação

a) Contexto operacional--Continuação

SIIF Énergies do Brasil Ltda.--Continuação

(a) O fornecimento de energia média anual contratada pela Eletrobrás junto à controlada foi de 93.756 MWh até 31 de dezembro de 2011. Em 31 de agosto de 2011, a ANEEL publicou a Resolução nº 3.544 que altera o montante de energia contratada para 64.596 MWh a partir de 01 de janeiro de 2012.

(b) O fornecimento de energia média anual contratada pela Eletrobrás junto à controlada foi de 251.263 MWh até 31 de dezembro de 2011. Em 22 de dezembro de 2011, a ANEEL publicou o Despacho nº 4.925 que altera o montante de energia contratada para 188.854 MWh a partir de 01 de janeiro de 2012.

SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.

A SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída em 18 de setembro de 2006, cujo objeto social é a participação societária em Companhias do ramo de energia elétrica, a partir de fonte eólica, consultoria técnica, econômica, financeira e desenvolvimento em projetos de geração de energia elétrica.

Atualmente, a SIIF Desenvolvimento possui 20 projetos de energia eólica em dois estados do Nordeste do Brasil, Piauí e Ceará. Os projetos, que já possuem medições de vento, estão em fase de análise de viabilidade e estão localizados conforme abaixo:

Beberibe – CE: Pontal das Falésias I, II, III e IV;
Acarau – CE: Curral Velho I, II, III, IV e V;
Luis Correia – PI: Praia de Atalaia I, II, III, IV, V e VI.
Barroquinha – CE: Praia de Bitupitá I, II e III;
Itarema – CE: Pedra Cheirosa e Pedra Cheirosa II;

Para parte dos projetos em andamento, a SIIF Desenvolvimento constituiu as seguintes subsidiárias: Praia de Atalaia Geração Comercialização de Energia S.A.; Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.; Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.; Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.; Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.; Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. nas quais detém 99.9% da quotas e/ou ações, para administrar projetos de energia eólica no próximo estágio de desenvolvimento. Atualmente essas subsidiárias estão inativas e não possuem qualquer operação.

1. Informações gerais--Continuação

a) Contexto operacional--Continuação

SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.--Continuação

A SIIF Desenvolvimento é, também, proprietária de duas subsidiárias Pontal das Falésias I Geração e Comercialização de Energia Ltda. e Curral Velho I Geração e Comercialização de Energia Ltda. que foram criadas para gerenciar projetos eólicos para o próximo estágio de desenvolvimento que também estão inativas e sem operações.

b) Mudança de controle acionário

Em 19 de dezembro de 2011, a CPFL Energias Renováveis S.A. publicou fato relevante ao mercado referente à aquisição da totalidade das quotas da Companhia adquirindo, portanto, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda., num total de 4 parques eólicos em operação no Estado do Ceará, com capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não-certificados.

O preço de aquisição das quotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda, foi de R$ 1.498,7 milhões, desembolsados da seguinte forma: (i) R$ 468,9 milhões pagos à vista pela CPFL Energias Renováveis aos antigos acionistas da Companhia, (ii) o equivalente em Euros à R$ 354,4 milhões como aumento de capital da Companhia, cujos recursos necessariamente deverão ser utilizados para quitação de obrigações perante terceiros; e (iii) a assunção de dívida líquida do grupo no valor de R$ 675,4 milhões.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

(i) Aspectos gerais

Em decorrência da mudança de controle acionário mencionado no parágrafo 1.b) acima, e, embora seja sediada na Espanha, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 assim como o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC").

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(i) Aspectos gerais--Continuação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas considerando bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, diferido e intangíveis; a provisão para contingências e passivos ambientais, a análise de recuperação dos valores dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

a) Moeda funcional e de apresentação

Até 31 de dezembro de 2010 a moeda funcional da Companhia era o Euro. Com a mudança do controle acionário ocorrida em 2011, a Administração, após análise das operações e negócios da Companhia e de suas controladas, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o Real é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores na data de cada balanço:

- Fluxo de caixa: a moeda por meio da qual a entidade principalmente gera e despende caixa;
- Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais.

Os efeitos da mudança na moeda funcional foram reconhecidos prospectivamente. Desta forma as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

(i) Aspectos gerais--Continuação

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2010 foram preparadas e estão sendo apresentadas considerando o Euro, como a moeda funcional da Companhia. Desta forma, para fins de apresentação na moeda funcional atual foram aplicados os seguintes critérios:

(a) os itens monetários em moeda estrangeira foram convertidos usando-se a taxa de fechamento;

(b) os itens não-monetários que são mensurados ao custo histórico em uma moeda estrangeira foram convertidos usando-se a taxa cambial da data da transação; e

(c) os itens não-monetários que são mensurados ao seu valor justo em uma moeda estrangeira foram convertidos usando-se as taxas cambiais da data em que o valor justo foi determinado.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada, "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) Principais práticas contábeis

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Reconhecimento de receita--Continuação

Fornecimento de energia

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de venda de energia celebrado com a Eletrobrás. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receita não faturada e adiantamento de clientes

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica das controladas, entregue e não faturada à Eletrobrás, calculada com base contrato de fornecimento e referente ao período de medição. Por outro lado, o faturamento antecipado à Eletrobrás sem que tenha havido o fornecimento de energia é registrado como adiantamento de clientes, sendo os impostos antecipados reconhecidos como impostos diferidos ativos.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

As controladas indiretas Eólica Formosa e Eólica Icaraizinho gozam de benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração para os anos calendários de 2010 a 2019, e durante a utilização do benefício está obrigada a constituir reserva de lucros pelo montante equivalente ao imposto de renda não recolhido. As subvenções e assistências governamentais são registradas como receitas no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para a conta de reserva para subvenção de investimentos no patrimônio líquido.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Nas controladas Eólica Paracuru e SIIF Cinco, os impostos estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados sobre a receita operacional bruta apurada nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, tendo por base o "lucro presumido", conforme legislação tributária Brasileira), mediante aplicação das respectivas bases de presunção (IRPJ: 8% e CSLL: 12%) e correspondentes alíquotas (IRPJ: 15% + Adicional de 10% e CSLL: 9%).

Nas demais controladas, a tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, os quais são contabilizados pelo princípio de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, com base no lucro real tendo por base as alíquotas de IRPJ: 15% + adicional de 10% e CSLL: 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos, quando aplicáveis, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Imposto sobre vendas

As receitas de vendas de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social – PIS: Alíquotas de 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: Alíquotas de 3,00% e 7,6%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis (iv) disponível para venda e (v) passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Em 2011 e 2010 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, tais como: "forwards", "opções" ou "swap".

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

2.5. Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes a caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente a caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas descritas na Nota 9, que levam em consideração as vidas úteis definidas de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelos fabricantes, sendo registrada, no resultado do exercício, como custo de operação ou como despesa operacional, de acordo com a natureza do bem a que se refere. As controladas reconhecem como provisão para futura desmobilização de ativos o valor presente dos custos estimados a serem incorridos pela desmontagem e remoção dos aerogeradores e das obras civis. A contrapartida desta provisão é reconhecida no imobilizado, e a depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos correspondentes ativos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. O registro desta obrigação é feito conforme o IFRIC 01 – Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do azo do arrendamento mercantil.

2.8. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.9. Ativos intangíveis--Continuação

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecido na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.
Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para desmobilização de ativos imobilizados

A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com o IAS 37 e a Interpretação Técnica IFRIC 1 *Changes in Existing Decommissioning, Restoration and Similar Liabilities.* As provisões das controladas da Companhia referem-se à obrigação legal e foram determinados com base nos custos estimados a incorrer na desmontagem dos aerogeradores e obras civis ao término do contrato . A provisão inicial é reconhecida como um passivo a valor presente e o custo de desmobilização de ativos igual ao passivo inicial estimado é capitalizado como parte do valor contábil do ativo relacionado e depreciado durante a vida útil do ativo.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Outros ativos e passivos

São demonstrados ao valor de realização incluindo, conforme aplicável, ajuste a valor presente ou os correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(ii) Principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)--Continuação

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(iii) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e das controladas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(iii) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(iii) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Novas IFRSs e interpretações do IFRIC (comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

As normas e respectivas alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Não houve adoção antecipada por parte dessas normas e alterações das normas existentes, quando é permitido, por parte da Companhia e suas controladas.

- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012. A adoção desta norma não produzirá efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a mesma já apresenta análise dos itens de outros resultados abrangentes na Nota 15. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2012.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(iv) Novas IFRSs e interpretações do IFRIC (comitê de interpretação de informação financeira do IASB)--Continuação

- IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração está avaliando o impacto total dessas alterações nas suas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia.

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas - Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia e suas controladas irão quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

(iv) Novas IFRSs e interpretações do IFRIC (comitê de interpretação de informação financeira do IASB)--Continuação

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais - Envolvimento com Outras Entidades.

  O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 - Acordos Conjuntos - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.(i)	99.90%	99.90%	99.90%
SIIF Énergies do Brasil Ltda.	99.99%	99.99%	99.99%
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	99.99%	99.99%	99.99%
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.	99.99%	99.99%	99.99%
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	99.99%	99.99%	99.99%
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	99.99%	99.99%	99.99%
SIIF Alpha Ltda. (ii)	60.00%	60.00%	60.00%
Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A.	99.90%	99.90%	99.90%

i) A SIIF Desenvolvimento possui subsidiárias criadas com o propósito de gerir os projetos individuais dentro do portfólio de desenvolvimento. Os projetos até o momento são geridos no nível da SIIF Desenvolvimento .

ii) A sociedade encontra-se em fase de encerramento e está sendo avaliada pelo custo de aquisição.

3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias consolidadas;
- Quando aplicável, eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrente de negócios entre as Companhias; e

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa	**2**	2	2
Bancos conta movimento	**10.069**	36.613	47.280
	10.071	36.615	47.282

Os valores mantidos em bancos conta movimento são saldos disponíveis, não vinculados, para livre movimentação.

5. Aplicações financeiras

Descrição	Remuneração	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
BNB – Fundo de investimento (a)	98% a 101% do CDI	-	33.721	6.252
BNB – Título de capitalização	TR	**1.853**	1.853	1.212
Aplicações financeiras vinculadas:				
BNB – FNE (b)	98% a 101% do CDI	**15.759**	14.153	6.909
BNB – FNDE (b)	98% a 101% do CDI	**20.299**	18.276	3.872
Total		**37.911**	68.003	18.245
Circulante (a)		**1.853**	35.574	7.464
Não circulante (b)		**36.058**	32.429	10.781

5. Aplicações financeiras--Continuação

(a) Aplicações financeiras com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras exigidas pelo contrato de financiamento firmado junto ao BNB – Banco do Nordeste S.A. e a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste que deverão ser mantidas até a amortização total destes empréstimos (vide Nota 11).

6. Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber referem-se substancialmente à comercialização de energia elétrica junto às Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, de acordo com contrato firmado entre as controladas e a Eletrobrás, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Eólica Paracuru	**3.767**	2.376	2.624
Eólica Icaraizinho	**7.715**	6.539	8.794
Eólia Formosa	**7.267**	10.134	13.431
SIIF Cinco	**3.002**	2.424	2.989
	21.751	21.473	27.838

Todos os saldos encontram-se classificados como a vencer nas respectivas datas base.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
COFINS	**47.876**	50.848	56.835
PIS	**10.410**	11.059	12.365
Imposto de renda	**13.987**	12.365	7.260
Contribuição social	**3.669**	2.663	420
Outros	**315**	317	283
	76.257	77.252	77.163
Ativo circulante	**28.838**	24.555	24.413
Ativo não circulante	**47.419**	52.697	52.750

Os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se basicamente a créditos apurados na aquisição de ativo imobilizado nas controladas. Os créditos referentes à aquisição de máquinas e equipamento utilizadas na geração de energia elétrica serão compensados na base de 1/48 avos do valor do crédito, à partir da data de aquisição do respectivo ativo.

8. Tributos diferidos

Os tributos, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo			
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa	**14.285**	2.720	-
Baixa do ativo diferido nas controladas	**7.162**	7.552	8.061
Outras diferenças temporárias	-	86	258
Total IR e CSLL diferidos ativos	**21.447**	10.358	8.319
Passivo			
Capitalização de juros sobre empréstimos	**14.220**	15.139	16.060
Outras diferenças temporárias	-	17	61
Total IR e CSLL diferidos passivos	**14.220**	15.156	16.121

9. Imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Taxa média de depreciação %aa	Saldos em 01/01/2010	Adições	Transferência	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 31/12/2011
Custo					-				
Terrenos		5.043	-	-	5.043	5	-	-	5.048
Obras civis		190.644	1.629	(55)	192.218	242	-	(1.334)	191.126
Aerogeradores		699.142	1.497	-	700.639	1.105	(47)	-	701.697
Móveis e utensílios		229	-	-	229	3	(1)	-	231
Equipamentos de computação		1.104	4	-	1.108	27	(20)	-	1.115
Máquinas e equipamentos		2.931	1	131	3.063	263	-	163	3.489
Instalações		93.776	508	(76)	94.208	516	-	1.334	96.058
Benfeitorias		334	1	-	335	-	-	-	335
Imobilizado em andamento		589	777	-	1.366	1.720	-	(163)	2.923
		993.792	4.417	-	998.209	3.880	(68)	-	1.002.022
Depreciação acumulada									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obras civis	5%	(3.577)	(9.604)	-	(13.181)	(10.036)	-	-	(23.217)
Aerogeradores	5%	(14.240)	(35.171)	-	(49.411)	(34.478)	7	-	(83.882)
Móveis e utensílios	10%	(66)	(23)	-	(89)	(23)	-	-	(112)
Equipamentos de computação	20%	(302)	(173)	-	(475)	(174)	-	-	(649)
Máquinas e equipamentos	10%	(813)	(293)	-	(1.106)	(299)	8	-	(1.397)
Instalações	10%	(3.213)	(9.473)	-	(12.686)	(9.547)	-	-	(22.233)
Benfeitorias	10%	(92)	(20)	-	(112)	(12)	-	-	(124)
Subtotal depreciação		(22.303)	(54.757)	-	(77.060)	(54.569)	15	-	(131.614)
		971.489	(50.340)	-	921.149	(50.689)	(53)	-	870.408

9. Imobilizado--Continuação

Conforme mencionado na Nota 11, bens do ativo imobilizado das controladas foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

10. Intangível

	Faixas de servidão	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2010	4.329	55	4.384
Adição	55	-	55
Amortização	-	(12)	(12)
Em 31 de dezembro de 2010	4.384	43	4.427
Baixa	**(96)**	**-**	**(96)**
Amortização	-	**(25)**	**(25)**
Em 31 de dezembro de 2011	**4.288**	**18**	**4.306**

Os valores registrados como faixas de servidão no montante de R$ 4.288 (R$ 4.384 em 2010 e R$ 4.329 em 1º de janeiro de 2010) correspondem a direitos de passagem para linhas de transmissão associadas ao fornecimento de energia elétrica, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes, não são amortizadas.

11. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2011			31/12/2010	01/01/2010
	Taxa de juros	Juros	Principal	Total	Total	Total
AES – empréstimo						285.162
Banco Standard de Investimentos S.A.	CDI + 16,47% a.a	-	-	-	-	11.113
Banco Standard de Investimentos S.A.	27,65% a.a	-	-	-	-	22.348
Banco Standard de Investimentos S.A.	38,08% a.a	-	-	-	-	225.843
"Recap" loan	CDI + 5,50%a.a.	-	-	-	344.428	-
FNE - Banco do Nordeste do Brasil	8.08% a.a.	**114**	**151.598**	**151.712**	160.675	77.146
Debêntures conversíveis FDNE – SUDENE	TJLP + 1% a.a.	**59.820**	**474.064**	**533.884**	532.821	242.114
Capital de giro		-	**424**	**424**	-	154.535
(-) Custos de captação		-	**(17.076)**	**(17.076)**	(35.950)	(8.536)
		59.934	**609.010**	**668.944**	1.001.974	1.009.725
Passivo circulante		**4.327**	**36.055**	**40.382**	48.009	706.618
Passivo não circulante		**55.607**	**572.955**	**628.562**	953.965	303.107

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
2011	-	-	18.955
2012	-	100.380	18.155
2013	**38.939**	108.827	19.936
2014	**38.939**	112.461	21.358
2015	**38.939**	109.842	17.370
2016	**38.939**	109.842	17.370
Após 2016	**472.806**	412.613	189.963
	628.562	953.965	303.107

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	AES	Standard	"Recap loan"	Capital de giro – BNB	FNE - BNB	Debêntures FDNE - SUDENE	Custos de captação	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	285.162	259.304	-	154.535	77.146	242.114	(8.536)	1.009.725
Adições – principal	-	-	400.000	-	91.906	288.387	-	780.293
Adições – custos de captação	-	-	-	-	-	-	(32.122)	(32.122)
Amortizações	(298.251)	(296.030)	(91.378)	(164.029)	(20.522)	(25.179)	-	(895.389)
Juros e encargos	13.089	36.726	35.806	9.494	12.145	27.499	-	134.759
Amortização custos de captação	-	-	-	-	-	-	4.708	4.708
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	344.428	-	160.675	532.821	(35.950)	1.001.974
Adições – principal	-	-	-	**424**	-	-	-	**424**
Amortizações	-	-	**(360.147)**	-	**(21.723)**	**(36.098)**	-	**(417.968)**
Juros e encargos	-	-	**15.719**	-	**12.760**	**37.161**	-	**65.640**
Amortização custos de captação	-	-	-	-	-	-	**18.874**	**18.874**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	**424**	**151.712**	**533.884**	**(17.076)**	**668.944**

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

11.1 Recap loan

Em 4 de junho de 2010 a controlada SIIF Energies assinou contrato de reestruturação da dívida ("recap loan") com os bancos: Santander, Votorantim e Caixa Geral do Brasil S.A. no montante de R$ 400 milhões com o objetivo de alongar o perfil da dívida. Sobre o valor principal da dívida incidiram juros equivalentes a variações do CDI + 5.5% ao ano, sendo as amortizações do principal mais juros efetuadas semestralmente a partir de dezembro de 2010.

As ações da SIIF Energies e de suas controladas, bem como os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram dados em garantia do empréstimo.

Em 20 de dezembro de 2011, como parte do processo de mudança do controle acionário da Companhia, a SIIF Energies liquidou o saldo em aberto referente ao Recap loan junto ao pool de Bancos: Santander, Votorantim e Caixa Geral do Brasil S.A..

11.2 Debêntures conversíveis – FNDE SUDENE

As controladas Eólica Paracuru, Eólica Icaraizinho, SIIF Cinco e Eólica Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalente à taxa de juros de longo prazo – TJLP, acrescidos de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos as controladas incorreram em despesas de estruturação financeira de R$ 7.320 que foram considerados como custos de captação.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, começando em 2009 e terminando em 2028.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R$ 129.510 à Sudene;
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas;
- Garantia dada pela controlada SIIF Energies, que é responsável solidária pelo pagamento do empréstimo;
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies;
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$ 20.299 (R$ 18.276 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 3.872 em 1º de janeiro de 2010). Vide nota 5.

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

11.2 Debêntures conversíveis – FNE SUDENE--Continuação

Conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente as controladas da Companhia deverão obter no prazo de 90 dias a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE o registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e a controlada não efetuar pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

As controladas são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

Limitação na constituição de ônus adicionais e de endividamento

As controladas ficam obrigadas a não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender os negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.

Limitação na distribuição de dividendos

As controladas poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.

Limitação de investimentos, fusões, consolidações e venda de ativos

As controladas se obrigam a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, ouvido o BNB.

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

11.2 Debêntures conversíveis – FNE SUDENE--Continuação

Limitação de investimentos, fusões, consolidações e venda de ativos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e 1º de janeiro de 2010 as controladas estão em conformidade com todas as cláusulas contratuais no âmbito dos acordos de financiamento.

11.3. FNE – Banco do Nordeste do Brasil

Em 2008, as controladas assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Antes da liberação destes recursos as controladas incorreram em despesas de estruturação financeira de R$ 2.742 que foram consideradas como custos de captação.

As principais garantias destas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R$ 56.663 garantidos ao BNB;
- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas e a Eletrobrás;
- Garantia dada pela controlada SIIF Energies, que é responsável solidária pelo pagamento do empréstimo;
- Ações das controladas de propriedade da SIIF Energies e
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$ 15.759 (R$ 14.153 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 6.909 em 1º de janeiro de 2010). Vide Nota 5.

12. Adiantamento de clientes

Em 31 de dezembro de 2011 as controladas possuem saldo de adiantamento de clientes no montante de R$ 48.447 (R$ 39.597 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 14.486 em 1º de janeiro de 2010), relativo ao faturamento antecipado realizado à Eletrobrás sem que tenha havido o fornecimento de energia. O PIS e COFINS antecipados no montante de R$ 4.569 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 3.500 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 831 em 1º de janeiro de 2010), foram registrados como impostos antecipados e apresentados na conta de outros ativos circulantes em função de sua reversão ocorrer no exercício seguinte.

13. Provisão para desmobilização de ativos

A controladas possuem obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais. A provisão foi inicialmente mensurada ao justo valor e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. A tabela a seguir apresenta a movimentação da provisão:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Saldo inicial	**1.820**	1.226	1.049
Adição de provisão	**-**	384	-
Reversão do ajuste a valor presente	**1.439**	210	177
Saldo final	**3.259**	1.820	1.226

Para a determinação do ajuste a valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 14,75% a.a. (31/12/2010 – 17% a.a..).

14. Partes relacionadas

As transações entre a controladora e suas controladas estão assim representadas:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Passivo			
Mútuos (a)	**-**	161.387	38.675
Custo de captação	**-**	(1.882)	-
	-	159.505	38.675
Resultado			
Despesas financeiras (a)	**19.506**	28.005	1.304
Outras despesas operacionais	**-**	-	1.660
	19.506	28.005	2.964

(a) Em 29 de setembro de 2009 a Companhia assinou contrato de mútuo com seus antigos controladores: Citicorp USA, Inc., Liberty Mutual Insurance Company e Black River CEI Subsidiary 3 S.a.r.l no valor total de EUR 15 milhões (equivalente a R$ 39 milhões de reais) cujo objetivo era completar a construção dos parques eólicos das controladas. Sobre o saldo principal incidia a variação do INPC + 14% a.a..

14. Partes relacionadas--Continuação

Em 4 de junho de 2010 o contrato de mútuo foi aditivado sendo que os juros calculados sobre o empréstimo original no montante de R$ 12.018 foram capitalizados e um novo desembolso de EUR 45 milhões (equivalente a R$ 99 milhões) foi realizado. Esse desembolso foi utilizado para amortizar parcialmente o empréstimo conversível com a AES, o qual foi pago integralmente em 10 de junho de 2010.

Em 16 de dezembro de 2011, o empréstimo com os antigos controladores foi utilizado para aumentar o capital social da Companhia conforme descrito na Nota 15.

14.1 Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas são resumidas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios de curto prazo a empregados (a)		
Salários e honorários	**1.059**	1.191
Encargos sociais	**296**	333
Previdência privada	**187**	176
Bônus variáveis	**3.464**	889
	5.006	2.589

a) *Benefícios de curto prazo:* Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e previdência privada.

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é composto por 334.401 quotas (121.208 quotas em 31 de dezembro e 01 de janeiro de 2010) no valor de EUR 1.00 cada as quais quando convertidas de euros para reais apresentam um valor aproximado de R$ 2,49 cada. Os quotistas estão identificados como segue:

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.1 Capital social--Continuação

	31/12/2011		
Quotista	**Quantidade de quotas**	**Capital social**	**%**
CPFL Energias Renováveis S.A.	**334.401**	**835**	**100,00%**

	31/12/2010 e 01/01/2010		
Quotista	**Quantidade de quotas**	**Capital social**	**%**
Citicorp Mercantil Participações e Investimentos S.A.	45.078	117,9	37,19%
Liberty Mutual Insurance Company	45.078	117,9	37,19%
Black River Cei Subsidiary 3, S.A.R.L.	27.063	71	22,33%
Carbon Capital Markets Limited	2.313	6	1,91%
M. Swinney	798	2	0,66%
K. McClellan	558	1,4	0,46%
R. Maltby	320	0,8	0,26%
Total	121.208	317	100,00%

Como parte do processo de venda da Companhia, em 15 de dezembro de 2011, os antigos quotistas aprovaram aumento de capital no montante de EUR 74.969 mil, equivalentes a R$ 181.838, com a emissão de 72.001 quotas, totalmente subscritas e integralizadas através da conversão dos saldos de mútuos existentes entre as partes (Vide Nota 14). A integralização das quotas foi efetuada considerando um prêmio de subscrição de EUR 74.897 mil equivalentes a R$ 181.664, registrado como reserva de capital e R$174 lançado como capital social.

Adicionalmente, em 19 de dezembro de 2011, como parte do processo de mudança do controle acionário e conforme mencionado na Nota 1 a), a CPFL Energias Renováveis S.A. (único quotista da Companhia) efetuou aumento de capital através da emissão de 141.192 quotas, totalmente subscritas e integralizadas no montante de EUR 145.560 mil equivalentes a R$ 354.439. Essa integralização foi efetuada considerando um prêmio na subscrição das quotas no montante de EUR 145.418 mil, equivalentes a R$ 354.094, registrado como reserva de capitall e a diferença R$ 344 lançada na conta de capital social.

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.2 Reserva de capital

Conforme mencionado no item 15.1, refere-se ao prêmio pago pelos quotistas na subscrição das quotas da Companhia por uma valor superior ao valor nominal das quotas.

15.3 Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes inclui os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial decorrente da conversão da antiga moeda funcional (Euro) para reais.

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos, contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e de suas controladas.

A alta administração da Companhia é responsável pela gestão, garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

As controladas da Companhia possuem contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado com as Centrais Elétricas do Brasil – Eletrobrás, pelo prazo de 20 anos, sendo esse o seu único cliente.

Em função da natureza da operação de suas controladas, os riscos de créditos envolvidos em suas operações são mínimos e não há histórico de perdas. Assim, não foi constituída qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa.

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. A política da Companhia é obter empréstimos e financiamentos com variações atreladas ao índice TJLP e CDI. Esse índice não apresenta histórico de variações relevantes que possam comprometer a liquidez da Companhia e de suas controladas.

Riscos de preço

Considerando que as controladas da Companhia estão inseridas na cadeia de comercialização de energia elétrica, a ocorrência deste risco pode manifestar-se dentre outras formas, dentre as quais, a regulamentação da política de preços por parte de órgãos reguladores. Esse risco é mitigado através do contrato firmado entre as controladas da Companhia e a Eletrobrás, pelo prazo de 20 anos, no qual são definidos preços mínimos e máximos a serem praticados.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria da Companhia e de suas controladas de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

Gestão do capital

O capital social é dividido em quotas, pertencentes a um acionista.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (Nota 11), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas (Notas 4 e 5, respectivamente), e pelo saldo do patrimônio líquido.

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão do capital--Continuação

O quociente de alavancagem da Companhia e suas controladas é composto da seguinte forma:

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Empréstimos e financiamentos	**668.944**	1.002.974	1.009.725
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**(47.982)**	(104.618)	(65.527)
Endividamento líquido	**620.962**	898.356	944.198
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**292.854**	(89.730)	6.826
Capital social e dívida líquida	**913.816**	808.626	951.024
Quociente de alavancagem	**68%**	111%	99%

17. Arrendamento operacional

As controladas da Companhia possuem arrendamentos operacionais não canceláveis, relacionados aos terrenos onde as unidades de geração eólica estão situadas. O prazo inicial desses contratos é de 28 anos, com cláusula de renovação opcional para períodos adicionais de 25 anos.

As contraprestações incluem pagamentos mínimos e pagamentos contingentes baseados na receita bruta das controladass após o início das operações. A despesa de arrendamento operacional total durante 2011 e 2010, montou a R$ 2.231 e R$ 2.766, respectivamente.

Até 31 de dezembro de 2011, as controladas firmaram contratos de arrendamentos de terra compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do contrato	Área (ha)	Prazo	Pagamento ano - 2011	Índice reajuste
Projeto Curral Velho	1	dez-08	1.178	28 anos	40	IGP-M
Projeto Pedra Cheirosa	1	mai-09	809	28 anos	20	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	2	mai-09	2.494	28 anos	420	IGP-M
Projeto Bitupitá	3	nov-08	597	28 anos	216	IGP-M
Pontal das Falésias	4	mai-09	571	25 anos	-	IGP-M
Eólica Formosa	5	out-01	1.094	28 anos	935	IGP-M
Eólica Icaraizinho	5	mar-02	423	28 anos	872	IGP-M
Eólica Paracuru	5	dez-01	107	28 anos	424	IGP-M

17. Arrendamento operacional--Continuação

Observações:

1. A partir da entrada em operação R$ 1 por aerogerador instalado mensal;
2. A partir da assinatura do contrato R$ 35 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal;
3. A partir da assinatura do contrato R$ 18 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal;
4. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011. A partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal;
5. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobres os arrendamentos operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
Dentro de um ano	**620**	620
Após um ano, mas menos de cinco anos	**3.100**	3.100
Mais de cinco anos	**7.499**	8.119
	11.219	11.839

18. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Receita de venda de energia	**157.476**	175.255
Outras receitas (a)	**998**	7.719
Deduções de vendas		
PIS	**(2.080)**	(2.523)
COFINS	**(9.614)**	(11.623)
	146.780	168.828

(a) Refere-se a indenização de R$ 998 recebida em 2011 (R$ 7.719 em 31 de dezembro de 2010) como compensação pela perda de receitas devido a disponibilidade dos aerogeradores ter sido menor que o previsto no contrato de manutenção dos equipamentos.

19. Custos e despesas operacionais

				Consolidado	
				31/12/2011	31/12/2010
Descrição	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Total
Depreciação e amortização	(54.365)	(325)	-	(54.690)	(54.555)
Assistência técnica	(6.682)	-	-	(6.682)	(6.387)
Arrendamento de terrenos	(2.604)	(55)	-	(2.659)	(2.766)
Encargos do uso da rede	(7.604)	(195)	-	(7.799)	(9.857)
Manutenção e reparo	(794)	(55)	-	(849)	(1.319)
Outras despesas O&M	-	-	-	-	(480)
Multas fiscais	-	-	-	-	(906)
Pessoal	-	(10.962)	-	(10.962)	(7.231)
Seguros	-	(20)	-	(20)	(2.796)
Serviços de terceiros (a)	(63)	(53.261)	-	(53.324)	(5.407)
Taxas ambientais	-	(265)	-	(265)	(2.919)
Outros	(2.269)	(1.086)	(1.117)	(4.797)	(4.736)
	(74.381)	(66.224)	(1.117)	(141.722)	(99.359)

a) Refere-se aos gastos com consultorias contratadas para o processo de venda da Companhia os quais tiveram seus custos compartilhados entre as controladas

20. Resultado financeiro

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	5.447	7.200
Variações cambiais ativas	30.503	101.271
	35.950	108.471
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e partes relacionadas	(142.642)	(174.885)
Variações cambiais passivas	(54.965)	(71.159)
Outras	(10.120)	(12.100)
	(207.727)	(258.144)

21. Imposto de renda e contribuição social

Os valores reportados na demonstração do resultado como imposto de renda e contribuição social, são:

	31/12/2011	31/12/2010
Despesa de IR e CSSL com base na sistemática do Lucro presumido	**(1.723)**	(2.123)
IR e CSSL diferidos apurado para as empresas tributadas com base no lucro real	**11.135**	2.410
Imposto diferido sobre juros capitalizados e baixa do ativo diferido	**372**	253
Total de despesas	**9.784**	540

Lucro presumido

	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Receita de venda de energia	**157.476**	**157.476**	175.254	175.254
(-) Receita de venda de energia – Lucro real	**(115.168)**	**(115.168)**	(126.745)	(126.745)
Receita de venda de energia – Lucro presumido	**42.308**	**42.308**	48.509	48.509
Outras receitas	**(264)**	**(264)**	(5.810)	(5.810)
	44.044	**44.044**	42.699	42.699
Alíquota lucro presumido	**8%**	**12%**	8%	12%
Receita presumida	**3.364**	**5.045**	3.416	5.124
Outras receitas	**265**	**265**	913	913
Receitas financeiras	**1.134**	**1.134**	1.087	1.083
Base de cálculo	**4.763**	**4.763**	5.416	7.120
Alíquotas aplicáveis	**25%**	**9%**	25%	9%
Despesa tributária	**(1.191)**	**(580)**	(1.354)	(641)
Outros	**34**	**14**	(66)	(62)
Despesas de impostos de renda e contribuição social	**(1.157)**	**(566)**	(1.420)	(703)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Lucro real

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro (Prejuizo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(26.869)**	1.150
Adições		
Ajustes de RTT	**3.235**	2.117
Despesas indedutíveis	**1.795**	828
Lucro (Prejuízo) fiscal	**(21.839)**	4.095
Compensação de prejuízos	**(584)**	(1.479)
Lucro Real	**(22.423)**	2.616
IRPJ Corrente - 25%	**(317)**	(839)
Incentivo fiscal - Sudene	**187**	839
CSSL Corrente - 9%	**(123)**	(311)
Total IRPJ e CSSL Correntes	**(253)**	(311)
Prejuízos fiscais e base de CSSL anos anteriores	**(17.253)**	(1.170)
IRPJ Diferido	**10.186**	1.115
CSSL Diferida	**3.589**	1.605
IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais	**13.775**	2.720
Amortização dos encargos financeiros capitalizados	**155**	272
IRPJ e CSSL sobre prejuízos fiscais acumulado e base negativa de CSSL	**(2.542)**	-
Total IRPJ e CSSL	**11.135**	2.410

22. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos trabalhistas, previdenciários, tributários, cíveis e ambientais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, não constitui provisão, pois não existem demandas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Riscos avaliados como possíveis:

(i) Autos de Infração ISS

A controlada Eólica Paracuru está discutindo administrativamente auto de infração relativo ao ISS, no montante de aproximadamente R$ 2.524 lavrado pelas autoridades fiscais do Município de Paracuru referente ao recolhimento do ISS incidente sobre a construção do Parque Eólico cujo débito foi inscrito na dívida ativa do município. A Administração da Companhia baseada na opinião de seus assessores jurídicos quanto a remota expectativa de perda na esfera judicial não constituiu provisão para fazer face a eventuais perdas resultantes de um desfecho desfavorável desse processo.

22. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais**--Continuação

(i) Autos de Infração ISS

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

23. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens das suas controladas, sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia e suas controladas possuem em 31 de dezembro de 2011 seguro de risco nomeado e operacional para todos os parques eólicos, cujo limite de indenização máximo monta R$ 158.942 (R$ 149.561 em 2010).

24. Informação suplementar - Demonstrações do valor adicionado

	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS		
Vendas de energia	**157.476**	175.255
Outras receitas	**998**	7.719
	158.474	182.974
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(20.016)**	(18.030)
Outros custos operacionais	**(55.718)**	(19.212)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**82.740**	145.732
Depreciação e amortização	**(54.365)**	(54.555)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	**28.375**	91.177
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	**35.950**	108.471
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**64.325**	199.648
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**(64.325)**	(199.648)
Remuneração direta	**(8.783)**	(4.945)
Benefícios	**(805)**	(893)
Impostos, taxas e contribuições	**(1.692)**	(1.082)
FGTS	**(263)**	(284)
Empregados	**(11.177)**	(7.204)
Federais	**(1.910)**	(13.606)
Municipais	**(149)**	(134)
Tributos	**(2.059)**	(13.740)
Juros e variações cambiais passivas	**(197.607)**	(246.044)
Aluguéis/condomínios	**(297)**	(224)
Outras	**(10.120)**	(12.100)
Remuneração de capitais de terceiros	**(208.024)**	(258.368)
Prejuízo do exercício	**(156.935)**	(79.664)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da BVP S.A. referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e relatório sobre a revisão de informações intermediárias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e consolidadas

BVP S.A.

30 de junho de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

Edifício Empresarial Center III
Rua Antônio Lumack do Monte, 128
14º Andar – Boa Viagem
51020-350 – Recife, PE, Brasil
Tel: (5581) 3201-4800
Fax: (5581) 3201-4819
www.ey.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
BVP S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, da BVP S.A., que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais condensadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e com o IAS 34.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias

Em 12 de julho de 2012, emitimos relatório de revisão, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de junho de 2012 da Companhia, que estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações financeiras foram alteradas, e estão sendo reapresentadas, para refletir as correções de erros identificados na sua controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A, relativos a imposto de renda diferido sobre depreciação do ativo imobilizado, e complemento de passivos de encargos financeiros sobre empréstimos. Consequentemente, nosso relatório de revisão considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

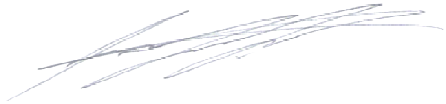
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é requerida para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo (SP), 13 de junho de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-SP

BVP S.A.

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2012 (não auditado) e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/6/2012	31/12/2011	**30/6/2012**	31/12/2011
Ativo circulante		**(Reapresentado)**	(Reapresentado)	**(Reapresentado)**	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes a caixa	5	**98**	414	**22.819**	41.382
Contas a receber de clientes	6	**-**	-	**21.608**	19.869
Adiantamentos a terceiros		**-**	-	**60**	181
Imposto e contribuições a recuperar	8	**1.098**	1.056	**4.779**	4.531
Outros créditos		**-**	-	**961**	810
Despesas antecipadas		**-**	-	**817**	747
Total do ativo circulante		**1.196**	1.470	**51.044**	67.520
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	9	**-**	**-**	**38.600**	10.123
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	**12.817**	15.217	**-**	-
Investimento	11	**279.693**	279.484	**-**	-
Imobilizado	12	**-**	**-**	**731.879**	752.724
Intangível	13	**-**	**-**	**24.219**	24.921
Total do ativo não circulante		**292.510**	294.701	**794.698**	787.768
Total do ativo		**293.706**	296.171	**845.742**	855.288

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/6/2012	31/12/2011	**30/6/2012**	31/12/2011
Passivo circulante		**(Reapresentado)**	(Reapresentado)	**(Reapresentado)**	(Reapresentado)
Fornecedores	14	**2**	1.172	**10.659**	9.996
Empréstimos e financiamentos	15	**-**	-	**36.889**	36.706
Debêntures a pagar	16	**-**	14.746	**-**	14.746
Salários e encargos sociais		**-**	-	**609**	346
Impostos e contribuições a recolher	8	**-**	-	**1.755**	731
Impostos com diferimento de pagamento	10	**-**	-	**3.889**	2.950
Antecipações de cliente (Eletrobrás)		**-**	-	**16.127**	25.300
Outras contas a pagar		**-**	-	**604**	618
Total do passivo circulante		**2**	15.918	**70.532**	91.393
Passivo não circulante					
Fornecedores	14	**-**	-	**5.818**	15.452
Impostos e contribuições diferidos	10	**-**	-	**18.441**	9.333
Empréstimos e financiamentos	15	**-**	-	**459.521**	461.308
Debêntures a pagar	16	**-**	103.219	**-**	103.219
Total do passivo não circulante		**-**	103.219	**483.780**	589.312
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**310.297**	299.878	**310.297**	299.878
Prejuízos acumulados		**(16.593)**	(122.844)	**(18.867)**	(125.295)
Total do patrimônio líquido		**293.704**	**177.034**	**291.430**	**174.583**
Total do passivo e patrimônio líquido		**293.706**	296.171	**845.742**	855.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BVP S.A.

Demonstrações dos resultados (não auditadas)
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/6/2012	30/6/2011	**30/6/2012**	30/6/2011
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	**(Reapresentado)**	(Reapresentado)
Receita líquida	20	**-**	-	**70.051**	25.704
Custos da geração de energia elétrica	21	**-**	-	**(29.012)**	(29.171)
Resultado do bruto		**-**	-	**41.039**	(3.467)
Despesas gerais e administrativas	21	**(3.096)**	(5.198)	**(6.471)**	(7.794)
Resultado da equivalência patrimonial	11	**1.753**	(25.776)	**-**	-
Outras despesas operacionais		**-**	-	**-**	(338)
		(1.343)	(30.974)	**(6.471)**	(8.132)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		**(1.343)**	(30.974)	**34.568**	(11.599)
Receitas financeiras	22	**50**	140	**2.440**	3.034
Despesas financeiras	22	**(9.584)**	(21.927)	**(37.662)**	(52.241)
		(9.534)	(21.787)	**(35.222)**	(49.207)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**(10.877)**	(52.761)	**(654)**	(60.806)
Imposto de renda e contribuição social	10	**-**	-	**(10.047)**	8.221
Prejuízo do período		**(10.877)**	(52.761)	**(10.701)**	(52.585)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BVP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora (não auditadas)
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2011 (reapresentado)	128.645	(77.551)	51.094
Prejuízo do período	-	(52.761)	(52.761)
Aumento de capital	171.233	-	171.233
Saldos em 30 de junho de 2011 (reapresentado)	299.878	(130.312)	169.566
Lucro do periodo	-	7.468	7.468
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	299.878	(122.844)	177.034
Prejuízo do período	-	(10.877)	(10.877)
Aumento de capital	127.746	(199)	127.547
Redução de capital	(117.327)	117.327	-
Saldos em 30 de junho de 2012	310.297	(16.593)	293.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BVP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidada (não auditadas)
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2011 (reapresentado)	128.645	(80.353)	48.292
Prejuízo do período	-	(52.585)	(52.585)
Aumento de capital	171.233	-	171.233
Saldos em 30 de junho de 2011 (reapresentado)	299.878	(132.938)	166.940
Lucro do periodo	-	7.643	7.643
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	299.878	(125.295)	174.583
Prejuízo do período	-	(10.701)	(10.701)
Aumento de capital	127.746	(198)	127.548
Redução de capital	(117.327)	117.327	-
Saldos em 30 de junho de 2012 (reapresentado)	310.297	(18.867)	291.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BVP S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (não auditadas)
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011	**30/6/2012**	30/6/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(Reapresentado)**	(Reapresentado)	**(Reapresentado)**	(Reapresentado)
Prejuízo do período	**(10.877)**	(52.761)	**(10.701)**	(52.585)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	**1.542**	1.542	**21.559**	21.540
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**9.584**	21.927	**28.147**	45.066
Resultado da equivalência patrimonial	**(1.753)**	25.776	**-**	-
Baixa de ativo imombilizado	**-**	-	**-**	338
Provisão para IR e CS correntes e diferidos	**-**	-	**10.047**	(8.221)
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	**-**	-	**(10.912)**	10.726
Adiantamento a terceiros	**-**	-	**-**	(5)
Impostos e contribuições a recuperar	**(41)**	(94)	**(249)**	(1.144)
Despesas antecipadas	**-**	-	**(70)**	(197)
Outros créditos	**-**	-	**(151)**	(769)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	**(1.171)**	1.743	**(8.849)**	7.311
Salários e encargos sociais	**-**	-	**263**	180
Impostos e contribuições a recolher	**-**	-	**1.023**	1.081
Outras contas a pagar	**-**	-	**(14)**	273
Antecipações de clientes - Eletrobrás	**-**	-	**-**	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	**(2.716)**	(1.867)	**30.093**	23.594
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras (não circulante)	**-**	-	**(26.173)**	(603)
Adições ao imobilizado	**-**	-	**(11)**	-
Redução de adiantamento para futuro aumento de capital	**2.400**	28.650	**-**	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	**2.400**	28.650	**(26.184)**	(603)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de principal de financiamento, empréstimos e debêntures	**(127.547)**	(26.493)	**(164.225)**	(56.422)
Aumento de capital	**127.547**	-	**127.547**	-
Captações de financiamentos e empréstimos	**-**	-	**14.206**	31.062
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**-**	(26.493)	**(22.472)**	(25.360)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	**(316)**	290	**(18.563)**	(2.369)
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa				
No início do período	**414**	731	**41.382**	36.432
No final do período	**98**	1.021	**22.819**	34.063
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	**(316)**	290	**(18.563)**	(2.369)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BVP S.A.

Demonstrações do valor adicionado (não auditadas)
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011 (Reapresentado)	**30/6/2012**	30/6/2011 (Reapresentado)
Receitas				
Receita bruta de vendas de energia	**-**	-	**77.192**	28.324
	-	-	**77.192**	28.324
Insumos Adquiridos De Terceiros				
Materiais, serviços de terceiros e outros	**-**	-	**(7.839)**	(8.310)
Valor adicionado bruto	**-**	-	**69.353**	20.014
Depreciação e amortização	**(1.542)**	(1.542)	**(21.559)**	(21.540)
Valor adicionado líquido gerado pela companhia	**(1.542)**	(1.542)	**47.794**	(1.526)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**1.753**	(25.776)	**-**	-
Receitas financeiras	**50**	140	**2.440**	3.034
Valor adicionado total a distribuir	**261**	(27.178)	**50.234**	1.508
Distribuição do valor adicionado	**261**	**(27.178)**	**50.234**	**1.508**
Remuneração direta	**-**	-	**1.404**	1.205
Benefícios	**-**	-	**958**	1.011
Impostos, taxas e contribuições	**-**	-	**-**	-
FGTS	**-**	-	**125**	112
Empregados	**-**	-	**2.487**	2.328
Federais	**-**	78	**16.987**	2.620
Tributos	**-**	78	**16.987**	2.620
Despesas financeiras	**9.584**	21.927	**37.662**	52.241
Serviços de terceiros	**1.554**	3.564	**3.799**	1.123
Outras	**-**	14	**-**	(4.219)
Remuneração de capitais de terceiros	**11.138**	25.505	**41.461**	49.145
Prejuízo do período	**(10.877)**	(52.761)	**(10.701)**	(52.585)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

BVP S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e controlada

a) Constituição e capacidade produtiva

A BVP S.A. ("Companhia" ou "Controladora") foi constituída em 26 de junho de 2007, com sede na cidade de São Paulo, e tem por objeto social deter e gerir participação acionária na companhia controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A., com exploração de serviços de energia elétrica.

A Bons Ventos Geradora de Energia S.A. ("Controlada") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de julho de 2005, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. A Companhia tem por principal objeto social a geração, suprimento e comercialização de energia elétrica, com aproveitamento de recursos eólicos naturais.

Os parques eólicos da Companhia estão situados no estado do Ceará e possuem as seguintes capacidades de geração.

Cidade	Usina	Capacidade Autorizada
São Gonçalo do Amarante	Taiba Albatroz	16,5 MW
Aracati	Bons Ventos	50,0 MW
Aracati	Enacel	31,5 MW
Aracati	Canoa Quebrada	57,0 MW
		155,0 MW

1. Informações sobre a Companhia e controlada--Continuação

b) Contratos de venda de energia

A controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A.possui Contratos de Compra e Venda de energia celebrados com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, todos enquadrados no âmbito do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica do Governo Federal - PROINFA por um prazo de 20 anos a contar da data planejada para entrada em operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Preço R$/MWh	Energia contratada em 2012 (MW/h)	Assinatura do contrato	Data da operação comercial	Encerramento do contrato
Taiba Albatroz	290,62	57.599	Mar/2005	Nov/2008	Out/2028
Bons Ventos	280,25	177.235	Mar/2005	Fev/2010	Jan/2030
Enacel	289,58	200.857	Jun/2004	Mar/2010	Fev/2030
Canoa Quebrada	289,67	110.733	Jun/2004	Jan/2010	Dez/2029
		546.424			

Os preços acima são reajustados anualmente, a partir da assinatura do contrato, com base no IGP-M.

c) Autorizações

As autorizações para funcionamento da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A.como produtor independente de energia elétrica possuem prazo de 30 anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. As Resoluções de cada usina, bem como as datas de sua emissão são:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
Taiba Albatroz	Nº 778, de 23 de dezembro de 2002	24 de dezembro de 2002
Bons Ventos	Nº 93, de 7 de março de 2003	10 de março de 2003
Enacel	Nº 625, de 12 de novembro de 2002	13 de novembro de 2002
Canoa Quebrada	Nº 680, de 10 de dezembro de 2002	11 de dezembro de 2002

1. Informações sobre a Companhia e controlada--Continuação

d) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 13 de junho de 2013.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediarias individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras intermediarias individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e controlada.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

As demonstrações financeiras intermediarias individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As demonstrações financeiras intermediarias consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e a norma internacional de relatório financeiro *IAS 34 – Interim Financial Reporting*.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a nota 2 – Políticas contábeis, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras intermedirias consolidadas incluem as demonstrações financeiras da BVP S.A. e da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, cujos períodos são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado considera os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação: i) das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada; ii) dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e iii) dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

2. Políticas contábeis--Continuação

A conciliação entre o patrimônio líquido e o lucro líquido da controladora e o consolidado, é como segue:

	30/6/2012	31/12/2011
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Patrimonio Líquido da controladora	**293.704**	**177.034**
Baixa do ativo diferido na controlada	**(2.274)**	**(2.451)**
Patrimonio Líquido Consolidado	**291.430**	**174.583**

	30/6/2012	31/12/2011
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízo da controladora	**(10.877)**	**(52.761)**
Estorno da amortização do diferido	**176**	**176**
Prejuízo consolidado	**(10.701)**	**(52.585)**

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia e controlada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e controlada, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e a Controlada ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e a Controlada constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e da Controlada.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 10.

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R$133.635 em 30 de junho de 2012 (R$121.005 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia não atende às premissas requeridas para fins do registro contábil do correspondente crédito fiscal, visto não haver histórico de geração de lucros tributários.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias

Em decorrência dos assuntos identificados abaixo, a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras intermediárias relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011, de acordo com as orientações da CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. O sumário dos ajustes efetuados segue abaixo:

Consolidado

	30/6/2012			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Saldos originalmente apresentados em 30 de junho de 2012	845.742	539.452	306.290	(9.595)
Ajuste de IR diferido relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	-	8.954	(8.954)	-
Ajuste nos empréstimos relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	-	4.800	(4.800)	-
Ajuste nos empréstimos da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	-	1.106	(1.106)	(1.106)
Saldos reapresentados em 30 de junho de 2012	845.742	554.312	291.430	(10.701)

	31/12/2011		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2011	855.288	666.951	188.337
Ajuste de IR diferido relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	-	8.954	(8.954)
Ajuste nos empréstimos da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	-	4.800	(4.800)
Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2011	855.288	680.705	174.583

	30/6/2011
	Resultado
Saldos originalmente apresentados em 30 de junho de 2011	(50.185)
Ajuste nos empréstimos da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	(2.400)
Saldos reapresentados em 30 de junho de 2011	(52.585)

4. Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias - Continuação

Controladora

	30/6/2012			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Saldos originalmente apresentados em 30 de junho de 2012	308.566	2	308.564	(9.771)
Ajuste de IR diferido relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	(8.954)	-	(8.954)	-
Ajuste nos empréstimos relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	(4.800)	-	(4.800)	-
Ajuste nos empréstimos da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	(1.106)	-	(1.106)	(1.106)
Saldos reapresentados em 30 de junho de 2012	293.706	2	293.704	(10.877)

	31/12/2011		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2011	309.925	119.137	190.788
Ajuste de IR diferido relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	(8.954)	-	(8.954)
Ajuste nos empréstimos da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	(4.800)	-	(4.800)
Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2011	296.171	119.137	177.034

4. Reapresentação das demonstrações financeiras intermediárias – Continuação

	30/6/2011
	Resultado
Saldos originalmente apresentados em 30 de junho de 2011	(50.361)
Ajuste nos empréstimos da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	(2.400)
Saldos reapresentados em 30 de junho de 2011	(52.761)

(a) Refere-se ao efeito do ajuste de imposto diferido passivo gerado por diferença temporária entre a depreciação contábil e a depreciação fiscal, registrada na controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Este ajuste afetou as contas de impostos e contribuições sociais diferidos no ativo e passivo não circulante.

(b) Refere-se ao efeito do ajuste de juros de empréstimos na controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Este ajuste afetou em 31 de dezembro de 2011, a conta de Empréstimos e financiamentos no passivo não circulante, acrescida em R$ 4.800 (aumentando o saldo das despesas financeiras no mesmo valor).

Os ajustes efetuados na controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. afetaram a conta de investimentos e o resultado de equivalência patrimonial na controladora.

Em decorrências dos ajustes acima, que não envolvem caixa e equivalentes a caixa, não houve mudança nos totais das atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamento das demonstrações do fluxo de caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011. Desta forma, não estamos apresentando os efeitos dos mesmos nesta Nota explicativa.

Os ajustes acima geraram alterações nas demonstrações do valor adicionado, como: alteração no valor adicionado total a distribuir e distribuição do valor adicionado de R$ (24.778) para R$ (27.178) em 30 de junho de 2011, referentes aos números da controladora. No consolidado não houve alteração nos referidos totais.

5. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	**30/06/2012**	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários à vista	**10**	2	**4.036**	1.295
Aplicações financeiras	**88**	412	**18.783**	40.087
	98	414	**22.819**	41.382

As aplicações financeiras registradas como equivalentes a caixa, estão representadas por recursos aplicados substancialmente em aplicações de renda fixa em CDB e títulos vinculados a debêntures compromissadas, administrados e garantidos pelo Banco Itaú, cujas rentabilidades se aproximam de 100% a 102% do CDI.

As operações classificadas no como equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data de aplicação.

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	**21.608**	19.869
	21.608	19.869

A controlada da Companhia possui contrato de venda de energia celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, pelo prazo de 20 anos.

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Prazo:		
A vencer		
até 10 dias	**7.068**	7.948
até 40 dias	**10.864**	11.921
até 360 dias	**3.676**	-
	21.608	19.869

7. Partes relacionadas

Em 22 de maio de 2012 foi efetuada a devolução de adiantamentos para futuro aumento de capital à controladora no montante de R$2.400.

8. Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	31/12/2011	**30/6/2012**	31/12/2011
			(reapresentado)	**(reapresentado)**
Ativo Circulante				
IRRF sobre aplicações financeiras	**7**	23	**963**	521
IRRF sobre órgãos públicos	-	-	**795**	1.615
CSLL sobre órgãos públicos	-	-	**663**	1.346
IRPJ a recuperar	**1.091**	1.033	**1.091**	1.033
IRPJ e CSLL saldos negativos de 2011	**-**	-	**1.251**	-
Outros	-	-	**16**	16
	1.098	1.056	**4.779**	4.531

	Consolidado	
	30/06/2012	**31/12/2011**
Passivo Circulante		
Programa de integração social – PIS	**49**	65
Contribuição para o financiamento da	**223**	299
PIS - diferimento de órgãos públicos	**236**	48
COFINS - diferimento de órgãos públicos	**1.089**	220
Outros	**158**	99
	1.755	731

9. Aplicações financeiras – Não circulante (Consolidado)

Em função das obrigações descritas nos contratos de empréstimos com as instituições financeiras, a Controlada é requerida a manter o montante equivalente ao valor de 3 parcelas em conta de aplicação financeira específica. Esse montante poderá ser utilizado pela Controlada no momento da liquidação do empréstimo.

Em 30 de junho de 2012, a Controlada possuía aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 38.600 (31 de dezembro de 2011: R$ 10.123).

As aplicações financeiras registradas no não circulante estão representadas por recursos aplicados substancialmente em renda fixa com rentabilidade aproximada de 100% do CDI.

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

		30/6/2012	31/12/2011
		(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante			
Diferimento de órgãos públicos	(b)	**(3.889)**	(2.950)
Total do passivo circulante		**(3.889)**	(2.950)
Não circulante			
Reconhecimento de receita	(a)	**690**	5.062
Taxas de depreciação	(c)	**(19.131)**	(14.395)
Total do passivo não circulante		**(18.441)**	(9.333)

(a) Referente ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre o faturamento do contrato com a Eletrobrás e a geração de energia elétrica.
(b) Referente ao imposto de renda e contribuição social com diferimento de pagamento relativos ao recebimento de órgãos públicos.
(c) Referente ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre as taxas de depreciação contábil e fiscal.

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados, calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011
			(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(10.877)	(52.761)	(654)	(60.806)
Alíquota oficial	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário pela alíquota oficial	3.322	17.123	(154)	19.858
Adições (exclusões):				
Equivalência Patrimonial	(596)	8.764	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(2.350)	(25.071)	(2.350)	(25.071)
Utilização dos impostos diferidos	-	-	(10.047)	8.221
Crédito tributário não reconhecido	-	-	-	-
Outros	(376)	(816)	2.504	5.213
Crédito (débito) tributário	**-**	**-**	**(10.047)**	**8.221**
Alíquota efetiva	N/A	N/A	1536%	-14%

11 Investimentos (Controladora)

A Companhia possui investimentos na Bons Ventos Geradora de Energia S.A., representado 100,00% das ações da respectiva controlada:

Movimentação do investimento

	Investimento – Bons Ventos Geradora de Energia S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	**290.785**
Equivalência patrimonial	(8.217)
Amortização dos juros capitalizados	(3.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	**279.484**
Equivalência patrimonial	**1.753**
Amortização dos juros capitalizados	**(1.544)**
Saldo em 30 de junho de 2012 (reapresentado)	**279.693**

Garantias

Em 4 de dezembro de 2009, a Companhia autorizou a celebração e concessão de garantias necessárias, reais e fidejussórias, na qualidade de interveniente garantidor, em operações de empréstimos e financiamentos contratadas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A., incluindo, sem limitação, quaisquer bens, direitos ou ativos, tangíveis ou intangíveis, sejam eles creditórios, equipamentos ou investimentos da Companhia, em especial na operação de contratação junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

Em 30 de junho de 2012, a controlada possuía como valor a pagar com o BNDES o montante de R$ 232.637 (R$ 243.120 em 31 de dezembro de 2011).

11 Investimentos (Controladora)--Continuação

Custos financeiros da emissão de debêntures capitalizados atribuídos a controladora

As emissões das debêntures foram exclusivamente para suprimento e aumento de capital na controlada para a construção dos parques eólicos Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel, os quais foram concluídos no primeiro trimestre de 2010. Os juros foram capitalizados até a conclusão do empreendimento e início de suas atividades. Os juros são amortizados pela vida útil do bem.

Composição do investimento

	Controladora	
	30/06/2012	**31/12/2011**
	(reapresentado)	(reapresentado)
Investimento		
Patrimônio líquido da controlada	279.693	279.484
Participação societária	100,00%	100,00%
Total de investimento	**279.693**	**279.484**

	30/06/2012	**30/06/2011**
Equivalência patrimonial		
Lucro/(Prejuízo) da controlada	1.753	(25.776)
Participação societária	100,00%	100,00%
Total de equivalência patrimonial	**1.753**	**(25.776)**

12. Imobilizado (Consolidado)

A composição dos saldos do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
		30/6/2012			31/12/2011
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	-	**60**	**-**	**60**	60
Aerogeradores	5%	**556.606**	**(68.143)**	**488.463**	502.360
Edificações, fundações e obras civis	5%	**178.450**	**(21.976)**	**156.474**	160.918
Máquinas e equipamentos	5%	**37.002**	**(4.404)**	**32.598**	33.504
Móveis e utensílios	10%	**137**	**(41)**	**96**	103
Equipamentos de informática	20%	**144**	**(79)**	**65**	80
Softwares	20%	**159**	**(87)**	**72**	105
Juros capitalizados		**61.691**	**(7.640)**	**54.051**	55.594
Total		**834.249**	**(102.370)**	**731.879**	752.724

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências/ Capitalização	Saldos em 30/6/2012
Em serviço					
Terreno	60	**-**	**-**	**-**	**60**
Aerogeradores	556.606	**-**	**-**	**-**	**556.606**
Edificações,fundações e obras civis	178.439	**11**	**-**	**-**	**178.450**
Máquinas e equipamentos	36.983	**-**	**-**	**-**	**36.983**
Moveis e utensílios	137	**-**	**-**	**-**	**137**
Equipamentos de informática	144	**-**	**-**	**-**	**144**
Softwares	184	**2**	**-**	**-**	**186**
Juros capitalizados	61.691	**-**	**-**	**-**	**61.691**
Subtotal	834.244	**13**	**-**	**-**	**834.257**
(-) Depreciação					
Aerogeradores	(54.246)	**(13.897)**	**-**	**-**	**(68.143)**
Edificações,fundações e obras civis	(17.521)	**(4.455)**	**-**	**-**	**(21.976)**
Máquinas e equipamentos	(3.479)	**(906)**	**-**	**-**	**(4.385)**
Móveis e utensílios	(34)	**(7)**	**-**	**-**	**(41)**
Equipamentos de informática	(64)	**(15)**	**-**	**-**	**(79)**
Softwares	(79)	**(35)**	**-**	**-**	**(114)**
Juros capitalizados	(6.097)	**(1.543)**	**-**	**-**	**(7.640)**
Subtotal	(81.520)	**(20.858)**	**-**	**-**	**(102.378)**
Total em serviço	752.724	**(20.845)**	**-**	**-**	**731.879**

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2010	**Adições**	**Baixas**	**Transferências/ Capitalização**	**Saldos em 30/6/2011**
Em serviço					
Terreno	60	**-**	**-**	**-**	**60**
Aerogeradores	556.606	**-**	**-**	**-**	**556.606**
Edificações,fundações e obras civis	177.592	**805**	**-**	**21**	**178.418**
Máquinas e equipamentos	37.151	**3**	**(342)**	**-**	**36.812**
Moveis e utensílios	117	**8**	**-**	**-**	**125**
Equipamentos de informática	138	**2**	**-**	**-**	**140**
Softwares	117	**23**	**-**	**-**	**140**
Juros capitalizados	61.691	**-**	**-**	**-**	**61.691**
Subtotal	833.472	**841**	**(342)**	**21**	**833.992**
(-) Depreciação					
Aerogeradores	(26.452)	**(13.897)**	**-**	**-**	**(40.349)**
Edificações,fundações e obras civis	(8.627)	**(4.443)**	**-**	**-**	**(13.070)**
Máquinas e equipamentos	(1.647)	**(911)**	**-**	**-**	**(2.558)**
Móveis e utensílios	(23)	**(6)**	**-**	**-**	**(29)**
Equipamentos de informática	(33)	**(15)**	**-**	**-**	**(48)**
Softwares	(44)	**(13)**	**-**	**-**	**(57)**
Juros capitalizados	(3.012)	**(1.543)**	**-**	**-**	**(4.555)**
Subtotal	(39.838)	**(20.828)**	**-**	**-**	**(60.666)**
Total em serviço	793.634	**(19.987)**	**(342)**	**21**	**773.326**
Em curso					
Adiantamentos a fornecedores	21	**-**	**-**	**(21)**	**-**
Subtotal	21	**-**	**-**	**(21)**	**-**
Total	793.655	**(19.987)**	**(342)**	**-**	**773.326**

12. Imobilizado--Continuação

Arrendamentos operacionais

A Controlada possui quatro contratos de arrendamento de imóveis (terrenos), nos quais estão instalados os parques eólicos, com as seguintes principais características:

	Vigência		
Parque eólico	De	A	Remuneração
Taíba Albatroz	27/06/2008	27/06/2033	1,5% da receita bruta mensal do Parque Eólico
Bons Ventos	12/09/2005	12/09/2033	1,5% da receita bruta mensal do Parque Eólico
Enacel	18/03/2010	18/03/2032	1,5% da receita bruta mensal do Parque Eólico
Canoa Quebrada	26/01/2010	26/01/2030	1,5% da receita bruta mensal do Parque Eólico

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foi de R$ 484 (R$ 493 no 1º semestre de 2011).

13. Intangível (Consolidado)

		Consolidado	
		30/06/2012	**31/12/2011**
Vida útil definida:			
Direitos sobre contratos de venda de energia	(a)	**27.720**	27.720
Amortização acumulada		**(3.517)**	(2.815)
		24.203	24.905
Vida útil indefinida:			
Marcas e patentes	(b)	**16**	16
		24.219	24.921

13. Intangível (Consolidado)--Continuação

(a) Direitos sobre contratos de venda de energia

Referem-se aos direitos relativos aos contratos de compra e venda de energia elétrica Nº 002/2004, 010/2004, 050/2005 e 051/2005, denominados respectivamente, PPA Proinfa Usina Canoa Quebrada, PPA Proinfa Usina Enacel, PPA Proinfa Usina Taíba Albatroz e PPA Proinfa Usina Bons Ventos.

O laudo de avaliação do estudo de viabilidade econômico-financeira do Projeto Bons Ventos, emitido por empresa especializada, foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária (AGE) em 28 de dezembro de 2007. O valor econômico dos contratos, demonstrado no laudo de avaliação, foi utilizado pela acionista Geradora Eólica do Ceará S.A. para integralização do capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia e de sua controlada elaborou estudos de geração de caixa futuro, concluindo que não havia necessidade de registro de provisão para perda em nenhum dos contratos de venda de energia.

Os direitos mencionados acima são amortizados em função do prazo de cada contrato de compra e venda de energia, conforme segue:

	Contrato	
Usina	**Período**	**Data do encerramento da amortização**
Canoa Quebrada	20 anos	Dezembro/2029
Enacel	20 anos	Fevereiro/2030
Taíba Albatroz	20 anos	Outubro/2028
Bons Ventos	20 anos	Janeiro/2030

(b) Marcas e patentes

Referem-se aos gastos realizados para o registro da marca.

13. Intangível (Consolidado)--Continuação

A movimentação dos saldos do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2011	**Adições**	**Baixas**	**Saldos em 30/6/2012**
Custo				
Direitos sobre contratos de venda de energia	27.720	**-**	**-**	**27.720**
Marcas e patentes	16		**-**	**16**
Total do custo	27.736	**-**	**-**	**27.736**
(-) Amortização				
Direitos sobre contratos de venda de energia	(2.815)	**(702)**	**-**	**(3.517)**
Total do intangível	24.921	**(702)**	**-**	**24.219**

	Saldos em 31/12/2010	**Adições**	**Baixas**	**Saldos em 30/6/2011**
Custo				
Direitos sobre contratos de venda de energia	27.720	**-**	**-**	**27.720**
Marcas e patentes	13	**3**	**-**	**16**
Total do custo	27.733	**3**	**-**	**27.736**
(-) Amortização				
Direitos sobre contratos de venda de energia	(1.412)	**(705)**	**-**	**(2.117)**
Total do intangível	26.321	**(702)**	**-**	**25.619**

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	**31/12/2011**	**30/6/2012**	**31/12/2011**
Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda.	**-**	-	**15.660**	22.659
Weg Equipamentos Elétricos S/A	0	-	**18**	550
Nexan Brasil S/A	**-**	-	**-**	-
Novo Espaço Empreendimentos e Participações Ltda.		1.171	**-**	1.171
Outros	**3**	1	**799**	1.068
	3	1.172	**16.477**	25.448
Circulante	**(3)**	(1.172)	**(10.659)**	(9.996)
Não circulante	**-**	-	**5.818**	15.452

O contrato de fornecimento entre a Controlada e a Suzlon prevê que o saldo final do contrato seja liquidado no segundo, terceiro e quarto aniversários dos contratos, sendo 1,2% do valor do contrato original em cada uma destas datas. Os vencimentos de longo prazo estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/06/2012	**31/12/2011**
2012	**-**	7.207
2013	**-**	5.818
2014	**5.818**	2.427
2015	**-**	-
	5.818	15.452

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

			Consolidado	
			Total	
Modalidade	**Encargos**	**Vencimentos**	**30/6/2012**	**31/12/2011**
			(reapresentado)	(reapresentado)
FNE	7,5% a.a.; 8,5% a.a.	outubro de 2029	**189.187**	178.126
Financiamento	TJLP + 1,92%; 4,5% a.a e TJLP	setembro de 2023	**232.637**	243.120
Financiamento	IGPM + 8,63% a.a	setembro de 2023	**82.844**	85.149
			504.668	506.395
		Custos de captação dos empréstimos	**(8.258)**	(8.381)
			496.410	498.014
		Circulante	**(36.889)**	(36.706)
		Não circulante	**459.521**	461.308

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado	
	30/6/2012	**31/12/2011**
	(reapresentado)	(reapresentado)
2013	**24.237**	**32.213**
2014	**32.847**	**32.358**
2015	**33.176**	**32.660**
Após 2015	**369.261**	**364.077**
Total	**459.521**	**461.308**

Os financiamentos contratados dentro das modalidades FNE, FINEM e *Project Finance* foram captados, respectivamente, junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e ao Nordic Investment Bank – NIB. Para esses financiamentos, foram dadas como garantias, inicialmente, cartas de fiança bancária emitidas por Instituições Financeiras. Essas cartas de fiança devem ser liberadas após cumpridas as condições contratuais dos financiamentos para essas liberações, o que deve ocorrer no exercício de 2012.

De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

16. Debêntures a pagar

1ª emissão

Em Ata de AGE de 27 de setembro de 2007 foi aprovada a emissão por meio de distribuição particular de debêntures subordinadas, conversíveis em ações preferenciais de emissão da Companhia, nominativas, com as seguintes características:

Série	Quantidade	Tipo	Valor de emissão unitário
1ª série	49.999.000	Preferenciais classe "A"	1,002098
2ª série	34.874.384	Preferenciais classe "A"	1,002098
3ª série	34.874.384	Preferenciais classe "B"	1,002098
	119.747.768		

Sobre o valor total captado na emissão é acrescido atualização monetária de acordo com a variação pro rata die do IGPM, mais juros de 12% ao ano com base em 252 dias úteis, calculados a partir da data de sua integralização.

O prazo de resgate é de 12 anos, havendo uma carência de 36 meses para o primeiro resgate, período em que os juros respectivos serão capitalizados. Após este período, os juros e a amortização serão pagos anualmente, à razão de 10% ao ano, com vencimento final em Outubro de 2019. As debêntures foram totalmente quitadas em 19 de junho de 2012.

16. Debêntures a pagar--Continuação

2ª emissão

Em Ata de AGE de 20 de março de 2009 foi aprovada a segunda emissão por meio de distribuição particular de 120.000.000 debêntures subordinadas, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, nominativas sem emissão de cautelas ou certificados, com as seguintes características:

Série	Quantidade	Tipo	Valor de emissão unitário
1ª série	60.000.000	Ordinária nominativa	1,00000
2ª série	60.000.000	Ordinária nominativa	1,00000
	120.000.000		

Sobre o valor total captado na emissão é acrescido atualização monetária de acordo com a variação pro rata die do IGPM, mais juros de 12% ao ano com base em 252 dias úteis, calculados a partir da data de sua integralização.

Em 30 de abril de 2011 todas as debêntures da 2ª série (120.000.000) foram convertidas em ações ordinárias pela Companhia.

As debêntures emitidas pela Companhia não possuem clausulas restritivas "Covenants"sobre índices financeiros.

17. Adiantamento para futuro aumento de capital (Controladora)

O saldo remanescente de adiantamentos, registrado no ativo não circulante, é composto por valores de partes relacionadas respaldados por meio de contratos de adiantamentos para futuros aumentos de capital.

18. Contingências (Consolidado)

A Companhia e a Controlada não possuem contingências passivas, relativas a cobranças administrativas ou a processos judiciais em andamento de qualquer natureza, cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos, seja provável para os fatos conhecidos até 30 de junho de 2012.

As principais causas possíveis montam em R$ 153 e referem-se a constituição de servidão administrativa para passagem da linha de transmissão de energia elétrica.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Foi concluída em 19 de junho de 2012 a aquisição da Companhia pela CPFL Renováveis S.A., através de sua subsidiária integral PCH Participações S.A.

Em 19 de junho de 2012 em AGO, aprovaram o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 127.547 com a emissão de 91.105.920 (noventa e um milhões cento e cinco mil, novecentas e vinte) ações da companhia pelo preço de emissão de R$ 1,40 todas subscritas pela PCH Participações S.A. mediante capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

E por fim aprovaram a redução do capital social da companhia mediante absorção de prejuízos acumulados conforme contabilizado no balanço da companhia em 31 de maio de 2012 no valor de R$ 117.327.

Composição por acionista é assim demonstrada:

	Controladora		
Acionistas	**Preferenciais**	**Ordinárias**	**R$**
PCH Participações S.A	50.000.000	261.105.920	310.297.385
Total	50.000.000	261.105.920	310.297.385

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76.

20. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011
Fornecimento de energia elétrica	77.192	28.324
Receita bruta de serviços	**77.192**	**28.324**
Impostos sobre a receita	(7.141)	(2.620)
Deduções da receita bruta de serviços	**(7.141)**	**(2.620)**
Receita líquida de serviços	**70.051**	**25.704**

21. Custos e despesas gerais e administrativas (Consolidado)

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição:

	Controladora		**Consolidado**	
	30/06/2012	30/06/2011	**30/06/2012**	30/06/2011
Custos da geração de energia elétrica				
Depreciações e amortizações	**-**	-	**19.995**	19.977
Custos com pessoal	**-**	-	**1.126**	870
Manutenção de aerogeradores	**-**	-	**1.041**	1.041
Tarifa de uso sistema de transmissão	**-**	-	**3.730**	3.236
Seguros	**-**	-	**280**	829
Arrendamentos	**-**	-	**965**	1.012
Outras contas	**-**	-	**1.875**	2.206
	-	-	**29.012**	29.171
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	**-**	-	**1.780**	1.458
Serviços prestados	**1.463**	3.530	**2.299**	3.879
Assessoria jurídica	**39**	7	**226**	183
Despesas tributárias	**-**	78	**42**	133
Depreciações e amortizações	**1.542**	1.542	**1.564**	1.563
Outras contas	**52**	41	**560**	578
	3.096	5.198	**6.471**	7.794
Total	**3.096**	5.198	**35.483**	36.965

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2012	**30/6/2011**	**30/6/2012**	**30/6/2011**
	(reapresentado)	(reapresentado)	**(reapresentado)**	(reapresentado)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	**50**	140	**2.356**	2.974
Outras receitas financeiras	**-**		**84**	60
	50	140	**2.440**	3.034
Despesas financeiras				
Comissões	**-**	-	**(7.060)**	(7.161)
Juros empréstimos, financiamentos e debêntures	**(9.584)**	(21.927)	**(30.453)**	(45.066)
Tarifas bancárias	**-**	-	**(24)**	(13)
Juros de mora	**-**		**-**	(1)
Outras despesas financeiras	**-**	-	**(125)**	-
Total Despesas Financeiras	**(9.584)**	(21.927)	**(37.662)**	(52.241)
Resultado Financeiro	**(9.534)**	(21.787)	**(35.222)**	(49.207)

23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e controlada são: caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 30 de junho de 2012, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia e controlada não realizam operações de *hedge, swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e controlada referem-se a financiamentos de longo prazo do tipo Project Finance, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A controlada possui contas a receber de apenas um cliente (Eletrobras), além de depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia e controlada estão expostas a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Companhia e controlada não possuem atividades com derivativos e é política da Companhia e da controlada não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e controlada ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia e controlada gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. A política da Companhia e controlada é obter principalmente empréstimos e financiamentos com variação atrelada ao índice TJLP. Esse índice não apresenta histórico de variações relevantes que possam comprometer a liquidez da Companhia e controlada.

23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia e controlada possuem contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado com as Centrais Elétricas do Brasil – Eletrobrás, pelo prazo de 20 anos, sendo esse o seu único cliente.

Em função da natureza da operação da Companhia e controlada, os riscos de créditos envolvidos em suas operações são mínimos e não há histórico de perdas. Assim, não foi constituída qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e controlada são apresentadas nas notas 15 e 16.

A Companhia e controlada tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria da Companhia e controlada de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação desse Conselho. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes a um acionista pessoa jurídica.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade

A sensibilidade dos ativos e passivos Financeiros da Companhia e controlada foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos um cenário com taxas reais verificadas em 30 de junho de 2012 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Controladora

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	158	198	237	119	79
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	CDI, TJLP, IGPM	(30.184)	(37.730)	(45.276)	(22.638)	(15.092)

Consolidado

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	5.732	7.165	8.598	4.299	2.866
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	CDI, TJLP, IGPM	(88.345)	(110.431)	(132.518)	(66.259)	(44.173)

Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS	Taxa em 31/12/2011	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% acum. no ano)	2,67	3,33	4	2	1,33
TJLP (% acum. no ano)	1,47	1,83	2,2	1,1	0,73
IGP-M (% acum. no ano)	0,91	1,14	1,37	0,68	0,46

24. Cobertura de seguros (Consolidado)

As coberturas de seguros para cobrir eventuais sinistros, em 30 de junho de 2012, são resumidas a seguir:

Coberturas	R$
Incêndio, Raio e Explosão	**654.550**
Danos Elétricos	**55.000**
All Risks – Equipamentos Portáteis	**650**
Roubo Qualificado de Bens	**1.500**
Responsabilidade Civil	**30.000**
Lucros Cessantes	**123.055**
	864.755

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BVP S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BVP S.A.

31 de dezembro de 2011 e 2010
com Relatório dos Auditores Independentes



.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
BVP S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BVP S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BVP S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BVP S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da BVP S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 10 de abril de 2012 emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011 e 2010 da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações financeiras foram alteradas, e estão sendo reapresentadas, para refletir as correções de erros identificados na sua controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A, relativos a imposto de renda diferido sobre depreciação do ativo imobilizado, e complemento de passivos de encargos financeiros sobre empréstimos. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos comparativos de 01 de janeiro de 2010

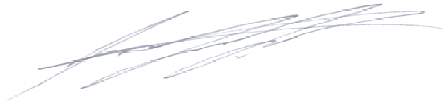
Os valores comparativos de 01 de janeiro de 2010, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo (SP), 13 de junho de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-SP

BVP S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2011**	31/12/2010	01/01/2010	**31/12/2011**	31/12/2010	01/01/2010
Ativo circulante		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)
Caixa e equivalentes a caixa	5	**414**	731	8.047	**41.382**	36.432	13.637
Contas a receber de clientes	6	**-**	-	-	**19.869**	15.495	2.118
Adiantamentos a terceiros	8	**-**	-	-	**181**	140	2.760
Imposto e contribuições a recuperar	9	**1.056**	891	760	**4.531**	3.635	1.244
Outros créditos		**-**	-	-	**810**	192	156
Despesas antecipadas		**-**	-	-	**747**	620	-
Total do ativo circulante		**1.470**	1.622	8.807	**67.520**	56.514	19.915
Ativo não circulante							
Aplicações financeiras	10	**-**	-	-	**10.123**	9.385	-
Impostos e contribuições diferidos	11	**-**	-	-	**-**	-	477
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	**15.217**	43.867	69.262	**-**	-	-
Investimento	12	**279.484**	290.785	240.395	**-**	-	-
Imobilizado	13	**-**	-	-	**752.724**	793.655	527.407
Intangível	14	**-**	-	-	**24.921**	26.321	27.729
Total do ativo não circulante		**294.701**	334.652	309.657	**787.768**	829.361	555.613
Total do ativo		**296.171**	336.274	318.464	**855.288**	885.875	575.528

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2011**	31/12/2010	01/01/2010	**31/12/2011**	31/12/2010	01/01/2010
Passivo circulante		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)
Fornecedores	15	**1.172**	12	12	**9.996**	3.348	7.287
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	-	-	**36.706**	34.292	158.422
Debêntures a pagar	17	**14.746**	185.260	-	**14.746**	185.260	-
Salários e encargos sociais		**-**	-	-	**346**	429	415
Impostos e contribuições a recolher	9	**-**	-	-	**731**	1.916	362
Impostos com diferimento de pagamento	11	**-**	-	-	**2.950**	2.647	412
Antecipações de Clientes (Eletrobrás)		**-**	-	-	**25.300**	10.409	3.094
Outras contas a pagar		**-**	-	-	**617**	331	1.209
Total do passivo circulante		**15.918**	185.272	12	**91.392**	238.632	171.201
Passivo não circulante							
Fornecedores	15	**-**	-	-	**15.452**	20.050	2.117
Impostos e contribuições diferidos	11	**-**	-	-	**9.333**	6.467	-
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	-	-	**461.308**	472.526	59.721
Debêntures a pagar	17	**103.219**	99.908	301.491	**103.219**	99.908	301.491
Total do passivo não circulante		**103.219**	99.908	301.491	**589.312**	598.951	363.329
Patrimônio líquido	20						
Capital social		**299.878**	128.645	22.281	**299.878**	128.645	22.281
Prejuízos acumulados		**(122.844)**	(77.551)	(5.320)	**(125.294)**	(80.353)	(8.065)
Total da controladora		**177.034**	51.094	16.961	**174.584**	48.292	14.216
Participações de acionistas não controladores		**-**	-	-	**-**	-	26.782
Total do Patrimônio Liquido		**177.034**	51.094	16.961	**174.584**	48.292	40.998
Total do passivo e patrimônio líquido		**296.171**	336.274	318.464	**855.288**	885.875	575.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BVP S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita bruta de vendas		-	-	124.090	116.390
Deduções		-	-	(11.478)	(11.442)
Receita líquida	21	-	-	112.612	104.948
Custos da geração de energia elétrica	22	-	-	(58.080)	(49.757)
Resultado do bruto		-	-	54.532	55.191
Despesas gerais e administrativas	22	(7.050)	(2.913)	(11.636)	(9.002)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(8.217)	(10.472)	-	-
Outras despesas operacionais	22	-	10	(339)	(55)
		(15.267)	(13.375)	(11.975)	(9.057)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(15.267)	(13.375)	42.557	46.134
Receitas financeiras	23	158	219	5.732	1.314
Despesas financeiras	23	(30.184)	(58.054)	(90.061)	(109.619)
		(30.026)	(57.835)	(84.329)	(108.305)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(45.293)	(71.210)	(41.772)	(62.171)
IR e CSLL Correntes	11	-	-	(303)	(2.235)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	(2.866)	(6.944)
Prejuízo do exercício		(45.293)	(71.210)	(44.941)	(71.350)
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores				(44.941)	(70.906)
Acionistas não controladores				-	(444)
				(44.941)	(71.350)
Prejuízo básico e diluído por ação (em Reais)	27				
Ações ordinárias		(0,00025)	(0,00138)		
Ações preferenciais		(0,00025)	(0,00138)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BVP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010 originalmente apresentados	22.281	(4.745)	17.536
Ajuste no imposto diferido da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	-	(575)	(575)
Saldos em 01 de janeiro de 2010 não auditado	**22.281**	**(5.320)**	**16.961**
Aumento de capital	78.644	-	78.644
Aquisição de minoritários	27.720	(1.021)	26.699
Prejuízo do exercício	-	(71.210)	(71.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	**128.645**	**(77.551)**	**51.094**
Aumento de capital	171.233	-	171.233
Prejuízo do exercício	-	(45.293)	(45.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	**299.878**	**(122.844)**	**177.034**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BVP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidada
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total da controladora	Não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010 originalmente apresentados	22.281	(7.490)	14.791	26.782	41.573
Ajuste no imposto diferido da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	-	(575)	(575)	-	(575)
Saldos em 01 de janeiro de 2010 não auditado	**22.281**	**(8.065)**	**14.216**	**26.782**	**40.998**
Aumento de capital	78.644	-	78.644	-	78.644
Aquisição de minoritários	27.720	(1.382)	26.338	(26.338)	-
Prejuízo do exercício ajustado	-	(70.906)	(70.906)	(444)	(71.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	**128.645**	**(80.353)**	**48.292**	**-**	**48.292**
Aumento de capital	171.233	-	171.233	-	171.233
Prejuízo do exercício ajustado	-	(44.941)	(44.941)	-	(44.941)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	**299.878**	**(125.294)**	**174.584**	**-**	**174.584**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BVP S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	**31/12/2011**	31/12/2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Resultado do exercício	(45.293)	(71.210)	(44.941)	(71.350)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	3.085	2.822	43.087	38.102
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	30.184	55.590	75.606	105.047
Resultado da equivalência patrimonial	8.217	10.472	-	-
Baixa de ativo imombilizado	-	-	342	4.558
Provisão para IR e CS	-	-	3.169	9.178
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Aplicações financeiras (não circulante)	-	-	(738)	(9.385)
Contas a receber de clientes	-	-	(4.374)	(13.377)
Adiantamento a terceiros	-	-	(41)	2.620
Impostos e contribuições a recuperar	(165)	(131)	(896)	(2.391)
Despesas antecipadas	-	-	(127)	(620)
Outros créditos	-	-	(618)	(36)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	1.158	-	2.050	13.994
Salários e encargos sociais	-	-	(83)	14
Impostos e contribuições a recolher	-	-	(1.185)	1.554
Outras contas a pagar	-	-	287	(878)
Antecipações de clientes - Eletrobrás	-	-	14.891	7.315
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(2.814)**	(2.457)	**86.429**	84.345
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao intangível	-	-	(13)	-
Adições ao imobilizado	-	-	(1.085)	(307.500)
Aumento de investimentos	-	(59.419)	-	-
Redução de adiantamento para futuro aumento de capital	28.650	25.395	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**28.650**	(34.024)	**(1.098)**	(307.500)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de principal e juros de financiamento, empréstimos e debêntures	(26.153)	-	(98.831)	(271.717)
Captações de financiamentos e empréstimos	-	-	18.450	517.667
Aumento de capital	-	29.165	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(26.153)**	29.165	**(80.381)**	245.950
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	**(317)**	(7.316)	**4.950**	22.795
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	**731**	8.047	**36.432**	13.637
No final do exercício	**414**	731	**41.382**	36.432
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	**(317)**	(7.316)	**4.950**	22.795
	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BVP S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011 (Reapresentado)	31/12/2010 (Reapresentado)	**31/12/2011** (Reapresentado)	31/12/2010 (Reapresentado)
Receita				
Vendas de energia	-	-	124.090	116.390
	-	-	124.090	116.390
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS E IPI)				
Materiais, serviços de terceiros e outros	-	-	(16.441)	(13.283)
Valor adicional bruto	**-**	**-**	**107.649**	**103.107**
Depreciação e amortização	(3.085)	(2.822)	(43.087)	(38.102)
Valor liquido gerado pela companhia	(3.085)	(2.822)	64.562	65.005
Valor adicionado recebido em tranferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(8.217)	(10.472)	-	-
Receitas financeiras	158	219	5.732	1.314
Valor adicionado total a distribuir	**(11.144)**	**(13.075)**	**70.294**	**66.319**
Distribuição do valor adicionado	**(11.144)**	**(13.075)**	**70.294**	**66.319**
Remuneração direta	-	-	2.378	2.026
Benefícios	-	-	818	714
Impostos, taxas e contribuições	-	-	38	36
FGTS	-	-	210	170
Empregados	-	-	3.444	2.946
Federais	78	-	15.470	22.506
Estaduais	-	-	-	3
Tributos	78	-	15.470	22.509
Despesas financeiras	30.184	58.054	90.061	109.619
Serviços de terceiros	3.843	70	4.888	1.230
Outras	44	11	1.372	1.365
Remuneração de capitais de terceiros	34.071	58.135	96.321	112.214
Prejuízo do exercício	(45.293)	(71.210)	(44.941)	(71.350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BVP S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e controlada

a) Constituição e capacidade produtiva

A BVP S.A. ("Companhia" ou "Controladora") foi constituída em 26 de junho de 2007, com sede na cidade de São Paulo, e tem por objeto social deter e gerir participação acionária na companhia controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A., com exploração de serviços de energia elétrica.

A Bons Ventos Geradora de Energia S.A. ("Controlada") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de julho de 2005, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. A Companhia tem por principal objeto social a geração, suprimento e comercialização de energia elétrica, com aproveitamento de recursos eólicos naturais.

Os parques eólicos da Companhia estão situados no estado do Ceará e possuem as seguintes capacidades de geração.

Cidade	Usina	Capacidade Autorizada
São Gonçalo do Amarante	Taiba Albatroz	16,5 MW
Aracati	Bons Ventos	50,0 MW
Aracati	Enacel	31,5 MW
Aracati	Canoa Quebrada	57,0 MW
		155,0 MW

1. Informações sobre a Companhia e controlada--Continuação

b) Contratos de venda de energia

A Controlada possui Contratos de Compra e Venda de energia celebrados com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, todos enquadrados no âmbito do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica do Governo Federal - PROINFA por um prazo de 20 anos a contar da data planejada para entrada em operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Preço R$/MWh	Receita Contratada em 2011 (R$)	Assinatura do contrato	Data da operação comercial	Encerramento do contrato
Taiba Albatroz	284,25	16.095.369,70	Mar/2005	Nov/2008	Out/2028
Bons Ventos	277,70	48.385.153,86	Mar/2005	Fev/2010	Jan/2030
Enacel	283,25	30.201.502,98	Jun/2004	Mar/2010	Fev/2030
Canoa Quebrada	282,86	54.707.085,27	Jun/2004	Jan/2010	Dez/2029
		149.389.111,81			

Os preços acima são reajustados anualmente, a partir da assinatura do contrato, com base no IGP-M.

c) Autorizações

As autorizações para funcionamento da Controlada como produtor independente de energia elétrica possuem prazo de 30 (trinta) anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. As Resoluções de cada usina, bem como as datas de sua emissão são:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
Taiba Albatroz	Nº 778, de 23 de dezembro de 2002	24 de dezembro de 2002
Bons Ventos	Nº 93, de 7 de março de 2003	10 de março de 2003
Enacel	Nº 625, de 12 de novembro de 2002	13 de novembro de 2002
Canoa Quebrada	Nº 680, de 10 de dezembro de 2002	11 de dezembro de 2002

d) Aprovação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Companhia (vide nota 4) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 13 de junho de 2013.

1. Informações sobre a Companhia e controlada--Continuação

e) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta saldo de ativo circulante líquido negativo. Este fato deve-se substancialmente ao vencimento da parcela de setembro de 2012 referente à primeira emissão de debêntures. A Companhia deverá receber, até o vencimento da parcela deste ano, da primeira emissão de debêntures, recursos suficientes de sua controlada para reverter o saldo circulante líquido negativo.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e controlada.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), exceto pelo investimento em sociedade controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da BVP S.A. e da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação: i) das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada; ii) dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e iii) dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

A conciliação entre o patrimônio líquido e o lucro líquido da controladora e o consolidado, é como segue:

	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**
	(Reapresentado)	**(Reapresentado)**	**(Não auditado)**
Patrimonio Líquido da controladora	**177.034**	51.094	16.961
Baixa do ativo diferido na controlada	**(2.451)**	(2.802)	(2.745)
Participação de acionistas não controladores	**-**	-	26.782
Patrimonio Líquido Consolidado	**174.583**	48.292	40.998

	31/12/2011	**31/12/2010**
	(Reapresentado)	**(Reapresentado)**
Prejuízo da controladora	**(45.293)**	(71.210)
Estorno da amortização do diferido	**352**	304
Participação de acionistas não controladores	**-**	(444)
Prejuízo consolidado	**(44.941)**	(71.350)

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A Companhia e controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Fornecimento de energia

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base na energia efetivamente entregue a Eletrobrás. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.2. Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos, quando aplicáveis, são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R$121.005 em 31 de dezembro de 2011 (R$83.928 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia não atende às premissas requeridas para fins do registro contábil do correspondente crédito fiscal, visto não haver histórico de lucros tributários.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e controlada se tornam parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e (iv) recebíveis dedutíveis disponível para venda.

Em 2011 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, tais como: “forwards”, “opções” ou “swaps”.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e controlada são: caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes e adiantamentos a terceiros.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e controlada são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.4. Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e controlada consideram equivalentes a caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente a caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas descritas na Nota 13, que levam em consideração as vidas úteis definidas de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelos fabricantes. A depreciação é registrada, no resultado do exercício, como custo de operação ou como despesa operacional, de acordo com a natureza do bem a que se refere.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido, doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.6. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Como arrendatária

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo da operação na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.7. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de um empréstimo compreende juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9 Diferido

Conforme facultado pela Lei 11.638/07, a controlada da Companhia decidiu manter o saldo do ativo diferido até sua completa amortização. O mesmo está demonstrado pelos gastos incorridos, deduzido da amortização acumulada, calculada com base em taxas médias de 10% ao ano. Este saldo foi baixado nas demonstrações financeiras consolidadas.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.11 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, representam os investimentos em empresa controlada, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.12 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e controlada têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a um ano para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.14 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e controlada, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.15 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia e controlada.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva. A Companhia e controlada refletem as requisições de divulgação revisadas na Nota 16.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o que não é aplicável no Brasil. A Companhia e controlada não possuem itens que compõem os resultados abrangentes.

2.16 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e controlada. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia e controlada de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia e controlada pretendem adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

  Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.16 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas

  Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia e controlada compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia e controlada.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

  O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e controlada, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia e controlada irão quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo

  Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações da Companhia e controlada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e controlada, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e controlada ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e controlada constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e controlada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 10.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Reapresentação das demonstrações financeiras

Em decorrência dos assuntos identificados abaixo, a Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as orientações da CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. O sumário dos ajustes efetuados segue abaixo:

Consolidado

	31/12/2011			
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2011	855.288	666.951	188.337	(40.141)
Ajuste de IR diferido relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	-	8.954	(8.954)	-
Ajuste nos empréstimos da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	-	4.800	(4.800)	(4.800)
Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2011	855.288	680.705	174.583	(44.941)

4. **Reapresentação das demonstrações financeiras** - Continuação

	31/12/2010			
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2010	888.362	831.116	57.246	(62.971)
Ajuste de IR diferido relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	-	575	(575)	-
Ajuste no imposto diferido da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	-	8.379	(8.379)	(8.379)
Reclassificação entre ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido (Nota 11)	(2.487)	(2.487)	-	-
Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2010	885.875	837.583	48.292	(71.350)

4. **Reapresentação das demonstrações financeiras**--Continuação

	01/01/2010		
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**
Saldos originalmente apresentados em 01 de janeiro de 2010	576.103	534.530	41.573
Ajuste no imposto diferido da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	(575)	-	(575)
Saldos reapresentados em 01 de janeiro de 2010	575.528	534.530	40.998

Controladora

	31/12/2011			
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2011	309.925	119.137	190.788	(40.493)
Ajuste de IR diferido relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	(8.954)	-	(8.954)	-
Ajuste nos empréstimos da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (b)	(4.800)	-	(4.800)	(4.800)
Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2011	296.171	119.137	177.034	(45.293)

	31/12/2010			
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**
Saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2010	345.228	285.180	60.048	(62.831)
Ajuste de IR diferido relativo a exercícios anteriores da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	(575)	-	(575)	-
Ajuste no imposto diferido da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	(8.379)	-	(8.379)	(8.379)
Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2010	336.274	285.180	51.094	(71.210)

4. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

	01/01/2010		
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**
Saldos originalmente apresentados em 01 de janeiro de 2010	319.039	301.503	17.536
Ajuste no imposto diferido da controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. (a)	(575)	-	(575)
Saldos reapresentados em 01 de janeiro de 2010	318.464	301.503	16.961

(a) Refere-se ao efeito do ajuste de imposto diferido passivo gerado por diferença temporária entre a depreciação contábil e a depreciação fiscal, registrada na controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Este ajuste afetou as contas de impostos e contribuições sociais diferidos no resultado do exercício e no ativo e passivo não circulante.

(b) Refere-se ao efeito do ajuste de juros sobre empréstimos na controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Este ajuste afetou, em 31 de dezembro de 2011, a conta de Empréstimos e financiamentos no passivo não circulante, acrescida em R$ 4.800 (aumentando o saldo das despesas financeiras no mesmo valor).

Os ajustes efetuados na controlada Bons Ventos Geradora de Energia S.A. afetaram a a conta de investimentos e o resultado de equivalência patrimonial na controladora.

Em decorrências dos ajustes acima, que não envolvem caixa e equivalentes a caixa, não houve mudança nos totais das atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamento das demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Desta forma, não estamos apresentando os efeitos dos mesmos nesta Nota explicativa.

Os ajustes acima geraram alterações nas demonstrações do valor adicionado, como: alteração no valor adicionado total a distribuir e distribuição do valor adicionado de R$ (6.344) para R$ (11.144) em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, o mesmo total foi alterado de R$ (4.696) para R$ (13.075). Ambos valores referentes aos números da controladora. No consolidado não houve alteração nos referidos totais.

5. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**01/01/2010**
			(Não auditado)			(Não auditado)
Caixa e depósitos bancários à vista	**2**	17	6	**1.295**	7.377	331
Aplicações financeiras	**412**	714	8.041	**40.087**	29.055	13.306
	414	731	8.047	**41.382**	36.432	13.637

As aplicações financeiras registradas como equivalentes a caixa, estão substancialmente representadas por recursos aplicados substancialmente em aplicações de renda fixa em CDB e títulos vinculados a debêntures compromissadas, administrados e garantidos pelo Itaú, cujas rentabilidades se aproximam de 100% a 102% do CDI.

As operações classificadas no curto prazo são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data da aplicação.

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado		
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**
			(Não auditado)
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	**19.869**	15.495	2.118
	19.869	15.495	2.118

A controlada da Companhia possui contrato de venda de energia celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, pelo prazo de 20 anos.

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	1/1/2010
Prazo:			(Não auditado)
A vencer			
até 10 dias	**7.948**	3.874	847
até 40 dias	**11.921**	11.621	1.271
	19.869	15.495	2.118

7. Partes relacionadas

Conforme atas de reunião do conselho da administração de 17 de março de 2011 e 19 de maio de 2011 da controlada, foi aprovada e formalizada a devolução de adiantamentos para futuro aumento de capital à controladora no montante de R$28.650. O montante gasto com honorários de administração em 2011 foi substancialmente apresentado na controlada, no valor de R$ 733 (2010: R$ 705).

8. Adiantamentos a terceiros (Consolidado)

	Consolidado		
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**
			(Não auditado)
Luzia Porto Silverio	**51**	**-**	**-**
Weg Equipamentos Eletricos	**68**	**-**	**-**
Petra Construções Ltda.	**-**	1	2.696
Ormazabal do Brasil	**-**	73	-
Outros	**62**	66	64
	181	140	2.760

9. Impostos e contribuições

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**01/01/2010**
Ativo Circulante			(Não auditado)			(Não auditado)
IRRF sobre aplicações financeiras	**23**	891	760	**521**	1.010	867
IRRF sobre órgãos públicos	-	-	-	**1.615**	1.322	170
CSLL sobre órgãos públicos	-	-	-	**1.346**	1.102	142
IRPJ a recuperar	**1.033**	-	-	**1.033**	-	65
Outros	-	-	-	**16**	201	-
	1.056	891	760	**4.531**	3.635	1.244

	Consolidado		
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**
Passivo Circulante			(Não auditado)
Programa de integração social – PIS	**65**	95	6
Contribuição para o financiamento da	**299**	438	30
PIS - diferimento de órgãos públicos	**48**	228	30
COFINS - diferimento de órgãos públicos	**220**	1.049	140
Outros	**99**	106	156
	731	1.916	362

10. Aplicações financeiras – Não circulante (Consolidado)

Em função das obrigações descritas nos contratos de empréstimos com as instituições financeiras, a Controlada é requerida a manter o montante equivalente ao valor de 3 (três) parcelas em conta de aplicação financeira específica. Esse montante poderá ser utilizado pela Controlada no momento da liquidação do empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2011, a Controlada possuía aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 10.123 (2010: R$ 9.385).

As aplicações financeiras registradas no não circulante estão representadas por recursos aplicados substancialmente em renda fixa com rentabilidade aproximada de 100% do CDI.

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

		Consolidado		
		31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Não auditado)
Circulante				
Diferimento de órgãos públicos	(b)	**(2.950)**	(2.647)	(412)
Total do passivo circulante		**(2.950)**	(2.647)	(412)
Não circulante				
Reconhecimento de receita	(a)	**5.062**	2.487	1.052
Taxas de depreciação	(c)	**(14.395)**	(8.954)	(575)
Total do ativo (passivo) não circulante		**(9.333)**	(6.467)	477

Impactos no resultado

		31/12/2010	**Complemento**	**31/12/2011**
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Reconhecimento de receita	(a)	2.487	2.575	5.062
Taxas de depreciação	(c)	(8.954)	(5.441)	(14.395)
Total do imposto diferido		(6.467)	(2.866)	(9.333)
Imposto corrente	(b)	(2.647)	(303)	(2.950)
Total		(9.114)	(3.169)	(12.283)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado) – Continuação

		01/01/2010	**Complemento**	**31/12/2010**
		(Não auditado)		(Reapresentado)
Reconhecimento de receita	(a)	1.052	1.435	2.487
Taxas de depreciação	(c)	(575)	(8.379)	(8.954)
Total do imposto diferido		477	(6.944)	(6.467)
Imposto corrente	(b)	(412)	(2.235)	(2.647)
		65	(9.179)	(9.114)

(a) Referente ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre o faturamento do contrato com a Eletrobrás e a geração de energia elétrica.
(b) Referente ao imposto de renda e contribuição social com diferimento de pagamento relativos ao recebimento de órgãos públicos.
(c) Referente ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre as taxas de depreciação contábil e fiscal.

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados, calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	Controladora		**Consolidado**	
	2011	2010	2011	2010
Prejuízo antes dos tributos	(45.293)	(71.210)	(41.772)	(62.171)
Alíquota oficial	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário pela alíquota oficial	15.400	24.211	14.202	21.138
Adições (exclusões):				
Equivalência Patrimonial	(2.794)	(3.560)	-	-
Receitas não recebidas de orgãos públicos	-	-	(323)	(2.755)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(12.606)	(20.651)	(12.606)	(20.651)
Outros	-	-	(1.577)	33
Crédito (débito) tributário	**-**	**-**	**(303)**	**(2.235)**
Alíquota efetiva	N/A	N/A	1%	3%

12. Investimentos (Controladora)

A Companhia possui investimentos na Bons Ventos Geradora de Energia S.A., representado 100,00% das ações da respectiva controlada:

Movimentação do investimento

	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2010 (reapresentado)	**240.395**
Aumento de Capital	59.419
Capitalização de juros incorridos	4.265
Equivalência Patrimonial	(10.472)
Amortização dos juros capitalizados	(2.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	**290.785**
Equivalência Patrimonial	(8.217)
Amortização dos juros capitalizados	(3.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	**279.484**

A Companhia capitalizou juros das debêntures no montante de R$0 em 2011 (R$4.265 em 2010)

Garantias
Em 4 de dezembro de 2009, a Companhia, autorizou a celebração e concessão de garantias necessárias, reais e fidejussórias, na qualidade de interveniente garantidor, em operações de empréstimos e financiamentos contratadas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A., incluindo, sem limitação, quaisquer bens, direitos ou ativos, tangíveis ou intangíveis, sejam eles creditórios, equipamentos ou investimentos da Companhia, em especial na operação de contratação junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada possuía o valor a pagar com o BNDES o montante de R$ 243.120 (R$ 245.504 em 2010).

12. Investimentos (Controladora) -- Continuação

Custos financeiros da emissão de debêntures capitalizados atribuídos a controladora

As emissões das debêntures foram exclusivamente para suprimento e aumento de capital na controlada. A Controladora concluiu a construção dos parques eólicos Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel no primeiro trimestre de 2010. Os juros foram capitalizados até a conclusão do empreendimento e início de suas atividades. Os juros são amortizados pela vida útil do bem.

Composição do investimento

	Controladora	
	31/12/2011	**31/12/2010**
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Investimento		
Patrimônio líquido da controlada	279.484	290.785
Participação societária	100,00%	100,00%
Total de investimento	**279.484**	290.785
Equivalência patrimonial		
Prejuízo da controlada	(8.217)	(10.472)
Participação societária	100,00%	100,00%
Total de equivalência patrimonial	**(8.217)**	**(10.472)**

13. Imobilizado (Consolidado)

A composição dos saldos do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

		Consolidado			
		31/12/2011			31/12/2010
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	-	**60**	**-**	**60**	60
Aerogeradores	5%	**556.606**	**(54.246)**	**502.360**	530.155
Edificações, fundações e obras civis	5%	**178.439**	**(17.521)**	**160.918**	168.964
Máquinas e equipamentos	5%	**36.983**	**(3.471)**	**33.512**	35.493
Móveis e utensílios	10%	**137**	**(34)**	**103**	94
Equipamentos de informática	20%	**144**	**(64)**	**80**	105
Outros	20%	**177**	**(79)**	**98**	85
Juros capitalizados		**61.691**	**(6.098)**	**55.593**	58.678
Subtotal		**834.237**	**(81.513)**	**752.724**	793.634
Em curso					
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	21
Subtotal		-	-	-	21
Total		**834.237**	**(81.513)**	**752.724**	793.655

13. Imobilizado--Continuação

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências/ Capitalização	Saldos em 31/12/2011
Em serviço					
Terreno	60	-	-	-	**60**
Aerogeradores	556.606	-	-	-	**556.606**
Edificações,fundações e obras civis	177.592	**826**	-	**21**	**178.439**
Máquinas e equipamentos	37.151	**174**	**(342)**	-	**36.983**
Moveis e utensílios	117	**20**	-	-	**137**
Equipamentos de informática	138	**7**	-	-	**145**
Softwares	117	**59**	-	-	**176**
Juros capitalizados	61.691	-	-	-	**61.691**
Subtotal	833.472	**1.086**	**(342)**	**21**	**834.237**
(-) Depreciação					
Aerogeradores	(26.452)	**(27.794)**	-	-	**(54.246)**
Edificações,fundações e obras civis	(8.627)	**(8.894)**	-	-	**(17.521)**
Máquinas e equipamentos	(1.647)	**(1.824)**	-	-	**(3.471)**
Móveis e utensílios	(23)	**(11)**	-	-	**(34)**
Equipamentos de informática	(33)	**(31)**	-	-	**(64)**
Outros	(44)	**(35)**	-	-	**(79)**
Juros capitalizados	(3.012)	**(3.086)**	-	-	**(6.098)**
Subtotal	(39.838)	**(41.675)**	-	-	**(81.513)**
Total em serviço	793.634	**(40.589)**	**(342)**	**21**	**752.724**
Em curso					
Adiantamentos a fornecedores	21	-	-	**(21)**	-
Subtotal	21	-	-	**(21)**	-
Total	793.655	**(40.589)**	**(342)**	-	**752.724**

13. Imobilizado—Continuação

	Saldos em 01/01/2010	Adições	Baixas	Transferências/ Capitalização	Saldos em 31/12/2010
Em serviço	(Não auditado)				
Terreno	60	**-**	**-**	**-**	**60**
Aerogeradores	52.119	**252.397**	**-**	**252.090**	**556.606**
Edificações, fundações e obras civis	21.763	**12.430**	**-**	**143.399**	**177.592**
Máquinas e equipamentos	4.211	**8.224**	**-**	**24.715**	**37.150**
Moveis e utensílios	67	**27**	**-**	**23**	**117**
Equipamentos de	34	**49**	**-**	**56**	**139**
Softwares	94	**22**	**-**	**1**	**117**
Juros capitalizados	57.426	**4.265**	**-**	**-**	**61.691**
Subtotal	135.774	**277.414**	**-**	**420.284**	**833.472**
(-) Depreciação					
Aerogeradores	(1.671)	**(24.781)**	**-**	**-**	**(26.452)**
Edificações, fundações e	(984)	**(7.643)**	**-**	**-**	**(8.627)**
Máquinas e equipamentos	(253)	**(1.394)**	**-**	**-**	**(1.647)**
Móveis e utensílios	(13)	**(10)**	**-**	**-**	**(23)**
Equipamentos de	(10)	**(23)**	**-**	**-**	**(33)**
Juros capitalizados	(190)	**(2.822)**	**-**	**-**	**(3.012)**
Outros	(24)	**(20)**	**-**	**-**	**(44)**
Subtotal	(3.145)	**(36.693)**	**-**	**-**	**(39.838)**
Total em serviço	132.629	**240.721**	**-**	**420.284**	**793.634**
Em curso					
Edificações, fundações e	116.375	**27.025**	**-**	**(143.400)**	**-**
Máquinas e equipamentos	24.715	**-**	**-**	**(24.715)**	**-**
Adiantamentos a fornecedores	253.609	**3.060**	**(4.558)**	**(252.090)**	**21**
Outros	79	**-**	**-**	**(79)**	**-**
Subtotal	394.778	**30.085**	**(4.558)**	**(420.284)**	**21**
Total	527.407	**270.806**	**(4.558)**	**-**	**793.655**

13. Imobilizado--Continuação

Arrendamentos operacionais

A Controlada possui quatro contratos de arrendamento de imóveis (terrenos), nos quais estão instalados os parques eólicos, com as seguintes principais características:

	Vigência		
Parque eólico	De	A	Remuneração
Taíba Albatroz	27/06/2008	27/06/2033	1,5% da receita bruta mensal do Parque Eólico
Bons Ventos	12/09/2005	12/09/2033	1,5% da receita bruta mensal do Parque Eólico
Enacel	18/03/2010	18/03/2032	1,5% da receita bruta mensal do Parque Eólico
Canoa Quebrada	26/01/2010	26/01/2030	1,5% da receita bruta mensal do Parque Eólico

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram de R$ 2.085 e R$ 1.853, respectivamente.

14. Intangível (Consolidado)

		Consolidado		
		31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**
				(Não auditado)
Vida útil definida:				
Direitos sobre contratos de venda de energia	(a)	**27.720**	27.720	27.720
Amortização acumulada		**(2.815)**	(1.412)	-
		24.905	26.307	27.720
Vida útil indefinida:				
Marcas e patentes	(b)	**16**	13	9
		24.921	26.321	27.729

14. Intangível (Consolidado) -- Continuação

(a) Direitos sobre contratos de venda de energia

Referem-se aos direitos relativos aos contratos de compra e venda de energia elétrica Nº 002/2004, 010/2004, 050/2005 e 051/2005, denominados respectivamente, PPA Proinfa Usina Canoa Quebrada, PPA Proinfa Usina Enacel, PPA Proinfa Usina Taíba Albatroz e PPA Proinfa Usina Bons Ventos.

O laudo de avaliação do estudo de viabilidade econômico-financeira do Projeto Bons Ventos, emitido por empresa especializada, foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária (AGE) em 28 de dezembro de 2007. O valor econômico dos contratos, demonstrado no laudo de avaliação, foi utilizado pela acionista Geradora Eólica do Ceará S.A. para integralização do capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia e de sua controlada elaborou estudos de geração de caixa futuro, concluindo que não havia necessidade de registro de provisão para perda em nenhum dos contratos de venda de energia.

Os direitos mencionados acima são amortizados em função do prazo de cada contrato de compra e venda de energia, conforme segue:

	Contrato	
Usina	**Período**	**Data do encerramento da amortização**
Canoa Quebrada	20 anos	Dezembro/2029
Enacel	20 anos	Fevereiro/2030
Taíba Albatroz	20 anos	Outubro/2028
Bons Ventos	20 anos	Janeiro/2030

(b) Marcas e patentes

Referem-se aos gastos realizados para o registro da marca.

14. Intangível--Continuação

A movimentação dos saldos do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2010	**Adições**	**Baixas**	**Saldos em 31/12/2011**
Custo				
Direitos sobre contratos de venda de energia	27.720	**-**	**-**	**27.720**
Marcas e patentes	13	**3**	**-**	**16**
Total do custo	27.733	**3**	**-**	**27.736**
(-) Amortização				
Direitos sobre contratos de venda de energia	(1.412)	**(1.403)**	**-**	**(2.815)**
Total do intangível	26.321	**(1.400)**	**-**	**24.921**

	Saldos em 01/01/2010	**Adições**	**Baixas**	**Saldos em 31/12/2010**
	(Não auditado)			
Direitos sobre contratos de venda de energia	27.720	**-**	**-**	**27.720**
Marcas e patentes	9	**4**	**-**	**13**
Total do custo	27.729	**4**	**-**	**27.733**
(-) Amortização				
Direitos sobre contratos de venda de energia	-	**(1.412)**	**-**	**(1.412)**
Total do intangível	27.729	**(1.408)**	**-**	**26.321**

15. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**01/01/2010**
			(Não auditado)			(Não auditado)
Suzlon Energia Eólica do Brasil Ltda.	**-**	-	-	**22.659**	21.672	2.117
Weg Equipamentos Elétricos S/A	**-**	-	-	**550**	729	5.008
Ormazabal do Brasil Ltda.	**-**	-	-	**-**	-	1.013
Nexan Brasil S/A						730
Novo Espaço Empreendimentos e Participações Ltda.	**1.170**	-	-	**1.170**	-	-
Outros	**2**	12	12	**1.069**	997	536
	1.172	12	12	**25.448**	23.398	9.404
Circulante	**(1.172)**	(12)	(12)	**(9.996)**	(3.348)	(7.287)
Não circulante	**-**	-	-	**15.452**	20.050	2.117

O contrato de fornecimento entre a Controlada e a Suzlon prevê que o saldo final do contrato seja liquidado no segundo, terceiro e quarto aniversários dos contratos, sendo 1,2% do valor do contrato original em cada uma destas datas. Assim, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os vencimentos de longo prazo estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado		
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2010**
			(Não auditado)
2011	**-**	-	2.117
2012	**7.207**	6.708	-
2013	**5.818**	6.477	-
2014	**2.427**	6.318	-
2015	**-**	547	-
	15.452	20.050	2.117

16. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

			Consolidado		
			Total		
Modalidade	**Encargos**	**Vencimentos**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**01/01/2010**
			(Reapresentado)		(Não auditado)
Capital de giro	CDI + 2,50% a 4,16%	Entre julho de 2010 e agosto de 2014	**-**	-	144.170
Médio prazo	CDI + 2,65%	janeiro de 2015	**-**	-	44.989
FNE	7,5% a.a.; 8,5% a.a.	outubro de 2029	**178.126**	183.905	28.984
Financiamento	TJLP + 1,92%; 4,5% a.a e TJLP	setembro de 2023	**243.120**	245.504	-
Financiamento	IGPM + 8,63% a.a	setembro de 2023	**85.149**	85.482	-
			506.395	514.891	218.143
		Custos dos empréstimos	**(8.381)**	(8.073)	-
			498.014	506.818	218.143
		Circulante	**(36.706)**	(34.292)	(158.422)
		Não circulante	**461.308**	472.526	59.721

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		
	31/12/2011	**31/12/2010**	**01/01/2010**
	(Reapresentado)		(Não auditado)
2011	-	-	5.733
2012	-	30.602	6.954
2013	**32.213**	32.213	7.977
2014	**32.358**	32.358	11.320
2015	**32.660**	32.660	6.269
Após 2015	**364.077**	344.693	21.468
Total	**461.308**	**472.526**	59.721

Os financiamentos contratados dentro das modalidades FNE, FINEM e *Project Finance* foram captados, respectivamente, junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e ao Nordic Investment Bank – NIB. Para esses financiamentos, foram dadas como garantias, inicialmente, cartas de fiança bancária emitidas por Instituições Financeiras. Essas cartas de fiança devem ser liberadas após cumpridas as condições contratuais dos financiamentos para essas liberações, o que deve ocorrer no exercício de 2012.

17. Debêntures a pagar

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
			(Não auditado)
1ª. Emissão	55.916	69.895	119.999
2ª. Emissão	-	120.000	120.000
Valor principal	**55.916**	**189.895**	**239.999**
Encargos incorridos	62.049	95.273	61.492
Total	**117.965**	**285.168**	**301.491**
Circulante	(14.746)	(185.260)	-
Não circulante	103.219	99.908	301.491

A composição da parcela do não circulante, em 31 de dezembro de 2011, por ano de vencimento é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
2011	-	-	33.499
2012	-	12.489	33.499
2013	14.745	12.489	33.499
2014	14.745	12.489	33.499
2015	14.745	12.489	33.499
2016	14.745	12.489	33.499
2017	14.745	12.489	33.499
2018	14.745	12.489	33.499
2019	14.749	12.485	33.499
	103.219	**99.908**	**301.491**

17. Debêntures a pagar - Continuação

1ª emissão

Em Ata de AGE de 27 de setembro de 2007 foi aprovada a emissão por meio de distribuição particular de debêntures subordinadas, conversíveis em ações preferenciais de emissão da Companhia, nominativas, com as seguintes características:

Série	Quantidade	Tipo	Valor de emissão unitário
1ª série	49.999.000	Preferenciais classe "A"	1,002098
2ª série	34.874.384	Preferenciais classe "A"	1,002098
3ª série	34.874.384	Preferenciais classe "B"	1,002098
	119.747.768		

Sobre o valor total captado na emissão é acrescido atualização monetária de acordo com a variação pro rata die do IGPM, mais juros de 12% ao ano com base em 252 dias úteis, calculados a partir da data de sua integralização.

O prazo de resgate é de 12 anos, havendo uma carência de 36 meses para o primeiro resgate, período em que os juros respectivos serão capitalizados. Após este período, os juros e a amortização serão pagos anualmente, à razão de 10% ao ano, com vencimento final em Outubro de 2019.

As debêntures poderão, também, ser convertidas, integral ou parcialmente, em ações da classe correspondente, a qualquer tempo, por solicitação do debenturista e a seu exclusivo critério.

17. Debêntures a pagar - Continuação

2ª emissão

Em Ata de AGE de 20 de março de 2009 foi aprovada a segunda emissão por meio de distribuição particular de 120.000.000 debêntures subordinadas, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, nominativas sem emissão de cautelas ou certificados, com as seguintes características:

Série	Quantidade	Tipo	Valor de emissão unitário
1ª série	60.000.000	Ordinária nominativa	1,00000
2ª série	60.000.000	Ordinária nominativa	1,00000
	120.000.000		

Sobre o valor total captado na emissão é acrescido atualização monetária de acordo com a variação pro rata die do IGPM, mais juros de 12% ao ano com base em 252 dias úteis, calculados a partir da data de sua integralização.

Em 30 de abril de 2011 todas as debêntures da 2ª série (120.000.000) foram convertidas em ações ordinárias pela Companhia.

As debêntures emitidas pela Companhia não possuem clausulas restritivas “Covenants”sobre índices financeiros.

18. Adiantamento para futuro aumento de capital (Controladora)

A movimentação do adiantamento para futuro aumento de capital durante o período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31/12/2010	Adições	Devoluções	Saldos em 31/12/2011
Bons Ventos	**43.867**	**-**	**(28.650)**	**15.217**
Total	**43.867**	**-**	**(28.650)**	**15.217**

	Saldos em 01/01/2010	Adições	Capitalizações	Saldos em 31/12/2010
	(Não auditado)			
Bons Ventos	69.262	**7.325**	**(32.720)**	**43.867**
Total	69.262	**7.325**	**(32.720)**	**43.867**

O saldo remanescente de adiantamentos, registrado no passivo não circulante, é composto por valores de partes relacionadas respaldados por meio de contratos de adiantamentos para futuros aumentos de capital.

19. Provisão para contingências (Consolidado)

A Companhia e controlada não possuem contingências passivas, relativas a cobranças administrativas ou a processos judiciais em andamento de qualquer natureza, cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos, seja provável para os fatos conhecidos até 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As principais causas possíveis montam em R$ 153 e referem-se a constituição de servidão administrativa para passagem da linha de transmissão de energia elétrica.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de abril de 2011 em AGE, aprovaram o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 171.233, com conversão de 120.000.000 debêntures das 1ª e 2ª séries da segunda emissão da Companhia, a pedido dos debenturistas, conforme a respectiva escritura de emissão, em ações ordinárias, sem valor nominal, com pleno e irrestrito direito de voto nas assembleias gerais e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. Na conversão das debêntures em ações da Companhia, o capital da Companhia passou a ser de R$ 299.878, dividido em 220.000.000 de ações, sendo 170.000.000 de ações ordinárias e 50.000.000 ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal.

O aumento de capital no exercício de 2011, totalizou o valor de R$ 171.233.

A seguir demonstramos a movimentação das emissões de ações:

	Controladora	
Descrição	**Preferenciais**	**Ordinárias**
Saldo em 31/12/2009	**1.000**	**22.280.000**
Emissão de novas ações	49.999.000	27.720.000
Saldo em 31/12/2010	**50.000.000**	**50.000.000**
Emissão de novas ações	-	120.000.000
Saldo em 31/12/2011	**50.000.000**	**170.000.000**

A Composição por acionista é assim demonstrada:

20. Patrimônio líquido - Continuação

	Controladora		
Acionistas	**Preferenciais**	**Ordinárias**	**R$**
Fundo de investimento Brasil Energia	49.999.998	60.000.000	149.939
Fundo de Investimentos em Participações Progresso	-	20.010.301	27.276
Servtec Investimentos e Participações Ltda	-	16.329.483	22.258
Lauro Fiuza Neto	-	12.165.744	16.583
Pedro Cunha Fiuza	-	12.165.744	16.583
Reginaldo Vinha	-	4.257.624	5.803
Marco Aurélio Palopoli	-	10.081.403	13.742
Hélio Seibel	-	24.012.361	32.731
Salo Seibel	-	10.977.338	14.963
Outros	2	2	-
Total	50.000.000	170.000.000	299.878

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76.

21. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Fornecimento de energia elétrica	124.090	116.390
Receita bruta de serviços	**124.090**	**116.390**
Impostos sobre a receita	(11.478)	(11.443)
Deduções da receita bruta de serviços	**(11.478)**	**(11.443)**
Receita líquida de serviços	**112.612**	**104.947**

22. Custos e despesas gerais e administrativas (Consolidado)

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Custos de geração de energia				
Depreciações e amortizações	**-**	-	**39.961**	35.247
Custos com pessoal	**-**	-	**1.679**	1.228
Manutenção de aerogeradores	**-**	-	**2.083**	1.893
Tarifa de uso sistema de transmissão	**-**	-	**6.975**	5.485
Arrendamentos	**-**	-	**2.085**	1.853
Outras contas	**-**	-	**5.297**	4.051
	-	-	**58.080**	49.757
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	**-**	-	**2.473**	2.339
Serviços prestados PJ	**3.602**	37	**4.087**	484
Assessoria jurídica	**25**	53	**369**	430
Despesas tributárias	**-**	-	**58**	1.275
Depreciações e amortizações	**3.084**	2.823	**3.084**	2.823
Outras contas	**339**	-	**1.565**	1.651
	7.050	2.913	**11.636**	9.002
Total	**7.050**	2.913	**69.716**	58.759

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
			(Reapresentado)	
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	**94**	133	**5.476**	1.176
Outras receitas financeiras	**64**	86	**256**	138
	158	219	**5.732**	1.314
Despesas financeiras				
Comissões	**-**	-	**(14.430)**	(11.050)
Juros empréstimos, financiamentos e debêntures	**(30.184)**	(58.054)	**(75.358)**	(98.075)
Tarifas bancárias	**-**	-	**(20)**	(51)
Juros de mora	**-**	-	**(1)**	(250)
Outras despesas financeiras	**-**	-	**(252)**	(193)
Total Despesas Financeiras	**(30.184)**	(58.054)	**(90.061)**	(109.619)
Resultado Financeiro	**(30.026)**	(57.835)	**(84.329)**	(108.305)

24. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e controlada são: caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia e controlada não realizam operações de *hedge, swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

24. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e controlada referem-se a financiamentos de longo prazo do tipo Project Finance, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A controlada possui contas a receber de apenas um cliente (Eletrobras), além de depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

Embora seja muito pequeno, a Companhia e controlada estão expostas a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Companhia e controlada não possuem atividades com derivativos e é política da Companhia e controlada não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e controlada ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia e controlada gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. A política da Companhia e controlada é obter principalmente empréstimos e financiamentos com variação atrelada ao índice TJLP. Esse índice não apresenta histórico de variações relevantes que possam comprometer a liquidez da Companhia e controlada.

24. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia e controlada possuem contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado com as Centrais Elétricas do Brasil – Eletrobrás, pelo prazo de 20 anos, sendo esse o seu único cliente.

Em função da natureza da operação da Companhia e controlada, os riscos de créditos envolvidos em suas operações são mínimos e não há histórico de perdas. Assim, não foi constituída qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria da Companhia e controlada de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação desse Conselho. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

24. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes, com exceção as quatro ações detidas pelos Conselheiros da Companhia, a um acionista pessoa jurídica.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

25. Cobertura de seguros (Consolidado)

As coberturas de seguros para cobrir eventuais sinistros, em 31 de dezembro de 2011, são resumidas a seguir:

Coberturas	R$
Incêndio, Raio e Explosão	**654.550**
Danos Elétricos	**55.000**
All Risks – Equipamentos Portáteis	**650**
Roubo Qualificado de Bens	**1.500**
Responsabilidade Civil	**30.000**
Lucros Cessantes	**123.055**
	864.755

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

26. Análise de sensibilidade

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia e controlada ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia e controlada, em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

- **Risco de liquidez -** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e controlada são apresentadas nas notas 16 e 17.

  A Companhia e controlada tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

- **Riscos de mercado –** Os riscos de mercado estão associados à escassez de ventos para a geração de energia pela Controlada, bem como associados à não manutenção do programa PROINFA pelo Governo Federal.

- **Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros -** As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia e controlada. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia e controlada.

A sensibilidade dos ativos e passivos Financeiros da Companhia e controlada foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2011 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

26. Análise de sensibilidade--Continuação

Controladora

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	158	198	237	119	79
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	CDI, TJLP, IGPM	(30.184)	(37.730)	(45.276)	(22.638)	(15.092)

Consolidado

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	5.732	7.165	8.598	4.299	2.866
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	CDI, TJLP, IGPM	(88.345)	(110.431)	(132.518)	(66.259)	(44.173)

Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS	Taxa em 31/12/2011	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% acum. no ano)	2,67	3,33	4	2	1,33
TJLP (% acum. no ano)	1,47	1,83	2,2	1,1	0,73
IGP-M (% acum. no ano)	0,91	1,14	1,37	0,68	0,46

27. Prejuízo por ação

Em atendimento ao IAS 33/CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o prejuízo por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O cálculo básico de prejuízo por ação é efetuado através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

27. Prejuízo por ação--Continuação

O quadro a seguir apresenta os cálculos do lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2011	31/12/2010
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da controladora:	(45.293)	(71.210)
Ordinários	(32.750)	(30.891)
Preferenciais	(12.543)	(40.319)
Número de ações:	180.547.945	51.534.444
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	130.547.945	22.355.945
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	50.000.000	29.178.499
Resultado básico e diluído por ação		
Ordinárias	(0,00025)	(0,00138)
Preferenciais	(0,00025)	(0,00138)

A BVP S.A. possui debêntures conversíveis em ações ordinárias, porém, as mesmas não estão incluídas no cálculo do resultado por ação básico pois tem efeito antidilutivo.

- Informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas da CPFL Energias Renováveis S.A. referentes aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CPFL Energias Renováveis S.A. e. Controladas

Informações Financeiras Consolidadas Pró-forma, Não Auditadas, Relativas às Demonstrações do Resultado Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 e Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1.981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Telefone: (11) 5186-1000
Fac-símile: (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CPFL Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Revisamos o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas, da CPFL Energias Renováveis S.A. e controladas ("Companhia"), que compreendem as demonstrações do resultado pró-forma referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, preparadas de acordo com as bases descritas na nota explicativa nº 3 - "Base para compilação das informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas".

A informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, que compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: (a) a associação entre ERSA - Energias Renováveis S.A. ("ERSA") e CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), através das controladas CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), utilizando a empresa veículo SMITA Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), concluída em agosto de 2011; (b) a aquisição de Jantus S.L. ("JANTUS") ocorrida em dezembro de 2011; e (c) a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia, caso a associação e as aquisições realizadas pela Companhia tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

A informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, que compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada, pró-forma, não auditada apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia, caso a aquisição realizada pela Companhia tivesse, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2012.

Responsabilidade da Administração da Companhia pelo processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras pró-forma

A Administração da Companhia é responsável pelo processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras consolidadas pró-forma, de acordo com as bases descritas na nota explicativa nº 3 - "Base para compilação das informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas".

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é revisar se o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas, implementado pela Administração da Companhia, é adequado para elaboração de referidas informações de acordo com as bases descritas na nota explicativa nº 3 - "Base para compilação das informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas".

Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguração (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - "Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information", respectivamente) e consistiu, principalmente, em: (a) obtenção de entendimento sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas, implementado pela Administração da Companhia; (b) comparação das informações financeiras históricas apresentadas em colunas nas informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas, com aquelas que constam nas demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia, da ERSA, da SMITA, da JANTUS e da BVP, auditadas ou revisadas, conforme o caso; e (c) discussão com a Administração da Companhia para entendimento dos ajustes procedidos na preparação das informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas. Os procedimentos executados nessa revisão foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguração limitada e não contemplam aqueles que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguração mais elevado e, consequentemente, não expressamos opinião sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras pró-forma.

Conclusão sobre as informações financeiras pró-forma

Com base nos procedimentos descritos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras consolidadas pró-forma, implementado pela Administração da Companhia, não foi feito, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases descritas na nota explicativa nº 3 - "Base para compilação das informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas".

Outros assuntos

Esse relatório foi emitido exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

São Paulo, 13 de junho de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

RMAÇÕES FINANCEIRAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS REFERENTES AOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DE DOZE MESES
O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
ilhares de reais - R$)

nstração do resultado pró-forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011	(+) CPFL Renováveis 01.01 a 31.12.2011	(+) SMITA 01.01 a 30.06.2011	(+) ERSA 01.01 a 31.07.2011	(-) JANTUS 01.12 a 31.12.2011	(+) Ajustes Pró-forma 1a	(=) Subtotal pró-forma CPFL Renováveis	(+) JANTUS 01.01 a 31.12.2011	(+) BVP 01.01 a 31.12.2011	(+) Ajustes Pró-forma 1b	(=) Total pró-forma 01.01 a 31.12.2011
ITA OPERACIONAL LÍQUIDA	171.854	68.355	77.889	(22.300)	-	295.798	146.780	112.612	-	555.190
O DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(45.692)	(21.278)	(24.534)	119	-	(91.385)	(74.381)	(58.080)	-	(223.846)
O (PREJUÍZO) BRUTO	126.162	47.077	53.355	(22.181)	-	204.413	72.399	54.532	-	331.344
ESAS) RECEITAS OPERACIONAIS										
sas gerais e administrativas	(60.429)	(148)	(31.861)	12.690	22.409	(57.339)	(66.224)	(8.552)	43.831	(88.284)
ciação e amortização do direito de exploração	(19.081)	-	(4.188)	5.706	(13.356)	(30.919)	-	(3.084)	(71.972)	(105.975)
receitas (despesas) operacionais, líquidas	614	(67)	14	854	-	1.415	(1.117)	(339)	-	(41)
	(78.896)	(215)	(36.035)	19.250	9.053	(86.843)	(67.341)	(11.975)	(28.141)	(194.300)
O (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	47.266	46.862	17.320	(2.931)	9.053	117.570	5.058	42.557	(28.141)	137.044
as financeiras	57.036	10.467	16.527	-	-	84.030	35.950	5.732	(28.942)	96.770
sas financeiras	(34.798)	(8.143)	(27.180)	(15.802)	-	(85.923)	(207.727)	(90.061)	81.101	(302.610)
O (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	69.504	49.186	6.667	(18.733)	9.053	115.677	(166.719)	(41.772)	24.018	(68.796)
to de renda e contribuição social - correntes	(5.700)	(5.552)	(3.900)	(5.567)	-	(20.719)	(1.723)	(303)	-	(22.745)
to de renda e contribuição social - diferidos	7.133	(11)	-	-	5.794	12.916	11.507	(2.866)	6.736	28.293
O LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	70.937	43.623	2.767	(24.300)	14.847	107.874	(156.935)	(44.941)	30.754	(63.248)

as explicativas são parte integrante dessas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas.

L ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

ORMAÇÕES FINANCEIRAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS REFERENTES AOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DE DOZE MESES
A O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
milhares de reais - R$)

onstração do resultado pró-forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012	(+) CPFL Renováveis 01.01 a 31.12.2012	(-) BVP 01.06 a 30.06.2012	(+) BVP 01.06 a 30.06.2012	(+) Ajustes Pró-forma 2	(=) Total pró-forma 01.01 a 31.12.2012
EITA OPERACIONAL LÍQUIDA	806.420	(12.588)	70.051	-	863.883
TO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(387.815)	3.755	(29.012)	-	(413.072)
RO (PREJUÍZO) BRUTO	418.605	(8.833)	41.039	-	450.811
PESAS OPERACIONAIS					
esas gerais e administrativas	(90.459)	1.393	(4.907)	2.496	(91.477)
eciação e amortização do direito de exploração	(113.007)	-	(1.564)	(12.335)	(126.906)
	(203.466)	1.393	(6.471)	(9.839)	(218.383)
RO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	215.139	(7.440)	34.568	(9.839)	232.428
itas financeiras	56.461	(383)	2.440	-	58.518
esas financeiras	(254.084)	5.788	(37.662)	(14.708)	(300.666)
RO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.516	(2.035)	(654)	(24.547)	(9.720)
sto de renda e contribuição social - correntes	(36.226)	-	-	-	(36.226)
sto de renda e contribuição social - diferidos	26.971	3.037	(10.047)	9.194	29.155
RO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	8.261	1.002	(10.701)	(15.353)	(16.791)

otas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA, NÃO AUDITADAS, RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

1. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS

A informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") e controladas compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: (a) a associação entre ERSA - Energias Renováveis S.A. ("ERSA") e CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), através das controladas CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), utilizando a empresa veículo SMITA Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), concluída em agosto de 2011; (b) a aquisição de Jantus S.L. ("JANTUS") ocorrida em dezembro de 2011; e (c) a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, tivessem ocorrido em 1° de janeiro de 2011. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia, caso a associação e as aquisições realizadas pela Companhia tivessem, de fato, ocorrido em 1° de janeiro de 2011.

A informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, da Companhia compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: a aquisição de BVP S.A. ("BVP"), ocorrida em junho de 2012, tivesse ocorrido em 1° de janeiro de 2012. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia, caso a aquisição realizada pela Companhia tivesse, de fato, ocorrido em 1° de janeiro de 2012.

Essas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas da Companhia estão sendo apresentadas exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Oferta") e serão incluídas nos prospectos preliminar e definitivo da Oferta ("Prospectos") e não devem ser utilizadas para nenhum outro propósito.

As informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas, foram compiladas utilizando as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia, da ERSA, da SMITA, da JANTUS e da BVP, auditadas ou revisadas conforme o caso, e devem ser lidas em conjunto e interpretadas levando-se em conta as seguintes informações:

Demonstração consolidada do resultado pró-forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações financeiras consolidadas do resultado pró-forma da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 refletem os efeitos: (a) da associação entre o Grupo ERSA e o Grupo CPFL; (b) da aquisição da JANTUS e controladas; e (c) da aquisição da BVP e controlada, conforme descritas na nota explicativa nº 2 - "Descrição das Transações - Associação e Aquisições", como se referidas transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011, e são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

(i) Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraído das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, que contemplam: (a) o resultado de cinco meses de operações da ERSA (1º de agosto a 31 de dezembro de 2011); (b) o resultado de seis meses de operações da SMITA (1º de julho a 31 de dezembro de 2011); e (c) o resultado de um mês de operação da JANTUS (1º a 31 de dezembro de 2011), cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 6 de fevereiro de 2012, não contém ressalva.

(ii) Resultados das operações consolidadas da SMITA referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2011, extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas das atividades de energias renováveis da CPFL Energia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias, emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 18 de julho de 2012, não contém ressalva.

(iii) Resultados das operações consolidadas da ERSA - Energias Renováveis S.A. ("Antiga ERSA"), atualmente denominada CPFL Energias Renováveis S.A., referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Antiga ERSA, de 31 de julho de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2012, não contém ressalva.

(iv) Eliminação dos resultados das operações consolidadas da JANTUS referentes ao mês de dezembro de 2011, que já estavam contemplados nos resultados da Companhia no exercício de 2011 mencionados no item (i) anterior, extraídos diretamente dos registros contábeis da Companhia.

(v) Resultados das operações consolidadas da JANTUS referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da JANTUS para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 1º de fevereiro de 2012, não contém ressalva.

(vi) Resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da BVP para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 13 de junho de 2013, não contém ressalva.

A coluna "Subtotal Pró-forma CPFL Renováveis" está sendo apresentada com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos resultados pró-forma de CPFL Renováveis e de facilitar a sua comparação com os resultados históricos da sua entidade predecessora, SMITA. Dessa maneira, foram eliminados desse subtotal os efeitos de aquisições posteriores à associação da CPFL Renováveis (item (iv) mencionado anteriormente) que já estavam registrados nas demonstrações financeiras históricas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Demonstração consolidada do resultado pró-forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

As informações financeiras consolidadas do resultado pró-forma da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, refletem os efeitos da aquisição da BVP S.A. e controlada, conforme mencionada na nota explicativa nº 2 - "Descrição das Transações - Associação e Aquisições", como se referida transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, e são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

(i) Resultados das operações consolidadas da CPFL Renováveis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da CPFL Renováveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 22 de fevereiro de 2013, não contém ressalva.

(ii) Eliminação dos resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao mês de junho de 2012, que já estavam contemplados nos resultados da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, mencionados no item (i) anterior, extraídos diretamente dos registros contábeis da Companhia.

(iii) Resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, extraídos das informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas da BVP, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, incluídas nos Prospectos, cujo relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias consolidadas, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 13 de junho de 2013, não contém ressalva.

2. DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES - ASSOCIAÇÃO E AQUISIÇÕES

a) Associação entre o Grupo ERSA e o Grupo CPFL

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração e CPFL Brasil, ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia, celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, ativos e projetos de energia renovável, que incluem parques eólicos, usinas termelétricas movidas à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"), com a sociedade anteriormente denominada ERSA e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Renováveis.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os Grupos (CPFL e ERSA) no setor de energia renovável e, dessa forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passaram a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/11, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativa às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, está resumida nas seguintes etapas:

Etapa 1

A CPFL Geração segregou ativos e passivos relacionados às PCHs que compunham diretamente o seu patrimônio líquido e os contribuiu ao capital de três Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que por sua vez estavam sob controle direto da CPFL Geração, a saber: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini"); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay").

Etapa 2

A CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da SMITA, realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme descrito na Etapa 1.

Etapa 3

A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA. Como resultado desta Etapa, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSA.

Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as Etapas 1 e 2. Em 22 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da CPFL Geração e CPFL Brasil e, em 24 de agosto de 2011, os acionistas e o Conselho de Administração da ERSA, aprovaram a Etapa 3, passando a ERSA a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A., de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias e objeto de Fato Relevante divulgado em 24 de agosto de 2011.

Etapa 4

Com a emissão de novas ações da ERSA, a CPFL Energia S.A. passou a deter indiretamente 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%), em agosto de 2011.

Em decorrência da contribuição da SMITA para a ERSA, conforme descrito na Etapa 3, o patrimônio líquido da ERSA sofreu um aumento de R$1.514.584, o qual reflete o valor justo da SMITA na data da transação, acrescido de um aporte de capital de R$384.197 em espécie, realizado pela CPFL Geração e CPFL Brasil em agosto de 2011.

A relação de substituição entre as ações da ERSA e as ações da SMITA foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da SMITA e da ERSA. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da ERSA e da SMITA, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias. Adicionalmente, a relação de substituição foi objeto de revisão e "fairness opinion" preparado por instituição financeira independente e emitido em 23 de agosto de 2011.

A ERSA emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, que conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSA anteriormente existentes.

Uma vez tendo sido concluído o processo de associação descrito nesta nota, a ERSA (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A.

Para implementar a aquisição da Jantus (nota explicativa nº2 b), a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações. Dessa forma, a CPFL Energia passou a deter, indiretamente, 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%), em dezembro de 2011. Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento), detido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia.

A reestruturação descrita anteriormente resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e a IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na "forma", tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% (63,0% após a aquisição da Jantus) das ações ordinárias com poder de voto na ERSA, passando a controlar de fato esta sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e da IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSA foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSA de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R$1.113.544; (b) reversão do saldo do intangível ("goodwill") no montante de R$200.052; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R$378.607; e (d) outros passivos circulantes no montante de R$1.129. Isso perfaz o valor de R$533.756, registrado como "Reserva de capital - ágio na subscrição de ações" no patrimônio líquido da Companhia, em agosto de 2011.

Os impactos da associação descrita nesta nota, tomando-se como base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSA levantados em 31 de julho de 2011, foram completados e são como segue:

Consolidado	SMITA	ERSA	Subtotal	Valor justo dos ativos da ERSA	CPFL Renováveis
Ativo:					
Ativo circulante	203.575	703.005	906.580	-	906.580
Ativo não circulante:					
Imobilizado	760.260	956.444	1.716.704	-	1.716.704
Intangível - direito de concessão	44.600	32.916	77.516	1.113.544	1.191.060
Intangível -" goodwill"	-	200.052	200.052	(200.052)	-
Outros	70.830	12	70.842	-	70.842
Total ativo não circulante	875.690	1.189.424	2.065.114	913.492	2.978.606
Total do ativo	1.079.265	1.892.429	2.971.694	913.492	3.885.186
Passivo e patrimônio líquido:					
Passivo circulante	82.466	79.205	161.671	1.129	162.800
Passivo não circulante	400.168	543.678	943.846	378.607	1.322.453
Patrimônio líquido	596.631	1.269.546	1.866.177	533.756	2.399.933
Total do passivo e patrimônio líquido	1.079.265	1.892.429	2.971.694	913.492	3.885.186

O montante de R$1.113.544 foi alocado como "Valor justo dos ativos intangíveis - referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos", em 24 de agosto de 2011, e é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações.

O imposto diferido passivo foi constituído sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia dos ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado
contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado, ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas é tributada pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização não é dedutível. Dessa forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, na apuração de ganho de capital.

b) Aquisição da JANTUS e controladas

Em 7 de abril de 2011, a CPFL Energia, por meio de sua controlada CPFL Brasil, celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das cotas do capital social da JANTUS, empresa sediada na Espanha. Em 21 de setembro de 2011, a CPFL Brasil cedeu o Contrato de Compra e Venda para a CPFL Renováveis. Em 20 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da JANTUS, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento").

Assim sendo, através da aquisição das cotas, concluída em 21 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis adquiriu, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF e da SIIF Desenvolvimento, as quais detêm quatro parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados (informação não revisada pelos auditores independentes).

O preço de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda, foi de R$1.517.209, correspondente a: (a) o valor de R$841.768, desembolsados da seguinte forma: (i) R$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores, (ii) o equivalente em euros a R$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da JANTUS para quitação de determinadas obrigações perante terceiros e (iii) complemento de ajuste de preço no montante de R$18.432; e (b) a assunção de dívida líquida no valor de R$675.441.

Para implementar a referida transação, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações. Dessa forma, a CPFL Energia passou a deter, indiretamente, 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%) em dezembro de 2011.

A CPFL Renováveis emitiu 385.268.687 novas ações ordinárias em nome da CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da CPFL Renováveis anteriormente existentes.

Os impactos da aquisição descrita, tomando-se como base o balanço patrimonial da JANTUS levantado em 30 de novembro de 2011, foram completados e são como segue:

Consolidado	JANTUS	Valor justo dos ativos da JANTUS	Ativos líquidos Da JANTUS a valor justo
Ativo:			
Ativo circulante	78.978	-	78.978
Ativo não circulante:			
Imobilizado	878.208	(162.344)	715.864
Intangível - direito de concessão	-	1.030.854	1.030.854
Outros	103.475	55.197	158.672
Total ativo não circulante	981.683	923.707	1.905.390
Total do ativo	1.060.661	923.707	1.984.368
Passivo e patrimônio líquido:			
Passivo circulante	191.404	-	191.404
Passivo não circulante	600.706	350.490	951.196
Patrimônio líquido	268.551	573.217	841.768
Total do passivo e patrimônio líquido	1.060.661	923.707	1.984.368

Os montantes de R$1.030.854 (mais-valia) e R$162.344 (menos-valia) foram alocados como "Valor justo dos ativos intangíveis - referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos" e "Valor justo do ativo imobilizado", respectivamente, em 30 de novembro de 2011 e serão amortizados pelo período remanescente das respectivas autorizações. Os impactos fiscais desses valores foram reconhecidos no passivo não circulante, no montante de R$350.490, e no ativo não circulante, no montante de R$55.197, respectivamente, considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

c) Aquisição da BVP e controlada

Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A. ("Bons Ventos"), cujo preço da aquisição totalizou R$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R$445.124 pago aos vendedores; (ii) a assunção de dívida líquida no valor R$439.191; e (iii) o valor de R$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos. Adicionalmente, a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$ 83.428, integralmente pago.

A Bons Ventos detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar os parques eólicos Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel e Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). Todos os parques eólicos estão localizados no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, estando a totalidade da energia contratada com a Eletrobrás por 20 anos, através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante emitido em 19 de junho de 2012.

Os impactos da aquisição descrita nesta nota, tomando-se como base o balanço patrimonial da BVP levantado em 31 de maio de 2012, foram completados e são como segue:

Consolidado	BVP	Valor justo dos ativos da BVP	Ativos líquidos da BVP a valor justo
Ativo:			
Ativo circulante	51.311	-	51.311
Ativo não circulante:			
Imobilizado	739.499	(168.004)	571.495
Intangível - direito de concessão	-	760.029	760.029
Outros	48.752	57.121	105.873
Total ativo não circulante	788.251	649.146	1.437.397
Total do ativo	839.562	649.146	1.488.708
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante	76.481	-	76.481
Passivo não circulante	497.717	258.410	756.127
Patrimônio líquido	265.364	390.736	656.100
Total do passivo e patrimônio líquido	839.562	649.146	1.488.708

Os montantes de R$760.029 (mais-valia) e R$168.004 (menos-valia) foram alocados como "Valor justo dos ativos intangíveis - referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos" e "Valor justo do ativo imobilizado", respectivamente, em 31 de maio de 2012 e serão amortizados pelo período remanescente das respectivas autorizações. Os impactos fiscais desses valores foram reconhecidos no passivo não circulante, no montante de R$258.410, e no ativo não circulante, no montante de R$57.121, respectivamente, considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

3. BASE PARA COMPILAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS

As informações financeiras pró-forma, não auditadas, foram baseadas nas estimativas e premissas descritas a seguir e refletem os impactos pró-forma da associação entre CPFL e ERSA e as aquisições de JANTUS e BVP. Essas informações foram baseadas nas premissas descritas nesta nota e está de acordo com o OCPC 06 aprovado pela deliberação CVM 709/13.

As informações financeiras pró-forma não auditadas foram compiladas e formatadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como demonstrações do resultado efetivo da Companhia e suas controladas ou utilizadas como indicativo de futuros resultados financeiros consolidados da Companhia e suas controladas ou como base para cálculo dos dividendos ou para outros fins. As informações financeiras pró-forma, não auditadas, também não devem ser consideradas representativas dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas caso as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e 2012, conforme descrito anteriormente.

(i) Custos diretos das transações

Demonstração de resultado *pro forma*	Ajustes Pro forma 1a 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes Pro forma 1b 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes Pro forma 2 01.01.2012 a 31.12.2012
a) Associação da ERSA e CPFL	22.409	-	-
b) Aquisição JANTUS	-	43.831	-
c) Aquisição BVP	-	-	2.496
Total - Despesas gerais e administrativas	**22.409**	**43.831**	**2.496**

a) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à associação entre a ERSA e CPFL, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R$22.409 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

b) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à aquisição da JANTUS, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R$43.831 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

c) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à aquisição da BVP, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R$2.496 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Não houve reconhecimento dos impactos de imposto de renda e contribuição social diferido sobre essas despesas de custos diretos das transações, uma vez que essas despesas não foram dedutíveis nas apurações de imposto de renda e contribuição social das companhias.

(ii) Amortização da alocação dos valores justos alocados aos ativos das companhias adquiridas e seus efeitos tributários

Demonstração de resultado *pro forma*	Ajustes Pro forma 1a 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes Pro forma 1b 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes Pro forma 2 01.01.2012 a 31.12.2012
a) Associação da ERSA e CPFL	3.686	-	-
Total - Depreciação e Amortização do Intangível - *goodwill*	**3.686**	**-**	**-**
a) Associação da ERSA e CPFL	(20.573)	-	-
b) Aquisição JANTUS	3.531	(42.368)	-
c) Aquisição BVP	-	(29.604)	(12.335)
Total - Depreciação e Amortização do direito de exploração	**(17.042)**	**(71.972)**	**(12.335)**
d) Associação da ERSA e CPFL	6.995	-	-
d) Aquisição JANTUS	(1.201)	14.405	-
d) Aquisição BVP	-	10.065	4.194
Total - Imposto de renda e contribuição social - diferidos	**5.794**	**24.470**	**4.194**

a) Este ajuste pró-forma reflete a amortização linear do direito de exploração apurado quando da associação da ERSA e CPFL, no montante de R$1.113.544, e alocado como intangíveis - direito de exploração, e a reversão do saldo do intangível ("goodwill"), no montante de R$200.052, como se a reestruturação tivesse ocorrido em 1° de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedidos pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização varia entre 226 e 360 meses. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 1,8%.

b) Este ajuste pró-forma reflete a depreciação e amortização linear da alocação dos valores justos do ativo imobilizado e dos intangíveis, no montante de R$162.344 (menos-valia) e R$1.030.854 (mais-valia), respectivamente, como se a aquisição tivesse ocorrido em 1° de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedido pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização corresponde ao período de 246 meses para os empreendimentos que estão em operação na JANTUS. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 4,9%.

c) Este ajuste pró-forma reflete a depreciação e amortização linear da alocação dos valores justos do ativo imobilizado e dos intangíveis no montante de R$168.004 (menos-valia) e R$760.029 (mais-valia), respectivamente, como se a aquisição tivesse ocorrido em 1° de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedido pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização corresponde ao período de 240 meses para os empreendimentos que estão em operação da BVP. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 5,0%.

d) As despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos correspondem ao reconhecimento dos impactos fiscais calculados sobre a amortização dos direitos de exploração considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

(iii) Resultado financeiro decorrente das transações e seus efeitos tributários

Demonstração de resultado *pro forma*	Ajustes Pro forma 1b 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes Pro forma 1b 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes Pro forma 1b 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes Pro forma 2 01.01.2012 a 31.12.2012	Ajustes Pro forma 2 01.01.2012 a 31.12.2012
a) Aquisição JANTUS	(28.942)	-	-	-	-
b) Aquisição BVP	-	-	-	-	-
Total - Receitas financeiras	**(28.942)**	-	-	-	-
a) Aquisição JANTUS	109.005	-	-	-	-
b) Aquisição BVP	-	30.184	(58.088)	(24.292)	9.584
Total - Despesas financeiras	**109.005**	**30.184**	**(58.088)**	**(24.292)**	**9.584**
c) Aquisição JANTUS	(27.221)	-	-	-	-
c) Aquisição BVP	-	(10.263)	19.750	8.259	(3.259)
Total - Imposto de renda e contribuição social - diferidos	**(27.221)**	**(10.263)**	**19.750**	**8.259**	**(3.259)**

a) A Administração da Companhia, como condição para aquisição da JANTUS definida no Contrato de Compra e Venda, requereu a liquidação do empréstimo "Recap Loan" pelos antigos acionistas antes da data da aquisição. Este ajuste pró-forma reflete os efeitos da eliminação dos encargos financeiros e das variações cambiais do empréstimo "Recap Loan" registrados pela JANTUS, nos montantes de R$109.005 e de R$28.942, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que foram liquidados na aquisição, pela Companhia, em 19 de dezembro de 2011. Dessa maneira, os efeitos financeiros desse empréstimo foram eliminados nas informações financeiras pró-forma.

b) Este ajuste pró-forma reflete:

(i) Os efeitos financeiros da captação de empréstimos realizados pela Companhia no segundo trimestre de 2012, para viabilizar a aquisição da BVP. A Administração captou duas dívidas para a aquisição da BVP. Uma, no montante de R$400.000, com taxa de CDI mais 0,5%, e outra, no montante de R$430.000, com taxa de CDI mais 1,7%. Entretanto, foi utilizado o valor limitado até R$256.100, referente à dívida que totaliza o valor do preço de compra de R$656.100 da BVP. O ajuste pró-forma reflete o efeito das despesas financeiras no montante de R$58.088 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de R$24.292 para o período de cinco meses findo em 31 de maio de 2012, portanto, antes da efetiva captação. A taxa de CDI utilizada foi baseada em projeções de mercado referentes ao período de maio de 2012 a maio de 2013.

(ii) A Administração da Companhia, como condição para aquisição da BVP definida no Contrato de Compra e Venda, requereu a liquidação das debêntures emitidas pelos antigos acionistas antes da data da aquisição. Os efeitos financeiros da eliminação dos encargos financeiros dessas debêntures emitidas pela BVP foram no montante de R$30.184 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de R$9.584 o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Dessa maneira, os efeitos financeiros dessas debêntures foram eliminados nas informações financeiras pró-forma.

c) As despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos correspondem ao reconhecimento dos impactos fiscais calculados sobre os resultados financeiros decorrentes das transações considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada), uma vez que esses resultados financeiros foram considerados na apuração da tributação do lucro nas demonstrações financeiras históricas das companhias.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

- Formulário de Referência da companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 717

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 718

2.3 - Outras informações relevantes 722

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 723

3.2 - Medições não contábeis 724

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 726

3.4 - Política de destinação dos resultados 727

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 729

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 730

3.7 - Nível de endividamento 731

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 732

3.9 - Outras informações relevantes 733

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 743

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 759

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 760

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 767

4.5 - Processos sigilosos relevantes 768

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 769

4.7 - Outras contingências relevantes 770

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 771

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 772

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 774
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 776
5.4 - Outras informações relevantes 777

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 778
6.3 - Breve histórico 779
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 783
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 793
6.7 - Outras informações relevantes 794

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 795
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 803
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 804
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 815
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 816
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 836
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 837
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 838
7.9 - Outras informações relevantes 839

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 850
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 853
8.3 - Operações de reestruturação 854
8.4 - Outras informações relevantes 855

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 856
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 857

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 859

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 861

9.2 - Outras informações relevantes 887

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 888

10.2 - Resultado operacional e financeiro 914

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 915

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 918

10.5 - Políticas contábeis críticas 920

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 925

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 926

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 927

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 928

10.10 - Plano de negócios 929

10.11 - Outros fatores com influência relevante 930

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 936

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 937

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 938

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 943

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 945

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 946

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 947

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 948

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 953

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 954

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 955

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 1219

12.12 - Outras informações relevantes 1220

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 1221

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 1223

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 1226

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 1228

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 1234

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 1235

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 1237

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 1239

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 1240

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 1241

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 1242

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 1243

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 1244

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 1245

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 1246

13.16 - Outras informações relevantes 1247

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 1248

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 1249

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 1250

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 1251

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 1252

15.3 - Distribuição de capital 1282

15.4 - Organograma dos acionistas 1283

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 1284

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 1288

15.7 - Outras informações relevantes 1289

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 1290

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 1291

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 1327

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 1328

17.2 - Aumentos do capital social 1329

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 1330

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 1331

17.5 - Outras informações relevantes 1332

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 1333

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 1334

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 1337

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 1338

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 1339

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 1342

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 1343

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 1344

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 1345

18.10 - Outras informações relevantes 1346

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 1347

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 1348

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 1349

19.4 - Outras informações relevantes 1350

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 1351

20.2 - Outras informações relevantes 1352

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 1353

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 1358

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 1359

21.4 - Outras informações relevantes 1360

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 1361

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 1362

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 1363

22.4 - Outras informações relevantes 1364

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcelo Antônio Gonçalves Souza**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Miguel Normando Abdalla Saad**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/04/2010 a 31/12/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com emissão de relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$219,4 mil
Justificativa da substituição	Questões comerciais
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve discordância da justificativa apresentada pela Companhia

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Iara Pasian	01/04/2010 a 31/12/2010	011.207.508-81	R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/01/2011 a 31/12/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e serviços relacionados à compliance de consistência de prazos e custos incorridos em alguns empreendimentos de PCHs em construção.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes foi de R$1.699 mil, divididos entre R$840 mil relativos aos serviços de auditoria externa e R$859 mil relativos aos serviços de compliance de consistência de prazos e custos incorridos em PCHs em construção.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, pois não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Iara Pasian	01/01/2011 a 31/12/2011	011.207.508-81	R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/01/2012 a 31/12/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012; serviços relacionados à compliance de consistência de prazos e custos incorridos em alguns empreendimentos de PCHs em construção; trabalhos de procedimentos pré-acordados conforme requerido pela ANEEL – P&D; asseguração sobre o cumprimento de covenants e serviços relativos à oferta pública de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes foi de R$2.817,5 mil, divididos entre R$1.306,2 mil relativos aos serviços de auditoria externa, R$220,5 mil relativos à serviços relacionados à compliance de consistência de prazos e custos incorridos em alguns empreendimentos de PCHs em construção, R$63,2 mil relativos aos trabalhos de procedimentos pré-acordados conforme requerido pela ANEEL – P&D; R$39,4 mil relativos à asseguração sobre o cumprimento de covenants e R$1.188,2 mil relativos a serviços relativos à oferta pública de ações da Companhia.
Justificativa da substituição	Não houve substituição
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, pois não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Iara Pasian	01/01/2012 a 31/12/2012	011.207.508-81	R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria geral das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, asseguração sobre o cumprimento de covenants e serviços relativos à oferta pública de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes será de R$3.364,5 mil, sendo R$2.210,1 mil relativos aos serviços de auditoria externa, R$64,2 relativos à asseguração sobre o cumprimento de covenants e R$1.090,2 mil relativos a serviços relacionados com a oferta pública de ações da Companhia.
Justificativa da substituição	Não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, pois não houve substituição.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Iara Pasian	01/01/2013	011.207.508-81	R. José Guerra, 127, Chácara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51866981, e-mail: ipasian@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	3.286.058.814,02	3.301.117.272,76	3.286.940.303,39	0,00
Ativo Total	8.811.637.363,31	8.806.663.056,94	6.545.533.492,73	0,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	229.000.000,00	806.400.000,00	171.854.046,94	0,00
Resultado Bruto	99.115.000,00	418.600.000,00	126.200.000,00	0,00
Resultado Líquido	-15.156.556,88	8.260.669,20	70.936.866,78	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	412.274.029	412.274.029	412.274.029	0
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	7,971000	8,007000	7,973000	0,000000
Resultado Líquido por Ação	-0,040000	0,020000	0,300000	0,000000

3.2 - Medições não contábeis

a. valor das Medições não contábeis

	Período de três meses encerrado em 31/03/2013	Exercício encerrado em 31/12/2012	Exercício encerrado em 31/12/2011
		(R$ milhões)	
EBITDA	140,3	504,3	84,7
Margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida)	61,3%	62,5%	49,3%
Dívida líquida	3.809,8	3.555,3	1.266,5

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM n.º 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

	Período de três meses encerrado em 31/03/2013	Exercício encerrado em 31/12/2012	Exercício encerrado em 31/12/2011
		(R$ milhões)	
Lucro (Prejuízo) Líquido	(15,2)	8,3	70,9
(+) Resultado Financeiro	65,7	197,6	(22,2)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	5,2	9,2	(1,4)
(+) Depreciação e Amortização	84,6	289,2	37,4
EBITDA	**140,3**	**504,3**	**84,7**
Margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida)	**61,3%**	**62,5%**	**49,3%**

DÍVIDA LÍQUIDA

Calculamos nossa dívida líquida como o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante deduzido do saldo de caixas e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas. A dívida líquida não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente de nós.

3.2 - Medições não contábeis

As informações a seguir ilustram o cálculo de nossa dívida líquida consolidada, relativa aos períodos abaixo indicados.

	Período de três meses encerrado em 31/03/2013	Exercício encerrado em 31/12/2012	Exercício encerrado em 31/12/2011
		(R$ milhões)	
Empréstimos e financiamentos – CP	642,5	713,9	118,8
Empréstimos e financiamentos – LP	2.564,3	2.485,1	1.356,3
Debêntures – CP	48,8	39,0	30,6
Debêntures – LP	1.092,0	1.080,9	486,2
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(403,0)	(640,1)	(651,6)
(-) Aplicações financeiras	(5,1)	–	–
(-) Títulos e valores mobiliários	(2,2)	(2,2)	(1,9)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(127,4)	(121,4)	(72,1)
Dívida líquida	**3.809,8**	**3.555,3**	**1.266,5**

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não são afetados pelo resultado financeiro, por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou pelos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA e a Margem EBITDA funcionam como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA e a Margem EBITDA não consideram certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização, o EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de nossa rentabilidade.

Entendemos que a medição da dívida líquida é útil tanto para a Companhia como para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do nosso grau de alavancagem financeira.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Posteriormente a 31 de março de 2013, data de nossa última informação contábil divulgada, ocorreram os eventos subsequentes abaixo indicados.

Em abril de 2013, o BNDES realizou o desembolso da parcela restante do empréstimo ponte do complexo eólico Macacos no valor de R$59,86 mil. Os empréstimos possuem encargos baseados em TJLP acrescidos de 3,02% ao ano e vencimento em abril de 2014.

Em 15 de maio de 2013, as controladas pertencentes ao complexo eólico Atlântica captaram, R$263.714 mil junto ao BNDES, na modalidade empréstimo ponte, para suprir as necessidades do projeto até a obtenção do empréstimo de longo prazo, que será posteriormente contratado junto à mesma instituição. Sobre a operação incide TJLP + 3,02% ao ano.

Em 15 de maio de 2013, a controlada Campos dos Ventos II captou junto ao Banco Itaú o montante de R$35.000 mil, para construção do referido projeto. Esta dívida tem vencimento em 11 de novembro de 2013 e incide sobre o montante 100% do CDI acrescido de 1,05% ao ano.

Em 18 de junho de 2013 a Companhia assinou com Martifer Renováveis Geração de Energia Participações S.A., contrato de compra e venda de ações relativo à aquisição da totalidade das ações da Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Rosa dos Ventos”), que detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia (“ANEEL”), para explorar os parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW. Os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia gerada por tais parques eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. O preço total da aquisição é R$99,7 milhões, sendo (i) R$62,0 milhões pagos ao vendedor; e (ii) R$37,7 milhões em assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos, ajustáveis até o fechamento da operação, o qual encontra-se sujeito à satisfação das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda e aprovações prévias pertinentes. A operação permitirá à Companhia atingir um portfólio de 1.166,9 MW de potência em operação.

Em 14 de junho de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM nº 476/09”), e da Instrução da CVM nº 134, de 1 de novembro de 1990, conforme alterada (“Instrução CVM nº 134/90”), no valor de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), ao valor nominal unitário de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seja, 150 (cento e cinquenta) notas promissórias, com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da data de sua emissão. As notas promissórias serão registradas para distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. Tais notas promissórias ainda não foram desembolsadas e os recursos decorrentes de tal emissão visam a reforçar o capital de giro da Companhia para atender aos negócios de sua gestão ordinária.

Em junho de 2013, as diretorias das controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V aprovaram suas terceiras emissões de notas promissórias. O financiamento, com valor de R$34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil reais) para cada controlada, servirá para alongar o prazo de vencimento das notas promissórias anteriormente emitidas, enquanto aguarda-se a aprovação do financiamento do BNDES.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais; e b. regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Nos termos do nosso Estatuto Social, o exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente após a distribuição dos dividendos obrigatórios terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, podendo, inclusive ser retido com base em orçamento de capital.

O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

Poderemos pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório.

Nosso Conselho de Administração poderá declarar e pagar, a qualquer tempo durante o exercício social, dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício.

Observados os requisitos e limites legais, nosso Conselho de Administração poderá, ao final de cada trimestre ou semestre, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no trimestre ou semestre em questão, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício.

Em 13 de abril de 2012, a Assembleia Geral aprovou a retenção de parcela do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. A retenção aprovada foi no montante de R$20.740.027,67.

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, não houve retenções de lucros legais ou estatutários, considerando que nesse exercício foi apurado prejuízo.

Novas Regras Aprovadas pela Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2012, complementadas em 31 de maio de 2012. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, observado que serão também elaboradas demonstrações financeiras a cada trimestre, excetuado o último de cada ano. Todas as demonstrações financeiras deverão incluir a demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. As demonstrações financeiras do exercício social serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, este último se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no parágrafo abaixo; e (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado a formação de reserva de reforço de capital de giro, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.

A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

A Companhia poderá levantar balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26 de dezembro de 1995 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do § 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de três anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

Em 18 de abril de 2013, a Assembleia Geral aprovou a retenção de parcela do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A retenção aprovada foi no montante de R$10.827.000,00 (dez milhões, oitocentos e vinte e sete mil reais), que teve a seguinte destinação: (i) constituição de Reserva Legal, no montante de R$541.000,00 (quinhentos e quarenta e um mil reais); (ii) constituição de Reserva de Lucros a Realizar, no montante de R$2.571.000,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e um mil reais), que seriam devidos a título de dividendo obrigatório, nos termos do artigo 197 da Lei nº. 6.404/76; e (iii) constituição da Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$7.715.000,00 (sete milhões, setecentos e quinze mil reais), conforme previsto no orçamento de capital ora apreciado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos ocorre anualmente, observadas as regras mencionadas nos itens “a” e “b” deste item 3.4.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável, dado que não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à nós, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado	-15.156.000,00	10.826.617,32	20.740.027,67	-15.713.382,14
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	10.826.617,32	20.740.027,67	0,00
Data da aprovação da retenção		18/04/2013	13/04/2012	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária	0,00		0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Apuramos prejuízo contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não havendo declaração de dividendos em tal exercício, seja à conta de lucros retidos, seja à conta de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou o montante de R$1.037.000,00 a título de reserva legal, foi constituída reserva de retenção de lucros no montante de R$14.777.000,00 e o montante de R$4.925.000,00 foi contabilizado como parcela do lucro não realizado no exercício, tendo em vista que o resultado da Companhia é oriundo de resultado de equivalência patrimonial de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o montante de R$541.000,00 (quinhentos e quarenta e um mil reais) a título de reserva legal, foi constituída reserva de retenção de lucros no montante de R$7.715.000,00 (sete milhões, setecentos e quinze mil reais) e o montante de R$2.571.000,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e um mil reais) foi contabilizado como parcela do lucro não realizado no exercício, tendo em vista que o resultado da Companhia é oriundo de resultado de equivalência patrimonial de suas controladas.

Os recursos retidos na conta de reserva de retenção de lucros têm como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2013	5.525.576.000,00	Índice de Endividamento	1,68152073	
31/12/2012	5.505.546.000,00	Índice de Endividamento	1,66778261	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2013)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	691.316.000,00	860.128.000,00	680.590.000,00	2.115.495.000,00	4.347.529.000,00
Quirografárias	183.387.000,00	170.822.150,00	96.922.100,00	726.915.750,00	1.178.047.000,00
Total	874.703.000,00	1.030.950.150,00	777.512.100,00	2.842.410.750,00	5.525.576.000,00
Observação					
Os valores apresentados se referem às demonstrações financeiras consolidadas					

Exercício social (31/12/2012)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	752.933.000,00	853.692.000,00	630.970.000,00	2.081.363.000,00	4.318.958.000,00
Quirografárias	184.369.000,00	154.618.550,00	99.717.700,00	747.882.750,00	1.186.588.000,00
Total	937.302.000,00	1.008.310.550,00	730.687.700,00	2.829.245.750,00	5.505.546.000,00
Observação					
Os valores apresentados se referem às demonstrações financeiras consolidadas					

3.9 - Outras informações relevantes

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS (EM MILHARES DE REAIS)

1. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS

A informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") e controladas compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: (a) a associação entre ERSA – Energias Renováveis S.A. ("ERSA") e CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), através das controladas CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), utilizando a empresa veículo SMITA Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), concluída em agosto de 2011; (b) a aquisição de Jantus S.L. ("JANTUS") ocorrida em dezembro de 2011; e (c) a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia, caso a associação e as aquisições realizadas pela Companhia tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

A informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, da Companhia compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: a aquisição de BVP S.A. ("BVP"), ocorrida em junho de 2012, tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma, não auditada, apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia, caso a aquisição realizada pela Companhia tivesse, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2012.

Essas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas da Companhia estão sendo apresentadas exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Oferta") e serão incluídas nos prospectos preliminar e definitivo da Oferta ("Prospectos") e não devem ser utilizadas para nenhum outro propósito.

As informações financeiras consolidadas pró-forma, não auditadas, foram compiladas utilizando as demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia, da ERSA, da SMITA, da JANTUS e da BVP, auditadas ou revisadas conforme o caso, e devem ser lidas em conjunto e interpretadas levando-se em conta as seguintes informações:

Demonstração consolidada do resultado pró-forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações financeiras consolidadas do resultado pró-forma da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 refletem os efeitos: (a) da associação entre o Grupo ERSA e o Grupo CPFL; (b) da aquisição da JANTUS e controladas; e (c) da aquisição da BVP e controlada, conforme descritas na nota explicativa nº 2 – "Descrição das Transações – Associação e Aquisições", como se referidas transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011, e são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

(i) Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraído das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, que contemplam: (a) o resultado de cinco meses de operações da ERSA (1º de agosto a 31 de dezembro de 2011); (b) o resultado de seis meses de operações da SMITA (1º de julho a 31 de dezembro de 2011); e (c) o resultado de um mês de operação da JANTUS (1º a 31 de dezembro de 2011), cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 6 de fevereiro de 2012, não contém ressalva.

(ii) Resultados das operações consolidadas da SMITA referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2011, extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas das atividades de energias renováveis da CPFL Energia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias, emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 18 de julho de 2012, não contém ressalva.

(iii) Resultados das operações consolidadas da ERSA – Energias Renováveis S.A. ("Antiga ERSA"), atualmente denominada CPFL Energias Renováveis S.A., referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Antiga ERSA, de 31 de julho de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2012, não contém ressalva.

3.9 - Outras informações relevantes

(iv) Eliminação dos resultados das operações consolidadas da JANTUS referentes ao mês de dezembro de 2011, que já estavam contemplados nos resultados da Companhia no exercício de 2011 mencionados no item (i) anterior, extraídos diretamente dos registros contábeis da Companhia.

(v) Resultados das operações consolidadas da JANTUS referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da JANTUS para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 1º de fevereiro de 2012, não contém ressalva.

(vi) Resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da BVP para o exercício de 2011, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 13 de junho de 2013, não contém ressalva.

A coluna "Subtotal Pró-forma CPFL Renováveis" está sendo apresentada com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos resultados pró-forma de CPFL Renováveis e de facilitar a sua comparação com os resultados históricos da sua entidade predecessora, SMITA. Dessa maneira, foram eliminados desse subtotal os efeitos de aquisições posteriores à associação da CPFL Renováveis (item (iv) mencionado anteriormente) que já estavam registrados nas demonstrações financeiras históricas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Demonstração consolidada do resultado pró-forma do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

As informações financeiras consolidadas do resultado pró-forma da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, refletem os efeitos da aquisição da BVP S.A. e controlada, conforme mencionada na nota explicativa nº 2 – "Descrição das Transações – Associação e Aquisições", como se referida transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, e são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

(i) Resultados das operações consolidadas da CPFL Renováveis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da CPFL Renováveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, incluídas nos Prospectos, cujo relatório, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 22 de fevereiro de 2013, não contém ressalva.

(ii) Eliminação dos resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao mês de junho de 2012, que já estavam contemplados nos resultados da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, mencionados no item (i) anterior, extraídos diretamente dos registros contábeis da Companhia.

(iii) Resultados das operações consolidadas da BVP referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, extraídos das informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas da BVP, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, incluídas nos Prospectos, cujo relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias consolidadas, emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., datado de 13 de junho de 2013, não contém ressalva.

As informações financeiras pro forma não podem ser auditadas, pois a sua compilação apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente os resultados das nossas operações caso eventos acima descritos tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e 2012. Por essa razão, nossas informações financeiras pro forma não auditadas foram objeto de relatório de asseguração limitada elaborado nos termos da NBC TO 3000 – "Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão" ISAE 3000 – "Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information", emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em consequência, os procedimentos realizados sobre as informações financeiras pro forma a seguir descritos foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguração limitada, mas não contemplam aqueles que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguração mais elevado, tendo consistido, principalmente, em: (a) obtenção de entendimento sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras pro forma implementado pela nossa Administração; (b) comparação das informações financeiras históricas apresentadas em colunas nas informações financeiras pro forma com aquelas que constam nas demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas das companhias; e (c) revisão e discussão com a Administração para entendimento e verificação dos ajustes procedidos e das premissas utilizadas na preparação das informações financeiras pro forma, da coluna referente a esses ajustes e do somatório final.

3.9 - Outras informações relevantes

As informações financeiras pro forma não auditadas são apenas para fins informativos e não pretendem representar ou serem indicadoras de que nossos resultados operacionais teriam sido caso as operações descritas acima tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e 2012.

2. DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES – ASSOCIAÇÃO E AQUISIÇÕES

(a) Associação entre o Grupo ERSA e o Grupo CPFL

Em 19 de abril de 2011, a CPFL Geração e CPFL Brasil, ambas as empresas controladas integralmente pela CPFL Energia, celebraram um acordo de associação para união de seus negócios, ativos e projetos de energia renovável, que incluem parques eólicos, usinas termelétricas movidas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"), com a sociedade anteriormente denominada ERSA e seus acionistas. Após uma série de reestruturações societárias previstas, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o bloco de controle da ERSA, como acionistas majoritárias, dando origem à CPFL Renováveis.

O objetivo da associação foi consolidar a experiência de ambos os Grupos (CPFL e ERSA) no setor de energia renovável e, dessa forma, obter ganhos de escala e sinergia pela unificação das atividades, que passaram a ter estrutura mais eficiente para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em 21 de junho de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967/11, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 4 de julho de 2011, a reestruturação societária que, relativa às empresas do Grupo CPFL envolvidas no projeto, está resumida nas seguintes etapas:

Etapa 1

A CPFL Geração segregou ativos e passivos relacionados às PCHs que compunham diretamente o seu patrimônio líquido e os contribuiu ao capital de três Sociedades de Propósito Específico – SPEs, que por sua vez estavam sob controle direto da CPFL Geração, a saber: MOHINI Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini"); JAYADITYA Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") e CHIMAY Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay").

Etapa 2

A CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da SMITA, realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável, inclusive nas SPEs Mohini, Jayaditya e Chimay, conforme descrito na Etapa 1.

Etapa 3

A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA. Como resultado desta Etapa, a CPFL Geração e a CPFL Brasil passaram a integrar o quadro de acionistas da ERSA.

Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração, CPFL Brasil e SMITA aprovaram as Etapas 1 e 2. Em 22 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da CPFL Geração e CPFL Brasil e, em 24 de agosto de 2011, os acionistas e o Conselho de Administração da ERSA, aprovaram a Etapa 3, passando a ERSA a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A., de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação celebrado por ambas as companhias e objeto de Fato Relevante divulgado em 24 de agosto de 2011.

Etapa 4

Com a emissão de novas ações da ERSA, a CPFL Energia S.A. passou a deter indiretamente 54,50% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (43,65%) e CPFL Brasil (10,85%), em agosto de 2011.

Em decorrência da contribuição da SMITA para a ERSA, conforme descrito na Etapa 3, o patrimônio líquido da ERSA sofreu um aumento de R$1.514.584, o qual reflete o valor justo da SMITA na data da transação, acrescido de um aporte de capital de R$384.197 em espécie, realizado pela CPFL Geração e CPFL Brasil em agosto de 2011.

3.9 - Outras informações relevantes

A relação de substituição entre as ações da ERSA e as ações da SMITA foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as partes e reflete a melhor avaliação da SMITA e da ERSA. Tais valores levaram em consideração o valor econômico da ERSA e da SMITA, apurados por suas respectivas Administrações, tendo em vista a natureza de suas atividades, inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras aplicáveis às companhias. Adicionalmente, a relação de substituição foi objeto de revisão e "fairness opinion" preparado por instituição financeira independente e emitido em 23 de agosto de 2011.

A ERSA emitiu 913.475.299 novas ações ordinárias em nome da CPFL Geração e CPFL Brasil, que conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da ERSA anteriormente existentes.

Uma vez tendo sido concluído o processo de associação descrito nesta nota, a ERSA (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A.

Para implementar a aquisição da Jantus, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações. Dessa forma, a CPFL Energia passou a deter, indiretamente, 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%), em dezembro de 2011. Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento), detido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia.

A reestruturação descrita anteriormente resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e a IFRS 3 (R) – "Business Combination", uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na "forma", tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% (63,0% após a aquisição da Jantus) das ações ordinárias com poder de voto na ERSA, passando a controlar de fato esta sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e da IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSA foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSA de: (a) um ativo intangível – direito de concessão no montante de R$1.113.544; (b) reversão do saldo do intangível ("goodwill") no montante de R$200.052; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R$378.607; e (d) outros passivos circulantes no montante de R$1.129. Isso perfaz o valor de R$533.756, registrado como "Reserva de capital – ágio na subscrição de ações" no patrimônio líquido da Companhia, em agosto de 2011.

Os impactos da associação descrita nesta nota, tomando-se como base os balanços patrimoniais da SMITA e ERSA levantados em 31 de julho de 2011, foram completados e são como segue:

Consolidado	SMITA	ERSA	Subtotal	Valor justo dos ativos da ERSA	CPFL Renováveis
			(em milhares de reais)		
Ativo:					
Ativo circulante	203.575	703.005	906.580	–	906.580
Ativo não circulante:					
Imobilizado	760.260	956.444	1.716.704	–	1.716.704
Intangível – direito de concessão	44.600	32.916	77.516	1.113.544	1.191.060
Intangível – "goodwill"	–	200.052	200.052	(200.052)	–
Outros	70.830	12	70.842	–	70.842
Total ativo não circulante	**875.690**	**1.189.424**	**2.065.114**	**913.492**	**2.978.606**
Total do ativo	**1.079.265**	**1.892.429**	**2.971.694**	**913.492**	**3.885.186**
Passivo e patrimônio líquido:					
Passivo circulante	82.466	79.205	161.671	1.129	162.800
Passivo não circulante	400.168	543.678	943.846	378.607	1.322.453
Patrimônio líquido	596.631	1.269.546	1.866.177	533.756	2.399.933
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.079.265**	**1.892.429**	**2.971.694**	**913.492**	**3.885.186**

3.9 - Outras informações relevantes

O montante de R$1.113.544 foi alocado como "Valor justo dos ativos intangíveis – referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos", em 24 de agosto de 2011, e é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações.

O imposto diferido passivo foi constituído sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia dos ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado, ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas é tributada pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização não é dedutível. Dessa forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, na apuração de ganho de capital.

(b) Aquisição da JANTUS e controladas

Em 7 de abril de 2011, a CPFL Energia, por meio de sua controlada CPFL Brasil, celebrou Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das cotas do capital social da JANTUS, empresa sediada na Espanha. Em 21 de setembro de 2011, a CPFL Brasil cedeu o Contrato de Compra e Venda para a CPFL Renováveis. Em 20 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis concluiu a aquisição da JANTUS, a qual detinha 100% do capital social da SIIF Energies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento").

Assim sendo, através da aquisição das cotas, concluída em 21 de dezembro de 2011, a CPFL Renováveis adquiriu, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF e da SIIF Desenvolvimento, as quais detêm quatro parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não certificados (informação não revisada pelos auditores independentes).

O preço de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda, foi de R$1.517.209, correspondente a: (a) o valor de R$841.768, desembolsados da seguinte forma: (i) R$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores, (ii) o equivalente em euros a R$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da JANTUS para quitação de determinadas obrigações perante terceiros e (iii) complemento de ajuste de preço no montante de R$18.432; e (b) a assunção de dívida líquida no valor de R$675.441.

Para implementar a referida transação, a CPFL Brasil realizou aumento e integralização de capital social, no montante de R$820.803, na CPFL Renováveis, em dezembro de 2011, com a emissão de novas ações. Dessa forma, a CPFL Energia passou a deter, indiretamente, 63,00% da CPFL Renováveis, através de suas controladas CPFL Geração (35,49%) e CPFL Brasil (27,51%) em dezembro de 2011.

A CPFL Renováveis emitiu 385.268.687 novas ações ordinárias em nome da CPFL Brasil, as quais conferem iguais direitos àqueles conferidos pelas demais ações ordinárias da CPFL Renováveis anteriormente existentes.

Os impactos da aquisição descrita, tomando-se como base o balanço patrimonial da JANTUS levantado em 30 de novembro de 2011, foram completados e são como segue:

Consolidado	JANTUS	Valor justo dos ativos da JANTUS	Ativos líquidos da JANTUS a valor justo
		(em milhares de reais)	
Ativo:			
Ativo circulante	78.978	–	78.978
Ativo não circulante:			
Imobilizado	878.208	(162.344)	715.864
Intangível – direito de concessão	–	1.030.854	1.030.854
Outros	103.475	55.197	158.672
Total ativo não circulante	**981.683**	**923.707**	**1.905.390**
Total do ativo	**1.060.661**	**923.707**	**1.984.368**
Passivo e patrimônio líquido:			
Passivo circulante	191.404	–	191.404
Passivo não circulante	600.706	350.490	951.196
Patrimônio líquido	268.551	573.217	841.768
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.060.661**	**923.707**	**1.984.368**

3.9 - Outras informações relevantes

Os montantes de R$1.030.854 (mais-valia) e R$162.344 (menos-valia) foram alocados como "Valor justo dos ativos intangíveis – referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos" e "Valor justo do ativo imobilizado", respectivamente, em 30 de novembro de 2011 e serão amortizados pelo período remanescente das respectivas autorizações. Os impactos fiscais desses valores foram reconhecidos no passivo não circulante, no montante de R$350.490, e no ativo não circulante, no montante de R$55.197, respectivamente, considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

(c) Aquisição da BVP e controlada

Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A. ("Bons Ventos"), cujo preço da aquisição totalizou R$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R$445.124 pago aos vendedores; (ii) a assunção de dívida líquida no valor R$439.191; e (iii) o valor de R$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos. Adicionalmente, a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$ 83.428, integralmente pago.

A Bons Ventos detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar os parques eólicos Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel e Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). Todos os parques eólicos estão localizados no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, estando a totalidade da energia contratada com a Eletrobrás por 20 anos, através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante emitido em 19 de junho de 2012.

Os impactos da aquisição descrita nesta nota, tomando-se como base o balanço patrimonial da BVP levantado em 31 de maio de 2012, foram completados e são como segue:

Consolidado	BVP	Valor justo dos ativos da BVP	Ativos líquidos da BVP a valor justo
		(em milhares de reais)	
Ativo:			
Ativo circulante	51.311	–	51.311
Ativo não circulante:			
Imobilizado	739.499	(168.004)	571.495
Intangível – direito de concessão	–	760.029	760.029
Outros	48.752	57.121	105.873
Total ativo não circulante	**788.251**	**649.146**	**1.437.397**
Total do ativo	**839.562**	**649.146**	**1.488.708**
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante	76.481	–	76.481
Passivo não circulante	497.717	258.410	756.127
Patrimônio líquido	265.364	390.736	656.100
Total do passivo e patrimônio líquido	**839.562**	**649.146**	**1.488.708**

Os montantes de R$760.029 (mais-valia) e R$168.004 (menos-valia) foram alocados como "Valor justo dos ativos intangíveis – referentes a direito de exploração pago na aquisição de investimentos" e "Valor justo do ativo imobilizado", respectivamente, em 31 de maio de 2012 e serão amortizados pelo período remanescente das respectivas autorizações. Os impactos fiscais desses valores foram reconhecidos no passivo não circulante, no montante de R$258.410, e no ativo não circulante, no montante de R$57.121, respectivamente, considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

3. BASE PARA COMPILAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS

As informações financeiras pró-forma, não auditadas, foram baseadas nas estimativas e premissas descritas a seguir e refletem os impactos pró-forma da associação entre CPFL e ERSA e as aquisições de JANTUS e BVP. Essas informações foram baseadas nas premissas descritas nesta nota e estão de acordo com a OCPC 06 aprovada pela Deliberação n° CVM 709/13.

3.9 - Outras informações relevantes

As informações financeiras pró-forma não auditadas foram compiladas e formatadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como demonstrações do resultado efetivo da Companhia e suas controladas ou utilizadas como indicativo de futuros resultados financeiros consolidados da Companhia e suas controladas ou como base para cálculo dos dividendos ou para outros fins. As informações financeiras pró-forma, não auditadas, também não devem ser consideradas representativas dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas caso as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e 2012, conforme descrito anteriormente.

(i) Custos diretos das transações

Demonstração de resultado *Pro forma*	**Ajustes *Pro forma* 1a 01.01.2011 a 31.12.2011**	**Ajustes *Pro forma* 1b 01.01.2011 a 31.12.2011**	**Ajustes *Pro forma* 2 01.01.2012 a 31.12.2012**
		(em milhares de reais)	
a) Associação da ERSA e CPFL	22.409	–	–
b) Aquisição JANTUS	–	43.831	–
c) Aquisição BVP	–	–	2.496
Total – Despesas gerais e administrativas	**22.409**	**43.831**	**2.496**

a) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à associação entre a ERSA e CPFL, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R$22.409 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

b) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à aquisição da JANTUS, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R$43.831 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

c) Este ajuste pró-forma reflete a dedução das despesas diretamente relacionadas à aquisição da BVP, decorrentes de prestação de serviços de advogados, consultorias, "fees" de bancos e outros custos já contemplados nos registros contábeis da Companhia, totalizando o montante de R$2.496 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Não houve reconhecimento dos impactos de imposto de renda e contribuição social diferido sobre essas despesas de custos diretos das transações, uma vez que essas despesas não foram dedutíveis nas apurações de imposto de renda e contribuição social das companhias.

(ii) Amortização da alocação dos valores justos alocados aos ativos das companhias adquiridas e seus efeitos tributários

Demonstração de resultado *Pro forma*	**Ajustes *Pro forma* 1a 01.01.2011 a 31.12.2011**	**Ajustes *Pro forma* 1b 01.01.2011 a 31.12.2011**	**Ajustes *Pro forma* 2 01.01.2012 a 31.12.2012**
		(em milhares de reais)	
a) Associação da ERSA e CPFL	3.686	–	–
Total – Depreciação e Amortização do Intangível – *goodwill*	**3.686**	**–**	**–**
a) Associação da ERSA e CPFL	(20.573)	–	–
b) Aquisição JANTUS	3.531	(42.368)	
c) Aquisição BVP	–	(29.604)	12.335
Total – Depreciação e Amortização do direito de exploração	**(17.042)**	**(71.972)**	**(12.335)**
d) Associação da ERSA e CPFL	6.995	–	–
d) Aquisição JANTUS	(1.201)	14.405	–
d) Aquisição BVP	–	10.065	4.194
Total – Imposto de renda e contribuição social – diferidos	**5.794**	**24.470**	**4.194**

a) Este ajuste pró-forma reflete a amortização linear do direito de exploração apurado quando da associação da ERSA e CPFL, no montante de R$1.113.544, e alocado como intangíveis – direito de exploração, e a reversão do saldo do intangível ("goodwill"), no montante de R$200.052, como se a reestruturação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedidos pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização varia entre 226 e 360 meses. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 1,8%.

b) Este ajuste pró-forma reflete a depreciação e amortização linear da alocação dos valores justos do ativo imobilizado e dos intangíveis, no montante de R$162.344 (menos-valia) e R$1.030.854 (mais-valia), respectivamente, como se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedido pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização corresponde ao período de 246 meses para os empreendimentos que estão em operação na JANTUS. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 4,9%.

c) Este ajuste pró-forma reflete a depreciação e amortização linear da alocação dos valores justos do ativo imobilizado e dos intangíveis no montante de R$168.004 (menos-valia) e R$760.029 (mais-valia), respectivamente, como se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. A amortização foi calculada com base nos contratos de outorga da exploração de energia elétrica concedido pela ANEEL aos empreendimentos adquiridos. O prazo de amortização corresponde ao período de 240 meses para os empreendimentos que estão em operação da BVP. A taxa média de amortização apurada durante os exercícios de 2012 e de 2011 foi de 5,0%.

d) As despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos correspondem ao reconhecimento dos impactos fiscais calculados sobre a amortização dos direitos de exploração considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada).

3.9 - Outras informações relevantes

(iii) Resultado financeiro decorrente das transações e seus efeitos tributários

Demonstração de resultado *Pro forma*	Ajustes *Pro forma* 1b 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes *Pro forma* 1b 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes *Pro forma* 1b 01.01.2011 a 31.12.2011	Ajustes *Pro forma* 2 01.01.2012 a 31.12.2012	Ajustes *Pro forma* 2 01.01.2012 a 31.12.2012
			(em milhares de reais)		
a) Aquisição JANTUS	(28.942)	–	–	–	–
b) Aquisição BVP	–	–	–	–	–
Total – Receitas financeiras	**(28.942)**	**–**	**–**	**–**	**–**
a) Aquisição JANTUS	109.005	–	–	–	–
b) Aquisição BVP	–	30.184	(58.088)	(24.292)	9.584
Total – Despesas financeiras	**109.005**	**30.184**	**(58.088)**	**(24.292)**	**9.584**
c) Aquisição JANTUS	(27.221)	–	–	–	–
c) Aquisição BVP	–	(10.263)	19.750	8.259	(3.259)
Total – Imposto de renda e contribuição social – diferidos	**(27.221)**	**(10.263)**	**19.750**	**8.259**	**(3.259)**

a) A Administração da Companhia, como condição para aquisição da JANTUS definida no Contrato de Compra e Venda, requereu a liquidação do empréstimo "Recap Loan" pelos antigos acionistas antes da data da aquisição. Este ajuste pró-forma reflete os efeitos da eliminação dos encargos financeiros e das variações cambiais do empréstimo "Recap Loan" registrados pela JANTUS, nos montantes de R$109.005 e de R$28.942, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que foram liquidados na aquisição, pela Companhia, em 19 de dezembro de 2011. Dessa maneira, os efeitos financeiros desse empréstimo foram eliminados nas informações financeiras pró-forma.

b) Este ajuste pró-forma reflete:

(i) Os efeitos financeiros da captação de empréstimos realizados pela Companhia no segundo trimestre de 2012, para viabilizar a aquisição da BVP. A Administração captou duas dívidas para a aquisição da BVP. Uma, no montante de R$400.000, com taxa de CDI mais 0,5%, e outra, no montante de R$430.000, com taxa de CDI mais 1,7%. Entretanto, foi utilizado o valor limitado até R$256.100, referente à dívida que totaliza o valor do preço de compra de R$656.100 da BVP. O ajuste pró-forma reflete o efeito das despesas financeiras no montante de R$58.088 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de R$24.292 para o período de cinco meses findo em 31 de maio de 2012, portanto, antes da efetiva captação. A taxa de CDI utilizada foi baseada em projeções de mercado referentes ao período de maio de 2012 a maio de 2013.

(ii) A Administração da Companhia, como condição para aquisição da BVP definida no Contrato de Compra e Venda, requereu a liquidação das debêntures emitidas pelos antigos acionistas antes da data da aquisição. Os efeitos financeiros da eliminação dos encargos financeiros dessas debêntures emitidas pela BVP foram no montante de R$30.184 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de R$9.584 o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Dessa maneira, os efeitos financeiros dessas debêntures foram eliminados nas informações financeiras pró-forma.

c) As despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos correspondem ao reconhecimento dos impactos fiscais calculados sobre os resultados financeiros decorrentes das transações considerando as alíquotas previstas pela legislação fiscal vigente de 25% e 9% (34% alíquota combinada), uma vez que esses resultados financeiros foram considerados na apuração da tributação do lucro nas demonstrações financeiras históricas das companhias.

Informações Financeiras *Pro Forma* Não Auditadas Referentes aos Resultados Consolidados de Doze Meses para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012

Demonstração do resultado *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012	(+) CPFL Renováveis 01.01 a 31.12.2012	(-) BVP 01.06 a 30.06.2012	(+) BVP 01.01 a 30.06.2012	(+) Ajustes *Pro forma* 2	(=)Total *Pro forma* 01.01 a 31.12.2012
			(em milhares de reais)		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	806.420	(12.588)	70.051	–	863.883
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(387.815)	3.755	(29.012)	–	(413.072)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	418.605	(8.833)	41.039	–	450.811
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(90.459)	1.393	(4.907)	2.496	(91.477)
Depreciação e amortização do direito de exploração	(113.007)	–	(1.564)	(12.335)	(126.906)
Total	(203.466)	1.393	(6.471)	(9.839)	(218.383)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	215.139	(7.440)	34.568	(9.839)	232.428
Receitas financeiras	56.461	(383)	2.440	–	58.518
Despesas financeiras	(254.084)	5.788	(37.662)	(14.708)	(300.666)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.516	(2.035)	(654)	(24.547)	(9.720)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(36.226)	–	–	–	(36.226)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	26.971	3.037	(10.047)	9.194	29.155
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**8.261**	**1.002**	**(10.701)**	**(15.353)**	**(16.791)**

Informações Financeiras *Pro Forma* Não Auditadas Referentes aos Resultados Consolidados de Doze Meses para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011

(em milhares de reais)

Demonstração do resultado *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011	(+) CPFL Renováveis 01.01 a 31.12.2011	(+) SMITA 01.01 a 30.06.2011	(+) ERSA 01.01 a 31.07.2011	(-) JANTUS 01.12 a 31.12.2011	(+) Ajustes *Pro forma* 1a	(=)Subtotal *Pro forma* CPFL Renováveis	(+) JANTUS 01.01 a 31.12.2011	(+) BVP 01.01 a 31.12.2011	(+) Ajustes *Pro forma* 1b	(=)Total *Pro forma* 01.01 a 31.12.2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	171.854	68.355	77.889	(22.300)	–	295.798	146.780	112.612	–	555.190
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(45.692)	(21.278)	(24.534)	119	–	(91.385)	(74.381)	(58.080)	–	(223.846)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	126.162	47.077	53.355	(22.181)	–	204.413	72.399	54.532	–	331.344
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS										
Despesas gerais e administrativas	(60.429)	(148)	(31.861)	12.690	22.409	(57.339)	(66.224)	(8.552)	43.831	(88.284)
Depreciação e amortização do direito de exploração	(19.081)	–	(4.188)	5.706	(13.356)	(30.919)	–	(3.084)	(71.972)	(105.975)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	614	(67)	14	854	–	1.415	(1.117)	(339)	–	(41)
Total	(78.896)	(215)	(36.035)	19.250	9.053	(86.843)	(67.341)	(11.975)	(28.141)	(194.300)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	47.266	46.862	17.320	(2.931)	9.053	117.570	5.058	42.557	(28.141)	137.044
Receitas financeiras	57.036	10.467	16.527	–	–	84.030	35.950	5.732	(28.942)	96.770
Despesas financeiras	(34.798)	(8.143)	(27.180)	(15.802)	–	(85.923)	(207.727)	(90.061)	81.101	(302.610)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	69.504	49.186	6.667	(18.733)	9.053	115.677	(166.719)	(41.772)	24.018	(68.796)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(5.700)	(5.552)	(3.900)	(5.567)	–	(20.719)	(1.723)	(303)	–	(22.745)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	7.133	(11)	–	–	5.794	12.916	11.507	(2.866)	6.736	28.293
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**70.937**	**43.623**	**2.767**	**(24.300)**	**14.847**	**107.874**	**(156.935)**	**(44.941)**	**30.754**	**(63.248)**

3.9 - Outras informações relevantes

EBITDA *Pro Forma*

As informações a seguir ilustram o cálculo do nosso EBITDA *Pro Forma*, com base em nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas, relativos aos períodos abaixo indicados.

EBITDA *PRO FORMA*[1]	**(=) Total *Pro forma* 31.12.2012**	**(=) Total *Pro forma* 31.12.2011**
	(em milhares de R$ exceto percentual)	
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(16.791)	(58.448)
Depreciação no custo	193.108	133.470
Depreciação e amortização do direito de exploração	126.906	105.975
Resultado financeiro líquido	242.148	201.040
Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos	7.071	(5.548)
EBITDA *PRO FORMA*	552.442	376.489
MARGEM EBITDA *PRO FORMA*	63,9%	67,8%

(1) O EBITDA *Pro Forma* segue as disposições da **Instrução CVM nº 527 expedida em 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas**, pode ser conciliado com as informações financeiras *pro forma* não auditadas como segue: lucro líquido *pro forma* acrescido das despesas e receitas *pro forma* referentes ao imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA *Pro Forma* não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. O EBITDA *Pro Forma* não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, e a despesa com a depreciação e a amortização, o EBITDA *Pro Forma* funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA *Pro Forma* funciona como uma ferramenta adequada para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA *Pro Forma* não considera certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, o EBITDA *Pro Forma* apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

Grupamento de Ações

Em 31 de maio de 2012 foi aprovado o grupamento de nossas ações ordinárias na proporção de 5:1, ou seja, cada cinco ações ordinárias de emissão da Companhia passaram a corresponder a uma ação ordinária.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento em ações da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Ações" e "Companhia", respectivamente), envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

O preço de mercado de nossas Ações poderá diminuir em razão de qualquer um desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder partes substanciais ou a totalidade de seus investimentos. Os riscos descritos são aqueles que nós conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente.

Na data deste Formulário de Referência, possuímos 57 (cinquenta e sete) projetos em operação e 20 (vinte) projetos em construção. Quaisquer dos fatores enumerados abaixo, dentre outros compreendidos nos riscos detalhados nesta Seção 4 e na Seção 5 deste Formulário de Referência, poderão prejudicar de modo relevante a nossa capacidade de implantar as estratégias propostas e, consequentemente, poderão afetar de forma adversa os nossos resultados:

- incapacidade de adquirir equipamentos de geração de energia eólica, hidrelétrica ou termelétrica nos prazos e preços que viabilizem os projetos;
- inexistência de leilões onde se possa comercializar energia de fontes alternativas;
- incapacidade de obter novos contratos de compra e venda de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") quanto no Ambiente de Contratação Livre ("ACL");
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização de nossos projetos em desenvolvimento;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação de nossos projetos e outros problemas relacionados à construção dos ativos;
- indisponibilidade de financiamento adequado às nossas necessidades, ou incapacidade de realizar o volume de investimento previsto no plano de negócios dentro do cronograma inicialmente previsto;
- indisponibilidade de combustível (biomassa) para a operação dos projetos termelétricos;
- rescisão dos Contratos de Arrendamento de Terras para implantação de Parques Eólicos;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; (iii) contribuições, taxas e impostos; e (iv) tarifas de transporte de energia elétrica, de tal modo que venham a afetar nossas margens de lucro;
- dificuldades de acesso aos sistemas de transmissão de energia elétrica;
- incapacidade de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis, inclusive ambientais que viabilizem os projetos;
- incapacidade de cumprir com todas as condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento ambiental dentro dos prazos por nós estimados;
- responsabilização por danos causados ao meio ambiente em razão da implementação de nossos empreendimentos, ou de atividades realizadas por terceiros relativas à instalação e operação de nossos empreendimentos;
- alterações na legislação e regulamentação vigentes e imposição de futuras legislações e regulamentos, ensejando expressivos atrasos na condução dos projetos, gastos de capital e aumento dos custos operacionais;
- incapacidade de obter a posse ou a titularidade dos imóveis necessários para a implantação dos projetos dentro dos prazos e preços inicialmente previstos, seja por atrasos nos procedimentos de regularização fundiária, na aquisição ou arrendamento de terras, ou ainda, por dificuldade de obtenção de ordem judicial para imissão de posse nos imóveis, dentre outros fatores;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- incapacidade de obter a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para transferência da titularidade dos projetos e para eventuais alterações nos projetos que adquirimos ou desenvolvemos;

- possibilidade de imposição pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") de restrições operativas relacionadas à capacidade e ou estabilidade de escoamento de energia pelas linhas de transmissão;

- advento ou alteração de regulamentos ou de conjuntura do mercado, em particular para vendas de energia elétrica no ACR ou no ACL, que nos impeçam ou limitem a indexação de nossas contas a receber de acordo com certos índices, conforme permitido atualmente, o que pode gerar menor retorno ou até mesmo perda no valor de investimentos a realizar no futuro;

- incapacidade de obter ventos médios em linha com as medições e expectativas utilizadas para a decisão de investimento em projetos eólicos; aspectos ambientais não previstos que onerem em excesso os projetos e causem atrasos;

- alterações climáticas que causem secas prolongadas, interferência no regime de velocidade e frequência de ventos, alterações nos regimes hidrológicos, entre outros;

- invasões de movimentos sociais organizados nos canteiros de obras que causem paralisação dos trabalhos; e

- demandas excessivas de movimentos sociais organizados não previstas, tais como, reivindicações de reassentamento, concessão de compensações ou indenizações acima dos valores previstos; indisponibilidade de mão-de-obra qualificada.

Ademais, nossas demonstrações financeiras históricas individuais e consolidadas têm comparabilidade limitada e podem não fornecer uma base para avaliação das perspectivas comerciais ou do valor futuro das nossas Ações.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, nossa situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez ou negócios futuros, bem como de nossas subsidiárias, e no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" e na seção "5. Riscos de Mercado" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado".

a) com relação à Companhia

Nossas operações e projetos de investimento podem apresentar prejuízos ou fluxos de caixa negativos por um período indeterminado.

Incorremos em prejuízos em 2009 e em 2010, e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, como resultado da associação entre os ativos de energias renováveis da ERSA – Energias Renováveis S.A. ("ERSA") e da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e aliado ao crescimento do nosso portfólio de ativos em operação, atingimos um lucro líquido de R$70,9 milhões e R$8,3 milhões, respectivamente. Ao longo destes últimos anos, realizamos também desembolsos significativos em investimentos (i) na construção de nossos projetos; (ii) no desenvolvimento do nosso portfólio de ativos; (iii) na aquisição de novos projetos e sociedades; e (iv) na instalação de nossa infraestrutura operacional.

Prevemos incorrer em expressivos investimentos de capital e, consequentemente, em expressivos desembolsos ao longo de vários anos em razão das atividades por nós planejadas. Dessa forma, podemos não alcançar a rentabilidade prevista em nosso plano de negócios ou fluxo de caixa positivo, o que pode nos impedir de pagar dividendos ou saldar as demais obrigações tempestivamente, comprometendo nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de realizar a construção, implantação, operação e aquisição de projetos a preços e em condições previstos inicialmente em nossa estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre o nosso crescimento e sobre os nossos resultados.

O crescimento da nossa receita depende significativamente da nossa capacidade de alocar capital eficientemente e de desenvolver e explorar os empreendimentos, ou seja, prospecção, construção, implementação, aquisição e operação, bem como de adquirir e renovar nossas autorizações de forma a fornecer um retorno de capital eficaz para nossos acionistas.

Na fase de construção e implementação, poderemos não ser capazes de concluir o projeto de determinados empreendimentos dentro do cronograma ou do orçamento inicialmente estimado devido a uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando a: (i) fenômenos naturais, condições ambientais e condições geológicas adversas; (ii) incapacidade e demora na obtenção da posse, aquisição ou arrendamentos das terras necessárias à implantação dos projetos e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras, bem como manutenção de nosso direito de passagem nos imóveis; (iii) atrasos na obtenção de todas as licenças, autorizações e aprovações por parte dos órgãos reguladores, incluindo as licenças ambientais, cujas condicionantes podem impactar nossos projetos elevando significantemente os prazos e valores inicialmente estimados para a instalação de um empreendimento; (iv) falhas nos serviços necessários, incluindo imprevistos de engenharia que podem levar a construções fora dos padrões aceitáveis, levando a riscos de acidentes e impondo custos adicionais para adequação das construções; (v) disputas com empreiteiros e subempreiteiros, bem como atrasos na aquisição de equipamentos e incapacidade de desenvolver infraestrutura no local; (vi) dificuldades na integração de novos administradores e colaboradores em nossa organização, bem como na obtenção de mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (vii) disputas trabalhistas; (viii) mudanças nas condições de mercado; (ix) atrasos na obtenção de capital de giro adequado ou de outra modalidade de financiamento para completar construções e para iniciar operações de projetos; (x) necessidade de atualizar sistemas de contabilidade, informações administrativas e recursos humanos; (xi) outros problemas e circunstâncias que podem resultar no aumento dos investimentos para construção e implementação dos projetos.

Já a operação das nossas instalações envolve diversos riscos, incluindo os seguintes: (i) desempenho da turbina abaixo dos níveis de saída ou eficiência esperados ou dos contratados; (ii) desligamentos ou a obstrução da turbina devido ao desgaste, design ou defeito de fábrica ou avaria ou falha do equipamento, falta de peças de substituição, equipamento ou reposição ou sobrecargas das redes externas de transmissão e distribuição de eletricidade; (iii) defeitos de design ou de fabricação das turbinas; (iv) incapacidade de operar as turbinas de acordo com as especificações do projeto; (v) aumentos dos custos das operações, incluindo os custos relativos a litígios trabalhistas que afetam nossas usinas diretamente ou nossas partes do contrato, os custos relativos à operação e manutenção de equipamentos, seguros e tributos imobiliários; (vi) risco de implementação; (vii) riscos de danos ao meio ambiente, que podem ensejar ações judiciais por parte de órgãos fiscalizadores, entidades de proteção ambiental e do Ministério Público, requerendo pagamento de compensação por danos eventualmente causados ou, ainda, a paralisação das atividades e desativação de um determinado empreendimento; (viii) desastres naturais, tais como incêndios, terremotos, explosões, inundações ou outros eventos de força maior, atos terroristas ou outras ocorrências semelhantes que poderiam resultar em danos pessoais, perda de vida, perigo ambiental ou lesões graves ou destruição de uma usina ou suspensão das suas operações; (ix) erros de operação; (x) não obtenção das autorizações necessárias, inclusive ambientais, ou impossibilidade de atendimento às condicionantes; (xi) incapacidade de operar dentro das limitações que possam ser impostas por autoridades governamentais para o uso das propriedades, ambientais ou outros requisitos regulamentares; (xii) conflitos com os proprietários do sítio ou proprietários de terras adjacentes, inclusive queixas de ruído ou incômodo; (xiii) necessidade de uso pelo governo, decretação de bem de utilidade pública ou eventos similares; (xiv) dificuldades de desenvolvimento e crescimento; (xv) dificuldades para obter imóveis para a instalação de nossos projetos; e (xvi) dificuldades no desenvolvimento de projetos competitivos e de qualidade.

Adicionalmente, poderemos não ser capazes de operar nossas usinas conforme esperado e, portanto, podemos não vir a gerar a energia esperada em nossas usinas em função de diversos fatores tais como: (i) alterações na regulamentação ambiental, exigindo novas adequações nos projetos e consequentes gastos de capital e aumento de custos operacionais; (ii) diferença entre o preço de venda da energia a ser gerada por nossas usinas e o preço da energia contratada por meio de Contratos de Energia de Reserva devido a alterações do volume hídrico, da intensidade dos ventos ou da quantidade de biomassa disponível que poderão divergir daqueles considerados em estudos realizados na fase de projeto; entrada em operação comercial das usinas em data posterior à estimada; e (iii) indisponibilidade de geradores em nível superior aos índices de desempenho de referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Ademais, após o início da operação de nossas usinas, poderemos ser obrigados a realizar investimentos adicionais em estrutura e equipamentos não previstos nos nossos orçamentos, principalmente em função do desgaste de nossos ativos, sejam eles recém adquiridos ou que estejam em atividade há diversos anos.

Por fim, a concorrência na aquisição de empresas em mercados nos quais temos interesse poderá resultar em preços mais altos que os habituais para a aquisição de tais negócios, afetando adversamente o ritmo de aquisições ou mesmo o seu grau de sucesso. Podemos não ser capazes de atingir os benefícios que esperamos como resultado das aquisições que poderemos realizar. Podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões civis, tributárias, trabalhistas, ambientais, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas ou projetos-alvos, e outras questões regulatórias relativas a ANEEL. Além disso, eventuais aquisições de outras empresas de energia elétrica estão sujeitas aos limites estabelecidos pela ANEEL, como, por exemplo, a aprovação da mudança do controle das empresas adquiridas, o que pode consumir uma parte do tempo e atenção de nossa administração, não sendo garantida a aprovação de tais aquisições pelos órgãos reguladores competentes. Qualquer processo de integração com empresas adquiridas pode demandar tempo e recursos relevantes, e podemos não conseguir conduzir este processo com êxito, de modo que as nossas receitas e resultados consolidados com os das empresas adquiridas podem ser afetados de maneira adversa.

A ocorrência de qualquer um dos eventos anteriores poderá resultar na perda das nossas licenças e autorizações, na impossibilidade de realização ou manutenção de projetos pela Companhia, na redução significativa ou eliminação das receitas decorrentes da operação de nossas usinas, no aumento significativo dos custos de exploração, na necessidade de maiores gastos, na queda da produção de eletricidade, em danos pessoais ou morte do operador ou de outros, além de danos para um comprador de energia e, por conseguinte, poderia ter um efeito adverso em nossos negócios, na nossa situação financeira ou no resultado das nossas operações.

De acordo com nossos contratos de venda de energia no mercado regulado, podemos ser penalizados pela nossa eventual incapacidade de fornecimento de energia.

Firmamos contratos de venda de energia estabelecendo prazos específicos para entrega de energia. Todos os nossos contratos contêm disposições que nos obrigam a entregar a energia de acordo com níveis razoáveis de produção esperada de nossas usinas.

Em algumas situações, tais contratos são firmados ainda na fase de construção e implementação dos nossos projetos, de modo que eventuais atrasos na sua construção e na implantação podem provocar atraso no início de geração e entrega da energia contratada.

No caso de atrasos em determinados contratos, podemos ser obrigados a comprar energia para honrar nossos compromissos. Tal compra pode ser feita por meio de agentes qualificados que operem na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE"), por um preço superior ou igual ao Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), que pode ser mais caro que os dos contratos de venda por nós celebrados, prejudicando o nosso resultado. Eventuais atrasos nos projetos que possuem energia contratada por meio de contratos de energia de reserva implicarão penalidades financeiras para os projetos e impactarão negativamente o nosso resultado. Ademais, eventual descumprimento do fornecimento poderá gerar penalidades impostas pela ANEEL e CCEE, tais como ajustes de volumes, preços, ou até o término dos respectivos contratos e revogação das autorizações, o que inviabilizaria os nossos projetos e influenciaria de forma adversa os nossos resultados.

Nossos contratos financeiros possuem garantias reais e fidejussórias, bem como obrigações e restrições específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de índices financeiros, sendo que qualquer inobservância dessas obrigações pode comprometer nossos resultados e nossa condição financeira.

Nossos contratos financeiros preveem que nós ou nossas controladas cumpram com diversas obrigações, tais como necessidade de autorização prévia para alteração do nosso controle e oneração de nossos ativos. Os contratos financeiros também estabelecem o dever de observância de certos índices, incluindo índices de cobertura de dívida. Não há como garantir que nós atingiremos todos os índices contratados no futuro. Qualquer descumprimento aos termos dos contratos financeiros poderá resultar na decisão dos credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros e, consequentemente, executar as garantias concedidas. Nossos ativos e fluxos de caixa podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de nossos contratos de financiamento, tanto na hipótese de vencimento normal quanto de vencimento antecipado decorrente de inadimplemento. Caso as garantias sejam executadas em virtude do vencimento antecipado de dívidas, nossos resultados e condição financeira podem ser comprometidos, o que pode impactar adversamente nossos resultados. Não podemos assegurar que seremos capazes de cumprir com os compromissos financeiros e outras obrigações impostas pelos contratos financeiros no futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A perda dos membros da nossa administração ou nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado poderá ter um efeito material adverso sobre nossas atividades, situação financeira e em nossos resultados.

A execução de nossas atividades, a implementação de nossos projetos e a capacidade de manter nossa posição competitiva dependem dos serviços prestados por membros da nossa administração e por nosso pessoal técnico. Se não formos capazes de mantê-los, teremos de atrair e, possivelmente, treinar pessoal adicional, em especial, para a área técnica, o qual pode não estar disponível no momento ou ter um custo elevado. Oportunidades atraentes no Brasil e em outros países poderão afetar nossa capacidade de contratar ou de reter os talentos que precisamos, de modo que não podemos garantir que teremos êxito em manter e atrair pessoal qualificado e renomado no mercado necessário para desenvolver nossa equipe e nossos negócios. Se não conseguirmos tal feito, poderemos ser incapazes de administrar nossos negócios de modo eficiente, o que pode ter um efeito adverso sobre nossos resultados.

Durante a construção, implementação, e operação de nossos projetos, poderemos incorrer em prejuízos e ser considerados responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, cujos respectivos seguros contratados podem ser insuficientes para cobri-los.

Poderemos ser responsabilizados por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na construção, implementação, e operação de nossas usinas, que acarretem interrupções ou distúrbios nos sistemas de distribuição ou transmissão; (ii) quaisquer danos causados ao meio ambiente ou a terceiros decorrente do desenvolvimento de nossas atividades, ainda que não tenhamos concorrido para isso; ou (iii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a nenhum agente identificado do setor elétrico. Não é possível garantir que nossas apólices de seguro serão adequadas ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos durante o período de construção e operação do projeto. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou cuja cobertura de seguro seja insuficiente pode ter um efeito adverso em nossa Companhia e nos resultados operacionais. Além disso, nós não poderemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso em nossa Companhia, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento, exigirão capital adicional, que talvez não esteja disponível ou não esteja em condições favoráveis.

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, exigem uma quantidade significativa de investimento em capital fixo. Será necessário que busquemos capital adicional, seja mediante a emissão de títulos de dívida, tomada de empréstimos ou mediante a emissão de ações. Nossa capacidade futura de captação de recursos dependerá de nossa rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica brasileira e mundial. É possível que tal capital adicional não esteja disponível ou não esteja em condições favoráveis. Se financiarmos nossas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por escritura de emissão ou por outro instrumento contendo obrigações que restrinjam nossa flexibilidade operacional. A restrição à captação em condições aceitáveis à nossa Companhia poderá ter um efeito adverso sobre nós. Ademais, caso incorramos em endividamento adicional, os riscos associados a nossa alavancagem financeira, tais como a possibilidade de não conseguirmos gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, poderão aumentar, causando um efeito adverso relevante sobre nós.

b) <u>com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle</u>

Os interesses de nosso acionista controlador podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Nosso acionista controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nosso acionista controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos outros investidores e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nosso acionista controlador poderá optar pelo cancelamento da negociação de nossas ações no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o que poderia implicar na alteração da liquidez e do preço de nossas ações, bem como alteração dos direitos de nossos acionistas minoritários. Além disso, é possível que o cancelamento da negociação de nossas ações no Novo Mercado ocorra por motivos alheios à nossa vontade.

Nosso acionista controlador poderá, a qualquer momento, requerer o cancelamento de nossa listagem no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das nossas ações e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. Nossa saída do Novo Mercado não implicará na perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

Se a saída do Novo Mercado ocorrer para que as nossas ações passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, nosso acionista controlador deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações ("OPA") pertencentes aos nossos demais acionistas. O preço da OPA corresponderá, no mínimo, ao valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação cujo resultado independerá da ingerência do nosso acionista controlador ou de nossa administração. O valor econômico apurado conforme o laudo de avaliação não estará sujeito à revisão e a saída do Novo Mercado não dependerá de quórum mínimo de aceitação da OPA por parte dos acionistas titulares de ações em circulação da Companhia.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado pelo período de dois anos subsequentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após nossa saída do Novo Mercado.

A cotação e a liquidez das nossas ações podem ser adversamente afetadas após a realização da OPA o que poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores alienarem as ações pelo preço e momento desejados.

c) com relação aos acionistas da Companhia

Nossas Ações nunca foram negociadas em bolsa de valores e, portanto, um mercado secundário ativo para elas pode não se desenvolver ou a cotação das nossas Ações pode ser adversamente afetada após a nossa oferta pública inicial de Ações. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de alienarem suas Ações ou negociá-las pelo preço e no momento desejado.

Antes de nossa oferta inicial, as nossas Ações não eram negociadas em bolsa de valores. Ademais, um mercado ativo e líquido de negociação poderá não se desenvolver ou, se for desenvolvido, poderá não conseguir se manter. Investimento em valores mobiliários é considerado especulativo por natureza.

Ademais, valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o brasileiro, envolve, um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários negociados em países que possuem cenários políticos e econômicos mais estáveis. O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") apresentou uma capitalização de mercado de aproximadamente R$2,5 trilhões em 31 de dezembro de 2012, e um volume médio diário de negociação no mercado à vista de R$6,9 bilhões durante o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, as dez ações mais negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por 46% do volume total de ações negociadas na BM&FBOVESPA em 2012. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das nossas Ações de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização de nossas Ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O preço das nossas Ações na nossa oferta inicial será determinado por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento com investidores institucionais, realizado pelos coordenadores da nossa oferta (*bookbuilding*), que não é indicativo do preço pelo qual as nossas Ações serão comercializadas no mercado após a nossa oferta inicial. O preço de mercado das nossas Ações poderá variar por diversas razões, incluindo aquelas descritas nesta seção.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas no mínimo 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira. Ademais, considerando que recentemente realizamos aquisições relevantes de ativos e projetos, a amortização do ágio gerado em tais aquisições poderá reduzir significativamente o nosso lucro e, consequentemente, a capacidade de distribuição de dividendos aos nossos acionistas. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nos últimos três exercícios sociais, não distribuímos dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de nossas ações.

Podemos ter que buscar capital adicional no futuro.

Podemos ter que buscar recursos financeiros adicionais por meio de emissão, pública ou privada, de títulos de dívida, de ações, ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar na diluição da participação do investidor nas nossas ações.

d) <u>com relação às controladas e coligadas da Companhia</u>

Somos uma sociedade *holding* e dependeremos dos resultados de nossas subsidiárias, que podem não ser distribuídos.

A nossa capacidade de distribuir dividendos aos nossos acionistas dependerá do fluxo de caixa e dos lucros de nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou de que serão suficientes para o pagamento das nossas obrigações e para a distribuição de dividendos aos nossos acionistas.

Podemos não ser capazes de extrair as sinergias que planejamos entre nossas coligadas ou controladas.

Grande parte do nosso sucesso depende das sinergias com nossas controladas, que visam o aumento do volume de vendas realizadas, bem como a redução de custos e despesas. As sinergias entre nós e nossas controladas incluem, dentro outros aspectos, (i) a unificação dos esforços comerciais de venda de energia; (ii) a unificação dos esforços comerciais de compra de insumos e custos de produção; (iii) a unificação dos esforços de contratação de empregados; e (iv) a unificação dos custos e investimentos relativos à tecnologia da informação, publicidade, logística e atendimento ao cliente. Podemos não ser capazes de extrair adequadamente as sinergias necessárias para aumentar nossas vendas e diminuir nossos custos de produção, o que pode afetar negativamente nosso negócio.

Participações em sociedades de propósito específico ("<u>SPEs</u>") poderão resultar em riscos de natureza fiscal.

Os investimentos em SPEs incluem, dentre outros, o risco de as SPEs terem seu regime de tributação pelo lucro presumido questionado pelas autoridades fiscais. Eventual autuação fiscal nesse sentido poderá impactar significativamente o resultado de nossas subsidiárias e, por consequência, os resultados da Companhia.

e) <u>com relação aos fornecedores da Companhia</u>

Contratamos empresas prestadoras de serviços para a construção, operação e manutenção de nossas centrais geradoras de energia elétrica. Caso estes serviços não sejam adequadamente executados, nossa situação financeira e nossos resultados poderão ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A implantação de nossos projetos depende, em grande parte, do fornecimento de equipamentos e serviços que contratamos junto a terceiros altamente especializados, tais como serviços de engenharia relacionados à construção de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Assim, celebramos e celebraremos contratos de fornecimento de equipamento, de prestação de serviços de desenvolvimento, construção, operação e manutenção de nossas centrais geradoras de energia elétrica com diversos prestadores de serviços.

A incapacidade ou indisposição desses terceiros em fornecer equipamentos ou prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) acarretar no inadimplemento de nossas obrigações previstas nas autorizações concedidas pela ANEEL, (ii) colocar em risco a preservação das nossas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das nossas usinas, consequentemente, sujeitando-nos a menor receita de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em nossos contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, bem como na regulamentação do setor elétrico, causando um efeito adverso sobre nós. Igualmente, impactos adversos sofridos por nossos fornecedores podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos equipamentos ou serviços contratados e, consequentemente, podem levar a um impacto no resultado de nossos projetos.

Ademais, poderemos ser considerados solidariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas pelos prestadores de serviços terceirizados, o que poderá gerar um efeito adverso relevante em nossa situação financeira e nossos resultados. Finalmente, conforme a regulamentação civil ambiental, poderemos ser considerados solidariamente e objetivamente responsáveis por quaisquer danos ambientais em decorrência das atividades realizadas pelos prestadores de serviços terceirizados, o que também poderá gerar um efeito adverso relevante em nossa situação financeira e nossos resultados.

Nossos fornecedores de energia podem não ter capacidade de cumprir com os acordos firmados com a Companhia.

Possuímos contratos com terceiros que estabelecem a obrigação de que eles nos forneçam energia em determinados padrões pré-estabelecidos. Não podemos garantir que os terceiros não sofrerão redução ou interrupção na capacidade de geração e entrega de energia elétrica para a Companhia, como, por exemplo, por incapacidade de adquirir insumos para a geração ou mesmo a falência do terceiro. Não podemos garantir também a entrada em operação comercial destes terceiros dentro do cronograma estabelecido pela ANEEL, ou que estes terceiros não terão sua garantia física de energia reduzida. Caso tais fatos ocorram, teremos que adquirir no mercado *spot* a energia que deixamos de receber deles, para que cumpramos com as obrigações impostas pelos nossos contratos de compra e venda de energia com nossos clientes. Não podemos garantir que tenhamos como cobrar as indenizações previstas nos contratos que temos com aqueles terceiros nem que tais indenizações sejam suficientes para cobrir eventuais perdas que poderemos sofrer caso tenhamos que adquirir a energia no mercado *spot*.

Em 22 de junho de 2012, a Baldin Bioenergia S.A. ingressou na justiça do Estado de São Paulo com pedido de recuperação judicial. O pedido foi aceito pelo juízo e o plano de recuperação judicial foi aprovado. A Baldin Bioenergia S.A. é nossa parceira comercial na UTE Baldin, que possui capacidade instalada de 45MW e está localizada no município de Pirassununga, Estado de São Paulo. Caso a Baldin Bioenergia S.A. deixe de cumprir suas obrigações no âmbito do plano de recuperação judicial, poderá haver a falência da Baldin Bioenergia S.A. e a consequente paralisação das atividades de co-geração de energia elétrica da UTE Baldin, o que poderá causar aumento de nossos custos operacionais associados à UTE Baldin, resultantes de eventual necessidade de compra de energia no mercado *spot* para que possamos cumprir as obrigações contratuais assumidas pela UTE Baldin.

f) <u>com relação aos clientes da Companhia</u>

Estamos sujeitos ao risco de inadimplência de nossos clientes, o que pode impactar negativamente a nossa situação financeira e o nosso resultado.

Em nossos projetos de investimento celebramos diversos contratos com compradores da energia gerada. Não podemos garantir que as contrapartes honrarão tais contratos. No caso de descumprimento dos termos dos contratos por algum cliente, podemos ter nossas operações comprometidas e consequentemente sofrer um impacto negativo em nossa situação financeira e nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, como as vendas de energia elétrica no ACL não dispõem de garantias de pagamento semelhantes às observadas nos contratos decorrentes dos leilões de compra e venda de energia, a eventual inadimplência de nossos clientes poderá resultar em contingências e eventuais dificuldades de recuperação de nossos créditos. Como nossos contratos de venda são de longo prazo, não podemos garantir que a qualidade do crédito do comprador continuará a mesma e que o mesmo honrará o contrato durante toda a sua vigência. Uma eventual elevação no nível de inadimplência dos nossos clientes poderá gerar um efeito adverso relevante em nossa situação financeira e comprometer nossos resultados.

g) com relação ao setor de atuação da Companhia

O aumento na demanda por energia elétrica no Brasil e o crescimento do setor de energias renováveis poderão não se confirmar ou ser inferiores às nossas estimativas ou poderão ser supridos por outros projetos de geração de energia elétrica.

Nossos investimentos em novos projetos de geração de energia elétrica foram baseados na expectativa de aumento da demanda por energia elétrica nos próximos anos e no potencial estimado de crescimento do setor de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Esse aumento da demanda e crescimento do setor de energias renováveis em relação ao setor de geração de energia elétrica em geral poderão não ocorrer ou ser inferiores ao inicialmente estimado.

A demanda pela energia gerada pode ainda ser negativamente afetada pelo avanço no desenvolvimento de alternativas energéticas que poderão reduzir significativamente o consumo de energias renováveis. Quaisquer avanços na tecnologia que exijam investimentos significativos para manter a nossa competitividade ou que de outra forma reduza a demanda por energias renováveis poderá ter um efeito material adverso sobre nossos negócios e desempenho financeiro.

Além disso, um eventual aumento da demanda, seja ele inferior, igual ou superior ao aumento estimado, poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica a partir de fontes não renováveis, grandes hidrelétricas, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a entrar em operação no futuro. Nessa hipótese, nós teremos dificuldades para comercializar energia de nossos projetos, limitando nossa capacidade de crescimento e gerando um efeito adverso sobre nossa situação financeira e nossos resultados.

A tudo isso, soma-se o fato de que nossas autorizações para geração de energia elétrica nos submetem ao regime de produção independente de energia elétrica, o qual, por definição legal e regulamentar, obriga-nos a comercializar a energia que geramos por nossa conta e risco, ou seja, sem qualquer garantia de mercado consumidor para a energia elétrica. Consequentemente, caso não sejamos capazes de comercializar a totalidade da energia gerada, teremos que liquidar a quantidade não contratada aos valores de PLD, o que pode ocasionar uma redução de nossa receita estimada, gerando um efeito adverso em nossa situação financeira e em nossos resultados.

Movimentos populares, em especial os de natureza reivindicatória, poderão afetar os custos de construção de nossas usinas, bem como comprometer a sua operação normal, afetando a nossa rentabilidade.

Movimentos populares tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e movimentos ambientalistas ou de defesa de populações indígenas, além de Organizações Não Governamentais, são ativos no País e muitas vezes posicionam-se contrariamente à construção de usinas ou organizam as populações atingidas pela construção de usinas para fazer reivindicações. A invasão e ocupação de obras de usinas ou mesmo de usinas em operação por tais movimentos sociais não é uma prática incomum e, em certas áreas, inclusive aquelas em que provavelmente venhamos a investir, as usinas não dispõem de proteção policial. Consequentemente, não podemos garantir que nossas usinas não ficarão sujeitas a invasões, ocupações ou solicitações por grupos do gênero, o que poderá aumentar os custos dos nossos projetos e afetar adversamente nossos resultados. Ademais, ainda que tenhamos obtido as licenças ambientais necessárias, a implantação de nossos projetos pode ser alvo de questionamento judicial, o que poderá atrasar de forma considerável o cronograma de implantação ou, ainda, inviabilizar nosso empreendimento.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A participação no Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") para nossos projetos hídricos pode não garantir a cobertura da demanda de clientes, sujeitando-nos às penalidades pela não entrega da energia contratada, incluindo o pagamento de multas ou compra de energia no âmbito da CCEE de forma a suprir os volumes contratados em função de atrasos na implantação dos projetos, o que poderá afetar negativamente os nossos resultados futuros.

O Sistema Interligado Nacional ("SIN") opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, e as usinas hidrelétricas ("UHE"), incluindo as nossas pequenas centrais hidroelétricas ("PCH"), estão sujeitas não só à variação nas condições hidrológicas verificadas na região geográfica em que operam, como também em outras regiões do País. Diante da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, a energia assegurada do MRE é escalonada de forma a refletir os números efetivos de geração do MRE, ou seja, a energia gerada pelos membros do MRE é ajustada de forma que os membros que produziram menos energia do que sua energia assegurada comprem dos membros que produziram mais energia do que sua Energia Assegurada, mediante pagamento da Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que em 31 de março de 2013 era de R$10,01/MWh. A TEO é reajustada no início de cada ano pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Diante de cenários desfavoráveis, onde a energia total gerada no MRE seja inferior à soma das energias asseguradas de todas as usinas participantes, poderemos ser obrigados a adquirir a energia no ambiente de contratação livre ou no mercado *spot*, no qual o preço do MWh é bastante volátil, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossos resultados futuros.

Nossos resultados operacionais dependem de condições hidrológicas e eólicas favoráveis, além da manutenção das safras de cana-de-açúcar e demais culturas para produção de biomassa. Níveis pluviométricos baixos, a alteração no regime dos ventos, quebras em safras que reduzam a disponibilidade de biomassa, bem como uma escassez e racionamento de energia, poderão causar um efeito relevante e adverso sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Nas situações em que o regime pluviométrico afete os montantes de água necessários à recomposição dos reservatórios ou manutenção da vazão mínima dos rios, poderá haver reduções compulsórias das quantidades de energia elétrica comercializada, sendo tal redução compartilhada de forma *pro rata* entre todos os agentes geradores de energia elétrica conectados ao SIN. O regime de chuvas e a vazão dos rios podem ser afetados por uma série de fatores, dentre os quais, temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem, acúmulo de sedimentos no leito do rio, bem como as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Tal risco materializou-se no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, quando o País enfrentou um racionamento de energia elétrica, tendo o Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise Energética ("CGE"), imposto aos agentes de geração de energia hidrelétrica e aos consumidores finais uma redução compulsória da disponibilidade de energia elétrica em percentual de aproximadamente 20% do consumo de energia durante esse período. Em 2012 os níveis dos reservatórios abaixaram substancialmente com relação aos anos anteriores devido às baixas afluências que ocorreram, consequentemente, a partir de novembro de 2012 resultou em um aumento significativo do PLD. Se houver outra situação de risco sistêmico e escassez generalizada de energia hidrelétrica, o governo poderá impor redução compulsória da garantia física/energia segurada dos geradores de energia elétrica, bem como no consumo de energia elétrica pelos consumidores finais, para fins de recomposição dos reservatórios das UHEs e das PCHs, que podem reduzir proporcionalmente a quantidade de energia elétrica vendida pelas geradoras, causando um efeito adverso sobre nossos resultados.

Caso nossas projeções a respeito do regime de ventos para o desempenho das nossas Usinas Eólicas não estejam precisas, poderemos incorrer em receitas de venda de energia elétrica inferiores às receitas estimadas. Com base em estudos independentes, projetamos a geração de energia elétrica para nossas Usinas Eólicas. Correntes de vento podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem, bem como as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Caso as estimativas acerca do regime de ventos não se concretizem no futuro, nossas Usinas Eólicas poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre nossos resultados.

Em situações em que a safra de cana-de-açúcar de nossos parceiros em estruturas de consórcio para produção de excedentes de energia através das Usinas Térmicas movidas a Biomassa de cana-de-açúcar passe por redução de produção, poderemos incorrer em receitas de venda de energia inferiores às originalmente projetadas. Todas as projeções da Companhia são realizadas conforme históricos de produção e consumo interno dos parceiros. Efeitos como chuvas excessivas, redução de valores das commodities, desaquecimento da economia mundial, entre outros, podem afetar diretamente a produção e consequente geração de biomassa de nossos parceiros, causando efeitos adversos sobre nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossa estratégia de crescimento considera a crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro em linha com a regulamentação vigente.

Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos empreendimentos de geração de fonte hidráulica, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Nesta fase, existem riscos inerentes ao desenvolvimento de projetos, devido ao processo de competição estimulado pela própria Agência.

A exploração dos potenciais hidrelétricos enquadrados como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), submetida ao regime de autorização, é sujeita ao processo de seleção de projeto básico definido pela ANEEL, nos termos do disposto na Resolução nº 343/2008, em caso de mais de um interessado no mesmo potencial hidráulico.

De acordo com a referida regulamentação, a ANEEL, nos casos onde houver disputa, utilizará os seguintes critérios para selecionar o empreendedor apto a explorar a PCH, considerando os projetos apresentados pelos interessados, visando aumentar o número de agentes produtores de energia elétrica e assegurar maior competitividade para a outorga de autorização, na seguinte ordem:

I – aquele cujo projeto básico esteja em condições de obter o aceite dentro dos prazos estabelecidos;

II – aquele que tenha sido o responsável pela elaboração do respectivo estudo de inventário, observados os termos da Resolução nº 393, de 4 de dezembro de 1.998; e

III – aquele que for proprietário da maior área a ser atingida pelo reservatório do aproveitamento em questão, com documentação devidamente registrada em cartório de imóveis até o prazo de quatorze meses após a efetivação do primeiro registro na condição de ativo.

Ressalta-se que as situações de disputa apenas ocorrerão quando houver a existência de mais de um interessado e, portanto, a entrega de mais de um projeto básico para o mesmo potencial, dentro dos prazos estabelecidos. Extrapolado o referido prazo, será avaliado o único projeto básico protocolado em condições de aceite, para fins de outorga da autorização.

Por outro lado, por meio da Resolução Normativa nº 393/98, com redação dada pela Resolução Normativa nº 343/2008, é assegurado ao autor dos estudos de inventário e de revisões de inventário o direito de preferência a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do potencial inventariado, ou, no mínimo, um aproveitamento identificado, desde que enquadrado(s) como PCH(s). Verifica-se, desta forma, que em relação ao percentual sobre o qual se tenha o direito de preferência, não se aplicam os critérios de seleção estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 343/2008.

Para os demais projetos não caracterizados como PCHs e com potência instalada entre 1 e 50 MW, segundo a Resolução nº 412/2010, a ANEEL, nos casos onde houver disputa, utilizará os seguintes critérios para selecionar outros interessados no aproveitamento:

I – aquele cujo projeto básico esteja em condições de obter o aceite dentro dos prazos estabelecidos;

II – aquele que tenha sido o responsável pela elaboração do respectivo estudo de inventário, observados os termos da Resolução ANEEL nº 393/1998;

III – aquele que tenha protocolado primeiro o projeto básico na ANEEL com as disciplinas cartografia, topografia, hidrologia e estudos energéticos em condições de aprovação sem necessidade de complementação, nos termos do ANEXO IV da referida Resolução;

IV – aquele que tenha protocolado primeiro o projeto básico na ANEEL.

O principal risco neste processo refere-se ao item IV, pois é aquele que definirá o agente selecionado, em uma eventual disputa, em que os concorrentes se encontram em condições de igualdade, cumprindo todos os demais requisitos que são de sua própria gestão.

A Resolução Normativa nº 393/98, com a redação dada pela Resolução Normativa nº 412/2010, também assegura, alternativamente ao direito de preferência previsto na Resolução ANEEL nº 343/2008, ao autor dos estudos de inventário e de revisões de inventário, o direito de preferência a 1 (um) eixo de potência maior do que 1.000 kW e igual ou inferior a 50.000 kW, sem características de PCH, porventura identificado no potencial inventariado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Contudo, o autor do inventário não fará jus as preferências asseguradas pela Resolução Normativa nº 393/98, caso se trate de revisão de inventário aprovado em período inferior a oito anos, a contar da data de solicitação do registro da revisão.

Adicionalmente, embora a autoria dos estudos de inventário seja um critério de preferência relevante tanto para garantir a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas, quanto para os empreendimentos entre 1 (um) e 50 (cinquenta) megawatts sem características de PCH, a aprovação dos estudos de inventário elaborados pela empresa também passam por processo de seleção, segundo os critérios definidos nas Resoluções Normativas nº 398/2001 e 393/1998. Sendo assim, mesmo para os casos em que a empresa esteja em processo de aprovação de inventário hidrelétrico, não há garantia de que lhe será dada preferência para exploração dos referidos potenciais, pois os próprios estudos de inventário também são objeto de seleção pela ANEEL, o que constitui risco adicional.

Assim, por se tratar de um processo competitivo entre empresas estatais e privadas, não se pode assegurar que teremos pleno êxito em obter as autorizações outorgadas pela ANEEL de todos os aproveitamentos de interesse, tendo em vista os fatores alheios ao nosso controle, dadas as regras aplicáveis às disputas pelos projetos. Caso não consigamos gerenciar com sucesso os riscos da competição por potenciais hidrelétricos, pode haver impactos em nossa capacidade de crescimento e nossos resultados.

Dificuldades em obter licenciamento ambiental podem nos sujeitar a um aumento significativo de custos que podem afetar adversamente nosso resultado.

Para o desenvolvimento e operação dos nossos projetos de geração de energia, é necessária a obtenção das seguintes licenças ambientais: (i) Licença Prévia, que atesta a viabilidade ambiental de um determinado empreendimento; (ii) Licença de Instalação, que autoriza a execução das obras; e (iii) Licença de Operação, que garante a geração de energia por meio da operação da usina. Como esse processo depende da gestão de terceiros e da aprovação dos órgãos ambientais, situações não conformes podem comprometer o processo de licenciamento ambiental dos projetos, acarretando atraso na obtenção das licenças, o que poderá comprometer o cronograma de implantação e operação dos projetos e, consequentemente, gerar prejuízos decorrentes de alterações no fluxo de caixa. Ademais, há casos nos quais, a qualquer momento do processo de licenciamento, podem ser estabelecidas exigências que inviabilizem economicamente os projetos.

Adicionalmente, as nossas licenças e autorizações emitidas podem expirar e não serem renovadas, comprometendo o prazo de implantação e exploração dos projetos. Tempestivamente, mesmo de posse de uma licença, podem haver questionamentos judiciais em relação ao processo de licenciamento ambiental que interrompam temporária ou definitivamente a implantação do empreendimento, causando atrasos ou mesmo interrupções dos nossos projetos de investimento, e portanto, poderiam comprometer nossos resultados.

O mercado de créditos de carbono ainda é incipiente e pode não se desenvolver de forma relevante.

A preocupação com o meio ambiente levou os países da Organização das Nações Unidas ("ONU") a assinarem um acordo que estipulasse controle sobre as intervenções humanas no clima. Este acordo nasceu em dezembro de 1999 com a assinatura do Protocolo de Kyoto. Em resumo, o Protocolo de Kyoto determina que países desenvolvidos signatários, reduzam suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2%, em média, relativas ao ano de 1990, entre 2008 e 2012. Esse período é também conhecido como primeiro período de compromisso.

Para não comprometer as economias desses países, o protocolo estabeleceu que parte desta redução pode ser feita através da aquisição de créditos de carbono denominados Redução Certificada de Emissão. Tais créditos podem ser negociados, o que possibilita a criação dos chamados mercados de crédito de carbono.

Pretendemos nos beneficiar da comercialização dos citados créditos gerados pelos nossos projetos que forem aprovados pela ONU, para auferir uma fonte adicional de receita. O mercado de créditos de carbono caracteriza-se como um mercado volátil e dependente da situação econômica mundial, principalmente do desempenho dos países da Europa e Ásia, principais compradores destes créditos. Desta forma, as premissas utilizadas com relação a tal mercado podem não se verificar, dado que os preços desses créditos no mercado internacional podem se mostrar pouco atrativos, inviabilizando sua negociação.

Especificamente com relação aos projetos referentes às usinas cuja energia tenha sido vendida no âmbito do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia ("PROINFA"), o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito deste programa serão de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás").

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, caso o mercado de créditos de carbono não se desenvolva ou se desenvolva de forma relevante e com preços pouco atrativos, poderemos deixar de auferir receitas adicionais geradas por meio da comercialização de tais créditos, o que pode ter um efeito adverso sobre nossos resultados. Ademais, podemos ser adversamente afetados caso os custos para certificação dos créditos sejam elevados e não sejam compensados pelas receitas geradas com a comercialização dos créditos de carbono.

A mudança climática e o efeito estufa podem ter um efeito adverso nas nossas atividades e mercados.

Existe um crescente consenso científico de que as emissões dos gases de efeito estufa estejam alterando a composição da atmosfera e afetando o clima global. Os riscos da mudança climática incluem um aumento da temperatura global e um aumento no nível dos oceanos bem como mudanças nas condições climáticas regionais relacionadas às alterações no regime hidrológico e dos ventos que afetarão o desempenho físico de nossos empreendimentos e, por consequencia, a necessidade de dispêndio adicional de recursos para manutenção de nossas instalações, além da possibilidade de ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos. Esses eventos meteorológicos extremos podem causar, dentre outros fatores, relâmpago, *blade icing*, terremoto, tornado, vento extremo, tempestade severa, incêndios e outras condições meteorológicas desfavoráveis ou catástrofes naturais que podem danificar ou exigir o desligamento de nossas turbinas ou equipamentos, impedindo a nossa capacidade de manter e operar nossas usinas e diminuindo as receitas e os níveis de produção de eletricidade.

Ademais, as matérias-primas utilizadas para a produção de energia a base de biomassa, tal como a cana-de-açúcar, são afetadas pelas condições climáticas, qualidade do solo, aparecimento de doenças e ataques de parasitas. Elas também são suscetíveis a perdas decorrentes de condições hídricas extremas, como secas ou inundações. Se as condições de cultivo forem menos favoráveis do que o previsto, a quantidade e a qualidade produzida podem ser insuficientes para as necessidades de geração de energia e podemos ser forçados a pagar preços mais elevados pela aquisição da energia de biomassa, sem que tal aumento seja repassado ao nosso consumidor.

Assim, as mudanças climáticas podem ter um efeito material adverso em nossos resultados operacionais, na nossa condição financeira e na nossa liquidez se vierem a afetar as correntes de vento, níveis de precipitação da chuva, ou os fluxos dos rios nas localizações das nossas usinas.

Considerando o longo período entre o desenvolvimento e a entrada em operação de um projeto, poderemos enfrentar mudança do cenário econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, o que pode afetar a nossa capacidade de concluir nossos projetos com sucesso.

A implantação de um projeto de geração de energia, desde seu desenvolvimento até sua operação, pode levar vários anos. Durante esse período, podem haver incertezas econômicas consideráveis, como desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, que podem resultar em efeitos adversos nos custos de construção, na disponibilidade de mão de obra e materiais e de financiamentos, bem como em outros fatores que nos afetam e afetam o setor de energia como um todo.

Gastos significativos associados aos investimentos, em geral, não poderão ser reduzidos caso mudanças na economia causem uma redução nas receitas provenientes de nossas atividades. A demanda por novas usinas de geração de energia depende de expectativas de longo prazo em termos de crescimento econômico e crescimento do consumo de energia no País. Em particular, se a taxa de crescimento da economia diminuir ou se ocorrer recessão na economia, a viabilidade de nossos projetos e consequentemente nossa rentabilidade pode ser adversamente afetada.

h) <u>com relação à regulação do setor de atuação da Companhia</u>

Atuamos em um ambiente altamente regulado e poderemos ser afetados adversamente por medidas governamentais.

A implantação da nossa estratégia de crescimento e a condução de nossas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

- descontinuidade ou mudanças nos critérios para outorga de concessões e autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos, eólicos, de biomassa e de outras fontes renováveis;

- descontinuidade ou mudanças nos critérios para emissão de licenças ambientais por parte do Governo Federal ou dos governos estaduais, conforme o caso;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- descontinuidade ou mudanças nos critérios para comercialização de energia elétrica no ACR ou no ACL, entre outras alterações de natureza regulatória;
- descontinuidade ou redução no desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição de energia gerada por fontes alternativas e comercializadas a Consumidores Livres e Consumidores Especiais;
- alteração das normas aplicáveis aos nossos negócios;
- alterações das regras ambientais, trabalhistas e tributárias; e
- alterações na regulamentação referente ao lucro presumido.

Adicionalmente, não podemos assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal ou pelos governos estaduais com relação ao desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro, e em que medida tais ações poderão nos afetar adversamente.

A nossa atividade é regulamentada e supervisionada, principalmente, pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e pela ANEEL. O Governo Federal, por meio do MME, e a ANEEL têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os nossos negócios, inclusive sobre as modalidades, os termos e as condições dos contratos de venda de energia que estamos autorizados a celebrar, bem como sobre os níveis de produção de energia.

Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal ("STF"), por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o STF indeferiu as medidas cautelares das referidas ações, por sete votos a quatro, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. No entanto, o mérito das referidas ações ainda não foi julgado. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados, dado que poderão ter que se submeter a um novo formato do setor a ser estabelecido, o que poderá resultar em condições adversas, afetando negativamente nossos resultados.

Recentemente, foi editada a Lei nº 12.783, publicada em 14/01/2013, objeto da conversão da Medida Provisória nº 579/2012, disciplinando a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. No que se refere a geração, as concessões vincendas representavam 20% (vinte por cento) do parque gerador brasileiro, sendo que as concessionárias optantes pela prorrogação tiveram que antecipar o termo final de suas concessões, aceitar uma nova remuneração, e ter sua produção submetida ao regime de cotas alocadas para as distribuidoras. A nova receita das geradoras com concessões prorrogadas (RAG – Receita Anual de Geração) passou a cobrir apenas os custos de operação e manutenção, adicionados de uma margem de lucro a ser calculada, já que se considerou que os ativos estavam totalmente depreciados ou foram indenizados pela parcela não depreciada por ocasião da prorrogação, o que ocasionou um impacto significativo no valor da sua remuneração. Assim, da mesma forma como foi feito para as concessões, não há como antecipar quais condições e contrapartidas serão exigidas ao solicitar eventuais prorrogações e renovações de nossas outorgas.

Além disso, qualquer alteração na legislação ou na regulamentação relativas ao setor elétrico brasileiro poderá impor um ônus relevante sobre nossas atividades e causar um efeito adverso sobre nós. Ademais, reformas futuras na legislação e na regulamentação do setor elétrico brasileiro e seus efeitos sobre nós são difíceis de prever. Na medida em que não formos capazes de repassar aos clientes os custos decorrentes da edição de novas legislações e regulamentos, nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A resolução nº 3 do CNPE de 06 de março de 2013 determina que também as geradoras arquem com parcela do pagamento do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços de sistema. O impacto que a resolução pode vir a causar ainda está em análise, tendo em vista que não há regulamentação definitiva sobre o assunto. No entanto, caso a ANEEL venha de fato a determinar a cobrança do referido custo, poderá impactar negativamente o faturamento das geradoras, uma vez que as geradoras conseguirão repassar os custos em questão.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O projeto de reforma das agências reguladoras em tramitação no Congresso Nacional pode afetar a competência da ANEEL, o que poderá nos afetar adversamente.

Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.337/2004, que dispõe sobre a gestão, organização e controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão que deverão ser firmados entre as agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República. Caso o mencionado projeto seja aprovado, as medidas dele decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada –, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem eventualmente aprovadas não afetarão adversamente as empresas geradoras de energia elétrica, inclusive a nossa Companhia.

Tramita também outro Projeto de Lei (PLS 495/09), que, caso aprovado resultará na criação de nova agência. A Agência Nacional de Energias Renováveis, que terá como objetivo institucional a coordenação do processo de transição do uso intensivo de energias não renováveis para formas renováveis, bem como o estudo e a elaboração de políticas públicas para apoiar o aprimoramento da matriz energética nacional, visando o desenvolvimento sustentável. Neste caso também não há como garantir que as alterações a serem eventualmente aprovadas não afetarão adversamente as empresas geradoras de energia elétrica, inclusive a nossa Companhia.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar alterações unilaterais nos termos e condições aplicáveis às autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas, de modo que estamos sujeitos a aumentos imprevistos em nossos custos ou diminuição da nossa receita projetada e caso não tenhamos capacidade de cumprir com as novas condições impostas, poderemos ser penalizados.

As autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas são outorgadas pela União Federal. Atualmente, essas autorizações concedem o direito de exploração de potenciais hidráulicos, eólico e biomassa por prazo determinado, limitado a até 35 anos, com a possibilidade de prorrogação sob determinadas condições, bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizatário, incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras e implantação das usinas, incluindo a realização dos estudos ambientais, obtenção das licenças ambientais, construção e operação das usinas. Porém, as autorizações são outorgadas a título precário não oneroso, ou seja, nossas autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pela autoridade competente quando o interesse público assim o exigir.

Em caso de descumprimento de qualquer disposição legal ou regulamentar decorrente da exploração das usinas autorizadas, tais como (i) se deixarmos de prestar serviços por mais de 30 dias consecutivos, não tendo apresentado uma alternativa aceitável pela ANEEL e pelo ONS ou, ainda, (ii) se tivermos decretada nossa falência ou dissolução, a ANEEL poderá nos impor penalidades que variam de acordo com a gravidade do descumprimento e vão desde advertências até a imposição de multas ou mesmo extinção de nossas autorizações.

Além disso, a autorização estabelece a obrigação de o autorizatário se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente e este pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros.

A extinção antes do prazo final de quaisquer de nossas autorizações, bem como a imposição de multas ou quaisquer outras penalidades pela ANEEL poderão nos causar um efeito adverso.

Podemos ser afetados de maneira adversa em caso de revogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.

Somos beneficiários de incentivos fiscais concedidos, como isenção de ICMS na compra de equipamentos eólicos, isenção de PIS e COFINS, entre outros. Os referidos incentivos podem ser revogados, ter sua vigência suspensa ou ser contestados judicialmente. Eventual revogação, suspensão ou questionamento pode implicar a perda dos referidos incentivos, afetando de maneira adversa a nossa situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) <u>com relação a países estrangeiros onde a Companhia atua</u>

Não aplicável, uma vez que não desenvolvemos atividades operacionais no exterior.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Atualmente, não identificamos cenários de aumento ou redução em nossa exposição aos riscos mencionados no item 4.1 e, especificamente em relação aos riscos com relação aos nossos fornecedores, acreditamos possuir grau de controle razoável sobre nossos fornecedores, tanto no monitoramento da execução dos nossos contratos com tais fornecedores, quanto em relação à nossa capacidade de prontamente contratarmos novos fornecedores e prestadores de serviços, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em nossas atividades, além de adotarmos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva e ativa em processos judiciais de natureza cível, trabalhista, ambiental e tributária e parte passiva em procedimentos administrativos de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e ambiental envolvendo valor de causa total de R$88.399.760,50. Deste montante, constituímos uma provisão contábil atualizada no valor de R$879.405,35 relativos aos processos cujas possibilidades de perda e de saídas de recursos foram consideradas prováveis pela administração da Companhia. Foram avaliados como perda possível processos que representam o valor de causa de R$11.516.476,56 e como perda remota, processos que representam o valor de causa de R$50.563.557,84, para os quais não foram constituídas provisões contábeis.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos advogados externos e na análise individual de cada contingência e compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas, cuja perda é considerada como provável por nossos advogados externos; e (ii) contingências passivas relacionadas a sociedades que adquirimos, cuja perda é considerada como provável.

Todas as ações que, isoladamente ou em conjunto, se decididas de maneira desfavorável a nós, causariam um efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre os nossos resultados operacionais estão descritas abaixo. O critério de relevância que adotamos para a apresentação individual de ações relevantes correspondente a 5% do total do nosso patrimônio líquido. Desta forma, as ações ou procedimento que individualmente não atingiram o critério de relevância não foram descritas abaixo, exceto aquelas que julgamos relevantes em razão de sua matéria.

A composição das contingências é conforme segue:

	Provisionado	Possível
	(em milhares de reais)	
Cíveis (ii) e (v)	634	6.153
Trabalhistas (iii)	245	3.303
Tributárias (iv)	–	2.060
Outros passivos contingentes (i)	23.985	–
Total	**24.864**	**11.516**

(i) Contingências oriundas de combinações de negócios

A Companhia reconheceu o montante de R$35.000,00 decorrentes de riscos trabalhistas, tributários e cíveis e quando da aquisição da Jantus e BVP reconheceu o montante de R$23.950.000,00, decorrentes de passivos contingentes avaliados aos seus valores justos na combinação de negócios. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante equivalente ao passivo, conforme condições contratuais. Podemos vir a ser demandados no futuro, incluindo, sem limitação, por terceiros, funcionários (próprios ou disponibilizados por prestadores de serviços) e, inclusive, por órgãos do âmbito federal, estadual ou municipal em face de operações e procedimentos realizados pelas empresas adquiridas. Contudo, ainda que essas demandas sejam instauradas contra nós, existe a previsão de ressarcimento e de responsabilidade por parte dos acionistas vendedores das empresas adquiridas, nos termos do contrato de aquisição firmado.

(ii) Contingências Cíveis

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva e ativa em 59 processos judiciais de natureza cível e um procedimento arbitral, no valor de causa total de R$9.648.110,72. De acordo com a opinião de nossos advogados externos constituímos uma provisão contábil no valor de R$634.377,78 para perdas prováveis, visto que essa é a expectativa de saídas de recursos para os referidos processos; R$4.941.491,45 foram avaliados como perda possível e R$4.602.636,75 como perda remota, para os quais não foi constituída provisão contábil.

Os nossos processos cíveis em andamento versam, em geral, sobre pedidos de indenização em razão de eventuais impactos decorrentes da construção dos empreendimentos.

Não há processos cíveis que consideramos relevantes em que nós e/ou nossas controladas sejamos parte.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Contingências Trabalhistas

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva em 97 reclamações trabalhistas e em 79 autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de causa total de R$5.553.387,99. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, foi constituída uma provisão contábil atualizada no valor de R$245.027,57 para perdas prováveis, que é a expectativa de saídas de recursos para o referido montante; R$3.303.012,57 foram avaliados como perda possível e R$19.631,84 como perda remota, para os quais não foram constituídas provisões contábeis.

Os nossos processos trabalhistas em andamento versam, em geral, sobre responsabilidade subsidiária decorrentes da contração de prestadores de serviços para construção de nossos empreendimentos.

(iv) Contingências Tributárias

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva em 07 processos judiciais e em 11 autos de infração de natureza fiscal-tributária, no valor de causa total atualizado de R$47.808.518,66. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, deste montante, nenhum processo representa uma possibilidade de perda provável, razão pela qual não foi constituída provisão contábil; R$2.060.229,41 foram avaliados como perda possível e R$45.748.289,25 como perda remota, para os quais também não foram constituídas provisões contábeis.

Nossos processos tributários em andamento versam exclusivamente sobre o recolhimento de Imposto Sobre Serviços ("ISS").

As ações judiciais individualmente considerados e pendentes, que se decididos de maneira desfavorável a nós causariam efeito adverso relevante sobre nossas atividades, nossa situação financeira ou resultados operacionais foram listados abaixo:

1. Ação Anulatória de Débito Fiscal (Autos nº 4160-13.2012.8.06.0032)

a. juízo	Vara Única da Comarca de Amontada/CE.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/11/2012
d. partes no processo	Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Amontada.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$18.000.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal objetivando anular a inscrição do débito no valor de R$17.144.792,55 na dívida ativa do Municipio. Processo concluso com o Juiz aguardando despacho inicial.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

2. Ação Anulatória de Débito Fiscal (Autos nº 5965-65.2012.8.06.0140)

a. juízo	**Vara Única da Comarca de Paracuru/CE.**
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	24/10/2012
d. partes no processo	Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Paracuru.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$2.524.657,46

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal objetivando anular a inscrição do débito no valor de R$2.524.657,46 na dívida ativa do Municipio. O Juiz negou a antecipação de tutela para manifestar-se sobre a liminar após formado o contraditório.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

3. Ação Anulatória de Débito Fiscal (Autos nº 10645-75.2012.8.06.0049)

a. juízo	**Vara Única da Comarca de Beberibe/CE.**
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/12/2012
d. partes no processo	SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Beberibe.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$4.039.419,62
f. principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal objetivando anular a inscrição do débito no valor de R$4.039.419,62 na dívida ativa do Municipio. Processo concluso com o Juiz aguardando despacho inicial.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4. Execução Fiscal (Autos nº 10552-15.2012.8.06.0049)

a. juízo	**Vara Única da Comarca de Beberibe/CE.**
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/11/2012
d. partes no processo	SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Beberibe.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$4.039.419,62
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança do débito no valor de R$4.039.419,62 inscrito na dívida ativa do municipio. Apresentada Exceção de Pré Executividade com o objetivo de obstar o andamento da Execução Fiscal em decorrência dos varios vícios formais e materiais que antecederam a inscrição do débito. Processo concluso com o Juiz.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

5. Execução Fiscal (Autos nº 3996-48.2012.8.06.0032)

a. juízo	**Vara Única da Comarca de Amontada/CE.**
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	14/12/2012
d. partes no processo	Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Município de Beberibe.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$17.144.792,55
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal objetivando a cobrança do débito no valor de R$17.144.792,55 inscrito na dívida ativa do municipio. Apresentada Exceção de Pré Executividade com o objetivo de obstar o andamento da Execução Fiscal em decorrência dos varios vícios formais e materiais que antecederam a inscrição do débito. Processo concluso com o Juiz.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará no pagamento dos valores envolvidos.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

(v) Contingências Ambientais

Em 31 de março de 2013, éramos parte passiva em 14 processos judiciais e 24 processos administrativos de natureza ambiental, no valor da causa total de R$1.404.743,13. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, deste montante, nenhum dos processos foram avaliados com possibilidade de perda provável e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil; R$1.211.743,13 foram avaliados como perda possível e R$193.000,00 foram avaliados como perda remota, para os quais não foi constituída provisão.

As ações judiciais individualmente considerados e pendentes, que se decididos de maneira desfavorável a nós causariam efeito adverso relevante sobre nossas atividades, nossa situação financeira ou resultados operacionais foram listados abaixo:

1. Ação Popular Ambiental com Pedido de Liminar (Autos nº 2009.72.02.003468-2)

a. juízo	Tribunal Federal da 4ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	26.11.2009
d. partes no processo	Autores: Luis Carlos Crema; Gerson João Zancanaro e Neimar Antônio Araldi. Réus: SPE Arvoredo Energia S.A. e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$100.000,00
f. principais fatos	Trata-se de Ação Popular visando tornar nulas as licenças ambientais e as autorizações da ANEEL concedidas à PCH Arvoredo, bem como, reparação de dano ambiental decorrente da restrição de acesso à água por parte de 30 famílias, em razão do alagamento do reservatório. A Ação foi julgada parcialmente procedente apenas para declarar a omissão do EIA/RIMA do empreendimento em relação ao poço artesiano e a necessidade de adoção de medidas alternativas pela empresa. Houve apresentação de recurso contra a sentença e apresentação de contrarrazões e recurso adesivo pela SPE Arvoredo ao recurso de apelação do autor e protocolo de recurso adesivo pela SPE Arvoredo. Aguardando inclusão em pauta de julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e consequente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

2. Ação Civil Pública (Autos nº 0002324-10.2009.4.05.8103)

a. juízo	18º Vara Federal da Comarca de Sobral/CE.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	19.10.2009
d. partes no processo	Ministério Público Federal e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Paralisação e remoção dos Aerogeradores 01 e 46, supostamente, construídos em terreno de marinha, além de indenização decorrente de conduta ilícita praticada. Liminar deferida em favor do MPF, revogada, posteriormente, pelo TRF5. Atualmente o processo encontra-se aguardando a conclusão dos serviços periciais solicitados tanto pela Parte Autora, como pelo MPF.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo em questão implicará na remoção dos Aerogeradores 01 e 46, além do pagamento de indenização.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

3. Ação Cautelar (Autos nº 1208-91.2008.8.06.0035)

a. juízo	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	5.6.2008
d. partes no processo	Ministério Público Estadual e Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Suspensão das obras de implantação dos Parques Eólicos localizados no município de Aracati/CE; anulação das licenças ambientais concedidas pela SEMACE para a instalação dos parques eólicos em implantação no município de Aracati/CE. Liminar negada ao MPE. Processo aguarda o julgamento do recurso impetrado pelo MPE contra o despacho que negou a concessão de liminar.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e consequente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4. Ação Civil Pública (Autos nº 0000177-80.2010.4.05.8101)

a. juízo	15ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Limoeiro do Norte/CE
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	2.3.2010
d. partes no processo	Ministério Público Federal e Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Suspensão das obras de implantação dos Parques Eólicos localizados no município de Aracati/CE; anulação das licenças ambientais concedidas pela SEMACE para a instalação dos parques eólicos localizados naquele Aracati/CE. Através da sentença datada de 06/03/2012, o Juízo do feito determinou a extinção do processo sem resolução do mérito com relação à ré Bons Ventos, dessa feita, a referida empresa fora excluída da demanda. Aguarda-se trânsito em julgado dessa decisão.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e consequente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

5. Ação Civil Pública (Autos nº 0006806-44.2008.4.05.8100)

a. juízo	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	21.5.2008
d. partes no processo	Ministério Público Federal Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Anulação de licenciamento ambiental do Parque Eólico “Taíba Albatroz”, localizado no município de São Gonçalo do Amarante/CE. O Juízo competente julgou totalmente improcedente o pedido do Ministério Público Federal. O MPF interpôs recurso de apelação contra a sentença, aguarda-se o julgamento do recurso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e consequente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

6. Ação Civil Pública (Autos nº 0000396-30.2009.4.05.8101)

a. juízo	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	21.9.2009
d. partes no processo	Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Bons Ventos Geradora de Energia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Paralisação das obras dos Parques Eólicos situados no município de Aracati/CE e revogação das licenças ambientais concedidas pela SEMACE. O Juízo competente negou o pedido de tutela antecipada do Ministério Público Federal, garantindo a continuidade das obras dos Parques Eólicos. O MPF interpôs agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento. Após o regular seguimento do feito, a União foi intimada para esclarecer seu interesse na lide. Do outro lado, as Partes foram intimadas para apresentação de provas que entenderem necessárias. Aguarda-se apreciação da eventual manifestação da União e do pedido de provas.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá implicar na anulação do licenciamento do empreendimento e consequente paralisação do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que nós sejamos parte e cujas partes contrárias sejam nossos administradores, ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores ou de nossas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos partes e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de março de 2013, éramos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, conforme abaixo:

PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS

Nós figuramos como parte em ações de natureza fiscal, consideradas repetitivas ou conexas e não sigilosas relevantes.

Valores envolvidos	R$47.808.518,66
Valor provisionado (se houver provisão)	Não há provisão
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência.	Cobrança de ISS devido pela construção de parques eólicos

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta Seção 4 do Formulário de Referência.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não detemos valores mobiliários custodiados fora do Brasil, país de nossa origem.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

No curso normal de nossos negócios, a Companhia está exposta a diversos riscos de mercado que são inerentes às suas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade.

Os principais aspectos que representam risco para a Companhia são: (i) preços de energia elétrica, que afetam nossas receitas; (ii) taxas de juros da economia, que afetam o custo de capital e a atratividade dos investimentos e; (iii) taxas de inflação que normalmente indexam nossas receitas e nossos custos operacionais. A Companhia não realiza projetos no exterior ou transações relevantes atreladas a moedas estrangeiras, porém riscos cambiais e condições internacionais do mercado podem afetar a Companhia indiretamente.

Quantos aos principais riscos, eles podem nos afetar da seguinte maneira:

Variações nos preços de energia elétrica podem afetar nossas receitas.

Atuamos em um mercado de comercialização de energia denominado “incentivado”, oriundo de geração através de fontes alternativas ou renováveis, produzida através de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Eólicas e ainda Usinas Térmicas movidas a Biomassa e com possibilidade de comercialização (i) no mercado livre, junto a uma classe de consumidores classificados como especiais face a incentivos regulatórios que lhes garante redução de encargos setoriais ou (ii) em leilões regulados pelo Estado.

Possuímos a totalidade da nossa energia comercializada através de contratos com 18 anos de duração média, ao preço por MWh médio de R$192,00 em 31 de março de 2013. A energia originada pela expansão da nossa potência instalada através do desenvolvimento de novos projetos e da descontratação da energia atualmente presente nos contratos de longo prazo demandará uma estratégia de comercialização em novos leilões regulados ou ainda no mercado livre.

Os resultados dos leilões de energia e as negociações em ambiente de contratação livre ao longo dos últimos 4 (quatro) anos têm apresentado valores em patamares abaixo das médias históricas praticadas. Caso tenhamos que comercializar no futuro a nossa energia gerada por valores inferiores à faixa acima indicada, isto poderá representar impacto adverso para nossos negócios.

A volatilidade das taxas de juros afeta nosso custo de capital e atividades de investimento.

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente nossos negócios. Durante o ano de 2002, o Banco Central aumentou a taxa de juros base do Brasil, de 19% ao ano para 25% ao ano, como resultado da crescente crise econômica da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, como também do menor nível de crescimento da economia dos EUA e da incerteza econômica causada pelas eleições presidenciais brasileiras, dentre outros fatores. Durante o ano de 2003, o Banco Central reduziu a taxa de juros base do Brasil de 25,5% ao ano para 16,5% ao ano, refletindo um período favorável e taxas de inflação em linha com a política de metas de inflação do Banco Central. De forma geral, a taxa de juros de curto prazo do Brasil, em decorrência da determinação pelo Banco Central das taxas de juros de curto prazo, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 as taxas de juros de curto prazo foram 18,00%, 13,25%, 11,25%, 13,75%, 8,75%, 10,75% e 11,00% ao ano, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2012 e 30 de abril de 2013, data em que a taxa de juros foi revisada pelo Banco Central, a taxa de juros de curto prazo era de 7,25% e 7,50% ao ano, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de março de 2013 possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures que somavam, respectivamente, R$4.318,9 milhões e R$4.347,5 milhões, com encargos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e a uma taxa de juros fixa ao ano (*spread*). Aumentos na taxa básica de juros de curto prazo do Brasil podem impactar adversamente nossa capacidade de obter financiamentos no futuro a valores atrativos, reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros.

Taxas de juros reais elevadas, se mantidas por um período relevante de tempo, tendem a inibir o crescimento econômico e em consequência a demanda agregada. Uma redução do nível de atividade tende a reduzir o consumo industrial de energia elétrica tendo potencial de afetar, no longo prazo, os preços de venda de energia elétrica. Neste contexto, futuros investimentos da Companhia em usinas de geração de energia elétrica que, devido ao seu estágio inicial, ainda não tenham tido sua energia futura vendida em contratos de longo prazo podem obter preço de venda de sua produção futura inferior ao atualmente esperado reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Adicionalmente, a Companhia tem como estratégia realizar operações de dívidas no mercado bancário brasileiro para aproveitar eventuais espaços de refinanciamento de seus projetos, os quais usualmente são lastreados a taxas de juros de curto prazo. Em caso de taxas de juros elevadas, os custos de nossas dívidas aumentarão, afetando nossos resultados adversamente.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater a inflação podem ter efeitos adversos sobre nossos negócios e resultados operacionais.

O Brasil historicamente apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do Governo para combatê-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, particularmente antes de 1995. Taxas de inflação foram de 3,14% em 2006, 4,46% em 2007, 5,90% em 2008, 4,31% em 2009, 5,91% em 2010 e 6,50% em 2011. Já em 2012 tivemos uma inflação de 5,84% medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA") calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE").

Nossos custos e despesas operacionais são substancialmente denominados em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira porque os fornecedores da Companhia geralmente aumentam preços para refletir a depreciação da moeda.

As medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária conservadora, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir substancialmente para a incerteza econômica no Brasil e, consequentemente, enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando na capacidade de acesso da Companhia aos mercados de capitais internacionais. Adicionalmente, nossas receitas e nossos custos operacionais são corrigidos por índices de inflação, e a variação desses índices pode afetar nossos resultados.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a) riscos para os quais se busca proteção

O principal risco de mercado para nós consiste nas eventuais oscilações em índices e taxas de juros. Adicionalmente, buscamos proteção para os riscos de liquidez e de resultado.

A Companhia está exposta aos riscos gerais de mercado e adota planos de ação para tentar mitigá-los. Vale mencionar que a Companhia não possui exposição cambial, já que suas receitas e a maioria de seus custos não são atreladas à moedas estrangeiras. Entretanto, a Companhia analisa diferentes conjunturas macroeconômicas como subsídio para sua estratégia de negócios, planejamento estratégico e orçamentário com indicação de alternativas a serem adotadas em cada um destes cenários. Entre estes riscos está a inflação que pode afetar as receitas e a estrutura de custos da Companhia.

b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realiza operações financeiras para a proteção patrimonial.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não utiliza instrumentos para a proteção patrimonial.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Como objetivo de gerenciar os riscos a que estamos sujeitos, atualizamos periodicamente os indicadores macroeconômicos estimados pelo mercado financeiro e incorporamos tais estimativas em nossa projeção de caixa de longo prazo, e realizamos uma gestão rígida e criteriosa do nosso caixa de curto e longo prazo, com o apoio da nossa administração e dos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração.

e) se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

Monitoramos nossos riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, tendo como responsável a diretoria administrativo-financeira, na qual a diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas conforme as políticas adotadas para gerenciamento de riscos.

A Política de Gestão de Riscos da Companhia tem o objetivo de: (i) estabelecer critérios, diretrizes e responsabilidades da Política de Gestão de Riscos Operacionais da Companhia (etapas de desenvolvimento, preparação, construção e operação); (ii) Gerenciar riscos em nível corporativo e operacional, visando atingir os objetivos estratégicos da Companhia e viabilizar um crescimento sustentável.

Esta estrutura abrange os colaboradores da Companhia, incluindo sua alta administração (Diretoria e Conselho de Administração).

Matriz de Riscos

A Matriz de Riscos classifica os Riscos quanto aos seguintes critérios:

Probabilidade de Ocorrência	Impacto
Quase certo (5)	Catastrófico (5)
Provável (4)	Maior (4)
Possível (3)	Moderado (3)
Improvável (2)	Menor (2)
Raro (1)	Insignificante (1)

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

De acordo com os critérios acima, os Riscos podem ser classificados como Extremo (E), Alto (A), Moderado (M) e Baixo (B)

	Financeiro	1% do orçamento $	2.5% do orçamento $$	> 5% do orçamento $$$	> 10% do orçamento $$$$	>25% do orçamento $$$$$
		Insignificante	Menor	Moderado	Maior	Catastrófico
		1	2	3	4	5
5	Quase certo	M	A	A	E	E
4	Provável	M	M	A	A	E
3	Possível	B	M	M	A	E
2	Improvável	B	M	M	A	A
1	Raro	B	B	M	M	A

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Possuímos e seguimos uma Política Financeira, que nos orienta e requer a diversificação de nossas operações, assim como determinadas contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito da Companhia perante as instituições financeiras com as quais trabalha.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotados por nós.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/10/2006
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	08/03/2007

6.3 - Breve histórico

Fomos constituídos em outubro de 2006 por Pátria – Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participação Ltda. (atual "Pátria Investimentos Ltda."), que detinha direta ou indiretamente, naquela data, a totalidade de nosso capital social. Em março de 2007, o Pátria Investimentos transferiu sua participação acionária para o Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações ("Pátria Energia"), que subscreveu um aumento de capital no valor de R$19,6 milhões. Em julho e agosto de 2007, Eton Park Capital Management, L.P. ("Eton Park"), acionista do Secor, LLC ("Secor"), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus Bradesco BBI FIP ("Bradesco BBI FIP") e Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft MBH ("DEG") ingressaram como nossos acionistas, mediante a subscrição integral de aumento de capital, totalizando R$408,0 milhões. Naquela ocasião, emitimos as debêntures conversíveis no valor de R$51,2 milhões as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Bradesco BBI FIP. Considerando, conjuntamente, o aporte de capital dos Acionistas Iniciais e a subscrição das debêntures conversíveis, o investimento total dos acionistas Pátria Energia, Secor, DEG e Banco Bradesco BBI FIP, em conjunto denominados "Acionistas Iniciais" foi de R$478,9 milhões em 2007.

Em 30 de julho de 2007, os Acionistas Iniciais celebraram um Acordo de Acionistas, posteriormente aditado para inclusão do DEG, GMR Empreendimentos Energéticos Ltda. ("GMR"), Roberto Sahade, Guilherme Sahade e Marcelo Sahade, doravante denominados, em conjunto com os Acionistas Iniciais, Acionistas Controladores, cujo objetivo foi estabelecer os termos e condições que disciplinaram o relacionamento dos Acionistas Controladores.

Em março de 2007, nos registramos como companhia aberta na CVM e iniciamos nossas atividades operacionais, formando nossa equipe, constituindo parcerias, definindo sistemas, processos e adquirindo nossos primeiros projetos. Neste ano, adquirimos 15 projetos de PCHs.

Em 2008, constituímos a PCH Holding S.A. ("PCH Holding"), holding constituída com o objetivo de participar, como acionista em outras sociedades, controladora de 10 (dez) de nossas SPEs das quais 9 (nove) receberam financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

Também em 2008, adquirimos as PCHs Plano Alto e Alto Irani, usinas desenvolvidas por nossa equipe técnica. Desta operação, 80% da aquisição foi paga em dinheiro, enquanto 20% se deu através de conferência de ativos. Naquele mesmo ano, adquirimos 15 (quinze) projetos, sendo seis PCHs, incluindo Plano Alto e Alto Irani e 9 (nove) Parques Eólicos, e vendemos o projeto de PCH Cristina por se tratar de uma usina muito pequena.

Em novembro de 2008, foi aprovado um aumento em nosso capital social, no valor de R$127,4 milhões (homologado em dezembro de 2008), mediante a emissão de novas ações, totalmente subscritas por nossos Acionistas Iniciais, Roberto Sahade, Guilherme Sahade e Marcelo Sahade. Também em dezembro de 2008, realizamos a emissão de debêntures conversíveis, no valor de R$5,2 milhões que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Bradesco BBI FIP.

Em 2009, adicionamos ao nosso portfólio 2 (dois) projetos de Parques Eólicos, através de associação para o desenvolvimento dos projetos. Adicionalmente, em março de 2009, iniciamos a operação comercial da PCH Cocais Grande.

Em outubro de 2009, Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia "FIP Brasil Energia" ingressou como acionista em nossa companhia, mediante a subscrição integral de aumento de capital no valor de R$300 milhões.

Em 2010, 4 (quatro) de nossas PCHs começaram a operar comercialmente: Arvoredo, Paiol, São Gonçalo e Varginha. Em maio de 2010, foi cancelada pela ANEEL a autorização da PCH Paraitinga, em decorrência de inviabilidade técnica e financeira.

Em julho de 2010, nossa controladora CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") adquiriu a totalidade das ações de Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos I"); Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos II"); Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos III"); Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos IV"); Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos V"); e Eurus V Energias Renováveis S.A. ("Eurus V") que, posteriormente, em decorência da incorporação da Smita pela ERSA, passaram a ser subsidiárias da Companhia. Nesta operação, Euros V e Campos dos Ventos III tiveram a totalidade de suas ações vendidas por R$1,00 por cada sociedade; já as sociedades Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos IV e Campos dos Ventos V foram compradas por R$179.177,78 por MW, em uma base total de potência de 90 MW corrigido esse valor pelo IGPM desde abril de 2010 até a data do efetivo pagamento, que foi realizado 90% em 60 dias contados da data do segundo aditamento e os outros 10%, conforme o contrato, aguardam a publicação do despacho emitido pela ANEEL que autorizará o início da operação comercial das sociedades, data na qual será realizado o pagamento; por fim a Campos dos Ventos II foi comprada pelo valor de R$5.160.000,00, com o valor pago até 30 de novembro de 2010.

6.3 - Breve histórico

Em janeiro, fevereiro, março e abril de 2011, 4 (quatro) de nossas PCHs entraram em operação comercial: Ninho da Águia, Corrente Grande, Barra da Paciência e Várzea Alegre.

Em 19 de abril de 2011, a Companhia e seus acionistas celebraram um acordo de associação com a CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "CPFL"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições visando a associação de ativos e projetos de energia renovável detidos pela Companhia e pelas controladoras CPFL Energia, a saber: CPFL Geração e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" e "Associação", respectivamente). Esta Associação inclui Parques Eólicos, Usinas Termelétricas à Biomassa e PCHs localizadas no Brasil.

Nos termos do referido acordo, os seguintes atos foram realizados almejando a realização da incorporação mencionada abaixo:

(i) Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração realizou a segregação das PCHs que compunham diretamente seu patrimônio, contribuindo tais ativos ao capital das sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., sociedades estas sob o seu controle direto;

(ii) Ademais, no mesmo dia 18 de julho de 2011, a CPFL Geração e a CPFL Brasil, na qualidade de únicas acionistas da *Smita Empreendimentos e Participações S.A.*, realizaram um aporte de capital na referida sociedade, de modo a transferir a totalidade de seus empreendimentos para a *Smita Empreendimentos e Participações S.A.*, inclusive as participações nas sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.; e

(iii) Em 22 de agosto de 2011, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da ERSA que aprovou, sinteticamente, o cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição emitidos pela ERSA em 2 de março de 2007 e a conversão, em ações ordinárias da ERSA, da totalidade das debêntures emitidas pela ERSA conforme os termos da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Primeira Emissão, datada de 15 de agosto de 2007 e da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Segunda Emissão, datada de 23 de dezembro de 2008, com o consequente aumento de capital social da ERSA decorrente de tal conversão.

Em 24 de agosto de 2011, a Associação foi concluída entre a CPFL e os atuais acionistas da ERSA, mediante a aprovação e implementação da incorporação da *Smita Empreendimentos e Participações S.A.* pela ERSA ("Incorporação"), razão pela qual os empreendimentos da CPFL e os empreendimentos da ERSA passaram a ser operados por nós. Nesta data, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram à condição de nossos acionistas, mediante a emissão de 733.141.077 novas ações ordinárias da ERSA. Por fim, tivemos nossa denominação social alterada para CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis").

Na mesma data, a CPFL Brasil e a CPFL Geração subscreveram e integralizaram, em dinheiro, um aumento de capital, no valor de R$384.196.650,00, mediante a emissão de 180.334.222 novas ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis.

Mediante a realização da Incorporação e do aumento de capital acima descrito, a CPFL Geração e CPFL Brasil atingiram uma participação societária total no capital social da CPFL Renováveis equivalente, em conjunto, a 54,5% do capital social total e votante da referida companhia.

Também em 24 de agosto de 2011, o nosso Acordo de Acionistas foi aditado e substituído, com a finalidade de estabelecer os termos e condições que disciplinam o relacionamento dos nossos acionistas e, indiretamente, das nossas sociedades investidas, incluindo (i) o exercício de direitos de voto por parte dos acionistas nas Assembleias Gerais de acionistas; (ii) a participação dos acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgão diretivos; (iii) o direito de preferência dos acionistas em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações de nossa emissão; e (iv) a Oferta Pública Inicial ou outras capitalizações futuras nossas.

6.3 - Breve histórico

Por fim, destacamos que a consumação da Associação foi previamente autorizada pelas autoridades governamentais brasileiras competentes, conforme destacado abaixo:

(i) pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967, de 21 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 04 de julho de 2011;

(ii) pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme voto proferido em 13 de julho de 2011, no âmbito do Ato de Concentração nº 08012.004702/2011-04;

(iii) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme aprovação em reunião de diretoria do dia 28 de junho de 2011, encaminhada à companhia no dia 30 de junho de 2011;

(iv) pelo Banco Itaú S.A., enquanto banco repassador de determinados projetos da CPFL, conforme aprovação do dia 22 de junho de 2011;

(v) pelo Banco do Brasil S.A., enquanto banco repassador de determinados projetos da CPFL, conforme aprovação do dia 08 de julho de 2011;

(vi) pelo Banco ABC Brasil S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSA, conforme aprovação do dia 26 de maio de 2011;

(vii) pelo Banco Santander S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSA, conforme aprovação do dia 15 de junho de 2011; e

(viii) pelo Banco Votorantim S.A., enquanto banco provedor de fianças de Project Finance para a ERSA, conforme aprovação do dia 30 de junho de 2011.

Destaca-se que, em 19 de agosto de 2011, anunciamos ao mercado a construção de Parques Eólicos localizados em complexo no Rio Grande do Norte, previstos para entrarem em operação em 2013, cuja energia comercializada no mercado livre totaliza 64,6 MW médios.

Ainda em 2011, através de contratos de parceria adicionamos ao nosso portfólio 2 (dois) projetos de usina Termoelétrica à Biomassa (bagaço de cana) – Bio Coopcana e Bio Alvorada e também realizamos a aquisição da PCH Santa Luzia.

Adicionalmente, em 19 de agosto de 2011 comunicamos ao mercado a construção de Parques Eólicos localizados em outro complexo no Rio Grande do Norte, cuja energia comercializada no mercado livre totaliza 60,9 MW médios.

Em 19 de dezembro de 2011, concluímos a aquisição de 100% do capital social da Jantus SL. Através desta aquisição adquirimos, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF Énergies do Brasil Ltda. ("SIIF") e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. ("SIIF Desenvolvimento"), com um total de 4 (quatro) Parques Eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não-certificados ("Empreendimentos SIIF"). Para implementar a transação acima descrita, a CPFL Brasil realizou aportes de capital na Companhia, de forma que CPFL Geração e CPFL Brasil passaram a deter, em conjunto, 63,0% da Companhia.

Em 13 de janeiro de 2012, anunciamos ao mercado a celebração, com terceiros, de contrato de compra e venda, cujo objeto foi a aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. e Atlântica V Parque Eólico S.A. (em conjunto "Complexo Atlântica"), sociedades detentoras de autorização, pelo prazo de 35 anos, para geração de energia elétrica de fonte eólica sob o regime de produção independente, mediante a implantação de seus respectivos 4 (quatro) parques eólicos, localizados no município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, que possuem em conjunto potência instalada de 120 MW (sendo 30 MW cada um) e garantia física de 52,7 MW médios. Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 26 de março de 2012, todas as ações de emissão das sociedades do Complexo Atlântica foram transferidas para a Companhia, tendo em vista o cumprimento de todas as condições precedentes para a conclusão do negócio.

6.3 - Breve histórico

Em 24 de fevereiro de 2012, comunicamos a celebração do contrato para adquirir 100% das ações da BVP S.A., sociedade controladora da Bons Ventos Geradora de Energia S.A., que detém 4 (quatro) Parques Eólicos em operação (Taíba Albatroz, Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel) no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 157,5 MW. A transferência do controle dos parques da Bons Ventos para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

Em 12 de março de 2012, anunciamos a celebração do contrato de aquisição de ativos de co-geração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada da Usina Ester, que detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a energia proveniente da biomassa produzida pela moagem de cana-de-açúcar e com capacidade instalada de 40,0 MW. Os ativos de co-geração localizam-se no município de Cosmópolis, Estado de São Paulo, e encontram-se em operação comercial plena. A incorporação dos ativos de cogeração da SPE Lacenas Participações Ltda foi finalizada, conforme comunicado ao mercado publicado em 18 de outubro de 2012.

Em 31 de maio de 2012, aprovamos o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5:1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do capital social da Companhia, conforme descrito no item 17.3 deste Formulário de Referência.

Em 18 de junho de 2013 a Companhia comunicou a celebração, com Martifer Renováveis Geração de Energia Participações S.A., do contrato de compra e venda de ações relativo à aquisição da totalidade das ações da Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Rosa dos Ventos"), que detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia ("ANEEL"), para explorar os parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW. Os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia gerada por tais parques eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. O preço total da aquisição é de R$99,7 milhões, sendo (i) R$62,0 milhões pagos ao vendedor; e (ii) R$37,7 milhões em assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos, ajustáveis até o fechamento da operação, o qual encontra-se sujeito à satisfação das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda e aprovações prévias pertinentes.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Eventos Societários em 2010

Aquisição pela Companhia de 6 de suas empresas controladas: Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos I"); Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos II"); Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos III"); Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos IV"); Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos V"); e Eurus V Energias Renováveis S.A. ("Eurus V")

Evento:

Em julho de 2010, a CPFL Geração, controladora da Companhia, adquiriu a totalidade das ações das empresas Campo dos Ventos I; Campo dos Ventos II; Campo dos Ventos III; Campo dos Ventos IV; Campo dos Ventos V; e Eurus V, posteriormente sendo adquiridas pela Companhia na fusão da Smitta pela ERSA.

Principais Condições do Negócio:

A CPFL Geração adquiriu as empresas Campo dos Ventos I; Campo dos Ventos II; Campo dos Ventos III; Campo dos Ventos IV; Campo dos Ventos V; e Eurus V, para ampliar sua estrutura societária e a otimizar os resultados dos negócios e operações das Sociedades envolvidas, na medida em que tal operação possibilita maior produção de energia. A aquisição resultará em maior eficácia e sinergia das atividades, havendo ainda, maior eficiência fiscal e redução de custos.

Nesta operação, Euros V e Campos dos Ventos III tiveram a totalidade de suas ações vendidas por R$1,00 por cada sociedade; já as sociedades Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos IV e Campos dos Ventos V foram compradas por R$179,177,78 por MW, em uma base total de potência de 90 MW corrigido esse valor pelo IGPM desde abril de 2010 até a data do efetivo pagamento, que foi realizado 90% em 60 dias contados da data do segundo aditamento e os outros 10%, conforme o contrato, aguardam a publicação do despacho emitido pela ANEEL que autorizará o início da operação comercial das sociedades, data na qual será realizado o pagamento; por fim a Campos dos Ventos II foi comprada pelo valor de R$5.160.000,00, com o valor pago até 30 de novembro de 2010.

Sociedades Envolvidas:

CPFL Geração de Energia S.A.
SALUS – Fundo de Investimento em Participações
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.
Eurus V Energias Renováveis S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

	Quadro Societário	
Sociedade	**Antes**	**Depois**
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – Mário Araújo Alencar Araripe e Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.
Eurus V Energias Renováveis S.A.....	100% das ações – SALUS – Fundo de Investimento em Participações	Adquirida integralmente pela CPFL Geração de Energia S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Incorporação pela Companhia de 2 (duas) de suas sociedades controladas: ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.

Evento:

Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia incorporou as atividades desenvolvidas pela ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.

Principais Condições do Negócio:

A Companhia incorporou as sociedades ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A., para simplificar sua estrutura societária e a otimizar os resultados dos negócios e operações das sociedades envolvidas, na medida em que tal operação diminui custos operacionais e promove uma administração mais eficiente. A incorporação resultará em maior eficácia e sinergia das atividades, havendo ainda, maior eficiência fiscal e redução de custos.

A operação realizou-se após (i) a avaliação e aprovação dos Laudos de Avaliação da ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e da ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A. e (ii) o exame e aprovação dos respectivos Protocolos e Justificações das Incorporações, firmados pelos administradores das empresas envolvidas e acompanhados dos documentos pertinentes.

Consequentemente, houve a extinção das sociedades ERSA Comercializadora de Energia Ltda. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A., com a incorporação de todo os seus respectivos patrimônios pela Companhia, e a transferência, para a Companhia, de todos os seus respectivos bens, direitos e obrigações.

As ações de emissão da ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A. e as quotas de emissão da ERSA Comercializadora de Energia Ltda. foram extintas, procedendo-se aos necessários ajustes e adaptações nos registros contábeis da ERSA, sem que houvesse qualquer aumento ou diminuição do capital social da ERSA ou do número de ações em que se encontra dividido seu capital social. Nos termos dos Protocolos de Incorporação, foi consignado que, com a incorporação das sociedades e a sua consequente extinção, a ERSA passou a ser a sucessora legal das sociedades, a título universal e para todos os fins de direito, em todos os seus direitos e obrigações.

Sociedades Envolvidas:

Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A. (“ERSA”)
ERSA Comercializadora de Energia S.A. (“ERSA COM”)
ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A. (“EDP”)
Pátria Investimentos S.A. (“Pátria”)

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

	Quadro Societário	
Sociedade	**Antes**	**Depois**
ERSA Comercializadora de Energia Ltda.....	2.500.999 cotas – ERSA 1 cota – Pátria	Incorporada integralmente pela ERSA
ERSA Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	11.999.999 ações – ERSA 1 ação – Pátria	Incorporada integralmente pela ERSA

Eventos Societários em 2011

Associação de ativos e projetos de energia renovável entre ERSA e CPFL Energia

Evento:

Em 19 de abril de 2011, a Companhia e seus acionistas celebraram um acordo de associação com a CPFL Energia por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições visando a associação de ativos e projetos de energia renovável detidos pela Companhia e pelas controladoras da CPFL Energia, a saber a CPFL Geração a CPFL Brasil (“Associação”). Esta associação inclui Parques Eólicos, Usinas Termelétricas à Biomassa e PCHs localizadas no Brasil.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Principais Condições do Negócio:

Nos termos do referido acordo, os seguintes atos foram realizados almejando a realização da incorporação da sociedade Smitta Empreendimentos e Participações S.A. (“Incorporação”).

Em 18 de julho de 2011, a CPFL Geração realizou a segregação das PCHs que compunham diretamente seu patrimônio, contribuindo tais ativos ao capital das sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., sociedades estas sob o seu controle direto;

Ademais, no mesmo dia 18 de julho de 2011, a CPFL Geração e a CPFL Brasil, na qualidade de únicas acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A., realizaram um aporte de capital na referida sociedade, de modo a transferir a totalidade de seus empreendimentos para a Smita Empreendimentos e Participações S.A., inclusive as sociedades Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.H; e

Em 22 de agosto de 2011 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da ERSA que aprovou, sinteticamente, o cancelamento da totalidade dos bônus de subscrição emitidos pela ERSA em 2 de março de 2007 e a conversão, em ações ordinárias da ERSA, da totalidade das debêntures emitidas pela ERSA conforme os termos da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Primeira Emissão, datada de 15 de agosto de 2007 e da Escritura Particular de Emissão Privada de Debêntures da Primeira Emissão, datada de 23 de dezembro de 2008, com o consequente aumento de capital social da ERSA decorrente de tal conversão.

Em 24 de agosto de 2011 a Associação foi concluída entre a CPFL e os atuais acionistas da ERSA, mediante a aprovação e implementação da Incorporação da Smita Empreendimentos e Participações S.A., razão pela qual os Empreendimentos da CPFL e os Empreendimentos da ERSA passaram a ser operados pela ERSA. Nesta data, a CPFL Geração e CPFL Brasil passaram à condição de acionistas da ERSA, mediante a emissão de 733.141.077 novas ações ordinárias da ERSA. Por fim, a ERSA teve sua denominação social alterada para CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”).

Ademais, a CPFL Brasil e a CPFL Geração realizaram um aumento de capital no valor de R$384.196.650,00 na CPFL Renováveis, mediante a emissão de 180.334.222 mil novas ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis e cuja integralização ocorreu em dinheiro.

Por fim, destacamos que a consumação da Associação foi previamente autorizada pelas autoridades governamentais brasileiras competentes, conforme destacado abaixo:

- pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.967, de 21 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 04 de julho de 2011; e
- pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), conforme voto proferido em 13 de julho de 2011, no âmbito do Ato de Concentração nº 08012.004702/2011-04.

Sociedades Envolvidas:

CPFL Energia S.A.
CPFL Geração de Energia S.A.
CPFL Comercialização Brasil S.A.
ERSA – Energias Renováveis S.A.
Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações
Secor, LLC
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia
Fundo de Investimento em Participações Multisetrial Plus
DEG – Deutsche Investitions-UND Enttwicklungsgesellschaft MBH
GMR Energia S.A.
Roberto Sahade
Guilherme Sahade
Marcelo Sahade
Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infrestrutura

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Mediante a realização da Incorporação e do Aumento de Capital adicional, a CPFL Geração e CPFL Brasil atingiram uma participação societária total no capital social da CPFL Renováveis equivalente a 54,5% do capital social total e votante da companhia.

	Quadro Societário			
	Antes		Depois	
Sociedades	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
CPFL Geração	–	–	731.564.653	43,65
CPFL Brasil	–	–	181.910.646	10,85
Secor	197.951.768	27,94	190.413.272	11,36
Pátria Energia FIP	171.908.925	24,27	165.362.205	9,87
FIP Pátria	–	–	29.042.714	1,73
FIP Brasil Energia	163.419.875	23,07	157.196.439	9,38
Bradesco BBI FIP	52.723.053	7,44	102.872.952	6,14
DEG	53.045.360	7,49	51.025.261	3,04
GMR Energia	47.875.000	6,76	46.051.800	2,75
Roberto Sahade	7.159.837	1,01	6.887.172	0,41
Marcelo Sahade	7.159.837	1,01	6.887.172	0,41
Guilherme Sahade	7.159.836	1,01	6.887.172	0,41
Administradores	8	0,00	–	–
Total	**708.403.499**	**100**	**1.676.101.458**	**100**

Parceria para desenvolver e construir ativo importante: UTE Bio Alvorada, ativo importante da Companhia.

Evento:

Em 26 de julho de 2011, conforme Fato Relevante publicado em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou, por meio de uma de suas sociedades controladas, contrato de parceria com a Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda ("Usina Alvorada"), com o objetivo de desenvolver, construir e operar uma Usina Termoelétrica a Biomassa (bagaço de cana), situada no município de Araporã – MG, visando a produção de energia elétrica e vapor d'água para auto-consumo da usina e a venda da energia excedente pela sociedade controlada "SPE Bio Alvorada". A potência instalada da usina será de 50MW, dos quais 18MW médios serão exportados como excedente. O projeto tem investimentos previstos da ordem de R$156 milhões, com entrada comercial prevista para maio de 2013.

Principais Condições do Negócio:

O contrato firmado entre a CPFL Renováveis e a Usina Alvorada prevê que todo o CAPEX será realizado pela CPFL Renováveis. Não haverá pagamento pelo bagaço, e a operação e manutenção ficarão a cargo do usineiro, pelo qual o mesmo será remunerado em R$10,72 / MWh (data base fevereiro-2011). Por fim, do total de energia gerada pela SPE Bio Alvorada, 9,97 MW médios serão consumidos sem custo pela Usina Alvorada, e 18,0 MW médios serão exportados. Fica a encargo da CPFL Renováveis obter ata autorizativa junto a ANEEL e licenças ambientais necessárias.

Sociedades Envolvidas:

Sócio: CPFL – Energias Renováveis S.A.
Sócio: Alvorada Administração e Participações S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

A CPFL Renováveis será detentora de 100% de participação na SPE BIO Alvorada, e terá posse de todos os ativos da termoelétrica por 20 (vinte) anos. Após este período, a posse dos ativos passará ao usineiro, pelo valor residual dos mesmos.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Parceria para desenvolver e construir ativo importante: UTE Bio Coopcana, ativo importante da Companhia.

Evento:

Em 02 de agosto de 2011, a Companhia assinou, por meio de uma de suas sociedades controladas, contrato de parceria com a Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda. O objetivo é desenvolver, construir e operar uma Usina Termoelétrica à Biomassa (bagaço de cana), situada no município de São Carlos do Ivaí (PR) "UTE Coopcana", visando a produção de energia elétrica e vapor d'água para o auto-consumo da usina e a venda da energia excedente pela sociedade controlada. A potência instalada da UTE Coopcana será de 50 MW, dos quais 18 MW médios serão exportados como excedente. O projeto tem investimentos previstos na ordem de R$155 milhões. A entrada em operação comercial da usina está prevista para maio e de 2013.

Principais Condições do Negócio:

O contrato firmado entre a CPFL Renováveis e a UTE Coopcana prevê que todo o CAPEX será realizado pela CPFL Renováveis. Não haverá pagamento pelo bagaço, e a operação e manutenção ficarão a cargo do usineiro, pelo qual o mesmo será remunerado em R$12,83 / MWh (data base Junho-2011). Por fim, do total de energia gerada pela UTE Coopcana, 14,6MW médios serão consumidos pela UTE Coopcana, sem custo, e 18,0 MW médios serão exportados. Fica a encargo da CPFL Renováveis obter ata autorizativa junto a ANEEL e licenças ambientais necessárias.

Sociedades Envolvidas:

Sócio: CPFL – Energias Renováveis S.A.
Sócio: Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

A CPFL Renováveis será detentora de 100% de participação na SPE BIO Coopcana, e terá posse de todos os ativos da termoelétrica por 20 anos. Após este período, a posse dos ativos passará ao usineiro, pelo valor residual dos mesmos.

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle: PCH Santa Luzia

Evento:

A PCH Santa Luzia (SC – 28,5 MW) foi adquirida pela CPFL Renováveis, conforme comunicado divulgado ao mercado em 17 de agosto de 2011. Em 29 de dezembro de 2011 foi concretizada a transferência de 100% das ações, pertencentes à PST Energias Renováveis e Participações e à Glep Energias Renováveis e Participações S.A., com a aprovação da ANEEL e do BNDES. A PCH Santa Luzia está situada entre os municípios catarinenses de São Domingos e Iguaçu tem energia assegurada de 18,4 MW médios. Toda a energia gerada pela PCH Santa Luzia foi vendida por contratos de longo prazo. A unidade entrou em operação em julho de 2011, passando a integrar o portfólio da nossa Companhia.

Principais Condições do Negócio:

Valor: R$288 milhões sendo: (i) a R$152 milhões a serem pagos aos vendedores; e (ii) a assunção de dívida líquida no valor de R$136 milhões (para o pagamento aos vendedores foi feito uma captação de 158 milhões com o Santander.
Condições suspensivas: (i) anuência prévia da ANEEL (ii) anuência prévia do BNDES

Sociedades Envolvidas:

Comprador: PCH Holding 2 S.A.
Vendedores: PST Energias Renováveis e Participações e Glep Energias Renováveis e Participações S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

	Quadro Societário			
Sociedade	**Antes**		**Depois**	
PCH Santa Luzia	PST	89,75%	CPFL Renováveis	100%
	Glep	10,25%		

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle: São Benedito Energias Renováveis S.A. ("São Benedito"); São Domingos Energias Renováveis S.A. ("São Domingos"); Santa Mônica Energias Renováveis S.A. ("Santa Mônica"); Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. ("Santa Úrsula"); Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. ("São Martinho"); e Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. ("Santo Dimas" e em conjunto com São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula e São Martinho, "Complexo São Benedito").

Evento:

Em 8 de agosto de 2011, a ERSA – Energias Renováveis S.A. (antiga denominação da Companhia, "ERSA") celebrou contrato de compra e venda da totalidade das ações do Complexo São Benedito, condicionado à vitórias nos leilões da ANEEL mencionados no contrato. Apesar de não terem sido ganhadoras do leilão, em 11 de setembro de 2011 a ERSA exerceu sua opção de compra das sociedades. Através desta aquisição adquirimos os 6 respectivos parques eólicos de cada companhia localizados no Rio Grande do Norte.

Principais condições do negócio:

O preço total pago pela aquisição das ações foi calculado pelo MW multiplicado pela potência cadastrada na EPE e pago da seguinte maneira: (i) o valor de R$33,56 milhões, equivalentes ao valor total do caixa da São Domingos, Santa Mônica e Santa Úrsula; (ii) valor de R$33,56 milhões, equivalentes ao valor total do caixa da São Benedito, São Martinho e Santo Dimas (iii) 90% do valor restante, descontados os itens (i) e (ii) em 60 da do aditivo; e (iv) 10% do valor restante, descontados os itens (i) e (ii) na data em que todas as sociedades adquirirem autorização da ANEEL para início da operação comercial.

Sociedades envolvidas: Complexo São Benedito e ERSA – Energias Renováveis S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

A Companhia é a detentora de 100% de participação nas sociedades do Complexo São Benedito.

Contrato importante de venda de energia: Complexo São Benedito

Evento:

Em 19 de agosto de 2011, a CPFL Renováveis recebeu proposta firme para venda por 20 (vinte) anos no mercado livre de 60,9 MW médios de 4 (quatro) Parques Eólicos situados no Rio Grande do Norte, sobre os quais a CPFL Renováveis possui opção firme e irrevogável de compra de 100% das ações de suas respectivas SPEs, totalizando 116 MW de potência instalada.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A. e CPFL – Comercialização Brasil S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle: Jantus SL

Evento:

Em 19 de dezembro de 2011, concluímos a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Jantus SL. Através desta aquisição adquirimos, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF Énergies do Brasil Ltda. (SIIF) e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda., com suas respectivas subsidiárias, com um total de 4 (quatro) Parques Eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não-certificados (“Empreendimentos SIIF”).

Principais condições do negócio:

O preço de aquisição das quotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda, compreende (i) o valor de R$823,3 milhões, desembolsados da seguinte forma (a) R$468,9 milhões pagos à vista por nós SIIF e a SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda. em 19 de dezembro de 2011, e (b) o equivalente em Euros à R$354,4 milhões contribuídos por nós ao capital da Jantus S.L. para quitação de determinadas obrigações perante terceiros; e (ii) a assunção de dívida líquida no valor de R$675,4 milhões.

O Contrato de Compra e Venda de Energia – CT. PROINFA relativo ao Parque Eólico localizado no Estado do Rio de Janeiro, com capacidade instalada potencial de 135 MW (“Quintanilha Machado”), celebrado entre Eletrobrás e SIIF foi rescindido amigavelmente e sem encargos para as partes, através do Termo de Distrato do Contrato de Compra e Venda de Energia – CT. PROINFA celebrado em 01 de dezembro de 2011. Dessa forma, não houve a necessidade de realizar a reorganização societária na Jantus SL, nem de efetuar o pagamento do preço de R$70 milhões estabelecido para a aquisição do empreendimento em questão, conforme divulgado no Fato Relevante emitido pela CPFL Energia em 07 de abril de 2011.

Sociedades Envolvidas

CPFL Energias Renovaveis S.A., CPFL Energia S.A., CPFL Comercialização Brasil S.A., Jantus SL, SIIF Énergies do Brasil Ltda. e SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda., com suas respectivas subsidiárias.

Nesta operação a CPFL Brasil realizou aportes de capital na Companhia no valor de R$820,8 milhões, de forma que CPFL Geração de Energia S.A. e CPFL Brasil passaram a deter, em conjunto, 63,0% da Companhia.

	Quadro Societário			
	Antes		Depois	
Sociedades	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
CPFL Geração	731.564.653	43,65	731.564.653	35,49%
CPFL Brasil	181.910.646	10,85	567.179.333	27,51%
Secor	190.413.272	11,36	190.413.272	9,24%
Pátria Energia FIP	165.362.205	9,87	165.362.205	8,02%
FIP Pátria	29.042.714	1,73	29.042.714	1,41%
FIP Brasil Energia	157.196.439	9,38	157.196.439	7,63%
Bradesco BBI FIP	102.872.952	6,14	102.872.952	4,99%
DEG	51.025.261	3,04	51.025.261	2,48%
GMR Energia	46.051.800	2,75	46.051.800	2,24%
Roberto Sahade	6.887.172	0,41	6.887.172	0,33%
Marcelo Sahade	6.887.172	0,41	6.887.172	0,33%
Guilherme Sahade	6.887.172	0,41	6.887.172	0,33%
Administradores	–	–	–	–
Total	**1.676.101.458**	**100**	**2.061.370.145**	**100**

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Eventos societários em 2012.

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle (Atlântica S.A.)

Evento:

Em 12 de janeiro de 2012, assinamos o Contrato de Compra e Venda de Ações, cujo objeto foi a aquisição pela Companhia da totalidade das ações de emissão das sociedades ATLÂNTICA I PARQUE EÓLICO S.A., ATLÂNTICA II PARQUE EÓLICO S.A., ATLÂNTICA IV PARQUE EÓLICO S.A. e ATLÂNTICA V PARQUE EÓLICO S.A. ("Sociedades"). As Sociedades são detentoras de autorização, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, para geração de energia elétrica de fonte eólica sob o regime de produção independente, mediante a implantação de seus respectivos parques eólicos.

Principais condições do negócio:

A transferência do controle do Complexo Eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme comunicado ao mercado realizado em 26 de março de 2012.

O preço total de aquisição foi de R$24 milhões pagos à vista aos vendedores.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A., Cobra Instalaciones Y Servicios S.A., Barra do Peixe Montagens e Serviços Ltda., Atlântica I Parque Eólico S.A., Atlântica II Parque Eólico S.A., Atlântica IV Parque Eólico S.A. e Atlântica V Parque Eólico S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle (BVP)

Evento:

Em 24 de fevereiro de 2012, assinamos um contrato para adquirir, através de uma controlada (PCH Participações S.A.) 100% das ações da BVP S.A. ("BVP"). A BVP controla a Bons Ventos Geradora de Energia S.A. ("Bons Ventos") que detém quatro Parques Eólicos em operação (Taíba Albatroz, Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel) no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 157,5 MW, fator de capacidade médio de cerca de 40% e contratos de venda de energia de 20 (vinte) anos com a Eletrobrás incluídos no PROINFA.

Principais condições do negócio:

O preço total da aquisição é de R$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R$445.124 a ser pago aos vendedores; (ii) a assunção de dívida líquida no valor de R$439.191; (iii) R$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia; e (iv) o valor de R$83.428 que, conforme cláusula contratual, será pago aos vendedores após a conclusão da auditoria do balanço de ajuste. A transferência do controle dos parques da Bons Ventos para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado no dia 19 de junho de 2012.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A., FIP Brasil Energia, Servtec Investimentos e Participações Ltda. e Fundo de Investimento em Participações Progresso.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle (Usina Ester)

Evento:

Em 9 de março de 2012, celebramos com terceiros contrato de aquisição de ativos de co-geração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada da Usina Ester, que detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar a energia proveniente da biomassa produzida pela moagem de cana-de-açúcar e com capacidade instalada de 40,0 MW. Os ativos de co-geração localizam-se no município de Cosmópolis, Estado de São Paulo, e estão em operação comercial plena. A incorporação dos ativos de cogeração da SPE Lacenas Participações Ltda foi finalizada conforme comunicado ao mercado publicado em 18 de outubro de 2012.

Principais condições do negócio:

O valor da aquisição totaliza R$111,5 milhões, que compreende, na data de assinatura do contrato, (i) a R$55,2 milhões pagos aos vendedores; e (ii) a assunção de dívida líquida no valor de R$56,3 milhões.

A operação prevê ainda que realizaremos investimentos para aumentar a eficiência da produção e co-geração da usina, aumentando o volume de energia exportável de 11 MW médios em 2012 para até 16,3 MW médios em 2016.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A, Usina Açucareira Ester S.A. e Lacenas Participações Ltda.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

Eventos Societários em 2013

Incorporação da Jantus

Evento:

Em 26 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012.

Conforme decisão da CVM prevista no OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, de 18 de novembro de 2008, emitida pela CVM, de atender aos requisitos dispostos nos artigo 264 da LSA e na Instrução CVM nº 319/99.

A Jantus S.L. detinha, direta ou indiretamente, 100% do capital social da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., as quais passaram, após a incorporação, a ser controladas diretas da Companhia. Como resultado da incorporação, a Jantus S.L. foi extinta, e a totalidade das ações representativas de seu capital social detida pela Companhia foi cancelada, mantendo-se inalterado o capital social da Companhia após a incorporação.

Sociedades envolvidas:

CPFL Energias Renováveis S.A. e Jantus S.L.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição de ativo importante cumulada com aquisição de controle (Rosa dos Ventos)

Evento:

Em 18 de junho de 2013 assinamos um contrato para adquirir 100% das ações da Rosa dos Ventos. A Rosa dos Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia (“ANEEL”), para explorar os parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW. Os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia gerada por tais parques eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Principais condições do negócio:

O preço total da aquisição é de R$99,7 milhões, sendo (i) R$62,0 milhões pagos ao vendedor; e (ii) R$37,7 milhões em assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos, ajustáveis até o fechamento da operação, o qual encontra-se sujeito à satisfação das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda e aprovações prévias pertinentes. A transferência do controle da Rosa dos Ventos para a Companhia está sujeita à aprovação pela ANEEL.

Sociedades Envolvidas:

CPFL – Energias Renováveis S.A., Martifer Renováveis Geração de Energia e Participações S.A. e Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A.

Não houve efeito resultante dessa operação no quadro acionário da Companhia.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência não houve pedido de nossa falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos uma companhia cujo objeto social é o investimento em sociedades de produção independente de energia renovável, de baixo impacto ambiental e social, com foco exclusivo no mercado brasileiro, tais como PCHs, Parques Eólicos, Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica. Possuímos larga experiência no desenvolvimento, aquisição, construção e operação de usinas de geração de energia a partir de fontes renováveis.

Como resultado da implementação da associação entre a CPFL Energia, através de suas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA – Energias Renováveis S.A., em agosto de 2011, nos tornamos o maior grupo de geração de energias renováveis do Brasil em termos de capacidade em operação e construção, com presença marcante nas 3 (três) principais fontes de energia renovável desenvolvidas atualmente no país (PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa) com base na capacidade instalada em operação e construção, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Nossos empreendimentos estão presentes em 8 (oito) estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

Em 31 de março de 2013, nosso portfólio de projetos totalizava 1.153 MW de capacidade instalada em operação e 582 MW de capacidade em construção, sendo composto de 35 (trinta e cinco) PCHs em operação (327 MW), 15 (quinze) Parques Eólicos em operação (555 MW) e 18 (dezoito) Parques Eólicos em construção (482 MW), 6 (seis) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa em operação (270 MW) e 2 (duas) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa em construção (100 MW), e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica em operação (1 MW).

Adicionalmente, possuíamos em 31 de março de 2013 projetos em desenvolvimento de PCHs e Parques Eólicos perfazendo um portfólio total de 3.818 MW.

A tabela abaixo ilustra nosso portfólio geral de ativos em operação, construção e desenvolvimento, e sua capacidade instalada, em 31 de março de 2013 (em MW):

	PCH	Eólica*	Biomassa	Solar	Total
Operação	327	555	270	1	1.153
Construção.....	–	482	100	–	582
Desenvolvimento	626	3.192	–	–	3.818
Total	**953**	**4.229**	**370**	**1**	**5.553**

* Considera a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW. Tais parques estão aptos para gerar energia, e tem direito a receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009 – Pendente ainda o término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada) para o início efetivo das operações.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O quadro abaixo contém uma descrição detalhada das principais características dos nossos projetos em operação e construção, em 31 de março de 2013:

Projeto	Fonte	Situação	U.F.	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Entrada em Operação (1)	Garantia Física (2)	Energia Contratada	Valor PPA (mar-13)	Mercado	Prazo PPA (anos) (3)	Início do Suprimento do PPA	Prazo Concessão/Autorização (anos) (4)
										ACL/ACR/ Proinfa			
Americana	PCH	Operação	SP	Americana	30,00	1949	8,10	8,10	184,93	ACL	8	jan-13	30
Buritis	PCH	Operação	SP	Buritizal	0,80	1922	0,35	0,35	184,93	ACL	8	jan-13	30
Capão Preto	PCH	Operação	SP	São Carlos	4,30	1911	2,28	2,28	184,93	ACL	8	jan-13	30
Chibarro	PCH	Operação	SP	Araraquara	2,60	1912	1,69	1,69	184,93	ACL	8	jan-13	30
Dourados	PCH	Operação	SP	Nuporanga	10,80	1926	6,99	6,99	184,93	ACL	8	jan-13	30
Eloy Chaves	PCH	Operação	SP	Espírito Santo do Pinhal	18,80	1954	11,59	11,59	184,93	ACL	8	jan-13	30
Esmeril	PCH	Operação	SP	Patrocínio Paulista	5,00	1912	2,88	2,88	184,93	ACL	8	jan-13	30
Gavião Peixoto	PCH	Operação	SP	Gavião Peixoto	4,80	1913	3,82	3,82	184,93	ACL	8	jan-13	30
Jaguari	PCH	Operação	SP	Pedreira	11,80	1917	4,50	4,50	184,93	ACL	8	jan-13	30
Lençóis	PCH	Operação	SP	Macatuba	1,70	1917	1,04	1,04	184,93	ACL	8	jan-13	30
Monjolinho	PCH	Operação	SP	São Carlos	0,60	1909	0,11	0,39	156,30	ACL	18	jan-03	30
Pinhal	PCH	Operação	SP	Espírito Santo do Pinhal	6,80	1928	3,70	3,70	184,93	ACL	8	jan-13	30
Salto Grande	PCH	Operação	SP	Campinas	4,60	1912	2,58	2,58	184,93	ACL	8	jan-13	30
Santana	PCH	Operação	SP	São Carlos	4,30	1951	2,61	2,61	184,93	ACL	8	jan-13	30
São Joaquim	PCH	Operação	SP	Guará	8,10	1911	5,07	5,07	184,93	ACL	8	jan-13	30
Socorro	PCH	Operação	SP	Socorro	1,00	1909	0,31	0,31	184,93	ACL	8	jan-13	30
Três Saltos	PCH	Operação	SP	Torrinha	0,60	1928	0,54	0,54	184,93	ACL	8	jan-13	30
PCHs - Início de Operação anterior a 2007	PCH	Operação			116,60	em operação	58,16	58,44	184,74	ACL	8,1	-	30
Alto Irani	PCH	Operação	SC	Arvoredo	21,00	2008	13,70	13,53	189,82	(Proinfa)	20	out-08	30
Arvoredo	PCH	Operação	SC	Arvoredo e Xanxerê	13,00	2010	7,77	7,00	176,61	ACR	30	jan-10	30
Barra da Paciência	PCH	Operação	MG	Açucena e Gonzaga	23,00	2011	14,89	14,30	188,94	ACL	15	jan-10	30
Cocais Grande	PCH	Operação	MG	Antonio Dias	10,00	2009	5,12	5,16	189,82	(Proinfa)	20	jun-09	30
Corrente Grande	PCH	Operação	MG	Açucena e Gonzaga	14,00	2011	8,53	7,90	188,94	ACL	15	jan-10	30
Ninho da Águia	PCH	Operação	MG	Delfim Moreira	10,00	2011	6,50	5,75	188,94	ACL	15	jan-10	30
Paiol	PCH	Operação	MG	Frei Inocêncio e Mathias Lobato	20,00	2010	11,02	10,90	188,94	ACL	15	jan-10	30
Plano Alto	PCH	Operação	SC	Xavantina	16,00	2008	10,27	10,20	189,82	(Proinfa)	20	fev-08	30
São Gonçalo	PCH	Operação	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	11,00	2010	7,60	6,45	188,94	ACL	15	jan-10	30
Varginha	PCH	Operação	MG	Chalé e São José do Mantimento	9,00	2010	5,39	4,00	176,61	ACR	30	jan-10	30
Várzea Alegre	PCH	Operação	MG	Conceição de Ipanema	7,50	2011	4,88	4,30	188,94	ACL	15	jan-10	30
11 PCHs ERSA	PCH	Operação			154,50	em operação	95,67	89,49	187,71	Diversos	18,5	-	30
Andorinhas (5)	PCH	Operação	RS	Bozano	0,50	1940	0,42	0,42	190,76	ACL	9,5	jul-10	Não definido pela ANEEL
Diamante	PCH	Operação	MT	Nortelândia	4,20	2005	1,60	1,60	177,16	ACL	9	jan-11	30
Guaporé	PCH	Operação	RS	Guaporé	0,70	1950	0,56	0,56	190,76	ACL	9,5	jul-10	Não definido pela ANEEL
Pirapó (5)	PCH	Operação	RS	Roque Gonzales	0,80	1952	0,58	0,58	190,76	ACL	9,5	jul-10	Não definido pela ANEEL
Saltinho (5)	PCH	Operação	RS	Muitos Capões	0,80	1950	0,73	0,73	190,76	ACL	9,5	jul-10	Não definido pela ANEEL
CPFL SUL CENTRAIS	PCH	Operação			7,00	em operação	3,89	3,89	185,17	ACL	9,3	-	30
PCH Santa Luzia (LFA)	PCH	Operação	SC	São Domingos e Ipuaçu	22,20	2010	18,42	14,00	176,61	ACR	30	jan-10	35
PCH Santa Luzia (Mercado Livre)	PCH	Operação	SC		6,30	2010	-	4,00	202,76	ACL	12	jan-10	35
Salto Góes	PCH	Operação	SC	Tangará	20,00	2012	11,10	11,10	166,31	ACR	30	jan-13	30
PCHs - Início de Operação posterior a 2007	PCH	Operação			210,00	em operação	129,08	122,48	184,91	Diversos	20,32	-	30

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Projeto	Fonte	Situação	U.F.	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Entrada em Operação (1)	Garantia Física (2)	Energia Contratada	Valor PPA (mar-13)	Mercado	Prazo PPA (anos) (3)	Início do Suprimento do PPA	Prazo Concessão/Autorização (anos) (4)
										ACL/ACR/ Proinfa			
Baia Formosa (LEN)	BIO	Operação	RN	Baia Formosa	27,40	2011	11,00	11,00	195,46	ACR	15	jan-11	30
Baia Formosa (Mercado Livre) (6)		Operação	RN	Baia Formosa	12,60	2011	-	5,03	162,77	ACL	18	out-11	30
UTE Baia Formosa	BIO	Operação			40,00	em operação	11,00	16,03	185,20	Diversos	15,94	-	30
UTE Pedra	BIO	Operação	SP	Serrana	70,00	2012	24,40	24,40	160,79	ACR	15	mar-12	35
UTE Buriti	BIO	Operação	SP	Buritizal	50,00	2011	21,02	21,02	185,33	ACL	20	jun-11	30
UTE Ipê	BIO	Operação	SP	Nova Independência	25,00	2012	8,19	8,19	185,83	ACL	20	jun-11	30
UTE Complexo Pedra	BIO	Operação			145,00	em operação	53,61	53,61	174,24	Diversos	17,72	-	32,3
Baldin	BIO	Operação	SP	Pirassununga	45,00	2010	12,80	10,32	186,16	ACL	26	jan-10	30
Bio Ester ACR	BIO	Operação	SP	Cosmópolis	40,00	2010	10,20	7,00	195,47	ACR	15	jan-10	30
Bio Ester ACL (7)	BIO	Operação	SP	Cosmópolis	-	2010	-	3,20	118,54	ACL	1	jan-13	30
Total BIO em Operação	BIO	Operação			270,00	em operação	87,61	90,16	177,22	Diversos	17,55	-	31,3925351
Foz do Rio Choró	EOL	Operação	CE	Beberibe	25,20	2009	7,37	7,37	338,12	(Proinfa)	20	jun-09	30
Paracuru	EOL	Operação	CE	Paracuru	25,20	2008	12,58	11,78	285,63	(Proinfa)	20	nov-08	30
EOLs SIIF I (8)	EOL	Operação			50,40	em operação	19,95	19,15	305,83	(Proinfa)	20	-	30
Icaraizinho	EOL	Operação	CE	Amontada	54,60	2009	22,08	21,51	289,86	(Proinfa)	20	out-09	30
Praia Formosa	EOL	Operação	CE	Camocim	105,00	2009	28,33	28,09	327,80	(Proinfa)	20	ago-09	30
EOLs SIIF II (8)	EOL	Operação			159,60	em operação	50,41	49,60	311,35	(Proinfa)	20	-	30
Complexo Bons Ventos	EOL	Operação	CE	Talba/Aracati	16,80	2008	6,71	6,58	294,01	(Proinfa)	20	nov-08	30
					58,80	2010	24,08	22,93	294,91		20	jan-10	30
					50,40	2010	16,37	15,94	322,62		20	fev-10	30
					31,50	2010	10,23	9,97	331,19		20	mar-10	30
Complexo Bons Ventos (8)	EOL	Operação			157,50	em operação	57,39	55,42	309,30	(Proinfa)	20	-	30
Santa Clara I	EOL	Operação	RN	Parazinho	30,00	2012	13,71	13,00	187,79	ACR	20	jul-12	35
Santa Clara II					30,00	2012	12,76	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35
Santa Clara III					30,00	2012	12,51	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35
Santa Clara IV					30,00	2012	12,31	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35
Santa Clara V					30,00	2012	12,41	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35
Santa Clara VI					30,00	2012	12,29	12,00	187,79	ACR	20	jul-12	35
Eurus VI					8,00	2012	3,16	3,00	187,79	ACR	20	jul-12	35
EOL Complexo Santa Clara	EOL	Operação			188,00	em operação	79,15	76,00	187,79	ACR	20	-	35
Total EOL em Operação	EOL	Operação			555,50	em operação	206,90	200,17	263,34	Diversos	20,00	-	31,9

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Projeto	Fonte	Situação	U.F.	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Entrada em Operação (1)	Garantia Física (2)	Energia Contratada	Valor PPA (mar-13)	Mercado ACL/ACR/ Proinfa	Prazo PPA (anos) (3)	Início do Suprimento do PPA	Prazo Concessão/Autorização (anos) (4)
Solar Tanquinho	Solar	Operação	SP	Campinas	1,05	2012	0,20	0,19	172,72	ACL	24,00	jan-13	-
Total Solar em Operação	Solar	Operação			1,05	em operação	0,20						
Costa Branca	EOL	Construção	RN	João Camara	20,70	3º TRI 2013	9,80	9,80	149,61	ACR	20	set-13	35
Juremas	EOL	Construção	RN	João Camara	16,10	3º TRI 2013	7,60	7,50	156,01	ACR	20	set-13	35
Macacos	EOL	Construção	RN	João Camara	20,70	3º TRI 2013	9,80	9,70	156,01	ACR	20	set-13	35
Pedra Preta	EOL	Construção	RN	João Camara	20,70	3º TRI 2013	10,30	10,10	149,61	ACR	20	set-13	35
EOL Macacos I (17)	EOL	Construção			78,20	3º TRI 2013	37,50	37,10	152,58	ACR	20	set-13	35
Campo dos Ventos II	EOL	Construção	RN	João Camara	30,00	3º TRI 2013	15,00	14,00	142,47	ACR	20	set-13	35
EOL Campo dos Ventos II	EOL	Construção			30,00	3º TRI 2013	15,00	14,00	142,47	ACR	20	set-13	35
Atlântica I	EOL	Construção	RS	Palmares do Sul	30,00	3º TRI 2013	13,10	13,10	154,85	ACR	20	jul-13	35
Atlântica II	EOL	Construção	RS	Palmares do Sul	30,00	3º TRI 2013	12,90	12,90	154,85	ACR	20	jul-13	35
Atlântica IV	EOL	Construção	RS	Palmares do Sul	30,00	3º TRI 2013	13,00	13,00	154,85	ACR	20	jul-13	35
Atlântica V	EOL	Construção	RS	Palmares do Sul	30,00	3º TRI 2013	13,70	13,70	154,85	ACR	20	jul-13	35
EOL Complexo Atlantica	EOL	Construção			120,00	3º TRI 2013	52,70	52,70	154,85	ACR	20	jul-13	35
Campo dos Ventos I	EOL	Construção	RN	João Camara	28,00	1º TRI 2016	13,60	12,85	146,12	ACL	19	jan-16	30
Campo dos Ventos III	EOL	Construção	RN	João Camara	28,00	1º TRI 2016	13,40	12,62	146,12	ACL	19	jan-16	30
Campo dos Ventos V	EOL	Construção	RN	João Camara	26,00	1º TRI 2016	13,25	12,52	146,12	ACL	19	jan-16	30
EOL Complexo Campo dos Ventos	EOL	Construção			82,00	1º TRI 2016	40,25	37,99	146,12	ACL	19	jan-16	30
Ventos de Santa Mônica	EOL	Construção	RN	João Camara	30,00	3º TRI 2016	14,86	14,80	124,60	ACL	19	jul-16	Em obtenção
Ventos de Santa Úrsula	EOL	Construção	RN	João Camara	28,00	3º TRI 2016	14,60	14,54	124,60	ACL	19	jul-16	Em obtenção
Ventos de São Domingos	EOL	Construção	RN	João Camara	28,00	3º TRI 2016	14,08	13,31	146,12	ACL	19	jul-16	Em obtenção
Ventos de São Martinho	EOL	Construção	RN	João Camara	28,00	3º TRI 2016	14,09	13,31	146,12	ACL	19	jul-16	Em obtenção
Ventos de São Benedito	EOL	Construção	RN	João Camara	28,00	3º TRI 2016	14,76	14,71	124,60	ACL	19	jul-16	Em obtenção
Ventos de São Dimas	EOL	Construção	RN	João Camara	30,00	3º TRI 2016	16,61	16,55	124,60	ACL	19	jul-16	Em obtenção
EOL Complexos Campo Sul e Norte	EOL	Construção			172,00	3º TRI 2016	89,00	87,22	131,17	ACL	19,0	-	-
Total EOLs em Construção (9)	EOL	Construção			482,20	-	234,45	229,01	143,26	Diversos	19,45	-	-
BIO Alvorada	Bio	Construção	MG	Araporã	50,00	2º TRI 2013	18,03	18,03	142,88	ACL	20	mar-13	30
BIO Alvorada													
BIO Coopcana													
BIO Coopcana	Bio	Construção	PR	São Carlos do Ivaí	50,00	2º TRI 2013	18,04	18,04	142,88	ACL	21	jan-00	0
BIO Coopcana													
Total BIOs em Construção (9)	Bio	Construção			100,00	2º TRI 2013	36,07	36,07	142,88	ACL	20,50	-	-

Notas:

(1) No caso dos projetos em construção, foi considerado o trimestre no qual estima-se o início das operações de cada projeto.

(2) Garantia física estimada para os projetos de Complexo Campo dos Ventos, Complexo São Benedito, BIO Buriti, BIO Ipê, BIO Alvorada e BIO Coopcana. Para Bons Ventos e SIIF foi adotada a Energia de Referência.

(3) Prazo médio de PPA é ponderado pela energia contratada dos projetos.

(4) Prazo total concedido apartir da outorga original, que pode ser consultada na sessão Itens gerais das notas explicativas das demonstraçoes financeiras da Companhia.

(5) PCHS Andorinhas, Pirapó e Saltinho possuem Registro na ANEEL, regime para o qual não há prazo de autorização.

(6) A usina BIO Formosa possui Garantia Física atual de 11,0 MWm, mas é projetado aumento de 5,03 MWm nos próximos anos, para o qual já há contrato de PPA assinado, condicionado à aprovação pela ANEEL da alteração da Garantia Física.

(7) BIO Ester possui contrato de PPA com início em jan-2013 com energia contratada inicial de 3,20 MWm e previsão de aumento escalonado até 9,44 MWm em 2019, e valor de R$112 (data base mar-2013).

(8) Para os Complexos SIIF I, II e Bons Ventos os contratos prevem ajuste referente a diferença entre geração efetiva e energia contratada, ou seja, montantes de energia gerados acima do previsto no contrato serão remunerados pelo valor do PPA.

(9) Para projetos em construção, nos quais ainda não há faturamento, o valor do PPA foi calculado atualizado da data-base pela inflação.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O quadro abaixo apresenta o detalhamento do estágio de cada um dos nossos projetos em desenvolvimento, incluindo, sobre nossos projetos de PCHs, informações sobre os estudos de inventário, projeto básico e de viabilidade, licenças ambientais e outorga da ANEEL, e sobre nossos projetos de Parques Eólicos, informações sobre as medições de vento, aspecto fundiário, certificações e licenças ambientais, em 31 de março de 2013.

Projeto	Capacidade Instalada (MW)	Entrada em Operação (1)	Garantia Física (2)	Energia Contratada	Valor PPA (mar-13)	Prazo PPA (anos) (3)	Prazo Concessão/Autorização (anos) (4)	capex excutado R$ MM (10)	Capex à ser executado R$ MM	Saldo da dívida R$ MM 31/03/2013 (11)	Dívida à ser captada R$ MM (12)	Custo médio da dívida Contratada (13) (14)	Vencimento Final da dívida (14) (15)
Projetos em operação													
PCHs - Início de Operação anterior a 2007	116,60	em operação	58,2	58,4	184,74	8	30	Em operação	-	4	-	8,4%	1,3
PCHs - Início de Operação posterior a 2007 (5)	210,00	em operação	129,1	122,5	184,91	20	30	Em operação	-	803	15	10,7%	15,1
Total BIO em Operação (6) (7)	270,00	em operação	87,6	90,2	177,22	18	31	Em operação	-	477	3	6,1%	9,5
Total EOL em Operação (8)	555,50	em operação	206,9	200,2	263,34	20	32	Em operação	-	1.769	1	7,5%	15,0
Total Solar em Operação	1,05	em operação	0,2	-	-	-	-	Em operação	-	-	2,25	-	-
Projetos em construção													
Total EOLs em Construção (09)	482,20	-	234,5	229,0	143,26	19,45	-	560,15	1.655,98	351	1.630	6,6%	0,5
Total BIOs em Construção (09)	100,00	2° TRI 2013	36,1	36,1	142,88	20,90	-	240,43	68,06	99	111	4,3%	12,7

Notas:

(1) No caso dos projetos em construção, foi considerado o trimestre no qual estima-se o início das operações de cada projeto.

(2) Garantia física estimada para os projetos de Complexo Campo dos Ventos, Complexo São Benedito, BIO Buriti, BIO Ipê, BIO Alvorada e BIO Coopcana. Para Bons Ventos e SIIF foi adotada a Energia de Referência.

(3) Prazo médio de PPA é ponderado pela energia contratada dos projetos.

(4) Prazo total concedido apartir da outorga original, que pode ser consultada na sessão Itens gerais das notas explicativas das demonstraçoes financeiras da Companhia.

(5) PCHS Andorinhas, Pirapó e Saltinho possuem Registro na ANEEL, regime para o qual não há prazo de autorização.

(6) A usina BIO Formosa possui Garantia Física atual de 11,0 MWm, mas é projetado aumento de 5,03 MWm nos próximos anos, para o qual já há contrato de PPA assinado, condicionado à aprovação pela ANEEL da alteração da Garantia Física.

(7) BIO Ester possui contrato de PPA com início em jan-2013 com energia contratada inicial de 3,20 MWm e previsão de aumento escalonado até 9,44 MWm em 2019, e valor de R$112 (data base mar-2013).

(8) Para os Complexos SIIF I, II e Bons Ventos os contratos prevem ajuste referente a diferença entre geração efetiva e energia contratada, ou seja, montantes de energia gerados acima do previsto no contrato serão remunerados pelo valor do PPA.

(9) Para projetos em construção, nos quais ainda não há faturamento, o valor do PPA foi calculado atualizado da data-base pela inflação.

(10) O CAPEX executado dos projetos que já possuem financiamento é afetado pela capitalização dos juros durante o período de construção.

(11) O saldo da dívida apresentado não considera qualquer amortização de custos de emissão.

(12) O montante de financiamento a ser captado pelos projetos em construção sem dívida contratada considera que a companhia irá obter uma alavancagem de 70% para PCHs e 75% para projetos eólicos e de biomassa.

(13) Para cálculo do custo médio dos financiamentos foram consideradas os seguintes indicadores: TJLP @ 5,0%, CDI @ 7,25% e IGP-M @7,82% (acumulado nos últimos 12 meses - mar/13).

(14) A Companhia estima que novas contratações para o financiamento de projetos junto ao BNDES serão realizadas com o custo médio de TJLP + 2% a.a. e prazo total de 16 anos.

(15) O prazo da dívida demonstra o período remanescente para que ocorra o pagamento da última parcela.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O quadro abaixo apresenta o detalhamento do estágio de cada um dos nossos projetos em desenvolvimento, incluindo, sobre nossos projetos de PCHs, informações sobre os estudos de inventário, projeto básico e de viabilidade, licenças ambientais e outorga da ANEEL, e sobre nossos projetos de Parques Eólicos, informações sobre as medições de vento, aspecto fundiário, certificações e licenças ambientais, em 31 de março de 2013.

Projeto	Capacidade (MW)	Estudo Preliminar				Projeto-base				Meio Ambiente			ANEEL
		Registro Ativo	Estudos Concluídos	Aceitação Técnica	Estudo Aprovado	Registro Ativo	Estudos Concluídos	Aceitação Técnica	Estudo Aprovado	Estudos Concluídos	LP	LI	Concessão
PCH Boa Vista II	28	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓			✓
PCH Cachoeira Grande [1]	16	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓		
PCH Santa Cruz [1]	13	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓		
Subtotal	**57**												
PCH Aluruoca [2]	18	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓					
PCH Bom Retiro	29	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓					
PCHs Águas de Chapecó	21	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓					
PCH Porto Ferreira	20	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓					
Subtotal	**88**												
PCH Fox do Xaxim	11	✓	✓	✓	✓	✓	✓						
AHE Ivaí	75	✓	✓	✓									
PCH Ivaí	28	✓	✓	✓									
PCHs Ijuí - Ijuizinho	26	✓	✓	✓									
AHE Rio das Antas	78	✓	✓	✓									
PCH Rio Piracanjuba	11	✓	✓	✓									
PCH Rio Turvo	16	✓	✓	✓									
AHE Rio das Cinzas	85	✓	✓	✓									
AHE Rio Dos Bois	62	✓	✓	✓									
PCH Penedo	17	✓	✓	✓		✓							
PCH Nova União	28	✓	✓	✓		✓	✓	✓					
PCH Saudade	46	✓	✓	✓		✓	✓						
Subtotal	**482**												
Total	**626**												

Notas:
(1) PCHs com LI e Outorgas em processo de revisão.
(2) PCH com Outorgas em processo de revisão.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Projeto	Capacidade (MW)	Medição do Vento			Terra			Certificações			Meio-Ambiente		
		Torre	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Arrendamento	Averb. Contrato	Averb. Georref.	Instalação da Torre	Dados Eólicos	Produção	Estudos Conclusórios	LP	LI
EOL Gameleira	85	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
EOL Curral Velho	84	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	
EOL Pontal das Falésias	22	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓	
EOL Praia de Bitupitá	70	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	
EOL Royalle	30	✓	✓	✓		✓	✓			✓	✓			
EOL Royalle Expansão	136	✓	✓	✓		✓				✓	✓			
EOL Macacos II	44	✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
Subtotal	**470**													
EOL Pedra Cheirosa	50	✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	
EOL Pé da Serra	234	✓	✓			✓				✓	✓			
EOL Serra do Angelim	202	✓	✓			✓				✓	✓			
EOL Serra do Cabral	90	✓	✓			✓								
EOL Viçosa do Ceará	96	✓	✓			✓								
EOL Tapuia	106	✓	✓			✓								
EOL Saloá	94	✓	✓			✓								
EOL Serra das Vacas	117	✓	✓			✓								
Subtotal	**989**													
EOL Serra dos Ventos	159	✓				✓								
EOL Lagoas de Saloá	76	✓				✓								
EOL Bom Conselho	223	✓				✓								
EOL Ventania	117	✓				✓								
EOL Serra Grande	106	✓				✓								
EOL Rodoleiro	104	✓				✓								
EOL Olho D'Água	145	✓				✓								
EOL Farroupilha	37	✓				✓								
EOL Taipa	104	✓				✓								
EOL Sacatruz	44	✓				✓								
EOL São Nicolau	104	✓				✓								
EOL Palmeiras	44	✓				✓	✓							
EOL Cerquinha	60	✓				✓								
EOL Tarumã	145	✓				✓								
EOL Cangüçú	115	✓				✓								
EOL Dourados	152	✓				✓								
Subtotal	**1.732**													
Total	**3.192**													

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atualmente, 83 de nossos projetos, representando 1.735 MW de Capacidade Instalada, possuem energia contratada e a previsão para entrada em fase de operação em sua totalidade é até 2016, o que nos assegura alta previsibilidade de geração de caixa.

Acreditamos estar bem posicionados para continuar aproveitando as oportunidades de crescimento no setor de energias renováveis, além de crermos que nossa capacidade para aquisições de ativos e projetos de qualidade e nosso portfólio robusto de projetos em desenvolvimento irá suportar nosso crescimento rentável.

Possuímos uma equipe composta por 326 colaboradores, com larga experiência na otimização de projetos de engenharia e condução de processos de licenciamento ambiental, bem como na contratação e gestão de contratos de fornecedores e prestadores de serviços para a implantação de projetos de geração de energia.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Nossa receita operacional é proveniente da atividade de venda de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis pelas nossas controladas.

Em 31 de março de 2013 tínhamos uma capacidade instalada de geração de energia em operação de 1.153 MW. Em 2012, alcançamos uma energia anual contratada de 482 MW de energia elétrica e tivemos 442 MW de garantia física (quantidade de energia representativa de nossa produção média de longo prazo, conforme estabelecido pela ANEEL).

b. receita proveniente do Segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Nossa receita operacional consolidada, proveniente da venda de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis, está apresentada no quadro abaixo:

Período	1ºT 2013	2012	2011	2010[1]
		(em milhões de reais R$)		
Receita Operacional Líquida do Período/Exercício.....	229,0	806,4	171,9	–

No período de três meses findos em 31 de março de 2013 a receita está segregada de forma equilibrada entre as nossas fontes de geração, sendo: 40% em PCH, 50% em Parques Eólicos, 5% em Usinas Termelétricas a Biomassa e 5% na CPFL Renováveis em função de ser a representante perante à CCEE de determinadas controladas.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Nosso resultado líquido consolidado, tendo sua receita operacional proveniente da venda de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis, está apresentado no quadro abaixo:

Período	1ºT 2013	2012	2011	2010[1]
		(em milhões de reais R$)		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período/Exercício.....	(15,2)	8,3	70,9	–

Apresentamos nossas demonstrações financeiras considerando somente o segmento operacional de geração e comercialização de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos como o ambiente regulatório são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, eólica, PCHs e solar).

(1) As demonstrações financeiras consolidadas de 2011 e 2012 foram preparadas e estão sendo apresentadas sob o nome da adquirente legal (CPFL Renováveis), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente econômica (SMITA) de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), parágrafo B21. Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis para o período comparativo devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3 de janeiro de 2011 e não realizou transações econômicas no primeiro semestre de 2011 e, consequentemente, não possui informações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para fins de comparação.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

Atualmente, operamos com capacidade instalada de 1.153 MW e possuíamos um portfólio de ativos em construção com capacidade instalada de 582 MW, além de um portfólio de projetos em desenvolvimento de 3.818 MW. Nossa atuação abrange desde o desenvolvimento de projetos até a construção e operação de PCHs, Parques Eólicos, Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica.

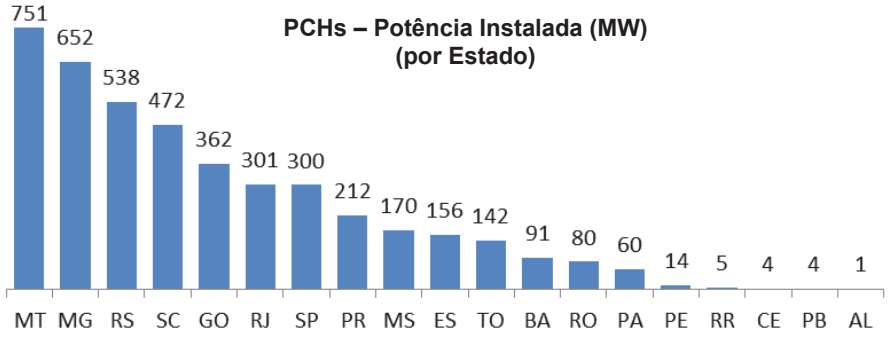
As características de cada fonte de geração de energia renovável que utilizamos estão listadas a seguir:

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

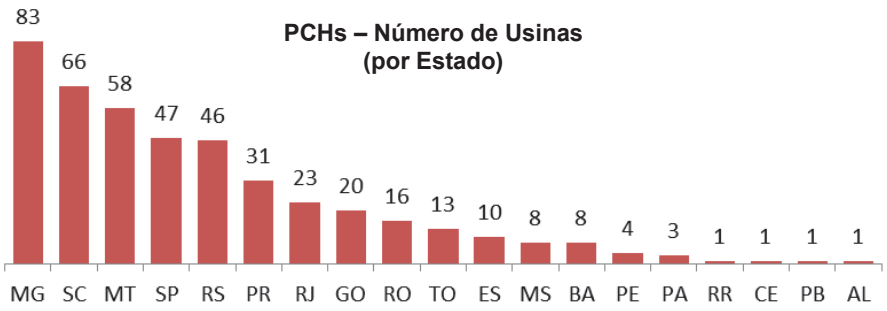
PCHs são usinas hidrelétricas de pequeno porte cuja capacidade instalada é superior a 1 MW e inferior a 30 MW e cuja área ocupada por seu reservatório é inferior a 13 Km². O reservatório de uma PCH típica não permite o armazenamento do fluxo da água. Quando não há homogeneização, convenciona-se interpretar que a PCH opera "a fio d'água". Em PCHs, são comuns as situações em que a vazão disponível é menor do que a capacidade das turbinas, causando ociosidade. Em outras situações, as vazões são maiores do que a capacidade das máquinas, "vertendo" água. Observa-se que, por conta da possibilidade de as PCHs participarem do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), a quantidade de energia comercializada pela usina depende somente do seu certificado de garantia física, independendo, portanto, de sua produção individual de energia. As PCHs são construídas, em sua maioria, em rios de médio porte que possuem desníveis significativos em seu percurso, gerando força hidráulica suficiente para movimentar pequenas turbinas.

O Protocolo de Kyoto estabeleceu metas de redução das emissões de gases de efeito estufa e criou mecanismos para o cumprimento destas metas. As PCHs são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ("MDL"), status concedido aos projetos concebidos em países em desenvolvimento e que resultem em redução certificada de emissões ("RCEs"). Para auxiliar no cumprimentos de suas metas, os países que tem metas de redução compram créditos de carbono no mercado para auxiliar no cumprimento.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o setor de PCHs no Brasil é composto por 440 usinas, localizadas predominantemente no Sudeste, Sul e Centro-oeste do país, cuja capacidade instalada total corresponde a 4.315 MW.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Parques Eólicos

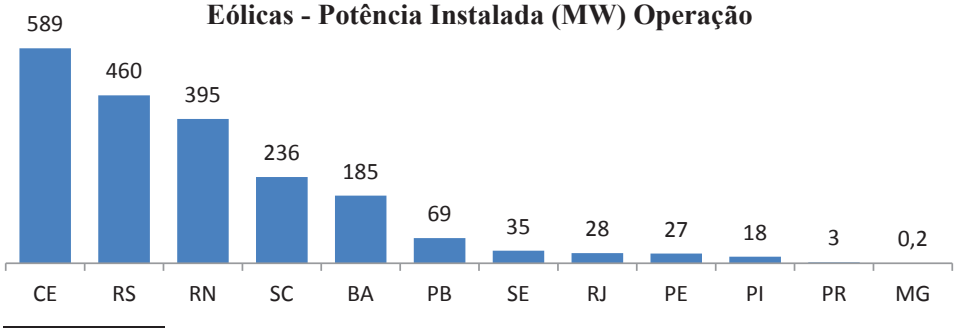
A energia eólica é, basicamente, obtida por meio da energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. A geração eólica ocorre pelo contato do vento com as pás do aerogerador. Ao girar, as pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que por fim produz a eletricidade. A quantidade de energia mecânica transferida e, portanto, o potencial de energia elétrica a ser produzida está diretamente relacionado à densidade do ar, à área coberta pela rotação das pás e à velocidade do vento na altura de cada aerogerador.

A construção de um parque eólico é menos complexa em comparação à construção de PCHs, consistindo basicamente na preparação de fundações e posterior montagem dos aerogeradores, os quais são montados no local pelos fornecedores. O prazo de construção de uma usina eólica é mais curto do que o de uma PCH (entre 1 ano e meio a 2 anos, em média), e o investimento necessário por MW instalado para a construção de um parque eólico é proporcionalmente inferior ao investimento para construção de uma PCH. Por outro lado, a operação pode ser mais complexa e com riscos associados à variabilidade do regime de ventos maiores, em especial no Brasil, onde não há um longo histórico de medição de ventos.

Algumas regiões do Brasil são favorecidas em termos de ventos, por apresentarem alta velocidade média e baixa volatilidade (oscilação da velocidade), gerando maior previsibilidade do volume de energia eólica a ser produzida. A operação de usinas eólicas apresenta complementaridade com a operação das usinas hidrelétricas, visto que a velocidade dos ventos costuma ser maior em períodos de estiagem e, assim, é possível preservar a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas. A operação simultânea de usinas eólicas e PCHs permitiria, portanto, o armazenamento da energia elétrica nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Por fim, estimativas constantes do Atlas do Potencial Eólico de 2001 (último estudo realizado a respeito) apontam para um potencial de energia eólica de 143 GW de capacidade instalada no Brasil, volume significantemente superior à atual potência instalada total no país, de 2,0 GW em 31 de março de 2013, mostrando um alto potencial de crescimento deste segmento no Brasil.

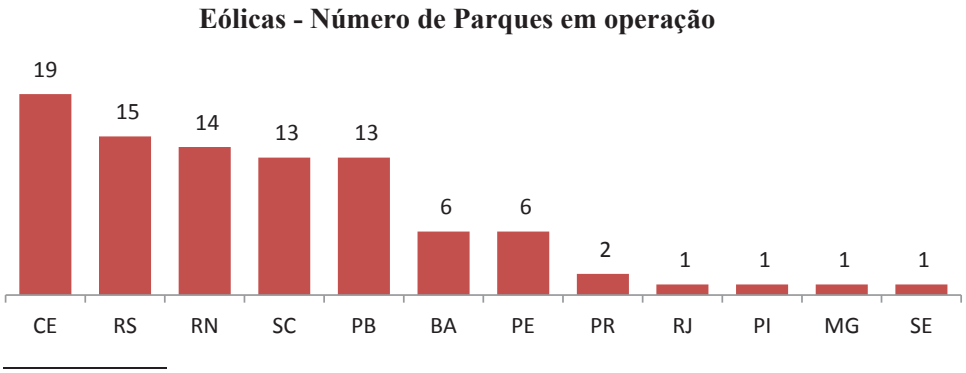
Assim como nas PCHs os Parques Eólicos são elegíveis ao MDL.

De acordo com a ANEEL, as 92 usinas eólicas em operação em 31 de março de 2013 apresentavam capacidade instalada de 2.045 MW. Além disso, em 31 de março de 2013, o Banco de Informações de Geração ("BIG") da ANEEL registrava a existência de 86 projetos de energia eólica em construção com potência total de 2.131 MW de capacidade instalada. Outros 200 empreendimentos com potência total de 5.316 MW possuem outorgas, porém sem obras iniciadas.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.

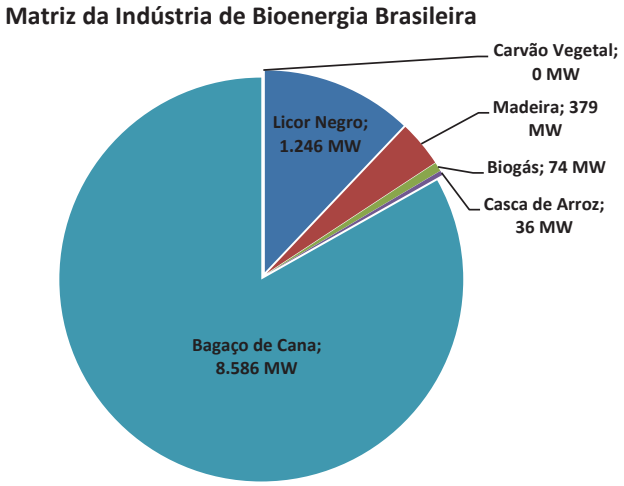
Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa

Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa são geradoras que utilizam a combustão de material orgânico para produção de energia. Alguns exemplos desse tipo de material orgânico são: bagaço de cana, carvão vegetal, biogás, licor negro, casca de arroz e resíduos de madeira. A geração de energia movida à biomassa é renovável, permitindo o reaproveitamento de resíduos, além de ser menos poluente que outras formas de energia, como aquelas obtidas a partir da utilização de combustíveis fósseis como petróleo e carvão mineral. A construção de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa tem prazo mais curto do que as PCHs (entre 1 e 2 anos, em média). O investimento necessário por MW instalado para a construção de uma Usina Termelétrica Movida a Biomassa é proporcionalmente inferior ao investimento para construção de uma PCH. Por outro lado, seu modelo de operação é mais complexo, por envolver a aquisição, logística e operação de material orgânico utilizado para geração de energia. Por esta razão, os custos operacionais de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa tendem a ser maiores do que os custos de operação das PCHs.

Apesar da maior complexidade de operação, as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa beneficiam-se de: (i) licenciamentos ambientais mais céleres, (ii) combustível abundante no Brasil, podendo vir de subproduto de outras atividades (ex.: resíduos de madeira) e (iii) localização mais próxima aos centros de consumo, reduzindo os custos de transmissão. Em Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, o custo de aquisição e logística do combustível, em comparação com outras usinas térmicas (de fontes não renováveis) é significativamente inferior. Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, embora sejam elegíveis ao MDL, e, portanto, com potencial de geração de créditos de carbono, vem encontrando dificuldades quanto à aprovação dos projetos devido à metodologia aplicada. Alternativamente, a CPFL Renováveis vem buscando desenvolver projetos com foco no mercado voluntário, buscando agregar valor aos empreendimentos.

Segundo a ANEEL, existem atualmente em operação 458 Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa totalizando 10.748 MW de capacidade instalada, que são divididas de acordo com o tipo de insumo utilizado no processo de produção de energia. Atualmente as usinas nacionais de bioenergia utilizam seis tipos de biomassa no processo de geração de energia, sendo eles: (i) bagaço de cana-de-açúcar; (ii) biogás; (iii) carvão vegetal; (iv) casca de arroz; (v) licor negro; e (vi) resíduo de madeira.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 18/04/2013.

Usinas Solares Fotovoltaicas

A energia do sol é a fonte indireta de muitos combustíveis, como a própria biomassa. Mas foi na década de 70, marcada pelos choques do petróleo que elevaram de forma acentuada os preços desse combustível, afetando em efeito dominó as economias dos países ao redor do mundo, que as pesquisas com o uso da energia solar para a produção de energia deslancharam. Com os preços do petróleo - que dominava as matrizes energéticas dos países industrializados - subindo sem escalas, era necessário buscar alternativas que reduzissem a dependência desta *commodity*.

O aproveitamento da energia solar para a geração de energia elétrica galgou, nos últimos anos, alguns degraus em seu desenvolvimento no Brasil, com a implementação de projetos de maior porte, com cerca de 1 MW de capacidade.

Segundo a ANEEL, existem atualmente em operação 13 usinas solares totalizando 8 MW de capacidade instalada.

b. características do processo de distribuição

Em 31 de março de 2013 os contratos de venda de energia firmados pela Companhia representavam uma segregação de aproximadamente 40% no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e 60% no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”). Do total de contratos negociados no ACL, aproximadamente 85% foram celebrados com a CPFL Brasil. Para maiores informações acerca de cada um desses mercados, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Nossa estratégia é manter a exploração das 2 (duas) alternativas de comercialização de energia, mercado regulado e mercado livre, de forma a viabilizar o crescimento sustentável do nosso portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis. Atualmente 40% de nossa energia contratada está vendida no mercado livre a um prazo médio de 17 anos e 60% no mercado regulado a um prazo médio de 21 anos, o que acreditamos mostrar nossa capacidade de explorar ativamente os dois mercados.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado, dos quais participamos, são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis. Nos últimos 3 (três) anos foram realizados 7 (sete) leilões, totalizando mais de 8,4 GW de capacidade instalada com energia comercializada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em paralelo, buscamos de forma contínua uma alternativa para os leilões no crescente mercado livre composto por Consumidores Livres e Consumidores Especiais, cuja demanda se encontra abaixo de seu potencial e que atualmente conta com importantes benefícios econômicos para as empresas focadas em energia renovável, tais como, desconto nos encargos setoriais e preços médios de venda mais atrativos. O mercado livre é estimado em 25,2 GW médios, dos quais apenas 14,4 GW médios ou 57,1% foram explorados. Com o auxílio da reconhecida experiência em comercialização do nosso acionista controlador, que atualmente conta com a maior comercializadora do país com 10% da participação de mercado neste setor, pretendemos focar nossa atuação nesse segmento de consumidores.

Para tanto, firmamos com a CPFL Brasil um regulamento sobre comercialização de energia que tem por objetivo regular todas as operações de comercialização de energia entre as duas sociedades, de modo a assegurar que as referidas operações sejam sempre realizadas em bases comutativas. Os contratos tem como objetivo viabilizar novos empreendimentos de geração, através de contratos de compra e venda de energia de longo prazo. Deveremos manter um volume de 60% comercializado no ACR e de 40% no ACL. A cada leilão de compra de energia organizado pelo governo realizaremos uma cotação de mercado para 40% da energia dos nossos projetos com pelo menos cinco comercializadoras ou consumidores de 1ª linha. Sendo a CPFL Brasil a vencedora, poderemos aceitar ou recusar a proposta da CPFL Brasil. Em caso de recusa, ficaremos livres para vender toda a energia a terceiros ou vender no leilão organizado pelo governo. Em caso de aceite da proposta, serão aplicados dois mecanismos de ajuste, um de montante e um de preço.

O mecanismo de montante estabelece que a proposta da CPFL Brasil perde validade caso a CPFL Renováveis não venda energia no leilão organizado pelo governo. Caso a CPFL Renováveis venda energia no leilão, o montante da proposta da CPFL Brasil será ajustado para que represente no máximo 40% do montante total de energia dos projetos. Portanto, o montante da proposta da CPFL Brasil pode ser ajustado para baixo caso o volume comercializado em leilão não atinja 60% do total dos projetos.

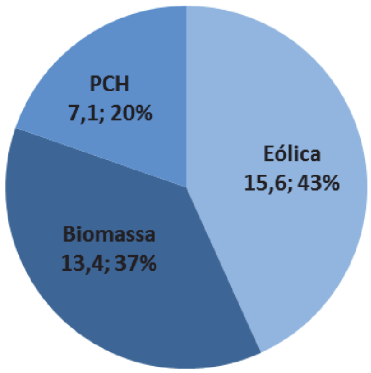
O mecanismo de preço estabelece que caso o preço do leilão seja superior ao da proposta da CPFL Brasil, ficaremos livres para vender até 100% no referido leilão sendo que, neste caso, a CPFL Brasil fará jus a um prêmio pela opção disponibilizada, de 2% (dois por cento) sobre seu preço ofertado. Caso o preço do leilão seja inferior ao da proposta da CPFL Brasil, o preço da proposta da CPFL Brasil será ajustado para refletir a média aritmética entre o nosso preço no leilão e o preço da proposta da CPFL Brasil.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

A matriz energética brasileira é constituída predominantemente de fontes de energia limpa, baseando-se particularmente na geração de energia através de hidrelétricas. A escolha desta fonte como base do parque gerador brasileiro está relacionada à abundância de recursos hídricos e à existência de um relevo favorável. O Brasil possui algumas das maiores usinas hidrelétricas do planeta, como Itaipu (14.000 MW) e Tucuruí (8.370 MW), cuja instalação na década de 1970 foi fundamental para o desenvolvimento industrial e econômico nacional. O foco na geração de energia a partir do aproveitamento de rios é uma lógica que permeia as políticas públicas brasileiras há várias décadas, e vem sendo mantida pelo governo atual, em especial através do desenvolvimento de grandes projetos na região Amazônica. Dentre esses projetos podemos destacar Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), em construção no Rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte (11.233 MW), que teve a sua licença ambiental de instalação emitida e sua construção iniciada no Rio Xingu, no Pará. Entretanto, o relevante impacto sócio-ambiental da construção de usinas de grande porte, cujos reservatórios demandam o alagamento de áreas extensas muitas vezes cobertas de vegetação nativa ou habitadas, tem levado à revisão da classificação de tais empreendimentos na categoria de fontes renováveis de energia. Atualmente, as fontes de energia usualmente classificadas como renováveis, e conseqüentemente alvo de incentivos do Governo Federal, compreendem as PCHs, os Parques Eólicos, e as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, fontes que aliam insumos renováveis a reduzidos impactos sociais e ambientais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mercado Brasileiro de Energia Renovável – Capacidade Instalada (MW) em 2021.



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia – 2021.

Embora as PCHs estejam presentes no país há mais de um século (a primeira foi instalada em Diamantina, Minas Gerais, no reinado de Dom Pedro II), as duas últimas décadas presenciaram a instalação da grande maioria dos projetos de PCHs atualmente em operação, em especial após a reforma do setor energético brasileiro iniciada em 1995. Com a abertura do mercado à participação de agentes privados, uma grande quantidade de empresas de pequeno e médio porte, muitas de caráter familiar e ligadas a empresas de construção, investiram na construção de PCHs, e, mais recentemente, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa. Duas iniciativas do governo foram fundamentais para o crescimento e consolidação deste mercado: o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA") e os Leilões de Fontes Alternativas ("LFAs").

O PROINFA foi um programa do governo federal, instituído em 26 de abril de 2002 pela Lei 10.438, para aumentar a participação da energia renovável na matriz energética brasileira. O PROINFA tinha como meta promover a entrada de 3.300 MW de energias renováveis (divididos igualmente entre as três fontes) até dezembro de 2008 através de contratos de longo prazo (20 anos) entre os geradores renováveis e a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"). O programa foi um marco no desenvolvimento do setor de energia eólica no país, ao possibilitar o estabelecimento de alguns dos primeiros Parques Eólicos comercialmente viáveis do Brasil. O investimento nestes parques criou condições para a instalação no Brasil de indústrias estrangeiras, produtoras de componentes para Parques Eólicos (aerogeradores), reduzindo consequentemente o custo de geração através da fonte eólica, aumentando sua competitividade e criando um ciclo virtuoso que perdura até hoje. Empreendimentos de biomassa e PCHs também foram beneficiados, embora os resultados tenham sido comparativamente inferiores. A tecnologia para construção e operação de PCHs e de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa é largamente dominada por empresas de engenharia e fornecedores de equipamentos no Brasil, e os equipamentos necessários estão amplamente disponíveis no mercado nacional.

Os LFAs foram organizados exclusivamente para contratação de energia de fontes renováveis para venda no mercado regulado. Assim como o PROINFA, os LFAs obtiveram êxito no desenvolvimento do setor de energia renovável no Brasil, em especial o setor de energia eólica. Ao garantir a compra da energia gerada através de contratos de longo prazo (até 30 anos) com grupos de distribuidoras, os LFAs aumentaram a previsibilidade e segurança dos empreendimentos vencedores e permitiram que os mesmos obtivessem condições favoráveis de financiamento para construção dos parques eólicos.

Com o objetivo de complementar a energia contratada no ambiente regulado e garantir maior segurança no fornecimento de energia, a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, foi criado o Leilão de Energia de Reserva ("LER"). O Ministério de Minas e Energia define o montante de energia a ser comercializado no leilão, sendo que os custos decorrentes são rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica. A contabilização e liquidação desta energia pode ocorrer apenas no mercado de curto prazo da CCEE.

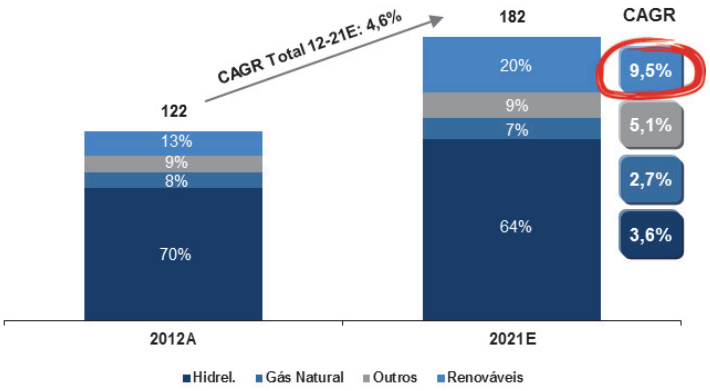
Surgido no contexto no Novo Modelo do Setor Elétrico de 2004, o ACL é formado por agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres. Neste ambiente ocorre a livre comercialização de energia para consumidores livres e especiais, formalizada através de contratos bilaterais estabelecidos entre as partes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Atualmente, o governo brasileiro, através da ANEEL, oferece uma série de incentivos à instalação de empreendimentos de energia renovável no país (PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa). Dentre estes incentivos, os principais são:

- Empreendimentos recebem autorização emitida pela ANEEL, não estando sujeitos aos requerimentos do regime de licitação para venda de energia no ACL (ex: os projetos não são leiloados e a autorização é concedida ao desenvolvedor do mesmo);
- Desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição, tanto para agentes geradores quanto para consumidores;
- "Reserva de Mercado": consumidores com demanda entre 0,5 MW e 3,0 MW podem tornar-se consumidores livres com a condição de adquirirem sua energia de fontes renováveis (ex.: Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa);
- Isenção do pagamento de tarifas setoriais como Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH"), Uso do Bem Público ("UBP") e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"); e
- Linhas de financiamento com taxas e prazos atrativos concedidos pelo BNDES;

Os resultados da política oficial de incentivo às fontes renováveis são visíveis no aumento da participação das mesmas no total de energia gerada no país. Em 2007, PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa representavam 2,85% da matriz ou 2.801 MW, em comparação com 9,5% ou 10.928 MW registrado em 2011 (crescimento de 290% nos últimos 4 anos). Este ritmo de crescimento deve ser mantido nos próximos anos, já que, segundo a ANEEL, existem hoje 38 PCHs, 84 parques eólicos e 20 Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa em construção. Quando concluídas, estas usinas irão adicionar ao parque gerador brasileiro capacidades instaladas de 426 MW, 2.083 MW e 200 MW, respectivamente. De acordo com o Plano Decenal de Expansão (2021) da Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), estas fontes passarão a representar 19,8% da capacidade instalada do Brasil até 2021, em comparação com o valor atual de 13,1%.



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia – 2021.

O crescimento do mercado de geração de energia renovável no Brasil, observado nos últimos anos, e a estabilidade do marco regulatório do setor, têm atraído um considerável fluxo de investimentos privados, com forte participação de agentes estrangeiros como empresas de energia e fundos de investimento em participação. Ao contrário do cenário observado para o setor de geração como um todo, o segmento de energias renováveis é predominantemente controlado pela iniciativa privada.

i) Participação em cada um dos mercados

Em 31 de março de 2013 os contratos de venda de energia firmados pela Companhia representavam uma segregação de aproximadamente 40% no ACL e 60% no ACR. Para maiores informações acerca de cada um desses mercados, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ii) Condições de competição nos mercados

Enfrentamos concorrência em duas diferentes esferas de nossa atuação: (i) a concorrência na obtenção de contratos de venda de energia (PPAs) e (ii) a concorrência na prospecção e/ou aquisição de projetos para investimentos.

A comercialização de energia elétrica no ACR dá-se por meio de leilões públicos. Neste sentido, concorremos com todas as demais geradoras qualificadas para cada leilão, inclusive, em determinados casos, grandes hidrelétricas. Já no ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da livre negociação de preços e condições de contratação entre as partes. A competição, neste caso, é exercida entre as geradoras, os consumidores autorizados a negociar a aquisição de energia elétrica no mercado livre e os comercializadores de energia elétrica. Para Consumidores Livres com consumo entre 0,5 MW e 3 MW, as nossas usinas concorrem somente com outras usinas de fontes renováveis.

Na identificação de projetos de PCHs pode haver uma disputa entre dois ou mais empreendedores interessados em explorar um mesmo local. Nestes casos, concorremos apenas com os demais empreendedores que estão no processo formal de disputa por aquele aproveitamento na ANEEL. Já nos casos de PCHs em fases mais avançadas de desenvolvimento (após a fase em que pode haver disputas), concorremos com outros empreendedores apenas quanto a possíveis aquisições.

No caso de Usinas Eólicas, a competição por projetos de investimentos ocorre, principalmente, na disputa pelas terras com os melhores potenciais de ventos. O mercado de energia eólica ainda é incipiente no Brasil quando analisada a capacidade instalada em operação, mas apresenta acentuado crescimento.

A competição no caso de biomassa ocorre na prospecção de usinas com potencial para exportar energia. Dentre os itens de maior relevância, quando na competição pelos empreendimentos, há o tema relacionado a solidez financeira do parceiro fornecedor da biomassa, tradição no setor de atuação e sólido conhecimento do processo agrícola. Na maioria dos negócios de biomassa há uma parceria entre o investidor e o fornecedor da biomassa (ex.: usina de açúcar e álcool) onde o fornecedor da biomassa detém o conhecimento do processo industrial para a industrialização da matéria prima e o investidor detém o conhecimento do mercado de energia e a capacidade de investimento. Outra fonte de competição ocorre quando o próprio fornecedor da biomassa opta por realizar o investimento na implantação/ampliação da planta de geração de energia.

Considerando o mercado de energias renováveis como um todo, com base na energia contratada, os nossos 4 principais concorrentes são a Renova Energia S.A., a Energimp S.A., a Queiroz Galvão Energias Renováveis S.A. e a Brookfield Energias Renováveis S.A.

d. eventual sazonalidade

No que se refere aos Parques Eólicos, as receitas e seus resultados poderão ser influenciados de forma significativa pelo regime de ventos, pois o resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada, enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto.

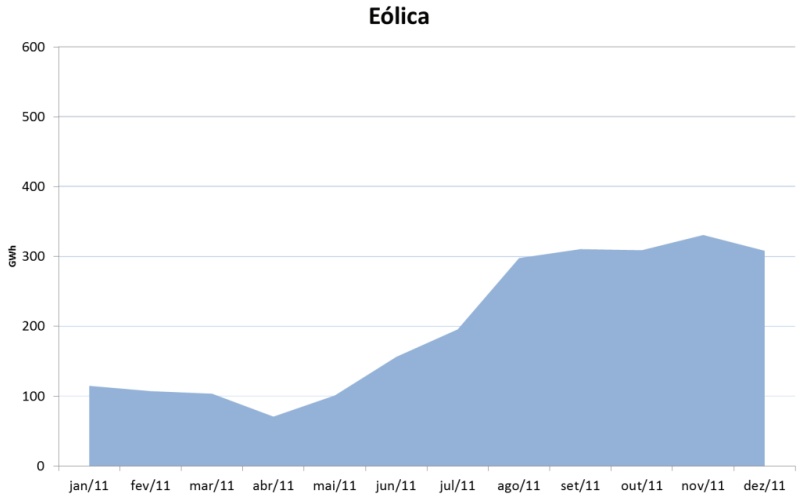
Os contratos de comercialização de energia firmados pela CPFL Renováveis no ambiente livre e no regulado possuem mecanismos de mitigação da variação anual no regime de ventos.

No Contrato de Energia de Reserva ("CER") é estabelecida uma banda inferior (-10%) e superior (30%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A geração efetiva é verificada anualmente e os ciclos de verificação são de quatro anos. Quando a geração acumulada está dentro das bandas estabelecidas, não é feito nenhum ajuste no ano. Neste caso, apenas ao final do quadriênio é feito um ajuste, ao preço do contrato, tanto para casos de geração em excesso como para casos de déficit. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda a 70% do valor de contrato. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda a 115% do valor de contrato. Por fim, a cada quadriênio a energia contratada é ajustada para refletir a energia média efetiva do projeto desde o início do contrato (a energia contratada original é o limite superior destes ajustes).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") do Leilão de Fontes Alternativas ("LFA") é definida uma banda inferior fixa (-10%) para a geração de energia em comparação com a energia contratada. A banda superior varia conforme o ano dentro do ciclo quadrienal de verificação (30% no primeiro ano, 20% no segundo, 10% no terceiro, 0% no quarto). A geração efetiva é verificada anualmente e os ciclos de verificação são de quatro anos. Quando a geração acumulada está dentro das bandas estabelecidas, não é feito nenhum ajuste no ano. Neste caso, apenas ao final do quadriênio é feito um ajuste, ao máximo entre o preço do contrato e o PLD médio do período para casos de déficit e a PLD para casos de geração excedente. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda a PLD. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período.

O gráfico abaixo, demonstra a sazonalidade da fonte eólica durante o ano:



Fonte: Geração efetiva das usinas do PROINFA.

Adicionalmente, o histórico dos projetos eólicos da Companhia mostra que a geração tem superado o fator de capacidade certificado, evidenciados nos quadros abaixo dos últimos 12 e 24 meses.

Parque Eólico	Fator de capacidade Certificado	Fator de capacidade real últimos 12 meses	Taxa de eficiência
Paracuru	46,4%	56,0%	121%
Foz do Rio Choró	32,7%	41,8%	128%
Icaraizinho	45,6%	55,3%	121%
Praia Formosa	30,3%	35,0%	116%
Enacel	38,3%	45,0%	118%
Bons Ventos	41,1%	46,2%	112%
Taíba Albatroz	41,2%	52,1%	127%
Canoa Quebrada	41,2%	47,8%	116%

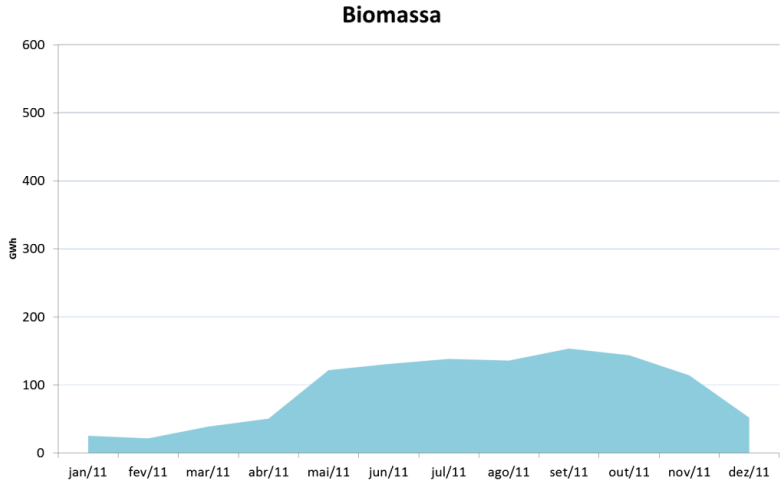
Parque Eólico	Fator de capacidade Certificado	Fator de capacidade real últimos 24 meses	Taxa de eficiência
Paracuru	46,4%	50,2%	108%
Foz do Rio Choró	32,7%	36,6%	112%
Icaraizinho	45,6%	49,0%	107%
Praia Formosa	30,3%	30,7%	101%
Enacel	38,3%	39,3%	103%
Bons Ventos	41,1%	40,4%	98%
Taíba Albatroz	41,2%	45,2%	110%
Canoa Quebrada	41,2%	42,2%	102%

Nota: períodos findos em 31/03/2013.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No caso das Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, assim como nos Parques Eólicos, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana de açúcar, de maneira que o faturamento contábil tem relação com a energia efetivamente gerada (que é mais alta na safra e mais baixa na entressafra), enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. No Centro-Sul a safra normalmente vai de abril a novembro, já no Norte-Nordeste ocorre de agosto a março.

O gráfico abaixo demonstra a curva de geração de energia típica desta fonte:

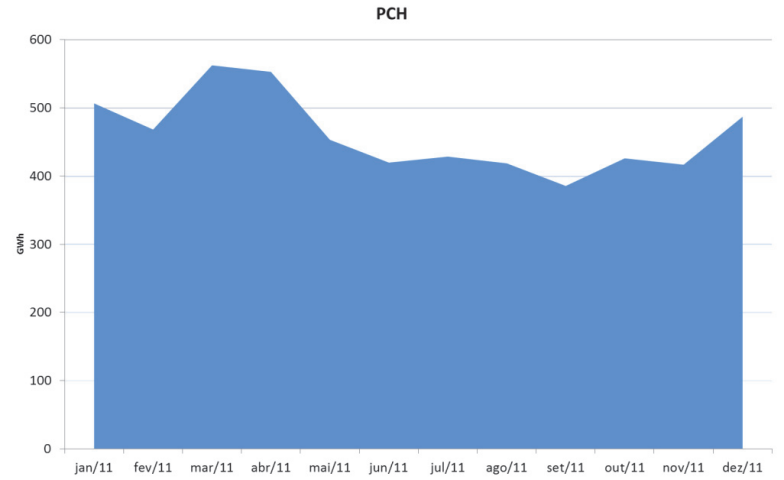


Fonte: Geração efetiva das usinas do PROINFA.

Com o aprimoramento do conceito dos projetos de engenharia e dependendo do estudo de viabilidade técnica e econômica, consegue-se reduzir a interferência da safra e entressafra na geração de energia pelas Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, através da reserva de um percentual da biomassa gerada na safra para ser usada na entressafra. Com este novo conceito de engenharia, há um melhor aproveitamento do ativo de geração e um aumento da competitividade deste tipo de empreendimento.

A energia gerada pelas PCHs sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Dessa forma, as nossas PCHs seguem: (i) o regime hidrológico das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro e (ii) o regime hidrológico da Região Sul, que é o contrário da Região Sudeste, ou seja, período úmido entre maio e outubro e período seco entre os meses de novembro a abril.

O gráfico abaixo demonstra a sazonalidade desta fonte durante o ano:



Fonte: Geração efetiva das usinas do PROINFA.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em função dos requisitos regulatórios no Brasil, a receita proveniente da venda de energia das PCHs não é auferida pela energia efetivamente gerada, e sim da Garantia física de cada usina, determinada pelo Poder Concedente, constando do respectivo contrato de concessão ou autorização. As diferenças entre a energia gerada e a Garantia física são cobertas pelo MRE. O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de Garantia física independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. Em outras palavras, o MRE faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas Garantias físicas individuais, para aqueles que geraram abaixo delas. A geração efetiva é determinada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da Garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é mensalmente contabilizada para cada gerador.

O mecanismo de compensação de receitas e despesas no âmbito do MRE acima descrito não se aplica aos Parques Eólicos e às Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

Os principais insumos utilizados em nossas atividades são materiais de construção civil, mecânica e elétrica, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica, eólica, a vapor ou gás (estas duas últimas no caso das termelétricas) e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil, mecânica e elétrica para a construção da infra-estrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de nossos Parques Eólicos, barragens para nossas PCHs e instalação dos equipamentos nas nossas Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa.

Com a implantação de nossas usinas, é necessária a realização de manutenção dos nossos ativos, composta principalmente por peças de reposição e consumíveis. No caso das Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, as atividades operacionais e de manutenção ficam sob responsabilidade da usina com a qual foi firmada a parceria, ficando a responsabilidade pelos custos de recomposição dos ativos a ser analisada caso a caso.

Para maiores informações sobre eventual volatilidade dos preços, vide o Fator de Risco "Atraso na construção e aumento do preço e custos relacionados à aquisição de equipamentos e às obras de construção civil, bem como intempéries, riscos geológicos e outros fatores não antecipados podem afetar adversamente a rentabilidade dos nossos projetos, ou mesmo torná-los inviáveis", apresentado no item 4 deste Formulário de Referência.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

Adquirimos equipamentos e serviços de diversos fornecedores, não possuindo dependência em relação a qualquer deles. Os principais fornecedores de aerogeradores para nossos Parques Eólicos são: Vestas, Wobben/Enercon, Siemens, Acciona e Suzlon.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Não possuímos volatilidade direta em nossos preços.

Há, conforme mencionado no item 4.1.g, risco associado à operação e ao setor de atuação, o qual poderá expor a Companhia à volatilidade de preço do PLD.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Os clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total estão apresentados abaixo:

	31/03/2013		31/12/2012	
Cliente	**Receita Líquida**	**% em relação a nossa receita líquida do período**	**Receita Líquida**	**% em relação a nossa receita líquida do exercício**
	(em milhões de reais)		(em milhões de reais)	
Eletrobrás	96,6	42,2%	367,1	45,5%
CPFL Paulista	–	–	126,7	15,7%
CPFL Brasil	67,3	29,4%	–	–
CCEE	28,1	12,2%	–	–
Outros	37,1	16,2%	312,6	38,8%
Receita líquida total	**229,0**	**100%**	**806,4**	**100%**

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

(A) Aspectos Regulatórios

(i) Fundamentos Históricos

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, que alterou a Lei de Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") (Lei nº 9.427/95), a qual introduziu mecanismos para as bases da geração competitiva, a transmissão independente e de livre acesso. Em especial, a Lei nº 9.648 determinou: (i) o estabelecimento de um órgão autorregulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo; (ii) a exigência de que as empresas de distribuição e geração firmassem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais (contratos de longo prazo, firmados entre geradores e distribuidores, com preços da energia fixados pela ANEEL, e definidos e regidos por Leis e Decretos Federais), em geral compromissos do tipo *take or pay* (compromissos nos quais o comprador se obriga a pagar uma quantia mínima para certo volume de energia, independentemente se ocorrer o consumo da quantidade e no período estipulado), a preços e volumes aprovados pela ANEEL; (iii) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional ("SIN"); e (iv) o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, e criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica ("GCE"), que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), com vistas a ressarcir as distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"), visando incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração.

Ademais, o Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, os quais consistem no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, conhecidas como Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, o qual disciplina a comercialização de energia, no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

(ii) Principais Autoridades do setor elétrico brasileiro

Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE

O CNPE é um órgão que presta assessoria ao Presidente da República, e que possui como atribuição principal a formulação de políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Ministério de Minas e Energia – MME

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

O setor de energia elétrica do Brasil é regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes; (ii) fiscalizar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis; (iii) promulgar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

Em 06 de março de 2013 foi expedida a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética. Referida Resolução, dentre outras matérias, criou nova diretriz para cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças e determinou que as geradoras arquem com parcela do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços dos sistemas, até então suportado exclusivamente pelas distribuidoras, as quais repassavam os custos para o consumidor final.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e sob regulação e fiscalização da ANEEL, a CCEE tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN. Um dos principais papéis da CCEE é realizar, mediante delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, a CCEE é responsável por (i) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Outras instituições: ANA, IBAMA, Órgãos Estaduais e Municipais

A Agência Nacional de Águas ("ANA") é responsável pela regulação do uso da água em lagos e rios sob o domínio federal. Seus objetivos incluem a garantia da qualidade e quantidade da água para atender seus usos múltiplos. Adicionalmente, a ANA deve implementar o Plano Nacional de Monitoramento de Recursos Hídricos, uma série de mecanismos que buscam o uso racional dos recursos hídricos do país.

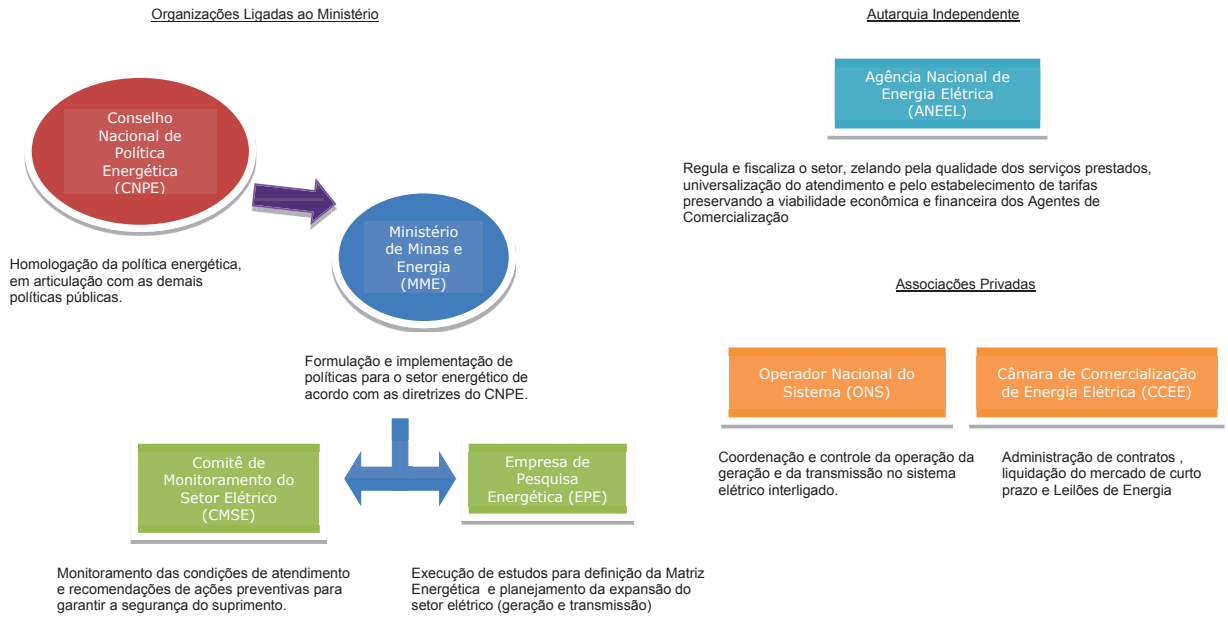
No que tange os rios e lagos sob domínio estadual, compete aos órgãos estaduais, a implantação dos respectivos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, assim como a análise e concessão das outorgas de uso de recursos hídricos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Meio Ambiente ("IBAMA") é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente responsável pelo processo de licenciamento ambiental e pela fiscalização das atividades degradadoras do meio ambiente em âmbito federal. Quanto ao licenciamento ambiental sob sua responsabilidade, este se restringe às atividades e empreendimentos que produzam impacto ambiental em dois ou mais Estados, e também cujos impactos ultrapassem os limites territoriais do Brasil.

As atividades e empreendimentos situados em um determinado Estado da Federação, mas que abranjam mais de um Município, são licenciados pelos órgãos ambientais estaduais, a exemplo da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, órgão ambiental licenciador no Estado de Minas Gerais.

Finalmente, caso um determinado empreendimento tenha abrangência restrita a um único Município, cujos impactos ambientais gerados sejam de baixa magnitude e, desde que o Município tenha uma Secretaria de Meio Ambiente devidamente reconhecida por um Conselho de Meio Ambiente Municipal, o processo de licenciamento ambiental pode ser conduzido nessa esfera de governo.

Abaixo segue quadro ilustrativo com as principais entidades do setor de energia elétrica e suas respectivas atribuições.



(iii) Processo de Outorgas para Geração de Energia Elétrica

A Constituição Federal prevê que o desenvolvimento, uso e venda de energia elétrica podem ser efetuados diretamente, pelo Governo Federal, ou indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações.

Historicamente, o setor brasileiro de energia elétrica tem sido dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelos governos Federal ou Estaduais.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão obter a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representantes do Governo Federal.

Concessões

Uma concessão é obtida através de licitação, nos termos da Lei n° 8.987 datada de 13 de fevereiro de 1995 ("Lei 8.987/95"). Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é normalmente de 35 (trinta e cinco) anos para novas concessões de geração e de 30 (trinta) anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes de geração anteriores a 11 de dezembro de 2003, poderão ser renovadas, a critério do Poder Concedente, por um período adicional de 20 (vinte) anos.

A Lei 8.987/95 estabelece, entre outros fatores, as condições que a concessionária deve cumprir ao prestar serviços relacionados ao mercado de energia elétrica, os direitos dos consumidores, bem como as obrigações das concessionárias e do Poder Concedente, dentre os quais (i) a obrigação de a concessionária prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente, acessível e seguro; (ii) a responsabilidade objetiva da concessionária pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de geração de energia, tal como interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem que eventualmente causem perturbações ao sistema elétrico; (iii) a necessidade de obtenção de aprovação prévia do Poder Concedente a respeito de qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária; e (iv) a possibilidade do Poder Concedente intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias.

Quando a concessão expira, todos os ativos relacionados à prestação dos serviços outorgados de energia são revertidos ao Poder Concedente relativos à empreendimentos hidráulicos. A concessionária tem direito a indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

O término do contrato de concessão também poderá ser antecipado por meio de encampação (término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público) ou de caducidade (término antecipado declarado em função de a concessionária ter deixado de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, não ter arcado com as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente ou não ter mais capacidade técnica, financeira ou econômica para prestar serviços adequados). A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo e terá direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.

No que se refere a PCHs, a Lei nº 11.943/09, de maio de 2009, introduziu modificações na disciplina do regime das concessões estabelecida pela Lei 9.427/06, ampliando os limites máximos de capacidade instalada de usinas hidrelétricas com permissão para comercializarem energia com os Consumidores Especiais. Assim, além das PCHs (capacidade instalada inferior à 30 MW) o atendimento ao mercado de "Energia Especial" também pode ser realizado por empreendimentos com capacidade instalada inferior à 50 MW.

Atualmente a CPFL Renováveis detém 17 usinas sob o regime de concessão das quais 4 em regime de serviço público e 13 em regime de produção independente, localizadas no estado de São Paulo.

Autorizações

No total, possuímos 52 usinas sob regime de autorização, localizadas em São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Norte.

Os processos para obtenção de autorização para PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa são mais céleres quando comparados ao processo de grandes usinas hidrelétricas ("UHEs"). Os prazos são relativamente curtos, e a documentação técnica e ambiental é menos complexa.

Autorizações para PCHs. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões tradicionais, dispensando a necessidade de licitações para venda de energia no ambiente de contratação livre. O processo de autorização para o desenvolvimento de PCH é regulamentado por resoluções estabelecidas pela ANEEL, e suas principais etapas compreendem:

(i) Inventário – a identificação, registro e aprovação de estudo de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, observada a Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(ii) Disputa – a decisão de eventuais disputas entre empreendedores concorrentes para o mesmo inventário seguem os critérios da Resolução ANEEL nº 398, de 21 de setembro de 2001;

(iii) Projeto – caso o empreendimento se enquadre nas condições de pequena central hidrelétrica conforme estabelecem a Resolução ANEEL nº 652, de 9 de dezembro de 2003, o empreendedor deve elaborar, registrar e obter aprovação dos Estudos de Viabilidade ANEEL e projeto básico, assim como das licenças ambientais, da reserva de disponibilidade hídrica e da autorização para exploração do potencial, observada as Resoluções ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998 e nº 343, de 9 de dezembro de 2008.

No caso de PCHs, de um total de 27 em operação comercial, 14 são Autorizadas, outorgadas à título gratuito, e 13 são Concessionárias, outorgadas à titulo oneroso, via pagamento de Uso do Bem Público por cinco anos (2013 a 2018), sendo que destas, quatro pagam pela Compensação Financeira de Uso do Recurso Hídrico (CFURH).

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das PCHs e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

As autorizações das PCHs são válidas por 30 ou 35 anos, podendo ser prorrogadas a critério do poder concedente. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidráulico, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, mediante prévia autorização da ANEEL.

Desde que cumpridos certos requisitos técnicos e jurídicos, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. As PCHs têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas pela transmissão de energia gerada, conforme Resolução Normativa ANEEL n° 77 de 18 de agosto de 2004.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação das PCHs, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

As autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos são outorgadas a título precário pela União Federal, em caráter não oneroso. Atualmente, essas autorizações estabelecem direitos e obrigações do autorizatário incluindo, entre outros, o dever de o beneficiário observar os prazos para a execução das obras e implementação das usinas, incluindo a realização dos estudos ambientais, obtenção das licenças ambientais, construção e operação das usinas. As autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pelo Poder Concedente quando o interesse público assim o exigir, independentemente de ser editada nova legislação. Além disso, a autorização estabelece a obrigação de o autorizatário se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações futuras da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente, que pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros, inclusive o valor das tarifas que poderemos cobrar.

No caso das PCHs, ao término das outorgas, não havendo prorrogação do prazo, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica poderão passar a integrar o patrimônio da União Federal, a seu exclusivo critério, mediante indenização somente dos investimentos realizados subsequentemente à realização do projeto original (Decreto Lei ANEEL nº 2003, art. 20), desde que tais investimentos tenham sido previamente autorizados e ainda não amortizados. A ANEEL também pode exigir que as autorizadas restabeleçam o livre escoamento das águas do rio no qual está implantada a PCH.

Atualmente a CPFL Renováveis detém 17 PCHs, sob o regime de autorização, localizadas em Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina.

Autorizações para Usinas Eólicas. O processo de autorização para Parques Eólicos é mais simples e rápido quando comparado ao processo de autorização das PCHs, e é regulado pela Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009, a qual estabelece os condicionantes necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração de centrais geradoras eólicas. Como no caso de PCHs, os Parques Eólicos dispensam a necessidade de licitação para venda de energia no ACL.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A implantação de Parques Eólicos com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW, deverá ser comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante apresentação de ficha técnica preenchida, na forma dos modelos anexos a Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009, em conjunto com a licença ambiental para operação de central eólica. A autorização para exploração ou alteração de capacidade de centrais geradoras eólicas com capacidade instalada superior a 5 MW deverá ser solicitada à ANEEL mediante a apresentação de documentos enumerados na resolução acima mencionada. Os principais requisitos são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, certificação das medições de vento e da estimativa de produção anual emitida por certificador independente e as licenças ambientais.

Assim como nas PCHs, as autorizações aos Parques Eólicos são outorgadas a título gratuito. Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das usinas Eólicas e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

As autorizações dos Parques Eólicos são válidas por 30 ou 35 anos, podendo ser prorrogadas a critério do poder concedente.

Desde que cumpridos certos requisitos técnicos e jurídicos, os titulares das autorizações tem o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Os Parques Eólicos com capacidade instalada de até 30 MW tem direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas pela transmissão de energia gerada, conforme Resolução Normativa ANEEL n° 77 de 18 de agosto de 2004.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação dos Parques Eólicos, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

O Poder Concedente poderá extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa determinadas infrações, tais como, a comercialização de energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações, a transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL, o não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração e o descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração dos Parques Eólicos etc.

A Resolução Normativa n° 391/2009, que regula a implantação dos Parques Eólicos passou recentemente por um processo de evolução e sua revisão foi levada pela ANEEL à audiência pública (AP n° 036/2011). Dentre as alterações previstas destacam-se a necessidade de aporte de garantia de fiel cumprimento e o georreferenciamento dos aerogeradores.

Atualmente a CPFL Renováveis detém 27 (vinte e sete) Parques Eólicos sob o regime de autorização, localizados no Rio Grande do Sul, Ceará e Rio Grande do Norte.

Autorizações para Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e outras fontes de energia alternativa, *incluindo autorizações para Usina Solar Fotovoltaicas.* O processo de autorização para Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e outras fontes de energia alternativa, incluindo autorizações para Usina Solar Fotovoltaica, é semelhante ao processo de autorização dos Parques Eólicos, aplicando-se todos os dispositivos acima mencionados, e foi regulado pela Resolução ANEEL nº 390, de 15 de dezembro de 2009, a qual estabelece os condicionantes necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração destas centrais.

Uma revisão das regras da Resolução Normativa n° 390/2009, que regula a implantação de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e outras fontes de energia alternativa, incluindo energia solar, também se encontra em processo de audiência pública.

Atualmente, possuímos 8 (oito) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa sob o regime de autorização, localizadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte e Paraná.

Considerando as quatro fontes de atuação (PCH, Parque Eólico, Usina Termelétrica Movida a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica), a CPFL Renováveis detém 52 (cinquenta e duas) usinas sob regime de autorização, localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Norte.

Os ativos de geração sob regime de autorização não são revertidos ao final da autorização e não tem direito à indenização.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Penalidades

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até 2% do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de auto-produção e produção independente, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a 12 meses.

Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se às falhas dos agentes setoriais em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL para determinados atos, inclusive: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas; (ii) venda ou cessão de ativos relacionados aos serviços prestados, assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e (iii) mudanças no controle societário do detentor da autorização ou concessão. Na fixação do valor das multas deverão ser consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção anterior nos últimos quatro anos.

Término Antecipado das Autorizações

As autorizações perdem sua validade quando do término do prazo fixado pelo Poder Concedente. No entanto, o Poder Concedente pode extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa alguma das infrações listadas abaixo, consideradas razões que ensejam a extinção das autorizações antes do prazo:

- comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações;
- descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência;
- transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL;
- não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração;
- descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração da central geradora eólica ou das PCHs;
- solicitação das respectivas autorizadas; ou
- desativação da central geradora eólica ou das PCHs.

(B) Comercialização de Energia Elétrica

(i) Ambientes de Contratação

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos o ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para o fornecimento aos seus consumidores, do qual participam os Agentes de Geração e de Distribuição de energia elétrica; e o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, do qual participam Agentes de Geração, Comercialização, Importadores e Exportadores de energia e Consumidores Livres.

A energia gerada por (i) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e PCHs), (ii) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (iii) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao ACR.

Ambiente de Comercialização Regulada ("ACR")

O ACR é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, importadores de energia, ou comercializadores para empresas de distribuição, que adquirem energia visando atender à carga dos Consumidores Cativos, por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) Contratos de Quantidade de Energia, e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições metereológicas como hidrologia e regime de ventos. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade aos compradores. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR").

No ACR a energia pode ser adquirida da seguinte forma:

- Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, denominados CCEARs;
- Geração distribuída, por meio de chamada pública, limitado a 10% da carga da distribuidora;
- Contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA;
- Contratos de Itaipu; e
- Contratos firmados antes da promulgação da Lei nº 10.848/04.

O Poder Concedente, com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada. A energia de reserva será contratada mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do MME. A contratação da energia de reserva será formalizada mediante a celebração de Contrato de Energia de Reserva ("CER") entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE, como representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, e os autoprodutores. A energia elétrica produzida em central geradora comprometida com CER será contabilizada e liquidada no mercado de curto prazo.

Ambiente de Contratação Livre ("ACL")

No ACL a energia elétrica é comercializada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Estes consumidores potencialmente livres poderão optar por mudar de fornecedor de eletricidade, observado que o contrato com a distribuidora poderá ser rescindido apenas por meio de notificação da distribuidora com antecedência mínima de 15 dias da data limite para a distribuidora indicar suas necessidades para o próximo leilão de energia, ressalvadas disposições em contrário contidas no contrato.

Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão se tornar consumidores especiais, contratando energia no ACL exclusivamente de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou PCHs.

Mercado de curto prazo e os ambientes de contratação

A existência de dois ambientes de comercialização para contratação de energia no Brasil não elimina a necessidade de um local onde as diferenças entre energia fisicamente produzida/consumida e energia contratada sejam contabilizadas e liquidadas. Este ambiente é o "mercado" de curto prazo, que é administrado pelo CCEE e trata-se de um local onde as diferenças entre a produção e consumo efetivos de cada agente de mercado e seus respectivos contratos são liquidados utilizando os preços resultantes da otimização hidrotérmica.

A participação neste mercado é compulsória para geradores, distribuidoras, importadores, exportadores, comercializadores e consumidores livres no SIN. As exceções são os geradores menores que 50MW e distribuidoras que comercializam menos que 500 GWh/ano, os quais são participantes facultativos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de Distribuição de energia elétrica do SIN, deverão, por meio de licitação na modalidade de leilões, garantir o atendimento à totalidade de seu mercado no ACR.

À ANEEL cabe a regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica e a realização do leilão diretamente ou por intermédio da CCEE. O critério de menor tarifa é utilizado para definir os vencedores de um leilão, ou seja, os vencedores do leilão serão aqueles que ofertarem energia elétrica pelo menor preço por MW/hora para atendimento da demanda prevista pelas Distribuidoras.

(ii) Leilões de Energia

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados (i) 5 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões "A-5"), e (ii) 3 anos antes da data de entrega inicial (chamados de leilões "A-3"). Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes (i) realizados 1 ano antes da data da entrega inicial (chamados de leilões "A-1"), e (ii) realizados aproximadamente 4 meses antes da data de entrega (chamados de "ajustes de mercado"). Os editais dos leilões são preparados pela CCEE, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento.

Cada empresa geradora que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará um CCEAR com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à demanda estimada da distribuidora. Os CCEARs dos leilões "A-5" e "A-3" terão um prazo variando de 15 a 30 anos, dependendo do produto ofertado, e os CCEAR dos leilões "A-1" terão um prazo variando entre 3 e 15 anos. Contratos decorrentes dos leilões de ajuste de mercado estarão limitados ao prazo de 2 anos.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, o Decreto n° 5.163 de 30 de julho de 2004 estabeleceu um mecanismo denominado Valor Anual de Referência ("VR"), que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões A-5 e A-3, calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, que será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O VR é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões A-5, cujo custo de aquisição deverá ser inferior ao da energia contratada em leilões A-3 e o VR será aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia proveniente de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição serão repassados integralmente.

Leilões de Energia Existente

Os leilões de energia existente ("EE") complementam os contratos de energia nova para cobrir assim 100% da carga. Seu objetivo é recontratar periodicamente a EE, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 3 a 15 anos. A entrega da energia é feita a partir do ano seguinte ao leilão e por esta razão este leilão é chamado de A-1. Os leilões A-1 possuem limites mínimos e máximos de compra de energia.

Além da duração, os contratos de EE têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de EE contratada pode ser reduzida, em qualquer momento, em caso de redução da carga da distribuidora devido à migração de consumidores cativos para o mercado livre. Adicionalmente, a quantidade de energia contratada pode ser reduzida, a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda.

Leilões de Energia Nova

Os leilões de energia nova ("EN") têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras. Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (15-30 anos) são oferecidos aos geradores candidatos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A cada ano, dois tipos de leilões de EN são realizados: (i) **Leilão Principal** ("A-5"), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos, com entrada em operação em 5 anos após o leilão. Assim, com estes prazos, este contrato viabilizará ao investidor (vencedor do leilão) obter o *project finance*, e oferece o tempo necessário para construção da nova planta; (ii) **Leilão Complementar** ("A-3"), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos. Neste caso, porém, as usinas devem entrar em operação 3 anos após o leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-5 realizado 2 anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda.

Leilões de Ajuste

Os Leilões de Ajuste tem o objetivo fazer um "ajuste fino" entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e são realizados de 3 a 4 vezes ao ano, com entrega para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como "A0". A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio dos leilões de ajuste. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados para efeitos de repasse para os consumidores cativos pelo VR a ser descrito mais a frente.

Leilões de energia alternativa

Além dos leilões de EN e EE, o MME pode periodicamente organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão é similar aos dos leilões A-3 e A-5. O primeiro Leilão de energia alternativa ocorreu em junho de 2007.

Leilão de Geração Distribuída ("GD")

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições: (i) mínima eficiência para empreendimentos termelétricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), (ii) limite máximo de capacidade instalada de 30MW para hidrelétricas, entre outros.

Leilões Especiais

A legislação atual também permite ao Governo realizar alguns leilões especiais, destinados a atender propósitos específicos de política energética. Estes leilões são realizados para estimular competição entre tecnologias específicas, competição para uma tecnologia específica ou para um projeto específico.

Leilão de Projeto Estruturantes

A atual legislação dá direito ao Governo promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, leiloadas em dezembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente, e da usina de Belo Monte, de abril de 2010.

Leilão de Reserva

Finalmente, o Governo ainda pode realizar leilões especiais para contratação de energia de reserva. Esses leilões são totalmente definidos pelo governo (desenho, tipo de energia a ser contratada, demanda do leilão, etc.). O primeiro leilão de reserva ocorreu em 14 de agosto de 2008 e contratou exclusivamente energia de biomassa de cana-de-açúcar para entrega em 2009 e 2010. O segundo leilão de reserva ocorreu em 14 de dezembro de 2009 e contratou exclusivamente energia eólica para entrega em 2012 e por um período de 20 anos. O terceiro leilão de reserva ocorreu entre os dias 25 e 26 de agosto de 2010 e contratou energia proveniente de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega 2013, por um período de 30 anos (PCHs), 20 anos (Eólicas) e 15 anos (Biomassa). O quarto leilão de reserva ocorreu no dia 18 de agosto de 2011 e contratou energia proveniente de Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega em 2014 e por um período de 20 anos.

Possuímos empreendimentos vencedores em diferentes modalidades de leilões e recentemente temos habilitado nossos projetos para concorrer nos últimos leilões promovidos pelo Governo. Os projetos vencedores nos leilões regulados são:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Leilão de EN – A-5/2006: UTE Baía Formosa;
- Leilão de Fontes Alternativas de 2007: PCH Varginha, PCH Arvoredo e UTE Ester.
- Leilão de Reserva 2009: EOL Santa Clara I, EOL Santa Clara II, EOL Santa Clara III, EOL Santa Clara IV, EOL Santa Clara V, EOL Santa Clara VI e Eurus VI;
- Leilão de Fontes Alternativas 2010: EOL Juremas, EOL Macacos, EOL Pedra Preta, EOL Costa Branca, EOL Atlântica I, EOL Atlântica II, EOL Atlântica IV, EOL Atlântica V e PCH Salto Góes;
- Leilão de Reserva 2010: EOL Campo dos Ventos II e UTE Bio Pedra.

(C) Encargos Regulatórios

Os principais encargos do setor elétrico são:

A **Reserva Global de Reversão (RGR)** é um encargo setorial criado para o pagamento de indenizações a empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. Ao longo dos anos, porém, diversas outras destinações para esses recursos foram autorizadas, como por exemplo, a sua utilização na expansão e melhoria do serviços de energia elétrica, na geração de energia a partir de fontes eólica, solar, biomassa e PCHs, desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, dentre outros. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0% de sua receita anual. Com as alterações introduzidas pela MP 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/12, esse encargo agora é devido apenas pelas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, excetuando-se aquelas licitadas a partir de 12 de setembro de 2012, e, pelas concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica não prorrogadas ou licitadas nos termos da citada Lei.

A **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)** é um encargo setorial destinado à promoção do desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada. Os recursos desse fundo setorial também são utilizados para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional. Com as alterações introduzidas pela MP 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/12, o recurso destinado às fontes alternativas citadas foi limitado a 30% do recolhimento anual desse encargo. Esse recurso é recolhido por quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Aneel, e, dos aportes realizadas pela União de créditos oriundos de Itaipú.

Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (“CFURH”): é uma participação dos Estados, distritos e alguns departamentos da União nas receitas resultantes da exploração dos recursos hídricos. Este encargo é pago pelas hidrelétricas, com exceção das PCHs, como uma função da energia produzida (R$/MWh).

ONS – É uma taxa destinada a cobrir os custos das atividades do ONS. A taxa da ONS é paga por todos os seus membros, basicamente: geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”): encargo do setor a ser investido em programas de eficiência energética e estudos de pesquisa e desenvolvimento. Geradoras, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente pelo menos 1% de sua receita operacional líquida.

PROINFA: Como já mencionado, este encargo subsidia o programa de incentivo às fontes alternativas. O encargo é cobrado de todos os consumidores através da TUST e TUSD. Consumidores de baixa renda e aqueles localizados nos sistemas isolados são isentos desta cobrança.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (“TFSEE”): encargo setorial para cobrir os custos de atividade da ANEEL, pago por todos os agentes do setor.

Encargo de Serviço de Sistema (“ESS”): pago por todos os consumidores para cobrir os custos de redespacho (despacho fora da ordem de mérito) e serviços ancilares.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Uso do Bem Público ("UBP"): corresponde a uma taxa pelo direito de concessão pago pelos investidores de hidrelétricas pelo uso do sítio hidrológico para geração de energia. Este pagamento é necessário, pois a concessão de instalação das hidrelétricas pertence à União Federal, e não pode ser cedido sem pagamento.

Aplicam-se às concessões de geração os seguintes encargos: RGR, UBP (no caso de hidroelétricas), CFURH, P&D, TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica). Às autorizações, aplicam-se: TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica).

(D) Conexão às Instalações de Transmissão e Distribuição Locais

Nos termos da redação do Decreto nº 6.460, editado em 19 de maio de 2008, as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração a partir de fontes renováveis não integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações, conectadas diretamente à rede básica, poderão ser consideradas Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada ("ICG").

Os detentores de outorga para geração de energia renovável não mais arcarão com os custos relativos à conexão de suas usinas à Rede Básica, estando somente obrigados a pagar ao distribuidor ou transmissor local, conforme o caso, as tarifas de transporte relacionadas.

São classificadas como ICGs, nos termos da Resolução nº 320 da ANEEL, as instalações de transmissão, não integrantes da Rede Básica, destinadas ao acesso de centrais de geração em caráter compartilhado à Rede Básica, definidas por chamada pública a ser realizada pela ANEEL e licitadas em conjunto com as instalações de Rede Básica para duas ou mais centrais de geração. A conexão de nova central de geração ou concessionária ou permissionária de distribuição à ICG, para acesso à Rede Básica, será permitida mediante o pagamento de encargo e deverá ser precedida de Parecer de Acesso a ser emitido pelo ONS, de celebração de CCT, com proprietária das instalações e interveniência do ONS, CUST, com o ONS.

As centrais de geração e as concessionárias ou permissionárias de distribuição serão responsáveis pelo custeio de sua parcela das perdas elétricas da Rede Básica, de acordo com as regras de comercialização.

(E) Mecanismo de Realocação de Energia

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção financeira contra riscos hidrológicos para os geradores é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). O MRE é um mecanismo financeiro desenvolvido por um processo de 5 etapas, que objetiva o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores, na busca de garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do SIN. Tais etapas são detalhadas abaixo:

(1) aferição se a produção total líquida de energia dentro do MRE alcança os níveis totais de garantia física dos membros do MRE como um todo;

(2) aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de garantia física, conforme determinados pelo ONS;

(3) caso determinadas geradoras, participantes do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de energia assegurada, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de energia assegurada. Esta alocação do adicional da energia gerada, designada "energia otimizada", é feita, primeiramente, entre as geradoras dentro de uma mesma região e, depois, entre as diferentes regiões, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de energia assegurada;

(4) se, após a etapa (3) acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantia física (ou sua energia contratada, para aqueles membros do MRE que não tiverem contratado 100% de sua energia assegurada), e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designada "energia secundária", deve ser alocado entre as geradoras das diferentes regiões. A energia será negociada pelo preço CCEE prevalecente na região em que tiver sido gerada; e

(5) se, após a etapa (3) ou (4) acima, todos os membros do MRE não tenham atingido o nível de energia assegurada total do MRE, a energia faltante será paga pelos membros do MRE com base no Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Energia Otimizada

As geradoras, membros do MRE, que produziram energia além de seus níveis de energia assegurada são compensados por custos variáveis de Operação e Manutenção ("O&M") e custos com o pagamento de *royalties* pelo uso da água. As geradoras do MRE que não tiverem gerado seus níveis de energia assegurada devem pagar custos de O&M e custos com os *royalties* pelo uso da água às geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de energia assegurada durante o mesmo período. Atualmente, a TEO paga pelas geradoras que recebem alocação de energia do MRE é de R$10,01/MWh para todas as geradoras que forneceram seu adicional de energia gerada ao MRE (conforme determinado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.403, de 08 de dezembro de 2012).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

(A) Licenciamento Ambiental

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs, Centrais de Geração de Energia Eólica, solar e Termelétricas, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") nº 237, de 19 de dezembro de 1997, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

- **Licença Prévia:** solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.

- **Licença de Instalação:** autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.

- **Licença de Operação:** solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA"). Nestes casos também é obrigatória uma compensação ambiental, conforme definido pela art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, exigindo a aplicação de recursos financeiros em Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujo valor será definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento, conforme os parâmetros previstos no Decreto Federal 6.848/09, porém limitados a 0,5% do valor do empreendimento licenciado.

O processo de licenciamento de PCHs possui algumas especificidades definidas pela Resolução CONAMA nº. 279/01. De acordo com essa Resolução, os empreendimentos elétricos de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental, que pressupõe a apresentação de estudos simplificados ("Relatório Ambiental Simplificado – RAS") junto com o registro na ANEEL, para o requerimento da emissão da Licença Prévia. Porém, apesar desta possibilidade, observa-se atualmente que os órgãos ambientais têm exigido o desenvolvimento dos EIA, por considerarem as PCHs como empreendimentos de alto impacto ambiental.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação de nossos empreendimentos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendedores que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, estão sujeitos ao registro junto ao Cadastro Técnico Federal ("CTF"), do IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA"). Nossas controladas estão registradas perante o IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Atualmente possuímos 35 PCHs em operação, distribuídas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que destas, 24 possuem Licença de Operação. Empreendimentos cujo licenciamento foi dispensado no passado encontram-se sob regularização junto aos órgãos ambientais competentes.

Da mesma forma, possuem Licença de Operação as 8 usinas de cogeração em operação, sendo que destas, 5 situam-se no Estado de São Paulo, 1 no Estado do Paraná, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no estado do Rio Grande do Norte. Adicionalmente, também possuem Licença de Operação as 8 usinas eólicas em operação no Ceará e 7 no Rio Grande do Norte.

Encontram-se em fase de licenciamento outros 36 empreendimentos dos quais 15 já obtiveram Licença Prévia e 21 Licença de Instalação.

Abaixo segue uma tabela indicando as PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, que já possuem Licença de Operação ("LO"), Licença de Instalação ("LI") e Licença Prévia ("LP").

PCH		
LO	24	Alto Irani, Plano Alto, Arvoredo, Salto Góes e Santa Luzia (Fatma – SC); Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre (Supram – MG); Andorinhas, Saltinho, Guaporé e Pirapó (Fepam – RS); Capão Preto, Chibarro, Gavião Peixoto, Lençóis, Pinhal e Socorro (Cetesb – SP); e Diamante (Sema – MT)
LI	2	Stª Cruz (Supram – MG), Cachoeira Grande (Supram – MG)
Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa		
LO	8	Bio Ipê, Bio Buriti, Bio Pedra, Baldin, Ester (CETESB-SP), Bio Formosa (Idema – RN), Alvorada (Supram – MG) e Coopcana (IAP – PR)
Parques Eólicos		
LO	15	Paracuru, Foz do Rio Choró, Icaraizinho, Praia Formosa (4 empreendimentos – SEMACE – CE), Bons Ventos (4 empreendimentos – SEMACE – CE) e Santa Clara (7 empreendimentos – Idema – RN)
LI	19	Macacos 1 (4 empreendimentos – Idema – RN); Campo dos Ventos I, II, III e V, Santa Mônica, São Benedito, São Domingos e São Martinho (8 empreendimentos – Idema – RN); Macacos 2 (2 empreendimentos – Idema – RN); Gameleiras (4 empreendimentos – Idema – RN); Atlântica (FEPAM- RS);
LP	15	Santo Dimas, Santa Úrsula (2 empreendimentos – Idema – RN), Bitupitá 1, 2 e 3, Falésias 1, 2, 3 e 4, Curral Velho 1, 2, 3 e 4, Pedra Cheirosa 1 e 2 (13 empreendimentos – SEMACE – CE)

(B) Uso de Recursos Hídricos

A exploração de recursos hídricos, compreendida em (i) derivação ou captação; (ii) extração de aqüífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d'água, depende da obtenção de outorga de uso, que será concedida pelo Poder Público Federal ou Estadual, conforme o domínio do curso d'água. A outorga visa controlar e possibilitar a acessibilidade aos recursos hídricos, sem implicar em alienação, uma vez que tais recursos possuem caráter de bem público.

Reserva de disponibilidade hídrica

A reserva de disponibilidade hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto às secretarias estaduais de recursos hídricos ou no caso de lagos e rios sob domínio federal, junto à ANA. A sua obtenção é feita com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d'água, como é o caso das PCH.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A DRDH será transformada automaticamente, pelo respectivo poder outorgante, em outorga de uso dos recursos hídricos após a empresa detentora da Declaração receber da ANEEL a concessão ou a autorização de uso do potencial de energia hidráulica.

(C) Proteção da Flora

A implantação de determinados empreendimentos, como PCHs e Parques Eólicos, normalmente necessitam de autorização para supressão de vegetação em Área de Proteção Permanente ("APP"). As APPs são áreas que por sua importância para os ecossistemas, independente da vegetação ali existente, tem sua proteção garantida por determinação legal, não podendo ser alteradas. A proteção das APPs tem por objetivo geral preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, além de proteger o solo e o bem estar da população humana.

A legislação, no entanto, possibilita a supressão de vegetação em APPs, dentre outros, para os empreendimentos considerados de utilidade pública e interesse social, desde que demonstrada à inviabilidade de alternativa locacional para instalação do empreendimento pretendido. Além das APPs a legislação brasileira estabelece outros instrumentos para a proteção dos recursos naturais, criando áreas consideradas de relevante interesse ambiental, com restrições ao uso desses recursos, como é o caso das unidades de conservação.

No desenvolvimento de seus projetos a CPFL Renováveis tem buscado otimizar a utilização dos recursos naturais desde a concepção até a operação de seus empreendimentos, com a implantação de projetos com o melhor custo benefício ambiental e social, além de evitar a implantação dos mesmos nas áreas protegidas que apresentam maiores restrições ambientais, por entender a sua importância na preservação dos ecossistemas. Em todas as áreas de atuação da empresa, a área preservada excede a área degradada, sendo a taxa média, considerando todos os empreendimentos, de 2,51 hectares preservados para cada hectare degradado.

Fruto desta política de atuação, somente a PCH Ninho das Águias foi construída na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira que, apesar de ser uma área protegida, permite a implantação de empreendimentos hidrelétricos, desde que previamente autorizados pelo Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade ("ICMBio"), órgão gestor das unidades de conservação federal. Este empreendimento possui LO.

(D) Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a sociedade a sanções administrativas, civis e criminais.

Administrativa

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, posteriormente alterado pelo Decreto nº 6.686 de 10 de dezembro de 2008 e Lei no 7.029, de 11 de dezembro de 2009 que estabelece as sanções e infrações ao meio ambiente. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa simples ou diária, cujo montante pode variar entre R$50,00 e R$50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

Cível

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais co-responsáveis.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como disposição final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

Criminal

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa, (ii) restritiva de direitos e (iii) restritivas de liberdade.

As penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) prestação de serviços à comunidade; (ii) suspensão parcial ou total da atividade, (iii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a nós estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

(E) Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão de certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ("MDL"), descrito no art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas.

Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar Redução Certificada de Emissão ("RCE") em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de Gases de Efeito Estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas desses certificados.

Importante ressaltar que, especificamente com relação aos projetos referentes à PCHs, o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito do PROINFA serão de titularidade da Eletrobrás.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Abaixo segue uma tabela indicando o potencial de créditos de carbono do nosso portfólio de projetos na data deste formulário de referência.

Projetos registrados junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima ("CQNUMC")	
"A Repotenciação de Pequenas Centrais Hidrelétricas no estado de São Paulo, Brasil." Potencial de créditos.	*18.583 CERs/ano.*
Total histórico de Emissões Certificadas Emitidas para este projeto	**102.070 CERs.**
"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Pequenas Centrais Hidrelétricas Arvoredo e Varginha."	*29.254 CERS/ano;*
"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Pequenas Centrais Hidrelétricas Barra da Paciência, Ninho da Águia, Corrente Grande, Paiol, São Gonçalo e Várzea Alegre."	*138.331 CERs/ano;*
"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parques Eólicos Santa Clara I a VI e Eurus VI."	*149.358 CERs/ano;*
"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parque Eólico Campo dos Ventos II	*51.922 CERs/ano*
"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – Parques Eólicos Macacos, Juremas, Pedra Preta e Costa Branca."	*68.632 CERs/ano.*
Potencial total de CERs dos projetos registrados	**456.080 CERs/ano.**
Projetos em fase de fase de registro junto a CQNUMC	
"Geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis – PCH Salto Goes."	*30.094 CERs/ano.*
Potencial total de CERsna CPFL Renováveis	**486.174 CERs/ano.**

(F) Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com o International Finance Corporation ("IFC"), subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua co-responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

Adotamos em nossas atividades os elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador. Esse é um relevante indicativo de nosso respeito ao meio ambiente e do cumprimento de normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável.

Consideramos que a ética, a transparência e a responsabilidade são a chave para a condução de nossos negócios junto às comunidades onde nossos empreendimentos estão localizados.

Deste modo, enfatizamos a importância de nossas relações com entidades governamentais e com as comunidades onde operamos ou planejamos operar, possibilitando uma atuação de "cidadania empresarial" positiva. Essa cidadania empresarial inclui o respeito pelo meio-ambiente e pelas pessoas nas áreas abrangidas pelos nossos atuais e futuros projetos. Esperamos, desse modo, que os nossos projetos de geração de energia elétrica possibilitem uma melhoria na qualidade de vida nessas regiões, gerando mais empregos e desenvolvendo novas atividades econômicas em harmonia com o meio ambiente.

(G) Políticas e Padrões Ambientais Internacionais de Sustentabilidade

No Brasil, a adoção de políticas e padrões ambientais internacionais não é obrigatória, sendo que empresas poderão aderir a tais padrões a qualquer momento, de forma voluntária. Atualmente, adotamos as seguintes políticas e padrões ambientais:

IFC Standards. Os princípios dos Padrões de Desempenho IFC podem ser representados, de forma não exaustiva, pelos seguintes princípios gerais:

Trabalho e Condições de Trabalho. (i) estabelecer, manter e aprimorar a relação entre trabalhador e gerência; (ii) promover o tratamento justo, a não-discriminação e a igualdade de oportunidade dos trabalhadores e o cumprimento das legislações empregatícia e trabalhista nacionais; (iii) rejeitar o trabalho infantil e o trabalho forçado; (iv) promover condições de trabalho seguras e saudáveis, proteger e promover a saúde dos nossos colaboradores.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Prevenção e Redução da Poluição. (i) evitar ou minimizar impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente, evitando ou minimizando a poluição oriunda de nossas atividades; (ii) promover a redução das emissões que contribuem para a mudança climática.

Segurança e Saúde da Comunidade. (i) evitar ou minimizar os riscos e os impactos à saúde e à segurança da comunidade local durante a execução dos projetos, sob todas as circunstâncias; (ii) garantir que a proteção dos colaboradores e da propriedade seja realizada de maneira legítima e que evite ou minimize riscos à segurança da comunidade.

Aquisição de Terras e Reassentamento de Populações. (i) evitar ou minimizar o reassentamento involuntário de populações sempre que possível; (ii) mitigar os impactos adversos da aquisição de terras; (iii) melhorar, ou ao menos preservar, o padrão de vida e as moradias das populações afetadas.

Conservação da Biodiversidade e Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais. (i) proteger e conservar a biodiversidade; (ii) promover o gerenciamento sustentável do uso de recursos naturais conciliando as necessidades de conservação com as prioridades de desenvolvimento.

Populações Nativas. (i) garantir que o processo de implantação dos nossos projetos estimule o respeito pela dignidade, os direitos humanos, as aspirações, culturas e a subsistência natural das populações nativas; (ii) evitar ou minimizar impactos adversos dos projetos em comunidades nativas ou, quando isso não for possível, compensando tais impactos com oportunidades de desenvolvimento culturalmente apropriadas; (iii) estabelecer e manter relações com as populações nativas durante a vida do projeto; (iv) estimular a negociação de boa fé e a participação informada das populações nativas; (v) respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas das populações nativas.

Patrimônio Cultural. Proteger o patrimônio cultural contra os impactos negativos de nossas atividades.

(H) *World Commission on Dams ("WCD")*

O relatório da WCD representa um marco na evolução das barragens como opção de desenvolvimento. Em seu estudo global do desempenho das barragens, a WCD apresenta uma avaliação integrada de quando, como e porque as barragens conseguem ou não atingir os objetivos de desenvolvimento, oferecendo uma base racional para introdução de mudanças fundamentais na forma de avaliar opções e nos ciclos de planejamento e projeto de aproveitamento de recursos hídricos e energéticos.

O modelo da WCD propõe uma abordagem de direitos e riscos que sirva de base prática e justa para identificar todos os legítimos grupos de interesse envolvidos na negociação de opções de desenvolvimento e acordos. Foram estabelecidas sete prioridades estratégicas e princípios políticos correspondentes para o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos, sendo eles: (i) a aceitação pública; (ii) a avaliação abrangente das opções; (iii) o aproveitamento das barragens existentes; (iv) a preservação de rios e meios de subsistência; (v) o reconhecimento de direitos adquiridos e compartilhamento de benefícios; (vi) a garantia de cumprimento e compartilhamento dos rios para o desenvolvimento; e (vii) a segurança.

As recomendações do WCD oferecem espaços para avanços, assegurando que a tomada de decisões sobre o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos reflita uma abordagem abrangente capaz de integrar as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento. A WCD tem um compromisso com transparência e certeza para todos os envolvidos, de modo a aumentar o nível de confiança na capacidade das nações e das comunidades de terem atendidas suas necessidades futuras de água e energia.

Dos empreendimentos desenvolvidos pela Companhia somente a PCH Barra da Paciência, com potencia de 23 MW, localizada no estado de Minas Gerais atinge a linha de corte dos empreendimentos objeto de análise conforme estabelecido pelo WCD, que é de 20MW. Por esse motivo, essa PCH foi submetida à Auditoria específica para verificação da conformidade aos preceitos do WCD, a cargo da BRTUV AVALIAÇÕES DA QUALIDADE S.A.

(I) Certificações

Como reconhecimento à sua constante busca pelo atendimento aos requisitos legais e adequação às melhores práticas de gestão de qualidade, ambiental e de saúde e segurança no trabalho, a Companhia foi certificada, em 2009, de acordo com os requisitos das normas NBR ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, acreditada pelo Inmetro e pela IQNet (*The International Certification Network*).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Essas certificações comprovam a capacidade da Companhia de atender às expectativas de seus acionistas, aumentando, assim, a satisfação deles para com a Companhia.

A norma NBR ISO 9001 permite às organizações verificar a consistência de seus processos, medir e monitorá-los com o objetivo de melhoria contínua dos seus resultados e, com isso, assegurar a satisfação de seus clientes.

A norma NBR ISSO 14001 trata da Gestão Ambiental e tem por objetivo prover a organização de elementos que possam ser interagidos com outros requisitos da gestão, auxiliando o alcance dos seus objetivos ambientais e econômicos.

A norma NBR OHSAS (Occupational Health and Safety Assessments) 18001 tem por objetivo possibilitar a Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional da organização (SSO), garantindo a melhoria na gestão da melhoria contínua da SSO e atendimento às normas e requisitos pertinentes.

Os empreendimentos certificados encontram-se na tabela abaixo.

Empreendimentos Certificados – 2012

Empreendimentos	Fase 2012	Potência Instalada (MW)	ISO 9001	ISO 14001	OHSAS 18001
Alto Irani	Operação	21,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Arvoredo	Operação	13,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Barra da Paciência	Operação	23,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Cocais Grande	Operação	10,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Corrente Grande	Operação	14,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Salto Góes	Operação	20,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Ninho da Águia	Operação	10,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Plano Alto	Operação	16,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Paiol	Operação	20,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
São Gonçalo	Operação	11,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Varginha	Operação	9,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Várzea Alegre	Operação	7,50	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Americana	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Buritis	Operação	0,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Capão Preto	Operação	4,30	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Chibarro	Operação	2,60	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Dourados	Operação	10,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Eloy Chaves	Operação	18,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Esmeril	Operação	5,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Gavião Peixoto	Operação	4,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Jaguari	Operação	11,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Lençois	Operação	1,68	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Monjolinho	Operação	0,60	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Pinhal	Operação	6,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Salto Grande	Operação	4,55	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santana	Operação	4,30	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
São Joaquim	Operação	8,10	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Socorro	Operação	1,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Três saltos	Operação	0,60	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Andorinhas	Operação	0,50	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Diamante	Operação	4,20	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Guaporé	Operação	0,70	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Pirapó	Operação	0,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Saltinho	Operação	0,80	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Foz do Rio Choró	Operação	25,20	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Icaraizinho	Operação	54,60	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Paracuru	Operação	25,20	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Praia Formosa	Operação	105,0	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara I	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara II	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara III	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara IV	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara V	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Santa Clara VI	Operação	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Eurus VI	Operação	8,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Macacos	Construção	20,70	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Empreendimentos Certificados – 2012

Empreendimentos	Fase 2012	Potência Instalada (MW)	ISO 9001	ISO 14001	OHSAS 18001
Costa Branca	Construção	20,70	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Pedra Preta	Construção	20,70	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Juremas	Construção	16,10	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Atlântica I	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Atlântica II	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Atlântica IV	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Atlântica V	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Campo dos Ventos I	Construção	28,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Campo dos Ventos II	Construção	30,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Campo dos Ventos III	Construção	28,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Campo dos Ventos V	Construção	28,00	29/06/2012	29/06/2012	29/06/2012
Bio Coopcana	Construção	50,00	16/01/2013	16/01/2013	16/01/2013
Bio Alvorada	Construção	50,00	16/01/2013	16/01/2013	16/01/2013

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Para o desenvolvimento de suas atividades, a Companhia não depende de nenhuma patente, franquia ou contrato de royalties.

No desenvolvimento de suas atividades, a Companhia utiliza algumas marcas, como “CPFL Renováveis” e “CPFL Bioenergia”, que encontram-se atualmente em fase de registro perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”).

Adicionalmente, todas as PCHs, Parques Eólicos, Parque Solar e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa da Companhia e suas controladas dependem de autorização ou concessão da ANEEL para operar, além de licenças ambientais, conforme já detalhado neste item 7 do Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;

Nenhuma das nossas receitas é proveniente de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;

Nenhuma das nossas receitas é proveniente de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

Nenhuma das nossas receitas é proveniente de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não temos receitas provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Possuímos relacionamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), que financiou parte relevante dos recursos necessários para a construção das nossas PCHs atualmente em operação, além de fornecer o financiamento para projetos de Parques Eólicos, PCHs e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa atualmente em construção. Além disso, o BNDES, em conjunto com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") e o Nordic Investment Bank ("NIB") atuaram como bancos financiadores da Companhia no processo de aquisição da totalidade do capital da sociedade BVP S.A., que detém 100% das ações da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Por fim, a Companhia possui 4 (quatro) Parques Eólicos em operação cujo financiamento de longo prazo foi fornecido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") em conjunto com o BNB.

7.9 - Outras informações relevantes

Visão Geral

Somos a companhia líder no setor brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis provenientes de Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e Usina Solar Fotovoltaica, em termos de capacidade instalada em operação e construção, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").[1] Atualmente nosso portfólio de ativos totaliza 5.553 MW de capacidade instalada, sendo 1.153 MW[2] de projetos em operação, 582 MW de projetos em construção, além de 3.818 MW de projetos em desenvolvimento. Temos, atualmente, 1.735 MW de capacidade instalada contratada, com energia já vendida em contratos de longo prazo.

Estamos inseridos no mercado brasileiro, um dos mercados de maior crescimento e que acreditamos reunir boas condições para o desenvolvimento de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no mundo, notadamente: (i) crescimento esperado da capacidade instalada de fontes renováveis acima da média mundial, com expectativa de 127% para os próximos nove anos, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021[3]; (ii) significante potencial não desenvolvido a ser explorado nas fontes de energia as quais nos destacamos segundo dados fornecidos pela ANEEL[4]; (iii) processos céleres de licenciamento ambiental e regulatório; (iv) incentivos fiscais e regulatórios que refletem uma política pública para o desenvolvimento de projetos dessa natureza; e (v) substancial financiabilidade dos ativos, apoiada em políticas governamentais de longo prazo.

Possuímos experiência em aquisição, desenvolvimento, construção e operação de usinas e parques de geração de energia a partir de fontes renováveis, além de contarmos com um portfólio diversificado entre as quatro principais fontes, com empreendimentos localizados em oito estados brasileiros. A tabela a seguir apresenta a composição detalhada do nosso portfólio de ativos:

Status	Fonte	Capacidade Instalada	Nº de projetos	Estados
Operação	PCH	327	35	SP / SC / RS / MG / MT
	Eólica[(1)]	555	15	CE / RN
	Biomassa	270	6	RN / SP
	Solar	1	1	SP
Subtotal		**1.153**	**57**	
Construção	Eólica	482	18	RN / RS
	Biomassa	100	2	MG / PR
Subtotal		**582**	**20**	
Desenvolvimento[(2)]	**PCH**	**626**		
	Altamente Provável	57	19	MG / SC / PR / RS / GO / SP
	Provável	88		
	Possível	482		
	Eólica	**3.192**		
	Altamente Provável	470	31	RN / CE / BA / MG / PE / RS / SC
	Provável	989		
	Possível	1.732		
Subtotal		**3.818**	**50**	
TOTAL		**5.553**	**127**	

(1) Considera a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW que já estão aptos a gerar energia e já recebem desde julho de 2012 a receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009 – Pendente ainda do término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada).

(2) Não inclui projetos de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa.

1 Dados fornecidos pelo Banco de Informações de Geração ("BIG") da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp).

2 Considera a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW que já estão aptos a gerar energia e e já recebem desde julho de 2012 a receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009 – Pendente ainda do término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada).

3 Divulgado pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e pela Empresa de Pesquisa Energética ("EPE") (http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326_1.pdf).

4 Dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp).

7.9 - Outras informações relevantes

Do nosso portfólio de projetos em desenvolvimento, classificamos 470 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 57 MW de capacidade instalada de PCHs como altamente prováveis por apresentarem, no caso dos Parques Eólicos, terras arrendadas com pelo menos 2 (dois) anos de medição de ventos e alguns projetos com licença ambiental prévia, e, no caso das PCHs, estudos técnicos concluídos, autorização da ANEEL e alguns projetos com licença ambiental prévia. Estes projetos encontram-se prontos para comercializar energia nos próximos 12 meses, sendo a venda de energia em contratos de longo prazo o principal elemento para viabilizar o início de suas construções.

Adicionalmente, classificamos 989 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 88 MW de capacidade instalada de PCHs como prováveis por apresentarem terras arrendadas com pelo menos 1 (um) ano de medição de ventos, no caso dos Parques Eólicos, e estudos técnicos avançados com aceite técnico da ANEEL, o que garante o aproveitamento do empreendimento pela Companhia, no caso das PCHs.

Somente consideramos como parte de nosso portfólio de projetos de Parques Eólicos em desenvolvimento aqueles que apresentam fator de capacidade média de pelo menos 47% (líquidos de perdas) nas medições de ventos realizadas.

Por fim, classificamos 1.732 MW de capacidade instalada de Parques Eólicos e 482 MW de capacidade instalada de PCHs como possíveis por apresentarem terras arrendadas e torres de medição de vento instaladas, no caso dos Parques Eólicos, e estudos técnicos em andamento com aceite no inventário de rio pela ANEEL, no caso das PCHs.

Além do portfólio de PCHs e eólicas, possuímos 345 MW de fonte solar em desenvolvimento.

Todos os nossos ativos e projetos em operação e em construção possuem contratos de venda de energia celebrados por longo prazo, o que nos assegura alta previsibilidade de geração de caixa. A tabela abaixo ilustra nossa capacidade instalada em termos de ativos em operação, os montantes de energia contratada em MW médios e o preço médio da energia, em R$ por MWh, vendida até 2017:

	Projetos Operação/Construção				
Total Projetos	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Potência Instalada (MW).....	1.481	1.481	1.481	1.735	1.735
Energia Contratada (MW médio).....	646	646	646	775	775
Energia Contratada (MWh).....	5.006.604	5.567.976	5.593.818	6.372.985	6.793.280
R$/MWh médio[(1)]	213	209	208	200	196

(1) Preço médio obtido a partir da energia contratada em MWh.

Acreditamos estar posicionados para aproveitar as oportunidades de crescimento no setor de energias renováveis e que nossa capacidade em adquirir ativos e projetos de qualidade juntamente com nosso portfólio robusto de projetos em desenvolvimento deverão suportar nosso crescimento rentável.

Desde agosto de 2011, com a associação entre a ERSA, companhia independente no mercado de energia renovável brasileiro, e os ativos de energias renováveis da CPFL Energia, um dos maiores grupos privados do setor elétrico brasileiro segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL[5], reunimos a comprovada experiência de ambas as companhias no setor e nos tornamos o maior grupo de geração de energia renovável do Brasil em termos de capacidade instalada, em operação e construção, segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL[5].

Desde a nossa concepção, temos no desenvolvimento sustentável um princípio essencial para a estratégia do negócio que está claramente expresso na nossa visão – *"Energia é essencial ao bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento da sociedade. Nós acreditamos que produzir e utilizar energia de forma sustentável é vital para o futuro da humanidade"*, e na nossa missão *"Gerar energia a partir de fontes renováveis, em harmonia com o meio ambiente e a sociedade, promovendo o amadurecimento do mercado de energia limpa"*.

5 Dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp)

7.9 - Outras informações relevantes

Oportunidades no Setor de Energias Renováveis

Mundialmente, o setor de energias renováveis tem aumentado sua relevância na matriz energética dos países. Dados da *United Nations Environment Programme* ("UNEP") de 2012 indicam que em 2011 aproximadamente 9,2% da capacidade instalada mundial era proveniente de tais fontes, sendo que em 2004 este percentual era de apenas 4,3%. O investimento global em energias renováveis alcançou volume recorde em 2011, atingindo US$257 bilhões, representando um crescimento de 17% em relação a 2010 e quase 7 vezes o valor investido em 2004. Adicionalmente, segundo o mesmo estudo, nos anos de 2010 e 2011, aproximadamente 37% da capacidade instalada adicionada no mundo foi proveniente de fontes renováveis, o que denota a importância que esta modalidade de geração vem adquirindo em âmbito global. Destaca-se que a maior parte dos novos investimentos em energia renovável foi realizada pelos países em desenvolvimento.

Acreditamos que o crescimento do setor de energia renovável está diretamente relacionado a alguns fatores, entre os quais destacamos (i) a preocupação global em relação aos impactos que a geração de energia através de fontes não renováveis tem sobre o meio-ambiente com a consequente substituição de combustíveis fósseis, (ii) acordos internacionais que preveem o aproveitamento de crédito de carbono gerado por tais fontes, conferindo uma receita adicional além daquela advinda da geração elétrica, (iii) incentivos governamentais através de legislações nacionais favoráveis, (iv) queda, nos últimos anos, dos custos de instalação de novas plantas, em especial, de parques eólicos e, por fim, (v) retornos atrativos com poder de atrair grandes volumes de investimentos tanto de investidores privados como de governos.

Estima-se que no período entre 2012 e 2021 a demanda por energia elétrica no Brasil irá crescer em média 5,0% por ano e, para acompanhar o crescimento da demanda, a capacidade instalada de geração de energia elétrica deverá crescer cerca de 6,7 GW por ano, representando uma taxa média de crescimento anual no período de 4,6%, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, divulgado pelo MME e pela EPE (http://www.epe.gov.br/PDEE/20130326_1.pdf). O segmento de energia renovável[6] representava, por sua vez, cerca de 13,1% da matriz energética brasileira no final do ano de 2012, de acordo com dados do Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, divulgado pela EPE. Em 2021, o Plano Decenal projeta que essas fontes de energia representarão cerca de 19,8% da matriz energética brasileira, representando um crescimento médio anual de 9,5%.

Além de retornos atrativos, o setor de geração a partir de fontes renováveis no Brasil conta com algumas vantagens relevantes em relação à geração de energia a partir de outras fontes e em outros países, dentre as quais destacamos:

- *Potencial de crescimento e condições técnicas favoráveis:* potencial único para geração de energia eólica e solar, com ventos e índices de radiação que proporcionam fatores de capacidade favoráveis em relação a mercados mais desenvolvidos; potencial hidráulico vasto, inclusive para pequenas centrais hidrelétricas; indústria de açúcar e álcool desenvolvida e com escala para fornecimento de biomassa economicamente viável como combustível para geração de energia elétrica.

- *Processo de licenciamento ambiental célere e processo regulatório simplificado:* por possuírem impacto ambiental inferior às fontes convencionais de geração, as plantas de energias renováveis gozam de processos de licenciamentos céleres e simplificados para construção e operação. Além disto, os projetos de energia renovável são atualmente regulados sob um regime de Autorização da ANEEL, que é outorgada ao desenvolvedor do projeto, ao invés de Concessão, que é obtida através de licitações ou leilões públicos.

- *Incentivos fiscais e regulatórios como parte de políticas públicas de longo prazo*: devido ao tamanho individual de seus empreendimentos, as PCHs, os Parques Eólicos, as Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa e as plantas de geração solar beneficiam-se do regime de tributação pelo lucro presumido e contam com descontos de pelo menos 50% nas tarifas cobradas pelo uso das linhas de transmissão e distribuição, sendo que este desconto pode chegar a 80% pelos primeiros 10 anos nas plantas fotovoltaicas. O setor de energia eólica, especificamente, conta atualmente com isenção de ICMS e de IPI na cadeia de produção de equipamentos eólicos.

[6] Considerado apenas as fontes: PCHs, eólica e biomassa.

7.9 - Outras informações relevantes

- *Nicho exclusivo no mercado livre:* o mercado livre conta com consumidores denominados "especiais", com consumo de 500 KW a 3.000 KW, que caso optem por se tornar consumidores livres, devem adquirir energia de empreendimentos de fontes renováveis.

- *Financiabilidade:* disponibilidade de linhas de financiamento de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") em moeda local, a custos atrativos, e representando até 75% dos investimentos realizados.

- *Geração de créditos de carbono:* a geração através de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Solares Fotovoltaicas pode proporcionar potencial de receita adicional a partir da venda de créditos de carbono obtidos pelos ativos, desde que o projeto seja submetido a uma avaliação prévia e atenda os requisitos legais para ser elegível para geração de créditos de carbono.

Ademais, o setor de energias renováveis no Brasil é extremamente fragmentado e possui poucas empresas capitalizadas e com suporte de grandes grupos estratégicos que podem atuar como agentes consolidadores. Acreditamos que este segmento continuará a apresentar uma tendência de consolidação ao longo dos próximos anos.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos estar posicionados para nos beneficiar das oportunidades de crescimento e sinergias no setor de geração de energia a partir de fontes renováveis no Brasil e aumentar retornos para nossos acionistas, especialmente devido aos nossos pontos fortes abaixo listados.

Sólida e previsível geração de caixa, com altas margens operacionais e alta capacidade de alavancagem

Nossas receitas são auferidas por meio de contratos de venda de energia de longo prazo com preços atraentes e reajustados anualmente com base na inflação. Todos os nossos ativos atualmente em operação e em construção, totalizando 1.735 MW de capacidade instalada, possuem contratos de venda de energia de longo prazo no mercado livre ou no mercado regulado de energia, com um prazo médio ponderado de 18 anos e um preço médio de R$192,00/MWh em 31 de março de 2013. Tratam-se de contratos com uma base de clientes pulverizada e que acreditamos ser de boa qualidade de crédito, representando um importante fator de mitigação de riscos. Estimamos que nossa capacidade instalada e nossas receitas apresentarão um crescimento significativo até 2016, dado que possuímos 582 MW de capacidade instalada em construção e com alta previsibilidade daí em diante.

A estabilidade de receita e de fluxo de caixa por prazos longos faz com que o retorno sobre os investimentos seja estável e previsível. Além disto, uma vez em operação, os custos de nossas atividades são reduzidos, gerando uma alta margem EBITDA. Em razão disso e devido às características de longo prazo e de custo atrativo das linhas de financiamento do BNDES, principal financiador do setor elétrico brasileiro, nossos projetos permitem a obtenção de volumes substanciais de financiamento em relação ao valor total do investimento, o que acreditamos permitir o aumento de retorno para os acionistas.

Liderança no crescente mercado de energias renováveis no Brasil

Somos a maior companhia brasileira de geração de energia a partir de fontes renováveis, com 1.735 MW de capacidade em operação e em construção, de acordo com dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp), cuja energia encontra-se comercializada através de contratos de longo prazo. Ademais, em 31 de março de 2013 possuíamos 3.818 MW de projetos em desenvolvimento. Acreditamos possuir uma escala que nos permite aproveitar as oportunidades de crescimento com rentabilidade, como resultado de sinergias de custos, relacionamento com fornecedores, operação integrada e capacidade de gerenciamento de projetos.

Acreditamos que a estimativa de forte crescimento da demanda de energia e a consequente previsão de expansão da capacidade instalada no País, notadamente nas fontes renováveis, conjugados com o nosso posicionamento no setor e nosso portfólio robusto de projetos, nos coloca em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de crescimento do mercado de energias renováveis brasileiro.

7.9 - Outras informações relevantes

Portfólio de ativos de qualidade e diversificado entre fontes, sendo um* player *que captura o crescimento nas quatro fontes de energias renováveis

Nosso portfólio de ativos em operação e em construção em termos de energia contratada é composto por 25% de PCHs, 58% de Parques Eólicos, 17% de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, além de uma Usina Solar Fotovoltaica já em operação de 1,1 MW de capacidade instalada. A diversificação de nosso portfólio entre as quatro fontes nos permite aproveitar o crescimento em cada uma delas e minimizar riscos associados à dependência de uma única fonte, além daqueles riscos relativos à expansão do nosso portfólio no caso de uma fonte específica apresentar dificuldades de competir pela sua viabilização perante as outras fontes. Adicionalmente, nossos ativos estão diversificados geograficamente em oito estados brasileiros, o que minimiza riscos associados a (i) problemas climáticos ou hidrológicos específicos de uma determinada região e (ii) riscos associados a condições adversas de sub-mercados regionais, melhorando a condição média de operação e manutenção de nossas usinas.

No período de três meses findos em 31 de março de 2013 a receita está segregada de forma equilibrada entre as nossas fontes de atuação, sendo: 40% em PCH, 50% em Parques Eólicos, 5% em Usinas Termelétricas a Biomassa e 5% na CPFL Renováveis em função de ser a representante perante à CCEE de determinadas controladas.

Adicionalmente, nossos contratos de venda de energia encontram-se diversificados entre as duas categorias de consumidores, sendo que, até 31 de março de 2013, 40% foram firmados no mercado livre e 60% no mercado regulado.

Seguimos critérios rigorosos no desenvolvimento, na construção e na operação de nossos ativos, buscando excelência técnica e operacional na gestão de todas as fases em que atuamos. Procuramos nos associar a fornecedores e parceiros de reconhecida capacidade técnica, de forma a assegurar a qualidade dos equipamentos e serviços aplicados em nossos projetos.

Experiência destacada e integrada no ciclo de desenvolvimento de projetos, capturando valor em toda a cadeia

Atuamos de forma integrada em todas as fases do ciclo de um projeto, ou seja, na prospecção e identificação, no desenvolvimento, na construção, na operação e na comercialização de energia a partir de fontes renováveis. Para isto, contamos com 326 profissionais, dentre os quais 95 engenheiros, técnicos e especialistas em energia, compondo um time com experiência na otimização e na gestão de projetos de engenharia, condução de processos de licenciamento ambiental e regulatório de projetos, contratação e gestão de fornecedores e prestadores de serviços para a implantação de projetos, bem como na operação e manutenção das usinas.

Acreditamos que essa atuação nos permite aumentar a qualidade técnica dos nossos projetos, minimizando os riscos de execução e mantendo custo reduzido de desenvolvimento e implantação, capturando valor em todas as etapas da cadeia de forma a maximizar retornos aos nossos acionistas.

Acreditamos, ainda, que essa atuação integrada pode ser comprovada pelo nosso histórico de construção de empreendimentos. Até o momento já construímos 12 (doze) PCHs, 5 (cinco) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, 7 (sete) parques eólicos e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica, que somadas ao total de projetos em operação da companhia, inclusive os adquiridos, totalizam 1.153 MW de capacidade instalada.

Comprovado histórico na execução, desenvolvimento de projetos e operação de ativo

Possuímos comprovado histórico em execução e desenvolvimento de projetos, notadamente:

- *Construção de ativos nas quatro fontes:* Desde o início de nossas atividades até 31 de março de 2013 construímos 12 (doze) PCHs, 5 (cinco) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, 7 (sete) Parques Eólicos e 1 (uma) Usina Solar Fotovoltaica, representando 593 MW de capacidade instalada. Para tanto, temos uma rigorosa e dedicada equipe de gestão de projetos e engenharia, com 37 profissionais. Ademais, estamos construindo 18 (dezoito) Parques Eólicos e 2 (duas) Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa, totalizando mais 582 MW de capacidade instalada, o que acreditamos comprovar nossa experiência na construção e implementação de projetos no setor.

7.9 - Outras informações relevantes

- *Crescimento da nossa capacidade instalada:* Aumentamos nossa capacidade instalada principalmente através da implementação de projetos e da aquisição de ativos e companhias em diversas etapas de desenvolvimento. Nossa capacidade instalada em operação aumentou de 47 MW em 2009 para 1.153 MW em 31 de março de 2013, o que representa uma taxa de crescimento anual de 123% (CAGR) no período. Obtivemos 68 licenças ambientais de operação e instalação, além de cinco licenças prévias e 22 outorgas do órgão regulador para a implantação de nossos projetos atuais e futuros, confirmando nossa capacidade de desenvolvimento de nossos ativos. Além de crescermos através de nossa estratégia orgânica, seguimos uma metodologia disciplinada de mapeamento do mercado para identificação e análise de projetos para aquisição. Desde o início de 2011 realizamos diversas aquisições de ativos relevantes, que incluem os Empreendimentos SIIF, Bons Ventos, Santa Luzia, Ester e Projeto Atlântica, que agregaram 557 MW de capacidade instalada ao nosso portfólio.

- *Crescimento substancial do nosso portfólio de ativos em desenvolvimento.* Nosso portfólio de ativos em desenvolvimento expandiu de 562 MW em 2009 para 3.818 MW em 31 de março de 2013. Entendemos que nossa capacidade de desenvolver projetos é uma competência central de nossa Companhia, sendo fundamental para nosso contínuo crescimento, aproveitamento de ganhos de escala e diversificação por fontes de energia. Esta capacidade de desenvolvimento está fundamentalmente baseada na sólida experiência da nossa equipe de desenvolvimento, que conta com 14 profissionais dedicados a esta função.

- *Capacidade de estruturar financiamentos para nossos projetos.* Nossa capacidade de implementação de projetos é suportada por uma experiência diferenciada de viabilização de financiamentos. Desde o início de nossas atividades, captamos R$4,1 bilhões em linhas de longo prazo para o financiamento de projetos, sendo 73% com bancos de fomento, com destaque para o BNDES (principal financiador do setor elétrico brasileiro). Esses financiamentos com bancos de fomento possuem prazos médios de até 16 anos e taxas médias de TJLP + 1,7% ao ano. Desta forma, com uma equipe exclusivamente dedicada à estruturação financeira dos projetos, alcançamos uma média de alavancagem em novos projetos de 72%, o que nos confere um incremento de rentabilidade em nossos projetos.

- *Comercialização de energia*. Conseguimos aproveitar condições atrativas de preço tanto no mercado regulado quanto no mercado livre para a contratação de energia de nossos projetos, o que resulta em taxas de retorno comparativamente mais altas que aquelas de projetos dependentes apenas dos leilões no mercado regulado. Da nossa capacidade instalada contratada total de 1.735 MW, aproximadamente 40% foram negociados em contratos bilaterais no mercado livre.

Administração competente e experiente e acionistas altamente reconhecidos no setor

Os membros de nossa administração possuem extensa experiência em nosso ramo de atividade, com uma média de 23 anos de experiência no setor de energia elétrica brasileiro. Dentre as principais competências de nossa equipe, destacamos: (i) capacidade comprovada na gestão, implementação e construção de projetos; (ii) identificação de oportunidades de mercado e aquisição de ativos e empresas; (iii) comercialização de energia dos projetos; (iv) otimização operacional dos ativos; (v) estruturação financeira dos projetos permitindo a otimização do retorno sobre capital investido.

Nosso acionista controlador, a CPFL Energia possui experiência significativa no setor, sendo o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, líder no Brasil nos segmentos de distribuição e comercialização de energia e o segundo maior grupo privado no segmento de geração de energia do País, segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL (http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp). A CPFL Energia adota as mais elevadas práticas de governança corporativa no Brasil possuindo ações listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa e ADRs na Bolsa de Nova Iorque.

Nossos acionistas provenientes da ERSA aportaram sólida experiência técnica no desenvolvimento de projetos, forte componente empreendedor na gestão de nossa Companhia e foco em resultados.

Atualmente, conjugamos em nossa equipe os melhores aspectos oriundos dos dois blocos de acionistas e temos permeado em todos os níveis da nossa Companhia os principais conceitos que definem nossa estratégia e orientação a resultados. Possuímos uma estrutura sólida de governança corporativa e uma rígida política de sustentabilidade.

7.9 - Outras informações relevantes

Nossa Estratégia

Ocupamos uma posição de liderança na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no Brasil e pretendemos manter e fortalecer esta posição, tanto em tamanho quanto em rentabilidade. Acreditamos estar em posição privilegiada para alcançar nosso objetivo de crescimento sempre buscando a maximização de retorno para nossos acionistas, aproveitando-nos de nossos pontos fortes. Neste sentido, pretendemos executar de forma consistente nosso plano de negócios e para alcançarmos nosso objetivo temos como principais estratégias:

Executar nosso plano de crescimento por meio do desenvolvimento de projetos e da aquisição de ativos de energia renovável no Brasil

Pretendemos aumentar ainda mais o crescimento rentável de nosso negócio por meio de uma estratégia que busque combinar de maneira eficiente o crescimento orgânico, por meio do desenvolvimento de projetos, e o crescimento via aquisições de ativos e projetos, mantendo nossa disciplina técnica e financeira de forma a criar e maximizar valor para os nossos acionistas.

Em relação ao crescimento orgânico, acreditamos estar posicionados para nos beneficiar da forte expansão da capacidade instalada projetada no País, notadamente nas fontes renováveis, dada a nossa posição de liderança no setor e nosso portfólio robusto de projetos. Contamos com um time interno de engenheiros e técnicos altamente qualificados, experientes e especializados na prospecção e no desenvolvimento de ativos de energia renovável. Dos nossos 3.818 MW de capacidade instalada de projetos em desenvolvimento, 527 MW estão prontos para vender energia e iniciar construção nos próximos 12 meses. Estimamos ainda que outros 1.077 MW estarão prontos para vender energia e iniciar construção ao longo dos próximos três anos e que os demais projetos estarão em tal estágio após 2016. Temos, ainda, uma dedicada e experiente estrutura interna de engenharia, suprimentos e construção, que é responsável pela gestão da construção de nossos projetos. Pretendemos continuar desenvolvendo e explorando nossos projetos no setor de energia renovável com disciplina financeira e com foco na maximização do retorno aos nossos acionistas.

Acreditamos que o mercado brasileiro de geração de energia através de fontes renováveis possui diversas oportunidades de crescimento através de aquisições, dada sua alta fragmentação. Acreditamos que seremos capazes de continuar nosso crescimento via aquisições selecionadas, visando à consolidação do setor dada a alta experiência e comprovado histórico de nossa equipe que atua no monitoramento, prospecção e avaliação de ativos, aliada à nossa capacidade financeira, que será reforçada com a Oferta. Atualmente possuímos 1.122 MW de capacidade instalada em análise para aquisição de projetos em diversos estágios de desenvolvimento.

Crescer através da nossa capacidade diferenciada de comercialização de energia

Nossa estratégia é manter a exploração das duas alternativas de comercialização de energia, mercado regulado (ACR) e mercado livre (ACL), de forma a viabilizar o crescimento sustentável do nosso portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis. Atualmente 40% de nossa energia contratada está vendida no mercado livre a um prazo médio remanescente de 16 anos e 60% no mercado regulado a um prazo médio remanescente de 19 anos, o que acreditamos mostrar nossa capacidade de explorar ativamente os dois mercados.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis. Nos últimos três anos foram realizados oito leilões, totalizando mais de 9,0 GW de capacidade instalada com energia comercializada. Pretendemos focar nossa capacitação técnica e financeira, bem como buscar todas as economias de escala e sinergias operacionais disponíveis para obter sucesso em tais leilões.

Em paralelo, buscaremos de forma contínua uma alternativa para os leilões no crescente mercado livre composto por Consumidores Livres e Consumidores Especiais, cuja demanda acreditamos que se encontra abaixo de seu potencial, e que atualmente conta com importantes benefícios econômicos para as empresas focadas em energia renovável, tais como desconto nos encargos setoriais e preços médios de venda mais atrativos. Estimamos que o mercado livre seja de 24 GW médios, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021, dos quais apenas 14,8 GW médios ou 61,1% foram explorados. Com o auxílio da reconhecida experiência em comercialização do nosso acionista controlador, que atualmente conta com a maior comercializadora do País em participação de mercado com 10% de *market share* neste setor, pretendemos focar nossa atuação nesse segmento de consumidores.

7.9 - Outras informações relevantes

Para tanto, firmamos com a CPFL Brasil um acordo sobre comercialização de energia que tem por objetivo regular todas as operações de comercialização de energia entre as duas sociedades, de modo a assegurar que as referidas operações sejam sempre realizadas em bases comutativas. Os contratos tem como objetivo viabilizar novos empreendimentos de geração, através de contratos de compra e venda de energia de longo prazo. Deveremos manter um volume de 60% comercializado no ACR e de 40% no ACL. A cada leilão de compra de energia organizado pelo governo realizaremos uma cotação de mercado para 40% da energia dos nossos projetos com pelo menos cinco comercializadoras ou consumidores de 1ª linha. Sendo a CPFL Brasil a vencedora, poderemos aceitar ou recusar a proposta da CPFL Brasil. Em caso de recusa, ficaremos livres para vender toda a energia a terceiros ou vender no leilão organizado pelo governo. Em caso de aceite da proposta, serão aplicados dois mecanismos de ajuste, um de montante e um de preço. Para maiores informações sobre o regulamento, ver item 7.3 deste Formulário de Referência.

Continuar buscando maximizar a rentabilidade de nossos ativos através de ganhos de escala, captura de sinergias e utilização de alavancagem financeira

Buscamos maximizar o retorno de nossos ativos através da redução de custos por meio de ganhos de escala, da captura de sinergias entre ativos, dos ganhos de eficiência operacional e da alavancagem financeira. Acreditamos, que dada nossa posição de liderança e crescente escala de nosso portfólio, seremos capazes de capturar sinergias operacionais e financeiras em diversas vertentes, como, por exemplo, negociação com fornecedores, compartilhamento de custos e despesas entre ativos geograficamente próximos e redução de custos financeiros.

Como exemplo, a incorporação dos Parques Eólicos de Bons Ventos (157,5 MW de capacidade instalada), localizados no Estado do Ceará, ao nosso portfólio, que inclui os Empreendimentos SIIF (210 MW de capacidade instalada), localizados no mesmo Estado, ocorrida em 2012 nos permitirá realizar sinergias através de reduções nas despesas gerais e administrativas desses ativos.

Explorar oportunidades em novas fontes de energia renovável com base em inovação e tecnologia

Na primeira etapa de nosso plano de negócios, focamos nossa atuação em PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa. Pretendemos continuar explorando e investindo em oportunidades de inovação envolvendo novas tecnologias de energia renovável, como energia solar, energia proveniente de resíduos e do biogás. Para isto, pretendemos monitorar e testar outras tecnologias potencialmente viáveis, focando naquelas que se mostrarem mais competitivas e eficientes. Por exemplo, atualmente possuímos um projeto em operação de energia solar que iniciou operação em novembro de 2012 com capacidade instalada de 1,1 MW de capacidade instalada. Cenários de oferta limitada de energia e de alta nos preços favorecem a implementação de novos empreendimentos e fontes alternativas de energia renovável, uma vez que esses geram energia limpa e são incentivadas pelo Governo Federal de diversas formas. Nossa intenção é estar presente em todas as tecnologias que se mostrarem técnica e economicamente viáveis e, para tanto, continuaremos a investir no desenvolvimento de projetos piloto de energia, buscando sempre permanecer na vanguarda tecnológica no nosso setor.

Atualmente temos um portfólio de projetos em desenvolvimento com cerca de 345 MW de energia solar.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

A Companhia, em suas atividades de gestão de empreendimentos, tem como estratégia incluir a variável socioambiental, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas atividades. Para que esta estratégia se torne realidade, a Companhia possui uma política socioambiental, que tem como compromissos:

Compromisso com o desenvolvimento sustentável. Planejar, projetar e desenvolver continuamente suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que contribuam para a qualidade socioambiental, sempre referenciados com as melhores práticas aplicáveis ao setor.

Gerenciamento de emissões e resíduos. Controlar e mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação, promovendo alternativas para prevenir e reduzir as emissões, bem como reaproveitando, reciclando e destinando corretamente os resíduos gerados.

Conscientização de fornecedores. Atuar em parceria com seus contratados e fornecedores, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de serviços e divulgando amplamente às partes interessadas os compromissos com o desenvolvimento sustentável.

7.9 - Outras informações relevantes

Recursos naturais. Usar de forma racional os recursos naturais no processo de geração de energia, promovendo o uso de fontes alternativas, de modo a contribuir de maneira positiva com o quadro de mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade brasileira.

Respeito às comunidades. Apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, em especial, ações que promovam a educação, a cultura e o lazer das populações atingidas.

Comunicação e transparência. Fomentar programas de comunicação e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, mantendo diálogo constante, amplo e aberto com as partes interessadas durante todas as fases dos empreendimentos.

Assim, em geral, os programas socioambientais são instrumentos para a implementação de medidas, obras e dispositivos hábeis que promoverão a mitigação dos impactos ambientais e a harmonização do empreendimento ao local de instalação, além de potencializar os impactos positivos previstos para a região.

Apresentamos a seguir os principais programas socioambientais implantados durante a construção dos empreendimentos da Companhia.

1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os públicos-alvo da comunicação social são os proprietários de terra afetados, as comunidades onde o empreendimento está inserido, bem como representantes do poder público e de associações/entidades dos municípios onde o empreendimento será implantado. Nesse âmbito são elaborados e distribuídos periodicamente folhetos, informativos, cartazes, além da formalização de contatos e reuniões com a comunidade para esclarecimento de dúvidas e divulgação das ações dos demais programas ambientais e do andamento das obras.

2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O objetivo desse programa é transmitir à comunidade informações e conhecimento dos principais temas sócio-ambientais atuantes na região de implantação da PCH. Também é focada a importância da preservação do patrimônio natural da região. São realizados eventos educativos com a comunidade, com distribuição de cartilhas de educação ambiental, palestras com temas ligados ao meio ambiente local e participação nas escolas da comunidade para conscientização e educação dos alunos. Os temas mais frequentes são: lixo e reciclagem, conservação de solo, preservação da mata ciliar, assoreamento dos rios, uso e conservação da água, biodiversidade.

3. PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este programa consiste na instalação de um Posto de Atendimento Social – PAS – à comunidade, onde um assistente social, um advogado e um psicólogo ficam a disposição para dar assistência e orientação à população. São realizadas atividades de cunho comunitário, como Atividades de Conscientização, Educação Ambiental, Saúde e Lazer. Também é no PAS que a comunidade candidata-se aos postos de trabalho oferecidos durante a construção do empreendimento.

4. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Este projeto tem por objetivo acompanhar as possíveis mudanças socioeconômicas, no contexto de implantação e operação da PCH, enfatizando: estruturas produtivas e fundiárias, impactos na demanda a serviços sociais, na renda e emprego local, conflitos com a comunidade e o desenvolvimento da atividade do turismo, com intuito de verificar os impactos socioeconômicos ocasionados e formular ações junto à comunidade e ao poder público municipal.

5. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

Este programa inclui avaliar e caracterizar a qualidade das águas do rio em questão, no trecho onde está sendo construído o empreendimento. O monitoramento dos cursos d'água na fase de implantação visa acompanhar as possíveis alterações na qualidade da água em função das obras. Nas PCHs, inclui também um levantamento dos Usos das Águas no Trecho de Vazão Reduzida, de forma a verificar junto aos moradores das propriedades possíveis interferências nos usos da água praticados nesses estabelecimentos, além de avaliar as condições de permanência das famílias em seus atuais locais de moradia e produção.

7.9 - Outras informações relevantes

6. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE FAUNA

Este projeto visa acompanhar a sucessão de espécies animais nas diferentes fases do empreendimento (construção e operação). São utilizadas técnicas de inventário e monitoramento, como observação direta, armadilhagem científica, redes de neblina, levantamento de vestígios (pegadas), bio-vocalização, procurando amostrar as espécies ocorrentes e as alterações nas populações e comunidades. Também se verifica a presença de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção e a situação de conservação dessas espécies na região do empreendimento. Esse programa abrange os Projetos de Monitoramento da Herpetofauna (anfíbios e répteis), Monitoramento da Avifauna (aves), Monitoramento da Mastofauna (mamíferos) e Projeto de Resgate de Fauna. Esse último está voltado ao acompanhamento e resgate dos animais deslocados durante o desmatamento e enchimento do reservatório.

7. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE ICTIOFAUNA

O Programa de Monitoramento de Ictiofauna visa o acompanhamento das transformações ocorridas sobre a comunidade íctica em razão da alteração do regime hidráulico – lótico x lêntico na construção das PCHs. Os resultados fornecem subsídios para a adoção de medidas para a conservação da ictiofauna local. São feitas campanhas de monitoramento regulares, comparando resultados entre a fase de implantação e a fase de operação da usina. Também se insere no âmbito desse programa o Projeto de Resgate de Peixes durante o desvio do rio e o enchimento do reservatório.

8. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E RESGATE DE FLORA

Assim como para a fauna, a vegetação existente na área do empreendimento é monitorada através da coleta de informações fitossociológicas, fenológicas e ecológicas das espécies ocorrentes na região. Também está inserido nesse programa o Projeto de Resgate de Flora, cujo escopo é a coleta e resgate de material vegetal (frutos, sementes, estacas) necessários à produção de novos indivíduos para o plantio em áreas de proteção permanente e entorno do empreendimento.

9. PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O programa de prospecção arqueológica tem como objetivo principal efetuar levantamentos preventivos, relativos ao patrimônio arqueológico da região, por meio de intervenções prospectivas, vistorias, escavações, entre outros. Após a realização da prospecção é feito um programa de educação patrimonial, que orienta a população da região quanto à importância da preservação do patrimônio histórico e arqueológico.

10. PROJETO DE SEGURANÇA E ALERTA

Este projeto visa introduzir na comunidade posturas defensivas e estabelecer atividades que previnam a ocorrência de acidentes durante a construção, o enchimento do reservatório e a operação dos empreendimentos. As atividades previstas envolvem cadastro dos transportadores, orientação aos motoristas, adequação de acessos e estradas, reforço na sinalização, divulgação de atividades através do Programa de Comunicação Social e distribuição de material informativo.

11. PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DO CANTEIRO DE OBRAS

Este programa detalha as medidas a serem implementadas para minimizar os impactos do canteiro de obras e monitorar sua eficiência, reduzindo os riscos de instalação de processos erosivos, de contaminação das áreas dos aqüíferos subterrâneos e superficiais. As medidas deste Programa visam controlar ações de desmatamento, conduzir adequadamente as águas pluviais, dispor corretamente o lixo doméstico em valas sanitárias, promover o tratamento dos esgotos domésticos e dos efluentes contendo sólidos em suspensão, óleos e graxas.

12. PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Esse programa tem como objetivo estabelecer mecanismos para se proceder à mobilização e habilitação da mão-de-obra regional, visando seu aproveitamento nas obras de implantação. Nos empreendimentos construídos entre 2008 e 2010, a média de contratação de mão-de-obra local ficou em 58% do total de trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional. Além da geração de empregos são desenvolvidos treinamentos e capacitações aos trabalhadores, a fim de especializar esta mão-de-obra, contribuindo também para a recolocação profissional após a conclusão das obras.

7.9 - Outras informações relevantes

13. PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DANOS À SAÚDE

O objetivo deste projeto é implementar as ações que minimizem ou neutralizem os impactos negativos causados pelo empreendimento sobre o quadro de saúde da região. Essas ações englobam o monitoramento e controle das endemias presentes na área e as conseqüências dessas endemias sobre os trabalhadores, seus dependentes, população local e indiretamente atraída. Inclui ainda a definição da infraestrutura dos serviços de saúde que serão responsáveis pela atenção médica aos trabalhadores da obra.

14. PROGRAMA DE LAZER E RECREAÇÃO

O objetivo deste programa é compensar a perda do potencial de lazer turístico ou contemplativo de uma determinada atração com o estabelecimento de um novo atrativo ou melhoria de instalações e serviços já existentes. Outro objetivo é o fortalecimento das relações sociais através da criação de alternativas de lazer e recreação nas comunidades do entorno. Alguns exemplos: convênio com a Prefeitura de Antonio Dias para a construção de campo de futebol (arquibancadas e vestiários), projeto de parque aquático e de lazer (PCHs Varginha e Várzea Alegre).

15. PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E DE USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO

Esse plano tem por objetivo geral organizar um aparato de diretrizes e proposições que busquem de forma gradual o disciplinamento da conservação, recuperação, uso e ocupação do entorno do reservatório. É construído com a participação da comunidade e atende a legislação ambiental específica (CONAMA 302/2002). Nele é elaborado o Plano Diretor, que estabelece os usos e atividades permitidos para as determinadas áreas do reservatório formado.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos.

A tabela a seguir apresenta nossos atuais acionistas, bem como suas respectivas participações.

(i) Companhia

Acionista	Ações Ordinárias	% do total
Controladores		
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	63,00%
Minoritários		
Secor LLC	38.082.654	9,24%
Pátria Energia FIP	33.072.441	8,02%
Pátria Energia Renovável FIP Infraestrutura	5.808.543	1,41%
FIP Brasil Energia	31.439.288	7,63%
FIP Multisetorial Plus	20.574.590	4,99%
DEG Deutsche Investitions – und Entwicklungsgesellschaft MBH	10.205.052	2,48%
GMR Energia S.A.	9.210.360	2,23%
Roberto Sahade	4.132.302	1,00%
Total	**412.274.029**	**100%**

(ii) CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")

A totalidade das ações de emissão de nossa controladora direta CPFL Geração é detida por nossa controladora indireta CPFL Energia S.A.

(iii) CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia")

Em 31 de março de 2013, a nossa controladora indireta CPFL Energia tinha como acionistas controladores o Fundo Mútuo de Investimentos em Ações – BB Carteira Livre I, detentora de 29,99% das ações ordinárias e totais; o ESC Energia S.A., detentora de 24,33% das ações ordinárias e totais; Bonaire Participações S.A., detentora de 0,66% das ações ordinárias e totais e Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações, detentora 14,22% das ações ordinárias e totais.

A ESC Energia S.A. é uma companhia integralmente detida pela VBC Energia S.A., que é uma companhia privada cujo capital social pertence integralmente ao Grupo Camargo Corrêa, tendo como acionistas a Átila Holdings S.A., detentora de 47,97% das ações ordinárias e 52,82% das ações preferenciais; a Camargo Corrêa Energia S.A., detentora de 29,99% das ações ordinárias e 35,22% das ações preferenciais; a Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A., detentora de 7,74% das ações ordinárias; e Camargo Corrêa S.A., detentora de 14,30% das ações ordinárias e 11,96% das ações preferenciais.

A Átila Holdings S.A. tem como acionistas a Camargo Corrêa S.A., detentora de 53,67% das ações ordinárias e totais, e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., detentora de 46,33% das ações ordinárias e totais. A Camargo Corrêa Energia S.A. é detida integralmente pela Camargo Corrêa Investimento em Infra-estrutura S.A.

A Camargo Corrêa S.A. é detida em 99,99% pela Participações Morro Vermelho S.A., que tem como acionistas a RCABON Empreendimentos e Participações S.A., detentora de 33,33% das ações ordinárias, a RCNON Empreendimentos e Participações S.A., detentora de 33,33% das ações ordinárias, a RCPODON Empreendimentos e Participações S.A., detentora de 33,33% das ações ordinárias, a RCABPN Empreendimentos e Participações S.A., detentora de 33,29% das ações preferenciais, a RCNPN Empreendimentos e Participações S.A., detentora de 33,29% das ações preferenciais, a RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A., detentora de 33,29% das ações preferenciais e a RRRPN Empreendimentos e Participações S.A., detentora de 0,13% das ações preferenciais, sendo que tais companhias são todas detidas por Regina de Camargo Pires Oliveira Dias, Rosana Camargo de Arruda Botelho e Renata de Camargo Nascimento.

O BB Carteira Livre I Fundo de Investimentos em Ações tem como investidor exclusivo a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. O Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento em participações detido pelos seguintes fundos de pensão brasileiros: Fundação Cesp (Funcesp), Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), Fundação Sistel de Seguridade Social (Sistel) e Fundação Sabesp de Seguridade Social (Sabesprev). E a Bonaire Participações S.A é uma sociedade integralmente detidas pelo referido Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Abaixo apresentamos uma breve descrição da CPFL Energia, nossa acionista controladora indireta:



A CPFL Energia é o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, líder de distribuição e comercialização e 2º maior grupo privado em geração de energia, segundo dados fornecidos pelo BIG da ANEEL. A empresa é reconhecida como referência internacional em governança, excelência e sustentabilidade corporativa. No setor de energias renováveis, teve sucesso na viabilização de 21 parques eólicos em construção e na aquisição recente de 4 ativos em operação, além de portfólio de projetos. A CPFL Energia possui ações listadas nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (ADRIII) e Novo Mercado Bovespa, com acesso aos mercados de capitais doméstico e internacional.

b. controladas e coligadas.

		Participação da Companhia em Sociedades do Grupo em			
Denominação Social	**Sociedade**	**mar/13**	**dez/12**	**dez/11**	**dez/10**
Eólica Holding	Controlada	100%	100%	100%	100%
ERSA Comercializadora	Controlada	–	–	–	–
ERSA Estudos e Des. de Projetos	Controlada	–	–	–	–
Jayaditya Empreendimentos	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
Mohini Empreeendimentos	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
PCH Holding 2	Controlada	100%	100%	100%	100%
PCH Holding	Controlada	100%	100%	100%	100%
PCH Participações	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Aiuruoca	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Alto Irani	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Bio Alvorada	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Arvoredo	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Baixa Verde	Controlada	95%	95%	95%	95%
SPE Barra da Paciência	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Boa Vista 1	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Boa Vista 2	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Cachoeira Grande	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Cajueiro	Controlada	95%	95%	95%	95%
SPE Campo dos Ventos I	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Campo dos Ventos II	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Campo dos Ventos III	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Campo dos Ventos IV	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Campo dos Ventos V	Controlada	100%	100%	100%	–
Chimay Empreendimentos	Controlada Indireta	100%	100%	100%	
SPE Cocais Grande	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Bio Coopcana	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Corrente Grande	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Costa Branca	Controlada Indireta	95%	100%	100%	100%
SPE Costa das Dunas	Controlada	90%	90%	100%	100%
SPE CPFL Bio Buriti	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Bio Formosa	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Bio Ipe	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Bio Pedra	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Bioenergia	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE CPFL Sul Centrais Elétricas	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Pedra Cheirosa I	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Eólica Formosa	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Eólica Icaraizinho	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Eólica Paracuru	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Eurus V	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Eurus VI	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Farol de Touros	Controlada	90%	90%	90%	90%
SPE Figueira Branca	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Gameleira	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Juremas	Controlada	95%	95%	100%	100%
SPE Macacos	Controlada Indireta	95%	95%	100%	100%
SPE Navegantes	Controlada Indireta	95%	95%	95%	95%
SPE Ninho da Águia	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

		Participação da Companhia em Sociedades do Grupo em			
Denominação Social	**Sociedade**	**mar/13**	**dez/12**	**dez/11**	**dez/10**
SPE Paiol	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Pedra Preta	Controlada Indireta	95%	95%	100%	100%
SPE Penedo	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Plano Alto	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Pedra Cheirosa II	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Curral Velho I	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Curral Velho II	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Curral Velho IV	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Bitupitá I	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Bitupitá II	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Bitupitá III	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE Salto Góes	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Santa Clara I	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Santa Clara II	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Santa Clara III	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Santa Clara IV	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Santa Clara V	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Santa Clara VI	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Santa Cruz	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Santa Luzia	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE São Gonçalo	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE SIIF Cinco	Controlada Indireta	100%	100%	100%	–
SPE SIIF Desenvolvimento	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Energies	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Tombo	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Solar 1	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE T-15	Controlada	100%	100%	100%	100%
SPE Varginha	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Várzea Alegre	Controlada Indireta	100%	100%	100%	100%
SPE Santa Mônica	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Santa Úrsula	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE São Benedito	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE São Domingos	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Ventos de São Martinho	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Ventos de Santo Dima	Controlada	100%	100%	100%	–
SPE Atlantica I	Controlada	100%	100%	–	–
SPE Atlantica II	Controlada	100%	100%	–	–
SPE Atlantica IV	Controlada	100%	100%	–	–
SPE Atlantica V	Controlada	100%	100%	–	–
BVP	Controlada Indireta	100%	100%	–	–
SPE Bons Ventos	Controlada Indireta	100%	100%	–	–
SPE Lacenas	Controlada	100%	100%	–	–
Turbina 16	Controlada	100%	100%	–	–
Turbina 17	Controlada	100%	100%	–	–

A aquisição e manutenção da participação da Companhia em cada uma das SPEs justifica-se pelo fato de que cada uma das controladas abriga um ou mais projetos de geração de energia elétrica.

c. participações da companhia em sociedades do grupo.

Não participamos em outras sociedades do grupo que não as nossas controladas.

d. participações de sociedades do grupo na companhia.

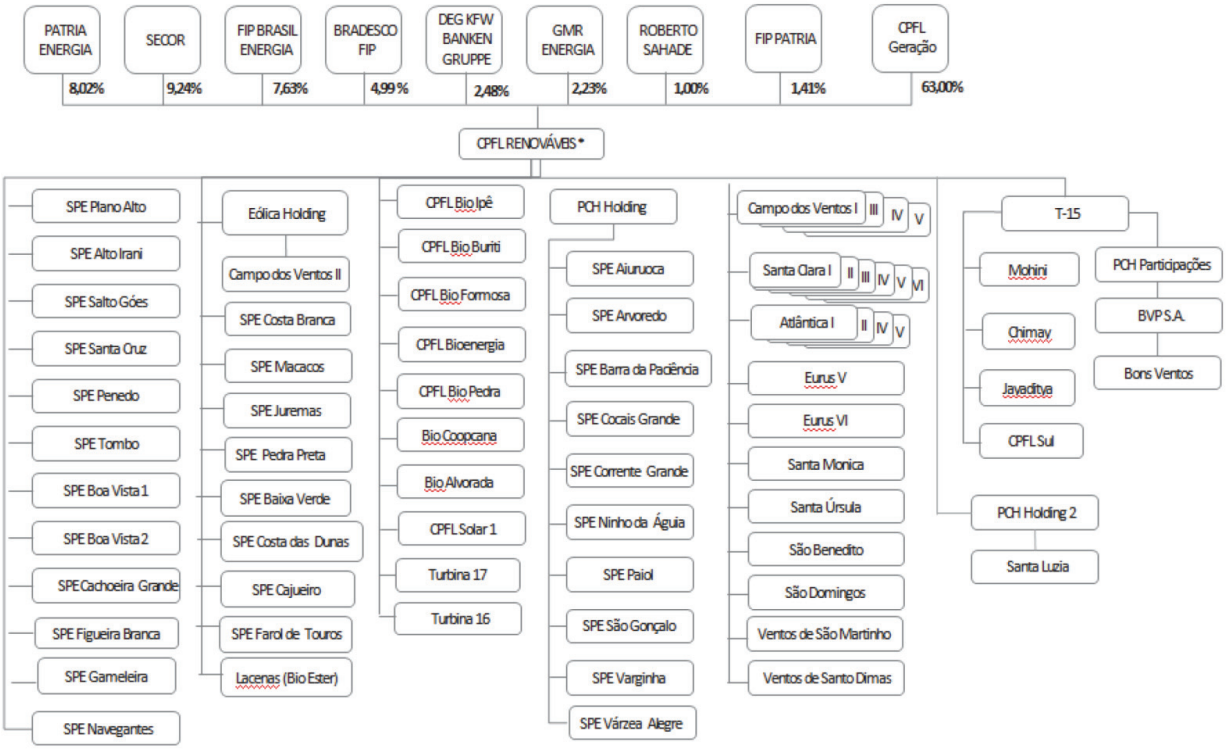
Não há participações de sociedades do grupo em nosso capital social que não as participações dos nossos controladores diretos e indiretos na Companhia.

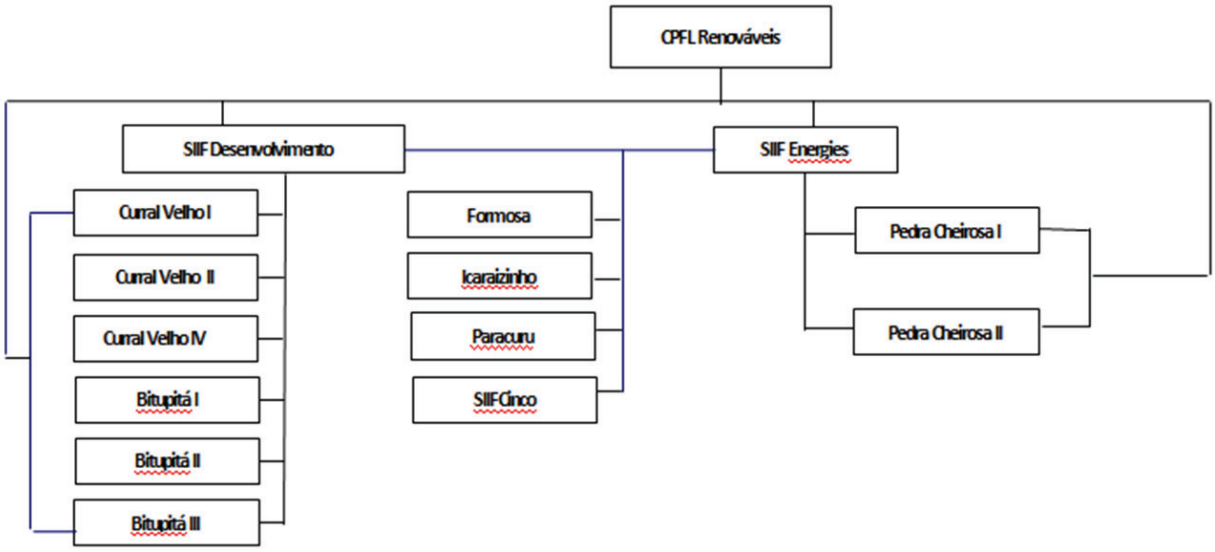
e. sociedades sob controle comum.

Não há sociedades sob controle comum com o da Companhia.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Organograma societário do Grupo CPFL Renováveis:





8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Para informações relativas às nossas operações de reestruturação societária, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Usina Hidrelétrica Americana	Brasil	SP	Americana	Própria
Usina Hidrelétrica Buritis	Brasil	SP	Buritizal	Própria
Usina Hidrelétrica Chibarro	Brasil	SP	Araraquara	Própria
Usina Hidrelétrica Capão Preto	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Hidrelétrica Santana	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Hidrelétrica Três Saltos	Brasil	SP	Torrinha	Própria
Usina Hidrelétrica Eloy Chaves	Brasil	SP	Espírito Santo do Pinhal	Própria
Usina Hidrelétrica Jaguari	Brasil	SP	Pedreira	Própria
Usina Hidrelétrica Monjolinho	Brasil	SP	São Carlos	Própria
Usina Hidrelétrica Pinhal	Brasil	SP	Espírito Santo do Pinhal	Própria
Usina Hidrelétrica Socorro	Brasil	SP	Socorro	Própria
Usina Hidrelétrica Dourados	Brasil	SP	Nuporanga	Própria
Usina Hidrelétrica Esmeril	Brasil	SP	Patrocínio Paulista	Própria
Usina Hidrelétrica Gavião Peixoto	Brasil	SP	Gavião Peixoto	Própria
Usina Hidrelétrica Lençóis	Brasil	SP	Macatuba	Própria
Usina Hidrelétrica São joaquim	Brasil	SP	Guará	Própria
Usina Hidrelétrica Andorinhas	Brasil	RS	Bozano	Própria
Usina Hidrelétrica Guaporé	Brasil	RS	Guaporé	Própria
Usina Hidrelétrica Saltinho	Brasil	RS	Muitos Capões	Própria
Usina Hidrelétrica Pirapó	Brasil	MT	Nortelândia	Própria
Usina Hidrelétrica Santa Luzia	Brasil	SC	São Domingos	Própria
Usina Hidrelétrica Arvoredo	Brasil	SC	Arvoredo	Própria
Usina Hidrelétrica Barra da Paciência	Brasil	MG	Gonzaga	Própria
Usina Hidrelétrica Cocais	Brasil	MG	Antônio Dias	Própria
Usina Hidrelétrica Corrente Grande	Brasil	MG	Açucena	Própria
Usina Hidrelétrica Ninho da Águia	Brasil	MG	Delfim Moreira	Própria
Usina Hidrelétrica Paiol	Brasil	MG	Frei Inocêncio	Própria
Usina Hidrelétrica São Gonçalo	Brasil	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	Própria
Usina Hidrelétrica Varginha	Brasil	MG	Chalé	Própria
Usina Hidrelétrica Plano Alto	Brasil	SC	Xavantina	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Usina Termelétrica Baldin	Brasil	SP	Pirassununga	Própria
Usina Termelétrica Bio Formosa	Brasil	RN	Baia Formosa	Própria
Usina Termelétrica Bio Buriti	Brasil	SP	Buritizal	Própria
Usina Eólica Paracuru	Brasil	CE	Paracuru	Própria
Usina Eólica Icaraizinho	Brasil	CE	Amontada	Própria
Usina Eólica Praia Formosa	Brasil	CE	Camocim	Própria
Usina Eólica Foz do Rio Choró	Brasil	CE	Beberibe	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca "ERSA" – nº 829224360	Brasil	Registro válido até 22/12/2019	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Marca “ERSA” - nº 829238344	Brasil	Registro válido até 03/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.
Marcas	Marca “CPFL Bioenergia” – nº 830290052	Brasil	10 anos a contar da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca “CPFL Bioenergia” – nº 830291881	Brasil	10 anos a contar da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.
Marcas	Marca “CPFL RENOVÁVEIS” – nº 904753301	Brasil	10 anos a contar da concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Atlântica I Parque Eólico S.A.	12.773.558/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	11.586.000,00
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

Atlântica II Parque Eólico S.A.	12.963.869/0001-10	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	11.496.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

Atlântica IV Parque Eólico S.A.	12.981.225/0001-55	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	11.296.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	12.709.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Bitupita I Energia S.A.	10.920.876/0001-00	-	Controlada	Brasil	PI	Luís Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Bitupita II Energia S.A.	10.920.997/0001-51	-	Controlada	Brasil	PI	Luís Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Bitupita III Energia S.A.	10.920.941/0001-05	-	Controlada	Brasil	PI	Luís Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	250.305.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
BVP S.A.	08.973.545/0001-96	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	195.546.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.	10.797.890/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	14.259.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A	10.797.891/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	14.169.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	173.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	14.781.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Campos dos Ventos II Energias Renováveis S.A.	10.797.889/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	13.840.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	135.674.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Buriti S.A.	11.631.681/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	142.720.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Formosa S.A.	11.352.989/0001-19	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	119.837.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Ipê S.A.	11.631.679/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	28.567.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	193.409.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica, manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e holdings de instituição não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	44.956.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	17.849.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Curral Velho I Energia S.A.	10.920.640/0001-73	-	Controlada	Brasil	PI	Luís Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Curral velho II Energia S.A.	10.920.707/0001-70	-	Controlada	Brasil	PI	Luis Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-16.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Curral Velho IV Energia	10.920.755/0001-68	-	Controlada	Brasil	PI	Luís Correia	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-14.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.529/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	89.910.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	13.689.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	69.874.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	27.056.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	159.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	41.170.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Jantus S.L.	08.542.501/0001-01	-	Coligada	Espanha		Madri	A gestão e administração de valores representativos dos fundos próprios de sociedades e outras entidades.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	0,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	54.988.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Lacenas Participações Ltda.	14.205.729/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	43.244.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	81.777.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-10.545.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	443.970.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	689.546.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	10.883.378/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e distribuição de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-13.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	10.883.587/0001-88	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, distribuição de energia elétrica e outras sociedades de participação, exceto holdings.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-15.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	10.797.899/0001-79	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	154.208.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	10.797.908/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	134.179.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	10.797.910/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	133.913.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	10.797.907/0001-87	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	138.084.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	10.797.909/0001-76	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	138.055.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda	10.797.906/0001-32	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	137.950.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	109.592.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	8.378.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	7.750.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	7.827.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	8.148.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	23.560.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras e atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	-29.216.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica, comércio atacadista de energia elétrica, transmissão de energia elétrica, distribuição de energia elétrica, holdings de instituições não-financeiras.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	271.189.000,00
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	13.426.000,00
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	40.430.000,00
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2013	54.777.000,00

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	295.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	59.186.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	26.298.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	26.151.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	15.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	2.574.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	7.543.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	492.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	24.081.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	50.707.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	95,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	13.285.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia.	90,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	863.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE CPFL Solar 1 Energia S.A.	12.620.297/0001-77	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	159.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	90,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	379.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	238.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	1.197.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	13.079.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	13.678.000,00		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	6.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	43.742.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	36.473.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	13.509.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	1.818.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	27.586.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	88.520.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	6.261.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	35.568.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	933.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não-financeiras.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	305.231.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	22.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holdings de instituições não financeiras.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	22.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	31.466.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	30.746.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.	13.329.931/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	8.381.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.	13.330.011/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica.	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/03/2013	8.163.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Viabilização e concretização das nossas atividades fins.								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 9 do Formulário de Referência

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho.

Conforme melhor detalhado nos itens 10.4a e 10.4b deste Formulário de Referência, a Companhia foi objeto da reestruturação descrita no item 10.3.b deste Formulário de Referência e concluída em 24 de agosto de 2011. As empresas Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A. ("ERSA"), CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") contribuíram seus ativos em energias renováveis nesta associação.

Na operação CPFL Geração e CPFL Brasil, como únicas acionistas da Smita Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), realizaram aporte de capital na referida sociedade, a fim de transferir para a SMITA a totalidade de suas participações societárias detidas em SPEs de energia renovável. A CPFL Geração e CPFL Brasil contribuíram suas participações na SMITA para a ERSA, mediante a emissão de novas ações da ERSA. Concomitantemente a essa contribuição, a SMITA foi incorporada pela ERSA e, em 24 de agosto de 2011, o Conselho de Administração e os acionistas da ERSA aprovaram a mudança da denominação da ERSA para CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia").

O tratamento contábil desta reestruturação resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 e IFRS 3 (R), uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração e CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na "forma", tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente a maior parte das ações ordinárias com poder de voto da ERSA, passando a controlar de fato essa sociedade. Como resultado, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considera-se, para efeitos contábeis, a SMITA como adquirente econômica.

Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis para os períodos comparativos devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3 de janeiro de 2011, esta não tem demonstrações financeiras consolidadas para períodos anteriores, e, consequentemente, não possui informações a serem comparadas anteriormente a esta data.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver suas atividades e para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individual e consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R$64.968 e R$195.916, respectivamente, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo incorrido para financiar o início das obras de construções das suas usinas eólicas. Durante o ano de 2012 e o período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, através da captação de recursos de curto prazo, por meio da emissão de notas promissórias com o Banco do Brasil S.A., que por sua vez serão quitadas com o desembolso do BNDES do financiamento de longo prazo dos projetos mencionados. Em 2 de abril de 2013, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$263.700, na modalidade empréstimo ponte de curto prazo, que serão destinados para as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano. A Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES e aguarda os trâmites de aprovação. Em 21 de junho de 2013, as diretorias das companhias Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V aprovaram nova emissão de notas promissórias, com a finalidade de alongar o prazo de vencimento das notas promissórias anteriormente emitidas, enquanto aguarda-se a aprovação do financiamento do BNDES.

A Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as operações de suas controladas serão conduzidas normalmente considerando os contratos de concessão e os contratos de venda de energia celebrados no âmbito do CCEAR, descritos abaixo:

SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R$/MWh)	Índice de reajuste	Mês de reajuste	Mês e ano do início	Prazo (em anos)
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica IV.....	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica V.....	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R$49.096.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou capital circulante líquido consolidado positivo no montante de R$286.990.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de março de 2013 a Companhia encerrou o período com uma estrutura de capital representada por 62,7% de recursos de terceiros (passivo) e 37,3% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido), devido ao aumento do endividamento para os investimentos do período.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encerrou o exercício com uma estrutura de capital representada por 62,5% de recursos de terceiros (passivo) e 37,5% de recursos dos acionistas (patrimônio líquido), devido ao aumento do endividamento para as aquisições no ano de 2012.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia encerrou o exercício com uma estrutura de capital representada por 49,2% de recursos de terceiros (passivo) e 50,8% de recursos de acionistas (patrimônio líquido), decorrente dos aportes de capital realizados pelo Grupo CPFL na reestruturação societária ocorrida durante o exercício.

A Diretoria entende que a Companhia mantém uma adequada estrutura de capital, mensurada principalmente pela dívida líquida sobre o passivo total, e considerando-se que a construção dos nossos projetos é financiada com empréstimos de longo prazo.

Devemos passar por um processo de desalavancagem através da geração de caixa operacional à medida que nossa capacidade instalada aumentar.

i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável em razão da Companhia não possuir ações resgatáveis.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Em 31 de março de 2013, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um déficit (excedente de passivo circulante em relação ao ativo circulante) de R$195,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um déficit (excedente de passivo circulante em relação ao ativo circulante) de R$49,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital de giro líquido da Companhia apresentou um superávit (excedente de ativos circulante em relação ao passivo circulante) de R$287,0 milhões.

Considerando a posição atual de caixa da Companhia, a geração de caixa proveniente de seus projetos e a possibilidade de obtenção de recursos no mercado financeiro, a Diretoria acredita ter liquidez e recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo.

Até a data deste Formulário de Referência, temos mantido a assiduidade dos pagamentos de todos os nossos compromissos, conforme esperado, e não temos apresentado qualquer sinal de falta de liquidez. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade de contratá-los e honrá-los sem comprometer o desenvolvimento dos nossos negócios.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes é via captação de empréstimos.

Para a implantação de seus projetos, a Companhia utiliza fontes de financiamento de longo prazo disponibilizadas por bancos de desenvolvimento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco do Nordeste, dentre outros. Esses financiamentos são estruturados preferencialmente na modalidade *Project Finance*. Para maiores informações acerca dos nossos contratos financeiros e do nosso endividamento, vide seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Até 31 de março de 2013, não utilizamos fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Nossa Diretoria acredita que nossa geração de caixa operacional garante nossa capacidade de pagamento da nossa dívida. Havendo eventuais necessidades de caixa no curto prazo, acreditamos poder ter acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no País.

Durante períodos apresentados, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos ou que possuam derivativos embutidos. A Companhia não tem contratos com estas características, ou similares, que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

Devido à reestruturação societária da Companhia descrita no item 10.3.b abaixo, os números aqui representados não podem ser comparados com os dos anos anteriores.

Endividamento

Contratos Financeiros

Em 31 de março de 2013 possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R$3.206,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, possuíamos contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R$3.199,0 milhões e R$1.475,1 milhões, respectivamente.

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais termos e condições dos contratos de empréstimo bancário celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2013.

As tabelas abaixo apresentam a composição de nosso endividamento nas datas indicadas:

	Consolidado						
	31/03/2013					31/12/2012	31/12/2011
	Circulante			Não Circulante			
Agente Financiador	Encargos	Principal	Total Circulante	Principal	Total	Total	Total
BNDES (a)	1.123	31.711	32.834	343.915	376.749	384.629	416.681
BNDES (b)	935	38.308	39.243	318.114	357.357	366.875	313.853
SAFRA (c)	1.195	24.750	25.945	27.500	53.445	52.546	74.948
BNDES (d)	413	11.369	11.782	109.904	121.686	124.508	136.003
Banco do Nordeste do Brasil (e)	1.147	9.924	11.071	130.871	141.942	144.252	151.712
HSBC (f)	8.213	56.000	64.213	340.467	404.680	397.523	–
Banco do Nordeste do Brasil (g)	1.337	6.596	7.933	172.417	180.350	181.924	–
Nordic Investment Bank (g)	297	7.820	8.117	73.540	81.657	82.489	–
BNDES (g)	639	20.959	21.598	192.196	213.794	218.866	–
Nota promissória (h)	3.627	230.000	233.627	–	233.627	331.538	–
BNDES (i)	1.412	1.833	3.245	70.944	74.189	71.742	–
BNDES (j)	164	8.098	8.262	57.748	66.010	68.024	76.172
BNDES (k)	8.437	35.434	43.871	583.054	626.925	616.806	291.450
BNDES (l)	14	3.271	3.285	609	3.894	4.818	8.526
BNDES (m)	185	2.266	2.451	96.618	99.069	98.048	–
BNDES (n)	164	7.399	7.563	46.366	53.929	54.413	–
BNDES (o)	402	117.062	117.464	–	117.464	–	–
BNDES	–	–	–	–	–	–	5.374
Capital de giro	–	–	–	–	–	–	424
	29.704	**612.800**	**642.504**	**2.564.263**	**3.206.767**	**3.199.001**	**1.475.143**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O cronograma de previsão de pagamento dos empréstimos e financiamentos não circulante está apresentado a seguir:

Vencimento	Consolidado
2014	196.846
2015	226.178
2016	234.216
2017	237.522
2018	250.974
2019 a 2023	995.306
2024 a 2028	413.063
2029 a 2030	10.158
Total – não circulante	**2.564.263**

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais termos e condições dos contratos de empréstimo relevantes celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2013.

a) Operação com BNDES nas controladas da PCH Holding

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R$471.484 (valor original) a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da ERSA, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca, foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R$404.105 (valor original). As demais SPEs compreendidas neste financiamento estão em fase de amortização, com o prazo de 168 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$376.749.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas – CCEIs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas).
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos principais fornecedores.

A Companhia atendeu os *covenants* em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

b) Operação com BNDES na Controladora – Biomassas

Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$398.547 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Os financiamentos possuem 2 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,87% a 1,90% ao ano e a segunda com encargos fixos de 5,5% ao ano. O prazo de amortização varia entre 96 meses e 168 meses. Em virtude de alterações de escopo dos projetos e revisões de cronograma, o montante de financiamento totalizou R$377.094, que haviam sido liberados integralmente até 31 de dezembro de 2012. Os juros iniciaram-se em janeiro de 2012, e serão pagos mensalmente, com exceção da CPFL Bio Pedra, que se iniciou em agosto de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$357.357.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (k) da nota explicativa referida acima são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Penhor de cotas (em alguns casos).
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

c) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a “International Finance Corporation – IFC”, mediante repasses do Banco Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R$63.000 na SPE Alto Irani e R$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do, CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias, na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 31 de março de 2013.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$53.445.

d) Empréstimos oriundos da Santa Luzia

Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor original de R$91.350 e de R$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Ipuaçú, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20 de julho de 2011, a carência foi prorrogada de junho de 2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorreu em 15 de janeiro de 2012. O prazo de amortização é de 143 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$121.686.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica.
- Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17 de dezembro de 2002.
- Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento.
- Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data de 100% do capital social da PCH Santa Luzia.
- Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente:

- O inadimplemento por parte dos Acionistas de suas obrigações em contratos de BNDES, sendo repasse ou direto.
- Retardamento ou paralisação de obras.
- Inexecução das obras no prazo contratual.
- Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista.
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem ou restrinja o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.
- Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia.

Para a transferência do controle da Companhia foi obtida anuência do BNDES e do Banco do Brasil, resultando na não antecipação do vencimento da divida.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R$112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012.

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross-default.

Em 31 de março de 2013, em função da obtenção do *waiver* junto ao Banco do Brasil, mencionada anteriormente, a Companhia classificou o saldo de R$112.747 no passivo não circulante.

e) Empréstimos oriundos da Jantus

Em 2008, as controladas da Jantus assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com encargos fixos de 9,50% a 10,00% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em 2028. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$141.942.

Antes da liberação desses recursos, as controladas da Jantus incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais garantias dessas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R$56.663 (valor original) garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.
- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás.
- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- Ações das controladas de propriedade da Jantus.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$16.911 conforme *covenant* de financiamento.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

f) Operação com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. na controlada T-15 Energia S.A (T-15)

Em junho de 2012, foi realizada operação de captação de recursos com o Banco HSBC para aquisição do negócio Bons Ventos, utilizando como empresa veículo a nova controlada T-15, constituída para essa finalidade. O Banco HSBC subscreveu 2.927.994.471 ações preferenciais resgatáveis de emissão da T-15, integralizando R$400.000 em caixa.

As ações preferenciais de emissão da T-15 possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de junho de 2013 até junho de 2020.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,5% ao ano.

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos por 3 períodos consecutivos ou 5 períodos durante a vigência do contrato, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção de 1,01 ordinária para cada 1,00 preferencial.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco HSBC.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs controladas pela T-15, a qual foi cumprida até 31 de março de 2013.

A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA superior a 3,75 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$404.680.

g) Empréstimos oriundos da Bons Ventos

Em 2009 e 2010, a Bons Ventos assinou acordos de empréstimos no valor de R$198.633 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no valor de R$258.456 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e R$85.135 com o Nordic Investment Bank – NIB.

Os empréstimos com o BNDES possuem subcréditos com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,92% ao ano e em encargos fixos de 4,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022. Já os empréstimos com o BNB possuem encargos fixos de 10% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em outubro de 2029 enquanto que os empréstimos com o NIB possuem encargos baseados no IGP-M acrescido de 8,63% ao ano e vencimento em setembro de 2023.

Antes das liberações desses recursos, a Bons Ventos incorreu em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizadas pelos prazos dos contratos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No dia 20 de junho de 2012 a Companhia obteve a conclusão físico-financeira.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$475.801, sendo R$180.350 do BNB, R$213.794 do BNDES e R$81.657 do NIB.

As principais garantias e cláusulas restritivas dessas dívidas são:

- Fiança corporativa da BVP.
- Até a conclusão físico-financeira, fianças bancárias de 100% do valor da dívida.
- Penhor das ações da Bons Ventos.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas – CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas).
- Alienação fiduciária de Máquinas e Equipamentos adquiridos para o projeto.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

h) Operação de Notas Promissórias e de Capital de Giro

Em maio de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de capital de giro, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R$79.490 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento foi liquidado em julho de 2012.

Em julho de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R$320.000 (valor original) para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

Em janeiro de 2013, as controladas Alvorada e Coopcana liquidaram o financiamento com recursos provenientes do empréstimo de longo prazo firmado com o BNDES vide letra “m” dessa nota. Já as controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V liquidaram o financiamento via nova emissão de notas promissórias junto ao Banco do Brasil, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$233.627.

Em junho de 2013, as diretorias das controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V aprovaram suas terceiras emissões de notas promissórias. O financiamento, com valor de R$34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil reais) para cada controlada, servirá para alongar o prazo de vencimento das notas promissórias anteriormente emitidas, enquanto aguarda-se a aprovação do financiamento do BNDES.

i) Operação com o BNDES na controlada Salto Góes

No segundo trimestre de 2012, o BNDES aprovou a contratação de operação de financiamento no valor total de até R$85.244 (valor original) a ser utilizado no empreendimento da PCH, controlada direta, com encargos financeiros baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescida de 2,05% ao ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Até 31 de março de 2013, foi desembolsado o montante de R$69.982. O saldo remanescente, de R$15.262, deve ser liberado até setembro de 2013. O financiamento deverá ser amortizado a partir de outubro de 2013, com o prazo de 192 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$74.189.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- Não ocorrer o vencimento antecipado em nenhum contrato de financiamento em empresas do mesmo grupo econômico.
- A CPFL Energias Renováveis S.A. é devedora solidária.
- Penhor das ações da Salto Góes Energia S.A. detidas pela CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias no Ambiente Regulado – CCEARs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas).
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

j) Operação com o BNDES na controlada Bioenergia

Refere-se a empréstimos contraídos pela controlada CPFL Bioenergia S.A. com o Banco Itaú BBA S.A. nas modalidades BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,90% ao ano e amortização mensal até maio de 2023 e BNDES FINAME com encargos pré-fixados à taxa de 4,50% ao ano e amortização mensal até novembro de 2019. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$66.010.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES ou com o Itaú por qualquer empresa do grupo econômico.
- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

k) Operação com BNDES no Complexo Santa Clara

Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$574.098, (valor original) na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas diretas Santa Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP acrescida de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses.

Até 31 de março de 2013, foi liberado o montante de R$572.858. O saldo remanescente, de R$1.240, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária entre o grupo CPFL e ERSA, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$626.925.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

l) Outros empréstimos e financiamentos

Referem-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil S.A., na modalidade BNDES FINEM, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 3,10% e 4,30% ao ano, respectivamente, e amortização mensal até novembro de 2013 e junho de 2014, respectivamente. Tais empréstimos foram contraídos para a repotencialização das PCHs Capão Preto, Chibarro e Gavião Peixoto. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$3.894, sendo R$3.054 contraídos com o Itaú e R$840 contraídos com o Banco do Brasil.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES, seja por repasse ou direto, por qualquer empresa do grupo econômico.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

m) Operação junto ao BNDES das controladas Bio Alvorada Bio Coopcana

Em 2012 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$209.000 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana. Os financiamentos possuem 3 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,02% ao ano, a segunda com encargos fixos de 2,5% ao ano e na terceira incorre a TJLP. O prazo de amortização varia entre 108 meses e 192 meses. Até 31 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R$98.000. O saldo remanescente, de R$111.000, deve ser liberado até novembro de 2013. A amortização de principal e juros iniciará em janeiro de 2014 e será mensal. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$99.069.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de Ações da CPFL Renováveis S.A.
- Penhor de Ações da Controlada
- Conta Reserva
- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Fiança da Corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

n) Operação junto ao BNDES na controlada Lacenas

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação da operação de financiamento no valor original de R$73.769, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,15% ao ano, utilizado na expansão da cogeração de energia a partir da biomassa. Os valores liberados foram 100% desembolsados. A primeira amortização ocorreu em 15 de maio de 2010 e o prazo de amortização é de 120 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$53.929.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao financiamento descrito estão sob negociação junto ao BNDES pois se referem ao acionista anterior, Usina Açucareira Ester S.A. conforme abaixo:

- Hipoteca de imóveis rurais avaliados em R$39.175

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos

- Penhor de Ações da Controlada

- Fiança corporativa da Anhumas S.A. e Companhia Agrícola Nogueirapis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

o) Operação com BNDES no Complexo Macacos

Em 2012, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R$175.476, na modalidade Empréstimo Ponte, que serão destinados para as controladas diretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano, com amortização no vencimento em abril de 2014.

Até 31 de março de 2013, foi liberado o montante de R$115.616. O saldo remanescente, de R$59.860, deve ser liberado até março de 2014. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R$117.464.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos

- Fiança corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.

- Penhor de Ações das controladas

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

Debêntures

	Consolidado						
	31/03/2013					31/12/2012	31/12/2011
	Circulante Encargos	Principal	Total Circulante	Não circulante Principal	Total	Total	Total
Debêntures conversíveis FDNE – SUDENE (i)	2.179	33.950	36.129	503.594	539.723	531.846	533.884
(-) Custos de captação	–	–	–	(15.166)	(15.166)	(15.539)	(17.074)
Debêntures CPFL Renováveis (ii)	12.683	–	12.683	430.000	442.683	433.761	–
(-) Custos de captação	–	–	–	(2.965)	(2.965)	(3.079)	–
Debêntures PCH Holding 2 (iii)	–	–	–	178.391	178.391	174.895	–
(-) Custos de captação	–	–	–	(1.904)	(1.904)	(1.927)	–
	14.862	**33.950**	**48.812**	**1.091.950**	**1.140.762**	**1.119.957**	**516.810**

Vencimento	Consolidado
2014	33.596
2015	83.995
2016	85.297
2017	85.297
2018	106.797
2019 a 2023	549.373
2024 a 2028	147.595
Total – não circulante	**1.091.950**

i) Debêntures conversíveis das SPEs Eólica Paracuru, Eólica Icaraizinho, SIIF Cinco e Eólica Formosa:

As SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescida de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R$17.320, que foram consideradas como custos de captação e contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, sendo amortizadas pelo prazo do contrato.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2029.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R$129.510 à SUDENE.
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas.
- A Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R$21.746.

Processo de conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Siif Energies deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

As controladas da Siif Energies são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

- Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.

- Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.

- Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB.

A Companhia atendeu os *covenants* em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Conforme análise da Administração, as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE, e, consequentemente, não deveriam ser separadas do contrato principal.

ii) Debêntures da PCH Holding 2:

Em janeiro de 2012, a PCH Holding 2 S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$158,2 milhões com vencimento em 2023, para financiar a aquisição da PCH Santa Luzia. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI – Depósito Interbancário, acrescidos de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, que serão pagos mensalmente a partir de junho de 2015. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo inicio ocorrerá em junho de 2015 e o término em junho de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R$2,2 milhões, que foram consideradas como custos de captação contabilizadas como redutora no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

Abaixo seguem as principais características das debêntures:

Garantidora: as Debêntures são garantidas pela CPFL Energias Renováveis S.A. ("Garantidora"), responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.

Prazo: as Debêntures têm prazo de vigência de onze anos e seis meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de junho de 2023 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.

Amortização: há um período de carência de 42 meses contados da Data de Emissão.

Remuneração: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de vencimento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resgate Antecipado: a partir do 42º mês contado da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas antecipadamente ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma: (i) por meio de comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos debenturistas com antecedência de dez dias úteis da data prevista para o Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) a data para o resgate integral das Debêntures e o efetivo pagamento aos debenturistas; (b) menção ao preço de resgate, conforme abaixo definido; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e (ii) o Resgate Antecipado será feito pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, acrescido de um prêmio fixo sobre o valor resgatado de acordo com os seguintes percentuais ("Prêmio de Resgate"):

Mês Decorrido	Percentual do Prêmio
42	1,05%
48	1,0%
54	0,95%
60	0,90%
66	0,85%
72	0,80%
78	0,75%
84	0,70%
90	0,65%
96	0,60%
102	0,55%
108	0,50%
114	0,40%
120	0,30%
126	0,20%
132	0,10%
138	0,05%
144	0,00%

Vencimento Antecipado: as Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão deverão ser consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento: (a) se a Emissora e/ou a Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou a Garantidora, inclusive no exterior, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com os Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas, pelos Debenturistas, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Emissora e/ou Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou Garantidora, inclusive no exterior, exceto se tal rescisão for por comum acordo entre as partes; (b) se a Emissora e/ou a Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou a Garantidora, inclusive no exterior, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade em valor individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Emissora e/ou da Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou Garantidora, inclusive no exterior; (c) alteração do atual controle da Emissora ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures; (d) liquidação e/ou dissolução da Emissora e/ou da Garantidora e/ou a cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, sem que haja a prévia anuência dos Debenturistas; (e) realização de redução de capital social da Emissora e/ou Garantidora, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (f) proposta pela Emissora e/ou Garantidora, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora e/ou Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou Garantidora; (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor individual

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ou agregado, superior a R$50.000.000,00, salvo se, no prazo de 30 dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) foi concedida liminar de sustação de protesto; (h) falta de cumprimento pela Emissora e/ou Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada em 30 dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora e/ou Garantidora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, no prazo de 30 dias corridos; (j) não pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas na Escritura de Emissão; (k) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora e/ou pela Garantidora caso a Emissora e/ou a Garantidora estejam inadimplentes com as suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão; (l) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R$50.000.000,00, ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 dias corridos da data estipulada para pagamento; (m) não observância pela Emissora e/ou pela Garantidora por dois semestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras consolidadas dos doze últimos meses, ao final de cada semestre, em até 15 dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures ("Índices Financeiros"): (i) índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 80%. O índice é calculado como a razão entre o total de dívida dividido pela somatória de dívida e patrimônio líquido; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidada ("ICSD") com caixa acumulado maior ou igual 1,15x. Entende-se que o ICSD corresponde ao EBITDA menos impostos, menos variação do capital de giro, mais caixa, dividido pela despesa financeira bruta, mais amortização de principal do período. (n) transformação da Emissora e/ou da Garantidora em sociedade limitada; ou (o) perda ou cassação, por qualquer motivo, das concessões, permissões ou autorizações da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de uma ou mais de suas subsidiárias.

Garantia Fideijussória: como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias das Debêntures, a Garantidora prestou fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), estes representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, por meio de um Instrumento Particular de Fiança celebrado em 20 de dezembro de 2011.

iii) Debêntures da Companhia

Em maio de 2012, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$430 milhões com vencimento em 2022, para aquisição de ativos e investimento em projetos em andamento. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI – Depósito Interbancário, acrescidos de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de novembro de 2012. A amortização do principal será paga em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo inicio ocorrerá em maio de 2015 e o término em maio de 2023.

Abaixo seguem as principais características das debêntures:

Garantia Real: As Debêntures serão garantidas por (i) cessão fiduciária da totalidade (100%) dos dividendos que venham a ser declarados pela PCH Holding S.A. ("PCH Holding"), empresa controladora das empresas SPE Aiuruoca Energia S.A., SPE Arvoredo Energia S.A., SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Cocais Grande Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., SPE Varginha Energia S.A. e SPE Ninho de Águia Energia S.A. (em conjunto "Subsidiárias da PCH Holding"); (ii) cessão fiduciária da totalidade (100%) dos dividendos que venham a ser declarados pela BVP S.A. ("BVP"), empresa controladora da Bons Ventos Geradora de Energia S.A., titular do complexo eólico Bons Ventos (EOL Taíba Albatroz, EOL Canoa Quebrada, EOL Bons Ventos e EOL Enacel) ("Subsidiária da BVP"); e (iii) cessão fiduciária de conta(s)-corrente(s) vinculadas pelas quais deverão circular a totalidade dos dividendos pagos pela PCH Holding S.A. e pela BVP S.A., nos termos definidos na escritura de emissão, conforme o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária") ("Garantia Real").

Prazo: as Debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos contados da data de emissão, qual seja 21 de maio de 2012 ("Data de Emissão"), vencendo-se, portanto, em 21 de maio de 2023 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.

Amortização: há um período de carência de 36 meses contados da Data de Emissão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Remuneração: a remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ("*spread*") de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Resgate Antecipado: A partir da Data de Emissão e mediante comunicação prévia por escrito aos titulares das Debêntures de 15 (quinze) dias úteis da data do evento, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures.

Vencimento Antecipado: as Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão deverão ser consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento: (a) vencimento antecipado ou inadimplemento pela Emissora ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), apenas para a hipótese de inadimplemento; (b) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, exceto se previa e expressamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (c) realização de redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; (d) proposta pela Emissora, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora; (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou suas subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou suas subsidiárias que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado, ou (iii) foram prestadas garantias em juízo; (f) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (g) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou suas subsidiárias e não devidamente elidido pela Emissora e/ou suas subsidiárias no prazo de 15 (quinze) dias corridos; (h) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contados da data devida; (i) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão; (j) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor agregado igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da data estipulada para pagamento; (k) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora referentes a um período de 12 (doze) últimos meses, ao final de cada ano, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures ("Índices Financeiros"): (l) transformação da Emissora em sociedade limitada; (m) perda, não renovação ou cassação, por qualquer motivo, das concessões, permissões e/ou autorizações de uma ou mais subsidiárias da Emissora que represente mais de 10% (dez por cento) da receita liquida anual consolidada da Emissora; (n) caso a Garantia Real prevista na cláusula 4.16 da Escritura de Emissão venha a se tornar ineficaz ou inexequível, e tal ineficácia ou inexequibilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) dias úteis da sua ocorrência ou a Garantia Real não seja reforçada, observado que tal reforço deverá ser previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (o) contração de novas dívidas pelas Subsidiárias da PCH Holding em montante que ultrapasse individualmente R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (p) não manutenção de controle acionário das Subsidiárias da PCH Holding pela Emissora; e (q) não manutenção do controle acionário da Emissora pela CPFL Energia S.A., sendo que a CPFL Energia S.A. deverá deter pelo menos 50% + 1 ação de controle da Emissora.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES na modalidade FINEM em 2010 no montante de R$574,1 milhões, destinados para as controladas diretas Santa Clara I a VI e Eurus V, utilizamos até o momento R$572,9 milhões. O saldo remanescente, de R$1,2 milhões, deve ser liberado até abril de 2013.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2012 no montante de R$85,2 milhões, destinados à controlada direta Salto Góes, utilizamos até o momento R$70,0 milhões. O saldo remanescente, de R$15,3 milhões, deve ser liberado até setembro de 2013.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2012 no montante de R$209,0 milhões, destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana, utilizamos até o momento R$98,0 milhões. O saldo remanescente, de R$111,0 milhões, deve ser liberado até novembro de 2013.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 2012 no montante de R$175,5 milhões, destinados às controladas diretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, utilizamos até o momento R$115,6 milhões. O saldo remanescente, de R$59,9 milhões, deve ser liberado até março de 2014.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios e períodos indicados.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R$, exceto porcentagens)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	806,4	100%	171,9	100%	369%
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(387,8)	(48%)	(45,7)	(27%)	749%
LUCRO BRUTO	418,6	52%	126,2	73%	232%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(84,5)	(10%)	(54,4)	(32%)	55%
Remuneração dos administradores	(6,0)	(1%)	(6,0)	(3%)	–
Depreciação e amortização	(2,0)	(0%)	(0,3)	(0%)	567%
Amortização do direito de exploração	(111,0)	(14%)	(18,9)	(11%)	487%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	0,7	0%	(100%)
Total	**(203,5)**	**(25%)**	**(78,9)**	**(46%)**	**158%**
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	215,1	27%	47,3	28%	355%
Receitas financeiras	56,5	7%	57,0	33%	(1%)
Despesas financeiras	(254,1)	(32%)	(34,8)	(20%)	630%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17,5	2%	69,5	40%	(75%)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(36,2)	(4%)	(5,7)	(3%)	535%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	27,0	3%	7,1	4%	280%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8,3	1%	70,9	41%	(88%)

A receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi R$806,4 milhões, representando um crescimento de 369% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aquisição da Jantus, em dezembro de 2011, de forma que houve somente reconhecimento de 1 mês de receita dessa controlada em 2011, enquanto que em 2012 foram reconhecidos 12 meses;
- Aquisição da Santa Luzia em dezembro de 2011, de forma que não foi reconhecida receita desta controlada em 2011, enquanto em 2012 foi reconhecida receita nos 12 meses;
- Aquisição da Bons Ventos em junho de 2012, de forma que foi reconhecida receita somente de 7 meses em 2012;
- Entrada em operação do Complexo Santa Clara em julho de 2012, Bio Pedra em maio de 2012 e Bio Ipê em maio de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O custo de geração de energia elétrica no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R$387,8 milhões, representando um crescimento de 749% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento decorre da apropriação dos custos das controladas adquiridas e que iniciaram suas operações, conforme descrito anteriormente.

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R$418,6 milhões, contra um lucro bruto de R$126,2 milhões apresentado no exercício social anterior, representando um crescimento de 232%.

As (despesas) receitas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foram R$203,5 milhões de despesas, representando um crescimento de 158% em relação ao exercício anterior. Esse incremento decorre, principalmente, da amortização dos direitos de exploração das controladas adquiridas ao longo de 2012 e 2011, sendo elas: Jantus a partir de dezembro de 2011, Santa Luzia a partir de janeiro de 2012, Bons Ventos a partir de junho de 2012 e Lacenas a partir de outubro de 2012.

O lucro operacional antes dos efeitos financeiros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi R$215,1 milhões e de R$47,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um crescimento de 355%.

As receitas financeiras mantiveram-se substancialmente estáveis, sendo R$56,5 milhões e R$57,0 milhões em 2012 e 2011, respectivamente, representadas, substancialmente, por rendimento de aplicações financeiras.

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R$254,1 milhões, representando um incremento de 630% em relação a 2011. Esse incremento decorre principalmente pelos seguintes motivos:

- Assunção das dívidas das seguintes controladas adquiridas: Jantus a partir de dezembro de 2011, Santa Luzia a partir de janeiro de 2012, Bons Ventos a partir de junho de 2012 e Lacenas a partir de outubro de 2012;
- Obtenção de financiamentos para a aquisição da Bons Ventos;
- Emissão de debêntures para a aquisição da Santa Luzia;
- Liberações de financiamentos para a conclusão da construção do Complexo Santa Clara, Bio Pedra, Bio Ipê, dentre outras.

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi R$17,5 milhões e de R$69,5 milhões em 31 de dezembro de 2011.

O imposto de renda e a contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R$9,2 milhões negativos, já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 foi R$1,4 milhões positivos.

O lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 foi R$8,3 milhões e de R$70,9 milhões em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012

	31/03/2013	AV%	31/03/2012	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R$, exceto porcentagens)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	229,0	100%	134,7	100%	70%
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(129,9)	(57%)	(69,0)	(51%)	88%
LUCRO BRUTO	99,1	43%	65,7	49%	51%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(9,4)	(4%)	(9,9)	(7%)	(5%)
Remuneração dos administradores	(1,5)	(1%)	(1,8)	(1%)	(17%)
Depreciação e amortização	(0,6)	(0%)	(0,1)	(0%)	500%
Amortização do direito de exploração	(32,0)	(14%)	(21,8)	(16%)	47%
Total	**(43,5)**	**(19%)**	**(33,6)**	**(25%)**	**29%**
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	55,6	24%	32,1	24%	73%
Receitas financeiras	9,6	4%	14,2	11%	(32%)
Despesas financeiras	(75,2)	(33%)	(36,8)	(27%)	104%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(10,0)	(4%)	9,5	7%	(205%)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(10,6)	(5%)	(6,7)	(5%)	58%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	5,5	2%	8,4	6%	(35%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(15,1)	(7%)	11,2	8%	(235%)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita operacional líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi R$229,0 milhões, representando um crescimento de 70% em relação ao mesmo período de 2012. Esse crescimento decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aquisição da Bons Ventos em junho de 2012, de forma que foi reconhecida receita somente de 3 meses em 2013;
- Entrada em operação do Complexo Santa Clara em julho de 2012, Bio Pedra em maio de 2012, Salto Góes em dezembro de 2012 e Bio Ipê em maio de 2012.

O custo de geração de energia elétrica no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi de R$129,9 milhões, representando um crescimento de 88% em relação ao período anterior. Esse crescimento decorre da apropriação dos custos das controladas adquiridas e que iniciaram suas operações, conforme descrito anteriormente e da compra de energia no PLD – Preço de Liquidação das Diferenças devido a Companhia e determinadas controladas participam do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro trimestre de 2013, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD – Preço de Liquidação das Diferenças, resultando em um custo elevado de compra de energia em comparação ao mesmo período findo em 31 de março de 2012.

O lucro bruto no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi de R$99,1 milhões, contra um lucro bruto de R$65,7 milhões apresentado no mesmo período de três meses findo no ano anterior, representando um crescimento de 51%.

As (despesas) receitas operacionais no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foram R$43,5 milhões de despesas, representando um crescimento de 29% em relação ao período anterior. Esse incremento decorre, principalmente, da amortização dos direitos de exploração das controladas adquiridas ao longo de 2012, sendo elas: Bons Ventos a partir de junho de 2012 e Lacenas a partir de outubro de 2012.

O lucro operacional antes dos efeitos financeiros no período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi R$55,6 milhões e de R$32,1 milhões em 31 de março de 2012, representando um crescimento de 73%.

As receitas financeiras reduziram-se em 32%, sendo R$9,6 milhões e R$14,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente, representadas, substancialmente, por rendimento de aplicações financeiras.

As despesas financeiras no período de três meses findo em 31 de março de 2013 totalizaram R$75,2 milhões, representando um incremento de 104% em relação a 2012. Esse incremento decorre principalmente dos seguintes motivos:

- Assunção das dívidas das seguintes controladas adquiridas: Bons Ventos a partir de junho de 2012 e Lacenas a partir de outubro de 2012;
- Obtenção de financiamentos para a aquisição da Bons Ventos;
- Liberações de financiamentos para a conclusão da construção do Complexo Santa Clara, Bio Pedra, Salto Góes, Bio Ipê, dentre outras.

O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social no período de três meses findos em 31 de março de 2013 e 2012 foi de R$(10,0) milhões e de R$9,5 milhões, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2013 totalizaram R$5,1 milhões negativos, já no período de três meses findo em 31 de março de 2012 foi de R$1,7 milhões positivos.

O lucro (prejuízo) líquido do período de três meses findo em 31 de março de 2013 foi R$(15,1) milhões e de R$11,2 milhões em 31 de março de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

	31/12/2012	AV%	31/12/2011	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R$, exceto porcentagens)				
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	640,1	7%	651,6	10%	(2%)
Títulos e valores mobiliários	2,2	0%	1,9	0%	16%
Contas a receber de clientes	170,9	2%	74,4	1%	130%
Despesas antecipadas de projetos	–	–	1,1	0%	(100%)
Adiantamentos a fornecedores	11,1	0%	20,6	0%	(46%)
Impostos a recuperar	53,3	1%	47,4	1%	12%
Outros créditos	10,7	0%	12,7	0%	(16%)
Total do circulante	**888,3**	**10%**	**809,7**	**13%**	**10%**
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	0,2	0%	–	–	N/A
Aplicações financeiras vinculadas	121,4	1%	72,1	1%	68%
Outros créditos	87,3	1%	90,0	1%	(3%)
Impostos diferidos	11,5	0%	7,3	0%	58%
Impostos a recuperar	38,0	0%	47,4	1%	(20%)
Partes relacionadas	3,4	0%	–	–	N/A
Imobilizado	4.634,3	53%	3.118,5	48%	49%
Intangível	3.022,2	34%	2.331,5	36%	30%
Total do não circulante	**7.918,3**	**90%**	**5.666,8**	**87%**	**40%**
TOTAL DO ATIVO	**8.806,6**	**100%**	**6.476,5**	**100%**	**36%**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011.

	31/12/2012	AV%	31/12/2011	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R$, exceto porcentagens)				
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	713,9	8%	118,8	2%	501%
Debêntures	39,0	0%	30,6	0%	27%
Fornecedores	76,1	1%	57,5	1%	32%
Dividendos a pagar	4,0	0%	4,4	0%	(9%)
Contas a pagar de aquisições	11,4	0%	174,1	3%	(93%)
Obrigações trabalhistas	4,8	0%	11,0	0%	(56%)
Obrigações tributárias	44,3	1%	22,5	0%	97%
Adiantamentos de clientes	14,6	0%	68,1	1%	(79%)
Provisão para custos socioambientais	9,3	0%	3,8	0%	145%
Outros passivos	19,9	0%	31,7	0%	(37%)
Total do circulante	**937,3**	**11%**	**522,5**	**8%**	**79%**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.485,1	28%	1.356,3	21%	83%
Debêntures	1.080,9	12%	486,2	8%	122%
Fornecedores	4,5	0%	–	–	N/A
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	46,2	1%	79,3	1%	(42%)
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	24,9	0%	15,0	0%	66%
Impostos diferidos	926,1	11%	728,8	11%	27%
Outros passivos	0,6	0%	1,3	0%	(54%)
Total do não circulante	**4.568,3**	**52%**	**2.666,9**	**41%**	**71%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital integralizado	2.675,7	30%	2.675,7	41%	–
Reservas de capital	529,0	6%	533,8	8%	(1%)
Reservas de lucros	32,7	0%	21,6	0%	51%
Ajuste de avaliação patrimonial	53,4	1%	55,9	1%	(4%)
Participação de não controladores	10,4	0%	–	–	N/A
Total do patrimônio líquido	**3.301,2**	**37%**	**3.287,0**	**51%**	**0%**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.806,8**	**100%**	**6.476,4**	**100%**	**36%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 10%, passando de R$809,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$888,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

a) o caixa e equivalentes de caixa permaneceu substancialmente estável durante o exercício, mantendo-se em R$651,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 e em R$640,1 milhões em 31 de dezembro de 2012;

b) aumento de 130% de contas a receber de clientes, de R$74,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$170,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente, em decorrência da maior quantidade de usinas em operação e do regime favorável de ventos para as eólicas inseridas no âmbito do PROINFA.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 40%, passando de R$5.666,5 em 31 de dezembro de 2011 para R$7.918,3 em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

a) aumento de 68% em aplicações financeiras vinculadas, de R$72,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência, principalmente, do reconhecimento das aplicações financeiras vinculadas da adquirida Bons Ventos em 2012;

b) Aumento de 49% em imobilizado, de R$3.118,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$4.634,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência dos seguintes fatores: (i) aquisição das controladas Bons Ventos, Atlântica e Lacenas em 2012 e (ii) construção de diversos ativos de geração ao longo do exercício de 2012, como por exemplo: Complexo Santa Clara, Salto Góes, Coopcana, Alvorada, Bio Ipê e Bio Pedra;

c) Aumento de 30% em intangível, de R$2.331,5 em 31 de dezembro de 2011 para R$3.022,2 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência da aquisição das controladas Bons Ventos, Lacenas e Atlântica, o que gerou um incremento relevante no direito de exploração.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 79%, passando de R$522,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$937,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. As principais variações foram:

a) aumento de 501% em empréstimos e financiamentos, de R$118,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$713,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente de obtenção de empréstimos de curto prazo junto a bancos financiadores durante o período de negociação de financiamentos de longo prazo para a construção de ativos de geração e devido ao não cumprimento das cláusulas restritivas do financiamento da controlada Santa Luzia, o que ocasionou na reclassificação dessa dívida para o curto prazo;

b) aumento de 27% em remuneração de debêntures, de R$30,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da contratação da debêntures para aquisição da PCH Santa Luzia;

c) aumento de 32% em pagamento a fornecedores, de R$57,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$76,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente de contratação de empreiteiros para a construção de ativos de geração, como por exemplo: Complexo Santa Clara, Atlântica, Bio Pedra e Bio Ipê;

d) redução de 93% em contas a pagar de projetos, de R$174,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$11,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente do pagamento pela aquisição da PCH Santa Luzia;

e) aumento de 97% em obrigações tributárias, de R$22,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$44,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente de aumento do faturamento devido à aquisição de usinas operacionais e entrada em operação de controladas, conforme mencionado acima;

f) redução de 79% em adiantamento a clientes, de R$68,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente dos abatimento dos valores adiantados pela Eletrobras na Jantus devido a maior geração desse parque no segundo semestre de 2012;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) Aumento de 145% em provisão para custos socioambientais, de R$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da remensuração dos passivos e da realização de ajuste a valor presente do saldo.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 71%, passando de R$2.666,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$4.568,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 As principais variações foram:

a) aumento de 83% em empréstimos e financiamentos, de R$1.356,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$2.485,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da assunção das dívidas das controladas adquiridas: Bons Ventos e Lacenas e obtenção de financiamentos para o pagamento da aquisição da controlada Bons Ventos e para a construção de ativos de geração, conforme mencionado acima;

b) aumento de 122% no saldo de debêntures, de R$486,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$1.080,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da contratação da debêntures para aquisição da PCH Santa Luzia e da Bons Ventos;

c) redução de 42% em custos socioambientais e desmobilização, de R$79,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$46,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, em decorrência principalmente da remensuração das provisões efetuadas;

d) aumento de 66% em riscos trabalhistas, tributários e cíveis, de R$15,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$24,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, decorrente do reconhecimento do passivo contingente na aquisição da Bons Ventos;

e) aumento de 27% em impostos diferidos, de R$728,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$926,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 em decorrência, principalmente, do reconhecimento de impostos diferidos sobre os direitos de exploração das adquiridas Bons Ventos, Lacenas e Atlânticas; e

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve uma variação de R$14,2 milhões, passando de R$3.287,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R$3.301,2 em 31 de dezembro de 2012, em decorrência da apropriação do resultado de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	31/03/2013	AV%	31/12/2012	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R$, exceto porcentagens)				
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	403,0	5%	640,1	7%	(37%)
Aplicações financeiras	5,1	0%	–	–	N/A
Títulos e valores mobiliários	2,2	0%	2,2	0%	–
Contas a receber de clientes	185,1	2%	170,9	2%	8%
Adiantamentos a fornecedores	16,3	0%	11,1	0%	47%
Impostos a recuperar	56,8	1%	53,3	1%	7%
Outros créditos	10,3	0%	10,7	0%	(4%)
Total do circulante	**678,8**	**8%**	**888,3**	**10%**	**(24%)**
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	0,2	0%	0,2	0%	–
Aplicações financeiras vinculadas	127,4	1%	121,4	1%	5%
Outros créditos	87,1	1%	87,3	1%	(0%)
Impostos diferidos	11,1	0%	11,5	0%	(3%)
Impostos a recuperar	30,0	0%	38,0	0%	(21%)
Partes relacionadas	3,4	0%	3,4	0%	–
Imobilizado	4.895,1	56%	4.634,3	53%	6%
Intangível	2.978,5	34%	3.022,2	34%	(1%)
Total do não circulante	**8.132,8**	**92%**	**7.918,3**	**90%**	**3%**
TOTAL DO ATIVO	**8.811,6**	**100%**	**8.806,6**	**100%**	**0%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	31/03/2013	AV%	31/12/2012	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R$, exceto porcentagens)				
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	642,5	7%	713,9	8%	(10%)
Debêntures	48,8	1%	39,0	0%	25%
Fornecedores	79,1	1%	76,1	1%	4%
Dividendos a pagar	4,0	0%	4,0	0%	–
Contas a pagar de aquisições	11,5	0%	11,4	0%	1%
Obrigações trabalhistas	6,4	0%	4,8	0%	33%
Obrigações tributárias	35,4	0%	44,3	1%	(20%)
Adiantamentos de clientes	19,3	0%	14,6	0%	32%
Provisão para custos socioambientais	5,7	0%	9,3	0%	(39%)
Outros passivos	21,9	0%	19,9	0%	10%
Total do circulante	**874,6**	**10%**	**937,3**	**11%**	**(7%)**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.564,3	29%	2.485,1	28%	3%
Debêntures	1.092,0	12%	1.080,9	12%	1%
Fornecedores	–	–	4,5	0%	(100%)
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	49,6	1%	46,2	1%	7%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	24,9	0%	24,9	0%	–
Impostos diferidos	919,7	10%	926,1	11%	(1%)
Outros passivos	0,6	0%	0,6	0%	–
Total do não circulante	**4.651,1**	**53%**	**4.568,3**	**52%**	**2%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital integralizado	2.675,7	30%	2.675,7	30%	–
Reservas de capital	529,0	6%	529,0	6%	–
Reservas de lucros	32,1	0%	32,7	0%	(2%)
Ajuste de avaliação patrimonial	54,0	1%	53,4	1%	1%
Prejuízo Acumulado	(15,1)	(0%)	–	–	N/A
Participação de não controladores	10,4	0%	10,4	0%	–
Total do patrimônio líquido	**3.286,1**	**37%**	**3.301,2**	**37%**	**(0%)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.811,8**	**100%**	**8.806,8**	**100%**	**0%**

Ativo Circulante

O ativo circulante reduziu 24%, passando de R$888,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$678,8 milhões em 31 de março de 2013. As principais variações foram:

a) o caixa e equivalentes de caixa reduziu 37%, de R$640,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$403 milhões em 31 de março de 2013, decorrente da necessidade de caixa para a construção dos ativos de geração das controladas Coopcana, Alvorada, Complexo Eólico Atlântica e Complexo Eólico Macacos;

b) aumento de 9% de contas a receber de clientes, de R$170,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$185,1 milhões em 31 de março de 2013, principalmente, em decorrência da entrada em operação da PCH Salto Góes e do regime favorável de ventos para as eólicas inseridas no âmbito do PROINFA.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 3%, passando de R$7.918,3 em 31 de dezembro de 2012 para R$8.132,8 em 31 de março de 2013. As principais variações foram:

a) aumento de 5% em aplicações financeiras vinculadas, de R$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$127,4 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência, principalmente, da integralização de garantias pré-existentes;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b) aumento de 6% em imobilizado, de R$4.634,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$4.895,1 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência da construção de diversos ativos de geração ao longo do primeiro trimestre de 2012, como por exemplo: Complexo Eólico Atlântica, Complexo Eólico Macacos, Coopcana e Alvorada;

c) redução de 1% em intangível, de R$3.022,2 em 31 de dezembro de 2012 para R$2.978,5 em 31 de março de 2013, em decorrência da amortização do direito de exploração das controladas operacionais adquiridas ao longo de 2012 e de 2011: Bons Ventos, Jantus, Lacenas e Santa Luzia.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante reduziu em 7%, passando de R$937,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$874,6 milhões em 31 de março de 2013. As principais variações foram:

a) redução de 10% em empréstimos e financiamentos, de R$713,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$642,5 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da obtenção de dispensa para apuração de covenants financeiros até 30 de junho de 2014 do financiamento da controlada Santa Luzia, o que ocasionou na reclassificação dessa dívida para o longo prazo;

b) aumento de 25% em debêntures, de R$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$48,8 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da incidência de juros remuneratórios com vencimento de curto prazo das debêntures já emitidas;

c) redução de 20% em obrigações tributárias, de R$44,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$35,4 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência, principalmente, do pagamento de imposto de renda e contribuição social apurado em dezembro de 2012;

d) aumento de 32% em adiantamento a clientes, de R$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$19,3 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente do recebimento antecipado de venda de energia da para CCEE e outros clientes;

e) Redução de 39% em provisão para custos socioambientais, de R$9,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$5,7 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da realização dos saldos;

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 2%, passando de R$4.568,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$4.651,1 milhões em 31 de março de 2013 As principais variações foram:

a) aumento de 3% em empréstimos e financiamentos, de R$2.485,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$2.564,3 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da reclassificação da dívida da controlada Santa Luzia, conforme mencionado acima;

b) aumento de 1% no saldo de debêntures, de R$1.080,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$1.092,0 milhões em 31 de março de 2013, em decorrência principalmente da incidência de juros remuneratórios sobre as debêntures já emitidas;

c) redução de 1% em impostos diferidos, de R$926,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$919,7 milhões em 31 de março de 2013 em decorrência da amortização do imposto diferido sobre o direito de exploração das controladas operacionais adquiridas ao longo de 2012 e de 2011: Bons Ventos, Jantus, Lacenas e Santa Luzia.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve uma redução de R$15,1 milhões, passando de R$3.301,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R$3.286,1 em 31 de março de 2013, em decorrência da apropriação do resultado do primeiro trimestre de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

	Consolidado	
	2012	**2011**
	(em milhões de reais – R$)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	234,1	(1,4)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.906,9)	(950,4)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.661,3	1.603,4
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ...	**(11,5)**	**651,6**
No início do período	651,6	–
No fim do período	640,1	651,6
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ...	**(11,5)**	**651,6**

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi de R$234,1 milhões e de R$(1,4) milhões, respectivamente. O incremento de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, a maior quantidade de controladas em operação durante o exercício de 2012.

Atividades de Investimento

A aplicação de caixa das atividades de investimento nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi de R$1.906,9 milhões e de R$950,4 milhões, respectivamente. O aumento de aplicação de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, a (i) aquisição de imobilizado para a construção de ativos de geração, como por exemplo: Complexo Santa Clara, Salto Góes, Complexo Atlântica, Coopcana, Alvorada entre outros e (ii) aquisição de controladas menos saldo líquido de caixa adquirido, como por exemplo: Jantus, Bons Ventos, Santa Luzia, Atlântica e Lacenas.

Atividades de Financiamento

A geração de caixa das atividades de financiamento nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi de R$1.661,3 milhões e de R$1603,4 milhões, respectivamente. O aumento de geração de caixa entre os exercícios refere-se, substancialmente, a (i) aumento de capital realizado na Companhia em 2011 durante a reestruturação societária entre Grupo CPFL e ERSA e (ii) obtenção de empréstimos e financiamentos e emissão de debêntures para financiar a construção de ativos de geração, conforme mencionado acima e para financiar a aquisição das controladas Bons Ventos e Santa Luzia.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012

	Consolidado	
	31/03/13	**31/03/12**
	(em milhões de reais – R$)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	76,2	83,0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(304,7)	(466,3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(8,6)	243,8
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(237,1)**	**(139,5)**
No início do período	640,1	651,6
No fim do período	403,0	512,1
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(237,1)**	**(139,5)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional nos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012 foi de R$76,2 milhões e de R$83,0 milhões, respectivamente. A geração de caixa operacional nos dois períodos manteve-se, substancialmente, estável.

Atividades de Investimento

A aplicação de caixa das atividades de investimento nos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012 foi de R$304,7 milhões e de R$466,3 milhões, respectivamente. A diminuição de aplicação de caixa entre os períodos refere-se, substancialmente, a aquisição de controladas menos saldo líquido de caixa adquirido da controlada Santa Luzia quitada no primeiro trimestre de 2012, enquanto em 2013 não houveram pagamentos de aquisições.

Atividades de Financiamento

A geração (aplicação) de caixa das atividades de financiamento nos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012 foi de R$(8,6) milhões e de R$243,8 milhões, respectivamente. A diminuição de geração de caixa entre os períodos refere-se, substancialmente, a emissão de debêntures para financiar a aquisição da controlada Santa Luzia que ocorreu em 2012, enquanto em 2013 não houve captações para pagamentos de aquisições.

Obrigações contratuais

A tabela sumariza as obrigações existentes em 31 de março de 2013.

	Vencimento por período				
	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	(em milhares de reais)				
Empréstimos e financiamentos	642.504	657.240	488.496	1.418.527	3.206.767
Debêntures	48.812	202.888	192.094	696.968	1.140.762
Arrendamento Mercantil	8.691	38.922	28.774	275.333	351.720
Contratos de construção de usinas	859.151	528.554	–	–	1.387.705
Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas	19.041	39.216	54.724	235.156	348.137
Total[1]	**1.578.199**	**1.466.820**	**764.088**	**2.625.984**	**6.435.091**

(1) Esse total é baseado nas informações existentes na data de 31 de março de 2013 e não contemplam a expectativa de juros futuros.

Em adição as informações apresentadas na tabela acima:

(a) A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R$4.308 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições em 31 de março de 2013 e não contemplam a expectativa de juros futuros.

(b) A Companhia firmou compromisso com a CPFL Comercialização Brasil referente a compra de energia em 2013 no montante de 88.804 MWh equivalente a R$10.657. Esse valor não está registrado como passivo em 31 de março de 2013 e não contempla a expectativa de juros futuros.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representa a receita operacional líquida total da Companhia, que foi de R$171,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, de R$806,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e de R$229,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, uma vez que a natureza dos serviços, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos como o ambiente regulatório são os mesmos para os diversos tipos de usinas (hidrelétrica, eólica, biomassa e solar).

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Os nossos resultados operacionais foram fortemente afetados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pela associação dos ativos da ERSA e da CPFL Energias conforme descrito no item 10.3.b abaixo. O nosso resultado operacional consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$47,3 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nosso resultado operacional foi de R$215,1 milhões, conforme mencionado no item 10.1.

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, nosso resultado operacional foi de R$55,6 milhões, conforme mencionado no item 10.1.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não houve no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ou no período de três meses findo em 31 de março de 2013 variações em nossas receitas decorrentes de modificações de preços ou taxas de câmbio. Em vista da adição das receitas advindas dos ativos de energias renováveis da CPFL Energias que foram agregados ao nosso portfólio em agosto de 2011, e dos ativos da Jantus e da BVP agregados ao nosso portfólio em dezembro de 2011 e junho de 2012, respectivamente, de entrada em operação do Complexo Santa Clara em julho de 2012, Bio Pedra e Bio Ipê em maio de 2012 e da PCH Salto Góes em dezembro de 2012, além do incremento advindo da correção de inflação de nossos contratos de venda de energia de longo prazo, nossa receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 alcançou R$171,9 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 alcançou R$806,4 milhões, e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 alcançou R$229,0 milhões.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que possuímos uma parcela relevante dos nossos custos e despesas operacionais incorrida em reais e tais custos e despesas são reajustados pela composição de diversos índices de inflação, tais como Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") e Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"). Especificamente, os custos com a folha salarial e com a terceirização de serviços, que são os mais relevantes para nossas atividades, são influenciados, respectivamente, pela variação do INPC e pela variação do IGP-M e sofreram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 aumentos advindos de tal correção.

Nosso resultado operacional e financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 não sofreu impactos relevantes de variação cambial.

A receita bruta também é afetada pela inflação, pois nossos contratos de compra e venda de energia são indexados a taxas de correção de inflação. De modo geral, somos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento dos nossos custos com inflação, tal como ocorreu ao longo dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses findos em 31 de março de 2013 em relação a todos os nossos contratos de venda de energia a longo prazo.

Os indicadores que impactam o nosso endividamento são TJLP (BNDES-FINAME), CDI, IGPM e TR (empréstimos bancários e debêntures). Atualmente não temos endividamento bancário indexado em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

A Companhia foi constituída para gerar energia elétrica a partir de fontes renováveis, atuando no desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Usinas Eólicas e Usinas Movidas a Biomassa.

Atualmente, nosso portfólio de projetos totaliza 1.153,2 MW de capacidade instalada em operação e 582,0 MW de capacidade em construção, sendo composto de 35 (trinta e cinco) PCHs em operação (326,6 MW), 15 (quinze) Parques Eólicos em operação (555,5 MW) e 18 (dezoito) Parques Eólicos em construção (482,0 MW), 6 (seis) Usinas Termelétricas a Biomassa em operação (270,0 MW) e 2 (duas) Usinas Termelétricas a Biomassa em construção (100,0 MW), um projeto de energia solar em operação (1,1 MW).

Os números acima consideram que, em 2012 a Companhia celebrou três contratos de aquisição de (i) quatro parques eólicos em construção e com sua energia já comercializada, localizados no município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, que em conjunto possuem potência instalada de 120 MW – Complexo Atlântica (conforme comunicado ao mercado de 13 de janeiro de 2012); (ii) quatro parques eólicos em operação (Taíba Albatroz, Canoa Quebrada, Bons Ventos e Enacel) no Estado do Ceará, com capacidade instalada total de 157,5 MW; e (iii) aquisição dos ativos de co-geração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada da Usina Ester, localizada no município de Cosmópolis, Estado de São Paulo e com 40MW de potencia instalada.

Ademais, os números acima também consideram a conclusão dos 7 (sete) parques eólicos do Complexo Santa Clara, no total de 188 MW. Tais parques estão aptos para gerar energia, porém aguarda-se o término da construção da ICG (Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada) para o início efetivo das operações. Apesar disto, a ANEEL criou um procedimento para que as Companhias comprovem a conclusão das obras e passem a ter direito, a partir de 01 de julho de 2012, à receita correspondente ao faturamento contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009.

Não houve alienação de qualquer ativo relevante da companhia até a data de 31 de março de 2013.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 19 de abril de 2011, a Companhia e seus acionistas celebraram um acordo de associação com a CPFL Energia por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições visando a associação de ativos e projetos de energia renovável detidos pela Companhia e pelas controladoras CPFL Energia, a saber: CPFL Geração e CPFL Brasil (a "Associação"). Esta associação inclui parques eólicos, usinas termelétricas à biomassa e pequenas centrais hidroelétricas localizadas no Brasil. Em 24 de agosto de 2011 a Associação foi concluída entre a CPFL e os atuais acionistas da ERSA, mediante a aprovação e implementação da incorporação da Smita, razão pela qual os Empreendimentos da CPFL e os Empreendimentos da ERSA passaram a ser operados pela ERSA. Nesta data, a CPFL Geração e CPFL Brasil, passaram à condição de acionistas da ERSA, mediante a emissão de 913.475.233 (novecentas e treze milhões, quatrocentas e setenta e cinco mil, duzentas e trintas e três ações novas ações ordinárias da ERSA. Por fim, a ERSA teve sua denominação social alterada para CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia").

Em julho de 2011, a Companhia assinou, por meio de uma de suas sociedades controladas, contrato de parceria com a Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda, com o objetivo de desenvolver, construir e operar uma usina termoelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), situada no município de Araporã – MG, visando a produção de energia elétrica e vapor d'água para auto-consumo da usina e a venda da energia excedente pela sociedade controlada. A potência instalada da usina será de 50MW, dos quais 18MW médios serão exportados como excedente.

Em 02 de agosto de 2011, a Companhia assinou, por meio de uma de suas sociedades controladas, contrato de parceria com a Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda. O objetivo é desenvolver, construir e operar uma usina termoelétrica ("UTE Coopcana") movida a biomassa (bagaço de cana), situada no município de São Carlos do Ivaí (PR), visando a produção de energia elétrica e vapord'água para o auto-consumo da usina e a venda da energia excedente pela sociedade controlada. A potência instalada da UTE Coopcana será de 50 MW, dos quais 18 MW médios serão exportados como excedente.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em 17 de agosto de 2011 adquirimos a pequena central hidrelétrica Santa Luzia (SC – 28,5 MW), conforme comunicado divulgado ao mercado. Em 29 de dezembro de 2011 foi concretizada a transferência de 100% das ações, pertencentes à PST Energias Renováveis e Participações, com a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). A PCH situada entre os municípios catarinenses de São Domingos e Iguaçu tem energia assegurada de 18,4 MW médios e toda a energia gerada por ela foi vendida por contratos de longo prazo. A unidade entrou em operação em julho de 2011 e passa a integrar o portfólio da nossa Companhia.

Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia concluiu a aquisição da Santa Luzia, tendo sido a transação liquidada em 4 de janeiro de 2012. O valor pago pela Santa Luzia Energética foi de R$151.534. A transferência do controle da Santa Luzia para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco do Brasil S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$908.

Em 21 de dezembro de 2011, concluímos a aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da Jantus SL. Através desta aquisição adquirimos, indiretamente, a totalidade do capital da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projeto de Energia Eólica Ltda., com um total de 4 parques eólicos em operação no Estado do Ceará, totalizando capacidade instalada de 210 MW, além de um portfólio de 412 MW em projetos certificados e elegíveis para participação nos próximos leilões de energia e 320 MW em projetos não-certificados.

O preço total de aquisição das cotas, após os ajustes previstos no Contrato de Compra e Venda foi de R$1.517.209, correspondente à: (a) o valor de R$841.768, desembolsado da seguinte forma: (i) R$468.916 pagos à vista pela compradora aos vendedores; mais (ii) o equivalente em euros à R$354.420 contribuídos pela compradora ao capital da Jantus para quitação de determinadas obrigações perante terceiros; e (iii) R$18.432 referente a complemento de ajuste de preço; e (b) a assunção de dívida líquida no valor de R$675.441.

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas – LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2012.

O valor de R$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012, sendo: (i) valor principal de R$24.000; e (ii) complemento de preço no valor de R$528.

Em 09 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre.

A transferência de controle da SPE Lacenas para a Companhia foi aprovada pela ANEEL em 02 de outubro de 2012, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 14 de agosto de 2012.

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R$111.500, sendo R$55.244 pagos em caixa aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R$56.256.

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R$445.124 pago aos vendedores; (ii) assunção de dívida líquida no valor R$439.191; e (iii) R$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R$83.428.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

A reestruturação descrita no item 10.3.b (concluída em 24 de agosto de 2011) acima resultou em uma aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – "Business Combination", uma vez que a CPFL Energia, por meio de suas controladas diretas CPFL Geração, CPFL Brasil e da SMITA, passou a deter o controle da ERSA. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da transação, embora a ERSA tenha emitido ações e, na "forma", tenha adquirido a SMITA, a CPFL Energia passou a deter indiretamente 54,5% das ações ordinárias com poder de voto na ERSA, passando a controlar de fato esta companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Como resultado da mudança descrita no item anterior, e seguindo os preceitos do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) da ERSA foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas, o qual gerou o registro na ERSA de: (a) um ativo intangível – direito de concessão no montante de R$1.113,5 milhões; (b) estorno do saldo do intangível ("goodwill") no montante de R$200,0 milhões; (c) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R$378,6 milhões; e (d) outros passivos circulantes no montante de R$1,1 milhão. Isso perfaz o valor de R$533,7 milhões, registrado como "reserva de capital – ágio na subscrição de ações" no patrimônio líquido da Companhia, em agosto de 2011, conforme explicado mais acima nesta nota.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas empresas controladas. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente a medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso do investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, a maioria das controladas são tributadas pelo regime de lucro presumido, no qual a amortização não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, na apuração de ganho de capital.

Uma vez concluído o processo de reestruturação societária descrito acima, a ERSA (entidade legal sobrevivente) passou a se denominar CPFL Energias Renováveis S.A.

Apresentação das demonstrações financeiras após associação ERSA/CPFL

a) As demonstrações financeiras consolidadas de 2011 e 2012 foram preparadas e estão sendo apresentadas sob o nome da adquirente legal (CPFL Renováveis), mas seguindo a essência econômica da transação, como uma continuação das demonstrações financeiras da adquirente econômica (SMITA) de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), parágrafo B21.

    1) Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis refletem:

        - Ativos e passivos da adquirente econômica (SMITA) pelos seus valores de livros contábeis (valor contábil) pré-combinação.

        - Ativos e passivos da adquirida econômica (ERSA), mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), refletindo a realização dos valores justos dos ativos e passivos da ERSA a partir da data da transação, 24 de agosto de 2011.

        - A estrutura de capital apresentada nas demonstrações financeiras da CPFL Renováveis reflete o capital social de ERSA antes da reestruturação societária, acrescido dos efeitos de aumento de capital em virtude da emissão de ações e incorporação da SMITA, conforme detalhado anteriormente.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

2) Seguindo a essência econômica da transação, as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis para o período comparativo devem ser as demonstrações financeiras consolidadas da adquirente econômica da transação, ou seja, SMITA. Como a SMITA foi constituída em 3 de janeiro de 2011 e não realizou transações econômicas no primeiro semestre de 2011 e, consequentemente, não possui informações para fins de comparação. Somente a partir do 3º trimestre de 2012, as demonstrações financeiras passaram a ser comparativas.

b) Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais (controladora) da CPFL Renováveis de 2012, foi considerado o que prescreve o CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, parágrafo 8, que prevê que a entidade deve transpor, para suas demonstrações financeiras individuais, todos os ajustes para obter o mesmo patrimônio líquido em ambos os balanços patrimoniais, consolidados e individuais. Foi também considerada a interpretação técnica ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo; nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controlada. Sendo assim:

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição ou de aquisição reversa. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

A transação com o Grupo CPFL, ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e descrita na nota explicativa nº 1 a essas demonstrações financeiras, foi caracterizada como aquisição reversa de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

As transações relacionadas às aquisições da Jantus e Santa Luzia, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e as transações relacionadas às aquisições do Complexo Atlântica, BVP e Lacenas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessa transação, está detalhada nas notas explicativas nº 1.3 a nº 1.5.

Apresentamos a seguir a composição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, na controladora e no consolidado, decorrente dos impactos da contabilização da aquisição reversa:

Demonstração de resultado:	**Controladora**
	2011
	Em milhões
Lucro liquido da antiga ERSA – (01.01.2011 a 31.07.2011)	2,8
Lucro líquido das operações após reestruturação societária (01.08.2011 a 31.12.2011)	65,3
Total	**68,1**

Demonstração de resultado:	**Consolidado**
	2011
	Em milhões
Lucro líquido da SMITA – (01.07.2011 a 31.07.2011)	5,4
Lucro líquido após reestruturação societária	65,5
Total	**70,9**

Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

  São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

  a) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

     Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: títulos e valores mobiliários.

10.5 - Políticas contábeis críticas

b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) contas a receber de clientes; (iii) partes relacionadas; e (iv) aplicações financeiras vinculadas.

Passivos financeiros:

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

a) Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) encargos de dívidas; e (iv) outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

  Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

  A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

  Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As "International Financial Reporting Standards – IFRSs" novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Alterações à IFRS 7 – Divulgação – Transferência de Ativos Financeiros.

- IAS 12 – Imposto de Renda Diferido: Recuperação de Ativos Subjacentes.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 – Divulgações – Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (2).

10.5 - Políticas contábeis críticas

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (4).
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (2).
- IFRS 11 – Negócios em Conjunto (2).
- IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades (2).
- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo (2).
- Modificações à IAS 1 – Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (1).
- Modificações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (4).
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição (2).
- IAS 19 (revisada em 2011) – Benefícios a Empregados (2).
- IAS 27 (revisada em 2011) – Demonstrações Financeiras Separadas (2).
- IAS 28 (revisada em 2011) – Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" (2).
- Modificações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (3).
- Modificações às IFRSs – Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011.
- IFRIC 20 – Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície (2).

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

Informações contábeis intermediárias da Companhia

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Nossa Diretoria acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. No período de três meses findo em 31 de março de 2013, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, nossa Diretoria considera que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos consideráveis. Todos os controles-chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

No exame das nossas demonstrações financeiras e das nossas controladas, os nossos auditores independentes conduziram o exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre nossas demonstrações financeiras.

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras, foram selecionados procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, foram obtidos entendimentos sobre nós e nosso ambiente, o que incluiu a análise de nossos controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados, mas não para fins de que nossos auditores independentes expressassem opinião sobre a eficácia de nossos controles internos, opinião essa que não foi emitida, de fato.

Neste contexto, as deficiências identificadas pelos auditores foram analisadas por nossa administração, que adotou plano de ação para corrigí-las. De qualquer modo, na avaliação de nossa administração, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens):

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação:

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não possuíamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registrados ou não divulgados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O Plano de Crescimento da CPFL Renováveis mantém o foco de crescimento nas quatro frentes nas quais a Companhia opera atualmente. Atualmente, possuímos projetos com energia contratada que somam 1.735 MW de capacidade instalada, sendo que desse total 1.153 MW já estão em operação. O restante será proveniente da Complexo Macacos I (78 MW), Campo dos Ventos II (30 MW), Complexo São Benedito (172 MW), Complexo Campo dos Ventos (82 MW), Complexo Atlântica (120MW) e das UTEs Bio Coopcana (50 MW) e Bio Alvorada (50 MW), que já estão com obras em andamento ou em início de construção. Todos estes projetos com energia contratada estarão operando ao final do ano de 2016.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

Pretendemos que os investimentos necessários ao desenvolvimento dos nossos projetos sejam realizados na proporção média aproximada de 70% em dívida e 30% em aportes de capital. A parcela de dívida desses investimentos será contratada no nível das nossas controladas na modalidade de *project finance* e poderá ser obtida junto ao BNDES, SUDAM, SUDENE, BID, Caixa Econômica Federal e demais bancos de fomento, instituições multilaterais e outras instituições financeiras.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Em 2012 adicionamos ao nosso portfólio em operação cinco projetos, com capacidade instalada total de 304 MW, sendo: (i) Biomassas: Bio Ipê com 25MW e Bio Pedra com 70MW; (b) Complexo eólico Santa Clara com 188MW; (c) PCH Salto Góes com 20MW; e (d) Usina Solar Tanquinho com 1,1MWp. Também em 2012 realizamos a incorporação de 2 ativos adquiridos durante o ano de 2012, representando um aumento de 198 MW de capacidade instalada em operação (Complexo eólico Bons Ventos com 158MW e Usina Ester com 40MW).

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não houve a inclusão de novos produtos e serviços em nossas linhas de negócios.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

As informações financeiras e discussões abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas, bem como as informações contidas nos outros itens desta seção 10 do Formulário de Referência.

Conforme mencionado no item 6.5 deste Formulário de Referência, no segundo semestre de 2011 passamos por uma reorganização societária de modo a efetivar a associação entre a ERSA e os ativos de geração de energia renovável do Grupo CPFL, quando a Smita, então *holding* do Grupo CPFL e nossa predecessora, foi incorporada pela ERSA (a "Associação"). Adicionalmente, em dezembro de 2011 adquirimos a Jantus e em junho de 2012 adquirimos a Bons Ventos (ambas denominadas, em conjunto, as "Aquisições").

Tendo em vista a implementação da Associação e das Aquisições, nossas demonstrações financeiras históricas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, bem como as relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2011, não são comparáveis.

Dessa forma, com o exclusivo objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos nossos resultados levando em conta a Associação e as Aquisições, apresentamos a seguir a análise e discussão das seguintes informações financeiras:

1a. A informação financeira consolidada pró-forma não auditada da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") e controladas compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e foi compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso: (a) a associação entre ERSA – Energias Renováveis S.A. ("ERSA") e CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), através das controladas CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), utilizando a empresa veículo SMITA Empreendimentos e Participações S.A. ("SMITA"), concluída em agosto de 2011; (b) a aquisição de Jantus S.L. ("JANTUS") ocorrida em dezembro de 2011; e (c) a aquisição de BVP S.A. ("BVP") ocorrida em junho de 2012, tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma não auditada apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia caso a associação e as aquisições realizadas pela Companhia tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

1b. A informação financeira consolidada pró-forma não auditada da Companhia compreende a demonstração do resultado pró-forma referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foi compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como o resultado da Companhia poderia ter sido afetado caso a aquisição de BVP ocorrida em junho de 2012 tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012. Em virtude de sua natureza, a compilação da informação financeira consolidada pró-forma não auditada apresenta uma situação hipotética e, consequentemente, não representa efetivamente o resultado consolidado das operações da Companhia caso a aquisição realizada pela Companhia tivesse, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2012.

2. Demonstrações de resultados históricos combinados "*carve-out"* auditados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 da nossa predecessora Smita em comparação às nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 refletindo a Associação. Os resultados combinados "*carve-out*" históricos auditados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 da nossa predecessora Smita compreendem apenas as operações da Smita antes da Associação. Já as informações financeiras *pro forma* não auditadas em 31 de dezembro de 2011 utilizadas para fins desta comparação compreendem as nossas operações refletindo a Associação, como se ela tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 não contemplam as Aquisições.

A nossa predecessora Smita é resultado de um processo de reestruturação contendo 4 (quatro) Usinas Termelétricas a Biomassa da CPFL Brasil S.A. e 13 (treze) empresas responsáveis por Parques Eólicos em construção, 4 (quatro) empresas compostas por 21 (vinte e uma) PCHs e 1 (uma) Usina Termelétrica a Biomassa, todas provenientes da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração").

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Na elaboração das demonstrações de resultados históricos combinados "*carve-out"* auditados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 da nossa predecessora Smita, foi realizada a segregação dos ativos, passivos e operações das PCHs que figuravam como parte das operações da CPFL Geração. Essas demonstrações de resultados históricos combinados "*carve-out*" auditados foram elaboradas com o objetivo de apresentar as informações como se as diversas empresas que possuem controle ou administração comum fossem apenas uma única entidade, conservando-se, todavia, as operações históricas efetivamente ocorridas. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com o propósito específico de fazer parte do processo de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

Existem limites à comparabilidade entre os dois períodos mencionados no item 2 acima, tendo em vista que os resultados *pro forma* de 2011 refletindo a Associação incluem os resultados da ERSA para esse exercício social.

Para mais informações sobre nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas, ver item 3.9 deste Formulário de Referência. As informações financeiras *pro forma* não auditadas foram baseadas nas estimativas e premissas definidas pela nossa Administração e detalhadas na Nota Explicativa 3 às informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas e estão de acordo com a OCPC 06 aprovada pela Deliberação CVM n° 709/13.

As informações financeiras *pro forma* não auditadas foram compiladas e formatadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como demonstrações de resultado efetivo da Companhia ou utilizadas como indicativo de futuros resultados financeiros consolidados da Companhia ou como base para cálculo dos dividendos ou para outros fins. As informações financeiras *pro forma* não auditadas também não devem ser consideradas representativas da situação financeira ou dos resultados operacionais da Companhia caso as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 ou 1º de janeiro de 2012, conforme descrito acima.

Comparação do nosso resultado consolidado *pro forma* não auditado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do nosso resultado consolidado *pro forma* não auditado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e às nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS REFERENTES AOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DE DOZE MESES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
	(em milhões de reais – R$, exceto porcentagens)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	863,9	100%	555,2	100%	56%
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(413,1)	(48%)	(223,8)	(40%)	85%
LUCRO BRUTO	450,8	52%	331,4	60%	36%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(91,5)	(11%)	(88,3)	(16%)	4%
Depreciação e amortização do direito de exploração	(126,9)	(15%)	(106,0)	(19%)	20%
Total	(218,4)	(25%)	(194,3)	(35%)	12%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	232,4	27%	137,1	25%	70%
Receitas financeiras	58,5	7%	96,8	17%	(40%)
Despesas financeiras	(300,7)	(35%)	(302,6)	(55%)	(1%)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9,8)	(1%)	(68,8)	(12%)	(86%)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(36,2)	(4%)	(22,7)	(4%)	59%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	29,2	3%	28,3	5%	3%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(16,8)	(2%)	(63,2)	(11%)	(73%)

Todas as referências abaixo a informações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se referem às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas acima descritas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Receita operacional líquida. Nossa receita operacional líquida aumentou em R$308,7 milhões, ou 56%, passando de R$555,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$863,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido em parte à correção monetária dos preços de venda de energia de contratos de longo prazo e em parte em razão do regime de ventos mais favorável no exercício de 2012, que acarretou na maior contribuição para a receita, no exercício em 2012, dos nossos Parques Eólicos adquiridos da Jantus e da Bons Ventos. Adicionalmente, nossas receitas cresceram devido à entrada em operação comercial das seguintes usinas: PCH Barra da Paciência em março de 2011; PCH Várzea Alegre em abril de 2011; Usina Termelétrica a Biomassa Bio Formosa em setembro de 2011; Usina Termelétrica a Biomassa Bio Buriti em outubro de 2011, Usina Termelétrica a Biomassa Bio Ipê em maio de 2012, Usina Termelétrica a Biomassa Bio Pedra em maio de 2012 e Complexo Eólico Santa Clara em julho de 2012. Por fim, vale destacar a receita proveniente da PCH Santa Luzia adquirida em dezembro de 2011.

Custo de geração de energia elétrica. Nosso custo de geração de energia elétrica aumentou em R$189,3 milhões, ou 85%, passando de R$223,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$413,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. As principais razões para esta variação são a entrada em operação comercial das PCHs e das Usinas Termelétrica a Biomassa acima referidas e o aumento na geração de energia pelos Parques Eólicos que adquirimos (Jantus e Bons Ventos), conforme acima exposto para a receita operacional líquida. O custo de geração de energia elétrica é representado substancialmente pela depreciação dos ativos de geração, sendo responsável por 46,8% e 59,6% do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto aumentou em R$119,4 milhões, ou 36%, passando de R$331,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$450,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido predominantemente ao incremento de receita gerado pela entrada em operação das PCHs, das usinas movidas à biomassa e do aumento na geração de energia nas eólicas adquiridas (Jantus e Bons Ventos), conforme descrito acima.

Despesas gerais e administrativas. Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram em R$3,2 milhões, ou 4%, passando de R$88,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$91,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Despesas com depreciação e amortização. Nossas despesas com depreciação e amortização do direito de exploração aumentaram em R$20,9 milhões, ou 20%, passando de R$106,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para R$126,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, principalmente decorrente da amortização do direito de exploração das adquiridas Santa Luzia e Lacenas.

Resultado financeiro. Nosso resultado financeiro apresentou um aumento na despesa financeira líquida de R$36,4 milhões, passando de uma despesa financeira líquida de R$205,8 milhões para R$242,2 milhões de despesa financeira líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, respectivamente. Este aumento decorre, principalmente, devido as novas captações ocorridas para aquisição da controlada Santa Luzia e para término da construção das usinas mencionadas acima.

Imposto de renda e contribuição social. Nosso imposto de renda e contribuição social passaram de uma receita de R$5,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para uma despesa de R$7,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido a maior tributação corrente decorrente das controladas que entraram em operação comercial, conforme mencionado acima.

Prejuízo do período. Nosso prejuízo do período reduziu em R$46,3 milhões, ou 73%, passando de um prejuízo de R$63,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para um prejuízo de R$16,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, devido aos fatores mencionados acima.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Comparação dos resultados combinados "*carve-out*" auditados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 de nossa predecessora Smita e das nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* dando efeito apenas à Associação (antes das aquisições da Jantus e da BVP) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às informações financeiras históricas combinadas "*carve-out*" auditadas de nossa predecessora Smita relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e às nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas refletindo apenas a Associação (antes das aquisições da Jantus e da Bons Ventos) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	Combinado "carve-out" 2010	AV	Pro forma dando efeito apenas à Asssociação 2011	AV	2010/2011
	(Em milhões de reais – R$, exceto em porcentagens)				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	118,3	100,0%	295,8	100,0%	150,0%
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(27,6)	(23,3)%	(91,4)	(30,9)%	231,2%
LUCRO BRUTO	90,7	76,7%	204,4	69,1%	125,4%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(5,8)	(4,9)%	(57,3)	(19,4)%	887,9%
Depreciação e amortização do direito de exploração	–	–	(30,9)	(10,5)%	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	1,4	0,5%	–
Total	(5,8)	(4,9)%	(86,8)	(29,4)%	1.396,6%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	84,9	71,8%	117,6	39,7%	38,5%
Resultado financeiro	12,0	10,1%	(1,9)	(0,6)%	(115,8)%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	96,9	81,9%	115,7	39,1%	19,4%
Imposto de renda e contribuição social	(8,3)	(7,0)%	(7,8)	(2,6)%	(6,0)%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	88,6	74,9%	107,9	36,5%	21,8%

*Todas as referências abaixo às informações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 se referem às informações financeiras combinadas "*carve-out*" de nossa predecessora Smita para tal período. Todas as referências abaixo às informações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 se referem às informações financeiras consolidadas* pro forma não auditadas *refletindo somente a Associação (sem considerar as Aquisições da Jantus e da Bons Ventos), acima descritas.*

Como descrito na Nota Explicativa 1 às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas, para o cálculo das nossas informações financeiras consolidadas pro forma *não auditadas dando efeito somente à Associação da foram eliminados das nossas demonstrações financeiras históricas os resultados das operações consolidadas da Jantus referentes ao mês de dezembro de 2011 (receitas líquidas de R$22,3 milhões e lucro líquido de R$24,3 milhões), que já estavam registrados nestas demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.*

Receita operacional líquida. Nossa receita operacional líquida aumentou em R$177,5 milhões, passando de R$118,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R$295,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Este aumento da receita decorreu principalmente do maior portfólio de usinas em operação após a Associação, quando as PCHs provenientes da ERSA foram agregadas às PCHs e à Usina Termelétrica movida a Biomassa em operação da Smita, além da entrada em operação da Usina Termelétrica a Biomassa Bio Formosa (40 MW de capacidade instalada) em setembro de 2011 e da Usina Termelétrica a Biomassa Bio Buriti (50 MW de capacidade instalada) em outubro de 2011.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Custo de geração de energia elétrica. Nosso custo de geração de energia elétrica aumentou em R$63,8 milhões, passando de R$27,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R$91,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. A explicação para esta variação é semelhante àquela apresentada para a variação da receita, considerando adicionalmente que houve um maior gasto com compra de energia em decorrência da entrada em operação comercial das Usinas Termelétricas a Biomassa, devido à sazonalidade a que estão sujeitas essas usinas. Para maiores informações sobre a sazonalidade, ver "Sazonalidade" neste item 10.11 deste Formulário de Referência. Nesta rubrica encontra-se a despesa de depreciação do ativo imobilizado nos montantes de R$39,1 milhões e R$10,0 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. O aumento da depreciação se deu principalmente pela entrada em operação dos novos ativos durante o exercício de 2011.

Lucro bruto. Nosso lucro bruto aumentou em R$113,7 milhões, passando de R$90,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R$204,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Fundamentalmente, este aumento do lucro decorreu do resultado proveniente do maior portfólio de ativos em operação em 2011 quando comparado com o período de 2010, que considerou somente os ativos da Smita que foram contribuídos na Associação. Porém, o impacto relativo ao incremento de custo de geração foi maior que o da receita, devido principalmente ao maior volume de compra de energia em 2011, conforme explicado acima, e do incremento no custo de depreciação em R$29,1 milhões a elas relacionados.

Despesas gerais e administrativas. Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram em R$51,5 milhões, passando de R$5,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R$57,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. A explicação para esta variação decorre principalmente do fato de a plataforma operacional e administrativa responsável pela gestão da nova empresa formada após a Associação estar consolidada na antiga ERSA, portanto com despesas incorridas em 2011 até a Associação, acrescidas das despesas incorridas pela Companhia após a Associação, enquanto que a predecessora Smita apresentava em 2010 apenas despesas gerais e administrativas não relevantes em relação à operação de seus ativos, dado que as despesas relevantes eram suportadas por sua controladora CPFL Energia S.A. com base em um rateio corporativo de despesas.

Depreciação e amortização do direito de exploração. Nossas despesas com depreciação e amortização do direito de exploração em 2011 foram de R$30,9 milhões, devido ao efeito da amortização do intangível relacionado aos direitos de exploração dos empreendimentos da antiga ERSA registrados em decorrência da Associação.

Resultado financeiro. Nosso resultado financeiro reduziu em R$13,9 milhões, passando de um saldo positivo de R$12,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para o resultado negativo de R$1,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Esta variação justifica-se principalmente pelo incremento do endividamento financeiro contratado para as PCHs em operação provenientes da ERSA, substancialmente financiadas junto ao BNDES.

Imposto de renda e contribuição social. Nosso imposto de renda e contribuição social reduziu-se em R$0,5 milhão, passando de uma despesa de R$8,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para uma despesa de R$7,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, devido ao aumento de R$12,5 milhões de imposto de renda e contribuição social correntes sobre a receita decorrente do portfólio de usinas em operação após a Associação e crédito de R$13,0 milhões devido ao efeito tributário refletido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 do imposto diferido sobre a amortização da mais valia gerada pela Associação. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de 8,6%, enquanto que a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 7,0%.

Lucro líquido do exercício. Nosso lucro líquido do exercício aumentou em R$19,3 milhões, ou 21,8%, passando de R$88,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R$107,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 devido principalmente à Associação, além de outros fatores mencionados acima.

Sazonalidade

Conforme mencionado no item 7.3(d) deste Formulário de Referência, a receita operacional e os custos de geração de nossas PCHs, dos nossos Parques Eólicos e das nossas Usinas Termelétricas a Biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o exercício social.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

As receitas e resultados de nossos Parques Eólicos poderão ser influenciados de forma mais significativa pelo regime de ventos, que no Nordeste do país, região onde se encontram situados nossos Parques Eólicos em operação, possuem maior intensidade entre os meses de julho e dezembro. O resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada, enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. O fluxo de caixa poderá, entretanto, ser afetado na medida em que os contratos celebrados no âmbito do Proinfa requerem um ajuste dos pagamentos a serem realizados no exercício seguinte, em caso de aumento ou redução da energia gerada em relação a determinados parâmetros.

No caso das Usinas Termelétricas a Biomassa, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana-de–açúcar. O faturamento contábil, assim como nos Parques Eólicos, tem relação com a energia efetivamente gerada (mais alta na safra e mais baixa ou zero na entressafra), enquanto a geração de caixa efetiva tem relação com a energia contratada para venda, o que assegura uma previsibilidade de fluxo de caixa para fazer frente às despesas do ativo ou projeto. No Centro-Sul a safra normalmente ocorre entre abril e novembro, já no Norte-Nordeste ocorre entre agosto e março.

Com o aprimoramento do conceito dos projetos de engenharia e dependendo do estudo de viabilidade técnica e econômica, consegue-se reduzir a interferência da safra e entressafra na geração de energia pelas Usinas Termelétricas a Biomassa através da reserva de um percentual da biomassa gerada na safra para ser usada na entressafra. Com este novo conceito de engenharia, há um melhor aproveitamento do ativo de geração e o aumento da competitividade deste tipo de empreendimento.

No caso das PCHs, a energia gerada sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Dessa forma, as nossas PCHs seguem: (i) o regime hidrológico das regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro e (ii) o regime hidrológico da região Sul, que é o contrário da região Sudeste, ou seja, período úmido entre maio e outubro e período seco entre os meses de novembro a abril.

De acordo com o critério contábil de reconhecimento da receita, de forma geral, a venda de energia das PCHs não depende da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo contrato de concessão ou autorização. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de garantia física, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada. Ou seja, o MRE faz o compartilhamento da energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais, para aqueles que geraram abaixo delas. A geração efetiva é determinada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização (“TEO”), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é mensalmente contabilizada para cada gerador.

O mecanismo de compensação de receitas e despesas no âmbito do MRE acima descrito não se aplica aos Parques Eólicos e às Usinas Termelétricas a Biomassa.

As nossas informações financeiras trimestrais, incluindo as discutidas abaixo, são afetadas pela sazonalidade de nossos negócios e, portanto, não devem servir como parâmetro de resultado futuro para o exercício social em que se encontram ou para qualquer trimestre futuro.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração e quais escapam do seu controle

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

d) valores dos indicadores que são objeto de previsão.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê:

Conselho de Administração. O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos diretores.

Nos termos do nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração é atualmente composto de 7 (sete) membros efetivos e 6 (seis) suplentes, sendo que 20% dos efetivos são obrigatoriamente Conselheiros Independentes, ou seja, caracterizados por: (1) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (2) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (3) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (4) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (5) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (6) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (7) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelos §§ 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. A eleição dos membros Conselheiros Independentes será realizada tão-logo as ações de nossa emissão sejam admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

O nosso Conselho de Administração tem as seguintes competências fixadas pelo nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei: (1) eleger os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral; (2) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais; (3) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (4) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia; (5) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social; (6) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembleia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício; (7) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, de conformidade com o disposto neste Estatuto Social; (8) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo; (9) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor; (10) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia; (11) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal; (12) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de ofertas públicas para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado previstas nos Capítulos IX e X do Estatuto Social; (13) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); (14) aprovação dos termos e condições de eventual oferta pública de ações da Companhia, observada a competência da Assembleia Geral; (15) autorizar prévia e expressamente a celebração de contratos pela Companhia com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais); (16) aprovar prévia e expressamente a celebração, por si ou por suas controladas, de contratos de qualquer natureza de valor global superior a R$36.650.000,00 (trinta e seis milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano quinquenal de negócios; (17) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações e de negociação de valores mobiliários; (18) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral; (19) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio ou associação; (20) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

impactar substancialmente nos custos; (21) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido no Estatuto Social da Companhia, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria; (22) aprovar a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ou igual ou inferior a R$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia ou de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (23) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia ou para garantir o pagamento de obrigações da Companhia; (24) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio; (25) deliberar sobre a criação de Comitês e Comissões para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência; (26) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados; (27) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (28) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas; (29) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e (30) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confiram a outro órgão da Companhia.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de eleição e cargos dos membros do nosso Conselho de Administração, cujos mandatos unificado de 1 (um) ano a contar da data da eleição:

Membro	Idade	Data de Eleição	Cargo
Wilson Pinto Ferreira Junior	53 anos	18.04.2013	Presidente do Conselho
Gustavo Estrella	39 anos	18.04.2013	Vice-Presidente do Conselho
Otavio Lopes Castello Branco Neto	54 anos	18.04.2013	Conselheiro Efetivo
Oderval Esteves Duarte Filho	43 anos	18.04.2013	Conselheiro Efetivo
Carlos da Costa Parcias Júnior	52 anos	18.04.2013	Conselheiro Efetivo
Edward Misrahi	43 anos	18.04.2013	Conselheiro Independente
José Marcos Chaves de Melo	50 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Ricardo Cleber Zangirolami	43 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Hélio Viana Pereira	59 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Andre Franco Sales	39 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Lucas Martinelli	29 anos	18.04.2013	Membro Suplente
Alcides Casado de Oliveira Júnior	54 anos	12.06.2013	Conselheiro Efetivo

Diretoria: A nossa Diretoria é o órgão de nossa representação, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Nos termos do nosso Estatuto Social, a nossa Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo nosso Conselho de Administração, será composta por dois a sete membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo que (1) um será designado Diretor Presidente; (2) um será Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (3) um será Diretor de Operação e Manutenção; (4) um será Diretor de Engenharia e Obras; (5) um será Diretor de Sustentabilidade; (6) um será Diretor de Novos Negócios; e (7) um será Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia.

Observados os valores de alçada da nossa Diretoria que são fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no nosso Estatuto Social e os limites previstos em lei, compete à nossa Diretoria a representação ativa e passiva da Sociedade e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive aqueles previstos no nosso plano de negócios e no nosso orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Na tabela abaixo estão os nomes, data de eleição e cargos dos membros da nossa Diretoria, cujos mandatos são válidos por dois anos a contar da data de eleição:

Membro	Idade	Data de Eleição	Cargo
Miguel Normando Abdalla Saad	63 anos	24.8.2011	Diretor Presidente
Pedro José Ferreira de Oliveira	65 anos	24.8.2011	Diretor de Operação e Manutenção
João Miguel Mongelli Martin	38 anos	24.8.2011	Diretor de Engenharia e Obras
Tarcisio Borin Junior	59 anos	24.8.2011	Diretor de Sustentabilidade
Alessandro Gregori Filho	34 anos	24.8.2011	Diretor de Novos Negócios
Marcelo Antonio Gonçalves Souza	38 anos	24.8.2011	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Márcio Antônio Severi.....	42 anos	15.12.2011	Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia

Comitês. O nosso Conselho de Administração é assessorado por dois comitês: Comitê Operacional e Comitê Financeiro ("Comitês"). Os Comitês são órgãos consultivos instituídos por nosso Conselho de Administração e destinados a assessorá-los em assuntos relacionados a nós, nossas controladas e/ou coligadas.

Os Comitês possuem funções técnicas e consultivas, e suas orientações e/ou sugestões não vinculam os votos dos membros do nosso Conselho de Administração.

Os Comitês são compostos por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo seus membros nomeados e destituídos pelo nosso Conselho de Administração. Do total de membros, três são indicados por nossos acionistas controladores e dois pelos demais acionistas, com prazo de mandato de um ano, sendo permitida a renomeação. Os Comitês possuem um Coordenador, que é escolhido de comum acordo entre seus respectivos membros.

Comitê Operacional. O Comitê Operacional possui como atribuições avaliar e acompanhar (1) a viabilidade do desenvolvimento e exploração de potenciais de geração de energia (novos projetos); (2) execução das obras de implantação dos nossos empreendimentos; e (3) energia gerada e comercializada pelos nossos empreendimentos.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de indicação e cargos dos membros do nosso Comitê Operacional:

Membro	Idade	Data de Indicação	Cargo
José Ferreira Abdal Neto	56 anos	28.6.2012	Membro efetivo
Alex Araújo Germer	52 anos	29.11.2012	Membro efetivo
Roberto Sahade.....	36 anos	30.8.2012	Membro efetivo
Andre Franco Sales	39 anos	30.8.2012	Membro efetivo

Comitê Financeiro. O Comitê Financeiro possui como atribuições: (1) elaboração de propostas de melhoria dos processos de gestão de negócios; (2) avaliação das principais áreas de risco dos nossos negócios, nossas controladas ou coligadas; (3) avaliação e acompanhamento do nosso fluxo de caixa, de nossas controladas ou coligadas; (4) avaliação e acompanhamento da nossa política de endividamento e da nossa estrutura de capital, de nossas controladas ou coligadas; (4) avaliação e acompanhamento da viabilidade econômico/financeira dos nossos planos e programas de investimentos, de nossas controladas ou coligadas e das nossas políticas de investimento, de nossas controladas ou coligadas; (5) orientação dos trabalhos de auditoria interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e (6) acompanhamento da nossa execução orçamentária, de nossas controladas ou coligadas.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de indicação e cargos dos membros do nosso Comitê Financeiro:

Membro	Idade	Data de Indicação	Cargo
Vitor Fagali de Souza.....	36 anos	03.6.2013	Coordenador
Antonio Carlos Bassalo.....	62 anos	30.8.2012	Membro efetivo
Carlos Wilson Silva Ribeiro.....	46 anos	30.8.2012	Membro efetivo
Roberto Sahade.....	36 anos	30.8.2012	Membro efetivo
Andre Franco Sales	39 anos	30.8.2012	Membro efetivo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos Comitês.

O nosso Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante solicitações de acionistas. Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

O Comitê Operacional foi instalado em 23 de setembro de 2011.

O Comitê Financeiro foi instalado em 19 de outubro de 2010.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

Conselho de Administração. Não realizamos avaliação de desempenho do nosso Conselho de Administração.

Conselho Fiscal. Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês. Não realizamos avaliação de desempenho dos nossos Comitês.

Diretoria Estatutária. A nossa Diretoria Estatutária é avaliada anualmente com base no desempenho dos negócios e no alcance de metas individuais fixadas ao início de cada ano. As principais métricas compreendem o alcance de metas corporativas (tais como referente ao resultado operacional do EBITDA e Lucro Líquido), específicas (com até 4 (quatro) indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicador específico para desenvolvimento da equipe).

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Diretor Presidente. (1) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (2) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (3) comunicar ao nosso Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do nosso Conselho de Administração; e (4) solicitar a autorização do nosso Conselho de Administração para a realização de determinados os atos ou operações mencionados no nosso Estatuto Social, conforme aplicável.

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (1) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os nossos títulos forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; (2) manter atualizado o nosso registro perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os nosso títulos forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei; e (3) dirigir e liderar a administração e gestão das nossas atividades financeiras e de nossas controladas, incluindo a análise de investimentos e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à nossa contabilidade e de nossas controladas.

Diretor de Operação e Manutenção. dirigir o negócio de geração de energia elétrica, respondendo pelas operações e pela manutenção das nossas unidades geradoras e de nossas controladas e coligadas.

Diretor de Engenharia e Obras. propor, examinar, avaliar, planejar e implantar projetos das nossas unidades geradoras atuais e futuras e de nossas controladas e coligadas.

Diretor de Sustentabilidade. liderar, planejar e implementar os processos de licenciamento ambiental e os programas socioambientais das nossas unidades geradoras e de nossas controladas e coligadas.

Diretor de Novos Negócios. dirigir e liderar a avaliação do potencial e o desenvolvimento de novos negócios na área de geração de energia renovável e negócios correlatos.

Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia. nos representar nos fóruns setoriais de energia, liderar a agenda regulatória, planejar e executar a comercialização de energia dos empreendimentos de geração de energia por nós detidos, direta ou indiretamente.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

Conselho de Administração. Não realizamos avaliação de desempenho dos membros do nosso Conselho de Administração.

Conselho Fiscal. Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês. Não realizamos avaliação de desempenho dos membros de nossos Comitês.

Diretoria Estatutária. Com relação à nossa Diretoria Estatutária, os mesmos critérios utilizados para avaliação do órgão como um todo são aplicados para cada um dos Diretores, ou seja, os nosso Diretores são avaliados anualmente com base no desempenho dos negócios e no alcance de metas individuais fixadas ao início de cada ano. As principais métricas compreendem o alcance de metas corporativas (tais como referente ao resultado operacional do EBITDA e Lucro Líquido), específicas (com até quatro indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicador específico para desenvolvimento da equipe).

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação.

Não adotamos regras, políticas ou práticas específicas relativas aos prazos de convocações das nossas Assembleias Gerais, utilizando-nos daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM sendo as nossas Assembleias Gerais convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, oito dias de antecedência.

A regulamentação estabelece ainda que a CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e nos ouvindo: (1) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (2) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral e, se for o caso, informar à companhia aberta, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia geral viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. competências.

Além das demais matérias previstas em lei e no nosso Estatuto Social, compete, exclusivamente, à nossa Assembleia Geral: (1) tomar as contas dos Administradores, relativas ao último exercício social; (2) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado; (3) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; (4) eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso; (5) eleger os membros do Conselho de Administração titulares e suplentes; (6) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável; (7) deliberar sobre a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão; (8) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes; (9) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (10) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; e (11) deliberar sobre a escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas no Estatuto Social, dentre uma lista tríplice de empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os documentos estarão disponíveis na nossa sede, localizada na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004 e nos endereços eletrônicos: www.cpflrenovaveis.com.br/ri, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses.

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

Não possuímos regras, políticas ou práticas relativas à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto, utilizando-se daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM. Nós e nossa administração não solicitamos e não temos por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Admitimos que, desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha o voto a ser proferido, este representante pode votar em nome do acionista. Não admitimos a outorga de procurações por meio eletrônico. De acordo com nosso Estatuto Social e com a Lei das Sociedade por Ações, o acionista poderá ser representado em Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano que seja acionista, nosso administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos. O acionista deverá apresentar a procuração para sua representação em Assembleia Geral, com antecedência mínima de dois dias úteis de antecedência da data designada para realização da respectiva Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido da procuração e de documentos que comprovem sua identidade.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

Nos termos de nosso Estatuto Social, não proibimos a realização de Assembleias Gerais por meio de teleconferências ou videoconferências. Entretanto, não adotamos, como regra, tal forma de realização de Assembleias Gerais.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Na data deste Formulário de Referência, não adotamos uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas Assembleias Gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado de São Paulo - SP	13/03/2013
		Valor Econômico - SP	13/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado de São Paulo - SP	16/03/2013
			19/03/2013
			20/03/2013
		Valor Econômico - SP	18/03/2013
			19/03/2013
			20/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado de São Paulo - SP	05/06/2013
		Valor Econômico - SP	05/06/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Brasil Econômico - SP	07/03/2012
		Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	07/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado de São Paulo - SP	30/03/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	15/05/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	23/03/2011
		O Dia - SP	23/03/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	29/03/2011
			30/03/2011
		O Dia - SP	29/03/2011
			30/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	O Dia - SP	13/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	19/05/2011
		O Dia - SP	19/05/2011

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Atualmente, o nosso Conselho de Administração é composto por até 7 (sete) membros, selecionados dentre indivíduos experientes e idôneos, inclusive dentre sócios e executivos seniores de nossos acionistas e de suas afiliadas, eleitos pela nossa Assembleia Geral para um mandato unificado de um ano, permitida a reeleição e destituíveis a qualquer tempo pela nossa Assembleia Geral.

a. frequência das reuniões

As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 2 (dois) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou videoconferência.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 10 (dez) dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo acima.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Para informações sobre as disposições do Acordo de Acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração, vide itens 15.5.d.(iii) e 15.5.g deste Formulário de Referência.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do nosso Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como nosso administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com os nossos. A lei dispõe, ainda, que é vedado ao nosso administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do nosso Conselho de Administração ou da nossa Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o nosso administrador contrate com nós em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos nossos administradores que também forem nossos acionistas, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da nossa Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como nosso administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para nós as vantagens que tiver auferido.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nós, nossos acionistas, Administradores e os membros do nosso Conselho Fiscal, se instalado, estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas em nosso Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida perante a Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
João Miguel Mongelli Martin	37	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
135.200.128-47	Engenheiro Elétrico	Diretor de Engenharia e Obras	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Tarcisio Borin Junior	59	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
900.743.948-00	Geólogo	Diretor de Sustentabilidade	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Alessandro Gregori Filho	33	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
745.346.106-53	Economista	Diretor de Novos Negócios	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Márcio Antônio Severi	41	Pertence apenas à Diretoria	15/12/2011	23 de agosto de 2013
149.528.488-33	Engenheiro Mecânico	Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia	01/01/2012	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Marcelo Antonio Gonçalves Souza	38	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
745.346.106-53	Economista	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Miguel Normando Abdalla Saad	62	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
668.720.148-49	Engenheiro Civil	10 - Diretor Presidente / Superintendente	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Pedro José Ferreira de Oliveira	64	Pertence apenas à Diretoria	24/08/2011	2 anos
059.725.311-00	Engenheiro Eletricista	Diretor de Operação e Manutenção	24/08/2011	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Andre Franco Sales	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
277.990.458-50	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Não
Não exerce outros cargos ou função no emissor.				
Edward Misrahi	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
000.000.000-00	Assessor Sênior	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	18/04/2013	Não
Não exerce outros cargos e funções no emissor.				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Oderval Esteves Duarte Filho	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
767.880.596-91	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2013	Não
Não exerce outros cargos e funções no emissor.				
Otavio Lopes Castello Branco Neto	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
055.240.348-20	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2013	Não
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Wilson Pinto Ferreira Junior	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
012.217.298-10	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Gustavo Estrella	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
037.234.097-09	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Alcides Casado de Oliveira Júnior	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/06/2013	18/04/2014
065.278.298-17	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/06/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
José Marcos Chaves de Melo	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
730.497.867-87	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Carlos da Costa Parcias Júnior	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
667.235.667-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Hélio Viana Pereira	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
237.109.776-49	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Ricardo Cleber Zangirolami	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano
151.833.308-75	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Sim
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Lucas Caulliraux Martinelli	29	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2013	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
094.411.547-09	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	18/04/2013	Não
Não exerce outro cargo ou função no emissor.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
João Miguel Mongelli Martin - 135.200.128-47				
O Sr. Mongelli Martin formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1998, com mestrado em Planejamento de Sistemas Elétricos de Potência pela mesma Universidade. Atuou como Engenheiro de Planejamento e Comercialização de Energia na Tractebel Energia, empresa do grupo Francês GDF SUEZ, onde desenvolveu estudos energéticos e comerciais, participando, entre outras atividades, das primeiras operações de exportação de energia entre Argentina, Uruguai e Brasil. Em março de 2006 iniciou atividade como Gerente do Departamento de Planejamento da CPFL Geração atuando no Planejamento e Programação de Usinas Hidrelétricas, na Regulação Técnica da Geração e na Prospecção e Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia. A partir de outubro de 2009 assumiu a Gerência do Departamento de Engenharia da CPFL Geração. Na CPFL Energias Renováveis o Sr. João Martin é o Diretor de Engenharia e Obras da empresa. Participou de importantes projetos do Setor, dentre eles: UHE Itá, UHE Machadinho, UHE Cana Brava, UHE Barra Grande, UHE Campos Novos, UHE Foz do Chapecó e UTE William Arjona. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.				
Tarcisio Borin Junior - 900.743.948-00				
O Sr. Tarcisio Borin Junior é formado em Geologia, pela UNESP-RIO CLARO, em 1975, com MBA em Gestão Estratégica Socioambiental em Infra-estrutura pela FIA- Fundação Instituto de Administração, concluído em 2007. Tem sua experiência relacionada à viabilização socioambiental e patrimonial de empreendimentos energéticos em empresas como CESP; DUKE Energy; CPFL Energia e ERSA-Energias Renováveis S.A. Atualmente é Diretor de Sustentabilidade da CPFL Renováveis, onde é responsável pelas áreas de Meio Ambiente, Saúde & Segurança Operacional e Patrimônio Imobiliário. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.				
Alessandro Gregori Filho - 745.346.106-53				
O Sr. Gregori Filho atuou como Especialista em Planejamento Financeiro na Brasiliana Energia de 2006 a 2007 e como Analista de Mercado Sênior na CPFL Energia de 2002 a 2006. Ocupou o cargo de Gerente de Fusões e Aquisições e Desenvolvimento de Negócios de Energias Renováveis na CPFL Energia de 2007 até o início de 2011. Alessandro é graduado em Ciências Econômicas pela PUC-Campinas, e possui mestrado em Economia Política pela PUC-SP. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.				
Márcio Antônio Severi - 149.528.488-33				
O Sr. Márcio Severi é Graduado em Engenharia Mecânica com especialização em Energia pela Universidade Federal de Engenharia de Itajubá – UNIFEI e MBA Executivo pelo Instituto de Ensino e Pesquisas – INSPER. Possui 20 anos de experiência no setor elétrico, no qual foi pesquisador, diretor da M7 Engenharia e gerente de projetos nas empresas Eletroriver, Araguaia Centrais Elétricas e BrasilPCH. Participou da prospecção, desenvolvimento de projeto de engenharia e licenciamento ambiental, construção, regulação e comercialização de mais de 500MW em Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs. Desde 2007 na CPFL Renováveis (ERSA), atuou nas áreas de planejamento, novos negócios, regulação e comercialização de energia, participando da construção e desenvolvimento de portfólio de PCHs e Eólicas. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.				
Marcelo Antonio Gonçalves Souza - 745.346.106-53				
O Sr. Souza atuou como Vice-Presidente de Novos Negócios da Econergy de 2006 a 2008, como Diretor Financeiro do Grupo Alliant Energy (acionista integrante do bloco de controle do Sistema Cataguazes-Leopoldina, antiga denominação da Energisa) de 2001 a 2006 e na área de auditoria da PricewaterhouseCoopers de 1994 a 2001. Marcelo Souza é Economista e Contador formado pela PUC-Belo Horizonte. Possui pós-graduação em Gestão e Finanças Corporativas pela FGV e possui MBA pela Universidade de Ohio (EUA). Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.				
Miguel Normando Abdalla Saad - 668.720.148-49				
O Sr. Normando Abdalla Saad atuou como engenheiro e gerente na CESP – Cia Energética de São Paulo durante vários anos e entre 2000 a 2011 foi Vice Presidente de Geração da CPFL Energia . Presidente do Conselho de Administração da ENERCAN, Foz do Chapecó, CERAN e EPASA, Vice-Presidente do Conselho de Administração da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e BAESA, empresas em que a CPFL tem participação societária. É graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.				
Pedro José Ferreira de Oliveira - 059.725.311-00				

O Sr. Ferreira de Oliveira atuou na montagem eletromecânica das UHES Ilha Solteira-SP e Lajeado-TO. Na CESP atuou no período de 1979 a 1998 nas áreas Operação e Manutenção de várias UHEs, bem como na área de Transmissão. Em 1999, já pela AES Tietê, foi responsável pelo Departamento de Manutenção das UHEs dos Rios Tietê, Pardo e Grande. Na CPFL Geração de Energia, período de 2002 a 2008, respondeu pelo Departamento de Engenharia, onde atuou no projeto e implantação das UHEs Monte Claro, Castro Alves, 14 de Julho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó e na modernização e repotenciação de três PCHs. No período de 2009 a 2010, pela Engevix Engenharia, realizou inspeções em fábricas de equipamentos eletromecânicos para várias UHEs, dentre elas a UHE Jirau. Em 2009 atuou pela Spektro Engenharia Elétrica (contratada da ANEEL) realizando inspeções e diagnósticos em 14 UTEs nos estados do Amazonas e Acre. Em 2010 atuou pela CPFL Geração de Energia no projeto e iniciou a implantação dos Parques Eólicos Santa Clara I a VI e Eurus VI. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília-UnB. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Andre Franco Sales - 277.990.458-50

O Sr. Andre Franco Sales é bacharel em engenharia de produção pela Escola Politécnica de São Paulo (USP). Sócio do Pátria Investimentos e membro do Comitê de Gestão do P2 Brasil Fundo de Infraestrutura. Foi diretor e Co-presidente da ERSA até 2011. Foi diretor da área de assessoria do Pátria Investimentos de 2003 a 2006. Foi assessor da Diretoria do BNDES entre 2001 e 2002, gerente geral de gestão e operação de energia da Vale, e trabalhou por quatro anos na área de fusões e aquisições do JP Morgan, em São Paulo e Nova York. Membro do Conselho de Administração da NovaAgri Infraestrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A. desde julho de 2011; da Opersan Resíduos Industriais S.A. desde dezembro de 2012; da Oceana Offshore S.A. desde julho de 2011; da Highline do Brasil Infraestrutura de Telecomunicações S.A. desde novembro de 2012 e da Latin America Power Holding desde agosto de 2012. Desde agosto de 2011, é suplente do conselheiro Otavio Lopes Castello Branco Neto no Conselho de Administração. É presidente do Conselho de Administração da Capitale Energia Comercializadora S.A., desde março de 2012. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Edward Misrahi - 000.000.000-00

Edward Misrahi, portador do passaporte nº YA0457845 atuou como sócio fundador da Eton Park onde era responsável por investimentos em países emergentes e Europa. Antes de se juntar a Eton Park, trabalhou por 13 anos na Goldman Sachs, onde se tornou sócio e era responsável por investimentos proprietários e de toda operação da empresa na América Latina. O Sr. Misrahi foi co-presidente do Comitê de Equities para Países Emergentes, co-diretor da América Latina, diretor da divisão de Equities e membro do Comitê de Risco de Equities da Goldman Sachs. É Bacharel em Economia pela Princeton University (summa cum laude) e membro da Phi Beta Kappa. O Sr. Misrahi é trustee da Spanish Portuguese Synagogue. Atualmente, é sócio fundador da Ronit Capital e senior advisor do Eton Park. Desde Janeiro de 2013 é membro do Conselho de Administração da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Oderval Esteves Duarte Filho - 767.880.596-91

O Sr. Esteves Duarte Filho é gestor do Fundo Brasil Energia, desde 2004 é responsável pela originação, análise, seleção, estruturação, execução e monitoramento de oportunidades de investimento, além de ser presidente do conselho de administração de várias de suas empresas investidas. De 1999 a 2004 foi executivo da Southern Company, atuando na gestão de seus investimentos no setor elétrico Brasileiro, quando atuou como membro do conselho de administração da CEMIG. Antes de se juntar ao Pactual, trabalhou cinco anos na PricewaterhouseCoopers. Oderval Duarte é Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Otavio Lopes Castello Branco Neto - 055.240.348-20

O Sr. Otavio Lopes Castello Branco Neto é bacharel em engenharia mecânica de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), título que recebeu em 1983. É um dos sócios fundadores e membro do Comitê Executivo de Pátria Investimentos Ltda. desde março de 2003, sendo o sócio responsável pelo desenvolvimento e pela execução das atividades de Infraestrutura e Energia. Atuou como membro do Conselho de Administração da Anhanguera Educacional Participações S.A. de fevereiro de 2007 a abril de 2011. Ocupa o cargo de Diretor Presidente da P2 Gestão de Recursos Ltda., desde 2008. É Presidente do Conselho de Administração da NovaAgri Infraestrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A. desde abril de 2010, membro do Conselho de Administração da Hidrovias do Brasil S.A. desde março de 2012, Presidente do Conselho de Administração da Opersan Resíduos Industriais S.A. desde dezembro de 2012 e membro do Conselho de Administração da Oceana Offshore S.A. desde julho de 2011. Entre outubro de 2006 e julho de 2008, atuou como Diretor Presidente da CPFL – Energias Renováveis S.A. É também membro do Conselho de Administração da CPFL – Energias Renováveis S.A. desde outubro de 2006, tendo ocupado a posição de Presidente do Conselho de Administração até agosto de 2011. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Wilson Pinto Ferreira Junior - 012.217.298-10

O Sr. Pinto Ferreira Junior é formado em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie em 1981 e em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas pela Universidade Mackenzie em 1983. Cursou mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo (USP) (não defendeu tese), e várias especializações, dentre as quais Engenharia de Segurança do Trabalho (Universidade Mackenzie, 1982), Marketing (Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1988), e Administração de Distribuição de Energia Elétrica (Swedish Power Co. 1992). Na Companhia Energética de São Paulo (CESP) exerceu diversos cargos, incluindo Diretor de Distribuição (1995 a 1998). Foi Presidente da RGE de 1998 a 2000, Presidente do Conselho de Administração da Bandeirante Energia S.A. de 2000 a 2001 e Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE (2009 a 2010). É membro do Conselho de Administração do ONS e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB). Em março de 2000, tornou-se Presidente da CPFL Paulista, e posteriormente da CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguariúna, CPFL Bioenergua, e outras controladas da CPFL Energia. De 2002 a abril de 2011, foi membro do Conselho de Administração da CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE. É o Presidente da CPFL Energia desde 2002. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Gustavo Estrella - 037.234.097-09

Gustavo Estrella: Graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Trabalhou no Grupo Lafarge e nas empresas Light e Brasil Telecom. Pós-graduado (MBA) em Finanças pela IBMEC-RJ. Está no Grupo CPFL Energia desde 2001, tendo atuado neste período como gerente de Planejamento Econômico-Financeiro, Diretor de Relações com o Mercado Investidor e Diretor de Planejamento e Controle. Desde fevereiro de 2013, é Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia e Diretor Financeiro das empresas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, RGE e demais subsidiárias do grupo CPFL Energia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Alcides Casado de Oliveira Júnior - 065.278.298-17

Graduado em matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1988, com MBA em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (São Paulo) – CEAG em 1992, e especialização em Gestão em Energia pela Universidade de São Paulo (FEA) e pela Fundação Getúlio Vargas (SP). Na Duke Energy, atuou como Diretor Comercial e de Assuntos Regulatórios de 2000 a 2010, onde realizou o start up no Brasil das atividades de vendas e trading de energia de uma das maiores multinacionais do setor elétrico do mundo e estabeleceu as estratégias comerciais e de desenvolvimento de novas oportunidades de negócio. Foi também Presidente EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S. A., no ano de 2010, onde atuou elaboração do plano de turnaround e reposicionamento estratégico da Companhia. Desde 2011, atuava como Proprietário e Presidente da STH – Consultoria e Negócios em Energia. Atualmente é Diretor Presidente da CPFL Geração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

José Marcos Chaves de Melo - 730.497.867-87

Formado como técnico eletrônico pelo Centro Federal de Educação Tecnológica, no Rio de Janeiro (CEFET-RJ) em 1980. Formado em Engenharia Mecânica pela The University of Kansas em 1986. Possui as seguintes distinções acadêmicas e profissionais: Bolsa de Estudos da Fulbright Commission, U.S. National Engineering Honor Society (Tau Beta Pi) e Prêmio Mundial de Inovação da Accenture – Projeto SIGA 2006. Atuou na Accenture do Brasil (1987 a 2008) e foi Diretor no período de 1998 a 2008. Foi responsável pela execução dos projetos junto a empresas, tendo atuado por 12 anos no setor elétrico, 5 anos em óleo e gás, 2 anos em siderurgia e 1 ano em manufatura. Acumula experiência em diversas áreas funcionais, como Tecnologia da Informação, Cadeia de Suprimentos e Serviços de Campo e Gestão de Ativos. Ao longo de sua carreira atendeu as empresas Neoenergia, Light, CEMIG, CEMAR, CELESC, Furnas, Duke Energy, Petrobrás, Repsol-YPF e CSN e também ao CCEE, e ao ONS. Atualmente é Diretor Administrativo da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga, da RGE, da CPFL Santa Cruz, da CPFL Jaguariúna, da CPFL Geração, da CPFL Bioenergia e das demais subsidiárias da CPFL Energia. O Sr. Chaves é Diretor Vice-Presidente Administrativo da CPFL Energia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Carlos da Costa Parcias Júnior - 667.235.667-34

O Sr. Carlos da Costa Parcias Júnior é Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1990 e formado em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1986. Foi Diretor de Gestão de Participações da Icatu Group entre Março/2001 e Dezembro de 2003. Atuou como Consultor Independente de Finanças Corporativas entre Janeiro/2004 e Abril/2011. Posteriormente foi Diretor de Participações da Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura entre Maio/2011 e Fevereiro/2012. Desde Março/2012 exerce o cargo de Diretor Vice-Presidente do Grupo CPFL Energia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Hélio Viana Pereira - 237.109.776-49

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI) em 1976, com especialização em Engenharia da Qualidade Industrial pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Cursou Pós Graduação em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade de São Paulo (USP). Atuou como Engenheiro do Departamento de Eletrificação Rural na Eletrobrás (de 1976 a 1978), como Engenheiro da Área de Estudos de Redes Subterrâneas e como Gerente da Divisão de Iluminação Pública na Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB) (de 1978 a 1981). Ocupou diversos cargos de confiança, e foi Supervisor de Controle Operacional e Gerente de Operação da Companhia Energética de São Paulo (CESP) (de 1984 a 1989). Na CPFL Paulista ocupou o cargo de Gerente do Departamento de Planejamento e Modernização (de maio a agosto de 2000). Atualmente é Diretor Presidente da CPFL Paulista e CPFL Piratininga. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Ricardo Cleber Zangirolami - 151.833.308-75

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo – USP em 1993, com MBA Executivo Internacional pela FIA/USP de São Paulo em 2007, com especializações em Direito Societário e Contratos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1996 e 1998, respectivamente, e outra especialização em Societário pelo IBMEC de São Paulo em 2002. Na International Paper do Brasil Ltda, atuou como Diretor Jurídico no Brasil de 2006 a 2012, Diretor de Assuntos Corporativos na América Latina de 2008 a 2012, foi membro do Comitê Executivo na América Latina, membro do Comitê Jurídico nos Estados Unidos, Presidente Executivo da Fundação no Brasil, membro do Conselho Executivo do Fundo de Pensão no Brasil, bem como foi um dos membros do Conselho de Administração. Na Elektro Eletricidade e Serviços S.A., atuou como Diretor Jurídico de 2003 a 2006, foi membro dos Comitês Executivo Fiscal e de Auditoria, líder do Comitê de Ética e Compliance, bem como atuou como Secretário do Conselho de Administração. Na Alstom Power do Brasil Ltda, foi Diretor Jurídico da Alstom Brasil/Power Division de 1999 a 2003 e Gerente Jurídico Sênior da Alstom Energia de 1997 a 1999. Atualmente, é Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais da CPFL Energia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Lucas Caulliraux Martinelli - 094.411.547-09

O Sr. Lucas Caulliraux Martinelli é diretor da área de Merchant Banking do banco BTG Pactual, responsável pela gestão do FIP Brasil Energia e do Brazil Infrastructure Fund II. Antes de se juntar ao banco BTG Pactual, trabalhou na área de Project Finance do Banco ABN AMRO Real e, posteriormente, do Banco Standard de Investimentos, sendo responsável direto pela execução de diversos projetos nos setores de geração e transmissão de energia elétrica, óleo e gás e plantas industriais. Atualmente é membro do conselho de administração da SETE Brasil e de outras empresas investidas pelo FIP Brasil Energia. Lucas é bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Antonio Carlos Bassalo	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Contabilista	30/08/2012	1 ano
302.680.448-72			62	30/08/2012	
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Carlos Wilson Silva Ribeiro	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/08/2012	1 ano
992.522.527-20			46	30/08/2012	
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Vitor Fagali de Souza	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	03/06/2013	1 ano
260.735.068-99			36	03/06/2013	
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Alex de Araujo Germer	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	29/11/2012	1 ano
058.814.798-23	Comitê Operacional		52	29/11/2012	
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Andre Franco Sales	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/08/2012	1 ano
277.990.458-50	Comitê Operacional e Comitê Financeiro		38	30/08/2012	
É conselheiro de administração do emissor					
José Ferreira Abdal Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	28/06/2012	1 ano
722.706.408-53	Comitê Operacional		56	28/06/2012	
Não exerce outro cargo ou função no emissor					
Roberto Sahade	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Civil	30/08/2012	1 ano
252.037.838-70	Comitê operacional e Comitê financeiro		35	30/08/2012	
É ouvinte do conselho de administração					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros de nosso Conselho de Administração e os membros de nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da Administração de nossas controladas e com nossos acionistas controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2012			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 07.319.868/0001-06	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Arvoredo Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 09.076.988/0001-47	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 10.401.241/0001-04	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada**	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	09.079.142/0001-60		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	09.551.205/0001-30		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	09.551.294/0001-14		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	08.991.563/0001-09		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Tombo Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 09.510.047/0001-70	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Varginha Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 09.119.054/0001-45	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Várzea Alegre Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 09.079.069/0001-27	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada**	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Eólica Holding S.A. Diretor Presidente **Observação**	11.594.952/0001-05		
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Bio Coopcana S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.235.807/0001-92	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Bio Alvorada S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.419.243/0001-48	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.620.297/0001-77	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.	10.797.890/0001-68		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.	10.797.889/0001-33		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.	10.797.891/0001-02		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Buriti S.A.	11.631.681/0001-02		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Formosa S.A.	11.352.989/0001-19		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Ipê S.A.	11.631.679/0001-33		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68		
Diretor Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	10.797.899/0001-79		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	10.797.908/0001-21		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	10.797.910/0001-09		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	10.797.907/0001-87		
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	10.797.909/0001-76		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.906/0001-32		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente **Observação**	12.053.687/0001-02		
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.053.891/0001-23	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** São Benedito Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.053.657/0001-04	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** São Domingos Energias Renováveis S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.053.825/0001-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.	13.329.931/0001-80		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.	13.330.011/0001-81		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Jantus, S.L.	08.542.501/0001-01		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Conselheiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.640/0001-73		
Diretor Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda.	05.532.529/0001-70		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Atlântica I Parque Eólico S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.773.558/0001-99	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Atlântica II Parque Eólico S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.963.869/0001-10	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Atlântica IV Parque Eólico S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 12.981.225/0001-55	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada**	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Atlântica V Parque Eólico S.A. Diretor Presidente **Observação**	12.864.421/0001-40		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
BVP S.A. Diretor Presidente **Observação**	08.973.545/0001-96		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	07.565.497/0001-34		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Lacenas Participações Ltda. Diretor Presidente **Observação**	14.205.729/0001-09		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** SPE Navegantes Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.401.234/0001-02	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** SPE Ninho da Águia Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 09.079.118/0001-21	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** SPE Paiol Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 08.933.597/0001-39	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro e de Relações com Investidores **Pessoa Relacionada**	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.	10.797.890/0001-68		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.	10.797.889/0001-33		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.	10.797.891/0001-02		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Buriti S.A.	11.631.681/0001-02		
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Formosa S.A.	11.352.989/0001-19		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Ipê S.A.	11.631.679/0001-33		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** CPFL Bioenergia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 07.693.890/0001-03	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 05.441.551/0001-04	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Eurus V Energias Renováveis S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.797.901/0001-00	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada**	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	10.797.899/0001-79		
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	10.797.908/0001-21		
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	10.797.910/0001-09		
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	10.797.907/0001-87		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	10.797.909/0001-76		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.906/0001-32		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.	13.329.931/0001-80		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.	13.330.011/0001-81		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Conselheiro			
Pessoa Relacionada			
Jantus, S.L.	08.542.501/0001-01		
Conselheiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.640/0001-73		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.920.707/0001-70	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.920.755/0001-68	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.920.876/0001-00	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada**	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	10.920.997/0001-51		
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.920.941/0001-05	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.883.378/0001-34	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.883.587/0001-88	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda.	05.532.529/0001-70		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Atlântica I Parque Eólico S.A.	12.773.558/0001-99		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Atlântica II Parque Eólico S.A.	12.963.869/0001-10		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	12.981.225/0001-55		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Lacenas Participações Ltda.	14.205.729/0001-09		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor de Geração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.369.836/0001-11	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 09.665.352/0001-30	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Gameleira Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 07.099.001/0001-84	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada**	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Juremas Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	09.665.446/0001-00		
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Macacos Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 07.091.059/0001-81	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Navegantes Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.401.234/0001-02	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** PCH Participações S.A. Diretor de Engenharia e Obras **Observação**	135.200.128-47 09.077.015/0001-22	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.	10.797.890/0001-68		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.	10.797.889/0001-33		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.	10.797.891/0001-02		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Buriti S.A.	11.631.681/0001-02		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Formosa S.A.	11.352.989/0001-19		
Diretor de Geração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Ipê S.A.	11.631.679/0001-33		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.797.899/0001-79	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.797.908/0001-21	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.797.910/0001-09	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada**	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração **Observação**	10.797.907/0001-87		
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.797.909/0001-76	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.797.906/0001-32	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Eurus VI Energias Renováveis Ltda. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.797.905/0001-98	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.	13.329.931/0001-80		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.	13.330.011/0001-81		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.640/0001-73		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor de Geração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Atlântica I Parque Eólico S.A.	12.773.558/0001-99		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Atlântica II Parque Eólico S.A.	12.963.869/0001-10		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Atlântica IV Parque Eólico S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 12.981.225/0001-55	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Atlântica V Parque Eólico S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 12.864.421/0001-40	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** BVP S.A. Diretor de Engenharia e Obras **Observação**	135.200.128-47 08.973.545/0001-96	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada**	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Lacenas Participações Ltda. Diretor de Geração **Observação**	14.205.729/0001-09		
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** SPE Arvoredo Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	059.725.311-00 09.076.988/0001-47	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** SPE Barra da Paciência Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	059.725.311-00 09.079.142/0001-60	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	059.725.311-00 09.076.970/0001-45	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Operação de Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Operação de Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Operação de Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor de Geração			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Operação de Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor de Operação de Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Operação de Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor de Geração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** Santa Luzia Energética S.A. Diretor de Geração **Observação**	059.725.311-00 08.377.974/0001-09	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** SPE Turbina 16 Energia S.A. Diretor de Operação de Manutenção **Observação**	059.725.311-00 15.008.729/0001-81	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** SPE Turbina 17 Energia S.A. Diretor de Operação de Manutenção **Observação**	059.725.311-00 15.079.464/0001-02	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada**	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SIIF Energies do Brasil Ltda. Diretor de Operação de Manutenção **Observação**	03.491.252/0001-59		
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor de Operação de Manutenção **Observação**	059.725.311-00 08.384.470/0001-08	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	059.725.311-00 05.367.233/0001-40	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação de Manutenção **Pessoa Relacionada** Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Geração **Observação**	059.725.311-00 05.532.529/0001-70	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Controle	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor de Operação de Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operação de Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Figueira Branca Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 09.665.352/0001-30	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Gameleira Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 07.099.001/0001-84	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Juremas Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 09.665.446/0001-00	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada**	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Macacos Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	07.091.059/0001-81		
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Navegantes Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.401.234/0001-02	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Ninho da Águia Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 09.079.118/0001-21	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Paiol Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 08.933.597/0001-39	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.	10.797.890/0001-68		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.	10.797.889/0001-33		
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.	10.797.891/0001-02		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** CPFL Bio Buriti S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 11.631.681/0001-02	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** CPFL Bio Formosa S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 11.352.989/0001-19	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** CPFL Bio Ipê S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 11.631.679/0001-33	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada**	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
CPFL Bio Pedra S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	11.631.680/0001-68		
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** CPFL Bioenergia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 07.693.890/0001-03	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 05.441.551/0001-04	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** Eurus V Energias Renováveis S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.797.901/0001-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	10.797.899/0001-79		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	10.797.908/0001-21		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	10.797.910/0001-09		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	10.797.907/0001-87		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	10.797.909/0001-76		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.906/0001-32		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
São Domingos Energias Renováveis S.A.	12.053.825/0001-53		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A.	13.329.931/0001-80		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A.	13.330.011/0001-81		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09		
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 08.384.470/0001-08	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 05.367.233/0001-40	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.920.640/0001-73	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada**	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	10.920.707/0001-70		
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.920.755/0001-68	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.920.876/0001-00	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Júnior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.920.997/0001-51	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda.	05.532.529/0001-70		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Atlântica I Parque Eólico S.A.	12.773.558/0001-99		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Atlântica II Parque Eólico S.A.	12.963.869/0001-10		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	12.981.225/0001-55		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Júnior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Lacenas Participações Ltda.	14.205.729/0001-09		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlador Indireto
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	08.991.563/0001-09		
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 10.369.840/0001-80	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** SPE Cocais Grande Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 09.076.970/0001-45	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** SPE Corrente Grande Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 09.076.938/0001-60	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	12.620.297/0001-77		
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 12.620.252/0001-00	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 10.797.890/0001-68	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 10.797.889/0001-33	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.	10.797.891/0001-02		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.	10.797.893/0001-00		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A.	10.797.888/0001-99		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Buriti S.A.	11.631.681/0001-02		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Formosa S.A.	11.352.989/0001-19		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Ipê S.A.	11.631.679/0001-33		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bio Pedra S.A.	11.631.680/0001-68		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eurus V Energias Renováveis S.A.	10.797.901/0001-00		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	10.797.899/0001-79		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	10.797.908/0001-21		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	10.797.910/0001-09		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	10.797.907/0001-87		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	10.797.909/0001-76		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.906/0001-32		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	10.797.905/0001-98		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Santa Úrsula Energias Renováveis S.A.	12.053.891/0001-23		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
São Benedito Energias Renováveis S.A.	12.053.657/0001-04		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
São Domingos Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	12.053.825/0001-53		
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 13.329.931/0001-80	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** Ventos de São Martinho Energias Renováveis S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 13.330.011/0001-81	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Márcio Antônio Severi Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia **Pessoa Relacionada** Santa Luzia Energética S.A. Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia **Observação**	149.528.488-33 08.377.974/0001-09	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.640/0001-73		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eólica Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eólica Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia Ltda.	05.532.529/0001-70		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Atlântica II Parque Eólico S.A.	12.963.869/0001-10		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Atlântica IV Parque Eólico S.A.	12.981.225/0001-55		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Atlântica V Parque Eólico S.A.	12.864.421/0001-40		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Bons Ventos Geradora de Energia S.A.	07.565.497/0001-34		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e de Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
Lacenas Participações Ltda.	14.205.729/0001-09		
Diretor de Regulação e de Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
PCH Holding 2 S.A. Diretor de Novos Negócios **Observação**	11.623.581/0001-34		
Administrador do Emissor Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios **Pessoa Relacionada** PCH Participações S.A. Diretor de Novos Negócios **Observação**	286.054.178-03 09.077.015/0001-22	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Alessandro Gregori Filho Diretor de Novos Negócios **Pessoa Relacionada** Eólica Holding S.A. Diretor de Novos Negócios **Observação**	286.054.178-03 11.594.952/0001-05	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Alessandro Gregori Filho Alessandro Gregori Filho **Pessoa Relacionada** SPE Turbina 14 Energia S.A. Alessandro Gregori Filho **Observação**	286.054.178-03 12.620.297/0001-77	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	286.054.178-03	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
BVP S.A.	08.973.545/0001-96		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wilson Pinto Ferreira Júnior	012.217.298-10	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Lorival Nogueira Luz Júnior	678.741.266-53	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Paulo Eduardo de Almeida Godoy	963.236.718-91	Controle	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
José Marcos Chaves de Melo	730.497.867-87	Controle	Controlador Direto
Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Carlos Márcio Ferreira	016.712.938-43	Controle	Controlador Direto
Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Presidente do Conselho de Adminsitração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Hélio Viana Pereira	237.109.776-49	Controle	Controlador Direto
Suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Membro efetivo do Conselho de Administração			
Observação			

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações. S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Turbina 14 Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	12.620.297/0001-77		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	12.620.252/0001-00		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	15.008.729/0001-81		
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	15.079.464/0001-02		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Presidente.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Controle	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.529/0001-70		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.996.738/0001-04		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 10.920.640/0001-73	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 10.920.707/0001-70	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 10.920.755/0001-68	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada**	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	10.920.876/0001-00		
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 10.920.997/0001-51	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 10.920.941/0001-05	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Santa Luzia Energética S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 08.377.974/0001-09	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.	08.384.470/0001-08		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Santa Mônica Energias Renováveis S.A.	12.053.687/0001-02		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Juremas Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 09.665.446/0001-00	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Macacos Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 07.091.059/0001-81	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 09.665.342/0001-03	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada**	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
CPFL Bioenergia S.A. Diretor Presidente **Observação**	07.693.890/0001-03		
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 05.441.551/0001-04	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 13.438.769/0001-38	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Miguel Normando Abdalla Saad Diretor Presidente **Pessoa Relacionada** Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda. Diretor Presidente **Observação**	668.720.148-49 13.271.413/0001-52	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Miguel Normando Abdalla Saad	668.720.148-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Jantus S.L.	08.542.501/0001-01		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações. S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Alessandro Gregori Filho	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Novos Negócios			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Engenharia e Obras			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Engenharia e Obras			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Boa Vista 1 Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 09.551.205/0001-30	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Cachoeira Grande Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 08.991.563/0001-09	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Penedo Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 09.551.286/0001-78	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada**	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Salto Góes Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	08.933.585/0001-04		
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Santa Cruz Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 08.991.579/0001-03	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** SPE Tombo Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 09.510.047/0001-70	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor João Miguel Mongelli Martin Diretor de Engenharia e Obras **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Geração **Observação**	135.200.128-47 10.920.640/0001-73	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.941/0001-05		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor de Geraçaõ			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor de Geração			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor de Geração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin 10401234000102	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A. Diretor de Geração	09.665.342/0001-03		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin 10401234000102	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Geração	10.883.587/0001-88		
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SIIF Energies do Brasil Ltda. Diretor de Geração	03.491.252/0001-59		
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Márcio Antônio Severi	149.528.488-33	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Institucional, de Regulação e Comercialização de Energia			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Miguel Mongelli Martin	135.200.128-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Engenharia e Obras			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor de Geração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 05.441.551/0001-04	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 13.438.769/0001-38	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 13.271.413/0001-52	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada**	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Jantus S.L.	08.542.501/0001-01		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.529/0001-70		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.996.738/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.640/0001-73		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.997/0001-51		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 10.920.941/0001-05	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** SIIF Energies do Brasil Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 03.491.252/0001-59	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada** SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor Financeiro **Observação**	745.346.106-53 08.384.470/0001-08	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Marcelo Antônio Gonçalves Souza Diretor Financeiro **Pessoa Relacionada**	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Santa Luzia Energética S.A. Diretor Financeiro **Observação**	08.377.974/0001-09		
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A. Diretor de Operação e Manutenção **Observação**	09.640.711/0001-03		
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A. Diretor de Operação e Manutenção **Observação**	11.623.581/0001-34		
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
PCH Participações S.A. Diretor de Operação e Manutenção **Observação**	09.077.015/0001-22		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor de Operação e Manutenção			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	08.933.597/0001-39		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda. Diretor de Operação e Manutenção	10.883.378/0001-34		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção	05.532.529/0001-70		
Observação			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção **Observação**	05.532.555/0001-06		
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção **Pessoa Relacionada** Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção **Observação**	059.725.311-00 05.532.571/0001-90	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção' **Pessoa Relacionada** SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Operação e Manutenção **Observação**	059.725.311-00 05.367.233/0001-40	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Pedro José Ferreira de Oliveira Diretor de Operação e Manutenção **Pessoa Relacionada** SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor de Operação e Manutenção **Observação**	059.725.311-00 08.384.470/0001-08	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Pedro José Ferreira de Oliveira	059.725.311-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Operação e Manutenção			
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09		
Diretor de Operação e Manutenção			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Holding S.A.	11.594.952/0001-05		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
PCH Participações. S.A.	09.077.015/0001-22		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 14 Energia S.A.	12.620.297/0001-77		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 15 Energia S.A.	12.620.252/0001-00		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 16 Energia S.A.	15.008.729/0001-81		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Turbina 17 Energia S.A.	15.079.464/0001-02		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Tombo Energia S.A.	09.510.047/0001-70		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Coopcana S.A.	12.235.807/0001-92		
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Bio Alvorada S.A.	12.419.243/0001-48		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Alto Irani Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 07.319.868/0001-06	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Plano Alto Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 07.319.993/0001-08	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Baixa Verde Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.401.241/0001-04	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada**	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Cajueiro Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	10.369.840/0001-80		
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Costa Branca Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 09.665.392/0001-82	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.401.225/0001-03	Subordinação	Controlada Direta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.369.836/0001-11	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
CPFL Bioenergia S.A.	07.693.890/0001-03		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	05.441.551/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	13.438.769/0001-38		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Jayaditya Empreendimentos Participações Ltda.	13.271.413/0001-52		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	13.326.039/0001-45		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Curral Velho Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.378/0001-34		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.529/0001-70		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.555/0001-06		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.532.571/0001-90		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Quintanilha Machado Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.996.738/0001-04		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A.	05.367.233/0001-40		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Pontal das Falésias Geração e Comercialização de Energia Ltda.	10.883.587/0001-88		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.640/0001-73		
Diretor de Sustentabilidade			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia II Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.707/0001-70		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia III Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.755/0001-68		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Praia de Atalaia IV Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.920.876/0001-00		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia V Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.920.997/0001-51	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** Praia de Atalaia VI Geração e Comercialização de Energia S.A. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 10.920.941/0001-05	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada** SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda. Diretor de Sustentabilidade **Observação**	900.743.948-00 08.384.470/0001-08	Subordinação	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Tarcisio Borin Junior Diretor de Sustentabilidade **Pessoa Relacionada**	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SIIF Energies do Brasil Ltda.	03.491.252/0001-59		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
Santa Luzia Energética S.A.	08.377.974/0001-09		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Tarcisio Borin Junior	900.743.948-00	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Sustentabilidade			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Sustentabilidade			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wilson Pinto Ferreira Junior	012.217.298-10	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração de Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Otavio Lopes Castello Branco Neto	055.240.348-20	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Pátria Energia - Fundo de Investimentos em Participações	12.461.756/0001-17		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Adriana Waltrick dos Santos	472.363.610-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração de Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretora			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Paulo Eduardo de Almeida Godoy	963.236.718-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração de Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marco Antonio Oliveira de Siqueira	593.263.287-91	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Comitê Operacional			
Pessoa Relacionada			
CPFL Comercialização Brasil S.A.	04.973.790/0001-42		
Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Lorival Nogueira Luz Junior	678.741.266-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CPFL Geração de Energia S.A.	03.953.509/0001-47		
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Oderval Esteves Duarte Filho	767.880.596-91	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia	07.032.374/0001-38		
Gestor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Dirk Donath		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Secor LLC (Eton Park)	08.952.278/0001-70		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Otavio Lopes Castello Branco Neto	055.240.348-20	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Pátria Energia - Fundo de Investimentos em Participações	12.461.756/0001-17		
Gestor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Ouvinte do Conselho de Administração.			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Co-Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			

Exercício Social 31/12/2010

Administrador do Emissor			
Otavio Lopes Castello Branco Neto	055.240.348-20	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Pátria Energia - Fundo de Investimentos em Participações	12.461.756/0001-17		
Gestor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Edward Misrahi		Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Secor LLC (Eton Park)	08.952.278/0001-70		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Luiz Otávio Magalhães	053.187.248-33	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Pátria Energia - Fundo de Investimentos em Participações	12.461.756/0001-17		
Gestor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Oderval Esteves Duarte Filho	767.880.596-91	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia	07.032.374/0001-38		
Gestor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Dirk Donath		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Secor LLC (Eton Park)	08.952.278/0001-70		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Yves Ehlert	234.167.568-94	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
DEG - Deutsche Investitions - Und Entwicklungsgesellschaft MBH	05.671.563/0001-25		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
É ouvinte do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
GMR Energia S.A.	08.978.651/0001-62		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Bruno Alberto Lima Franco	072.991.427-59	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia	07.032.374/0001-38		
Gestor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Paulo Thiago Passoni	272.922.268-50	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Secor LLC (Eton Park)	08.952.278/0001-70		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor Co-Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	09.325.592/0001-96		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Costa das Dunas Energia S.A. Diretor Co-Presidente **Observação**	10.401.225/0001-03		
Administrador do Emissor Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Farol de Touros Energia S.A. Diretor Co-Presidente **Observação**	277.990.458-50 10.369.836/0001-11	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente **Pessoa Relacionada** ERSA - Comercialização de Energia S.A. Diretor Co-Presidente **Observação**	277.990.458-50 11.312.664/0001-02	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor Andre Franco Sales Diretor Co-Presidente **Pessoa Relacionada** PCH Holding 2 S.A. Diretor Co-Presidente **Observação**	277.990.458-50 11.623.581/0001-34	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Co-Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Andre Franco Sales	277.990.458-50	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Controle	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	09.325.592/0001-96		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Comercialização de Energia S.A.	11.312.664/0001-02		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Financeiro			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor Financeiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Antônio Gonçalves Souza	745.346.106-53	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor Financeiro			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Pedra Preta Energia S.A.	09.665.342/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor Co-Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	09.325.592/0001-96		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Comercialização de Energia S.A.	11.312.664/0001-02		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Direta
Diretor Co-Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor Co-Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Sahade	252.037.838-70	Controle	Controlada Indireta
Diretor Co-Presidente			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor Co-Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Roberto Sahade Diretor Co-Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Paiol Energia S.A. Diretor Co-Presidente **Observação**	252.037.838-70 08.933.597/0001-39	Controle	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Roberto Sahade Diretor Co-Presidente **Pessoa Relacionada** SPE São Gonçalo Energia S.A. Diretor Co-Presidente **Observação**	252.037.838-70 09.076.941/0001-83	Controle	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Roberto Sahade Diretor Co-Presidente **Pessoa Relacionada** SPE Varginha Energia S.A. Diretor Co-Presidente **Observação**	252.037.838-70 09.119.054/0001-45	Controle	Controlada Indireta
Administrador do Emissor Daniel Gallo Diretor **Pessoa Relacionada**	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Gameleira Energia S.A.	07.099.001/0001-84		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Figueira Branca Energia S.A.	09.665.352/0001-30		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Macacos Energia S.A.	07.091.059/0001-81		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa Branca Energia S.A.	09.665.392/0001-82		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Juremas Energia S.A.	09.665.446/0001-00		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Galo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Navegantes Energia S.A.	10.401.234/0001-02		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Baixa Verde Energia S.A.	10.401.241/0001-04		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 1 Energia S.A.	09.551.205/0001-30		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	09.551.294/0001-14		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Cajueiro Energia S.A.	10.369.840/0001-80		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Cachoeira Grande Energia S.A.	08.991.563/0001-09		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Salto Góes Energia S.A.	08.933.585/0001-04		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Controle	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Penedo Energia S.A.	09.551.286/0001-78		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Santa Cruz Energia S.A.	08.991.579/0001-03		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A.	09.325.592/0001-96		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
SPE Alto Irani Energia S.A.	07.319.868/0001-06		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Plano Alto Energia S.A.	07.319.993/0001-08		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	10.401.225/0001-03		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Farol de Touros Energia S.A.	10.369.836/0001-11		
Diretor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
ERSA - Comercialização de Energia S.A.	11.312.664/0001-02		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding S.A.	09.640.711/0001-03		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
PCH Holding 2 S.A.	11.623.581/0001-34		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Aiuruoca Energia S.A.	09.076.926/0001-35		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Arvoredo Energia S.A.	09.076.988/0001-47		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Barra da Paciência Energia S.A.	09.079.142/0001-60		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
SPE Cocais Grande Energia S.A.	09.076.970/0001-45		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Corrente Grande Energia S.A.	09.076.938/0001-60		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Ninho da Águia Energia S.A.	09.079.118/0001-21		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Paiol Energia S.A.	08.933.597/0001-39		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE São Gonçalo Energia S.A.	09.076.941/0001-83		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Varginha Energia S.A.	09.119.054/0001-45		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Gallo	259.032.778-10	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
SPE Várzea Alegre Energia S.A.	09.079.069/0001-27		
Diretor			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, bem como os administradores de suas controladas, estão segurados por uma apólice de seguro D&O do grupo CPFL Energia, onde o limite máximo de indenização cobre todas as suas controladas, sob o pagamento proporcional do prêmio total da apólice. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seus patrimônios pessoais sejam atingidos em decorrência de atos praticados no exercício regular de seus respectivos cargos na Companhia e/ou suas controladas. A cobertura da apólice é limitada ao valor global de US$50 milhões (cinquenta milhões de dólares americanos). No exercício social de 2012, o valor do prêmio referente à apólice mencionada foi de R$1.786,70 para a Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

De modo a garantir acesso a informações relevantes sobre as nossas práticas, segue tabela com informações a respeito de nossas assembleias gerais realizadas nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente:

Assembleia	Data de Realização	Instalação em Segunda Convocação	Quórum de Instalação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2013	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	26/03/2013	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	08/03/2013	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	28/01/2013	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	31/05/2012	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	08/05/2012	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	27/04/2012	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	13/04/2012	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	24/01/2012	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2011	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	24/08/2011	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	22/08/2011	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2011	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	14/01/2011	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	22/12/2010	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	12/11/2010	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	30/06/2010	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2010	Não	100%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração dos administradores com função executiva praticada por nós tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com o padrão de excelência requerido pela CPFL Renováveis.

A remuneração fixa da nossa Diretoria estatutária é baseada em pesquisa de mercado realizada por consultoria especializada, que, periodicamente, apresenta as suas avaliações sobre a remuneração desses cargos praticada no mercado. A última pesquisa de mercado foi realizada pela Mercer Human Resources Consulting Ltda.

A remuneração variável dos diretores estatutários é baseada em metas contratadas com base no nosso planejamento estratégico.

b) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração: os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus à qualquer remuneração.

Conselho Fiscal: na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Diretoria Estatutária: os membros da nossa Diretoria estatutária, além da remuneração fixa recebida mensalmente, fazem jus a (i) benefícios, (ii) incentivos de curto prazo (que incluem salários, encargos e honorários dos administradores) e (iii) incentivos de longo prazo (que inclui a participação nos nossos resultados e, para determinados Diretores, remuneração com base em modelo a ser definido). Os incentivos de curto prazo têm por objetivo central direcionar o comportamento dos executivos ao aperfeiçoamento da estratégia dos nossos negócios e ao atingimento de resultados, e os incentivos de longo prazo têm como objetivos a criação de visão e comprometimento de longo prazo. Os membros de nossa Diretoria estatutária não fazem jus a benefícios recebidos em função da cessação do exercício do cargo.

Comitês: os membros dos nossos Comitês não fazem jus a remuneração exclusivamente pelo cargo que ocupam em tais comitês.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Honorários fixos	Não aplicável	Não aplicável	63%
Benefícios	Não aplicável	Não aplicável	4%
Incentivos de curto prazo	Não aplicável	Não aplicável	24%
Incentivos de longo prazo	Não aplicável	Não aplicável	9%
Total	**Não aplicável**	**Não aplicável**	**100%**

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A proposta de remuneração definida pelo Conselho de Administração da Companhia para os Diretores estatutários, bem como eventual reajuste, baseia-se em pesquisa de mercado realizada por consultorias especializadas. A última pesquisa de mercado foi realizada pela Mercer Human Resources Consulting Ltda., baseando-se em companhias do setor de energia elétrica e outros setores comparáveis, de portes semelhantes ou menores que o da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções equivalentes em companhias do setor de energia elétrica e outros setores comparáveis, de portes semelhantes ou menores que o da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Com relação à remuneração variável dos diretores estatutários, realizamos a avaliação do órgão, verificando o desempenho de seus membros, conforme metas corporativas e individuais, estabelecidas de acordo com o plano estratégico da Companhia.

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos da remuneração dos nossos administradores compreendem o alcance de metas corporativas (tais como EBITDA e PMSO), específicas (com até quatro indicadores para atingimento do plano estratégico) e gestão de pessoas (com indicador específico para desenvolvimento da equipe). Com exceção de tais indicadores, não aplicamos metodologia específica adicional para o cálculo de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos de remuneração dos nossos administradores.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Os honorários dos Diretores estatutários serão revisados por meio de pesquisa de mercado e possíveis ajustes poderão ser validados pelo Conselho da Administração.

A remuneração variável é totalmente baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

A parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao nosso próprio desempenho no período em questão (tais como EBITDA e PMSO). Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos administradores a título de bônus ou participação nos resultados, dependem da evolução da Companhia e do alcance de metas individuais dos seus administradores. Com exceção de tal verificação de desempenho, não aplicamos metodologia específica adicional para o cálculo de desempenho levados em consideração na determinação dos valores pagos a nossos administradores.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

A política de remuneração dos Diretores estatutários está alinhada aos nossos interesses e com as metas alinhadas com plano estratégico da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	7,00		14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.832.163,30		3.832.163,30
Benefícios direto e indireto	0,00	494.029,19		494.029,19
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.073.005,72		1.073.005,72
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.229.945,24		2.229.945,24
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	486.735,37		486.735,37
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	8.115.878,82		8.115.878,82

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,66	7,00		15,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.605.765,63		3.605.765,63
Benefícios direto e indireto	0,00	326.708,56		326.708,56
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.009.614,38		1.009.614,38

Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	779.880,00		779.880,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	271.000,00		271.000,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	5.992.968,57		5.992.968,57

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,33	4,92		13,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.359.100,00		3.359.100,00
Benefícios direto e indireto	0,00	269.171,32		269.171,32
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	671.820,00		671.820,00
Descrição de outras remunerações fixas		INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	919.000,00		919.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	826.000,00		826.000,00
Observação	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração	0,00	6.045.091,32		6.045.091,32

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	4,83		12,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.020.882,00		2.020.882,00
Benefícios direto e indireto	0,00	113.079,48		113.079,48
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	404.176,40		404.176,40
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.153.486,41		1.153.486,41
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração	0,00	3.691.624,29		3.691.624,29

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.)

Ano 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**0,00**	**7,00**	**0,00**	**7,00**
Em relação ao bônus:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.500.405,66	0,00	1.500.405,66
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	2.250.608,49	0,00	2.250.608,49
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	1.875.507,07	0,00	1.875.507,07
Em relação à participação no resultado:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**0,00**	**7,00**	**0,00**	**7,00**
Em relação ao bônus:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.523.200,00	0,00	1.523.200,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	2.284.800,00	0,00	2.284.800,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	1.904.000,00	0,00	1.904.000,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	779.880,00	0,00	779.880,00
Em relação à participação no resultado:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**0,00**	**9,00**	**0,00**	**9,00**
Em relação ao bônus:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	772.510,72	0,00	772.510,72
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.158.766,08	0,00	1.158.766,08
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	965.638,40	0,00	965.638,40
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	919.000,00	0,00	919.000,00
Em relação à participação no resultado:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Ano 2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**0,00**	**6,00**	**0,00**	**6,00**
Em relação ao bônus:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	849.201,15	0,00	849.201,15
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.273.801,73	0,00	1.273.801,73
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	1.061.501,44	0,00	1.061.501,44
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	1.154.000,00	0,00	1.154.000,00
Em relação à participação no resultado:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração Caso as Metas Fossem Atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Efetivamente Reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, possuíamos em vigor o Plano de Compra de Ações ("Plano") aprovado por nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2009.

Conforme mencionado no item "g" abaixo, o Plano estabelecia que poderiam ter sido emitidas Opções (conforme abaixo definido) que correspondiam até no máximo 1% das ações representativas do nosso capital social total. Desde a aprovação do Plano, nosso Conselho de Administração aprovou três Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), quais sejam: o Programa de 2009, em 29 de outubro de 2009, o Programa de 2010, em 9 de março de 2010, e o Programa de 2011, em 1º de março de 2011. Por decisão da Companhia e seus acionistas o Plano foi descontinuado, motivo pelo qual não houve novas outorgas de Opções (conforme abaixo definido) com base no Plano.

Os detalhes do Plano seguem abaixo, os quais foram ajustados para refletir o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012:

a. termos e condições gerais

Cada 5 (cinco) opções de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de nossa emissão, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano ("Opção").

O Plano era administrado pelo nosso Conselho de Administração.

No âmbito do Plano, nosso Conselho de Administração aprovou, periodicamente, Programas, nos quais foram definidos os Participantes (conforme abaixo definido), o número de Opções, o preço de exercício, a distribuição das Opções, a data de vigência e as demais respectivas regras específicas de cada Programa, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano.

Nosso Conselho de Administração poderia ter agregado novos Participantes (conforme abaixo definido) aos Programas, determinando o número de ações que o Participante (conforme abaixo definido) teria direito de adquirir e ajustando o preço de exercício.

Quando do lançamento de cada um dos Programas, o nosso Conselho de Administração fixou os termos e as condições de cada Opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), que foram celebrados entre a Companhia e cada Participante, com referência aos Programas estabelecidos pelo nosso Conselho de Administração. Os Contratos definiram pelo menos as seguintes condições: (a) o número de ações que o Participante (conforme abaixo definido) teve direito de adquirir com o exercício da Opção e o preço por ação; (b) o prazo durante o qual a Opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial da Opção e em que os direitos decorrentes da Opção expirarão; (c) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações adquiridas; e (d) quaisquer outros termos e condições em consonância com o Plano ou o respectivo Programa.

Os nossos administradores e empregados de nível gerencial eram elegíveis ao Plano. Em cada um dos Programas, o nosso Conselho de Administração indicou, dentre os elegíveis, aqueles aos quais foram oferecidas Opções ("Participantes"). A indicação do Participante em determinado ano não implicava sua indicação como Participante em qualquer outro ano.

O Participante que tivesse interesse em participar do Programa para o qual tenha sido designado deveria firmar o competente Termo de Adesão, no prazo fixado em cada Programa.

As Opções objeto do Plano foram outorgadas aos Participantes em caráter pessoal, não podendo ser empenhadas, comunicadas, cedidas ou transferidas a terceiros, salvo na hipótese de falecimento expressamente prevista no Plano.

As ações adquiridas pelos Participantes das Opções farão jus aos dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Companhia a partir da data da liquidação física do exercício das Opções, com a transferência das ações para o Participante.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

b. principais objetivos do Plano

O Plano tinha por objeto a outorga de opções de compra de ações de nossa emissão a administradores e empregados de nível gerencial, com os seguintes objetivos: (a) estimular a nossa expansão e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para a integração dos participantes com nossos acionistas; (b) nos possibilitar atrair e manter os participantes, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem nossos acionistas, nos termos, condições e formas previstos no Plano; (c) promover o nosso bom desempenho e dos interesses dos nossos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte dos participantes; e (d) proporcionar aos participantes uma participação no valor criado com o nosso desenvolvimento, alinhando os seus interesses com os interesses dos nossos acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano visava despertar nos participantes o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no nosso sucesso financeiro, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos nossos interesses e de nossos acionistas.

d. como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Plano se inseria numa política de remuneração que visava premiar os participantes que haviam se destacado por contribuir significativamente para o nosso desempenho, ou cuja contratação fosse de vital importância para a boa execução dos nossos planos e estratégias.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano se alinhava com os interesses dos Participantes e nossos na medida em que visava despertar neles o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no nosso sucesso financeiro, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos nossos interesses e de nossos acionistas no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

O Plano estava limitado a um máximo de Opções que resultasse em uma diluição de até 1% no total de ações de nossa emissão na data de criação de cada Programa. A diluição correspondia ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as Opções, considerando todas as Opções outorgadas no Plano, já exercíveis ou não, dividido pela atual quantidade total de ações de nossa emissão adicionadas às Opções outorgadas no Plano. O limite total de diluição foi verificado na data de criação de cada Programa, levando em conta as Opções já anteriormente exercidas.

Considerando as Opções outorgadas no âmbito do Plano e que ainda são passíveis de serem exercidas (vide item “g” abaixo), as Opções poderão resultar na emissão de até 292.533 novas ações de nossa emissão, caso a totalidade das Opções outorgadas ainda passíveis de exercício sejam exercidas. Não haverá outorgas adicionais de Opção com base no Plano.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Das 4.685.729 opções outorgadas aos nossos Diretores Estatutários e aos nossos empregados em nível gerencial desde o início do Plano de Compra de Ações (“Plano”), 1.828.904 opções foram canceladas, devido ao desligamento do respectivo membro, nos termos do Plano, de modo que atualmente apenas 3.250.840 opções são passíveis de serem exercidas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

h. condições de aquisição de ações

A aquisição do direito ao exercício das Opções ("*Vesting*") está sujeita aos prazos de carência de cada Programa. O *Vesting* das Opções ocorrerá em quatro etapas anuais, sendo a primeira parcela a partir do primeiro aniversário de vigência do Programa e as demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes, conforme indicado na tabela abaixo:

***Vesting* das Opções (a partir da data de vigência de cada Programa)**	**Percentual de Opções *Vested***
Antes do primeiro aniversário	0%
A partir do primeiro aniversário	Até 25%
A partir do segundo aniversário	Até 25%, mais eventual sobra não exercida no período antecedente
A partir do terceiro aniversário	Até 25%, mais eventuais sobras não exercidas nos períodos antecedentes
A partir do quarto aniversário	Até 25%, mais eventuais sobras não exercidas nos períodos antecedentes

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço base de exercício das Opções a ser pago pelos Participantes titulares das Opções ("Preço de Exercício") foi definido pelo Conselho de Administração em cada um dos Programas, quais sejam: (i) para o Programa de 2009, o Preço de Exercício foi de R$1,23 por Opção; (ii) para o Programa de 2010, o Preço de Exercício foi de R$1,84 por Opção; e (iii) para o Programa de 2011, o Preço de Exercício foi de R$1,84. Os Preços de Exercício são atualizados pelo IPCA desde (i) 1 de janeiro de 2009 para o Programa de 2009; e (ii) 8 de outubro de 2009 para os Programas de 2010 e de 2011.

j. critérios para fixação de prazo de exercício

Observados os prazos de carência acima, as Opções poderão ser exercidas pelo Participante titular das Opções durante o prazo a ser fixado pelo Conselho de Administração para cada Programa, que deverá ser de no máximo dez anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato ("Prazo da Opção**"**). O exercício de cada Opção será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Opção ("Termo de Exercício") devidamente preenchido e assinado pelo Participante.

As Opções somente poderão ser exercidas pelos Participantes em caso de ocorrência de um dos eventos a seguir ("Condições para Exercício das Opções"): (a) oferta pública inicial (primária ou secundária) para ações ordinárias, preferenciais ou *units*, resultando na negociação de nossas ações em mercado público brasileiro ou internacional ("IPO"); ou (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer de nossos acionistas ("Acionista Alienante"), de número de ações representativas de 10% ou mais do nosso capital social, a terceiro adquirente ("Adquirente"), antes da ocorrência de um IPO.

No caso do item (b) acima, o Adquirente terá o direito, a ser exercido a seu exclusivo critério, de comprar dos Participantes, que terão a obrigação de vender, as ações oriundas dos exercícios das Opções *Vested* (conforme abaixo definido), pelo mesmo preço por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante. Se o Adquirente não desejar adquirir as ações dos Participantes do Plano, mas os Participantes desejarem vender suas ações, os Participantes terão o direito, a ser exercido a exclusivo critério de cada Participante, de vender ao Adquirente, que terá a obrigação de comprar, pelo mesmo valor por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante, as ações oriundas do exercício das Opções *Vested* (conforme abaixo definido). Nas hipóteses acima, o exercício das Opções e a respectiva subscrição das ações pelos Participantes fica condicionada à venda imediata das ações pelos Participantes ao Adquirente, na mesma data do exercício das Opções.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Ainda na hipótese do item (b) acima, caso a alienação seja de um número de ações que implique alteração do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas ("Alienação de Controle"), o Adquirente terá o direito, a ser exercido a seu exclusivo critério, de (i) comprar dos Participantes, que terão a obrigação de vender, as ações oriundas dos exercícios das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções Não-*vested* (conforme abaixo definido), pelo mesmo preço por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante; e (ii) declarar o vencimento antecipado de todos os prazos de carência das Opções Não-*vested* (conforme abaixo definido) de que os Participantes forem titulares para que estes, se assim desejarem, possam fazer a subscrição de novas ações. Se o Adquirente não desejar adquirir as ações dos Participantes do Plano, mas os Participantes desejarem vender suas ações, os Participantes terão o direito, a ser exercido a exclusivo critério de cada Participante, de vender ao Adquirente, que terá a obrigação de comprar, pelo mesmo valor por ação e condições de pagamento oferecidos ao Acionista Alienante, as ações oriundas do exercício das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções Não-v*ested* (conforme abaixo definido). Nas hipóteses acima, o exercício das Opções e a respectiva subscrição das ações pelos Participantes fica condicionada à venda imediata das ações pelos Participantes ao Adquirente, na mesma data do exercício das Opções.

No caso da ocorrência de um IPO, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, aprovar que as Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e as Opções Não-*vested* (conforme abaixo definido) sejam liberadas para serem exercidas no todo ou em parte pelos Participantes. O Conselho de Administração poderá estabelecer regras especiais que permitam que as ações objeto das Opções *Vested* (conforme abaixo definido) e Opções Não-*vested* (conforme abaixo definido) possam ser vendidas no IPO.

As Opções não exercidas pelo Participante durante o Prazo da Opção, seja pela não ocorrência das Condições para Exercício da Opção, ou por intenção do Participante em não exercê-las, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Caso a última data fixada para exercício durante o Prazo da Opção coincida com período de vedação à negociação com valores mobiliários de nossa emissão, nos termos de nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários ou da legislação aplicável, o Prazo da Opção será prorrogado até a próxima data fixada pelo Conselho de Administração para o exercício das Opções.

k. forma de liquidação

O pagamento deverá ser feito à vista, no ato da aquisição das ações, na forma determinada pelo Conselho de Administração em cada Programa, salvo na hipótese de o Participante optar por vender imediatamente, em bolsa de valores, parte ou a totalidade das ações adquiridas, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo Participante de nota promissória *pró-soluto* com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até a data da liquidação do exercício das Opções, com a transferência das ações para os Participantes.

l. restrições à transferência das ações

Eventuais restrições à transferência das ações adquiridas no âmbito do Plano será decidas pelo nosso Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Caso venham a ser feitas modificações na nossa estrutura acionária, envolvendo aumento, diminuição, desdobramento, grupamento, bonificações em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, ou modificação semelhante nas nossas ações, ficará resguardado ao nosso Conselho de Administração o direito de também poder ajustar essas modificações às Opções não exercidas pelos seus titulares. Quaisquer ajustes nas Opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da Opção, mas com ajuste do preço de exercício.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Na hipótese de nossa dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual não sejamos a sociedade remanescente, o Plano terminará e as Opções até então concedidas extinguir-se-ão, a não ser que, em conexão com tal operação, o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício das Opções dos Programas em vigência, ou estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das Opções até então concedidas com a substituição de tais Opções por novas opções, assumindo a companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustes apropriados no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista. Os ajustes efetuados no Plano quando da substituição das Opções originais por novas opções serão vinculativos. Os Participantes que discordem dos ajustes no Plano terão o direito de renunciar às suas Opções.

Os ajustes segundo as condições do item acima serão feitos pelo Conselho de Administração e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra de ações poderá levar à sua revisão parcial ou integral, ou mesmo sua suspensão ou extinção, a critério do nosso Conselho de Administração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de Desligamento Involuntário do Participante (conforme abaixo definido), todas as Opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis ("Opções Não-*vested*") restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Não obstante, caberá ao titular o direito de exercer imediatamente as Opções já exercíveis na data do Desligamento Involuntário ("Opções *Vested*"), caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

Para fins do Plano, o termo "**Desligamento Involuntário**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do titular da Opção conosco, tal como substituição ou não reeleição como nosso administrador estatutário ou rescisão sem justa causa de contrato de trabalho, exceto Desligamento Voluntário (conforme abaixo definido), Desligamento por Justa Causa (conforme abaixo definido), falecimento, invalidez permanente ou Desligamento Especial (conforme abaixo definido).

Em caso de Desligamento Voluntário do Participante, todas as Opções Não-*vested* restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Não obstante, caberá ao titular o direito de exercer imediatamente as Opções *Vested* caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

Para fins do Plano, o termo "**Desligamento Voluntário**" significa qualquer ato praticado de forma voluntária pelo titular da Opção que ponha fim à relação jurídica conosco, tal como pedido de demissão, no caso dos Participantes que sejam nossos empregados, ou renúncia ao cargo, no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados ou prestadores de serviços.

Em caso de Desligamento por Justa Causa, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Opções *Vested* ou Opções Não-*vested*, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Para fins do Plano, o termo "**Desligamento por Justa Causa**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica do titular da Opção conosco por justa causa, nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam nossos empregados e, no caso dos Participantes que sejam administradores estatutários não-empregados ou prestadores de serviços, as seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador ou contrato de prestação de serviços; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas controladas ou coligadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos nossos negócios, imagem ou situação financeira, de nossos sócios, ou de quaisquer empresas controladas ou coligadas, desde que devidamente comprovado; (e) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário ou contrato de prestação de serviços celebrado pelo Participante conosco ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; (f) descumprimento do nosso Estatuto Social, Código de Ética e demais disposições societárias aplicáveis ao Participante, como administrador ou prestador de serviços; e (g) descumprimento das obrigações previstas na Lei das Sociedades por Ações, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei, obrigações essas que serão também aplicáveis por analogia aos prestadores de serviços.

No caso de Desligamento Especial do Participante, todas as Opções *Vested* poderão ser exercidas imediatamente, mediante pagamento à vista, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções, e todas as Opções Não-*vested* poderão ser exercidas em seus prazos e regras normais de *Vesting*.

Para efeitos do Plano, o termo "**Desligamento Especial**" significa o encerramento da carreira do Participante, mediante aprovação caso-a-caso do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. Caso o pedido de Desligamento Especial seja de iniciativa do próprio Participante, ao avaliar o pedido o Conselho de Administração levará em consideração (i) a antecedência do pedido; (ii) o eventual plano de atividade profissional pós-desligamento do Participante; (ii) outras circunstâncias aplicáveis ao caso. A decisão do Conselho de Administração será discricionária e desvinculada das regras para aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, no termos das regras da previdência oficial (INSS) ou das regras para suplementação de aposentadoria de qualquer plano privado eventualmente patrocinado por nós.

No caso de falecimento do Participante, todas as Opções Não-*vested* tornar-se-ão exercíveis antecipadamente, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções. As Opções *Vested* ou Não-*vested* estender-se-ão aos seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, podendo ser exercidas imediatamente, no todo ou em parte, pelos herdeiros, sucessores ou cônjuges meeiros do Participante, mediante pagamento à vista, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções.

No caso de invalidez permanente do Participante, todas as Opções Não-*vested* tornar-se-ão exercíveis antecipadamente, caso tenha ocorrido uma das Condições para Exercício das Opções. O Participante ou seu responsável legal terá o direito de exercer as Opções *Vested* ou Não-*vested* imediatamente, mediante pagamento à vista.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Até a data deste Formulário de Referência, não havia qualquer ação, quota ou outro valor mobiliário de emissão da Companhia, de seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que fosse detida por membro do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações de nossa emissão para o nosso Conselho de Administração nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

Para o exercício social corrente (2013), não houve e não há previsão de remuneração baseada em ações de nossa emissão para o nosso Conselho de Administração e para a nossa Diretoria.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 não houve opções outorgadas.

A tabela a seguir refere-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2(1)
Data(s) da(s) outorga(s)	1º de março de 2011
Quantidade de opções outorgadas	1.350.000(2)
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até o 1º aniversário – 0% A partir do 1º aniversário – 25% A partir do 2º aniversário – 50% A partir do 3º aniversário – 75% A partir do 4º aniversário – 100%
Prazo máximo para exercício das opções	Até 10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	Não há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social	R$9,65(3)
Perdidas durante o exercício social	Não aplicável
Exercidas durante o exercício social	Não aplicável
Expiradas durante o exercício social	Não aplicável
Valor justo das opções na data de outorga(4)	Programa 2011: 1ª Tranche – R$1,95; 2ª Tranche – R$2,05; 3ª Tranche – R$1,85 e 4ª Tranche – R$1,95.
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,07%(5)

(1) Considera apenas o número de Diretores Estatutários à época da outorga das opções e os Diretores Estatutários que efetivamente receberam opções.
(2) Considera apenas as opções outorgadas aos nossos Diretores Estatutários à época da outorga. A cada cinco opções outorgadas equivale uma ação ordinária de emissão da Companhia.
(3) Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012, bem como a correção pelo IPCA.
(4) Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012.
(5) A diluição potencial considera também o exercício das opções outorgadas aos nossos empregados não-diretores, bem como a diluição potencial no caso de exercício da totalidade das opções possíveis de serem exercidas. Para maiores informações, vide item 14.3.c deste Formulário de Referência.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A tabela a seguir refere-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2[1]
Data(s) da(s) outorga(s)	9 de março de 2010
Quantidade de opções outorgadas	569.703[2]
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Até o 1º aniversário – 0% A partir do 1º aniversário – 25% A partir do 2º aniversário – 50% A partir do 3º aniversário – 75% A partir do 4º aniversário – 100%
Prazo máximo para exercício das opções	Até 10 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	Não há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	
Em aberto no início do exercício social	R$8,20[3]
Perdidas durante o exercício social	Não aplicável
Exercidas durante o exercício social	Não aplicável
Expiradas durante o exercício social	Não aplicável
Valor justo das opções na data de outorga[4]	Programa 2010: 1ª Tranche – R$2,85; 2ª Tranche – R$3,00; 3ª Tranche – R$2,75 e 4ª Tranche – R$2,90.
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,07%[5]

(1) Considera apenas o número de Diretores Estatutários à época da outorga das opções e os Diretores Estatutários que efetivamente receberam opções.
(2) Considera apenas as opções outorgadas aos nossos Diretores Estatutários à época da outorga. A cada cinco opções outorgadas equivale uma ação ordinária de emissão da Companhia.
(3) Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012, bem como a correção pelo IPCA.
(4) Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012.
(5) A diluição potencial considera também o exercício das opções outorgadas aos nossos empregados não-diretores, bem como a diluição potencial no caso de exercício da totalidade das opções possíveis de serem exercidas. Para maiores informações, vide item 14.3.c deste Formulário de Referência.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012[1]

	Diretoria Estatutária
Nº de membros	3
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	862.772[3]
Data em que se tornarão exercíveis	A partir do 4º aniversário da outorga 100% das opções poderão ser exercidas
Prazo máximo para exercício das opções	Até 10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício[2]	R$0,40
Valor justo das opções no último dia do exercício social[2]	Programa 2009: 1ª Tranche – R$1,80; 2ª Tranche – R$1,55; 3ª Tranche – R$1,25 e 4ª Tranche – R$1,35. Programa 2010: 1ª Tranche – R$2,85; 2ª Tranche – R$3,00; 3ª Tranche – R$2,75 e 4ª Tranche – R$2,90. Programa 2011: 1ª Tranche – R$1,95; 2ª Tranche – R$2,05; 3ª Tranche – R$1,85 e 4ª Tranche – R$1,95.
Opções exercíveis	
Quantidade	1.745.786[3]
Prazo máximo para exercício das opções	Até 10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício[2]	R$0,40
Valor justo das opções no último dia do exercício social[2]	Programa 2009: 1ª Tranche – R$1,80; 2ª Tranche – R$1,55; 3ª Tranche – R$1,25 e 4ª Tranche – R$1,35. Programa 2010: 1ª Tranche – R$2,85; 2ª Tranche – R$3,00; 3ª Tranche – R$2,75 e 4ª Tranche – R$2,90. Programa 2011: 1ª Tranche – R$1,95; 2ª Tranche – R$2,05; 3ª Tranche – R$1,85 e 4ª Tranche – R$1,95.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Valor justo do total das opções no último dia do exercício social[2]	Programa 2009: 1ª Tranche – R$1,80; 2ª Tranche – R$1,55; 3ª Tranche – R$1,25 e 4ª Tranche – R$1,35. Programa 2010: 1ª Tranche – R$2,85; 2ª Tranche – R$3,00; 3ª Tranche – R$2,75 e 4ª Tranche – R$2,90. Programa 2011: 1ª Tranche – R$1,95; 2ª Tranche – R$2,05; 3ª Tranche – R$1,85 e 4ª Tranche – R$1,95.

(1) A tabela considera as opções outorgadas aos Diretores Estatutários até 31 de dezembro de 2012 aos quais foram outorgadas opções e que ainda permanecem nos seus respectivos cargos na data deste Formulário de Referência.
(2) Ajustado para considerar o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012.
(3) A cada cinco opções outorgadas equivalem a uma ação ordinária de emissão da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Até a data deste Formulário de Referência não houve exercício das opções pelos Participantes.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

Precificamos as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As informações abaixo foram ajustadas para refletir o grupamento de nossas ações aprovado em 31 de maio de 2012.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2011 é fixo em R$1,84 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 8 de outubro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 1º de março de 2011. Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o seguindo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de nossa emissão adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos nossos demais acionistas.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2010 é fixo em R$1,84 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 8 de outubro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 9 de março de 2010. Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o segundo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de nossa emissão adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos nossos demais acionistas.

O preço de exercício das Opções outorgadas sob o Programa de 2009 é fixo em R$1,23 cada uma, corrigido pelo IPCA desde 1º de janeiro de 2009 até a data do efetivo pagamento. Entendemos que a volatilidade esperada é de 37,31%. O prazo máximo para o exercício das Opções já outorgadas é de até 10 anos a contar de 29 de outubro de 2009 Para a precificação das Opções foi utilizada as seguintes taxas livres de risco baseada em projeções do Banco Central do Brasil para a Taxa Selic: (i) 10,54% para o primeiro aniversário, (ii) 10,39% para o seguindo aniversário; (iii) 10,39% para o terceiro aniversário; e (iv) 10,28% para o quarto aniversário. As ações de nossa emissão adquiridas com o exercício das Opções gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos nossos demais acionistas.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Com relação ao Programa, não é aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização do nosso Conselho de Administração, que então, definirá os métodos e as premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

O método de cálculo da volatilidade esperada representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica das opções foi utilizada na mensuração do valor justo além daquelas divulgadas na letra (b) acima.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração. Quanto aos diretores estatutários, a partir de julho de 2012, a CPFL Renováveis contratou a Bradesco Previdência, para o plano de previdência privada. A regra de contribuição para os diretores estatutários é de 7% do salário, descontado em folha de pagamento. Em contrapartida, a CPFL Renováveis contribui com a mesma porcentagem. Além disso, os diretores estatutários, que desejarem acelerar a captação de recursos para a aposentadoria terão a opção de realizar contribuições voluntárias, sendo estas sem a contrapartida da empresa

		Diretoria Estatutária	
a.	Órgão		
b.	Número de membros	6 diretores	1 diretor
c.	Nome do plano	PGBL Bradesco	Fundação CESP
d.	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	03	00
e.	Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A
f.	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$102.176,40	R$19.434,81
g.	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores*	R$102.176,40	R$19.434,81
h.	Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O valor referente à parte do participante poderá ser resgatado a qualquer momento, porém, o resgate da parcela da empresa segue as regras estabelecidas em contrato (cláusula de vesting).	O valor referente à parte do participante poderá ser resgatado a qualquer momento, porém, o resgate da parcela da empresa segue as regras estabelecidas em contrato (cláusula de vesting).

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	7,00	4,92	4,83
Valor da maior remuneração(Reais)	893.686,67	1.303.835,07	776.072,69
Valor da menor remuneração(Reais)	399.356,40	250.666,95	392.338,17
Valor médio da remuneração(Reais)	856.138,37	1.228.677,10	764.311,45

Observação

	Diretoria Estatutária
31/12/2012	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurado mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.
31/12/2011	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurado mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.
31/12/2010	O número de membros do órgão corresponde à média anual apurado mensalmente, conforme item 13.16 deste Formulário de Referência.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

O desfazimento de nossa relação jurídica com os nossos administradores, qualquer que seja a forma, será objeto de deliberação ou ciência pelo nosso Conselho de Administração, que determinará a adoção dos procedimentos impostos pela legislação societária vigente.

A relação jurídica entre as partes será considerada extinta, em razão do término do mandato, e desde que não haja recondução ao cargo. Neste caso, pagaremos aos nossos administradores: (a) honorários integrais do mês de extinção do mandato; (b) dias de descanso vencidos e não realizados, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) bônus proporcionais, de curto prazo, a critério do nosso Conselho de Administração.

A relação jurídica entre as partes será considerada extinta, antes do término do prazo do mandato, se ocorrer uma das seguintes hipóteses: (a) extinção do cargo para o qual o nosso administrador foi eleito; (b) destituição promovida por deliberação do Conselho de Administração; e (c) destituição promovida por deliberação do Conselho de Administração, por descumprimento, pelo nosso administrador, de qualquer cláusula do respectivo contrato de trabalho, ou pela não observação das obrigações impostas pelas leis aplicáveis para o exercício das funções inerentes ao cargo de administração, ou por qualquer outro motivo que, a critério do mencionado órgão, seja considerado justo.

Caso a extinção da relação jurídica se dê pelas hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” acima, pagaremos ao administrador, a título de indenização, 50% dos honorários mensais do tempo restante deste contrato, respeitando o valor mínimo relativo a um honorário mensal, além das verbas abaixo: (a) honorários integrais do mês de destituição; (b) dias de descanso vencidos e não usufruídos, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) 13ª honorário proporcional ao número de meses em exercício do cargo no ano; (d) indenização das parcelas conversíveis do Incentivo de Longo Prazo (“ILP”), conforme previsto na norma específica, sendo abrangidas todas as unidades que ultrapassarem o período de *vesting* e ainda não tenham sido convertidas. Já na hipótese prevista na alínea “c” acima, pagaremos ao administrador, exclusivamente, as seguintes verbas: (a) honorários proporcionais referentes ao mês de destituição; (b) dias de descanso vencidos e não usufruídos, considerados, se necessário, *pro rata die*.

A relação jurídica entre as partes poderá ser considerada extinta antes do término do prazo do mandato por renúncia expressa apresentada pelo nosso administrador. Neste caso, o nosso administrador perderá o direito de converter as parcelas de ILP, conversíveis e a converter, de acordo com norma específica. Neste caso, serão abrangidas todas as unidades do ILT, tanto pós como pré *vesting*. O administrador ainda Fará jus: (a) honorários integrais do mês da renúncia; (b) dias de descanso vencidos e não realizados, considerados, se necessário, *pro rata die*; (c) 13º honorário proporcional ao número de meses trabalhados no ano.

Asseguramos ao administrador, de forma suplementar aos demais direitos, o recebimento de uma indenização especial e única, correspondente ao valor de seis honorários, caso ocorram alterações significativas dos acionistas que compõem o nosso bloco de controle majoritário, que impliquem em: (a) extinção do cargo, objeto do respectivo contrato de trabalho; ou (b) destituição do administrador unilateral por parte do Conselho de Administração, ou (c) alterações das condições de exercício do cargo, que tornem menos atraente o desempenho da função, tais como: remuneração, benefícios, funções, atribuições, autoridade ou responsabilidades. Em tal hipótese, o administrador poderá pleitear ao nosso Conselho de Administração a rescisão do seu contrato de trabalho, apresentando, por escrito, os fundamentos do seu pedido, e fará jus à indenização aqui mencionada caso o referido órgão entenda, por maioria, que se caracterizou a hipótese aqui mencionada.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não há membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

Órgão	2012 (%)	2011 (%)	2010 (%)
Conselho de Administração	–	–	–
Diretoria Estatutária	–	–	–
Conselho Fiscal*	–	–	–

* Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não possui Conselho Fiscal.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há qualquer outro valor reconhecido no nosso resultado como remuneração dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que não em razão da função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

	Exercícios Sociais encerrados em 2012, 2011 e 2010		
Órgão	**Conselho de Administração***	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal***
Controladores diretos e indiretos	–	–	–
Controladas da Emissora	–	–	–
Sociedades sob controle comum	–	–	–

* A companhia não possui Conselho Fiscal.

13.16 - Outras informações relevantes

A tabela abaixo demonstra o cálculo da média anual do número de membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração			
	Exercício social (a ser) encerrado em 31 de dezembro de			
	2010	2011	2012	2013[1]
Janeiro	8	8	8	7
Fevereiro	8	8	8	7
Março	8	8	8	7
Abril	8	8	9	7
Maio	8	8	9	7
Junho	8	8	9	7
Julho	8	8	9	7
Agosto	8	9	9	7
Setembro	8	9	9	7
Outubro	8	9	9	7
Novembro	8	9	9	7
Dezembro	8	8	9	7
Total	96	100	104	84
Média	**8,00**	**8,33**	**8,66**	**7,00**

(1) Estimativa do número de membros do órgão para o exercício social corrente.

	Diretoria Estatutária			
	Exercício social (a ser) encerrado em 31 de dezembro de			
	2010	2011	2012	2013[1]
Janeiro	5	4	7	7
Fevereiro	5	4	7	7
Março	5	4	7	7
Abril	5	4	7	7
Maio	5	4	7	7
Junho	5	4	7	7
Julho	5	4	7	7
Agosto	5	6	7	7
Setembro	5	6	7	7
Outubro	5	6	7	7
Novembro	4	6	7	7
Dezembro	4	7	7	7
Total	58	59	84	84
Média	**4,83**	**4,92**	**7,00**	**7,00**

(1) Estimativa do número de membros do órgão para o exercício social corrente.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

	Com base na atividade desempenhada			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Administrativo	184	181	143	98
Operacional	142	141	76	61
Total	**326**	**322**	**219**	**159**

	Com base na localização geográfica			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Região Sudeste	226	222	195	143
Região Sul	30	29	21	16
Região Nordeste	70	71	3	0
Total	**326**	**322**	**219**	**159**

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Com base na atividade desempenhada			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Operacional	2.096	1.925	284	646
Total	**2.096**	**1.925**	**284**	**646**

	Com base na localização geográfica			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Minas Gerais	532	623	152	602
Santa Catarina	92	188	132	44
São Paulo	102	296	0	0
Ceará	119	93	0	0
Paraná	304	222	0	0
Mato Grosso	12	3	0	0
Rio Grande do Sul	620	452	0	0
Rio Grande do Norte	315	45	0	0
Total	**2.096**	**1.922**	**284**	**646**

c) índice de rotatividade

	Índice de Rotatividade (em %)			
	Em 31 de Março de	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Índice de Rotatividade	2,48	3,17	3,98	4,72

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Estes passivos estão mencionados no item 4.3 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve mais motivos substanciais para o aumento de funcionários, somente o aumento das operações da Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável.

A política tem por objetivo viabilizar a administração da área de remuneração na CPFL Renováveis, com devida atenção às necessidades de consistência interna, competitividade externa, motivação profissional e transparência administrativa.

A estrutura salarial da CPFL Renováveis é realizada por meio de pesquisa de mercado, com empresas previamente selecionadas.

A linha mestra da estrutura salarial é a mediana, que corresponde a 100% ou ponto médio da tabela salarial.

A Tabela Salarial é estruturada da seguinte forma:

Inicial	Mediana	Final
80%.....	100%	120%

a) As faixas que compõem a tabela salarial são utilizadas para dar flexibilidade aos gestores na administração dos salários, principalmente levando em conta o desempenho e potencial dos colaboradores.

b) As correções das faixas salariais serão de acordo com os aumentos globais concedidos pela empresa (acordo sindical, antecipações e leis salariais).

Os ajustes em função de mercado serão efetuados através de pesquisa salarial. A pesquisa salarial será realizada anualmente.

b) Política de benefícios.

Oferecemos aos nossos empregados um pacote de benefícios, dentre os quais destacamos vale-refeição, vale-transporte, assistência médica hospitalar e seguro de vida, os quais são integralmente custeados pela Companhia. A partir de julho de 2012, a CPFL Renováveis contratou a Bradesco Previdência, para o plano de previdência privada, somando-se mais um benefício. A regra de contribuição para todos os colaboradores está de acordo ao plano de cargos e salários da empresa sendo, descontado em folha de pagamento. Em contrapartida, a CPFL Renováveis contribui com a mesma porcentagem. Além disso, os colaboradores, que desejarem acelerar a captação de recursos para a aposentadoria terão a opção de realizar contribuições voluntárias, sendo estas sem a contrapartida da empresa.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

i. grupos de beneficiários

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

ii. condições para exercício

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

iii. preços de exercício

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

iv. prazos de exercício

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Os planos de remuneração baseados em ações dos nossos empregados não-administradores possuem as mesmas características do Plano mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os instrumentos coletivos celebrados com essas entidades sindicais representam para a CPFL o instrumento fundamental a reger as relações de trabalho e suas disposições serão integralmente cumpridas no período de sua vigência.

A CPFL Renováveis considera indispensável para o desenvolvimento saudável das relações com os Sindicatos, o permanente respeito mútuo entre as partes e a lisura nos procedimentos, garantindo total imparcialidade, seja qual for a entidade sindical.

Abaixo segue a lista de todos os sindicatos com os quais a Companhia mantém relações:

- Sindicato dos eletricitários de São Paulo
- STIEEC / Campinas
- Senergisul / RS
- Sindeletro / CE

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
CPFL Geração de Energia S.A.					
03.953.509/0001-47	Brasileira-SP	Sim	Sim	01/04/2013	
259.748.799	63,003920%	0	0,000000%	259.748.799	63,003920%
Secor LLC (Eton Park)					
08.952.278/0001-70	Americana	Sim	Não	15/12/2011	
38.082.654	9,237219%	0	0,000000%	38.082.654	9,237219%
Pátria Energia Renovável - FIP em Infraestrutura					
13.416.322/0001-68	Brasileiro-SP	Sim	Não	15/12/2011	
5.808.543	1,408903%	0	0,000000%	5.808.543	1,408903%
FIP Pátria Energia (Pátria Investimentos)					
08.486.528/0001-24	Brasileira-SP	Sim	Não	15/12/2011	
33.072.441	8,021956%	0	0,000000%	33.072.441	8,021956%
FIP Brasil Energia (BTG Pactual)					
07.032.374/0001-38	Brasileira-SP	Sim	Não	15/12/2011	
31.439.288	7,625823%	0	0,000000%	31.439.288	7,625823%
OUTROS					
44.122.304	10,702179%	0	0,000000%	44.122.304	10,702179%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
412.274.029	100,000000%	0	0,000000%	412.274.029	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CPFL Geração de Energia S.A.				**03.953.509/0001-47**	
CPFL Energia S.A.					
02.429.144/0001-93	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/04/2004	
68.495.906.264	100,000000	136.991.810.529	100,000000	205.487.716.793	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
68.495.906.264	100,000000	136.991.810.529	100,000000	205.487.716.793	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CPFL Energia S.A.				**02.429.144/0001-93**	
BNDES Participações S.A.					
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Não	Não	15/08/2011	
81.053.460	8,420000	0	0,000000	81.053.460	8,420000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Bonaire Participações S.A.					
02.117.801/0001-67	Brasileira-SP	Sim	Sim	15/08/2011	
6.308.790	0,660000	0	0,000000	6.308.790	0,660000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações					
02.178.371/0001-93	Brasileira-SP	Sim	Sim	25/03/2013	
136.820.640	14,220000	0	0,000000	136.820.640	14,220000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
ESC Energia S.A.					
15.146.011/0001-51	Brasileira-SP	Sim	Sim	25/03/2013	
234.092.930	24,330000	0	0,000000	234.092.930	24,330000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CPFL Energia S.A.				**02.429.144/0001-93**	
Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I					
73.899.742/0001-74	Brasileira-RJ	Sim	Sim	26/12/2012	
288.569.602	29,990000	0	0,000000	288.569.602	29,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
215.428.838	22,380000	0	0,000000	215.428.838	22,380000
TOTAL					
962.274.260	100,000000	0	0,000000	962.274.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bonaire Participações S.A.				**02.117.801/0001-67**	
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações					
02.178.371/0001-93	Brasileira-SP	Não	Sim	19/12/2012	
66.728.875	100,000000	0	0,000000	66.728.875	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
3	0,000000	0	0,000000	3	0,000000
TOTAL					
66.728.878	100,000000	0	0,000000	66.728.878	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações				**02.178.371/0001-93**	
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petro					
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Sim	16/11/2004	
181.405.069	22,780000	0	0,000000	181.405.069	22,780000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV					
65.471.914/0001-86	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2004	
4.823.881	0,610000	0	0,000000	4.823.881	0,610000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Sistel de Seguridade Social					
00.493.916/0001-20	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2004	
256.722.311	32,230000	0	0,000000	256.722.311	32,230000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações 114					
07.792.436/0001-00	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2004	
353.528.507	44,380000	0	0,000000	353.528.507	44,380000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações				**02.178.371/0001-93**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
796.479.768	100,000000	0	0,000000	796.479.768	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ESC Energia S.A.				**15.146.011/0001-51**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
975.610.433	100,000000	0	0,000000	975.610.433	100,000000
VBC Energia S.A.					
00.095.147/0001-02	Brasileira-SP	Não	Sim	21/11/2012	
975.610.433	100,000000	0	0,000000	975.610.433	100,000000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundo Mútuo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I				**73.899.742/0001-74**	
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI					
33.754.482/0001-24	Brasileira-RJ	Não	Sim	03/11/2009	
130.163.541	100,000000	0	0,000000	130.163.541	100,000000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
130.163.541	100,000000	0	0,000000	130.163.541	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações				**02.178.371/0001-93**	
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros					
34.053.942/0001-50	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2004	
181.405.069	22,780000	0	0,000000	181.405.069	22,780000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV					
65.471.914/0001-86	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2004	
4.823.881	0,610000	0	0,000000	4.823.881	0,610000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Sistel de Seguridade Social					
00.493.916/0001-20	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2004	
256.722.311	32,230000	0	0,000000	256.722.311	32,230000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações 114					
07.792.436/0001-00	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2004	
353.528.507	44,380000	0	0,000000	353.528.507	44,380000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações				**02.178.371/0001-93**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
796.479.768	100,000000	0	0,000000	796.479.768	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VBC Energia S.A.				**00.095.147/0001-02**	
Átila Holdings S.A.					
07.305.671/0001-00	Brasileira-SP	Não	Sim	31/08/2011	
2.405.393	47,970000	70.530	52,820000	2.475.923	48,090000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Camargo Corrêa Energia S.A.					
04.922.357/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	05/09/2011	
1.504.095	29,990000	47.018	35,220000	1.551.113	30,130000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.					
02.372.232/0001-04	Brasileira-SP	Não	Sim	31/08/2011	
388.107	7,740000	0	0,000000	388.107	7,540000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Camargo Corrêa S.A.					
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	26/10/2012	
717.383	14,300000	15.963	11,960000	733.346	14,240000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VBC Energia S.A.				**00.095.147/0001-02**	
OUTROS					
5	0,000000	0	0,000000	5	0,000000
TOTAL					
5.014.983	100,000000	133.511	100,000000	5.148.494	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Átila Holdings S.A.				**07.305.671/0001-00**	
Camargo Corrêa S.A.					
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	01/09/2009	
440.877.607	53,670000	0	0,000000	440.877.607	53,670000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.					
61.522.512/0001-02	Brasileira-SP	Não	Sim	31/08/2011	
380.575.180	46,330000	0	0,000000	380.575.180	46,330000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
821.452.787	100,000000	0	0,000000	821.452.787	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Corrêa Energia S.A.				**04.922.357/0001-88**	
Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.					
02.372.232/0001-04	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2012	
2.360.886	100,000000	689.071	100,000000	3.049.957	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	4	0,000000	4	0,000000
TOTAL					
2.360.886	100,000000	689.075	100,000000	3.049.961	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A.				**02.372.232/0001-04**	
Camargo Corrêa S.A.					
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2012	
1.058.326.173	100,000000	0	0,000000	1.058.326.173	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
5	0,000000	0	0,000000	5	0,000000
TOTAL					
1.058.326.178	100,000000	0	0,000000	1.058.326.178	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Corrêa S.A.				**01.098.905/0001-09**	
OUTROS					
3	0,010000	1	0,000000	4	0,000000
Participações Morro Vermelho S.A.					
03.987.192/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2012	
48.943	99,990000	93.099	100,000000	142.042	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
48.946	100,000000	93.100	100,000000	142.046	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações 114				**07.792.436/0001-00**	
Fundação CESP					
62.465.117/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2004	
353.528.507	100,000000	0	0,000000	353.528.507	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
353.528.507	100,000000	0	0,000000	353.528.507	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.				**61.522.512/0001-02**	
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.					
11.196.609/0001-02	Brasileira-SP	Não	Sim	28/08/2012	
374.477	100,000000	87.775	99,990000	462.252	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
4	0,000000	5	0,010000	9	0,000000
TOTAL					
374.481	100,000000	87.780	100,000000	462.261	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S.A.				**03.987.192/0001-60**	
OUTROS					
9	0,010000	0	0,000000	9	0,010000
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.					
09.594.448/0001-55	Brasileira-SP	Não	Sim	02/05/2012	
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.					
09.594.459/0001-35	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.					
09.594.570/0001-21	Brasileira-SP	Não	Sim	02/05/2012	
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.					
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S.A.				**03.987.192/0001-60**	
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.					
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.					
09.594.541/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	02/05/2012	
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.					
09.594.468/0001-26	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.					
09.608.284/0001-78	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
0	0,000000	5.760	0,130000	5.760	0,090000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S.A.				**03.987.192/0001-60**	
TOTAL					
2.250.000	100,000000	4.500.000	100,000000	6.750.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.				**11.196.609/0001-02**	
Camargo Corrêa S.A.					
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	03/10/2011	
2.749.756.292	100,000000	0	0,000000	2.749.756.292	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
2	0,000000	0	0,000000	2	0,000000
TOTAL					
2.749.756.294	100,000000	0	0,000000	2.749.756.294	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.				**09.594.448/0001-55**	
OUTROS					
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000
Rosana Camargo de Arruda Botelho					
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
749.850	100,000000	150	100,000000	750.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.				**09.594.459/0001-35**	
OUTROS					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
Rosana Camargo de Arruda Botelho					
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.				**09.594.570/0001-21**	
OUTROS					
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000
Renata de Camargo Nascimento					
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
749.850	100,000000	150	100,000000	750.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.				**09.594.480/0001-30**	
OUTROS					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
Renata de Camargo Nascimento					
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.				**09.594.541/0001-60**	
OUTROS					
0	0,000000	150	100,000000	150	0,020000
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
749.850	100,000000	0	0,000000	749.850	99,980000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
749.850	100,000000	150	100,000000	750.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.				**09.594.468/0001-26**	
OUTROS					
150	0,010000	0	0,000000	150	0,010000
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.850	99,990000	0	0,000000	1.499.850	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.				**09.608.284/0001-78**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.980	33,340000	0	0,000000	1.980	33,340000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Renata de Camargo Nascimento					
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rosana Camargo de Arruda Botelho					
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
5.940	100,000000	0	0,000000	5.940	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	18/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	8
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	7

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	152.525.230	37,000000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	152.525.230	37,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Os nossos acionistas controladores diretos e indiretos, bem como seus acionistas com participação igual ou superior a 5% de nosso capital social total estão identificados nas seções 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência, razão pela qual não foi inserido o organograma neste item.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Em resumo, o nosso Acordo de Acionistas dispõe sobre questões relativas a voto em Assembleias Gerais e em reuniões do Conselho de Administração, participação dos acionistas e de seus respectivos representantes societários nos nossos órgãos diretivos; direito de preferência em relação à aquisição das ações de nossa emissão e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações de nossa emissão e direitos econômicos associados à titularidade a elas; direito de preferência nos aumentos de capital social.

Destaca-se que o nosso Acordo de Acionistas é regido por lei brasileira. Quaisquer controvérsias relacionadas ao acordo serão dirimidas em caráter definitivo de acordo com o procedimento previsto no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA.

a. partes.

São partes no nosso Acordo de Acionistas: (i) Grupo CPFL (CPFL Comercialização Brasil S.A.) (63,00%); e (ii) Bloco ERSA (Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor – LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,23%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%), Roberto Sahade (1,00%).

b. data de celebração.

O nosso atual Acordo de Acionistas foi aditado e consolidado em 24 de agosto de 2011 e aditado novamente em 31 de maio de 2012.

c. prazo de vigência.

O nosso Acordo de Acionistas permanecerá em vigor até o evento que primeiro ocorrer dentre: (1) os acionistas do Bloco ERSA detiverem, em conjunto, menos de 20% do nosso capital social votante; ou (2) a expiração do prazo de todas as outorgas aos empreendimentos de nossa titularidade (sob forma de concessão, autorização, ou outras), a não ser que de outra forma acordado, por escrito, por todos os acionistas.

Em todo caso, o nosso Acordo de Acionistas deverá ser extinto em relação a um acionista se tal acionista, nos termos de referido instrumento, deixar de ser nosso acionista.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

Reunião Prévia – Bloco ERSA. Há a realização de reunião prévia, entre os acionistas do Bloco ERSA, antes de toda e qualquer de nossas Assembleias Gerais, e de toda e qualquer reunião do nosso Conselho de Administração, de forma a definir e indicar a instrução de voto conjunto a ser proferida pelos acionistas do Bloco ERSA em Assembleia Geral ou pelos Conselheiros que foram por eles indicados em reunião do Conselho de Administração.

Assembleia Geral. Até a data de liquidação da nossa oferta pública inicial de ações, e enquanto o Bloco ERSA mantiver uma participação superior a 20% do nosso capital social total e votante, todas e quaisquer deliberações que tratem dos assuntos relacionados abaixo somente poderão ser aprovadas mediante voto favorável dos acionistas que representem, no mínimo, 85% das ações então detidas pelos acionistas participantes do acordo de acionistas:

(a) alteração ao nosso Estatuto Social, especificamente no que tange a (i) nosso objeto social, (ii) modificação do nosso capital autorizado; (iii) alteração da composição, competência e funcionamento (incluindo instalação e quorum para deliberação) do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria; (iv) política de distribuição de dividendos; ou (v) conforme necessário para implementar as matérias listadas nos itens “b”, “c” e “d” abaixo;

(b) aumento do nosso capital social, ressalvados os aumentos decorrentes de aportes emergenciais previstos na cláusula 2.8 do nosso Acordo de Acionistas, que poderão ser aprovados por maioria simples;

(c) redução do capital social, recompra, resgate ou amortização de nossas ações;

(d) emissão de ações preferenciais, criação de nova classe de ações, alteração nos direitos, preferências, vantagens ou condições (incluindo resgate ou amortização) de ações existentes ou outros valores mobiliários, ou emissão de ações ou valores mobiliários de classe mais favorável ou sem guardar proporção com as demais classes de ações existentes;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(e) fusão, cisão, incorporação, dissolução, liquidação (incluindo a cessação do estado de liquidação) ou qualquer outro processo de reorganização societária nosso ou que nos envolva (inclusive nomeação do liquidante e aprovação das contas por este apresentadas);

(f) nossa participação em grupo de sociedades, conforme previsto no artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) realização da nossa oferta pública inicial de ações, observado o disposto na cláusula 16.1.1 do nosso Acordo de Acionistas;

(h) distribuição de lucros por nós, na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, em qualquer montante que seja superior ao dividendo obrigatório previsto na cláusula 9.1 do nosso Acordo de Acionistas;

(i) observado o disposto na cláusula 4.4.2 do nosso Acordo de Acionistas, mudança na natureza do negócio da Companhia e/ou das sociedades investidas;

(j) emissão de debêntures conversíveis em ações de nossa emissão e/ou bônus de subscrição de nossa emissão, bem como alteração de suas respectivas condições;

(k) transformação do nosso tipo societário; e

(l) aprovação de nosso plano de opção de compra de ações e/ou modificação do nosso plano de opção de compra de ações existente na data do nosso Acordo de Acionistas.

Todas as demais deliberações da Assembleia Geral que não estejam relacionadas na lista acima serão tomadas por maioria simples do nosso capital social total e votante.

Conselho de Administração. Até a data de liquidação da nossa oferta pública inicial de ações e enquanto o Bloco ERSA mantiver uma participação superior a 20% do nosso capital social total e votante, a aprovação das matérias abaixo dependerá do voto favorável da totalidade dos nossos Conselheiros nomeados nos termos do Acordo de Acionistas:

(a) aumento do nosso capital social dentro do capital autorizado, ressalvados os aumentos decorrentes de aportes emergenciais previstos na cláusula 2.8 do nosso Acordo de Acionistas, que poderão ser aprovados por maioria simples;

(b) aprovar investimento de valor agregado superior a R$40.000.000,00, em outras sociedades ou empreendimentos relacionados ao nosso objeto social;

(c) aprovar operações, assunção de dívidas, transações ou garantias que acarretem aumento no nosso nível de endividamento equivalente a um montante superior a R$50.000.000,00;

(d) aprovar a assinatura, alteração ou rescisão de contratos ou acordos e a realização de operações de qualquer tipo com valor superior a R$8.500.000,00, entre nós ou uma sociedade investida e qualquer parte relacionada, entendida como (i) qualquer dos nossos acionistas; (ii) qualquer dos nossos administradores, efetivos ou suplentes, e respectivos cônjuges e parentes até o quarto grau; ou (iii) quaisquer afiliadas de qualquer das pessoas citadas nos itens (i) e (ii);

(e) aprovar a venda, transferência, cessão ou oneração dos nossos ativos com valor ou preço de compra superior a um montante agregado de R$50.000.000,00;

(f) adquirir ativos não relacionados diretamente com o nosso negócio, com um valor superior a R$525.484,00;

(g) sem prejuízo ao disposto no item (a) acima, aprovar a outorga de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, ou de qualquer aval, em qualquer obrigação de quaisquer terceiros;

(h) eleger os nossos Diretores;

(i) escolher a instituição financeira de primeira linha para apurar o preço de emissão de ações em aumento de capital ou aportes emergenciais, conforme o disposto na cláusula 2.9 do Acordo de Acionistas; e

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(j) determinar o voto ou apresentar instruções para o nosso voto ou de qualquer sociedade investida em qualquer reunião, de qualquer sociedade investida ou de qualquer outra sociedade ou consórcio no qual, direta ou indiretamente, tenhamos qualquer participação, que tenha por objetivo deliberar acerca de qualquer uma das matérias listadas nas cláusulas 5.3 e 6.12 do Acordo de Acionistas.

Todas as demais matérias submetidas para deliberação pelo Conselho de Administração (incluindo, sem limitação, todas as matérias de competência do Conselho de Administração, conforme listadas no nosso Estatuto Social) somente poderá ser aprovada pelo voto favorável de ao menos 50% de todos os membros do Conselho de Administração.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores.

Nosso Conselho de Administração será composto por 7 membros e, nos termos do Acordo de Acionistas, (i) Grupo CPFL terá o direito de nomear quatro Conselheiros e os respectivos suplentes, dentre eles o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; (ii) Integrantes do Bloco ERSA terão, em conjunto, o direito de nomear até 3 Conselheiros e os respectivos suplentes. Para tanto, cada um dos acionistas integrantes do Bloco ERSA terá o direito de nomear 1 Conselheiro e o respectivo suplente, enquanto mantiver em seu nome uma participação no capital social total e votante da Companhia igual ou superior a 6,5% (seis e meio por cento) do total de ações da Companhia na data da respectiva eleição ("Participação Mínima"). Caso mais de 3 integrantes do Bloco ERSA possuam em seu nome a Participação Mínima na data da respectiva eleição, deverão, em conjunto, decidir e indicar para que sejam eleitos, somente 3 Conselheiros e respectivos suplentes.

Caso um acionista integrante do Bloco ERSA perca o direito de nomear um membro do Conselho de Administração, os demais acionistas poderão, por deliberação da maioria, destituir o membro do Conselho de Administração que aquele acionista não terá mais direito de nomear.

Os acionistas integrantes do Bloco ERSA que perderem o direito a indicar seu próprio Conselheiro, conforme o disposto no Acordo de Acionistas, poderão combinar entre si suas participações remanescentes, caso em que cada bloco de ações representando participação conjunta superior a 6,5% das ações então detidas pelos acionistas participantes do acordo de acionistas dará direito a indicar um Conselheiro para ocupar a vaga deixada pelo Conselheiro ao qual um acionista não tenha mais o direito de nomear. Não obstante o acima, o total de Conselheiros que poderão ser eleitos pelos acionistas integrantes do Bloco ERSA não excederá, em qualquer hipótese, a quatro Conselheiros.

Cada acionista do Bloco ERSA terá o direito de destituir e substituir os membros do Conselho de Administração por ele nomeados a qualquer tempo e por qualquer razão.

Nos termos do Acordo de Acionistas, os nossos Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, com possibilidade de reeleição.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não será permitido a qualquer acionista que seja parte do Acordo de Acionistas, direta ou indiretamente, vender, transferir, doar, ceder, empenhar, onerar, gravar ou alienar de qualquer outro modo (sendo quaisquer dessas ações designadas como "Transferência") ações ou outros direitos deles decorrentes em favor de qualquer pessoa física ou jurídica, salvo (a) conforme especificamente previsto nas cláusulas 10, 12, 13, 14 e/ou 15 do Acordo de Acionistas (o Acordo de Acionistas contém disposições referentes a direito de preferência e direito de venda em conjunto (*tag-along*)); (b) no caso de Transferências no âmbito de uma oferta pública inicial ou Transferências realizadas na bolsa de valores aceitável após uma oferta pública inicial, desde que tal Transferência seja precedida do procedimento previsto na cláusula 22.3 do Acordo de Acionistas; ou (c) em razão do pagamento de eventuais indenizações no âmbito do Acordo de Associação assinado pelas partes signatárias do Acordo de Acionistas em abril de 2011, incluindo, mas não se limitando a: violação de declarações ou garantias, violação de compromissos ou acordos, fato ou omissão prestados anteriormente à data de fechamento do contrato, responsabilidade fiscal decorrentes da consumação das operações previstas no contrato, e perdas decorrentes da inadimplência de seus consorciados no que se refere ao fornecimento de biomassa e /ou prestação de serviços de operação e manutenção.

Se algum acionista do Bloco ERSA receber proposta por escrito de terceiro que não faça parte do Acordo de Acionistas e desejar transferir a totalidade ou parte de suas Ações deverá enviar por escrito, aos demais acionistas do Bloco ERSA, todos os termos e condições da proposta; os demais acionistas do Bloco ERSA terão preferência para a aquisição de tais ações nas mesmas condições.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Adicionalmente, caso a Companhia não realize uma oferta pública inicial de ações (“IPO”) até 24 de agosto de 2013, cada um dos acionistas integrantes do BLOCO ERSA, individualmente, detém o direito de vender suas ações para a CPFL Energia ou para terceiro(s) indicados(s) por ela, e a CPFL Energia tem a obrigação de comprá-las, mediante pagamento em espécie, ações de emissão da CPFL Energia ou um misto entre espécie e ações, a critério da CPFL Energia, conforme cláusula 16 do acordo de acionistas.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

Previamente à realização das reuniões de nosso Conselho de Administração, os acionistas do Bloco ERSA realizam reuniões com o objetivo de alinhar e indicar instrução de voto a ser proferida pelo Bloco ERSA. Para fins da determinação do exercício do direito de voto conjunto do Bloco ERSA, a aprovação das matérias de Assembléia Geral elencadas no item 15.5 (d) acima, dependerá do voto afirmativo de acionistas integrantes do Bloco ERSA representando pelo menos 85% do total de ações dos acionistas integrantes do Bloco ERSA presente à referida reunião. Para a aprovação das matérias de Conselho de Administração também elencadas no item 15.5 (d) acima, dependerá do voto afirmativo de acionistas integrantes do Bloco ERSA representando pelo menos 67% do total de ações dos acionistas integrantes do Bloco ERSA presente à referida reunião.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 28 de março de 2013 foi realizada a cisão parcial da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), que resultou na transferência de seus ativos e passivos, relacionados ao seu investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento) na Companhia, para a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"). Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia. Tal operação não resultou em qualquer mudança de controle acionário da Companhia, uma vez que tanto CPFL Brasil como CPFL Geração são integralmente detidas pela CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e as ações objeto de tal operação continuarão sujeitas às disposições do acordo de acionistas da Companhia.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A nossa atual política é de que as operações e negócios com nossas partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe a conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso regular de nossos negócios, contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva da alta administração.

Além disso, o nosso Conselho de Administração deve aprovar, prévia e expressamente, a celebração, alteração ou rescisão de contratos ou acordos com valor superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou série de operações relacionadas durante o período de 12 (doze) meses, firmados entre, de um lado, a Companhia, sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas, e, de outro lado, qualquer sociedade investida e/ou parte relacionada, assim entendida como (i) qualquer acionista da Companhia, direto ou indireto; (ii) quaisquer administradores da Companhia, efetivos ou suplentes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 4º grau; (iii) quaisquer afiliadas de qualquer das pessoas indicadas nos itens “i” e “ii”; ou (iv) quaisquer sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Boa Vista 1	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 5.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Costa Branca	31/03/2013	5.776.000,00	31/03/2013 - R$ 5.776.000,00 / 31/12/2012 - R$ 290.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 5.776.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Juremas	31/03/2013	3.770.000,00	31/03/2013 - R$ 3.770.000,00 / 31/12/2012 - R$ 300.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 3.770.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Navegantes	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 10.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Pedra Preta	31/03/2013	4.637.000,00	31/03/2013 - R$ 4.637.000,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 4.637.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
T-15	31/03/2013	10.000,00	31/03/2013 - R$ 10.000,00 / 31/12/2012 - R$ 10.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 10.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Santa Mônica	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 2.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Santo Dimas	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R$ 2.000,00	0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
São Benedito	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R$ 2.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
São Martinho	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 10.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Tombo	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 5.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
BTG Pactual	31/03/2013	0,00	DRE- 31/03/2013- R$0,00 / 31/03/2012- R$0,00 / 31/12/2012- R$1.168.000,00 / 31/12/2011- R$2.793.000,00	R$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O banco BTG Pactual participa no FIP Brasil Energia, nosso acionista.						
Objeto contrato	Aplicação Financeira.						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Cia Luz e Força	31/03/2013	9.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R$ 9.000,00 / 31/12/2012 - R$ 8.000,00 / 31/12/2011 - R$ 2.000,00	R$ 9.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Sul Centrais	31/03/2013	75.000,00	DRE - CONTROLADA / 31/03/13 R$75.000,00 / 31/12/2012 R$129.000,00 / 31/12/11 R$0,00	R$ 75.000,00	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Baixa Verde	31/03/2013	0,00	31/12/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 3.370.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Atlântica V	31/03/2013	660.000,00	31/03/2013 - R$ 660.000,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00 /	R$ 660.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Bio Alvorada	31/03/2013	8.440.000,00	31/03/2013 - R$ 8.440.000,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 8.440.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Bio Coopcana	31/03/2013	5.540.000,00	R$ 31/03/2013 - R$ 5.540.000,00 / R$ 31/12/2012 - R$ 0,00 / R$ 31/12/2011 - R$ 3.492.000,00	R$ 5.540.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Bio Formosa	31/03/2013	345.000,00	31/03/2013 - R$ 345.000,00 / 31/12/2012 - R$ 345.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 345.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
PCH Participações	31/03/2013	34.000,00	31/03/2013 - R$ 34.000,00 / 31/12/2012 - R$ 34.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 34.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Penedo	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 380.000,00 / 31/12/2011 - R$ 60.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Macacos	31/03/2013	5.070.000,00	31/03/2013 - R$ 5.070.000,00 / 31/12/2012 - R$ 380.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 5.070.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Boa Vista 2	31/03/2013	170.000,00	31/03/2013 - R$ 170.000,00 / 31/12/2012 - R$ 140.000,00 / 31/12/2011 - R$ 95.000,00	R$ 170.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Santa Clara I	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Brasil	31/03/2013	6.000.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R$ 6.000.000,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 6.000.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Santa Clara III	31/03/2013	82.000,00	31/03/2013 - R$ 82.000,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 82.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Bioenergia	31/03/2013	780.000,00	31/03/2013 - R$ 780.000,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 780.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Nect Consultoria	31/03/2013	500.000,00	DRE- 31/03/2013 - R$ 500.000,00 / 31/03/2012 - R$0 / 31/12/2012 - R$ 3.439.000,00 / 31/12/2011 - R$0	R$ 500.000,00	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela CPFL Energia S.A., nossa acionista.						
Objeto contrato	Consultoria em manutenção de sistemas e gestão empresarial.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Diretores	31/03/2013	1.195.000,00	PL - 31/03/2013 - R$ 1.195,000.00 / 31/12/2012 - R$ 1.097.000,00 / 31/12/2011 - R$ 826.000,00	R$ 1.195.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Diretores da Companhia e suas controladas. Para maiores informações, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.						
Objeto contrato	Opção de ações						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Brasil	31/03/2013	66.610.000,00	DRE 31/03/13 R$66610000,00 / 31/03/12 R$14279000,00 / 31/12/12 R$80191000,00 / 31/12/11 R$6756000,00	R$ 66.610.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Paulista	31/03/2013	833.000,00	DRE - 31/03/13 R$833.000,00 - 31/03/12 R$32.082.000,00 - 31/12/12 R$133.087.000,00 31/12/11 R$0,00	R$ 833.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Paulista	31/03/2013	338.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R$ 338.000,00 / 31/12/2012 - R$ 11.640.000,00 / 31/12/2011 - R$ 11.024.000,00	R$ 338.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Lacenas	31/03/2013	4.180.000,00	31/03/2013 - R$ 4.180.000,00 / 31/12/2012 - R$ 2.817.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	4.180.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Piratininga	31/03/2013	515.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R$ 515.000,00 / 31/12/2012 - R$ 769.000,00 / 31/12/2011 - R$ 181.000,00	R$ 515.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Alto Irani	31/03/2013	1.541.000,00	31/03/2013 - R$1.541.000,00 / 31/12/2012 - R$1.541.000,00 / 31/12/2011 - R$1.541.000,00	R$ 1.541.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento de futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Serviços	31/03/2013	40.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R$ 40.000,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 40.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Prestador de serviços de manutenção de atividade operacional						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
RGE Rio Grande Energia	31/03/2013	15.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R$ 15.000,00 / 31/12/2012 - R$ 32.000,00 / 31/12/2011 - R$ 8.000,00	R$ 15.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Sócio não controlador	31/03/2013	56.000,00	DRE - 31/03/2013 - R$ 56.000,00 / 31/03/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 56.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sócio						
Objeto contrato	Sócios em determinadas SPE's						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Arvoredo	31/03/2013	21.000,00	31/03/2013 - R$ 21.000,00 / 31/12/2012 - R$ 25.000,00 / 31/12/2011 - R$ 21.000,00	R$ 21.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Barra da paciência	31/03/2013	25.000,00	31/03/2013 - R$ 25.000,00 / 31/12/2012 - R$ 30.000,00 / 31/12/2011 - R$ 24.000,00	R$ 25.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Bioenergia	31/03/2013	14.000,00	31/03/2013 - R$ 14.000,00 / 31/12/2012 - R$ 17.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 14.000,00	Não se aplica	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Bons Ventos	31/03/2013	502.000,00	31/03/2013 - R$ 502.000,00 / 31/12/2012 - R$ 230.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 502.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesas						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Chimay	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 9.684.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Cocais Grande	31/03/2013	32.000,00	31/03/2013 - R$ 32.000,00 / 31/12/2012 - R$ 38.000,00 / 31/12/2011 - R$ 13.000,00	R$ 32.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Corrente Grande	31/03/2013	21.000,00	31/03/2013 - R$ 21.000,00 / 31/12/2012 - R$ 25.000,00 / 31/12/2011 - R$ 23.000,00	R$ 21.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Eólica Formosa	31/03/2013	53.000,00	31/03/2013 - R$ 53.000,00 / 31/12/2012 - R$ 63.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 53.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Santa Ursula	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R$ 15.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Icaraizinho	31/03/2013	71.000,00	31/03/2013 - R$ 71.000,00 / 31/12/2012 - R$ 84.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 71.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesas						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Eólica Paracuru	31/03/2013	28.000,00	31/03/2013 - R$ 28.000,00 / 31/12/2012 - R$ 34.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 28.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Jayaditya	31/03/2013	46.000,00	31/03/2013 - R$ 46.000,00 / 31/12/2012 - R$ 55.000,00 / 31/12/2011 - R$ 26.000,00	R$ 46.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Mohini	31/03/2013	50.000,00	31/03/2013 - R$ 50.000,00 / 31/12/2012 - R$ 59.000,00 / 31/12/2011 - R$ 26.000,00	R$ 50.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Ninho da águia	31/03/2013	32.000,00	31/03/2013 - R$ 32.000,00 / 31/12/2012 - R$ 38.000,00 / 31/12/2011 - R$ 23.000,00	R$ 32.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
São Domingos	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 2.000,00 / 31/12/2011 - R$ 10.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Paiol	31/03/2013	32.000,00	31/03/2013 - R$32.000,00 / 31/12/2012 - R$ 38.000,00 / 31/12/2011 - R$ 20.000,00	R$ 32.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
PCH Holding	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 156.652.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Solar 1	31/03/2013	2.891.000,00	31/03/2013 - R$ 2.891.000,00 / 31/12/2012 - R$ 2.901.000,00 / 31/12/2011 - R$ 1.000,00	R$ 2.891.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Plano Alto	31/03/2013	32.000,00	31/03/2013 - R$ 32.000,00 / 31/12/2012 - R$ 38.000,00 / 31/12/2011 - R$ 18.000,00	R$ 32.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Salto Goés	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 18.196.000,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Bradesco	31/03/2013	2.901.000,00	DRE 31/03/13 R$2901000,00 / 31/03/12 R$1849000,00 / 31/12/12 R$8646000,00 / 31/12/11 R$8193000,00	R$ 2.901.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Banco Bradesco é controlador do Bradesco BBI S.A., gestor do FIP Multisetorial Plus (Bradesco BBI FIP), nosso acionista.						
Objeto contrato	Aplicação financeira						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
São Gonçalo	31/03/2013	57.000,00	31/03/2013 - R$ 57.000,00 / 31/12/2012 - R$ 67.000,00 / 31/12/2011 - R$ 16.000,00	R$ 57.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Siif Cinco	31/03/2013	39.000,00	31/03/2013 - R$ 39.000,00 / 31/12/2012 - R$ 46.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 39.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Turbina 16	31/03/2013	0,00	31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 1.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 0,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Sul Centrais	31/03/2013	3.685.000,00	ATIVO - CONTROLADORA / 31/03/2013 - R$ 3.685.000,00 / 31/12/2012 - R$ 3.610.000,00 / 2011 - R$ 0,00	R$ 3.685.000,00	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Varginha	31/03/2013	21.000,00	31/03/2013 - R$ 21.000,00 / 31/12/2012 - R$ 25.000,00 / 31/12/2011 - R$ 11.000,00	R$ 21.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Varzea alegre	31/03/2013	11.000,00	31/03/2013 - R$ 11.000,00 / 31/12/2012 - R$ 13.000,00 / 31/12/2011 - R$ 18.000,00	R$ 11.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Turbina 17	31/03/2013	1.000,00	31/03/2013 - R$ 1.000,00 / 31/12/2012 - R$ 1.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 1.000,00	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Sócio não controlador	31/03/2013	35.000,00	DRE 31/03/2013 R$ 35.000,00 / 31/03/2012 R$ 0,00 / 31/12/2012 R$ 266.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 35.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sócio						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Paulista	31/03/2013	1.225.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R$ 1.225.000,00 / 31/12/2012 - R$ 1.026.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 1.225.000,00	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Eólica Holding	31/03/2013	45.248.000,00	31/03/2013 - R$45.248.000,00 / 31/12/2012 - R$45.248.000,00 / 31/12/2011 - R$1.000,00	R$ 45.248.000,00	Não se aplica	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento de futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não se aplica						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Acionistas Não Controladores	31/03/2013	30.000,00	DRE 31/03/2013 R$30.000,00 / 31/03/2012 R$1.792.000,00 / 31/12/2012 R$355.000,00 / 31/12/2011 R$0,00	R$ 30.000,00	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sócios						
Objeto contrato	Consultoria de Sócios						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Cia Luz e Força	31/03/2013	27.000,00	DRE 31/03/2013 - R$27.000 / 31/03/2012 - R$4.000,00 / 31/12/2012 - R$37.000,00 / 31/12/2011 - R$0,00	R$ 27.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Piratininga	31/03/2013	1.289.000,00	DRE 31/03/13 R$1.289.000,00 / 31/03/12 R$414.000,00 / 31/12/12 R$3.446.000,00 / 31/12/11 R$0,00	R$ 1.289.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
RGE Rio Grande Energia	31/03/2013	7.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R$ 7.000,00 / 31/12/2012 - R$ 6.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 7.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Sócio não controladores	31/03/2013	4.308.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 R$ 4.308.000,00 / 31/12/2012 - R$ 4.252.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 4.308.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sócio						
Objeto contrato	Sócios em determinadas SPE´s						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Alto Irani	31/03/2013	25.000,00	31/03/2013 - R$ 25.000,00 / 31/12/2012 - R$ 30.000,00 / 31/12/2011 - R$ 29.000,00	R$ 25.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Chimay	31/03/2013	85.000,00	31/03/2013 - R$ 85.000,00 / 31/12/2012 - R$ 101.000,00 / 31/12/2011 - R$ 28.000,00	R$ 85.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesas						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
PCH Holding	31/03/2013	210.000,00	31/03/2013 - R$ 210.000,00 / 31/12/2012 - R$ 29.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 210.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Salto Goés	31/03/2013	21.000,00	31/03/2013 - R$ 21.000,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 21.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Sul Centrais	31/03/2013	67.000,00	31/03/2013 - R$ 67.000,00 / 31/12/2012 - R$ 80.000,00 / 31/12/2011 - R$ 10.000,00	R$ 67.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Rateio de despesa						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Sócio não controlador	31/03/2013	3.436.000,00	ATIVO - 31/03/2013 - R$ 3.436.000,00 / 31/12/2012 - R$ 3.401.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 3.436.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sócio						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Brasil	31/03/2013	33.540.000,00	ATIVO 31/03/2013 - R$ 33.540.000,00 / 31/12/2012 - R$ 7.694.000,00 / 31/12/2011 - R$ 8.460.000,00	R$ 33.540.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia elétrica.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Diretores	31/03/2013	98.000,00	DRE 31/03/13 R$98.000,00 / 31/03/12 R$68.000,00 / 31/12/12 R$271.000,00 / 31/12/11 R$315.000,00	R$ 98.000,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Diretores da Companhia e suas controladas. Para maiores informações, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.						
Objeto contrato	Opção de ações						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Brasil	31/03/2013	0,00	DRE 31/03/13 R$0,00 / 31/03/12 R$437.000,00 / 31/12/12 R$8.127.000,00 / 31/12/11 R$1.827.000,00	R$ 0,00	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Bradesco	31/03/2013	437.350.000,00	ATIVO - 31/03/2013 R$ 437.350.000,0 / 31/12/2012 R$ 668.408.000,00 / 31/12/2011 R$ 255.349.000,00	Não é possível auferir	Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Banco Bradesco é controlador do Bradesco BBI S.A., gestor do FIP Multisetorial Plus (Bradesco BBI FIP), nosso acionista.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Aplicação financeira						
Garantia e seguros	Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável por tratar-se de aplicação financeira.						
Natureza e razão para a operação							
RGE Rio Grande Energia	31/03/2013	0,00	DRE - 31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 13.000,00	R$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Nect Consultoria	31/03/2013	0,00	Passivo - 31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 336.000,00 - 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Consultoria na manutenção de sistemas e gestão empresarial.						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
CPFL Paulista	31/03/2013	0,00	DRE - 31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 52.000,00	R$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
RGE Rio Grande Energia	31/03/2013	36.000,00	DRE 31/03/13 - R$36.000,00 / 31/03/12 - R$15.000,00 / 31/12/12 - R$143.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 36.000,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
T-15	31/03/2013	12.810.000,00	PASSIVO - 31/03/2013 - R$12.810.000,00 / 31/12/2012 - R$12.810.000,00 / 31/12/2011 R$0,00		Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Acerto de contas a pagar como parte de pagamento na aquisição BVP						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Bio Pedra	31/03/2013	0,00	ATIVO - 31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 3.593.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a pagar						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Centrais Elétricas da Paraíba	31/03/2013	0,00	DRE - 31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 4.792.000,00 / 31/12/2011 - R$ 0,00	R$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Assessoria Banco Pátria	31/03/2013	0,00	DRE - 31/03/2013 - R$ 0,00 / 31/12/2012 - R$ 0,00 / 31/12/2011 - R$ 3.750.000,00	R$ 0,00	Não se aplica.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sócio acionista						
Objeto contrato	Consultoria de gestão empresarial.						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório.

A nossa intenção é de assegurar que todas as operações entre nós e nossos Diretores, Conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração e apresentem termos tão favoráveis à nós como os que ela poderia obter de terceiros não afiliados.

Na hipótese de pretendermos celebrar operações e negócios com nossas partes relacionadas, temos políticas que nos determinam a seguir os padrões de mercado e a amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização, destacando-se os contratos de venda de energia firmados entre nós e nosso controladores, acionistas ou controladores ou gestores de nossos acionistas, tais como os nossos investimentos financeiros mantidos no Banco Bradesco e no Banco BTG Pactual, cujos objetivos de rendimento são os praticados pelo mercado, ou seja, variam conforme a variação do da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
31/05/2012	2.675.731.029,29		412.274.029	0	412.274.029
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
31/05/2012	2.675.731.029,29		412.274.029	0	412.274.029
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
31/05/2012	2.675.731.029,29		412.274.029	0	412.274.029
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
24/08/2011	1.250.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
22/08/2011	Assembleia Geral Extraordinária	22/08/2011	56.377.784,88	Subscrição particular	54.222.660	0	54.222.660	6,00000000	1,04	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	De acordo com o §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional									
24/08/2011	Assembleia Geral Extraordinária	24/08/2011	384.196.650,00	Subscrição particular	180.334.222	0	180.334.222	26,00000000	2,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	De acordo com o §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional									
24/08/2011	Assembleia Geral Extraordinária	24/08/2011	539.658.003,38	Subscrição particular	733.141.077	0	733.141.077	58,00000000	0,75	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	De acordo com o §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações									
Forma de integralização	Contribuição de Ativos									
15/12/2011	Assembleia Geral Extraordinaria	15/12/2011	820.803.350,00	Subscrição particular	385.268.687	0	385.268.687	44,00000000	2,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	De acordo com o §1º, do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional									

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações
Grupamento						
31/05/2012	2.061.370.145	0	2.061.370.145	412.274.029	0	412.274.029

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve reduções do capital social da Companhia no período a que se refere o presente Formulário.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O nosso Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	O Estatuto Social não dispõe sobre o reembolso de capital no direito de retirada e respeita a Lei 6.404/76 que dispõe em seu artigo 45, que qualquer um dos acionistas dissidente das deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas ações. No caso do exercício de tal direito, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado. Se, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias da data da deliberação, para a avaliação do valor de suas ações. Nesse caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas e, levantado balanço especial, o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A nossa política de negociação de valores mobiliários, aprovada em reunião do nosso Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2006, contém restrições à negociação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia. Para maiores informações a respeito da nossa política de negociação de valores mobiliários, ver Seção 20 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seus direito essenciais conforme determinado pela Lei das Sociedades Anônimas. O Estatuto Social prevê que os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência para os nossos antigos acionistas, nas hipóteses de conversão de títulos mobiliários em ações ou na outorga de exercício de compra de ações, na forma do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, bem como nas hipóteses de venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou na permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos incisos I e II do artigo 172 da Lei das Sociedades Anônimas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nossas ações ainda não são negociadas no segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA. No entanto, nós já adotamos as práticas diferenciadas de governança corporativa estabelecidas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e o nosso Estatuto Social prevê as seguintes situações nas quais a oferta pública de aquisição das ações de nossa emissão devem ser realizadas:

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta. O cancelamento do registro de companhia aberta por decisão do acionista controlador ou grupo de acionistas controladores só pode ocorrer caso o controlador, grupo de acionistas controladores, ou a própria companhia efetive uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e observados os regulamentos e normas da CVM bem como o Regulamento do Novo Mercado que, entre outros requisitos, exigem que o preço ofertado seja justo, limitado ao valor preço mínimo correspondente ao valor econômico dessas ações, na forma estabelecida em lei; e que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública, sendo que, para esse fim específico, consideram-se ações em circulação apenas aquelas ações cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou tiverem se habilitado para o leilão de oferta pública.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, preço justo é definido como sendo o nosso valor de avaliação, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações de nossa emissão no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de, no mínimo, 10% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos Administradores que convoquem Assembleia Especial dos acionistas titulares de ações de nossa emissão em circulação para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação de nosso valor de avaliação. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor das ações da oferta pública de aquisição, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública de aquisição deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor ou ser cancelada, devendo tal decisão ser divulgada ao mercado.

Para os fins do acima, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, ações em circulação no mercado significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos acionistas controladores e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico, assim entendido como o nosso valor e o valor das ações de nossa emissão, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao nosso poder de decisão e ao poder de decisão dos membros da nossa Administração e/ou dos nossos acionistas controladores, que será escolhida pela Assembleia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Para os fins deste parágrafo, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, ações em circulação significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos acionistas controladores, de pessoas a estes vinculadas e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Saída do Novo Mercado. Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento da listagem no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das ações de nossa emissão, e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com no mínimo 30 dias de antecedência. Tal deliberação deverá especificar se a saída ocorre porque os valores mobiliários de nossa emissão passarão a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou se em razão do cancelamento do nosso registro de companhia aberta. A nossa saída do Novo Mercado não implicará a perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Quando a saída do Novo Mercado ocorrer (i) para que as ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em razão da reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, observados os termos e condições prescritos na regulamentação. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada nesses casos deverá corresponder, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, ao valor econômico, assim entendido como o nosso valor e o valor das ações de nossa emissão, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao nosso poder de decisão e ao poder de decisão dos membros da nossa administração e/ou dos nossos acionistas controladores, que será escolhida pela Assembleia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Para os fins deste parágrafo, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, ações em circulação significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos nossos acionistas controladores, de pessoas a estes vinculadas e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, caso o nosso controle seja alienado nos doze meses subsequentes à nossa saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador deverão oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante, devidamente atualizado. Ademais, se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de aquisição de saída realizada, o acionista controlador alienante e o adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública de aquisição.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de nossa emissão no Novo Mercado pelo período de dois anos subsequentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após a sua saída do Novo Mercado.

Alienação de Controle da Companhia. O Regulamento do Novo Mercado, bem como o nosso Estatuto Social, estipula que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição aos nossos outros acionistas, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação do nosso controle.

Aquele que já detiver ações de nossa emissão e venha a adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador alienante, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública de ações; (ii) ressarcir os acionistas que tenham comprado ações em bolsa de valores nos 6 meses anteriores à data da alienação do nosso controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações de nossa emissão nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação positiva do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de nossa emissão em circulação, dentro dos 6 meses subsequentes à aquisição do controle.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do controle.

A oferta pública referida no parágrafo acima também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de nosso controle, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Por fim, não registraremos: (i) qualquer transferência de ações para o adquirente do controle, ou para aqueles que vierem a deter o controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores, tal qual definido no Regulamento do Novo Mercado e no nosso Estatuto Social; ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores. Da mesma forma, o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O nosso Estatuto Social prevê que o direito de preferência dos acionistas poderá ser excluído nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) a venda em bolsa de valores ou subscrição pública; e (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência na subscrição de ações pode, ainda, ser excluído nos termos de lei especial de incentivos fiscais.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, vez que até a data deste Formulário de Referência não possuímos valores mobiliários negociados.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Data de emissão	21/05/2012
Data de vencimento	21/05/2022
Quantidade (Unidades)	43.000
Valor total (Reais)	430.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir da data de emissão e mediante comunicação prévia por escrito aos titulares das debêntures de 15 dias úteis da data do evento, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, ou realizar amortizações antecipadas de qualquer parcela limitado a 98% do saldo do valor nominal unitário da totalidade das debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário das debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo do valor nominal unitário das debêntures, no caso de amortização, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de emissão ou da data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso, a ser estabelecido nos termos da escritura de emissão das debêntures. Não haverá resgate antecipado facultativo parcial das debêntures.

Características dos valores mobiliários

A escritura de emissão das debêntures foi assinada em 06 de junho de 2012. A data de emissão, conforme definido na escritura é 21 de maio de 2012. No entanto, a efetiva subscrição das Debêntures ocorreu em 15 de junho de 2012.

Abaixo seguem as principais características da Debêntures.

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 21 de maio de 2022. A escritura de emissão das debêntures prevê eventos de inadimplemento incluindo, mas não se limitando: (1) vencimento antecipado ou inadimplemento pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, em valor individual ou agregado superior a R$50.000.000,00, apenas para a hipótese de inadimplemento; (2) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia, exceto se previa e expressamente autorizado pelos debenturistas; (3) realização de redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura da escritura de emissão, sem que haja anuência prévia dos debenturistas; (4) proposta pela Companhia, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial.

ii. Juros

A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data de emissão, correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis.

iii. Garantia

As debêntures serão objeto de garantia real, e serão garantidas por (i) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela PCH Holding S.A.; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos dividendos que venham a ser declarados pela BVP S.A.; e (iii) cessão fiduciária de conta(s)-corrente(s) vinculada(s) pela qual(is) deverão circular a totalidade dos dividendos pagos pela PCH Holding S.A. e pela BVP S.A.

iv. Se o crédito é quirografário ou subordinado:

Quirografário.

vi. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação:

à distribuição de dividendos:

O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na escritura de emissão é hipótese de vencimento antecipado.

à alienação de determinados ativos:

Não há.

à contratação de novas dívidas:

A contração de novas dívidas pelas subsidiárias da PCH Holding S.A. em montante que ultrapasse individualmente R$40.000.000,00 é hipótese de vencimento antecipado.

à emissão de novas valores mobiliários:

Não há.

vi. Agente fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações nas características e condições dos debêntures e da emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem 75% das debêntures em circulação, exceto conforme quóruns específicos estabelecidos na escritura de emissão.
Outras características relevantes	Não há outras informações relevantes além daquelas descritas nos itens acima.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Nossas debêntures da 1ª emissão estão registradas para negociação no mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"). Para maiores informações sobre as debêntures da 1ª emissão, vide itens 18.4 e 18.5 deste Formulário de Referência.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

a. país

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

b. mercado

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

d. data de admissão à negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

e. se houver, indicar o segmento de negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

f. data de início de listagem no segmento de negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

h. se houver, proporção de certificados de depósitos no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

i. se houver, banco depositário

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

j. se houver, instituição custodiante

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, dado que nem nós nem terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, realizamos ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários relativas a valores mobiliários de nossa emissão.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, uma vez que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não aprovou qualquer plano de recompra de suas ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer valor mobiliário de sua emissão em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer valor mobiliário de sua emissão em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**27/04/2012**
Cargo e/ou função	Para maiores detalhes sobre Pessoas Vinculadas, vide texto anexo no item 20.2.

Principais características

Possuímos uma política interna de negociação de valores mobiliários, em conformidade com a Instrução CVM n.° 358/2002. A referida política tem por objetivo propiciar uma negociação ordenada de Valores Mobiliários pelas pessoas vinculadas à Companhia, visando proporcionar transparência nas negociações desta natureza a todos os agentes de mercado com os quais a Companhia se relaciona. Abrangência: aplica-se às Pessoas Vinculadas, a partir da data da publicação da ata de reunião do Conselho de Administração que delibera pela sua aprovação.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas não poderão negociar Valores Mobiliários: (a) antes de decorridos 180 dias contados a partir da data de sua respectiva aquisição em Bolsa de Valores; (b) desde a data da ciência até a data da Comunicação de Ato ou Fato Relevante ao mercado; (c) no período compreendido entre os 15 dias anteriores e os cinco dias posteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia; (d) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de Ações pela própria Companhia; (e) nos períodos determinados pela regulamentação emitida pela Comissão de Valores Mobiliários; (f) quando o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, independentemente de justificação ou da existência de Ato ou Fato Relevante, estipular períodos em que as Pessoas Vinculadas não possam negociar com Valores Mobiliários, podendo ser considerados eventos, entre outros, que justificam a estipulação destes períodos, (i) operações de fusão ou aquisição envolvendo empresas do Grupo CPFL e (ii) operações de aumento do capital social da Companhia, de distribuição de dividendos, de pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação em Ações ou seus derivativos, de grupamento e/ou desdobramento de Ações. No caso de a Pessoa Vinculada se afastar da Companhia e/ou de algum dos órgãos deliberativos e/ou de comitês relacionados, esta Pessoa Vinculada continuará obrigada a observar os termos e condições da presente Política de Negociação pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o seu afastamento. Os termos e condições da presente Política de Negociação aplicam-se a negociações indiretas com Valores Mobiliários realizadas por Pessoas Vinculadas, seja por intermédio de sociedade controlada por uma ou mais Pessoas Vinculadas ou na qual tais pessoas detenham participação, seja por interposta pessoa com a qual tenha sido firmado ou estipulado contrato de fidúcia ou administração de carteira de valores mobiliários ou qualquer outra avença contratual, verbal ou escrita.

20.2 - Outras informações relevantes

AUTORIZAÇÃO PARA NEGOCIAÇÃO

As Pessoas Vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários:

(i) na Companhia, os atuais membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva, assessores da Diretoria Executiva e gerentes de departamento e divisão; (ii) nas sociedades controladas pela Companhia, membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal, membros dos comitês de assessoramento do conselho de administração, membros da diretoria executiva, assessores da diretoria e gerentes de departamento e divisão; (iii) nos Acionistas Controladores diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva e assessores da Diretoria Executiva; (iv) demais pessoas as quais, em decorrência de sua função, cargo, posição ou relacionamento com a Companhia ou com as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia ou Acionistas Controladores, tenham acesso a Ato ou Fato Relevante; e (v) pessoas naturais ou jurídicas que mantenham com as pessoas mencionadas nos itens anteriores os seguintes vínculos: (a) o cônjuge, de quem não esteja separado judicialmente, (b) o companheiro; (c) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto de renda da pessoa física; e (d) as sociedades direta ou indiretamente controladas pelos membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva, assessores da diretoria e gerentes da Companhia.

RESPONSABILIDADES

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores é o responsável pelo acompanhamento e execução da Política de Negociação, competindo-lhe o dever de informar às Pessoas Vinculadas e aos órgãos públicos competentes sobre os períodos de vedação a negociação de Valores Mobiliários.

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores deverá fazer com que as Pessoas Vinculadas que sejam colaboradores da Companhia e de suas sociedades controladas firmem o Termo de Adesão à Política de Negociação de forma a documentar a adesão aos seus termos.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações privilegiadas têm o dever de guardar sigilo até a divulgação de tais informações por meio de Comunicação de Ato ou Fato Relevante feita pela Companhia nos termos da regulamentação aplicável, e de zelar para que seus subordinados hierárquicos e terceiros com quem mantenham contato que tenham tido acesso a informações privilegiadas também o façam.

As Pessoas Vinculadas deverão informar a espécie, a classe e a quantidade de Valores Mobiliários de que são titulares, bem como quaisquer alterações nessas posições. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores, (i) imediatamente após a investidura no cargo e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o último dia do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Os Acionistas Controladores e os demais acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração da Companhia deverão comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e divulgar ao mercado quaisquer aquisições ou alienações de Participação Acionária Relevante.

DISPOSIÇÕES GERAIS

As vedações da Política de Negociação não se aplicam a negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas das Pessoas Vinculadas, desde que (i) tais fundos não sejam exclusivos e (ii) as Pessoas Vinculadas não possam efetivamente influenciar a decisão de investimento do administrador ou gestor do fundo.

Quaisquer alterações, aditamentos ou modificações dos termos da Política de Negociação devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, reunido para deliberar sobre este fim.

Quaisquer casos omissos na Política de Negociação devem ser apreciados pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e, quando for o caso, encaminhados para o Conselho de Administração para serem aprovados.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Conforme Instrução CVM n° 358, nossa Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes ("Política de Divulgação") consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Nossa Política de Divulgação foi aprovada em reunião do nosso Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2012. Abaixo as principais características da nossa Política de Divulgação:

1. Público Alvo

(i) a própria Companhia;

(ii) acionistas controladores, diretos ou indiretos;

(iii) diretores estatutários;

(iv) membros do conselho de administração;

(v) membros do conselho fiscal;

(vi) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária;

(vii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante;

(viii) quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado, consultores e peritos;

(ix) administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão.

2. Âmbito e Finalidade

São regulados pelas disposições da Política de Divulgação: (i) o procedimento relativo à divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante; e (ii) o procedimento relativo à manutenção de sigilo acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 358, 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358").

3. Definição de Ato ou Fato Relevante

Considera-se relevante, para os efeitos desta política, qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

(i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados;

(ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

(iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

São exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

(i) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da Companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

(ii) mudança no controle da Companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

(iii) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a Companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da Companhia;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

(iv) ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a Companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

(v) autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

(vi) decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta da Companhia;

(vii) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a Companhia ou empresas ligadas;

(viii) transformação ou dissolução da Companhia;

(ix) mudança na composição do patrimônio da Companhia;

(x) mudança de critérios contábeis;

(xi) renegociação de dívidas;

(xii) aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;

(xiii) alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela Companhia;

(xiv) desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

(xv) aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;

(xvi) lucro ou prejuízo da Companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

(xvii) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;

(xviii) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;

(xix) início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;

(xx) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da Companhia;

(xxi) modificação de projeções divulgadas pela Companhia; e

(xxii) impetração de concordata, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

4. Procedimentos Relativos à Divulgação de Ato ou Fato Relevante

4.1 Cumpre ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e à BM&FBM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBM&FBOVESPA"), qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

4.2 Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar expressamente, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

4.2.1 Na hipótese de dúvida acerca da natureza relevante de ato ou fato que qualquer das pessoas referidas no item 4.2 acima tiver conhecimento, deverá ser feita consulta expressa ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a fim de sanar referida dúvida.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

4.3 Caso as pessoas referidas no item 4.2 acima tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e, após a consulta referida no item 4.2.1 acima, constatem a omissão do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, inclusive na hipótese do parágrafo único do artigo 6º da Instrução CVM 358, somente se eximirão de responsabilidade caso o ato ou fato relevante seja imediatamente comunicado à CVM.

4.3.1 Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciado, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se elas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

4.4 O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

4.5 A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (internet), onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e BM&FBOVESPA.

4.6 A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no item 4.5 acima, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

4.7 Nos termos do § 6º do artigo 3º e do artigo 4º da Instrução CVM 358, a CVM poderá determinar, a qualquer tempo, a divulgação, correção, aditamento ou republicação de informação sobre ato ou fato relevante, bem como exigir do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante.

4.8 A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBOVESPA.

4.8.1 Caso os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios em ambos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

4.8.2 Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, sempre simultaneamente à BM&FBOVESPA, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

4.8.3 A suspensão de negociação a que se refere o item 4.8.2 acima não será levada a efeito no Brasil enquanto estiver em funcionamento bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado de outro país em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, e na BM&FBOVESPA os negócios com aqueles valores mobiliários não estiverem suspensos.

4.9 Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos acionistas controladores ou dos administradores, conforme o caso, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 358.

5. Procedimentos Relativos à Manutenção de Sigilo Acerca de Ato ou Fato Relevante Ainda Não Divulgado ao Mercado

5.1 Ressalvado o disposto no item 5.1.1 abaixo, os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

5.1.1 Os acionistas controladores e ou administradores ficam obrigados a, diretamente ou através do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

5.2 Os acionistas controladores e os administradores da Companhia podem submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante. O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da CVM em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”.

5.3 Caso a CVM decida pela divulgação do ato ou fato relevante, determinará ao interessado, ou ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique, imediatamente, à BM&FBOVESPA, e o divulgue na forma do item 4.1 acima, desta política.

5.4 Na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados, o requerimento de que trata o item 5.2 acima, não eximirá os acionistas controladores e os administradores de sua responsabilidade pela divulgação do ato ou fato relevante.

5.5 Cumpre aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da Companhia, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

5.6 Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários da emissão da Companhia, ou a eles referenciados:

(i) pela própria Companhia;

(ii) pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos;

(iii) pelos diretores;

(iv) pelos membros do conselho de administração;

(v) pelos membros do conselho fiscal;

(vi) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária;

(vii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante;

(viii) por quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e

(ix) pelos administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

5.6.1 A vedação de que trata o item 5.6 acima também prevalecerá:

(i) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e

(ii) em relação aos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

5.6.2 Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no item 5.6 acima no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

5.6.3 As vedações previstas nos itens 5.6 e 5.6.1, inciso I, deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria.

5.6.4 Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública através da publicação de fato relevante, o conselho de administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.

6. Disposições Gerais

6.1 Por deliberação do conselho de administração da Companhia, em reunião realizada no dia 27 de abril de 2012, a Companhia passou a adotar esta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, contemplando procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

6.2 A Companhia está comunicando formalmente os termos desta política, aos acionistas controladores e às demais pessoas indicadas no item 5.6, acima e deles obterá expressa anuência aos termos desta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante mediante assinatura de Termo de Adesão, anexo à presente.

6.3 A Companhia manterá em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no item 5.6 acima e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ou no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, atualizando-a sempre que houver modificação.

6.4 A aprovação ou alteração desta política de divulgação da Companhia será comunicada à CVM e à BM&FBOVESPA, acompanhada de cópia da deliberação e do inteiro teor da presente política.

7. Infração Grave

7.1 Configura infração grave a transgressão às disposições previstas na Instrução CVM 358, podendo sujeitar o infrator, conforme deliberado pela CVM, às penas de (i) advertência; (ii) suspensão do exercício do cargo; e (iii) inabilitação temporária até o máximo de 20 anos, para o exercício do cargo.

7.2 A CVM deverá comunicar ao Ministério Público a ocorrência dos eventos previstos na Instrução CVM 358, conforme alterada posteriormente, que constituam crime, exemplo:

Uso Indevido de Informação Privilegiada – utilizar informação relevante ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários. Pena: reclusão de 1 a 5 anos, e multa de até três vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Vide item 21.1 deste Formulário de Referência.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam essa prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração de uma companhia deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade, entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, podem ser citadas algumas adotadas por nós: (a) além de outras atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre a: (i) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros e respectivos suplentes do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal; (ii) fixação da remuneração, global ou individual, dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como a dos membros do nosso Conselho Fiscal; (iii) reforma do nosso Estatuto Social; (iv) nossa transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição de liquidantes e julgar-lhes as contas; (v) proposta apresentada pela administração ou diretoria, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; e (viii) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo nosso Conselho de Administração; (b) contratação de empresa de auditoria independente para análise de nossos balanços e demonstrativos financeiros; (c) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal; (d) escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes; (d) clara definição no nosso Estatuto Social da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria; (e) relacionamento transparente entre os Diretores Co-Presidentes e os demais Diretores com indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco, direto ou indireto perante nós; (f) transparência na divulgação pública do nosso relatório anual da Administração; (g) relatório anual que, além das exigências legais, envolve todos os aspectos da nossa atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados assuntos de justificada confidencialidade; e (h) livre acesso às nossas informações e instalações pelos membros do nosso Conselho de Administração.

Nossa área de relações com investidores envia periodicamente ao mercado informações eletrônicas contendo os fatos relevantes e a divulgação de resultados do nosso grupo econômico. Além disso, informações sobre nós são atualizadas diariamente em sua página na internet, garantindo acesso a todos os interessados. Tais medidas são tomadas vislumbrando o desenvolvimento de um contínuo e transparente relacionamento entre o grupo econômico ao qual pertencemos e o mercado de capitais nacional e internacional.

Dessa maneira, procuramos manter um consistente e proativo relacionamento com o mercado, buscando evitar que determinados grupos de pessoas tenham acesso seletivo ou privilegiado às suas informações, se empenhando em assegurar que a divulgação de suas informações seja feita de forma simultânea a todo o mercado.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 22 do Formulário de Referência.